

**ÉTICA, DISCURSO E SAÚDE:
UM OLHAR DE SI E DO OUTRO NA MÍDIA EM PAPEL**

ANEXOS

LIVIA MARIA PEDALINI

Tese apresentada na área de concentração
de Serviços de Saúde da Faculdade de
Saúde Pública para obtenção do grau de
doutor

Área de concentração: Serviços de Saúde

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ANTONIO DE CARVALHO FORTES

São Paulo
2003



44028/2003 doc

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores.

Assinatura:

Data:

Índice – Anexo I Folha de São Paulo

<i>O aborto</i>	<i>1</i>
1996	1
1997	12
1998	49
1999	58
2000	61
2001	69
<i>As drogas</i>	<i>71</i>
1996	71
1997	79
1998	100
1999	105
2000	108
2001	124
<i>A eutanásia</i>	<i>140</i>
1996	140
1997	140
1998	142
1999	143
2000	144
2001	144
<i>Doação compulsória</i>	<i>145</i>
1996	145
1997	147
1998	149
1999	156
2000	156
2001	159
<i>A clonagem</i>	<i>165</i>
1996	165
1997	165

1998	166
1999	168
2000	168
2001	168
<i>A dupla porta</i>	<i>175</i>
1996	175
1997	175
1998	175
1999	175
2000	175
2001	175
<i>O plano de saúde</i>	<i>180</i>
1996	180
1997	183
1998	187
1999	192
2000	194
2001	196

Índice – Anexo II O Estado de São Paulo

<i>O aborto</i>	<i>1</i>
1996	1
1997	6
1998	22
1999	22
2000	22
2001	22
<i>As drogas</i>	<i>23</i>
1996	23
1997	30
1998	31
1999	34
2000	36
2001	39
<i>A eutanásia</i>	<i>40</i>
1996	40
1997	40
1998	40
1999	41
2000	41
2001	41
<i>A clonagem</i>	<i>41</i>
1996	41
1997	41
1998	42
1999	42
2000	42
2001	42
<i>A dupla porta</i>	<i>42</i>
1996	42
1997	42

1998	42
1999	42
2000	42
2001	42
<i>O plano de saúde</i>	42
1996	42
1997	44
1998	44
1999	44
2000	44
2001	44

Anexo I

FOLHA DE S.PAULO o aborto

1996

04/01/96/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"A Folha declarou que o cardeal Arns é favorável a que mulheres vítimas de estupro façam aborto. Logo em seguida o cardeal, por sua assessoria, declarou que não era bem assim e que continuava fiel à posição da igreja sobre o problema. Quem mentiu? A Folha ou o cardeal? Questiono isso porque, como assinante deste jornal e católico, fico seriamente em dúvida se posso ou não confiar no jornal. A credibilidade de um jornal vem, obrigatoriamente, do seu respeito à verdade. Se o cardeal disse e depois se desdisse é ele que não é confiável para os católicos. Nesse caso, o jornal deveria declarar esse fato para não se desacreditar. Se foi o jornalista que 'interpretou' e/ou deturpou as palavras do cardeal é ele, no caso, que deveria ser chamado e admoestado pela direção." Antonio Ribeiro de Almeida (Uberlândia, MG)

12/01/1996/PAINEL DO LEITOR

Raciocínio lógico

"Perfeitamente lógico o raciocínio do leitor Antônio Ribeiro de Almeida, de Uberlândia (MG), em 4/1, a respeito da dubiedade em que foram flagrados o cardeal Arns e a Folha no episódio das declarações daquela autoridade religiosa sobre o aborto. Só uma coisa não ficou muito bem assente: por que a Folha, ou o jornalista responsável pela reportagem, não prestou nenhum esclarecimento às interrogações do mencionado leitor, como esta coluna sempre costuma fazer quando são feitas colocações de seus leitores que deixam dúvidas sobre a seriedade ou veracidade das reportagens publicadas?" Juraci Josino Cavalcante (Salvador, BA)

Nota da Redação _ A declaração de d. Paulo à Folha, gravada, conforme o jornal publicou no dia 22/12/95, é a seguinte: "É este o conselho que devemos dar a uma moça estuprada: vá de imediato ao ginecologista e faça o tratamento, não espere a criança se formar no seu seio". No dia seguinte, sem negar o conteúdo da entrevista, d. Paulo afirmou que o tratamento a que se referia era uma lavagem intra-uterina para impedir a concepção.

NACIONAL/22/12/95/OPINIÃO/EDITORIAL/DOM PAULO E O ABORTO

É no mínimo corajosa a atitude do arcebispo de São Paulo, dom Paulo cardeal Arns, de defender o não-desenvolvimento da gravidez nos casos de estupro. Atualmente, tramita no Congresso um hediondo projeto que visa a eliminar os dois únicos pontos positivos de uma lei de aborto já arcaica. Em que pese a "insubordinação" do cardeal diante da posição oficial do Vaticano _contrário ao aborto mesmo que à custa da vida da mãe, há de se convir que um pouco de contestação, ainda que extremamente comedida como foi a de dom Paulo, pode ser saudável até mesmo para uma instituição como a Igreja Católica.

Ainda que se reconheça que o catolicismo não é compulsório, e quem quiser comungar dessa fé deve seguir as regras por ela firmadas, tais como obediência ao papa e às diretrizes do bispo de Roma, um pouco de oposição civilizada e construtiva como a de dom Paulo por certo contribui para a própria evolução da igreja.

O catolicismo como existe hoje não nasceu pronto, muito pelo contrário. Desde a morte de Jesus Cristo até a consolidação da igreja mais ou menos como é hoje transcorreram-se séculos. Debateu-se sobre praticamente tudo _se Deus, o Espírito Santo e Cristo poderiam ser uma única entidade ou não, por exemplo_, muitas "heresias" foram combatidas a mão de ferro, toda uma teologia e um corpo doutrinário foram-se firmando. Basta lembrar que a proibição do casamento para clérigos católicos é um fenômeno que data da Idade Média e não do cristianismo primitivo.

Atitudes como a de dom Paulo de crítica à posição oficial num tom bastante moderado e construtivo podem ser extremamente benéficas para o catolicismo, que hoje vive uma profunda crise e vem perdendo fiéis para seitas de caráter bastante duvidoso, como a Igreja Universal do Reino de Deus.

(D. Paulo não defendeu aborto em casos de estupro, diz assessoria)

NACIONAL/23/12/95/BRASIL/D. PAULO NÃO DEFENDEU ABORTO EM CASOS DE ESTUPRO, DIZ ASSESSORIA

Da Reportagem Local

A assessoria de imprensa da Arquidiocese de São Paulo divulgou ontem que o cardeal-arcebispo d. Paulo Evaristo Arns, 74, não defendeu o direito ao aborto em caso de estupro, conforme publicado pela Folha. Segundo a assessoria, d. Paulo entende que, ao ser estuprada, a mulher deve procurar imediatamente um médico ginecologista e se submeter a um tratamento, como lavagem intra-uterina, para evitar a concepção. Portanto, diz a assessoria, o cardeal não está em desacordo com a orientação oficial da Igreja Católica, que é contra o aborto.

O médico ginecologista e deputado federal José Aristodemo Pinotti (PMDB) diz que o assunto é controverso.

"Existe uma discussão secular sobre o assunto. Alguns entendem que já existe vida a partir da fecundação, outros não aceitam essa tese."

Repercussão

O arcebispo da Paraíba, d. José Maria Pires, disse que recorrer ao médico após um estupro não se caracteriza aborto. "O ser ainda não foi formado", afirmou. Para Pires, que pertence à ala progressista da igreja, a declaração do arcebispo de São Paulo não caracteriza defesa ao aborto.

"Recorrer imediatamente ou depois do estupro ao médico não pode se caracterizar como aborto", declarou. Ele disse que não concorda com a prática de aborto em qualquer circunstância, mesmo em casos de estupro. "Qual o caso extremo que justifica matar um inocente?"

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, se recusou a comentar a posição de d. Paulo Evaristo Arns.

"Não estou nem sabendo o que ele disse e não vou julgar pronunciamento de outro bispo", afirmou Neves à Agência Folha, por telefone.

Segundo o presidente da CNBB, cabe ao papa julgar as eventuais declarações polêmicas surgidas dentro da Igreja Católica. Neves confirmou, porém, que a posição oficial da igreja continua sendo contrária ao aborto.

Colaborou a Agência Folha

NACIONAL/27/12/95/ BRASIL/TESE SOBRE ABORTO NÃO ASSUSTA VATICANO

Fredrik Thomasson Especial para a Folha, em Roma

A possibilidade de tratamento abortivo em casos de estupro, defendida pelo cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, não perturbou a usual discrição do Vaticano em relação aos defensores de idéias menos ortodoxas na Igreja Católica. O Vaticano e o jornal "L'Osservatore Romano", órgão oficial da Igreja Católica, não se manifestaram publicamente sobre as declarações do cardeal. D. Paulo deu essas declarações na última quinta-feira.

"O conselho que devemos dar a uma moça estuprada é: vá ao ginecologista e faça o tratamento. Não espere a criança se formar em seu seio", afirmou. Depois, negou ter defendido o aborto. Disse que se referia a uma lavagem uterina.

O único a comentar o fato foi o cardeal Angelini, um dos responsáveis pela política de saúde do Vaticano, no jornal italiano "La Repubblica".

"Se é verdade aquilo que escrevem os jornais brasileiros e que as agências internacionais divulgam, deve ser lembrado que nunca o aborto deve ser consentido, mesmo depois de atos de violência porque, como ensina o Santo Pai, aquilo que é concebido no ventre materno é uma vida inocente que deve ser sempre tutelada", disse.

O padre Gino Concetti, teólogo do "L'Osservatore Romano", se manifestou com menor severidade. Primeiro perguntou se as declarações foram realmente bem traduzidas, depois declarou: "O cardeal Arns não fala explicitamente do aborto. Diz que a mulher estuprada deve recorrer imediatamente a um médico para tratar-se. Todos sabem que a fecundação pode ocorrer várias horas depois do coito".

"Se o tratamento ocorre antes que se conceba uma nova vida, não pode ser definido como aborto", disse. Para ele, "outra coisa importante é a vontade da mulher, não de abortar, mas de ser tratada. Para a Igreja, as intenções são muito importantes".

Na Itália, se debate atualmente a inclusão da educação sexual nas escolas. A igreja convida os pais a retirar os filhos das escolas em que a matéria seja ensinada. Um comunicado recente emitido pelo Vaticano reitera algumas convicções da Igreja Católica: a indissolubilidade do casamento, a relação entre amor e procriação, a imoralidade da relações sexuais antes do casamento, o aborto, a masturbação e os métodos anticoncepcionais.

23/01/1996/PAINEL DO LEITOR**Defesa da dignidade**

"Cumprimento o eminente deputado Hélio Bicudo pela defesa da dignidade da pessoa humana, colocando-se contrário à automutilação permitida por lei. Sua coragem na defesa de tudo o que diz respeito aos valores maiores do ser humano _já, no passado, demonstrada na luta contra os homicídios legais representados pela pena de morte, aborto ou entanásia_ dá-me esperanças de que, enquanto tiver homens como ele, este país ainda poderá se tornar uma grande e nobre nação." Ives Gandra da Silva Martins, advogado tributarista e professor emérito da Universidade Mackenzie (São Paulo, SP)

09/04/1996/PAINEL DO LEITOR**Revistas de esquerda**

"Na manhã de 22 de março fui surpreendido por um artigo de Marcelo Coelho intitulado 'Comprar revistas de esquerda é ato de teimosia'. Embora lisonjeado com o espaço e carinho dispensados à revista 'Atenção', alguns conceitos defendidos em seu texto me causaram estranheza. O título já traz um ruído. Por que as publicações da 'grande imprensa' devem ser analisadas pelas características editoriais e revistas como a nossa pela orientação ideológica? O sistema de dois pesos e duas medidas aí embutido induz a um preconceito arcaico: o que é de esquerda não funciona porque é de esquerda _portanto rebarbativo, editorializado, teimoso; por exclusão, somente o que não é de esquerda pode dar certo _e ser sofisticado, informativo, independente. Para o articulista, publicações como 'Atenção!' estão condenadas à 'marginalização' porque os grandes jornais e revistas absorveram o repertório que, um dia, fez o sentido e a graça da 'imprensa alternativa'. Há uma imprecisão histórica quando Marcelo Coelho explica essa pujança diferenciada da 'imprensa alternativa' nos anos 70 pela censura então imposta à 'grande imprensa'. A perseguição era muito mais feroz contra os semanários alternativos. Foram raríssimos os momentos em que a 'grande imprensa' operou além dessa agenda da ordem _e quando o fez, como a Folha na Campanha das Diretas, ganhou a adesão de legiões de leitores comprometidos com a democracia. Fechemos o foco sobre o estado da arte da imprensa brasileira e continuaremos a ver um jornalismo pautado pelo poder. Os temas submersos raramente são tratados e a reportagem investigativa ganha espaços mais relevantes apenas quando a hora é de lavar as estrebarias da corrupção estatal. Como estratégia para ganhar leitores, os grandes jornais e revistas trocaram nacos de qualidade e densidade de informação por recursos gráficos, prestação de serviços e doação de brindes. Em sua edição de dezembro, 'Atenção!' trouxe na capa uma reportagem sobre trabalho infantil. Em fevereiro, publicamos reportagem sobre a mudança de orientação da central sindical norte-americana, a AFL-CIO. Em março, nossa reportagem sobre o aborto no Brasil mostrou como correntes de esquerda omitem-se diante de um drama que atinge milhões de mulheres. Em abril, a capa da edição é a Lei de Patentes. São exemplos do que tentamos ser: uma revista independente e plural, em cujas páginas não há espaço para qualquer verdade oficial, empacotada, fabricada sob encomenda. Queremos ser avaliados a partir do programa jornalístico anunciado, de suas idéias e de sua execução. Nossa teimosia consiste em acreditar que comprar revistas ou jornais ainda possa ser um ato de inteligência." Breno Altman, diretor de redação da revista "Atenção!" (São Paulo, SP)

NACIONAL/22/03/96/COMPRAR REVISTAS DE ESQUERDA É ATO DE TEIMOSIA

Marcelo Coelho da Equipe de Articulistas

A despeito do neoliberalismo galopante, ou por causa disso mesmo, duas revistas de esquerda surgem no mercado. Há a revista "Esquerda 21", editada na Bahia, que tem como coordenadores executivos o senador Roberto Freire e os deputados Domingos Leonelli, José Genoíno e Luiz Piauhyllino. Há também "Atenção", dirigida por Breno Altman, cujo último número fala de aborto, tem artigo de Eduardo Galeano e entrevista com Ênio Silveira.

Ênio Silveira morreu há poucos meses, e foi um dos mais importantes editores do Brasil, à testa da Civilização Brasileira _graças à qual muitos brasileiros vieram a conhecer Marx, Gramsci, Lukács. Seu depoimento é interessante, mostrando a independência que tinha, apesar de membro do Partido Comunista Brasileiro, face à linha ditada por Moscou via Luiz Carlos Prestes.

Curiosa figura, a de Ênio Silveira, no que simboliza de uma contradição vivida dramaticamente pela esquerda nos anos 50-60. Ao mesmo tempo em que tudo o que havia de intelectualmente avançado e interessante provinha da mobilização do PC, o próprio PC proibia seus militantes de pensar. A biografia de Lukács, escrita por Michael Lowy em "Para Uma Sociologia do Intelectual Revolucionário" (ed. Ciências Humanas) é exemplar a esse respeito.

O marxismo, a militância, foram por muitos anos ao mesmo tempo uma máquina de fazer pensar e de fazer parar de pensar. Ser marxista era ser, nos anos 50-70, inteligente e burro simultaneamente. Nem

mesmo Sartre, uma das maiores inteligências do século, recusou as tentações da inteligência maquinal, ortodoxa, do Partido Comunista.

O mesmo se pode verificar no campo contrário. G. K. Chesterton, que era inteligentíssimo, apoiava-se na estreiteza católica para ser original e surpreendente. É que toda ideologia fechada, todo sistema dogmático de pensamento, representa uma grande tentação para o intelectual.

É corrente a preferência de pôr o intelecto "a serviço" de alguma causa; todas as sofisticações de raciocínio, toda acrobacia mental, todo atletismo dos paradoxos surgirá como espetáculo para o público, se um gênio se dispuser a obedecer as ordens ditadas pelo diretor do circo. Chesterton seguia os exemplos de Pascal e Chateaubriand, do cardeal Newman e de Hillaire Belloc. Sartre brincava de ser Lênin, Breton, Jaurès, Voltaire. Todos militantes. É uma forma de felicidade, capaz de conjurar o exibicionismo e a disciplina.

Voltando às duas publicações de esquerda no cenário brasileiro. "Esquerda 21" quer nobilitar, aos olhos do leitor crítico, a imagem do Congresso. Parlamentares insatisfeitos, num espectro que vai do PMDB ao PC do B, soltam o verbo. Isso prova, naturalmente, que há "forças vivas" e "personalidades combativas" no parlamento brasileiro. Os Insatisfeitos encontram voz; modulam-na de modo razoável.

"Atenção" é uma revista mensal que investe em reportagens longas, recorrendo bastante a histórias pessoais. Assim, o tema do aborto é tratado a partir dos depoimentos de duas mulheres, uma que tentou abortar sozinha, com o cabo de arame de uma flor artificial; e outra, que foi a uma clínica clandestina. Ouvem-se médicos líderes religiosos e partidários.

O espectro de assuntos é variado: novas técnicas agrícolas, a realização, pela primeira vez em cem anos, de uma eleição "para valer" na central sindical dos Estados Unidos, o drama da pequena empresa brasileira, as chances da esquerda nas eleições uruguaias, a vida dos trabalhadores na região da Transamazônica. Há, a meu ver, a preocupação constante em mostrar o lado "desconhecido", não-oficial, ou mesmo marginalizado, da realidade contemporânea.

O que, ironicamente, corresponde à própria situação da esquerda hoje em dia.

O problema básico dessas publicações é o seguinte. Há 15 ou 20 anos, a "imprensa alternativa" surgia como repositório da verdade. Sabia-se que a "grande imprensa" era censurada pelo governo. Havia um interesse mercadológico, digamos assim, em semanários sistematicamente perseguidos, em denúncias sobre corrupção no sistema financeiro que a grande imprensa não podia ou não queria publicar.

A imprensa alternativa _"Opinião", "Movimento", "O Pasquim"_ beneficiava-se de uma conjunção entre interesse jornalístico e diferença ideológica. Denunciava e explicava ao mesmo tempo. Nutria o leitor de "uma visão de mundo abrangente", como se dizia na época, e também fornecia informações mais ou menos censuradas sobre casos específicos, um escândalo bancário, o rombo da previdência, a situação dos índios e a falta de reforma agrária.

Como é sabido, atualmente o charme da esquerda desapareceu. Estranhamente, aquilo que parecia um segredo sensacional _algo que, tendo escapado à censura do regime autoritário, só era conhecido de alguns iniciados inteligentíssimos_ tornou-se uma obviedade, uma revelação que já todo mundo imaginava qual era, e mal estava interessado em saber.

Denúncias, informação jornalística, é algo que a "grande imprensa" sabe atualmente fazer como ninguém. As novidades ideológicas, ou melhor, o grande debate de idéias, também encontraram nos jornais um abrigo permitido, no mesmo momento em que se tornavam menos candentes, menos explosivas, menos ameaçadoras do que pareciam aos olhos do regime militar.

Sobra pouco, deste modo, a um gênero de imprensa que se queira alternativo. Naturalmente, a ênfase, a dramaticidade, o empenho melhorista aparecem de um modo que o aparente "niilismo" dos grandes jornais tende a manifestar com um estilo menos militante. Qual o efeito, então?

É o de vermos essas publicações de esquerda como esforços de conquistar um nicho restrito no mercado. São de uma seriedade impressionante: artigos longos, analíticos, fotos em preto e branco compõem um quadro que parece exigir do leitor um empenho consciente. É por ser de esquerda que o leitor comprará a revista nas bancas. Estará no espírito de quem lê um relatório sociológico, embora se faça o possível, nessas publicações, para encontrar uma forma ágil e atraente.

Bem diferente era a situação em que assinar um jornal alternativo representava um ato de inteligência, ou uma vontade de arejamento. Hoje, trata-se de um ato de teimosia, de militância. Insisto no óbvio: a hegemonia ideológica trocou de mãos. O estilo de esquerda parece agora pesado demais, e rebarbativo demais: ao tocar em temas polêmicos e importantes traz consigo o ar de quem carrega, a contragosto um piano ladeira acima, quando até há algum tempo tudo parecia correr ladeira abaixo, empurrado pela fatalidade histórica.

Toda essa avaliação é temporária, conjuntural. O irônico é que as verdades do pensamento de esquerda não foram aposentadas. Alguns anos atrás, era verdadeiro dizer que o programa econômico do FMI só

servia aos interesses das potências capitalistas. Hoje, essa verdade se tornou "primitiva", diante de um mundo mais "complexo", que impõe novos "desafios" à economia brasileira.

O debate, como sempre, não se dá em torno do que seja "verdade" ou "mentira", ou não tanto em função disso, mas sim em função daquilo que parece mais sofisticado, mais capaz de "dar a volta por cima" face ao momento histórico anterior. Estando fora de moda, as novas revistas de esquerda cumprem um papel de resistência diante de um público que, entretanto, já não quer o mesmo estilo alternativo e fortemente editorializado dos anos 70. Não tendem a atrair uma massa significativa de leitores. Mas apostam na hipótese de que, um belo dia, o vento mude de direção.

16/04/1996/PAINEL DO LEITOR

Infanticídio

"Estou plenamente de acordo com Marilene Felinto em 'Arquivo organiza infanticídio contemporâneo'. Existe uma colossal falta de responsabilidade por parte das pessoas que fazem sexo sem tomar precauções no sentido de criar estrutura para aquele ser humano que está para vir ao mundo. Parabéns pela feliz declaração de que não é o aborto o responsável pelo infanticídio no mundo contemporâneo e sim o nascimento, a procriação indiscriminada, incentivada pelo Estado (por omissão) e pela Igreja (por hipocrisia)." Arbex Baiesta Silva (São Paulo, SP)

NACIONAL/09/04/96/ARQUIVO ORGANIZA INFANTICÍDIO CONTEMPORÂNEO

Marilene Felinto da Equipe de Articulistas

Está nesses jovens casais recém-casados que se mudam, já na espera do bebê, para um pequeno apartamento alugado onde dividirão, entre gritos e mijadas do animal novo, as aflições, as carências materiais da classe média a que pertencem. Acabam não suportando. Dali a um mês estarão aos tapas dentro de casa, aos gritos, batendo portas, incomodando vizinhos, expulsando-se um ao outro de dentro das quatro paredes infernais do lar de amor.

Está na dinâmica dos casais, com a diferença de que gente rica dá sempre um jeito de transformar a vida num espetáculo que a torne um pouco menos insuportável. Alardeiam o casamento, promovem o parceiro, apresentam-no em festas, inflam-no como um balão com o gás de jantares, teatros, cinemas, amizades.

De noite preparam-se, o rico e o pobre, para o sexo, para gozar, gerar e parir como se fossem seres especiais, cujos genes devessem ser reproduzidos. Com maior ou menor grau de consciência, é assim que todos agem (ou raciocinam) e satisfazem na escuridão da noite seus instintos de prazer e preservação da espécie.

Basta imaginar que esse ritual de egoísmo humano se repete aos bilhões a cada instante no mundo: basta imaginar essa multidão de coelhos cegos indo dar de cara na mesma porta fechada, para compreender parte das consequências sociais do ato irresponsável.

São as milhares de crianças que aguardam adoção nos orfanatos do Brasil, por exemplo _de pele escura e maiores de 5 anos_, para não falar das milhões que vagam abandonadas pelas esquinas das grandes cidades, nessa espécie de infanticídio contemporâneo.

Estão todos os casos catalogados _as mortes passadas, as presentes e as futuras: ilusão pensar que esses meninos abandonados não estão mortos_, classificados em fileiras de fichas, em arquivos de internatos, orfanatos, fundações e institutos correccionais. O infanticídio é organizado em gavetas, burocratizado, para fazer de conta que a culpa não é da sociedade (que providencia arquivos), mas sim do indivíduo que fornicou sem poder.

Em outras sociedades, a coisa ficava mesmo sem registro. Malinowski conta que o infanticídio era praticado entre todas as tribos aborígenes australianas. Uma das razões principais para que se matassem crianças era o fato de a mãe alegar não poder amamentar, carregar e cuidar de dois filhos ao mesmo tempo, já que eles costumavam mamar até os 3 anos de idade.

Há inclusive casos em que, ocorrendo a morte da mãe, o pai encarregava-se de matar a criança, pois não havia ninguém para amamentá-la e cuidar dela. Qual a pior barbárie? Os chineses tentaram o comunismo até no amor. Não deu certo. A China, transbordando de gente, deixa órfãos morrerem à míngua nas creches.

Não é o aborto o responsável pelo infanticídio no mundo contemporâneo _o nascimento é que é, a procriação indiscriminada, incentivada pelo Estado (por omissão) e pela Igreja (por hipocrisia).

Antigamente, no sertão do NE, as famílias pobres saíam dando os filhos de porta em porta, para as famílias mais ricas. Qual a barbárie pior?

21/05/1996/PAINEL DO LEITOR

Tradução incorreta

"Numa entrevista que concedi a Daniela Falcão no dia 8 de maio consta que eu teria dito que minha missão é 'atormentar' o papa. A citação não é correta, embora eu compreenda como tais enganos possam ser cometidos quando se traduz do inglês para o português. Seria mais correto dizer que eu e o CDD trabalhamos no sentido de fazer com que a Igreja Católica e o papa respondam por seus atos. Na medida em que o papa deseja ignorar as opiniões e as vivências dos católicos comuns, é justo afirmar que dificultamos sua vida _mas também o respeitamos demais para querer atormentá-lo. A tradição de falar a verdade ao papa é longa e respeitada. Santa Catarina de Siena, Joana d'Arc e Juana de la Cruz o fizeram no passado. Leonardo Boff e Ivone Gerbau o fazem hoje. Eles e nós o fazemos porque amamos a igreja e queremos torná-la mais justa, não porque queiramos feri-la. Obrigada pela oportunidade de esclarecer essa questão." Frances Kissling, presidente da CFFC (Catholics For a Free Choice), organização de mulheres católicas que luta pela legalização do aborto (Washington, Distrito de Colúmbia, EUA)

Resposta da jornalista Daniela Falcão _ Em entrevista realizada no dia 8 de maio por telefone, perguntada sobre as razões pelas quais havia desistido de ser freira aos 19 anos, Frances Kissling respondeu que sua missão no mundo não era ser freira, mas dar ao papa "a hard time".

SÃO PAULO /08/05/96/ COTIDIANO/ GRUPO DE CATÓLICOS DEFENDE O ABORTO**Líder de organização norte-americana vem ao Brasil para discutir saúde da mulher**

Daniela Falcão da Sucursal de Brasília

A norte-americana Frances Kissling, 52, que chega amanhã ao Brasil para discutir a saúde da mulher, não vê nenhuma contradição entre a luta pela legalização do aborto e a prática católica. Desde 1984, Kissling, que quase virou freira, preside a CFFC (Catholics For a Free Choice), organização de mulheres católicas que lutam pela legalização do aborto. Elas também reivindicam a revisão das posições do Vaticano sobre o uso de métodos contraceptivos e a entrada de mulheres na hierarquia da igreja. Kissling vai participar de reunião do comitê organizador do Simpósio sobre Saúde da Mulher, que acontece em dezembro no Rio.

"Minha missão no mundo é atormentar a vida do papa", disse ela, em entrevista por telefone.

A CFFC surgiu nos EUA em 1973. Na América Latina, há escritórios no México, Uruguai e, desde 93, no Brasil (São Paulo). Leia a seguir trechos da entrevista que Kissling concedeu ontem à Folha.

*

Folha - Como o CFFC é visto pelo Vaticano?

Frances Kissling - O papa e os bispos não gostam que os católicos discordem publicamente do Vaticano. O papa é muito autoritário. Os dirigentes da igreja não respeitam a visão de católicos comuns, principalmente de mulheres.

Folha - Que argumentos usam para convencer a igreja?

Kissling - Nós não pedimos para que a Igreja Católica ache o aborto uma coisa boa. O aborto é horrível, mas em alguns casos é necessário. Embora condene as guerras, o Vaticano as aceita em circunstâncias especiais porque confia no discernimento dos homens. A proibição do aborto em qualquer hipótese é prova da falta de confiança na mulher.

Folha - É verdade que a senhora quis ser freira?

Kissling - Aos 19 anos entrei no convento, mas vi que não tinha vocação. Minha missão no mundo é atormentar a vida do papa.

Folha - Sua posição atual não é muito radical para quem quase chegou a ser freira?

Kissling - A doutrina católica incentiva que sejamos corajosos e lutemos contra a injustiça _inclusive as da própria igreja.

Folha - O relacionamento entre o CFFC e os católicos leigos é bom?

Kissling - Excelente. Nós os ajudamos a se libertar da culpa. A maioria não segue à risca o Vaticano. Seria impossível. O Vaticano precisa deixar de ser hipócrita. Se todas as mulheres que usam contraceptivos deixassem de ir à igreja, as missas ficariam vazias.

Folha - É grande o número de católicas que fazem abortos?

Kissling - Há estatísticas mundiais comprovando que o número é igual ao de não-católicas.

Folha - O que acha da onda conservadora que ameaça conquistas como a legalização do aborto?

Kissling - Sempre que há recessão econômica, como aconteceu nos EUA, a população passa por ondas de conservadorismo. A igreja poderia ter aproveitado para ganhar adeptos. O problema é o papa (João Paulo 2º), que se recusa a dialogar. Quanto à pressão para tornar o aborto ilegal nos EUA, não acredito que surta efeito.

Folha - Você defende a abertura da hierarquia da igreja à mulher?

Kissling - Claro! Não há nada que impeça mulheres de celebrar missas, virar bispos ou papisas.

Folha - E quanto à proibição do uso de contraceptivos e do casamento de padres?

Kissling - Se os padres casassem e tivessem filhos para sustentar, garanto que passariam a apoiar o uso de métodos contraceptivos.

03/06/1996/PAINEL DO LEITOR

"O grande desafio moderno está em resolver problemas como o desespero coletivo, a divisão de famílias, a fome, o aborto, as drogas, a corrupção, a Aids, o efeito estufa etc. Estamos num ponto crucial, sendo necessário agir com rapidez e exatidão. Se quisermos o amanhã diferente, devemos tornar o hoje diferente." Raul de Moraes Breves Sobrinho (Mogi das Cruzes, SP)

24/06/1996/PAINEL DO LEITOR

Vício intelectual

"As pessoas pretendem ajustar a realidade das coisas ao que pensam e não o contrário. Desse vício intelectual padecem todos os que fazem a apologia do aborto e de sua legalização, à exceção daqueles que expressam brutalmente serem seus partidários, não negando a óbvia existência da criança. Adotam a lei do mais forte, mas ao menos são menos hipócritas." João Barbedo Marques (Rio de Janeiro, RJ)

02/07/1996/PAINEL DO LEITOR

Questões de fé

"Lamento que o companheiro Hélio Bicudo (PT) se paute por fundamentos de sua crença religiosa ao tratar de direitos sexuais. Questões de fé devem ser respeitadas em nível individual, mas não podem ser transformadas em padrão ao se legislar para o conjunto dos cidadãos e cidadãs. Assim é no caso do aborto, onde a legislação está aquém da realidade nacional e da tendência do Direito internacional: somente 25% dos países do mundo têm legislações tão restritivas quanto a nossa. Quanto à esterilização, foram as feministas as primeiras a denunciar o Relatório Kissinger: a esterilização deve ser entendida dentro do contexto do planejamento familiar como mais uma opção. E quanto ao projeto de regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, é estranho que um parlamentar, que é presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, se mostre contra a ampliação dos direitos das minorias, uma das bandeiras deste final de século. À vista das discussões havidas no PT sobre os três temas citados, creio que as posições dos deputados José Genoíno, Eduardo Jorge e as minhas estão mais de acordo com a militância e a direção do nosso partido." M Suplicy, deputada federal pelo PT-SP (São Paulo, SP)

03/07/1996/PAINEL DO LEITOR

Equívocos

"A companheira Marta Suplicy comete, pelo menos, três equívocos em sua carta no 'Painel do Leitor' de 2/7. Em primeiro lugar, não se trata de questão de fé ou de religião, mas de um problema político relativo à bioética e à população nos países do Terceiro Mundo diante das imposições dos países ricos. O fato de somente 25% (sic) dos países hoje existentes fazerem restrição ao aborto confirma, justamente, a imposição acima referida. No relatório Kissinger o apelo à esterilização e ao aborto objetivam claramente, na forma da ideologia da segurança nacional, a segurança populacional dos países ricos, ameaçada pelos países pobres. É como se dissesse: ricos, uni-vos. Não tenho preconceitos. Pelo contrário, respeito aqueles que optaram por um estilo de vida diferente do meu. Não os discrimino, considerando-os minorias, mas sim pessoas humanas. E entendo que para preencherem suas necessidades patrimoniais sucessórias a lei civil já as abriga, inexistindo necessidade de casamento legal, com papel passado. Por final, não sei onde e como a conclusão de que as posições profligadas merecem o acordo da militância e da direção do PT." Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP (São Paulo, SP)

07/07/1996/PAINEL DO LEITOR

Convivências

"Respeito Hélio Bicudo e evito polêmicas com ele, porém: insistir na criminalização do aborto é ser conivente com os nossos índices vergonhosos de mortalidade entre mulheres jovens. Insistir na obstrução a qualquer programa amplo de planejamento familiar é negar uma aspiração universal de homens e mulheres. Insistir na discriminação aos homossexuais é negar a quem pregou o amor ao próximo sem qualquer exceção." Eduardo Jorge, deputado federal pelo PT-SP (Brasília, DF)

17/07/1996/PAINEL DO LEITOR

Apoio

"Em apoio ao artigo do deputado Hélio Bicudo ('Esterilização, aborto e homossexuais', de 30/6) e a todos os que como ele erguem a voz para rejeitar projetos que prejudicam a família, recorde recente pronunciamento da Assembléia Geral da CNBB que diz: 'Aos senhores parlamentares, apelamos que se oponham e votem contra os projetos de lei, em tramitação no Congresso Nacional, prejudiciais à instituição familiar, como os que ampliam os casos de despenalização do aborto, o que legaliza a união civil de pessoas do mesmo sexo e os que permitem a esterilização humana como método de planejamento familiar. Por isso, votem em favor do veto presidencial parcial ao projeto de lei (nº 209/91) que veta justamente a esterilização humana como método de planejamento familiar.'" Raymundo Damasceno Assis, bispo, secretário-geral da CNBB _ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Brasília, DF)

18/07/1996/PAINEL DO LEITOR

Direitos iguais

"Sobre o artigo do deputado Hélio Bicudo, 'Esterilização, aborto e homossexuais' (30/6): o projeto de lei nº 1.151 _sobre o Contrato de União Civil entre pessoas do mesmo sexo_ não visa garantir o prazer dos homossexuais, como pretende o deputado Hélio Bicudo. A legalização de uma união de fato não deve ser considerada válida apenas se for a intenção do casal reproduzir. Tal generalização é excludente, é discriminatória. O Contrato de União Civil está sendo proposto porque as muitas pessoas do mesmo sexo que formam uniões estáveis não têm os mesmos direitos que os casais heterossexuais. É uma questão de direitos iguais e de cidadania." Toni Reis e David Harrad (Curitiba, PR)

NACIONAL/30/06/96/OPINIÃO/ESTERILIZAÇÃO, ABORTO E HOMOSSEXUAIS

Esses projetos têm conteúdo marcadamente hedonista, incompatível com a finalidade última da espécie humana

Alguns projetos em andamento na Câmara Federal propõem a legalização do aborto em qualquer hipótese, considerando-o válido quando ficar constatado que a criança é portadora de deficiências físicas ou mentais e, até mesmo, por livre e mera opção da gestante, até 90 dias a partir da concepção; outros sinalizam para a adoção indiscriminada da esterilização de mulheres e homens; por último, propicia-se o casamento a homens e mulheres do mesmo sexo (o eufemismo "união civil" não desqualifica a existência de casamento na acepção própria do termo). Todos eles apresentados por deputados eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, sem, contudo, o seu aval. E, por outro lado, esquecidos, talvez, de que se alinham esses projetos em concepções tradicionalmente adotadas por ideologias que não compartilham o ideal socialista de uma sociedade solidária e justa.

Realmente, as teses neomaltusianas de contracepção, esterilização e aborto vêm sendo impostas ao Terceiro Mundo segundo concepções políticas adotadas a nível da chamada ideologia de segurança nacional na sua matriz norte-americana e claramente expostas no conhecido "relatório Kissinger", em que se aconselha, para a segurança exclusiva dos Estados Unidos da América, a contenção populacional dos países do Terceiro Mundo.

Essa política vem sendo, de há muito, implementada por organizações não-governamentais fartamente financiadas, principalmente por fundações americanas e japonesas, o que resultou numa reversão dos índices de natalidade e fecundidade das mulheres brasileiras, ascendentes havia alguns anos.

Ora, além da esterilização, o aborto, segundo fala claramente o "relatório Kissinger", é prática imprescindível na adoção de qualquer política que vise a contenção da natalidade.

E nem se venha com o surrado argumento de que se trata de um direito da mulher, pois a biogenética tem assente que a vida, na sua individualidade, tem início com a união dos gametas masculino e feminino, no momento da concepção. A partir daí, se instaura o processo da vida, que ninguém, validamente, resguardado o estado de necessidade, tem o poder de interromper.

A vida não é propriedade de ninguém e, muito menos, da mulher que a abriga em seu seio. Longe de se constituir em fator contrário à sua dignidade, a criminalização do aborto exalta essa mesma dignidade, que se expressa na missão transcendental de transmitir a vida.

Esses projetos _esterilização, aborto ou casamento de homossexuais_ têm conteúdo marcadamente hedonista, incompatível com a finalidade última da espécie humana, que não pode compadecer com considerações que qualificam o homem como um conjunto de tecidos, órgãos e funções, vivendo preponderantemente para o prazer, ademais, avaliado com o mesmo critério que se usa no trato do corpo dos animais.

Por outro lado, o projeto que trata da chamada união civil estabelece a possibilidade da existência de uma família paralela _inteiramente discrepante dos grupos familiares contemplados pela Constituição Federal, o que seria suficiente para inviabilizá-lo de plano, apontando-lhe a mesma sorte das propostas

de esterilização e aborto, atentando estas contra claros direitos e garantias constitucionais (artigo 5º) para fins exclusivamente patrimoniais. Quem tiver a oportunidade de ler o projeto de lei nº 1.151/95 irá verificar que se cuida de um novo modelo de família, com regras próprias para sua instituição e desfazimento, com o claro objetivo de outorgar direitos sucessórios de conteúdo patrimonial.

Ora, não obstante não se possa deixar de reconhecer o atrelamento sóciopolítico do Estado brasileiro às determinações dos países industrializados, não é possível que também a esquerda se ponha a seu serviço para a construção de um mundo diferenciado para alguns privilegiados, deixando de lado suas preocupações com a exclusão social.

Hélio Bicudo, 73, jurista, é deputado federal pelo PT de São Paulo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh). É autor de "Violência: O Brasil Cruel e Sem Maquiagem", entre outros livros.

01/09/1996/PAINEL DO LEITOR

Consciência

"Em vista do fato da violação dos direitos humanos perpetrada por certas agremiações políticas, os católicos não podem votar em candidatos oriundos desses partidos sem estarem maculando gravemente suas consciências. Tais partidos são, por exemplo, o PMDB, que promove a esterilização das mulheres (e também foi o primeiro partido a introduzir os preservativos no país, numa forma desonesta, sem o consentimento do povo, mas à custa de seu dinheiro). Outro exemplo: o PT, que abertamente aprova a prática do aborto, o homossexualismo e outras deturpações. Todavia, se o candidato se redimir perante o público em geral, manifestando seu desacordo com essas posturas imorais, então ele será digno do voto do fiel católico. Cuidado!" Antonio Mellace, padre (São Paulo, SP)

17/10/1996/PAINEL DO LEITOR

"Roda Viva"

"Referindo-se à relação do presidente Fernando Henrique Cardoso com a jornalista Eleonora de Lucena no debate do 'Roda Viva' em 14/10, Fernando de Barros e Silva percebeu bem a intolerância do presidente frente às intervenções da jornalista, a mais assertiva do grupo. Diferentemente do que diz Fernando de Barros e Silva _que Fernando Henrique só foi suave quando ela perguntou sobre o aborto, 'questão de mulher'_ , o presidente mudou realmente o tom na resposta, mas não porque era pergunta 'de mulher' (o que é uma bobagem), mas porque não queria respondê-la. Em vez de colocar sua posição sobre o aborto, o presidente discursou sobre seu veto equivocado à esterilização, no projeto de planejamento familiar. Sorriu, admitiu o erro e não foi mais perguntado sobre a questão polêmica. Sobre o veto, se quisesse realmente tê-lo derrubado, já o teria feito. Haja manipulação." Marta Suplicy, deputada federal pelo PT-SP (Brasília, DF)

*

"Gostaria de enviar total solidariedade à jornalista Eleonora de Lucena pelos maus-tratos que lhe foram impingidos pelo Exmo. sr. presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Depois da maneira deselegante como o presidente tratou a jornalista, apenas por sua insistência em alguns temas econômicos, fica a pergunta: que diferença há entre FHC e o ministro Sérgio Motta?" Jorge Antonio Barros, editor-chefe da revista "Vinde" (Niterói, RJ)

04/12/1996/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"As especulações que esta Folha, juntamente com grande parte da mídia, vem fazendo em torno do polêmico tema do aborto causam um desserviço à nossa pátria cristã. As duas situações em que se discute o aborto não passam de mascarada hipocrisia com o intuito de permitir a liberação total do tão monstruoso crime. Que Deus não permita que nossa pátria seja palco da prática legitimada desses crimes que clamam a Deus por vingança." Juraci Josino Cavalcante (Salvador, BA)

05/12/1996/PAINEL DO LEITOR

Síndrome de Down

"Escrevo para, sem entrar no mérito da discussão do aborto, discordar da opinião do dr. Thomaz Gollop emitida na reportagem 'Justiça começa a autorizar o aborto'. Diz o dr. Gollop: 'Muitos juizes acham que é possível lidar com a síndrome (de Down) de uma maneira tranquila. Não é na verdade, mas, enfim, é um conceito'. Não é o que pensam as centenas de milhares de pais que se reúnem em associações, para reivindicar e lutar pela integração de seus filhos à sociedade. É possível, sim, lidar com a síndrome de Down de uma forma tranquila, desde que tenhamos uma sociedade menos

preconceituosa, capaz de conviver com todas as diferenças individuais, sejam elas de inteligência, de cor, de orientação sexual etc." Ruy do Amaral Pupo Filho, médico, presidente da Associação Up Down de Santos (de pais de filhos com síndrome de Down) (Santos, SP)

NACIONAL/01/12/96/MAIS!/CIÊNCIA/JUSTIÇA COMEÇA A AUTORIZAR O ABORTO

Juízes permitem pelo menos 350 abortos de fetos com anomalias graves

Vanessa De Sá da Reportagem Local

A Justiça já concedeu pelo menos 350 alvarás para mulheres cujos diagnósticos médicos apontavam alguma anomalia fetal, permitindo a elas interromper a gravidez. A estimativa foi feita por Marcos Frigério, médico assistente do Instituto de Medicina Fetal e Genética Humana de São Paulo e faz parte de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação McCarthur, dos EUA. "Cheguei a essa estimativa baseado em informações colhidas com especialistas em congressos médicos. Cerca 25 pedidos foram negados", diz. Segundo ele, há cerca de cem alvarás concedidos no Rio. São Paulo tem aproximadamente 90 autorizações, sendo que a Universidade de Campinas e o Hospital das Clínicas de São Paulo conseguiram o maior número de autorizações. Segundo o médico, em São Paulo a primeira concessão aconteceu em 94, "para uma paciente de nossa clínica". "Já conseguimos 20 autorizações judiciais e mais duas estão em andamento", diz.

Frigério diz que os alvarás se referem às mais diversas anomalias, todas elas incompatíveis com a vida, isto é, não permitem uma sobrevivência prolongada da criança. Essas anomalias vão desde agenesia renal (ausência de rins) à abertura da parede abdominal e síndrome de Patau (onde há problemas renais, gástricos e cerebrais gravíssimos). "Nenhuma dessas anomalias permite tratamento intra ou extra-uterino."

De acordo com Thomaz Gollop, ainda não foi pedido, por intermédio de sua clínica, nenhuma autorização para síndrome de Down.

"O tema Down ainda é polêmico porque a síndrome não é incompatível com a vida. Muitos juízes acham que é possível lidar com a síndrome de uma maneira tranquila. Não é na verdade, mas, enfim, é um conceito."

"No momento os juízes têm autorizado a interrupção de tudo o que é diagnosticado e é grave. Isso é um ganho monumental porque, em primeiro lugar, retira essa questão da clandestinidade e, em segundo lugar, cria mais uma abertura legal para aquilo que a bioética tem colocado, que é a questão da autonomia", diz.

A Folha apurou junto a médicos ginecologistas e geneticistas de São Paulo que apenas cerca de 10% dos diagnósticos desfavoráveis vão à Justiça. Entre 80% a 90% dos casais prefere interromper a gestação na clandestinidade.

De acordo com Frigério, ao contrário do que se pensa, a decisão em primeira instância tem sido rápida. "Em média, o juiz tem liberado o alvará em 72h."

Mas, segundo o médico, o maior empecilho em levantar o número definitivo de alvarás no Brasil é que "a maioria dos casos a decisão é de primeira instância, e nem em São Paulo esse serviço está totalmente informatizado. É preciso ter o nome da paciente e o número do processo, o que eu não tenho."

92% são favoráveis

Segundo Frigério, durante um longo período argumentou-se que a mulher brasileira seria contrária ao aborto. Mas uma pesquisa feita em 1991, a qual estudou 321 casais que foram a clínicas especializadas, mostrou que 92% das mulheres optariam pelo aborto se descobrissem que o feto apresentava anomalia grave.

Gollop afirmou também que a religião e o nível socioeconômico não influem na tomada de decisão do casal. "Temos constatado que a maioria dos católicos diz que não é a igreja quem vai arcar com as consequências de um filho anômalo. De minha experiência tenho que a religião não influi na decisão de mais de 90% dos casais."

"A minha posição é _e eu acho imprescindível mudar a lei: a decisão da mulher deve ser soberana nesses casos. Nós temos uma cultura absolutamente hipócrita nesse sentido. Do ponto de vista da lei o casal é obrigado a ter o filho deficiente, e depois são negadas todas as formas de cuidar dele."

08/12/1996/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Desejamos manifestar nosso apreço pelo editorial 'Tecnologia e risco' (2/12). Ao apoiar nossa causa voltada para a modificação da anacrônica lei do aborto datada de 1940, que pretendemos permita aos casais que se deparam com o infortúnio do diagnóstico de uma anomalia fetal grave e incurável

poderem optar livremente por manter ou interromper a gravidez, a Folha sai na frente e mostra sua faceta de modernidade." Thomaz Rafael Gollop, diretor-superintendente do Instituto de Medicina Fetal de São Paulo (São Paulo, SP)

*

"Estamos vivendo um momento de especial importância. O Congresso Nacional está votando o projeto de lei de autoria do deputado federal Eduardo Jorge que, se aprovado, obrigará a rede de saúde pública a realizar abortos. Assim sendo, o tão sonhado leito hospitalar que poderia, em tese, curar as mais variadas doenças, será utilizado para matar. Os 'médicos' serão pagos com o dinheiro público para utilizar a sua ciência em aniquilar o ser humano. Como se fala em falência da rede de saúde e depois se cria tal atrocidade?" Carmen Lúcia de Camargo Penteado, presidente do Instituto de Estudos Mulher Criança Sociedade (São Paulo, SP)

NACIONAL/02/12/96/OPINIÃO/EDITORIAL

TECNOLOGIA E RISCO

O caderno Mais! de ontem abordou a sofisticação de técnicas que permitem diagnosticar anomalias genéticas em fetos. As expressivas conquistas nesse campo ressaltam mais uma vez a necessidade de rever a atual legislação sobre o aborto, tendo em vista sua flexibilização.

O Código Penal permite a interrupção da gravidez apenas em dois casos: quando a gestante corre risco de vida e quando a gravidez é decorrente de um estupro. Já existe no país jurisprudência que oferece alguma abertura para a prática do aborto quando se constata anomalia grave no feto. A autorização judicial pode ser obtida mediante a apresentação de laudos de três médicos (exceto daquele que já acompanha a gestante) e de um psicólogo ou psiquiatra.

Entretanto, no Brasil uma jurisprudência não é fonte de direito. Não garante, dessa forma, que futuras decisões para casos similares caminhem no mesmo sentido.

Uma mudança na lei do aborto ofereceria aos pais maior autonomia para decidir se desejam ou não arcar com o ônus de cuidar de uma grave deficiência do nascituro (muitas vezes pelo resto da vida).

Não se pode, aliás, ignorar uma agravante no caso brasileiro. O mesmo Estado que hoje mantém uma lei draconiana para o aborto vem mostrando total incapacidade de oferecer à população um sistema de saúde pública eficiente.

Existem, é claro, dificuldades para definir inequivocamente o que são anomalias graves, bem como questões éticas no avanço irrestrito de técnicas de diagnóstico que permitem testar a "qualidade genética" de fetos. Mas essas objeções não podem constituir obstáculo à necessidade de garantir aos pais o máximo de autonomia para tomar uma decisão de tão grande importância.

NACIONAL/04/12/96/COTIDIANO/ATIVISTAS ANTIABORTO OFENDEM DEPUTADOS

Nova proposta faz projeto que prevê atendimento gratuito para aborto legal deixar de ser votado

Ricardo Amorim Da sucursal de Brasília

A reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara que deveria votar o projeto que garante o atendimento público e gratuito ao aborto legal (casos de estupro e risco à vida da mãe) transformou-se em cenário de ofensas a deputados.

Integrantes do Movimento Pró-Vida, de orientação cristã, protestaram contra a proposta dos deputados petistas Eduardo Jorge (SP) e Sandra Starling (MG) atacando seus defensores.

O deputado José Genoino (PT-SP) teve seu sobrenome trocado por "genocídio", a deputada Marta Suplicy (PT-SP) foi chamada de "suplício" e a relatora da proposta na CCJ, Zulaiê Cobra (PSDB-SP), de serpente.

A origem das ofensas foi um livreto de 40 páginas, preparado pelo Pró-Vida, com afirmações e comentários sobre a atuação dos parlamentares nos temas relacionados ao aborto.

Uma das principais vítimas dos ataques, Genoino não se incomodou. Chegou até a se divertir com os textos, junto a colegas petistas.

"Se houvesse Inquisição, eu já estaria na fogueira", brincou. "Sempre achei que você tinha um ar mefistofélico", completou o petista Marcelo Déda (SE).

Ao final da reunião, Genoino saiu do plenário gritando: "Abaixo a Inquisição".

Projeto

O motivo da polêmica, o projeto de lei 20/91, prevê o atendimento na rede pública dos casos de aborto permitidos pelo Código Penal.

Na semana passada, o deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) pediu vistas e ontem apresentou um substitutivo, proibindo o aborto em qualquer circunstância.

Sua proposta prevê assistência do Estado à mulher vítima de estupro até o nascimento da criança. Caso a mãe não queira o filho, o Estado fica responsável por ele.

No caso de aborto voluntário, a pena de prisão poderia ser trocada por prestação de serviços à comunidade.

Os integrantes da comissão escolhem hoje entre o projeto original e o substitutivo de Zimbaldi.

Base em Anápolis

O Movimento Pró-Vida tem atuado especialmente na cidade de Anápolis (GO), a cerca de 120 quilômetros de Brasília.

Segundo Heloísa Helena Teixeira, chefe de gabinete da deputada Lydia Quinan (PMDB-GO), integrantes do grupo já tinham feito manifestações em outras votações e audiências ligadas à questão.

"Sempre de um jeito inflamado e usando termos obtusos", afirmou Teixeira. O grupo fez oposição à candidatura da deputada à vice-prefeita de Anápolis porque em votação passada ela foi contra a restrição do aborto legal.

15/12/1996/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Os romanos, há 2.000 anos, tinham melhores soluções para os pequeninos enjeitados do que hoje. A solução era simplesmente abandoná-los na Coluna Lactária do mercado de legumes de Roma, ou Fórum Olitorium. Lá eram depositados dezenas de bebês a cada noite, e a cada noite lá compareciam dezenas de mães abnegadas, dispostas a adotar um filhinho; na manhã seguinte todos estavam amparados. Portanto devemos refletir que é menos criminoso o abandono de uma criança do que o ato de um aborto." Raul Magalhães (Belo Horizonte, MG)

25/12/1996/PAINEL DO LEITOR

Pró-vida

"O Movimento Pró-Vida, de ativistas contra o projeto de lei que garante atendimento público e gratuito ao aborto legal (casos de estupro e risco de vida da mãe), está de acordo com a mentalidade reinante neste país: pró-vida dos que podem pagar clínicas aborteiras, pró-vida dos banqueiros, pró-vida dos latifundiários, pró-vida dos ladrões de colarinho branco, pró-vida das estatais estrangeiras que compram nossas estatais. Enfim, pró-vida dos que já têm a vida que o dinheiro pode comprar." Irene Maria da Silva Telles (Paty do Alferes, RJ)

1997

01/01/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"A igreja não é exatamente contra a execução do feto, mas contra o ato que lhe deu origem: o conúbio carnal. Como médico de adolescentes, e conhecendo o problema da gravidez na adolescência e a avidez natural por sexo que têm os jovens, o que lhes resta? Se forem ricos, tudo bem, mas, se pobres, resta-lhes as aborteiras e 'fazedoras de anjos'. O Estado e a igreja sabem disso, mas preferem avestruzar-se nas proibições daquilo que impediria o devido 'castigo' às temerárias jovens que apenas seguem os ditames de seus hormônios e fisiologia. Algum padre já viu uma adolescente em processo de aborto provocado por aborteiros criminosos? Já sabem que cerca de 2 milhões de abortos são praticados por ano em jovens no Brasil? Já sabem das consequências?" Paulo F. Cunha (Recife, PE)

13/01/97/PAINEL DO LEITOR

Crime gravíssimo

"Com relação ao comentário do sr. Paulo F. Cunha ('Painel do Leitor', 1º/1), quero esclarecer que a Igreja Católica é contra o aborto porque, basicamente, atenta contra a vida e, nesse caso, é crime gravíssimo, pois trata-se de eliminar uma vida inocente, sem nenhuma possibilidade de defesa. Por outro lado, sabe-se que o ser humano, em qualquer época da sua vida, mesmo na adolescência, não é escravo dos seus hormônios, como dá a entender o comentário do sr. Cunha!" Pedro Américo Cabral Senna (São Carlos, SP)

01/02/97/PAINEL DO LEITOR

Democracia direta

"Falou-se em plebiscito para a questão da reeleição. Muito bem! Mas por que não fazer plebiscito para outras questões de relevância nacional? As grandes questões da sociedade brasileira poderiam, por meio do plebiscito, ter um julgamento muito mais democrático. Poderíamos, assim, ter plebiscito para

o aborto, a pena de morte, doação obrigatória de órgãos, casamento homossexual etc." Joaquim Miguel Couto (Santos, SP)

17/02/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"É reclamação generalizada a situação caótica do nosso serviço de saúde. Falta dinheiro para tudo. Menos para matar. A partir do dia 1º, uma gestante poderá continuar tendo que esperar horas na fila para ter um atendimento precário, se o desejo for cuidar da saúde do filho. Mas, se o seu desejo for matá-lo, haverá uma equipe multiprofissional especialmente preparada para atendê-la com toda a solicitude. Refiro-me ao 'serviço' de aborto que será inaugurado no mês que vem no atual Hospital Materno-Infantil de Goiânia." Luiz Carlos Lodi da Cruz, coordenador do Movimento Pró-Vida da Diocese de Anápolis (Anápolis, GO)

20/02/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Chamou-me à atenção a carta do sr. Luiz Carlos Cruz, coordenador do movimento Pró-Vida de Anápolis (GO), sobre o que ele denomina 'serviço de aborto' a ser 'inaugurado' no Hospital Materno-Infantil de Goiânia. Não tenho procuração para falar em nome do hospital, mas cabe um esclarecimento. O Código Penal estabelece, desde 1940, no artigo 128, que o aborto praticado por médico não é punível _é facultado_ quando não há outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez for resultado de estupro. Mas, durante meio século, a vítima de estupro só por exceção é atendida nos hospitais públicos, vendo-se obrigada a recorrer ao aborto clandestino. Já que a violência sexual contra a mulher é uma realidade incontestável, e que a gravidez dela resultante é uma segunda violência intolerável para a maioria delas, torna-se impostergável encontrar uma forma de responder às necessidades dessas mulheres. O hospital, que anuncia sua proposta de atender esses casos, não está absolutamente aumentando sua carga de trabalho. Pelo contrário: evitará as graves complicações do aborto clandestino, ao mesmo tempo que protege um direito da mulher violentada." Anibal Faúndes, professor titular de obstetria da Unicamp e presidente da Associação Internacional de Saúde Materna e Neo-Natal (Campinas, SP)

PAULISTANA/23/02/97/COTIDIANO/SERVIÇO OFERECE OPÇÃO A VÍTIMAS DE ESTUPRO

Uma iniciativa simples da Secretaria Municipal da Saúde e da Delegacia da Mulher de Goiânia transformou a cidade em pioneira no país no uso da "contracepção de emergência". O serviço consiste em oferecer a mulheres vítimas de estupro uma superdosagem de pílulas anticoncepcionais.

A concentração do medicamento _aplicado nas 72 horas seguintes à relação_ provoca uma descamação das paredes do útero e um conseqüente sangramento, impedindo que o óvulo se implante. Em 75% dos casos, a gravidez não acontece.

Em dois meses, o número de mulheres que denunciavam estupros na cidade passou de 12 para 20 casos mensais.

O recurso já é empregado por médicos em casos de rompimento do preservativo ou mesmo deslocamento do DIU de suas pacientes. Também é praticado nas unidades da rede pública que têm programas de saúde da mulher.

No início do ano passado, o Ministério da Saúde normatizou o uso da "contracepção de emergência" para casos de estupro. Em novembro, Goiânia transformou-se na primeira cidade a oferecer esse serviço.

"Trata-se de um preventivo da gravidez, não de um aborto", diz Marilúcia Batista Antonio, da secretaria municipal. "Não tivemos reações contrárias."

O serviço atende a uma reivindicação da delegacia da Mulher e do grupo de mulheres Transas do Corpo. "As mulheres vítimas de estupro passaram a procurar nossa delegacia rapidamente", diz Maria Nalva Doca, delegada-titular da Delegacia de Defesa.

A mulher preenche um Boletim de Ocorrência, passa por exame de corpo de delito e é encaminhada ao posto de saúde para a medicação.

A tentativa de colocar em prática o direito ao "aborto legal" _aquele permitido por lei_ não foi bem-sucedida. Com o terço na mão e o recurso à Internet, o padre Luiz Carlos Lodi, da diocese da vizinha Anápolis, vem combatendo qualquer tipo de aborto no Estado. O Instituto Materno-Infantil, que se propôs a fazer abortos em mulheres grávidas ou em risco de vida, adiou os planos.

28/02/97/PAINEL DO LEITOR

Sexo irresponsável

"Chega-se à conclusão de que a propaganda dos preservativos e sua distribuição incluem os seguintes inconvenientes: disseminação da Aids pelo fato de a proteção dada pelas camisinhas ser muito falha, indução à infidelidade conjugal, ao sexo irresponsável, ao uso do sexo antes e fora do casamento, a gravidezes precoces de adolescentes e às vezes com a prática do crime do aborto, enfim, uma série de efeitos contraproducentes. E essa propaganda e a distribuição são feitas com grandes verbas do dinheiro do contribuinte, enquanto inúmeros hospitais se acham em condições materiais precárias e com falta de pessoal por 'insuficiência de verbas'. Seria muito mais lógica e consentânea com os bons costumes uma propaganda nestes termos: 'Cuidado com a Aids _faça sexo somente com seu cônjuge'." Antônio M. da Cruz, cônego, membro do Cabido Metropolitano de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG)

27/06/97/PAINEL DO LEITOR**Sexo precoce**

"Apreciável a reportagem da Revista da Folha intitulada 'Sexo dos anjos'¹. Além das transas dos jovens serem sempre sarcásticas, geralmente resultam em doenças sexualmente transmissíveis, em gravidezes indesejadas, em filhos ilegítimos, em aborto, num casamento prematuro, bem como na dificuldade de formar vínculos de amor duradouros. A solução para isso é, segundo o dr. Sainsbury, 'não ter relações sexuais até que você esteja preparado para manter um relacionamento monógamo. As palavras-chave são abstinência e monogamia'." Douglas Brito de Oliveira (São Paulo, SP)

23/08/97/PAINEL DO LEITOR**Aborto**

"Parabéns ao bispo de Anápolis, d. Manoel Pestana Filho, pela defesa ao direito do feto: 'O único inocente que paga pelo erro' dos outros." Carlos Alberto dos Santos Dutra, coordenador diocesano do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), diocese de Três Lagoas (Três Lagoas, MS)

*

"Sobre o projeto que obriga o SUS a realizar os abortos permitidos por lei: as forças ocultas interessadas no controle populacional do Brasil obtiveram mais uma vitória. Agora o povo brasileiro será esterilizado às expensas do próprio governo." João G. Barbedo Marques (Rio de Janeiro, RJ)

*

"A decisão pelo aborto é um direito personalíssimo. Pretender impedir que o sistema público de saúde esteja obrigado a executar um ato médico legal e plenamente pretendido pelos interessados contribui simplesmente para perpetuar a exclusão do segmento social que não pode pagar por esse ato." Luiz Fernando de A. Figueiredo (Osasco, SP)

24/08/97/PAINEL DO LEITOR**Aborto**

"Por continuar acreditando que o feto não é apêndice no corpo da mãe e toda pessoa, desde a sua concepção, tem direito à vida, parabeno o ministro Carlos Albuquerque por sua posição contrária ao projeto que prevê a obrigatoriedade de atendimento pelo SUS dos casos de aborto previstos no Código Penal." Maria Cristina Castilho de Andrade (Jundiaí, SP)

*

"Causou-me profunda indignação a frase do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, a respeito do projeto de lei que regulamenta o aborto em casos de estupro ou de perigo de vida para a gestante: 'Sou contra o aborto devido a minha formação religiosa, moral, ética e profissional'. Como aceitar que uma mulher seja obrigada a dar à luz, criar e amar um filho que ela não escolheu ter? E se fosse com uma filha do ministro?" Valéria Albuquerque (Brasília, DF)

*

"Com relação à declaração do bispo de Anápolis, Manoel Pestana Filho, de que 'a estuprada é vítima, mas pode ser que tenha sido conivente': esse tipo de demonstração de desprezo pelo sentimento das pessoas é o cerne do crescente afastamento da Igreja Católica de seus fiéis." Armando Farhate (São Paulo, SP)

*

"Ao contrário do que dizem os pobres abortistas, a igreja sempre tem defendido da forma mais integra possível a indescritível dignidade da mulher, sendo contra qualquer manipulação artificial de seu

¹ este artigo não foi localizada no banco de dados do jornal.

corpo e não tolerando que o transformem em objeto de consumo." Marisa Stucchi da Silva (São Paulo, SP)

NACIONAL/21/08/97/CCJ APROVA ABORTO LEGAL OBRIGATÓRIO PELO SUS

Voto de relatora definiu desempate; sessão foi tumultuada por confronto entre ativistas religiosos e feministas

Betina Bernardes Da sucursal de Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem, apesar de empate na votação, o projeto de lei sobre a obrigatoriedade de atendimento pelo Sistema Único de Saúde dos casos de aborto previstos no Código Penal (estupro e risco à vida da gestante).

Foram 23 votos a favor e 23 contra. Com o empate, prevaleceu o voto da relatora, deputada Zulaic Cobra (PSDB-SP).

O plenário da comissão ficou lotado, com cerca de 150 pessoas no fundo. Bispos, padres, freiras, frades, aspirantes e fiéis, a maioria da Igreja Católica, ficaram ao lado de cerca de 50 ativistas feministas.

Após a votação, opositores ao projeto, chorando, gritavam para as feministas e deputadas que votaram a favor que elas eram "assassinadas" e "açougueiras". Estenderam uma faixa preta com os dizeres: "Que sangue inocente caia sobre vós e vossos filhos".

Zulaic Cobra chegou a convocar um segurança da Câmara. "Tentaram me agredir enquanto dava uma entrevista."

O deputado José Genoíno (PT-SP) era um dos principais alvos da ira. "Intolerância religiosa é um perigo", gritava o deputado.

Como resposta, um manifestante brandiu um crucifixo em seu rosto. "Justiça divina será feita. Casamento gay, esterilização, aborto, vocês querem acabar com a vida", gritava um grupo. "Prefiro a Justiça dos homens", rebateu o deputado.

Os religiosos foram vestidos a caráter, com batinas, crucifixos e terços. Do lado de fora, um grupo de cerca de 30 fiéis rezava.

Para opositores, a lei seria o primeiro passo para tentar legalizar o aborto no país.

"Querem é institucionalizar o aborto e nós não podemos regulamentar a morte. A mulher não é dona do feto, apenas depositária. O aborto é crime. A mulher deve ter o filho mesmo sendo de um estupro", disse o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE).

Para Manoel Pestana Filho, 69, bispo de Anápolis, "qualquer menina vai poder dizer que foi estuprada e abortar".

Segundo o bispo, o estupro é um criminoso, mas "sacode a poeira e dá a volta por cima". A estuprada é vítima, mas "pode ser que tenha sido conivente". "O único inocente nessa história, que é o feto, é o que vai pagar pelo erro dos outros", disse.

Ele afirmou ainda que o perigo de morte para a mulher em caso de gravidez "é muito discutível" e que não há tantas mortes em decorrência de gestação difícil.

O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) citou dados segundo os quais o índice de mortalidade materna no país é de 150 por cada 100 mil nascidos vivos, cerca de dez vezes mais que os registrados na Europa e nos EUA.

SÃO PAULO/21/08/97/COTIDIANO/RELATORA CONVOCA SEGURANÇA

da Sucursal de Brasília

O plenário da Comissão de Constituição e Justiça ficou lotado. Cerca de 150 pessoas, trazidas de dioceses próximas a Brasília, se concentraram no fundo da sala.

Bispos, padres, freiras, frades, aspirantes e fiéis, a maioria da Igreja Católica, ficaram ao lado de cerca de 50 ativistas feministas.

Após a votação, opositores ao projeto, chorando, gritavam para as feministas e deputadas que votaram a favor que elas eram "assassinadas" e "açougueiras". Estenderam uma faixa preta com os dizeres: "Que sangue inocente caia sobre vós e vossos filhos".

Zulaic Cobra chegou a convocar um segurança da Câmara. "Tentaram me agredir enquanto dava uma entrevista."

O deputado José Genoíno (PT-SP) era um dos principais alvos da ira. Como resposta, um manifestante brandiu um crucifixo em seu rosto. "Justiça divina será feita. Casamento gay, esterilização, aborto, vocês querem acabar com a vida", gritava um grupo. "Prefiro a Justiça dos homens", rebateu o deputado.

Os religiosos estavam vestidos a caráter, com batinas, crucifixos e terços. Do lado de fora, um grupo de cerca de 30 fiéis rezava.

Os opositores temem que a lei seja o primeiro passo para tentar legalizar o aborto no país.

Para Manoel Pestana Filho, 69, bispo de Anápolis, o perigo de morte para a mulher em caso de gravidez "é muito discutível" e não há tantas mortes em decorrência de gestação difícil.

25/08/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Gostariamos de parabenizar a Folha pela excelente cobertura que está fazendo sobre a implantação dos serviços de saúde gratuitos para os casos de aborto previstos em lei e a desastrosa declaração do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque." Maria Betânia Avila, coordenadora-geral do SOS Corpo - Gênero e Cidadania (Recife, PE)

Planejamento familiar

"Sobre o editorial 'Planejamento familiar' (15/8): quando no final o autor chama a atenção para o fato de que aos governantes caberá 'zelar pela rigorosa aplicação da lei, garantindo ampla informação e liberdade de escolha aos cidadãos', é de notar a lacuna representada pela total falta de informação sobre métodos naturais de planejamento familiar." Marcelo Guterman (São Paulo, SP)

NACIONAL/15/08/97/OPINIÃO/EDITORIAL

PLANEJAMENTO FAMILIAR

A sanção da lei que regulamenta o planejamento familiar, depois da derrubada dos vetos que haviam sido opostos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, representa grande avanço, pois define o papel do Estado em uma área importante.

A lei obriga hospitais da rede pública de saúde a realizar laqueaduras e vasectomias voluntárias. Os pacientes que pretenderem se submeter às cirurgias terão de dar consentimento por escrito, ter mais de 25 anos e pelo menos dois filhos.

A laqueadura é um procedimento amplamente utilizado no Brasil. Levantamento realizado no ano passado indicou que 40,2% das mulheres em idade fértil que adotavam algum método anticoncepcional haviam optado por essa cirurgia.

É um número assombroso, que coloca o país entre os recordistas mundiais na adoção desse procedimento. O percentual é especialmente significativo quando se considera que a laqueadura ainda é praticamente irreversível. Pesquisas indicam que 12% das mulheres que optam por ela se arrependem posteriormente.

A nova lei define a forma como essas operações serão realizadas nos hospitais públicos. Pelo texto, é obrigatório o amplo esclarecimento dos pacientes sobre as consequências da laqueadura e da vasectomia. Além disso, antes de se submeter às cirurgias, os interessados terão de tentar outros métodos anticoncepcionais pelo período de dois meses, no qual também receberão orientação.

O planejamento familiar é uma prerrogativa prevista no artigo 226 da Constituição, segundo o qual o Estado deverá "propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito".

Caberá agora aos governantes zelar pela rigorosa aplicação da lei, garantindo ampla informação e liberdade de escolha aos cidadãos. Sem isso, haverá pouca alteração do quadro atual e a frustração do exercício de um direito constitucional.

NACIONAL/23/08/97/EDITORIAL/MINISTRO CONTRA A SAÚDE

A lamentável declaração do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, de que pretende recomendar ao presidente Fernando Henrique Cardoso o veto ao projeto de lei que obriga o SUS (Sistema Único de Saúde) a realizar abortos legais, vem se somar ao clima emocional e de desinformação já criado em torno do tema.

O projeto, que já passou em comissão na Câmara, não vai liberar o aborto de forma irrestrita. Apenas regulamenta o atendimento em toda a rede hospitalar pública. Atualmente, somente oito hospitais do governo, além dos particulares, fazem o aborto nos casos previstos pela lei há 57 anos, ou seja, quando a gestação decorre de um estupro ou representa risco de vida para a mãe.

Trata-se somente de garantir o exercício de um direito já adquirido. Até hoje, as mulheres têm dificuldades de colocá-lo em prática, especialmente quando a gravidez resulta de violência. A grande maioria dos hospitais ainda recusa-se a fazer o aborto sem autorização judicial ou antes do término do inquérito policial, o que muitas vezes demanda um tempo excessivo, inviabilizando o procedimento.

São conhecidas as posições religiosas e morais contrárias à legalização do aborto, mas não se pode admitir um retrocesso em relação a um código que data da década de 40 e é considerado obsoleto.

Nesse sentido, é bem-vindo o elogio do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso Mello, à aprovação do projeto, bem como a defesa que fez no sentido de ampliá-lo.

Espera-se que a declaração do presidente do STF seja levada em consideração pelo ministro da Saúde. Parece necessário lembrar este último que é função sua empenhar-se em oferecer à população carente os serviços médicos fundamentais que são acessíveis a quem pode custeá-los. Suas convicções religiosas, ainda que respeitáveis, não podem nem devem ser colocadas acima de um direito garantido por lei.

28/08/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Sobre a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sobre o aborto: trata-se da 'legalização' da pena de morte. Será que impedir que um ser indefeso viva não é uma violência maior do que o estupro que o gerou?" Eduardo Grigolo (Jundiaí, SP)

*

"Inacreditáveis as declarações do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e da Igreja Católica em relação ao projeto de regulamentação do aborto legal, que já existe há 57 anos." Miriam Martinho, coordenadora-geral da Rede de Informação Um Outro Olhar (São Paulo, SP)

SÃO PAULO /27/08/97/COTIDIANO /TUCANO QUER BARRAR PROJETO

da Sucursal de Brasília

O deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) assumiu a liderança da campanha contra o projeto de lei que regulamenta o aborto legal (casos de estupro e risco de vida da gestante) e aposta que ele será rejeitado pelo plenário.

Zimbaldi conseguiu ontem reunir 94 assinaturas de deputados (eram necessárias 52) e apresenta hoje recurso para forçar a votação em plenário. Entre os deputados que assinaram a lista estão Inocêncio Oliveira (PE, líder do PFL), Aécio Neves (MG, líder do PSDB) e Hélio Bicudo (PT-SP). Sem o recurso, o projeto, aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça, iria direto para o Senado.

Para aprovação ou rejeição, é preciso haver metade mais um dos votos dos presentes _a favor ou contra. O quórum para que haja votação é de 257 deputados. Para Zimbaldi, o projeto é mais injusto do que a pena de morte, pois não dá direito de defesa aos fetos.

Ele declarou que é uma "tapeação" dizer que o projeto permite o aborto só nos casos de estupro e risco de vida para a mulher. "O que vai acontecer é um mercado de atestados médicos e boletins de ocorrência."

Zimbaldi disse que o projeto é uma forma de descriminalizar o aborto em qualquer circunstância. Casado há 21 anos, com três filhos, Zimbaldi afirmou que, se sua mulher ou sua filha enfrentassem uma gravidez provocada por estupro, levariam a gestação até o fim.

As deputadas Marta Suplicy (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG) discutiram ontem sobre as medidas que vão adotar para tentar aprovar o projeto no plenário.

Segundo Marta Suplicy, caso o projeto seja derrotado, "o jeito é começar tudo de novo". Ela disse acreditar que a opinião pública já tenha assimilado que o projeto é positivo.

O argumento usado por Zimbaldi, de que seria formado um comércio de atestados, é absurdo, segundo a deputada.

"Você se apresentar como estuprada para conseguir um boletim de ocorrência é tão constrangedor que poucas mulheres se submeteriam a isso."

Ruth Cardoso se recusou ontem a falar sobre o projeto.

29/08/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"O estuprador, que é o criminoso, é condenado a, no máximo, dez anos de reclusão. O filho gerado em decorrência de estupro não comete crime algum. No entanto, absolutamente inocente, recebe a pena de morte." Lázaro Válder Monteiro (Mandaguari, PR)

*

"Por que tanta celeuma em torno do aborto? Deixa nascer! Depois nós os matamos de fome, de frio, verminose, pancada, estupro, drogas e trabalho escravo. Se algum danadinho teimar em viver, a gente passa fogo!" Lourdes Marques de Almeida (Uberaba, MG)

30/08/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Queremos parabenizar o sr. Celso de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, por sua corajosa declaração feita à Folha, em 23/8, propondo que a legislação brasileira sobre o aborto seja ampliada, abrangendo casos de comprometimento grave e irreversível sobre a saúde da mulher e má formação do feto." Carolina Teles Lemos, da organização Católicas pelo Direito de Decidir (São Paulo, SP)

*

"O aborto é um infanticídio e sua legalização, a liberalização de um holocausto silencioso, um massacre legalizado de crianças nascituras." Luiz Antônio da Silva (São Paulo, SP)

SÃO PAULO /28/08/97/ COTIDIANO/PRESIDENTE DO STF DEFENDE AMPLIAÇÃO DA LEI

Silvana De Freitas da Sucursal de Brasília

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Celso de Mello, defendeu ontem a ampliação das possibilidades de aborto legal para casos de inseminação artificial indesejada ou com sêmen de terceiro (por equívoco).

Na semana passada, ele disse que a legislação deveria admitir o aborto nas hipóteses de risco grave e irremediável à saúde da gestante, má-formação fetal e quando a gravidez resultar de atentado violento ao pudor (uma espécie de estupro sem penetração).

Livre opção

Embora afirme defender a excepcionalidade do aborto, Mello citou ontem, em conversa com três deputadas federais, decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos favorável à livre opção da mulher pelo aborto até a 12ª semana da gestação.

Em 1973, a Suprema Corte dos EUA aprovou, por 5 votos a 4, o pleno direito da mulher ao aborto até a 12ª semana de gestação e a possibilidade excepcional, depois dessa fase.

"Essa discussão será inevitável e importante", disse Mello. Segundo ele, neste momento, a realização do aborto legal na rede pública hospitalar já representa avanço.

Mello disse que a possibilidade de realização, na rede pública, do aborto no caso de risco de vida ocorre com 107 anos de atraso.

Segundo ele, essa possibilidade foi prevista no Código Penal de 1890.

Ele voltou a criticar a interferência da igreja contra a adoção, pelo Estado, de políticas de planejamento familiar.

"Questões de fé religiosa, dignas de respeito, são questões de foro íntimo que concernem ao campo de livre autodeterminação de cada pessoa."

Segundo o presidente do STF, "é preciso assegurar à mulher o gozo em plenitude do direito à saúde sexual e reprodutiva."

Políticas

Ele criticou o governo brasileiro por não adotar no país princípios consagrados por conferências internacionais nessa área.

Segundo ele, há "um descompasso, um divórcio ideológico" entre o que o Brasil defende nos encontros internacionais e a política que executa.

As deputadas Marta Suplicy (PT-SP), Maria Laura (PT-DF) e Jandira Feghali (PC do B-RJ) procuraram o ministro Celso de Mello para agradecer declaração favorável à ampliação da discussão sobre esse tema.

31/08/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"O sr. José Genoino, Marta Suplicy, Sandra e muitos outros, ao defenderem o assassinato de um ser humano em gestação, cometem enorme incoerência com respeito aos direitos humanos. Será que um preso político tem mais direitos que o coitadinho que se encontra no ventre materno?" Paulo Gonçalves de Oliveira (São Paulo, SP)

*

"Ao sr. Eduardo Grigolo ('Painel do Leitor', 28/8) e todos os homens que são contra o aborto nos casos de estupro: que tal uma lei em que a vítima não tivesse o direito de abortar, mas em que o estuprador, ao cometer o ato, tivesse o pênis cortado?" Fátima Antonelli (São Paulo, SP)

05/09/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"O aborto não é legal. Os homens não possuem autoridade de arbitrariamente decidir quem pode ou não viver. Quando uma lei humana está em conflito com a lei divina não é mais lei, mas uma violação dela." Antônio Mellace, padre (São Paulo, SP)

*

"Causou-me espanto a atitude do sr. ministro da Saúde de propor veto ao projeto que libera o aborto na rede pública em caso de estupro e risco de vida. Será que mais uma vez a hipocrisia de nossos políticos vai passar por cima de uma realidade brasileira?" Luiz Carlos da Silva Kulikowski (São Paulo, SP)

07/09/97/PAINEL DO LEITOR

Musa antiaborto

"Fiquei decepcionada com a reportagem com a musa antiaborto. O espiritismo não julga ninguém e também não é esse grupo fechado que se acha superior e que sabe das coisas." Marcella Dib (Uberaba, MG)

Aborto

"Com tristeza e decepção acompanho a posição da CNBB contrária à aprovação do projeto de lei que obriga os hospitais públicos a realizar o chamado 'aborto legal'. Se vetada a lei, somente as mulheres pobres serão prejudicadas. A CNBB está fazendo coro aos setores evangélicos reacionários, que sempre estiveram do lado da ditadura e contra os direitos humanos." Paulo Roberto Pedrozo Rocha, moderador do Presbitério de Jundiá da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil _IPU (São Paulo, SP)

*

"A CNBB, representada por d. Lucas, diz que vai fazer guerra contra o aborto (não será tarde demais?). De outro lado movimentada toda a sua estrutura de pressão a favor da reforma agrária. Se d. Lucas é realmente contra o aborto, por que não utiliza sua máquina de pressão (MST, CPT, bispos, religiosos etc.) para mover essa guerra? A favor da reforma agrária vale tudo, todo tipo de pressão. Contra o aborto, apenas discursos e frases de efeito." Juraci Josino Cavalcante (Salvador, BA)

NACIONAL/23/08/97/ COTIDIANO/CNBB NÃO QUER DEBATE RELIGIOSO

da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, disse ontem que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Celso de Mello, "pode falar do ponto de vista legal, mas não do ponto de vista moral".

Segundo ele, o aborto representa em qualquer hipótese "tirar uma vida". D. Lucas disse que não comentaria as críticas de Mello às orientações da Igreja Católica sobre o planejamento familiar.

O presidente da CNBB afirmou que a proibição do aborto, defendida pela igreja, não deve ser tratada como questão religiosa. "A questão é ética, humana, antropológica." Ele disse concordar com Mello quanto à importância da paternidade responsável, mas disse que esse aspecto não pode justificar a eliminação de vidas.

"A Igreja quer a paternidade responsável, não entregue a paixões e instintos, estimulados pela mídia corruptora".

D. Lucas preferiu não comentar as diretrizes fixadas pelas conferências internacionais sobre a mulher e sobre a família e o crescimento da população, citados por Mello. Disse apenas que alguns documentos das conferências são mais tolerantes que outros.

O presidente da CNBB apoiou declaração do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, em defesa do veto ao projeto de lei em discussão na Câmara. "O SUS (Sistema Único de Saúde) deve dar tudo que tem para preservar vidas e não para eliminá-las."

NACIONAL/30/08/97/COTIDIANO/ENTIDADE VAI PEDIR A BISPOS E LEIGOS QUE PRESSIONEM DEPUTADOS A VOTAR CONTRA NORMA REJEITADA PELA IGREJA

CNBB fará lobby contra projeto do aborto

Luis Henrique Amaral enviado especial a Brasília

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) iniciou ontem uma campanha sistemática contra o projeto de lei que determina que os hospitais da rede pública devem fazer o aborto em casos de estupro ou de risco de vida para a mãe. A entidade vai sugerir aos bispos de todo o Brasil que entrem em contato com os deputados federais de suas regiões para pressioná-los a votarem contra o projeto. A pressão contra os deputados também deverá ser feita por entidades e católicos leigos.

A campanha foi decidida em reunião do Conselho Permanente da CNBB, que reúne 28 bispos e terminou ontem em Brasília. Em nota oficial lançada ontem, chamada "Declaração da CNBB em favor da vida e contra o aborto", a entidade pede que as comunidades católicas, profissionais de saúde e "todas as pessoas de boa vontade" façam "chegar aos parlamentares seu apelo contra os referidos projetos de lei". Além do projeto do aborto, a CNBB afirma que a lei que autoriza a esterilização gratuita em hospitais públicos e o projeto que permite a união civil homossexual "agrudem as famílias".

"Uma coisa pode se tornar legal, mas continua imoral. Vamos lutar para que isso não aconteça", disse d. Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB.

Segundo o arcebispo responsável pela Pastoral Familiar da CNBB, d. Cláudio Hummes, "não está afastada" a possibilidade de que seja divulgada uma lista com os nomes dos parlamentares que votarem a favor do projeto.

A nota da CNBB traz trechos do texto "O Evangelho da Vida", escrito pelo papa João Paulo 2º. Ele afirma que o aborto é "a morte deliberada e direta (...) de um ser humano". A igreja pretende usar a visita do papa ao Brasil, em outubro, para intensificar a campanha contra o projeto. Para d. Lucas, a regulamentação do aborto nos casos de estupro e de risco de vida pode facilitar a aprovação de "diversos projetos que tramitam no Congresso" que liberam o aborto. A CNBB alega na nota que o projeto de lei que regulariza o aborto legal fere o artigo 5º da Constituição, que diz que a vida é um direito "inviolável", e o quinto mandamento, que diz "não matarás". Durante a entrevista, d. Lucas rebateu a crítica feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, de que o governo não deveria se deixar influenciar pela posição da igreja, uma vez que o Estado brasileiro é laico.

"A Constituição começa com a palavra Deus. O Estado brasileiro não é laico, mas pluralista, aceita todas as religiões legítimas", disse d. Lucas.

NACIONAL/01/09/97/ BRASIL/IGREJA NÃO COMENTA O CASO

da Reportagem Local

Nem a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) nem a Arquidiocese de São Paulo quiseram comentar o caso de Josefina Júlia dos Santos. Pela Arquidiocese de São Paulo, o monsenhor Arnaldo Beltrami afirmou que o órgão mais indicado para comentar o assunto seria a CNBB, que divulgou nota oficial contra o aborto legal (caso em que se enquadra a filha de Josefina). Procurado por telefone em sua residência, em Salvador (BA), d. Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, também preferiu não se manifestar.

"Não vou emitir nenhuma opinião. O que tinha que declarar já declarei. Declaramos em Brasília", afirmou ele, referindo-se à "Declaração da CNBB em favor da vida e contra o aborto", documento elaborado durante a 39ª reunião ordinária do conselho permanente da entidade, realizada em Brasília na semana passada.

No documento, a CNBB pede que "todas as pessoas de boa vontade" façam "chegar aos parlamentares seu apelo contra" o projeto que obriga hospitais públicos a realizar abortos em casos de estupro ou risco para a mãe. Segundo a declaração, o aborto "é a morte deliberada e direta (...) de um ser humano".

NACIONAL/02/09/97/ COTIDIANO/CARDEAL VAI AJUDAR NA PRESSÃO ANTIABORTO

Fabiana Melo da Sucursal de Brasília

Deputados federais que fazem oposição ao projeto do aborto legal vão aproveitar a visita do cardeal Alfonso López Trujillo, que cuidará de detalhes da visita do papa ao país, para intensificar a pressão visando derrubar o projeto no plenário da Câmara.

Trujillo, colombiano, preside o Pontifício Conselho para a Família e é um dos prováveis candidatos à sucessão do papa.

Trujillo chega a Brasília hoje para participar do 1º Encontro em Defesa da Vida e da Família e realiza amanhã a palestra "A responsabilidade do Legislativo no Limiar do Terceiro Milênio", que acontece na Câmara dos Deputados.

Há duas semanas, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou projeto de lei, de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG), que determina que a rede pública de saúde realize abortos nos casos previstos pelo Código Penal (gestações em que há risco de vida para a mãe e resultantes de estupros).

O deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) continua recolhendo assinaturas de parlamentares para fazer com que o projeto seja votado pelo plenário da Câmara, embora já tenha ultrapassado o número de adesões necessárias.

Sem o recurso, o texto seguiria diretamente para o Senado.

Falha da igreja

O deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), segundo vice-presidente da Câmara federal, afirmou que a visita do cardeal, agendada há mais de dois meses, servirá para conscientizar os parlamentares católicos de que suas atuações têm que seguir os princípios da Igreja Católica.

Cavalcanti disse que a igreja tem falhado nesse trabalho. Ele afirmou que, na votação do projeto que permite a união civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) só se manifestou na véspera.

"A chegada do cardeal é, talvez, providencial, já que não tinha nada a ver com o projeto. Acontece em uma hora excepcional. Muitos deputados aprovaram o projeto por achar que estavam agradando ao governo. Quando perceberem que estão agredindo os princípios católicos, vão mudar sua decisão", declarou Cavalcanti.

O deputado disse que as vindas do cardeal e do papa têm como objetivo "a defesa da família como elo básico da sociedade." Ele afirmou que esse evento vai servir para preparar melhor as famílias para criarem seus filhos.

De acordo com a Nunciatura Apostólica (embaixada do Vaticano), a vinda do cardeal foi programada para preparar a visita que o papa João Paulo 2º fará ao Brasil em outubro.

08/09/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"A Associação Juizes para a Democracia manifesta seu apoio as corajosas posições do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, em favor da regulamentação do aborto legal e da legalização do aborto eugênico, bem como sobre o controle externo do Judiciário e contra o 'efeito vinculante' de decisões de cúpula." Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia (São Paulo, SP)

*

"Nós, católicos, defendemos o direito do inocente ter a sua vida preservada e somos chamados de retrógrados? Qualquer um vê que o ser concebido de um estupro não pode pagar com a vida pelo crime do seu pai. Obscurantismo é se recusar obstinadamente a reconhecer a realidade viva do feto." Celeste Aires de Almeida (Rio de Janeiro, RJ)

SÃO PAULO /03/09/97/ COTIDIANO/CATÓLICAS DÃO APOIO A MELLO

Silvana De Freitas da Sucursal de Brasília

Um grupo de integrantes do movimento Católicas pelo Direito de Decidir solidarizou-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, na defesa da ampliação das hipóteses de aborto legal.

Em fax enviado ao Supremo Tribunal Federal, o grupo parabeniza Mello pela declaração, publicada pela Folha em 23 de agosto, em defesa da realização do aborto legal nos casos de risco grave e irremediável à saúde da mulher e de malformação do feto.

Mello propôs ainda a permissão em caso de inseminação artificial indesejada ou feita por equívoco com sêmen de terceiro.

A Igreja Católica e os parlamentares evangélicos são contra o projeto de lei que obriga a rede pública a realizar aborto nos casos previstos no Código Penal, de 1940: risco de vida à mulher e gravidez resultante de estupro.

No documento, assinado por Carolina Teles Lemos, o movimento apóia as críticas de Mello à interferência da Igreja Católica contra a adoção, pelo Estado, de uma política de planejamento familiar.

NACIONAL/21/09/97/ BRASIL/PRESIDENTE DO STF ROMPE TRADIÇÃO E IRRITA MINISTROS AO DEFENDER TESES COMO A AMPLIAÇÃO DO ABORTO LEGAL

Celso de Mello leva polêmica ao Supremo

Eliane Cantanhêde Diretora da Sucursal de Brasília

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), José Celso de Mello, 51, está rompendo uma velha tradição da mais alta Corte do país. Assume posições que irritam os demais ministros e deixariam perplexos seus antecessores considerados mais progressistas. Ele tomou posse em 22 de maio deste ano. Nestes quatro meses, já defendeu a ampliação do aborto legal, a união civil entre homossexuais, a nomeação de mulheres para o Supremo, a intervenção federal nos Estados onde há greves de PMs e a possibilidade de impeachment de magistrados.

De outro lado, manifestou-se contra o ensino religioso nas escolas públicas, a existência da Justiça Militar nos Estados e a súmula vinculante (que obriga juizes a seguir decisões de instâncias superiores).

Aposentadoria

A última de Mello foi condenar a aposentadoria integral para os magistrados. Recriminado pelos interessados em geral e pelos ministros do STF em particular, ele mantém o que disse. "Acho que os magistrados não de receber o mesmo tratamento dispensado ao conjunto dos servidores públicos", afirmou. Mello pode estar, assim, colecionando um batalhão de críticos: igrejas _especialmente a

católica, parlamentares, juizes e militares, além dos próprios colegas de toga. Mas não parece se incomodar muito com isso.

"O juiz há de ser um homem do seu próprio tempo. Deve refletir os anseios e as angústias de seu tempo e ter o direito de emitir suas opiniões", justifica-se ele.

Celso de Mello nasceu em Tatuí (SP), formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e especializou-se nos Estados Unidos.

Foi nomeado para o Supremo aos 43 anos de idade, em 1989. O padrinho de sua indicação foi Saulo Ramos, consultor-geral da República e ministro da Justiça no governo Sarney.

Excomungado?

Mello defende o projeto do Congresso que regulamenta o aborto quando a gravidez é resultado de estupro ou há risco de vida para a gestante. E vai além: propõe a ampliação do aborto legal para os casos de séria ameaça à saúde da mãe, malformação do feto ou quando houver dúvida sobre a origem do sêmen na inseminação artificial.

"Pai, o sr. vai ser excomungado?", perguntou-lhe a filha caçula, Sílvia Renata, 13, que estuda num colégio de freiras, o Santo Antônio.

"Não, filha, a Igreja Católica só pune quem pratica o aborto. Eu apenas defendo o cumprimento da lei", respondeu-lhe o ministro.

A outra filha, Ana Laura, 16, ficou aliviada ao discutir a questão com as colegas do Sigma, um colégio leigo.

"Elas concordam com o sr.", disse-lhe. Pesquisa Datafolha mostrou que não só elas: 79% dos católicos paulistanos aprovam o projeto de regulamentação do aborto.

As duas filhas e a mulher de Mello, Maria de Lourdes, são católicas e frequentam missa aos domingos. Um primo em segundo grau, d. José Carlos de Almeida, é bispo de Araçatuba (SP). E Mello?

"Católico não praticante", responde o ministro.

Pilhas de textos

No caso do aborto, Mello empilhou seis textos nas duas mesas de seu gabinete. O primeiro deles é o Código Criminal do Império, de 1830, que pune o executor do aborto, mas não a mulher que o pratica. Outro é o primeiro Código Penal da República, de 1890, que já admitia a interrupção da gravidez em caso de "morte inevitável" da gestante.

Como o projeto em tramitação no Congresso está apenas regulamentando o Código Penal mais recente, de 1940, diz-se que está atrasado 57 anos. Mello discorda: "O atraso é de 107 anos", diz.

Os demais documentos são as conclusões de quatro conferências da ONU (Organização das Nações Unidas), inclusive a 4ª Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, 1995, à qual compareceu a primeira-dama brasileira, Ruth Cardoso.

"As mulheres têm direito de definir, de maneira autônoma, o que é concernente à sua fecundidade e à sua sexualidade. Têm o direito de gerar e de não gerar filhos e até de espaçar as gestações", resume o ministro.

União de homossexuais

Quanto à igreja, Mello é direto: "O Estado laico não deve nem pode se envolver em questões religiosas, assim com as religiões não devem se envolver em questões de Estado".

A afirmação vale também para condenar o ensino religioso nas escolas públicas: "Sou contra. Até para evitar que uma religião seja privilegiada e as outras acabem sendo marginalizadas".

Sobre o projeto da deputada Marta Suplicy (PT-SP) que propõe a união civil de homossexuais, Mello lembra que a Constituição prevê o casamento civil exclusivamente entre pessoas de sexos diferentes, mas ressalva: nada impede que os casais do mesmo sexo possam adquirir e dividir bens de forma legal.

"Antes de mais nada, devemos respeitar a opção sexual livremente feita pelas pessoas, extraindo dessa realidade social as consequências de natureza civil e material", disse ele, casado com Maria de Lourdes há 24 anos.

Impeachment dos juizes

Dos 11 ministros do Supremo, apenas Mello, Maurício Corrêa e Marco Aurélio de Mello são contrários ao efeito vinculante, pelo qual os juizes de instâncias inferiores são obrigados a seguir as decisões tomadas reiteradamente pelos ministros do STF.

"Considero um cerceamento na liberdade de decisão uma submissão burocrática do juiz às decisões de instâncias superiores", afirma o ministro.

"O juiz deve ter o direito de julgar com base na realidade social, política e jurídica do lugar onde vive e atua. Não se pode esterilizar o poder criador e renovador da jurisprudência", afirma.

Em contrapartida, Celso de Mello defende a extensão do impeachment _hoje restrito aos ministros do Supremo_ a todos os juizes, sejam de tribunais superiores, federais ou regionais, sejam de primeira instância.

"Nenhuma autoridade pública está imune ao controle social", diz, enumerando as hipóteses em que se aplicaria processo de impeachment: negligência, ausência, suspeição no julgamento, falta de decoro público. Quanto aos crimes comuns, que sejam encaminhados ao Ministério Público.

Ele também lembra que a intervenção federal nos Estados é prevista pela Constituição quando os responsáveis pela ordem pública são justamente os fatores de ruptura dessa ordem. Caso de PMs em greve.

Justiça Militar

Também defende a extinção da Justiça Militar nos Estados, o que pode favorecer um policial militar e prejudicar um cidadão civil que bata com seu carro num veículo militar, por exemplo, e fique sujeito a um julgamento em foro militar.

"Não tem sentido que, em tempos de paz e de democracia, os civis estejam sujeitos à Justiça Militar federal", diz.

Há quem ache que Mello "fala demais", nos dois sentidos: fala muito e sobre temas que não lhe dizem respeito. Há, ainda, quem diga que isso se deve a uma "necessidade de aparecer".

Ninguém, entretanto, pode lhe negar a ousadia de assumir os riscos de tornar públicas opiniões polêmicas.

No caso da sua crítica à aposentadoria especial, que acabou adiando a votação da reforma da Previdência no Senado, alguns ministros acharam que ele exorbitou, mesmo falando em seu nome, não no do Supremo.

"Reduzir a aposentadoria é contribuir para enfraquecer a instituição", disse um deles. Mello, entretanto, insiste em ir contra o corporativismo.

09/09/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"É lamentável ler cartas e manifestações de religiosos irresponsáveis contra a declaração da CNBB sobre o aborto. Numa época em que seitas e religiões vendem uma fé fácil, a CNBB está pagando o preço de permanecer fiel à verdade e ao Evangelho, em defesa da vida. É muito fácil falar o que as multidões querem ouvir. Difícil é ser 'uma voz que clama no deserto'." Eduardo Rodrigues Coelho, padre (São Paulo, SP)

*

"Espero que os 'grandes homens' desta nação não atrapalhem com suas idéias retrógradas um direito adquirido democraticamente pelas mulheres: o aborto nos hospitais públicos, para vítimas de estupro e mulheres com risco de vida." Alex Andrade de Paulo e Silva (Campinas, SP)

13/09/97/PAINEL DO LEITOR

Equívoco

"Foi com grande espanto que li o artigo do ilustre deputado federal Hélio Bicudo, a respeito do aborto legal, publicado na Folha em 12/9. Como jurista que é, sua excelência se equivocou drasticamente ao afirmar que o aborto legal resultante de estupro constante no Código Penal não foi recepcionado pela Constituição de 1988. Embaralha conceitos e tenta justificar uma convicção pessoal em termos legais, dando uma interpretação falaciosa ao dispositivo constitucional mencionado." Marcelo Pereira, doutor em Direito do Estado pela USP _Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

NACIONAL/12/09/97/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/O ABORTO E A CONSTITUIÇÃO

As disposições do projeto não protegem a vítima de estupro quando pretendem possibilitar a interrupção de gravidez

Hélio Bicudo

A discussão que se vem travando a propósito do chamado aborto legal não tem levado em conta a questão constitucional. Fala-se que o disposto no artigo 128 do Código Penal, vigente desde 1941, quando foi editado, estabeleceu o chamado aborto legal. Dessa forma, o projeto recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e que dispõe sobre o atendimento desses casos pelo Sistema Único de Saúde não considerou o advento da Constituição federal, em 1988, para verificar se aqueles dispositivos da lei penal que liberam o aborto nos casos que especificam _para salvar a vida da gestante ou em decorrência de estupro_ ainda estão em vigor.

Na primeira hipótese, o próprio Código Penal, em sua parte geral, estabelece a discriminante do estado de necessidade: quem pratica um ato tipificado como crime para evitar mal maior não é punido.

Assim, se a gestante corre real risco de vida, o médico pode intervir, se de outro modo não puder salvá-la, e praticar o aborto, sacrificando o feto. É o que dispõe o artigo 23 do Código Penal: não será punido "quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por vontade nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício nas circunstâncias não era razoável exigir-se".

Outro, entretanto, é o caso do aborto em decorrência de estupro, que se enquadra dentre aqueles praticados por conveniência. Sobre esse aspecto, quem se der ao trabalho de ler o artigo 5º da Constituição irá verificar que ali está escrito, com todas as letras, que se assegura "a inviolabilidade do direito à vida". Ora, a vida se inicia no momento da união dos gametas masculino e feminino, quando se desenha o quadro genético determinante da pessoa, que é e continuará a ser durante toda a sua existência. Destarte, não há que falar em aborto senão para preservar a vida da gestante.

É que não se pode considerar, na espécie, que a Constituição de 1988 tenha recepcionado a legislação constante do Código Penal de 1941 no que respeita à inviolabilidade do direito à vida, diante do princípio universalmente aceito de que a recepção pela Constituição de norma infraconstitucional não se pode dar quando se trata de direitos e garantias individuais.

Ademais, deve-se anotar que as disposições do projeto ora em debate não protegem a vítima de estupro quando pretendem possibilitar a interrupção de gravidez acaso ocorrida.

Ao contrário: proposta que não foi objeto de maior consideração busca dar suporte psicológico e médico àquelas que, em respeito à vida, devem suportar o peso de uma violência e de uma gravidez indesejada. Mais do que isso, diante de pressões que não são incomuns para o aborto, por parte da família e da própria comunidade, permite a não-aplicação da pena na caracterização de uma coação irreversível.

O aborto, em verdade, à exceção de sua prática em estado de necessidade, não protege a mulher, mas apenas aqueles que não querem assumir responsabilidades. Empurra todo o ônus do processo sobre aquela que deveria ser resguardada, mas é levada a um ato que, ao suprimir uma vida, deixa profundas e insuportáveis sequelas, sobretudo psíquicas, lesando pressupostos fundamentais da própria cidadania. Hélio Bicudo, 75, jurista, é deputado federal pelo PT de São Paulo, membro eleito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh). É autor de "Violência: O Brasil Cruel e sem Maquiagem", entre outros livros.

14/09/97/PAINEL DO LEITOR

Madre Teresa

"Como homenagem póstuma a madre Teresa, aqui está o seu entendimento a respeito de duas questões de grande relevância. Sobre a imprensa: 'Gostaria de dizer uma coisa sobre o trabalho de quem escreve: nunca, nunca escrevam nada que não seja verdade'. Sobre o aborto: 'Ninguém tem o direito de matar um ser humano que vai nascer'." Paula Stucchi da Silva (São Paulo, SP)

15/09/97/PAINEL DO LEITOR

Coerência

"Estou com uma dúvida profunda. Será que na visita do papa ao Brasil o nosso presidente, após beijar a mão de João Paulo 2º, vai dizer que sancionará a lei do aborto e que as soluções para os problemas sociais não sairão da batina? Ele será coerente com as afirmações do presente ou vai pensar na reeleição e posar de bom católico?" Aguinaldo Luiz de Lima, coordenador-executivo do Clasp Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo (São Paulo, SP)

17/09/97/PAINEL DO LEITOR

Interpretação correta

"Cumprimento o deputado Hélio Bicudo pela correta interpretação da Constituição Federal no que diz respeito ao 'direito à vida', hoje princípio fundamental hospedado pelo artigo 5º da lei suprema. Celso Bastos e eu, ao comentarmos a Lei Maior, em 15 volumes, mostramos que, ao contrário da E.C. nº 1/69, que apenas protegia 'direitos concernentes à vida', e não a própria vida, o texto atual, sem qualquer exceção, garante integralmente o 'direito à vida', razão pela qual não foi recepcionado o denominado 'aborto legal'. O que era 'legal' no passado é 'inconstitucional' no presente. Qualquer forma de aborto atinge a vida, direito plenamente garantido na Constituição, sendo, pois, maculadora da ordem jurídica." Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie (São Paulo, SP)

29/09/97/PAINEL DO LEITOR**Aborto**

"À medida que envelhecemos, vamos achando que já vimos de tudo. Bobagem, sempre haverá alguma coisa a nos surpreender. Por exemplo, a notícia da existência de um grupo (gente da CNBB em espúria aliança com a TFP) pregando a punição de juizes que autorizem o aborto legal. Isto é: punir aqueles que cumprem a lei!" Jorge Vieira de Melo (São Paulo, SP)

30/09/97/PAINEL DO LEITOR**PAPA**

"Entendo que os grandes líderes sempre incomodem, mas aceitar que alguém, em nome da sensatez, agrida todos os seguidores desse líder é pedir para que sejamos tão grandes como foi o líder desse líder: Jesus Cristo. Como é que 'um senhor tedioso de idéias retrógradas e preconceituosas' ('Painel do Leitor', 29/9) consegue incomodar tanta sensatez assim?" Osmarina de Fátima Pazin Baldon (Santo André, SP)

*

"O papa vem ao Brasil. Tudo bem, boa parte dos brasileiros é católica apostólica romana. Mas que ele não interfira em assuntos da sociedade civil, que é laica. Por exemplo, que ele não meta a colher para prejudicar a lei do aborto legal! Nem todas as brasileiras são católicas e nem todas as católicas são contra o aborto." Maria Alice Ferraz (São Paulo, SP)

03/10/97/PAINEL DO LEITOR**APOIO**

"A Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) vem a público dar total apoio à posição externada por Ruth Cardoso no sentido de preservar o direito à manifestação da pluralidade de opiniões no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, repudiando qualquer tipo de pressão que a Igreja Católica possa vir a exercer sobre os poderes maiores do Estado brasileiro _Executivo, Legislativo e Judiciário."

Margareth Arilha, secretária-executiva da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), seguem-se mais nove assinaturas (São Paulo, SP)

05/10/97/PAINEL DO LEITOR

"O Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (Ibap) cumprimenta o presidente do STF, ministro Celso de Mello, pela coragem de defender publicamente suas opiniões sobre temas polêmicos, tais como aborto, aposentadorias especiais, súmula vinculante e união entre pessoas do mesmo sexo." Ana Lúcia Câmara, Guilherme José Purvin de Figueiredo e Marcos Ribeiro de Barros, diretores do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e procuradores do Estado (São Paulo, SP)

*

"Nota dez para a Folha. Ao dar na primeira página a chegada de Sua Santidade, o papa, e seu ataque ao aborto, também destaca a posição pró direito ao aborto da primeira-dama, Ruth Cardoso. É dessa maneira que consolidaremos a democracia brasileira: ouvindo sempre os dois lados!" Yumi G. dos Santos (São Paulo, SP)

06/10/97/PAINEL DO LEITOR**PAPA**

"Ao defender a regulamentação do aborto, nossa primeira-dama provocou a ira dos bispos, mas com sua coragem ficará nos anais da história com a mesma imagem como a conhecemos _seus alunos de antropologia na USP_: mulher inteligente, discreta, com idéias próprias e muito mais corajosa que seu esposo tucano. Só falta agora defender com igual ousadia a parceria civil dos homossexuais." Luiz Mott, vice-chefe do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (Salvador, BA)

*

"A Igreja Católica não vem perdendo fiéis por causa da fidelidade de João Paulo 2º à sua mensagem. Ela vem perdendo fiéis por falta de fidelidade a essa mensagem, porque muitos cristãos acharam mais fácil se conformar à lógica do mundo. O papa sabe que a incidência do cristianismo no próximo milênio (como nos milênios anteriores) depende da fidelidade ao anúncio original e que isso é mais importante do que satisfazer a mentalidade dominante." Dalton Ramos, presidente, e Francisco Borba Ribeiro, secretário do Centro Cultural 12 de Outubro (São Paulo, SP)

*

"Graças a alguém, hoje vivemos em uma república laica. A sra. Ruth Cardoso está certa quando invoca a separação entre o Estado e as religiões _a majoritária inclusive_ nas deliberações dos três poderes sobre a dura questão do aborto. O atual debate sobre a defesa da vida também oferece à hierarquia católica nova oportunidade para que enfim manifeste, sem ambiguidade, sua oposição incondicional à pena de morte." Carlos A. Idoeta (São Paulo, SP)

*

"Li na Folha a frase de dona Ruth Cardoso, segundo a qual 'a relação entre o Congresso e o papa é zero', e fiquei feliz. Ela é uma pessoa que entende da coisa. Obrigado, dona Ruth, pelo recibo de honestidade que a senhora acaba de dar a João Paulo 2°." Sérgio Gallina (Ribeirão Preto, SP)

NACIONAL 02/10/97/ BRASIL/RUTH DEFENDE PROJETO SOBRE ABORTO

Chico Santos da Sucursal do Rio

A primeira-dama Ruth Cardoso defendeu ontem a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que regulamenta a realização de abortos legais em hospitais públicos, afirmando que ela apenas ratifica o que já está na legislação.

Ela disse que a chegada do papa João Paulo 2° hoje ao Brasil não deve ter nenhuma interferência na votação da lei no Congresso. Para a primeira-dama, "a relação entre o Congresso Nacional e o papa é zero". Segundo ela, "esse é um problema da sociedade brasileira".

"Não há nenhuma novidade, não há nenhum enfrentamento de quem seja contra ou a favor", disse Ruth. Para ela, a lei em tramitação "é um direito garantido que está sendo estendido às mulheres com menos recursos, porque elas não são atendidas no serviço público, quando deveriam ser".

A lei que tramita no Congresso permite que sejam realizados na rede pública de saúde abortos em casos de gestação causada por estupro ou em casos nos quais haja risco de vida para a gestante. A legalidade do aborto nesses dois casos está prevista no Código Penal de 1941. Os comentários de Ruth Cardoso foram feitos na favela da Rocinha (zona sul do Rio).

A primeira-dama, que é também presidente do programa Comunidade Solidária, participou na Rocinha de solenidade de liberação de R\$ 200 mil do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiamentos populares feitos pela ONG (organização não-governamental) Vivacred.

Ruth disse que "há muito tempo vinha brigando por essa idéia do crédito popular", acrescentando que no Brasil há muitas facilidades para a concessão de crédito "a quem não precisa dele".

Ela classificou o crédito popular como "um mecanismo para mudar a sociedade" e afirmou que o Brasil está muito atrasado em relação a outros países latino-americanos nessa área. Culpou o período de inflação elevada por esse atraso.

Por esse motivo, segundo ela, foi necessário ir buscar na Bolívia o aprendizado para que o Brasil também tivesse seu sistema crédito popular, que está sendo implantado em várias cidades do país.

Durante a solenidade, realizada na sede da agência de financiamento, que funciona em um prédio da Rocinha pertencente à Igreja Metodista, Ruth Cardoso participou das assinaturas de dois novos empréstimos feitos pela ONG.

Um foi de R\$ 700 para Maria de Fátima da Costa, dona de um bazar de artigos para festas na favela, e outros de R\$ 200 para a ambulante Maria Isaias.

A linha de financiamento total do banco BNDES para o Vivacred é de R\$ 600 mil, estando prevista a liberação dos R\$ 400 mil restantes até janeiro de 98.

SÃO PAULO/02/10/97/ PRIMEIRA PÁGINA/ASSESSOR CRITICA "CONSPIRAÇÃO" MUNDIAL

Papa chega para apoiar a família e atacar aborto

O papa João Paulo 2°, 77, desembarca hoje no Rio para visita de quatro dias. A chegada à base aérea do Galeão está prevista para 16h. Será sua terceira visita pastoral ao Brasil, onde esteve em 1980 e 1991.

João Paulo 2° fará oito discursos e condenará o aborto, o divórcio e o uso de anticoncepcionais. Amanhã, ele encerrará o Congresso Teológico Pastoral, debate sobre a família que reúne 2.500 pessoas.

O cardinal Alfonso López Trujillo, um dos assessores mais próximos do papa, disse ontem no Rio que há uma "conspiração" mundial contra a família.

Ruth Cardoso defendeu aprovação de projeto que regulamenta o atendimento público de casos de aborto previstos em lei e disse que a visita de João Paulo 2° não deve afetar a votação. Para a primeira-dama, "a relação entre o Congresso e o papa é zero".

NACIONAL/03/10/97/ BRASIL/DIVÓRCIO E ABORTO CONSTRAEM ENCONTRO COM FAMÍLIA DE FHC

William França enviado especial ao Rio
Elvira Lobato da Sucursal do Rio

A nora do presidente Fernando Henrique Cardoso, Ana Lúcia Magalhães Pinto, não estará hoje na audiência reservada à família do presidente com o papa, às 10h30, no Palácio das Laranjeiras.

Ana Lúcia está separada há cerca de um mês de Paulo Henrique Cardoso e era divorciada do psicanalista Eduardo Mascarenhas (que morreu neste ano).

Ela tem duas filhas do primeiro casamento e outras duas, gêmeas, com o filho do presidente. As gêmeas, Joana e Helena, 11, estarão acompanhando o pai no encontro.

Como a Igreja Católica não aceita o divórcio, Ana Lúcia pode frequentar a igreja, mas é impedida de receber os sacramentos.

Logo no primeiro momento do encontro, o papa terá como interlocutora a primeira-dama Ruth Cardoso, que defendeu a aprovação pelo Congresso do projeto que regulamenta o aborto legal.

O aborto é um dos temas de que tratará o papa em sua visita ao Rio. Ele vai condenar a sua prática, bem como a do divórcio.

Logo em seguida, FHC apresentará o papa a 34 convidados. Entre eles estarão dois divorciados ilustres: o ex-presidente Itamar Franco e o governador Marcello Alencar, casado pela segunda vez.

O encontro exclusivo com a família presidencial terá duração de 20 minutos. No segundo momento do encontro, também de 20 minutos, Fernando Henrique e João Paulo 2º ficarão a sós, numa conversa livre sobre temas sociais. Na terceira etapa, FHC e o papa receberão políticos e religiosos.

NACIONAL/03/10/97/BRASIL/ALTO CLERO CONDENA APOIO DA PRIMEIRA-DAMA AO PROJETO QUE REGULAMENTA ABORTO LEGAL

Bispos acusam Ruth Cardoso de demagogia e agressão ao papa

Luis Henrique Amaral enviado especial ao Rio

A declaração da primeira-dama Ruth Cardoso a favor da aprovação da lei que regulamenta o aborto legal foi classificada de "agressão ao papa", "oportunista" e "demagógica" por bispos que participam do Congresso Teológico Pastoral, que acontece no Rio paralelamente à visita do papa.

Ao tomar conhecimento das declarações de Ruth, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, foi seco: "Haverá uma resposta, mas não agora".

Anteontem, Ruth afirmou, após cerimônia no Rio, que a proposta de regulamentação da lei do aborto é "um direito garantido que está sendo estendido às mulheres com menos recursos, porque elas não são atendidas no serviço público, quando deveriam ser".

Ruth Cardoso disse ainda que a visita do papa ao Brasil não terá interferência na votação da lei.

A lei que tramita no Congresso regulamenta o aborto para mulheres que estejam em risco de vida em razão da gravidez ou que tenham sido estupradas.

O presidente do Pontifício Conselho para a Família, o cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, evitou comentários. Questionado sobre as declarações, deu de ombros, virou as costas e encerrou a entrevista. Seu cargo equivale ao de "ministro" do papa.

O fato de o Vaticano e a CNBB não terem se pronunciado oficialmente não evitou críticas de bispos reunidos no congresso teológico.

"Para mim, o pronunciamento dela também é zero", disse d. Albano Cavallin, arcebispo de Londrina (PR). Ele se referia à afirmação de Ruth Cardoso de que a "relação entre o Congresso Nacional e o papa é zero".

O arcebispo "convidou" a primeira-dama para discutir o assunto "com as forças que lutam pela vida...: juristas, médicos, educadores e mulheres normais".

O bispo de Jundiá (SP), d. Amaury Castanho, também foi duro: "No mínimo, foi uma indelicadeza da dona Ruth. Estranho que ela tenha feito isso depois que o Santo Padre aceitou conceder audiência a ela, o presidente, seus filhos e netos", afirmou.

Para o bispo de São Miguel (zona leste de São Paulo), d. Fernando Legal, as declarações de Ruth Cardoso foram "oportunistas e demagógicas". "Ela quis aproveitar a visita do papa para reforçar sua posição a favor do aborto", disse.

O arcebispo de Palmas (TO), d. Alberto Tavera, disse que "lamenta profundamente" as palavras da primeira-dama. "Mesmo que esse projeto seja aprovado, continuará a ser imoral."

Mais incisivo, o arcebispo de Diamantina (MG), d. Paulo Lopes de Faria, disse que a declaração da primeira-dama "fere a sensibilidade do povo brasileiro".

O arcebispo considerou as palavras da primeira-dama uma "interferência indébita". "Ela não tem referendo popular por ser esposa do presidente. Com que autoridade ela faz essa agressão?", questionou.

D. Paulo Lopes acredita que a declaração de Ruth Cardoso pode prejudicar a relação da igreja com o governo. "Será que isso contribui para o trabalho do Comunidade Solidária? Pelo contrário, eu acho que prejudica. Agora, nós da igreja vamos olhar esse trabalho com outros olhos", afirmou.

O arcebispo se referia ao programa do governo para a área social presidido pela primeira-dama.

NACIONAL/03/10/97/ BRASIL/ JANIO DE FREITAS/ANTI-RECEPÇÃO

Deve-se muito aos meios de comunicação, sobretudo aos jornais, o caráter de confronto assumido pela divergência entre Igreja Católica e legislação brasileira em torno de aborto em casos de estupro ou de riscos graves. Por desconhecimento de que a nova lei não faria mais do que regulamentar, em parte, a legalidade já conferida há quase 60 anos àqueles casos de aborto, os jornais a apresentaram como novidade e, em mais uma suposto serviço político, como inovação devida a Fernando Henrique Cardoso.

A hierarquia católica brasileira embarcou no equívoco, reagiu com energia e isso gerou mobilizações, de uma parte e de outra, que retiraram a possibilidade de reposição do assunto nos limites apropriados.

A mais recente contribuição para o confronto foi triplamente inadequada. Tantas são as concessões já exibidas por Ruth Cardoso, em relação a conceitos e atitudes que expôs até mesmo como primeira-dama, porém antes de aderir a esse papel algo patético, que não lhe custaria contornar ou adiar como pessoa, na véspera da chegada do papa, mais uma investida contra a posição da Igreja Católica.

Como primeira-dama, sua investida, em tal ocasião, foi mais do que uma gafe perceptível, provo-o aqui, até por quem não se educou entre refinamentos e etiqueta. O papa não viajou ao Brasil com propósitos hostis, o que não quer dizer que esteja impedido de referir-se às desgraças do país tão bem preservadas. Logo, não poderia ser hostilizado por uma primeira-dama.

Por fim, é falsa a sua afirmação de que "não há nenhum enfrentamento de quem quer que seja contra ou a favor" (do aborto, naqueles casos, em hospitais públicos). Há e Ruth Cardoso tem nele parte ativa. Com o mesmo direito que outros têm de defender posição contrária à sua (não é o meu caso) por motivo religioso.

NACIONAL/03/10/97BRASIL/PAPA ENCONTRA FHC E FALA DA DESIGUALDADE E INJUSTIÇA

João Paulo 2º critica desequilíbrio social

O papa João Paulo 2º, 77, chegou ontem ao Rio, onde deverá permanecer até domingo. Em sua terceira visita ao país as anteriores foram em 80 e 91, o papa, que chegou de Roma em um avião MD-11 da Alitalia, foi recebido na Base Aérea do Galeão como chefe de Estado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pela primeira-dama Ruth Cardoso.

Durante o voo ao Brasil, João Paulo 2º citou a situação dos sem-terra como um dos "diversos" problemas sociais do país. Em discurso proferido no aeroporto, o papa manifestou preocupação com questões sociais do Brasil. Segundo disse, "os desequilíbrios sociais, a distribuição desigual e injusta dos meios econômicos, a necessidade de uma ampla difusão dos meios básicos de saúde e de cultura, os problemas da infância desprotegida das grandes cidades, para não citar outros, constituem para seus governantes um desafio de enormes proporções". FHC, em discurso proferido antes do papa, disse que João Paulo 2º é "fonte de inspiração nos esforços que fazemos para sermos uma sociedade melhor, mais humana".

A bordo do papamóvel, João Paulo 2º percorreu diversas ruas do centro do Rio, onde foi saudado pela população. Mas a velocidade mantida pelo veículo frustrou muitos espectadores, entre eles as crianças que se concentraram próximo à igreja da Candelária, para lembrar a chacina ali ocorrida em 1993, quando oito meninos de rua foram assassinados.

Bispos que participam de um congresso no Rio classificaram de "agressão ao papa", "oportunista" e "demagógica" a declaração de anteontem da primeira-dama a favor da aprovação da lei que regulamenta o aborto. O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, foi seco: "Haverá uma resposta, mas não agora".

NACIONAL/03/10/97/OPINIÃO/DONA RUTH E O ABORTO

Luiz Caversan Rio de Janeiro

Se não foram diplomaticamente apropriadas ou soaram como desrespeito ao papa, como querem alguns, as declarações de dona Ruth Cardoso em defesa da regulamentação da lei que permite a

realização de abortos em casos específicos ao menos serviram para recolocar a questão em seu devido lugar.

Pôr em prática uma lei que já está em vigor no país há mais de 50 anos não é um assunto religioso, mas sim de política de saúde. É importante que isso fique sempre muito claro quando a questão vem à tona.

Que o papa, a igreja, os padres e os católicos mais intransigentes são contra qualquer tipo de aborto não é novidade nenhuma. Cada um pode ser contra ou a favor de acordo com sua consciência.

Agora, não se deve permitir que no calor do confronto de posições antagônicas sobressaia a idéia de que toda interrupção da gravidez seja proibida. Não é; a lei admite esse procedimento, a critério da mãe, nos casos previstos de estupro ou de risco de vida para a progenitora.

A regulamentação que está para ser votada no Congresso vai apenas permitir que os hospitais públicos também possam realizar as operações.

Portanto, caso prevaleça a opinião dos "contra" e a regulamentação não passe no Congresso _o motivo de preocupação da primeira-dama_, a interrupção da gravidez naqueles dois casos continuará sendo um privilégio das pessoas que puderem pagar o atendimento particular. Ou seja, as mulheres de baixa renda continuarão condenadas ao dilema de manter o feto indesejado gerado no estupro, enfrentar a morte nas gestações de alto risco ou se submeter aos perigos das clínicas clandestinas.

NACIONAL/03/10/97/OPINIÃO/O PAPA E O ABORTO LEGAL

A visita do papa João Paulo 2º ao Brasil talvez venha a servir como pretexto ou instrumento de uma ofensiva contra o projeto, em tramitação no Congresso, que obriga os hospitais públicos a realizar o aborto nos casos previstos por lei.

A condenação do aborto, em qualquer circunstância, ocupa lugar de destaque na agenda da visita papal, dedicada em grande parte à "defesa da família". Segundo consta, ele pedirá ao presidente Fernando Henrique Cardoso o veto à lei que autoriza a interrupção da gravidez decorrente de estupro ou que coloque em risco a vida da gestante.

É preciso desde já desfazer um equívoco. O papa tem todo o direito de se dirigir a seus fiéis para reforçar as crenças da Igreja Católica, da qual é o chefe supremo. Isso não significa, entretanto, que deva interferir na condução das leis e do Estado brasileiro, que é laico e deve se pautar por princípios republicanos.

A primeira-dama Ruth Cardoso, que vinha evitando se posicionar publicamente a respeito do aborto legal desde que a polêmica surgiu, há dois meses, manifestou-se, enfim, de modo hábil ao dizer que "esse é um problema da sociedade brasileira". Problema da sociedade é mesmo a expressão correta na medida em que o direito ao aborto legal no Brasil é hoje um privilégio das mulheres que podem recorrer a hospitais privados.

Talvez exatamente por estar prevendo os efeitos da cruzada antiaborto liderada pelo papa sobre os parlamentares, a primeira-dama tenha dito, numa tirada de efeito, que "a relação entre o Congresso Nacional e o papa é zero". É sabido que não é, mas a frase aponta para o imperativo de que o teor das leis não deve ser determinado, a priori, por crenças religiosas, que dizem respeito a questões de consciência _individuais, portanto. De outro modo, podem vir a ser feridos os princípios republicanos da universalidade e da igualdade de direitos.

NACIONAL/04/10/97/BRASIL/JOÃO PAULO 2º SE DIZ CARIOCA E ELOGIA A 'ARQUITETURA DIVINA E HUMANA' DO RIO EM FALA IMPROVISADA

Papa conclama igreja a manter diálogo com 'instituições políticas'

Luis Henrique Amaral Humberto Saccomandi enviado especiais ao Rio

O papa João Paulo 2º conclamou ontem a Igreja Católica a manter "um diálogo construtivo" com as instâncias políticas, das quais "depende em boa medida a sorte das famílias". Segundo o papa, "o homem é a via da igreja. E a família é a expressão primordial desta via".

O pedido do papa foi feito durante discurso no encerramento do Congresso Teológico Pastoral, no Riocentro (zona oeste do Rio). Estavam presentes 15 cardeais, 476 bispos e 2.500 congressistas.

O papa brincou e elogiou o Rio de Janeiro após o seu pronunciamento. Falando de improviso, em português, bem-humorado e mais bem disposto do que anteontem, na sua chegada, João Paulo 2º comentou a "arquitetura divina e a humana" do Rio.

"A cidade do Rio de Janeiro cria uma inspiração, porque se vê continuamente esta arquitetura divina e também se vê esta arquitetura humana. Mas a arquitetura humana supera a arquitetura divina. Mas também se vê que o homem é um arquiteto", declarou

"O homem é a imagem de Deus. Essa inspiração da arquitetura é importante para a família, porque a família é também arquitetura divina. Depois, a família necessita dessas arquiteturas divina e humana.

para viver, para permanecer, para encontrar sua casa. Essa é uma reflexão conclusiva sobre a arquitetura", acrescentou.

Em seguida, o papa brincou com a música "A Bênção João de Deus", cantada pelo público. "Essa música vem do ano de 1980. O papa era muito mais jovem."

Comunicando-se com os presentes, o papa atendia a pedidos de saudação na língua que lhe era feita a solicitação. Ao final, repetiu o slogan usado por um banco nesta semana: "Se Deus é brasileiro, o papa é carioca".

Mas logo acrescentou que, no Rio Grande do Sul, diziam que ele era gaúcho, e que na Bahia, diziam "o papa é nosso filho". Antes de ir embora, se despediu dizendo: "Até a próxima vez".

João Paulo 2º chegou ao Riocentro de helicóptero às 17h45 e foi embora às 19h15. O papa conclamou a igreja a "empreender uma ação pastoral" dando atenção prioritária para as famílias.

"Trata-se de uma tarefa prioritária, fundada na certeza de que a evangelização, no futuro, depende em grande parte da igreja doméstica", disse, referindo-se à família.

Ao justificar seu pedido, o papa afirmou que "entre as verdades obscurecidas no coração do homem, por causa da crescente secularização e do hedonismo reinante, ficam especialmente afetadas todas aquelas relacionadas com a família". Para o papa, "em torno da família e da vida se trava hoje o combate fundamental da dignidade do homem".

Em seu discurso, o papa ainda fez uma crítica indireta ao aborto: "A mesma fidelidade conjugal e o respeito pela vida, em todas as fases de sua existência, estão subvertidos por uma cultura que não admite a transcendência do homem criado à imagem e semelhança de Deus". A igreja acredita que a vida começa na concepção do feto.

Ruth

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, disse ontem que a entidade não irá responder às declarações da primeira-dama Ruth Cardoso a favor da regulamentação do aborto legal enquanto o papa estiver no Brasil.

"Não falarei enquanto o papa estiver em solo brasileiro", disse o cardeal. "Nem tenho certeza que ela falou isso mesmo, apesar de ainda não ter havido um desmentido", afirmou.

A declaração foi feita em entrevista no intervalo do Congresso Teológico Pastoral. O responsável pela Pastoral Familiar da CNBB, d. Cláudio Hummes, aproveitou para minimizar a declaração de Ruth: "Creio que a igreja deverá responder a isso depois da visita do papa. O importante é o que o papa diz, e não a dona Ruth", declarou.

NACIONAL/05/10/97/CATÓLICOS DE OCASIÃO

Marcos Augusto Gonçalves Editor de Domingo

Pela segunda vez, em pouco mais de um mês, os meios de comunicação vêm-se às voltas com o sentimentalismo e a hipocrisia para relatar fatos de apelo popular.

Primeiro foi a morte da princesa Diana, que revelou entre nós novas e insuspeitadas vocações éticas (como diz Gilberto Felisberto Vasconcellos, no livro "Collor, a Cocaína do Povo", fala-se muito em ética no Brasil, como se houvesse um Aristóteles em cada esquina). Agora é a visita do papa.

"Emoção", "alertas sociais", "atenção aos negros e aos povos indígenas", "palavras de paz e justiça", "união da família"... e lá vai o jornalismo enredando-se no jogo de cena do catolicismo de fachada brasileiro.

Políticos que frequentam pais de santo vestem a auréola, instituições temporais endossam a fé e a classe média de sessão espírita gruda na TV: todos se dispõem, pelo sim, pelo não, a fazer parte da festa que, na realidade, é de uma minoria de católicos realmente dignos do nome.

Uma ou outra voz, é verdade, tenta extrair da visita alguma reflexão, mas tudo, no final das contas, parece fadado a acabar em hóstia: prevalecem o show, o derramamento, as lágrimas e bandeirolas.

Certamente o Vaticano e o papa não são meros adereços já desprovidos de função, como ocorre com a outrora poderosíssima família real britânica _ embora paralelismos possam ser estabelecidos entre a monarquia e o papado.

De qualquer forma, o arcaísmo da instituição católica e o flagrante desencontro entre aspectos de sua doutrina e a sociedade real são evidências que o megaespetáculo não pode ocultar. Pesquisa publicada pela Folha no caderno Religião mostrou que o "jeitinho" prevalece mesmo entre praticantes.

É tal a dissintonia entre certas postulações da igreja e os comportamentos práticos, que parece ter-se estabelecido um pacto de faz-de-conta para tudo funcionar.

A política faz de conta que respeita e vai pautar-se pelo discurso do papa, jornalistas fazem de conta que estão profundamente sensibilizados com a visita, católicos de ocasião fazem de conta que tudo o que o sumo sacerdote diz é a palavra de Deus, embora prefiram não praticá-la.

Não cabe à mídia e às instituições afrontar católicos ou outros religiosos. Mas, uma vez laicas, poderiam assumir posições menos oportunistas _como fez, diga-se, dona Ruth Cardoso, ao defender a aplicação da lei do aborto.

Por temor ou conveniência, entretanto, prefere-se jogar o jogo. Ou, o que é pior, tratar o pontífice como "café com leite".

Aceita-se passivamente que o papa fale em nome dos índios sem mencionar o trabalho da igreja na dissolução das culturas indígenas, que fale dos negros sem lembrar a convivência do catolicismo com a escravidão, que condene o homossexualismo esquecendo-se da prática homossexual entre o próprio clero.

NACIONAL/06/10/97/ BRASIL/DURANTE QUATRO DIAS, JOÃO PAULO 2º LEVOU OS BRASILEIROS A PENSAR NA FAMÍLIA E NA VIDA

Sem regime militar e Collor, foi a melhor visita do papa ao Brasil

Elio Gaspari Colunista da Folha

Foi a melhor visita de João Paulo 2º ao Brasil. Sem um regime militar a estorvá-lo e sem um Fernando Collor desmoralizado a constrangê-lo, o papa teve paz para cuidar de suas próprias preocupações.

Durante quatro dias, levou os brasileiros a pensar na família e na vida. Encarnou a grandeza da fé católica. Barateado, o papa teria vindo ao Brasil condenar o aborto e o divórcio.

Não veio batalhar contra o divórcio e a prova disso esteve na cena em que mandou chamar Roberto Carlos e sua mulher (a terceira), presenteando-os com dois rosários. Veio defender a instituição do matrimônio ou, como cantava o coral de jovens peregrinos: "Que nenhuma família comece em qualquer de repente".

Também não veio combater o aborto, mas defender a vida. Entenda-se por defender a vida o trabalho das freiras do Verbo Encarnado que o ouviam ao pé do palco no parque do Flamengo.

São jovens, e há 36 delas no Brasil. 13 trabalham nos bairros pobres de São Paulo e estão construindo uma maternidade para mães solteiras em Rio Grande da Serra. Vieram quase todas e tinham lágrimas nos olhos ao contemplá-lo. Quatro delas, contemplativas, ficaram rezando em suas celas.

O que fez desta visita (talvez a última) a melhor das três foi a capacidade do papa de propagar a concepção que os católicos têm (ou deveriam ter) da vida. Ela é um dom de Deus, coisa boa, motivo de felicidade. O nascimento de uma criança, seja onde for, é uma dádiva.

Como já ensinou João Cabral de Melo Neto, descrevendo um menino que sai do Capibaribe para um mocambo melhor, nos mangues do Beberibe: "Belo porque tem do novo a surpresa e a alegria".

Essa é uma idéia que pode ser defendida até mesmo por quem não tem fé nenhuma.

Para o católico, coisa que ninguém é obrigado a ser, continuar na igreja achando que a vida dos miseráveis pode ser uma encrenca é, no mínimo, um padecimento.

Os índios foram convertidos à força e o clero pouco fez contra a escravidão. Em diversas ocasiões o catolicismo brasileiro foi uma carga para os miseráveis. São tempos passados.

A cena da família negra que entrou no Maracanã representando a chegada de seus antepassados ao Brasil foi uma das mais emocionantes já acontecidas naquele meio de campo.

Pode ser comparada a alguns dos melhores momentos em que Didi, o Príncipe Etiope, dali passava a bola.

Reflexão

O papa foi embora deixando no Brasil uma ponta de reflexão sobre o sentido das famílias e da existência. É certo que algumas pessoas não conseguiram ouvi-lo. (O senador Eduardo Suplicy, por exemplo, foi à missa do parque do Flamengo para ouvir a si próprio. Enquanto João Paulo 2º rezava a "Ave Maria", Suplicy contava as atividades do senador Suplicy em defesa dos sem-terra.)

Muitos outros poderão preferir não entendê-lo, mas os problemas com que ele mexeu sempre estiveram por aí. Quem quis fingiu que não viu.

Há uma relação direta entre as famílias dissolvidas e a pobreza. Para quem prefere raciocinar com estatísticas, entre 1980 e 1991, a população com menos de 17 anos vivendo em lares chefiados por mulheres subiu de 9% para 13%.

Mais: as famílias chefiadas por mulheres com filhos abaixo de 14 anos representavam 58% do total de famílias com até meio salário mínimo de renda mensal "per capita".

Há uma relação direta entre as famílias dissolvidas e a pobreza. Há também uma resposta na ponta da língua: o problema seria menor se essas mulheres não tivessem procriado. Daí o presidente Fernando Henrique Cardoso, há poucas semanas, ter registrado que a inclusão do processo de esterilização denominado laqueadura nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) era um sonho da mulher brasileira e se tornou uma conquista.

Nada de errado com FFHH. Ele não é católico, a Igreja Católica não manda no seu governo (o que é ótimo), o número de mulheres que desejam se esterilizar é imenso e, para elas, deu-se de fato uma conquista.

Ademais, nenhuma senhora foi obrigada a fazer laqueadura e o próprio presidente ressaltou que esse não é necessariamente o melhor contraceptivo disponível.

A chegada de uma criança tem mais a ver com o futuro que com o presente. A questão se situa muito acima da agenda de um mandato presidencial. Tem a ver com a vida e, muitas vezes, com a família.

À primeira vista, a esterilização é uma solução para preservar o futuro. Será que o futuro tem alguma coisa a ver com isso?

Acaba de estrear nos Estados Unidos um magnífico documentário intitulado "O Longo Caminho para Casa" ("The Long Way Home"). Mostra a vida dos judeus libertados dos campos de concentração nazistas em 1945.

Conta que durante anos eles viveram em campos de refugiados _em alguns casos, sem sair do lugar onde estavam. Era uma gente que tinha medo do passado e queria esquecer o presente.

Pois a maior taxa de matrimônios e nascimentos entre as comunidades judaicas de todo o mundo se deu nos campos de refugiados nesses anos. A formação de uma família e a chegada de uma criança têm mais a ver com o futuro do que com o presente. O futuro se chamava Estado de Israel.

As sociedades vivem períodos de progresso ou decadência sem dar muita importância a pequenos detalhes que sinalizam suas mudanças.

É verdade que o atentado de Roma mudou a natureza da segurança do papa, mas Paulo 6º estivera na Colômbia em 1968 e sua segurança não chegava a um décimo da que hoje protege João Paulo 2º. Mudou o mundo, mudou a Colômbia e mudou o papado.

Cães

Mesmo assim, foi preciso que João Paulo 2º viesse ao Rio de Janeiro para se perceber que esse negócio de botar cachorro para tomar conta de gente é coisa de animal.

Foi preciso que o papa mandasse recolher os cães para que a cidade fosse poupada da humilhação da cachorrada do Estado, protegendo a privatização da Vale do Rio Doce, no Rio, e a retomada de edifícios ocupados em Sapopemba (SP).

A "descanização" foi conseguida por meio de um recado remetido ao presidente da República por intermédio de Ruth Cardoso. Era curto: "Isso não pode continuar". Não continuou.

Se nada sobrasse da viagem, o simples fato de o papa ter mandado recolher os cães já seria um bom começo de conversa para as autoridades que, como FFHH, acham conveniente pedir conselhos ao papa.

Isso supondo-se que FFHH estava falando sério quando disse que fora se aconselhar com João Paulo 2º a respeito do desemprego.

Uma mensagem que parecia banal, mas precisava ser dita. Salvo o episódio canino, foram quatro dias de viagem sem tensões, sem polêmicas novas, mas com uma metódica repetição do tema central que o trouxe ao Rio. Antes mesmo de desembarcar, ainda no avião, o papa resumia sua mensagem. É simples:

_ O futuro da humanidade passa pela família.

Parecia banal, mas fazia tempo que ninguém dizia isso. De certa maneira, fazia tempo que não se falava no assunto. Podia-se até pensar que passasse pela globalização ou pela reengenharia.

18/10/97/PAINEL DO LEITOR

Direito à informação

"Lamentável o pronunciamento do cardeal d. Eugenio Sales criticando o sancionamento da lei que determina que as mulheres vítimas de estupro sejam informadas do direito de promover o aborto, se assim lhes convier. Não se trata de debater o aborto, que é legal em determinados casos, e sim de possibilitar à população o conhecimento de seus direitos." Guilherme Rezende (São Paulo, SP)

Pluralidade de opiniões

"Estranhamos a manifestação da leitora Margareth Arilha ('Painel do Leitor', 3/10) _sobre a posição de Ruth Cardoso em relação ao papa e ao aborto legal_ porque é facciosa. A população em geral defende a pluralidade de opiniões. Idéias contrárias devem ser recebidas e meditadas com o mesmo respeito." Carmen Lúcia de Camargo Penteado, presidente do Instituto de Estudos Mulher Criança Sociedade (São Paulo, SP)

NACIONAL/07/10/97/BRASIL/ARQUIDIOCESE DO RIO ESPERA EVITAR PREJUÍZO COM COMISSÃO POR VENDA DE PRODUTOS LICENCIADOS E DOAÇÕES DE FIÉIS

Visita do papa tem déficit de R\$ 903 mil

da Sucursal do Rio

O cardeal-arcebispo do Rio, d. Eugenio Sales, afirmou ontem que "o déficit provisório" da arquidiocese com a visita do papa João Paulo 2º está em R\$ 903 mil e que espera zerá-lo com a doação de fiéis. "Estou esperando das paróquias o restante", disse.

Segundo ele, a visita custou R\$ 6,4 milhões. No total, seriam R\$ 7,4 milhões, mas d. Eugenio abateu da conta o equivalente a doações de equipamentos.

Para cobrir o déficit, o coordenador de marketing da comissão que organizou a visita, Jomar Pereira da Silva, disse esperar a entrada de R\$ 400 mil a R\$ 500 mil com a comissão pela venda de produtos licenciados, como camisetas.

Segundo ele, o restante deve ser coberto com as campanhas de doações de recursos que serão realizadas nas 230 paróquias do Rio. Paralelamente, a rede bancária também fará uma coleta de fundos para cobrir a diferença. "Estou confiante que vai fechar", disse.

D. Eugenio afirmou que a visita do papa trouxe "uma dimensão espiritual" que vinha sendo esquecida, abrindo "grande perspectiva para essa cidade e esse país".

Segundo ele, o papa demonstrou "grande satisfação e alegria" com a visita. Para d. Eugenio, por ser eslavo, o papa não costuma demonstrar suas emoções. Mas ao agradecer "a hospitalidade do Rio", d. Eugenio disse que, "para um eslavo, havia muito calor humano". Segundo ele, o papa riu quando, de brincadeira, foi convidado a voltar à casa da arquidiocese, no morro do Sumaré, para passar férias escondido do mundo.

Ruth Cardoso

Para d. Eugenio, a visita do papa serviu para a reafirmação "da doutrina de Jesus sobre a família". Neste sentido, ele disse que "o papa nunca será a favor do aborto".

Questionado sobre a defesa que a primeira-dama Ruth Cardoso fez do projeto de lei que regulamenta a realização de abortos legais em hospitais públicos, d. Eugenio afirmou que ela disse que "não havia pronunciado essas palavras".

Na véspera da viagem, Ruth Cardoso afirmou que a chegada do papa não deveria interferir na votação da lei, pois "a relação entre o Congresso e o papa é zero".

Em encontro que teve com a primeira-dama, d. Eugenio afirmou que, sem que ele perguntasse algo, Ruth Cardoso se mostrou "não satisfeita com as palavras que haviam sido atribuídas a ela".

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno Assis, porém, disse que a primeira-dama desrespeitou o Congresso. "Ela não é congressista e não recebeu delegação do Congresso para falar em nome da instituição contra o papa", afirmou.

Colaborou a Sucursal de Brasília

25/11/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto legal

"Considero um contra-senso o projeto que institucionaliza em toda a rede pública de saúde do país a realização do aborto não-punível em caso de estupro ou risco da gestante. Não traz saúde para a mãe, pois esse ato nefasto provoca traumas psicológicos de consequências irreversíveis para a abortante. E não traz saúde para o nascituro, pelo contrário, traz a morte. A autorização do aborto não-punível abriria uma porta para prática ilegal de muitos outros crimes de aborto. Se for permitido a órgãos assistenciais a prática do aborto não-punível, muitas 'mães' alegarão estupro para conseguir o aborto às expensas de verbas que deveriam se colocar a serviço da saúde e do bem." Diógenes Pereira de Araújo (Bauru, SP)

27/11/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Sempre bem lembrada a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em consonância com a Igreja Católica, alertando os legisladores, os políticos e o povo que se deve refletir se os nossos pais também fossem abortadores. Quem tem olhos de ver e ouvidos de ouvir sabe que, uma vez concretizada a concepção, aí está o ser humano em corpo e espírito. Portanto, aborto é homicídio." Manuel Morales (São Paulo, SP)

28/11/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto legal

"Em artigo publicado sob o título 'O direito constitucional ao aborto legal', à pág. 1-3 (Opinião), de ontem, as professoras Flávia Piovesan e Silvia Pimentel contestam posição minha e de Hélio Bicudo, alegando que, na Constituição Federal, o direito à vida, ainda que fundamental, não é, contudo,

absoluto', sobre reproduzir a Lei Suprema de 1988 o princípio de direito anterior. Argumentam que os direitos à liberdade e à propriedade podem ser conjugados com a tolerância e a justiça social. Não me parecem, todavia, corretas as afirmações. Dos cinco direitos fundamentais, quatro deles (igualdade, segurança, liberdade e propriedade) têm, na própria Constituição, elementos redutores de seu absolutismo, como bem acentuam as juristas, ao exemplificarem com as limitações à liberdade e à propriedade. O direito à vida, não. Em nenhum momento a Constituição abre nenhum campo para sua redução, motivo pelo qual, dos cinco direitos fundamentais elencados no 'caput' do artigo, quatro deles são relativos e um absoluto. Por outro lado, a Constituição Federal atual assegura o 'próprio direito à vida', enquanto a anterior apenas assegurava 'direitos concernentes à vida', sendo pois, na dicção pretérita, relativo o direito à vida e, na atual, absoluto. É, de resto, a interpretação que Celso Bastos e eu ofertamos, ao comentarmos, em 15 volumes, pela Saraiva, a Constituição do Brasil. Ademais da exegese constitucional, por convicção própria, sou contra todos os atentados à vida, não aceitando soluções jurídicas adotadas por outros países, como a pena de morte, a eutanásia e o aborto." Ives Gandra da Silva Martins (São Paulo, SP)

NACIONAL/27/11/97/OPINIÃO/O DIREITO CONSTITUCIONAL AO ABORTO LEGAL

Consequentemente faz-se emergencial garantir às mulheres um atendimento na rede pública de saúde

Flavia Piovesan e Silvia Pimentel

A Câmara dos Deputados retomou esta semana a intensa discussão do projeto de lei (já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça) que institui o atendimento pela rede pública de saúde dos casos de aborto legal. O projeto regulamenta a realização de aborto nos casos de risco de vida da gestante e gravidez resultante de estupro _hipóteses previstas pelo Código Penal há mais de 57 anos.

O direito ao aborto legal e à sua regulamentação estão em absoluta consonância com a ordem jurídica brasileira, ao contrário do que afirmam alguns juristas, como o deputado federal Hélio Bicudo e o professor Ives Gandra da Silva Martins. Sustentam ambos que a discussão do aborto legal não tem levado em conta a ordem constitucional, em especial seu artigo 5º, que consagra a inviolabilidade do direito à vida. Por fim, concluem que a Constituição de 1988 não recepcionou a legislação penal concernente ao aborto legal.

Importa alertar quanto à impropriedade jurídica dessa conclusão.

A Constituição Federal anterior também assegurava a inviolabilidade do direito à vida (vide o art. 153 da Constituição de 1967), não sendo essa uma inovação da Carta de 1988. Essa Constituição, no artigo 5º, garante a "inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Esses direitos, ainda que fundamentais, não são, contudo, absolutos. Os seus contornos jurídicos são delimitados pela Constituição, diante de um complexo sistema valorativo.

A ordem jurídica, ao consagrar a inviolabilidade do direito à liberdade, por exemplo, permite limites ao exercício da liberdade de expressão quando proíbe a incitação à discriminação racial. O mesmo ocorre com a inviolabilidade do direito à propriedade, na medida em que a Carta de 1988 exige que seja cumprida sua função social. Esses direitos não são previstos de forma ampla e ilimitada, pois o conteúdo de sua inviolabilidade é definido a partir de um dinâmico e complexo processo de disputa entre valores constitucionalmente assegurados. É por isso que, nesses casos, o valor da liberdade há de ser conjugado com o da tolerância, o valor da propriedade com o da justiça social.

O mesmo raciocínio se aplica às hipóteses de aborto legal, na medida em que não se pune o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez resulta de estupro. Por que não punir o aborto nessas hipóteses? Porque o valor da vida deve ser conjugado com o valor da dignidade humana. Entendeu a legislação penal que não seria razoável punir criminalmente uma mulher que sofre risco de vida fatal, necessitando a interrupção da gravidez. Entendeu também a legislação penal que não seria razoável punir criminalmente uma mulher que já sofreu a traumática e dolorosa violência do estupro, sendo submetida a um tratamento cruel e degradante.

São essas situações que, por sua gravidade, autorizam a interrupção da gravidez, afastando-se, assim, a punição do aborto. O valor constitucional protegido, nessas hipóteses, é a vida e a dignidade de tantas mulheres.

O aborto legal há de ser tratado como uma questão relacionada à cidadania e à saúde pública, e não como uma questão de "polícia". A saúde pública, por sua vez, é direito fundamental assegurado pela Carta de 1988. Consequentemente, nas hipóteses de aborto legal, faz-se emergencial garantir às mulheres um atendimento na rede pública de saúde que seja digno e confiável.

A faculdade das mulheres de serem atendidas pelo poder público, pelas redes públicas de saúde, nas hipóteses de aborto legal, é um direito assegurado pela Constituição e é um compromisso do Estado

brasileiro reafirmado nas Conferências de Mar del Plata (1993), Cairo (1994) e Pequim (1995). O maior impacto desse projeto será interromper a dor, as sequelas e as mortes que alcançam tantas mulheres e que advêm, principalmente, da clandestinidade.

Flavia Piovesan, 29, procuradora do Estado, é professora de direito constitucional e de direitos humanos da Faculdade de Direito da PUC-SP, doutora em direito constitucional, membro do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e conselheira do Conselho da Condição Feminina.

Silvia Pimentel, 57, é professora-doutora em filosofia do direito da Faculdade de Direito da PUC-SP, coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução e conselheira do Conselho da Condição Feminina.

30/11/97/PAINEL DO LEITOR

Ofensiva eclesialística

"As imagens do padre católico que expôs pessoas nascidas após estupro, na campanha que fazia contra o aborto no Congresso, são deprimentes e fazem jus à participação em algum daqueles programas de domingo do tipo mundo cão. Foi um ato incrível de insensibilidade do padre, que apenas desejava reforçar seus argumentos contra a lei do aborto." Arnaldo Giraldo (São Paulo, SP)

01/12/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Tanto movimento e tanta discussão em torno do aborto. Se todo esse movimento e empenho fossem canalizados para as crianças que morrem diariamente por falta de alimentação e assistência médica, provavelmente teríamos um mundo melhor. A maior luta deveria ser a manutenção da vida. De que adianta nascer se não há condições de viver?" Marli Mazza (São Paulo, SP)

*

"Com religião ou sem religião 'o fim não justifica os meios'. Colocar como condição ou requisito para o nascimento da criança que ela seja bem acolhida, bem tratada ou não acarrete para seus pais uma situação de grande incômodo é converter os filhos em 'coisas' agradáveis ou desagradáveis, o que seria uma trivialização frontalmente contrária aos valores essenciais à dignidade humana." Marisa Stucchi da Silva (São Paulo, SP)

04/12/97/PAINEL DO LEITOR

Igreja e aborto

"Senhor padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, meta-se com o seu terço e a sua batina. O corpo da mulher só a ela pertence. Sugestões: não mate os vermes ou vírus que seu corpo possa vir a abrigar, pois são formas de vida." Bartira Martins (São Paulo, SP)

*

"Foi com grande alegria e admiração que li a entrevista do padre Luiz Carlos Lodi da Cruz na pág. 1-4 (Brasil) de 1º/12. O padre Lodi mostrou a serenidade e a convicção que todos precisamos ter para combater a cultura hedonista que invade o nosso país. Quanto ao Código Penal, todos sabemos: nem tudo o que é legal é moral ou deixa de ser crime. Concordo que as crianças foram expostas a uma situação vexatória, mas será que nesse caso o fim não justificou os meios? Com certeza absoluta, justificou." Glória L. Xavier Pedro (Curitiba, PR)

NACIONAL 01/12/97/ENTREVISTA DA 2ª/"QUERO SER PRESO", AFIRMA PADRE ATIVISTA ANTIABORTO

Wilson Silveira Coordenador de Edição da Sucursal de Brasília
 "Estou torcendo para que me prendam", disse o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, 34, presidente do movimento Pró-Vida de Anápolis, a segunda maior cidade de Goiás, distante 150 km de Brasília.

Na última sexta-feira, a Promotoria da Infância e da Juventude do Distrito Federal pediu à polícia que abra inquérito contra o padre, acusado de ter exposto crianças a situação vexatória.

Ativista radical contra o aborto, o padre Lodi levou duas crianças ao plenário da Câmara, na terça-feira passada, durante audiência pública sobre o projeto que regulamenta o aborto legal (estupro ou risco de vida da gestante). As crianças, uma menina de 11 anos e um garoto de 3 anos, eram filha e neto, respectivamente, de mulheres estupradas.

“Minha prisão seria tão ridícula que a causa abortista ficaria extremamente comprometida, mas essa é uma honra que não mereço”, disse o padre, que repete a todo instante a palavra “coragem” e se despede das pessoas dizendo “parabéns por ter nascido”.

A seguir, trechos de entrevista concedida à Folha na sexta-feira.

Folha – O que é o Pró-Vida?

Luiz Carlos Lodi da Cruz – Existem vários Pró-Vida espalhados pelo Brasil. Em Anápolis, foi fundado em 89, quando um grupo norte-americano veio visitar o Brasil. A partir dessa data, nosso bispo, d. Manoel, resolveu montar uma equipe para dar assistência às mulheres que estivessem em tentação de praticar aborto.

Mais recentemente, quando o perigo da legalização do aborto se tornou iminente, nós partimos com mais força para uma atuação legislativa.

Folha – De quem foi a idéia de levar aquela família à Câmara?

Padre Lodi – Foi minha. Nós já tínhamos levado outra vez, não para a Câmara, mas para uma manifestação em frente ao Congresso.

Folha – O sr. pode ser processado por isso.

Padre Lodi – As feministas é que devem ter acionado o Ministério Público. Elas estavam em pânico quando viram aquelas crianças e aquelas mães. Elas diziam que o filho de um estupro é um monstro, uma coisa que não vale nada, e diante delas estava a prova do contrário.

Folha – O que elas dizem é que a mulher tem o direito de decidir se quer ter o filho resultante de estupro. Dizem que é uma questão de cidadania e dignidade.

Padre Lodi – Na escravidão também diziam a mesma coisa. Se você não quiser escravizar seu negro, pode dar carta de alforria.

Folha – Eu gostaria que o sr. se ativesse à questão do estupro.

Padre Lodi – É uma questão de cidadania a mãe poder ou não matar uma criança que já concebeu?

Folha – Concebeu contra sua vontade, num ato de violência. O sr. acha que a Igreja Católica ou quem quer que seja tem o direito de forçar a mulher a ter um filho nessas condições?

Padre Lodi – Ter ela já tem.

Folha – Forçar a manter a gravidez.

Padre Lodi – Eu diria forçar a não matar. Qualquer um tem esse dever, de impedir o assassinato.

Folha – Nesse caso, não é uma questão de foro íntimo?

Padre Lodi – Eu gostaria que você me dissesse qual é a diferença entre matar o feto e matar a criança depois que ela nascer. Eu gostaria que você me provasse que lá dentro ela é menos gente do que depois do nascimento.

Folha – Acreditar que existe vida a partir da concepção é diferente de forçar uma mulher a manter uma gravidez indesejada.

Padre Lodi – Você hesitaria em me proteger se alguém quisesse me matar? Você diria que é uma questão de foro íntimo da pessoa que quer me matar?

Folha – É uma situação diferente, não dá para comparar.

Padre Lodi – Porque eu não sou pequenininho?

Folha – Não, é diferente. Qual sua expectativa em relação ao eventual processo na Justiça?

Padre Lodi – Estou torcendo para que me prendam. A prisão seria tão ridícula que a causa abortista ficaria extremamente comprometida, mas essa é uma honra que não mereço. Ser preso por defender a vida, nossa senhora...

Folha – O sr. acha que pode ter errado ao expor aquelas pessoas?

Padre Lodi – Se for erro mostrar que crianças concebidas num estupro são gente, não são monstros, então errei.

Folha – O sr. não acha que a exposição daquela família pode causar um trauma para as crianças?

Padre Lodi – Eu achei que não, mas, com aquela fúria das feministas berrando, estou até com minhas dúvidas. Podem ter se assustado... (risos)

Folha – O sr. fala das feministas de forma meio pejorativa. O que o sr. tem contra elas?

Padre Lodi – As feministas são pessoas _vou chamar de pessoas porque elas ainda são pessoas_ que, em troca dos dólares que recebem do exterior, entregam aquilo que há de mais nobre e precioso na mulher, que é a maternidade, e passam a defender uma coisa totalmente estranha à índole da mulher, que é a possibilidade de matar seu próprio filho. Falam como representantes das mulheres, como se tivessem sido eleitas.

Folha – Pelo fato de ser mulheres, elas não têm mais autoridade para falar em nome das mulheres do que um homem?

Padre Lodi – Eu acho que, para falar em nome das mulheres, não poderiam ser assalariadas de organismos internacionais.

Folha – Qual o problema em receber ajuda financeira de pessoas que têm a mesma convicção?

Padre Lodi – Não sou capaz de acreditar que sejam convictas do que fazem. São pagas para isso, é o trabalho delas.

Folha – Elas dizem que defendem o direito de quem não tem dinheiro e depende da saúde pública.

Padre Lodi – Fazem isso por altruísmo? Nesse caso, têm um espírito caridoso invejável, puxa vida! Se você quiser acreditar nisso...

Folha – Qual sua estratégia para as próximas etapas da votação desse projeto?

Padre Lodi – Nossa principal estratégia é a oração, é rezar o terço. As outras estratégias são o envio de cartas para os deputados e a presença maciça no dia da votação. Nossa ação é limitada porque não recebemos o salário que nossas adversárias recebem.

Folha – O sr. pretende levar para Brasília mais crianças que tenham sido concebidas em estupro?

Padre Lodi – Se for necessário e se meu superior autorizar, sim.

Folha – Qual foi a repercussão desse episódio aqui na sua igreja?

Folha – A solidariedade foi total na última reunião do clero.

Folha – O sr. não acha que a polêmica em torno desse projeto é artificial, já que o aborto em caso de estupro e de risco de vida da gestante é permitido pelo Código Penal desde 1957?

Padre Lodi – Isso não é verdade, leia aqui (mostrando uma cartilha que transcreve o artigo do Código Penal segundo o qual o médico que realiza aborto nesses casos não está sujeito a punição). Uma coisa é não punir, outra é permitir.

Folha – Tudo que a lei não proíbe é permitido, segundo norma corrente do direito.

Padre Lodi – Não, confundir as duas coisas é uma falha imperdoável. O fato de não estar dito que é crime não quer dizer que não seja.

Folha – Essa cartilha omite o título desse artigo no Código Penal. Esse caso é chamado de “aborto necessário”. Se é necessário, não é crime.

Padre Lodi – São apenas nomes.

Folha – Quando o sr. decidiu ser padre?

Padre Lodi – Quando estava no segundo grau.

Folha – Quando estudava, o sr. teve namoradas?

Padre Lodi – Não.

Folha – O sr. já pensou em ter filhos?

Padre Lodi – Tenho um monte deles, mais do que a carne e o sangue poderiam me dar.

05/12/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto legal

"Acredito que, se os veículos de comunicação reservassem o espaço que utilizam para falar de aborto para uma coisa chamada educação sexual, muitas pessoas saberiam como evitar a tal gravidez indesejada, e não teríamos de ler tolices como as do articulista Marcelo Coelho no dia 3/12. Depois de comparar a vida de um feto humano com o mato que cresce na rua, o autor completa afirmando que o início da vida humana ainda não é vida humana. Pode não ser, mas faz parte." Elio Xavier Pedro (Curitiba, PR)

*

"É inconcebível, malcriada, agressiva e inoportuna a manifestação da leitora Bartira Martins, no 'Painel do Leitor' de 3/12, contra o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, que defende a vida e critica o aborto. Comparar vermes e vírus ao ser humano foi a prova do limite de sua inteligência. Mesmo para pessoas assim não se deseja a morte por aborto." Renê R. Silva (São Paulo, SP)

NACIONAL/03/12/97/ ILUSTRADA/DISCURSO ANTIABORTO É ATENTADO CONTRA 'VIDA HUMANA'

Marcelo Coelho da Equipe de Articulistas

Discussões sobre o aborto são sempre complicadas. No Brasil, tornaram-se quase malucas. Uma grande quantidade de energia, de tinta e militância está sendo gasta atualmente. Não para discutir a legalização do aborto puro e simples, mas para regulamentar uma lei promulgada há 57 anos.

A lei garante o aborto em casos de malformação do feto, de risco à vida da gestante e de estupro. O que se procura é garantir a aplicação da lei nos hospitais públicos. Mas é como se, da noite para o dia, o aborto estivesse para ser legalizado irrestritamente no país.

Se colocado nesses termos, o debate fica praticamente insolúvel. Os militantes antiaborto vão ter sempre razão num ponto: o filho de um estupro não pode ser "discriminado" em seu "direito à vida".

A lei é contraditória. Ou se admite o aborto em todo caso de gravidez indesejada, ou não há como achar que só em casos de estupro esse recurso possa valer.

Não há sentido em dizer que a Constituição garante "o direito à vida" e que a lei proíbe o aborto com base nesse princípio, se nos casos de estupro se abre uma exceção.

A rigor, haveria muitas, muitíssimas exceções a abrir. A mulher que fez sexo alcoolizada; a mulher que se fiou em vagas promessas de lar e casamento; a mulher que se apaixonou erradamente; a mulher que, num frenesi sensual, perdeu a razão; a mulher que usou uma pílula fora de validade _não foram todas vítimas de uma espécie suave de estupro? E, então, por que não poderiam abortar?

Na lei atual, há moralismo e culpabilização. Considera-se que toda mulher, a não ser a estuproada, está sempre de posse de todas as suas faculdades morais. Ou seja: se fez sexo, e não foi forçada a isso, que agüente as consequências. Pecadora, não poderá abortar.

A loucura de tudo isso é que não se discute o direito ao aborto em todos os casos acima mencionados _o que levaria à sua legalização geral_ mas de acordo com uma lógica que favorece os antiabortistas.

"Estamos só regulamentando uma lei!", dizem uns. "Mas essa lei é criminosa!", respondem os outros.

Avançou-se tanto na discussão, que não vejo por que uma lei verdadeira sobre o aborto _que garanta esse direito amplamente_ não possa ser feita. Estamos perdendo tempo.

Os setores pró-aborto se desgastam defendendo uma lei restritiva; os setores antiaborto mostram o de que são capazes. É como se o estado real do debate na sociedade estivesse à frente do que se delibera no Congresso. Os católicos estrebucham com a regulamentação do aborto pós-estupro _que, pelo menos, estrebuchassem contra a lei certa. E que os abortistas, pelo menos, dirigissem toda sua luta na direção do aborto total.

Claro que sou a favor do direito ao aborto em qualquer circunstância; em qualquer caso de gravidez indesejada.

A razão, para mim, é simples: não considero um feto de três meses equivalente a uma pessoa humana. Não considero uma mulher que tenha abortado uma cúmplice de homicídio premeditado.

Fosse assim, a pena para aborto deveria ser de trinta anos. Mesmo a legislação mais conservadora distingue entre o aborto e o assassinato. Fala-se demais, hoje em dia, em "direito à vida". Direitos são atributo de pessoas, não de entidades metafísicas ou de bebês virtuais. Asfaltar uma rua é negar o direito à vida do mato que ia nascer ali. Combater a Aids é negar ao vírus o direito à vida.

A "vida" não é boa nem má. É um fato belicoso, não uma prerrogativa sentimental.

Quando um feto se transforma em pessoa? Não sabemos. Talvez no ponto em que procure defender-se. Ficou famoso um vídeo que mostrava um feto crescido resistindo aos procedimentos de aborto. Todos _até os mais enfáticos defensores do aborto_ saíram da sala de projeção abalados. Por que? Porque viam um comportamento "humano", ou mesmo "animal" naquele feto. Nem todos os abortos, entretanto, são feitos tão tarde.

A igreja condenou uma pílula "abortiva": interrompia a reprodução de células com poucos dias, ou horas, de "vida".

08/12/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"É horripilante saber que existem psicopatas soltos com direito a extravasar suas opiniões, como Bartira Martins no 'Painel do Leitor' de 4/12. Equiparar um ser humano a vermes e vírus é coisa de doente mental. O corpo da mulher não lhe pertence nem pelas leis humanas _quanto mais o de um filho, que não é produto exclusivamente da mulher. Que d. Bartira aprenda a rezar o terço: Deus vai perdoá-la e curá-la dessa doença terrível." Paulo Pereira Lima (Taubaté, SP)

*

"Acho que só Freud explica o desejo do padre Luiz Carlos Lodi da Cruz de ser preso. Se ele não respeita a dignidade de dois menores, não deve ter a menor consideração pela sua." Enelsi Luiza Portella (Ubatuba, SP)

*

"A regulamentação do aborto nos casos previstos pela lei é prova de que a mulher está, aos poucos, conquistando o merecido respeito dentro da sociedade. Aliás, não custa lembrar que o respeito ao sexo feminino jamais foi prioridade da Igreja Católica." Leandro Veiga Dainesi (Lorena, SP)

09/12/97/PAINEL DO LEITOR

Em defesa da vida

"Por que condenar um padre por ter levado ao Congresso, por livre vontade delas, mulheres estupradas com os filhos gerados pela violência? Nada melhor que isso para provar que os concebidos no estupro têm a mesma condição humana que qualquer um de nós e não podem ser abortados como se fossem de monstros." Dulce de J. Souza (Rio de Janeiro, RJ)

*

"A respeito do projeto de lei que legaliza o aborto para casos de estupro há dois valores em jogo: 1) a vida de um ser humano inocente, que tem por crime ter sido gerado por um ato verdadeiramente indigno e traumatizante; 2) a 'dignidade humana' da 'mulher que está sendo submetida a um tratamento cruel e degradante'. Qual desses têm maior valoração: a vida de um inocente ou a dignidade da vítima do estupro? Gerar a criança será um tratamento cruel e degradante?" William James Pereira Junior (Jandaia do Sul, PR)

10/12/97/PAINEL DO LEITOR

Legalização do aborto

"Tramita no Congresso projeto de lei admitindo que estabelecimentos médicos do Estado executem o aborto quando a vida da gestante correr risco ou quando a gravidez for causada por estupro. Entre a concepção e o nascimento, o embrião tem um desenvolvimento complexo, a ponto de sustentarem certos biólogos que, no início, há uma vida rudimentar, e teólogos afirmarem que a alma é infundida no ovo fecundado depois de três meses de gestação, quando a matéria está adequada à forma, de acordo com a teoria aristotélica do 'hylémorphisme'. Um projeto de lei poderia ter esse objetivo, vindo em defesa da graduação ôntica do embrião, pois não se pode descartar que o aborto feito no início não deve ter a mesma gravidade que tem se cometido quando o feto já está desenvolvido." Paulo V. Bueno Magano (São Paulo, SP)

11/12/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto legal

"O artigo 'Aborto legal, ledo engano', de Hélio Bicudo, na Folha de 5/12, revela explícita contradição quando afirma que a Constituição de 1988 não recepciona o aborto legal previsto pelo Código Penal. Ao mesmo tempo em que faz tal afirmação, o autor apresenta argumentos jurídicos pela admissão do aborto legal. Quanto ao aborto em caso de risco de morte da gestante, alude ao instituto do estado de necessidade. Quanto ao aborto em caso de estupro, admite que o que se pode fazer, 'compreendendo as pressões psicológicas e sociais a que a mulher possa estar sujeita (...), é não aplicar à gestante a pena prevista, como a lei penal também permite'. A partir desse raciocínio, comprova a existência de um complexo e tenso conflito valorativo, que implica a relativização do direito à vida: na primeira hipótese, para salvaguardar a vida da gestante, e na segunda, para proteger a dignidade da mulher vítima do estupro. Vislumbra-se, assim, a adoção do pensamento contemporâneo que justifica a relativização de direitos fundamentais à luz do paradigma da dignidade humana _ interpretação que é absolutamente consonante com a Constituição de 1988 e que é reiterada pelas autoras que esta subscrevem. Daí a importância da aprovação do PL20/91, que regulamenta o atendimento pela rede pública de saúde dos casos de aborto previstos em lei, o que beneficiará, principalmente, as mulheres pobres." Flávia Piovesan e Silvia Pimentel (São Paulo, SP)

OPINIÃO /05/12/97/TENDÊNCIAS/DEBATES/ABORTO LEGAL, LEDO ENGANO:

O Código Civil brasileiro contempla de forma explícita os direitos do nascituro a partir da concepção

É de estarrecer que ainda se fale em aborto legal, no Brasil constitucionalizado a partir da Carta de 1988. Essa expressão, usada pelas correntes feministas mais ativas ou por quantos estejam interessados na legalização do aborto, vai na linha de obter a aprovação popular para a maior abrangência de práticas abortivas _ mas, francamente, não cabe na boca de pessoas ligadas à ciência do direito constitucional. Na verdade, as nossas Constituições anteriores garantem a inviolabilidade do direito à vida, mas usam de linguagem que permite a recepção das normas anteriores relativas à matéria, constantes do Código Penal de 1941.

São os "direitos concernentes à vida", previstos nas Constituições de 1946, 1967 e emenda de 1969 (artigo 153), norma bastante diferente daquela contemplada na atual, quando diz expressamente, em seu artigo 5º, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida (...)"

A comparação dos dois textos mostra claramente que o constituinte não quis a relativização da expressão "concernente", mas as especificidades de "sem distinção de qualquer natureza" e da

"inviolabilidade do direito à vida". Ora, a Constituição não distinguiu entre direitos fundamentais e direitos absolutos. Os direitos contemplados no artigo 5º são absolutos, por serem fundamentais. Por que fundamentais? Porque se constituem em cláusulas pétreas, na forma do artigo 60, parágrafo 4º, IV, da mesma Carta.

Veja-se que, ademais, não tem procedência o apelo à relativização do direito da propriedade, tendo em vista sua função social. No caso do aborto, advirta-se, trata-se de uma vida humana e não de uma coisa, o que parece não sensibilizar as autoras de "O Direito Constitucional ao Aborto Legal". O problema, na melhor interpretação, vai buscar seus contornos jurídicos na norma constitucional e na genética. Nesse caso, apenas para uma conclusão efetiva: perquirir quando tem início a vida humana.

Sem dúvida, como salienta a professora Márcia Pimentel, PhD em genética humana, ela começa com a concepção, "pois, a partir do momento em que o óvulo é fecundado pelo espermatozoide, inicia-se uma nova vida, que não é aquela do pai ou da mãe, e sim a de um novo organismo que dita seu próprio desenvolvimento, sendo dependente do ambiente intra-uterino da mesma forma que somos dependentes do oxigênio para viver. Biologicamente, cada ser humano é um evento genético único, que não mais se repetirá". Acrescente-se, ainda, que o Código Civil brasileiro, na sua versão atual e no projeto recentemente aprovado pelo Senado Federal, contempla de forma explícita os direitos do nascituro a partir da concepção.

Em remate, o aborto quando não há outro meio para salvar a vida da gestante, hoje raríssimo diante dos avanços da ciência médica, está contemplado no instituto do estado de necessidade. E o aborto em decorrência de estupro não pode ser autorizado, porque o ser concebido não pode ser punido por fatos não queridos que determinaram sua vida. O que se pode fazer, compreendendo as pressões psicológicas e sociais a que a mulher possa estar sujeita, uma vez cometido o delito, é não aplicar à gestante a pena prevista na figura penal do "aborto criminoso", como a lei penal também permite.

Vamos, de uma vez por todas, acabar com essa farsa do "aborto legal" e dar melhores condições para que a mulher seja atendida sem violações ao direito inalienável de viver, tomando em consideração que a vida é um processo, que tem início na concepção e não pode ser cortado sem clara violação aos direitos humanos naquilo que o caracteriza fundamentalmente, que é o direito à vida.

Hélio Bicudo, 75, jurista, é deputado federal pelo PT-SP, presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, membro eleito para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) e membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh). É autor de "Violência: O Brasil Cruel e sem Maquiagem".

12/12/97/PAINEL DO LEITOR

Lição de vida

"Eliana Zagui, objeto de uma boa reportagem de Armando Antenore, na Folha, em 5/12, é a demonstração de que a capacidade de consumo, o desconforto físico e material e até mesmo o sofrimento não podem ser os únicos critérios de medição do que se convencionou chamar de 'qualidade de vida'. Eliana é paraplégica, só movimenta a cabeça e o pescoço, está há 21 dos seus 23 anos dentro de um quarto de hospital, é boa artista e pinta muito bem. O mais importante, porém, é que ela é feliz e agradecida, o que demonstra riqueza de vida interior. A sua existência e a sua vida são uma resposta contundente aos que defendem o aborto e a eutanásia com o argumento da eventual 'má qualidade de vida' da pessoa que vai ser morta. É que a vida humana tem lá suas razões, que muitas vezes a própria 'razão' insiste em desconhecer." José Bonifácio Borges de Andrada (Brasília, DF)

NACIONAL/05/12/97/ COTIDIANO/PACIENTE QUE MORA HÁ 21 ANOS NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS EXPÕE 67 QUADROS HOJE, EM SP

Armando Antenore da Reportagem Local

A pintora Eliana Zagui nunca viu o mar. Mesmo assim, gosta de adivinhá-lo. Das centenas de quadros que já pintou, muitos exibem paisagens marítimas. "O que me fascina no mar é o movimento, o incessante ir-e-vir."

Eliana está com 23 anos. Há 21 mora no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Teve poliomielite, a paralisia infantil, inflamação da medula espinhal provocada por um vírus, que lhe imobilizou o corpo. Como só mexe a cabeça e o pescoço, pinta com a boca desde 1982.

Hoje, pela primeira vez, irá expor fora do HC. Às 19h, estará na Estação Especial da Lapa para divulgar 67 quadros, todos produzidos com tinta acrílica.

As telas, sempre figurativas e muito coloridas, elegem temas "românticos", como define Eliana: crianças, plantas, frutas, praias e rios. O que a pintora não pode ver de perto retrata com base em fotografias ou cartões postais.

Às vezes, os quadros ganham tons oníricos. Há um, batizado de "Sonho Impossível", que mostra uma moça colhendo flores.

Outras vezes, as pinturas são de um realismo desconcertante. Em "Minha Janela", por exemplo, Eliana reproduz a copa de uma árvore e cinco vasilhinhos _o cenário que avista da cama onde passou quase toda a vida.

A jovem artista ocupa uma suíte de 24 m² no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do HC. Reparte-a com Paulo Henrique Machado, também vítima de paralisia infantil. O "quarto A 123" _como médicos e enfermeiros costumam identificá-lo_ fica na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), mas não lembra muito um hospital.

Dispõe de TV por assinatura, aparelho de som, fax, computador, linha telefônica privativa, frigobar e forno de microondas. Bichinhos de pelúcia e bonecos de louça amontoam-se pelos cantos.

Próximo à cama de Machado, repousam um pôster do piloto Ayrton Senna e um quadro com o ônibus espacial Discovery.

Em função da extensa paralisia, Eliana não consegue se manter sobre cadeiras de roda. Tampouco respira por mais de seis horas sem o auxílio de um respirador (ou pulmão artificial). Permanece atrelada à máquina praticamente todo o dia.

O governo do Estado financia os dois pacientes, de origem humilde. A assessoria de imprensa do HC diz que a instituição, com 2.000 leitos e orçamento de R\$ 230 milhões por ano, não sabe estimar o custo isolado do quarto A 123.

Também informa que a pintora e Machado são os únicos moradores do complexo hospitalar, o maior da América Latina.

Desde dezembro de 1996, a dupla recebe uma pensão mensal do INSS, R\$ 120 para cada um. Com o dinheiro, além de pagar a conta do telefone e a TV por assinatura, compram pizza e comida chinesa.

Em duas décadas, Eliana deixou o HC raras vezes _"mais de dez e menos de 20", calcula.

A manobra, delicada, exige dois torpedos de ar comprimido, uma ambulância e a presença permanente de um médico, um enfermeiro e um gasoterapeuta, o responsável pelos tubos de oxigênio.

Quando sai, vai à casa de amigos e igrejas. Católica, acredita "profundamente" em Deus. Um Deus que lhe tirou os movimentos, mas conserva a suíte do HC "sempre repleta de gente".

Não são apenas funcionários do hospital _que Eliana chama de "tios" e "tias". Há ainda duas professoras de arte, que trabalham como voluntárias, e uma de primeiro grau, paga pelo Estado.

No quarto, já estiveram até os cantores Fábio Jr. e Zezé di Camargo. A paciente pediu e eles foram.

"A boca e os dentes são minhas relíquias", costuma repetir Eliana, que também os usa para escrever cartas à família.

Seus pais _um pedreiro aposentado e uma dona-de-casa_ vivem em Guariba (SP) e costumam visitá-la uma vez por semestre.

Recentemente, aprendeu a mexer na Internet. "Tenho, agora, dois sonhos." O primeiro é ganhar um notebook. O outro é o de sempre: conhecer o mar.

Mas a "vida" não é uma questão a ser avaliada em microscópios. Nesse aspecto, a igreja é de uma materialismo muito reprovável. Defende-se, não uma pessoa, mas uma palavra.

Experimente juntar a essa palavra _"vida"_ um adjetivo: "vida humana". A operação não será dolorosa. Vimos acima que não estamos de acordo em defender a "vida" do vírus da Aids. Passemos, então, a considerar o valor da vida humana.

Imagine que um exame ateste o seguinte: seu filho será cego de nascença. Mas, se você tiver outro filho, ele não será cego. Daqui a quatro meses, você poderá gerar uma criança normal. Isto é, se abortar agora. Não se trata sequer de um caso de "malformação" do feto. Apenas está dada a escolha entre uma criança dotada de plenas capacidades visuais e outra cega. Por que não escolher? Será que em nome de um direito à vida dos cegos (que existe e é respeitável, sem dúvida) vou desistir do bebê não-cego daqui a quatro meses? Cujas vidas, imagino, terá menos problemas e dificuldades?

Ampliando o raciocínio. A mulher que aborta, na maioria das vezes, não está pensando em não ter filhos nunca mais. Está pensando em ter um filho, mais tarde, em melhores condições. Iremos sacrificar o filho virtual número dois (o que vier desejado) em benefício do filho virtual número um (o indesejado)? Qual a vantagem? Porque pôr no mundo mais infelizes, se existe a possibilidade de, com algum retardo, pôr no mundo gente mais feliz?

E, se a mulher não quer filho nenhum, porque forçá-la a tanto? A "vida", em abstrato, pode agradecer. Mas a vida humana, concreta, da criança, é outro assunto.

Termino com uma provocação. Por que a igreja é tão fanática contra o aborto, contra a camisinha, contra pilula? Minha hipótese é a seguinte. Os padres estão comprometidos com o celibato. Para eles,

o sexo não pode ser prazer, amizade, comunhão ocasional de corpos e de almas. Para eles, o sexo tem de ser útil e produtivo.

Não é que sejam contra o aborto. São contra o sexo. Imaginam que cada mulher, depois de ir para a cama com um homem, tenha de pagar pelo que fez. Imaginam que o preço seja o filho, a gravidez, a dor do parto. Não admitem que uma mulher possa pensar mais um pouco, e dizer, por exemplo: "Não, agora não. Quero ter um filho quando puder cuidar dele ao máximo, amá-lo integralmente, zelar em tudo, doidamente, com tudo o que eu tiver de amor por ele".

Esse raciocínio envolve mais respeito à vida humana do que qualquer raciocínio antiaborto, em defesa da "vida" abstrata. Mas a igreja defende uma vida abstrata, ignorante do que seja amar humanamente, porque desconhece _ou quer desconhecer_ o sexo. É antiaborto, "em defesa da vida", porque não se reproduz e porque não sabe amar.

Pois distinguir entre sexo e amor é importante para qualquer pessoa que queira dar importância real ao amor. A igreja, os antiaborto, não distinguem entre uma coisa e outra. São os maiores materialistas. Sacralizam um ato mecânico, abençoam o estupro, divinizam o encontro casual entre um pênis e uma vagina. São pornógrafos. O discurso deles é impuro, é sujo, é um atentado contra a pessoa humana.

13/12/97/PAINEL DO LEITOR

Esclarecimento

"Gostaria de lembrar às ilustres subscritoras da carta inscrita no 'Painel do Leitor' de 11/12, sob o título 'Aborto legal', que seria interessante uma leitura da norma constante do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal: 'Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte' e, de seguida, do que está escrito no artigo 4º, inciso I, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ratificado pelo Brasil: 'Toda pessoa tem o direito de que se respeite a vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção'. Encartado o direito à vida, desde a concepção, como cláusula pétrea, não há, em definitivo, que falar em 'aborto legal'." Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP (Brasília, DF)

14/12/97/PAINEL DO LEITOR

Igreja e aborto

"A filosofia abortista é tão fraca em si mesma, que aqueles que a defendem não conseguem fazê-lo sem atacar a Igreja Católica. Já a Igreja Católica possui argumentação clara em defesa da vida e do ser humano, sem necessitar, em seus discursos, atacar a ala abortista, mas somente a filosofia abortista." Renato de Camargo Barros (Campinas, SP)

15/12/97/PAINEL DO LEITOR

Xuxa grávida

"Cada dia entendo menos a 'moral e os bons costumes' da nossa sociedade. Em um dia atiram pedras em um grupo que pede a legalidade do aborto, no outro aplaudem Xuxa, apresentadora de programas chamados infantis, que traz com sua gestação um péssimo exemplo para as adolescentes _a produção independente. É de chorar!" Mirian Teixeira (Santa Luzia, MG)

Estupro

"Nota dez para o artigo escrito por Marcelo Coelho em 3/12, 'Discurso antiaborto contra a vida humana'. Podemos chegar à conclusão que a igreja realmente não se importa com o amor e que o sexo existe somente para a reprodução, não importa se a mulher foi vítima de estupro." Renata Silvestre de Campos Salles (São Paulo, SP)

*

"O que existe são mulheres desesperadas que ficaram grávidas de estupradores e que tiveram ou têm dificuldade de abortar (as pobres, claro)." Tarcisa A. Marques Porto Uliano (Barueri, SP)

16/12/97/PAINEL DO LEITOR

Igreja e aborto

"Sou católica e concordo que as moças estupradas por bandidos tenham seus filhos, mas com uma condição: que os padres se responsabilizem e criem os filhos de bandidos. Certo?" Maria Aparecida Camargo (São Paulo, SP)

18/12/97/PAINEL DO LEITOR

Aborto legal

"Não haverá mais declaração de guerras, mas os poderosos deste nosso país tramam a morte de crianças que ainda não nasceram. E elas ainda não são políticos, nem deputados, nem senadores, nem o presidente da República. No entanto esses poderosos, com seus representantes no Congresso Nacional, são covardes promovendo essa matança injusta." João Carlos Fernandes Ribeiro da Silva (São Carlos, SP)

23/12/97/PAINEL DO LEITOR**Invasão de privacidade**

"Concede-se a questionável autorização da Justiça para que M., 11, grávida de quatro meses, faça o aborto. Há uma grande repercussão na imprensa, fato positivo: interna-se a paciente. Influem conceitos religiosos de um médico, colocados a nosso ver de maneira inadequada acima de uma avaliação desapaixonada de riscos; movimenta-se um padre. Desinterna-se a paciente. Não houve ninguém que, respeitada a delicadeza da situação, permitisse à família tomar uma decisão com o apoio de um psicólogo e respeitasse a privacidade dos diretamente envolvidos no problema, afastando-se as influências externas. Resta saber se, passado o calor da emoção, haverá por parte do padre, do colega médico e das demais famílias que choraram diante desse caso em particular a disponibilidade de dar à M. e ao seu filho uma vida digna, com educação, saúde e lazer." Thomaz Rafael Gollop, diretor do Instituto de Medicina Fetal e Genética Humana de São Paulo (São Paulo, SP)

26/12/97/PAINEL DO LEITOR**Planejamento familiar e aborto**

"A discussão sobre o planejamento familiar fica entre dois extremos: a Igreja Católica defendendo a vida no arcaico crescei e multiplicai-vos, e os políticos, temendo a igreja, nunca a encaram com a devida seriedade. O Estado não pode deixar de exercer o seu papel em função da igreja. Ambos devem agir livremente. Ao Estado cabe informar e colocar à disposição de todos _ricos e pobres_ camisinhas, vacinas, pílulas e, principalmente, autorizar a realização de vasectomia e laqueadura de trompas nos hospitais públicos." Pedro Cardoso da Costa (São Paulo, SP)

*

"Ruth Cardoso foi infeliz ao defender o aborto. Veio com a surrada falácia de que, sendo da mulher o seu corpo, abortar seria uma questão de opção. Acontece que o corpo do bebê é dele mesmo. É titular de direitos que têm de ser levados em consideração. Não há a opção de eliminar o filho inocente." Gabriel Barros (Rio de Janeiro, RJ)

*

"Sabendo da violenta coação sofrida pelos pais de M. para que desistissem do aborto, só nos resta chorar muito diante da hipocrisia de alguns casais, padres e até mesmo um médico." José Miguel Rasia (Curitiba, PR)

NACIONAL/13/12/97/ COTIDIANO/CASO DE M. É DIFERENTE, DIZ PADRE DE SAPUCAIA

Pároco diz ser contra o aborto, mas que a situação merece reflexão; 'nessa idade, o que vai ocorrer?', pergunta

Sergio Torres enviado especial a Sapucaia (RJ)

O padre de Sapucaia, Luiz Fraga Magalhães, 35, declarou ontem à Folha que é contra o aborto, mas que o caso de M., que pediu à Justiça autorização para interromper a gravidez de quatro meses, é diferente.

M., que completa hoje 11 anos de idade, afirma ter sido estuprada.

Para o padre, o drama vivido pela menina deve ser objeto de reflexão, não de decisões que possam gerar polêmica. "Sou contra o aborto, em obediência ao que prega a Igreja Católica. Mas esse caso é diferente. A menina só tem dez anos (ele não sabia do aniversário). Nunca vi uma coisa assim. Eu não sei como a medicina vai avaliar isso", disse o padre.

Apesar de afirmar não ter tido tempo de formar opinião sobre o caso, padre Magalhães acredita que a situação vivida pela pequena lavradora deva ser encarada de maneira especial.

"Uma coisa é uma mulher adulta interromper a gravidez. Sou contra. Mas, nessa idade, o que vai ocorrer? Ela terá condições de gerar o filho? Será que, naturalmente, a gravidez será interrompida?"

Há sete anos pároco da igreja de Santo Antônio, padre Magalhães, disse que não pretende comandar manifestações de católicos, caso o juiz autorize a cirurgia.

A possibilidade de os católicos da região protestarem contra a interrupção da gravidez não é considerada pelo padre.

"Não pretendo convocar manifestações. Estou me preparando para dar todo o apoio à família. Não para sair por aí protestando", disse Magalhães, que circula pelas ruas de Sapucaia com calça jeans, camisa social e sandálias de dedo.

Neste fim-de-semana, o padre deverá se encontrar com os pais da menina, V.O., 38, e M.P.O., 41.

Desde que soube do caso, há dois dias, o padre procura a família. O primeiro contato foi feito por emissários da pastoral da paróquia de Santo Antônio.

O padre também planeja conversar, na terça-feira, com o juiz de Sapucaia, Luiz Olímpio Cardoso, a quem caberá a decisão sobre a interrupção legal da gravidez.

Um dos assuntos de que deverá tratar é o amparo ao filho de M., caso a gravidez não seja interrompida.

"Talvez a criança possa ser adotada. Eu ainda não sei o que a família pensa sobre isso", afirmou.

Estudante da 3ª série do 1º grau em um colégio público da cidade, M. trabalha desde os sete anos em lavouras da região. Ela conta que há quatro meses foi estuprada pelo agricultor Roberto Celeste, conhecido em Sapucaia como Ivan.

M. manteve o estupro em segredo, segundo ela por temer as ameaças de Ivan. Como passava mal, os pais procuraram auxílio médico. Há 20 dias, uma ultra-sonografia revelou que ela estava grávida.

SÃO PAULO/14/12/97/COTIDIANO/CALMA É APARENTE NA CIDADE ONDE A GAROTA M. FOI ESTUPRADA

Crimes sexuais assustam Sapucaia

Sérgio Torres enviado especial a Sapucaia (RJ)

Sapucaia, onde a menina M. e sua família tentam obter autorização para que ela faça um aborto legal, é uma cidade tranquila, com raros registros de crimes graves, como assassinatos e assaltos.

Taras estranhas e crimes sexuais, como o sofrido por M., que completou 11 anos ontem, e está grávida de quatro meses, são os maiores problemas da cidade na opinião do delegado-titular de Sapucaia, Gilson Dantas.

"O que me preocupa aqui são os casos de taras. Prendi, há duas semanas, um homem (César Pires de Araújo, funcionário da prefeitura) acusado de ter violentado um deficiente mental", disse Dantas.

A gravidez de M., segundo a menina, é resultado de estupro praticado pelo lavrador Roberto Celeste, que está foragido.

Na semana passada, os pais de M. pediram ao juiz de Sapucaia, Luiz Olímpio Mangabeira Cardoso, que autorize a interrupção da gravidez. A decisão deve sair até terça-feira.

Os problemas do trânsito sapucaense preocupam mais as autoridades do que o índice de furtos, por exemplo.

O juiz do município, Luiz Olímpio Mangabeira Cardoso, 36, disse à Folha que há dois anos não julga um caso de furto.

"Quem traz o crime para cá são as pessoas de fora. As daqui são muito pacatas", afirma o juiz.

Em compensação, Sapucaia, que tem 16.921 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) vive o drama de ser uma espécie de atalho entre Minas Gerais e São Paulo.

A BR-393, que liga os dois Estados pelo interior do Estado do Rio, passa bem no centro da cidade.

A tranquilidade é quebrada por congestionamentos de carretas, obrigadas a parar diante de um quebra-molas nada convencional.

"Está mais para degrau do que para quebra-molas. Venho por aqui para não ter que passar dentro do Rio", afirmou o caminhoneiro José Carlos Nóbrega, 37, que, na sexta-feira, passava pela cidade em direção a São Paulo.

"O pessoal se irrita com o trânsito pesado dentro da cidade. De vez em quando sai briga", diz Dantas, que está há um mês em Sapucaia, após cinco anos de trabalho em Três Rios, a 50 km de distância.

NACIONAL/15/12/97/COTIDIANO/MENINA GANHA TV DE PRESENTE

da enviada especial a Sapucaia

A repercussão do drama de M., 11, que diz ter sido estuprada e que aguarda decisão judicial para fazer um aborto, mobilizou até a população de outras cidades.

Entre as muitas doações, M. ganhou uma TV em cores do aposentado Antônio Ferreira, 69, que viajou 210 km do Rio até Sapucaia para entregá-la em mãos.

M. ganhou a televisão no último sábado, dia do seu aniversário.

M. disse que nunca recebeu tantos presentes. A menina comemorou seus 11 anos com um bolo e preocupada. "Se fizer cinco meses, não tiro. Tenho medo."

M. menstruou pela primeira vez em fevereiro deste ano. "Quando engravidei, algumas amigas vieram ver se era verdade."

M. passou para a 3ª série de uma escola rural localizada perto de sua casa. Diz ter dois sonhos: "ser professora e ver a Xuxa".

(ISABEL CLEMENTE)

NACIONAL/15/12/97/COTIDIANO/PADRE MUDA DE OPINIÃO E DEFENDE GRAVIDEZ

Família de M., 11, grávida de 4 meses após estupro, já pensa em manter gestação, caso menina não corra risco

Fernanda Da Escóssia enviada especial a Sapucaia (RJ)

A defesa da gravidez de quatro meses da menina M., 11, encerrou ontem a missa celebrada pelo padre Luiz Fraga Magalhães em Sapucaia (a 210 km do Rio). A garota afirma ter sido estuprada e a família foi à Justiça para obter autorização para o aborto.

O padre havia dito que não faria campanha contra o aborto de M., mas afirmou que pensou melhor.

"Especialistas me ligaram e disseram que o aborto é mais arriscado que o parto. Podemos providenciar uma adoção", afirmou.

Ontem, os pais de M. disseram à Folha que, caso ela não corra risco de vida durante a gravidez ou o parto, já pensam em permitir o filho e querem até criá-lo.

O juiz de Sapucaia, Luiz Olímpio Mangabeira Cardoso, determinou exames médicos na menina e deve anunciar a decisão amanhã.

V.O., 38, e M.P., 41, pais de M., queriam o aborto, mas começaram a mudar de idéia porque o avô materno da menina e outros parentes pressionaram e disseram que "seria um crime" tirar o bebê.

"A médica de Sapucaia já disse que não tira. Uma criança de quatro meses já tem até unha. A gente não queria, mas o que pode fazer?", pergunta a mãe de M.

"O mais importante para nós é a vida da nossa filha. Mas, se não houver risco de vida para ela, o melhor é que ela tenha o filho. A gente cria como se fosse outro filho", disse o pai de M.

A menina, que fez 11 anos no sábado, está ainda mais confusa e com medo. Ela queria tirar o bebê.

Agora, diz que, se souber que não corre perigo, vai ter a criança e dá-la a outra família.

Fã de Xuxa, M. sabe que a apresentadora está grávida e diz que achou "muito legal" a gravidez de Xuxa. A menina afirma ter sido estuprada pelo lavrador Roberto Celeste, o Ivan, foragido. Os pais de M. são católicos e analfabetos.

Estranhando os vômitos da garota, levaram-na ao hospital e ao posto de saúde da cidade. M. tomou antiácido para o estômago, remédios para vermes, um antibiótico e laxantes. Os remédios são contraindicados para gestantes.

NACIONAL/16/12/97/COTIDIANO/ABORTO DE GAROTA DE 11 ANOS É AUTORIZADO

Menina é internada em maternidade do Rio; juiz antecipa decisão para evitar pressões sobre a família

Fernanda Da Escóssia Enviada Especial A Sapucaia (RJ)

O juiz da comarca de Sapucaia (a 210 km do Rio), Luiz Olímpio Mangabeira Cardoso, autorizou ontem a realização de um aborto em M., 11, grávida de quatro meses. A garota afirma ter sido estuprada, e a família foi ao juiz pedir permissão para submetê-la ao aborto.

Numa ambulância solicitada pelo juiz, M. foi transferida para a maternidade Fernando Magalhães, no Rio de Janeiro, e internada ontem à tarde.

O juiz Cardoso disse que, para tomar a decisão, se baseou na solicitação da família, no Código Penal, que permite o aborto em caso de estupro, e nas informações da ginecologista Ana Lúcia dos Santos, que atendeu a garota. Ele e a médica se reuniram ontem de manhã cedo.

"A médica me disse que, tanto em caso de aborto como de gravidez, não havia risco de vida aparente para a menina. Disse que o aborto poderia trazer as complicações que qualquer cirurgia traz, afinal, é sempre uma pequena operação", disse o juiz.

Decisão

Cardoso marcou o anúncio de sua decisão para hoje. Resolveu se antecipar, porém, para evitar pressões sobre a família, já que o caso começava a ficar conhecido na cidade.

Ontem de manhã, mandou que um funcionário fosse buscar M. e os pais em casa. Conversou com o pai de M., o agricultor V.O., 38, e perguntou se ele ainda queria fazer o aborto. Como a resposta foi afirmativa, deu a autorização.

"É preciso deixar bem claro que eu não determinei o aborto, apenas autorizei. A lei é clara, em caso de estupro, o aborto é permitido", afirmou o juiz.

Cardoso se recusou a exhibir o laudo elaborado pela ginecologista porque, como o caso envolve uma menor de idade, os detalhes do processo têm que ficar em segredo.

Até anteontem, os pais da garota, agricultores que não sabem ler nem escrever, estavam confusos. Queriam o aborto, mas, pressionados por parentes, pensavam também em permitir a gravidez e criar a criança.

Ontem, quando souberam da decisão do juiz, pareciam perplexos, ainda que eles mesmos tivessem solicitado a permissão para o aborto. "Se o juiz deu a autorização, e não há risco de vida para a nossa filha, então é melhor que a gente faça o aborto", disse V.O.

O advogado Anderson Bárcia Zanon, que acompanhou a família, ouviu a conversa entre o juiz e o pai de M. Disse que o agricultor confirmou que desejava submeter a filha ao aborto.

Padre

O padre de Sapucaia, Luiz Fraga Magalhães, não estava na cidade ontem. No domingo à noite, antes mesmo que a decisão do juiz saísse, ele disse que procuraria a família e recomendaria a manutenção da gravidez, mas não teve tempo.

Na cidade, muitos moradores preferiram não comentar a decisão do juiz. O evangélico Geraldo da Fonseca Júnior, 18, disse que não concordava com o aborto porque, para ele, a interrupção da gravidez equivale a um homicídio.

O locutor Pedro Américo Fernandes disse que, se era para salvar a vida de M., concordava com a realização do aborto. "É uma situação dificílima", afirmou.

NACIONAL/17/12/97/OPINIÃO/EDITORIAL/M., UMA CRIANÇA BRASILEIRA

O debate sobre o aborto legal ganhou interesse público desde agosto último, quando a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou o texto que cria normas para que os hospitais da rede pública de saúde atendam as mulheres que optam por interromper a gestação nos casos permitidos pela lei: quando a gravidez decorre de estupro ou representa risco de vida para a mãe.

Desde então, uma série de reações contrárias ao projeto veio à tona, na maioria dos casos motivadas por princípios religiosos ou razões de ordem moral. No meio de uma discussão que muito raramente se pautou pelo bom senso, houve até quem dissesse que o projeto promoveria uma legalização irrestrita do aborto. Chegou-se a alegar que mulheres iriam forjar boletins de ocorrência para poderem recorrer à lei.

Em meio a argumentos tão lamentáveis, a questão de fundo permaneceu obscurecida: sendo um direito previsto pelo Código Penal há 57 anos, o aborto legal na prática está restrito às mulheres que têm condições de pagá-lo em hospitais privados. Ou seja, trata-se de corrigir, ainda que tardiamente, uma forma perversa e grave de discriminação social e de limitação da cidadania.

O assunto saiu agora da generalidade e ganhou contornos muito concretos com o caso da menina M., de 11 anos, que obteve do juiz da comarca de Sapucaia, no Rio, a autorização _sublinhe-se a palavra autorização, diferente de determinação_ de realizar o aborto. Para quem não se sensibiliza diante do argumento de que a lei, por definição, vale para todos, eis uma tragédia humana muito emblemática: M. é apenas uma criança, filha de pais miseráveis e analfabetos, que foi estuprada e engravidou aos dez anos. Em nome de que razão "humanitária" deve-se impor um sofrimento adicional a uma vida já tão sacrificada se a família de M. optar por fazer o aborto a que, por lei, a menina tem direito? Pelas reações da família, parece óbvio que tal decisão jamais é tranquila e envolve um enorme desgaste emocional. Esse caso deveria servir como exemplo para quebrar a frieza dos que se arvoram em defensores abstratos da vida.

NACIONAL/18/12/97/COTIDIANOPADRE DE SAPUCAIA, MÉDICO MINEIRO E GRUPO CATÓLICO DO INTERIOR DE SÃO PAULO FAZEM PAIS MUDAR DE IDÉIA A TEMPO

Oferta de auxílio faz M. desistir de aborto

Fernanda Da Escóssia da Sucursal do Rio

Os pais de M., 11, grávida de quatro meses, desistiram ontem de submeter a filha ao aborto autorizado na segunda-feira pelo juiz de Sapucaia (a 210 km do Rio). M. afirma ter sido estuprada, e os pais haviam recorrido à Justiça para que o aborto fosse autorizado.

O aborto seria feito ontem. Uma articulação entre o padre de Sapucaia, um médico mineiro e um grupo católico de São José dos Campos (a 87 km de SP) fez com que a família mudasse de idéia.

Anteontem, o ginecologista Altamiro Sathler Filho, 51, viajou 500 km de Pouso Alegre (MG) até Sapucaia para falar com o padre da cidade, Luiz Magalhães.

O médico disse ao padre que, ao contrário do que a família pensava, a gravidez da garota não implicava risco de vida para ela.

O padre intermediou o encontro entre o médico e o pai de M., o agricultor V.O., 38, que decidiu, então, desistir do aborto. No carro do médico, os três viajaram para o Rio anteontem à noite.

"Eu disse a ele que já fiz partos em garotas de até 9 anos. Mãe e filho sobreviveram. Disse que, se a garota tivesse acompanhamento, poderia ter o filho sem problemas. Ele pensava que a filha corria risco de vida, por isso a família optou pelo aborto", disse Sathler.

Também anteontem à noite, a Comissão Diocesana em Defesa da Vida de São José dos Campos enviara um fax à Prefeitura do Rio de Janeiro, que chegou à noite à maternidade Fernando Magalhães, onde a garota está internada.

No fax, como antecipou ontem a Folha, o grupo oferecia assistência à menina e pedia que o aborto não fosse realizado. Quando o pai de M. chegou ao hospital, já decidido a suspender a cirurgia, tomou conhecimento da proposta da comissão de São José dos Campos, e pediu que o aborto fosse suspenso.

Ele falou com a mãe da menina, M.P., 41, que concordou com a suspensão do aborto, e os dois conversaram com a filha. O médico Altamiro Sathler Filho disse que falou com a garota e que ela ficou tranquila ao saber da notícia.

A diretora do hospital, Carmen Athayde, disse que M. poderá ter alta hoje ou amanhã e continua recebendo assistência psicológica. Até anteontem, a menina era preparada para o aborto, mas ontem começou a receber informações sobre o parto. "Somos uma instituição de saúde e fazemos o que a família decidir", afirmou Carmen.

Durante o tempo em que o aborto esteve em discussão, os pais de M., embora tivessem pedido autorização judicial, pareciam confusos. Temiam pela saúde da filha, mas chegaram a dizer que pensavam em criar o bebê.

M. tinha medo de morrer e medo da cirurgia, fosse o parto ou para o aborto. Chegou a dizer que não tinha vontade de ficar com o bebê.

NACIONAL/20/12/97/COTIDIANO/CIDADE RECOLHE ROUPAS E ALIMENTOS APÓS FAMÍLIA DE MENINA DE 11 ANOS DESISTIR DA INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ

Sapucaia faz campanha para ajudar M.

Fernanda Da Escóssia da enviada especial a Sapucaia (RJ)

Moradores de Sapucaia (a 210 km do Rio) aprovam a decisão da família de M., 11, grávida de 4 meses, de permitir que ela tenha o bebê e já iniciaram uma campanha para recolher roupas e alimentos para a garota e seu filho.

Uma loja do município vizinho de Três Rios mandou um enxoval para o bebê, e o padre de Sapucaia, Luiz Fraga Magalhães, recebeu várias ofertas de ajuda para a família.

"Acho que a menina deve ter o bebê, mesmo sendo pobre. Se precisar, até eu ajudo", disse o funcionário público Aguinaldo Medeiros. "Ela não arrumou? Então tem que ter o filho", disse o aposentado José Cândido Ribeiro.

M. afirma ter sido estuprada pelo lavrador Roberto Celeste, 38. A família conseguiu autorização judicial para realizar o aborto, mas desistiu.

M. esteve internada no Rio e teve alta anteontem. Sem dinheiro para voltar para casa, sua família permanecia no Rio na casa de parentes ontem, esperando um carro da prefeitura ou da igreja para voltar a Sapucaia. Segundo o padre Magalhães, ela só voltará amanhã, levada por parentes.

Um médico procurou o pai de M. e o convenceu a mudar de idéia sobre o aborto. O padre mostrou ao pai da menina um vídeo com imagens de um aborto.

Com imagens obtidas por uma ultra-sonografia, o vídeo exhibe um feto de 3 meses sendo sugado do útero materno por um aparelho.

"A decisão foi da família, e agora vamos ajudar a criar o bebê", disse o padre Magalhães.

A professora de M. na escola, Marlene Bayão, 36, disse que, se depender dela, M. poderá continuar frequentando as aulas e que sugerirá a inclusão da disciplina de educação sexual no currículo. Na escola, estudam dez crianças num curso primário unificado.

"Não comentei nada com as outras crianças porque ninguém sabia que M. estava grávida. Vamos ter que contar às crianças o que aconteceu, é melhor que eles saibam a verdade", afirmou.

Na escola, M. era uma criança simpática e que gostava de matemática. Estava repetindo a 2ª série. Mesmo tendo deixado a escola no terceiro bimestre, quando começou a sentir enjoão, conseguiu média para passar de ano.

O delegado de Sapucaia, Gilson Dantas, disse que tentará ouvir a garota sobre o estupro. Segundo o delegado, não surgiram novas pistas sobre o paradeiro de Roberto Celeste, acusado pela menina de tê-la estupro.

Celeste tem prisão decretada e está foragido. Policiais civis e militares estão fazendo buscas nos municípios da região.

NACIONAL/23/12/97/COTIDIANO/RELAÇÕES PROMÍSCUAS ENTRE RELIGIÃO E IGNORÂNCIA

Marilene Felinto da Equipe de Articulistas

Caso clássico de conflito entre ciência (ou erudição histórica) e as Escrituras, típico do século 18, é o da menina M., 11, grávida, cuja família desistiu do aborto já autorizado.

A família de M., analfabeta, negra, com renda mensal de R\$ 100, foi convencida em poucas horas por um médico evangélico, pelo padre de Sapucaia (RJ), por católicos e protestantes da cidade e outros devotos de plantão a não permitir que a filha, grávida de 4 meses depois de ter sido estuprada por um lavrador, faça o aborto.

Caso impressionante, escandaloso pelo que revela do arcaico oportunismo da ideologia religiosa sobre a grande massa pobre e desqualificada, sempre devota e supersticiosa.

No princípio do século 18 também era assim, o campesinato permanecia fora do alcance de qualquer linguagem ideológica que não se expressasse em termos da "Sagrada Escritura" ou mesmo dos deuses e espíritos mais antigos que ainda se escondiam sob a fachada cristã, diz o historiador.

Até mesmo o juiz que autorizou o aborto de M. e que se revelou espírita kardecista, lamentou a lei e o direito da menina de fazer o aborto.

Mas é claro que o campesinato dos dias atuais não é tão ingênuo quanto o do século 18.

O próprio pai de M., apesar de analfabeto, agiu como um livre pensador quando se decidiu a ir procurar a Justiça para fazer o aborto de sua filha.

É claro que o pai e a mãe de M. não foram convencidos pela ladainha evangélica do médico (nem mesmo por sua avaliação "científica" sobre a ausência de riscos na gravidez e no parto da menina).

Nem foram convencidos pelas Escrituras do padre. Muito menos pelas supostas chamas do inferno onde arderiam caso se decidissem pelo aborto _no inferno eles já vivem, com seus R\$ 100 por mês.

Os pais de M. foram convencidos pela "ajuda" que os devotos de plantão ofereceram à família. Os televisores, as roupas, a comida, as geladeiras e... dinheiro é que os convenceram. O pai queria tudo menos problema, menos uma boca extra para alimentar.

Evidente que as igrejas, os católicos, os protestantes de todo tipo, os religiosos em geral precisam, para a subsistência de seus credos, manter essa relação promíscua com a ignorância das classes mais baixas.

A Igreja Universal do Reino de Deus, que vende "fé" aos analfabetos, com juro extorsivos e correção monetária, em nome de "Jesus", o islamismo de um Farrakhan nos Estados Unidos, que faz o mesmo "em nome de Alá", são apenas a face mais agressiva do caráter mercantilista das religiões.

O filme americano "Ruth em Questão" (1996), de Alexander Payne, trata de um caso semelhante ao da menina M.

Só que Ruth tem 30 anos, é drogada, prostituída e está em seu terceiro aborto.

Na tentativa de convencê-la a não abortar ou a perseguir seu direito de fazê-lo, organizações pró e antiaborto oferecem-lhe dinheiro.

Ruth finge que aceita, pega o dinheiro e foge da clínica onde estava internada para abortar ou não abortar. Pena que M. não tenha feito o mesmo.

NACIONAL/23/12/97/OPINIÃO/DUVIDO, LOGO...

André Lara Resende

Há temas que me incomodam de tal forma que evito ler a respeito. E não é fácil, são quase sempre temas que permanecem com alguma insistência no noticiário, são comentados em toda parte. É o caso da menina de 11 anos que, estuprada, engravidou. Foi-lhe concedida autorização judicial para o aborto. A família é paupérrima. Pressões de grupos contrários ao aborto terminaram por convencer seu pai de que seria melhor levar adiante a gravidez.

Acho que esse é o resumo sucinto do ocorrido. Digo acho, porque não li uma única linha do noticiário específico sobre o assunto. Não me vanglorio disso. É pura covardia, reconheço. Não pude, entretanto, escapar de ler sobre o tema por vias indiretas, nos artigos mais distintos, e de ouvir comentários e discussões.

Chego aqui e ainda tenho dúvidas se quero realmente tratar do assunto. Mas vamos em frente. Tomo coragem motivado pelas reflexões do livro de Hannah Arendt "A Condição Humana", que só recentemente fui ler. É desses livros tão fundamentais que só não me irrita de não tê-lo lido antes porque, muito provavelmente, teria-me faltado maturidade para compreendê-lo.

Segundo Arendt, no mundo moderno, a vida é o valor supremo. Ao contrário do mundo clássico, onde a vida pública, o heroísmo e a imortalidade em vida eram a referência, a valorização moderna da vida deve-se, em grande parte, ao cristianismo. A "boa novidade" da imortalidade da vida individual inverteu a antiga relação entre o homem e o mundo. Elevou o que há de mais mortal, a vida humana, ao privilégio da imortalidade, até então exclusividade do universo.

O cristianismo significou uma revolução da esperança para os que se consideravam inapelavelmente condenados. Esperança de uma imortalidade que eles nunca ousaram imaginar. Em contrapartida, o impacto sobre o valor, a honra e a dignidade da política foram terríveis. A aspiração à imortalidade na vida pública, tomada por mera vaidade. Toda glória que o mundo pudesse vir a conceder ao homem, mera ilusão, dado que o mundo passara a ser ainda mais mortal do que o próprio homem. A busca da imortalidade nesse mundo perdeu sentido, posto que a vida, ela mesma, era imortal.

A retração da vida pública foi radicalizada pela dúvida filosófica moderna da capacidade de o homem vir a aprender qualquer outra coisa que a si mesmo. A possibilidade de que nossa única certeza seja a de que existimos levou a uma introspecção radical: o homem moderno só se interessa por si mesmo. Daí ao atualíssimo princípio da busca irrestrita da felicidade é um passo.

A filosofia moderna é a filosofia da dúvida, essencialmente, uma teoria do conhecimento e da psicologia. Seu impacto sobre a fê foi devastador. A tese de Hannah Arendt é que a vida como bem supremo, como valor sagrado, entretanto, sobreviveu à laicização. Se o egoísmo moderno fosse, como se pretende, uma busca exclusiva do prazer, rebatizado de felicidade, não poderia lhe faltar, como de fato falta, a defesa radical do suicídio. A vida individual continua a ser a norma suprema.

Não deve, portanto, surpreender que o aborto e o suicídio sejam os dois temas mais polêmicos e angustiantes da atualidade. O direito à felicidade individual, a norma de comportamento derivada da dúvida filosófica moderna, choca-se com o princípio remanescente da revolução cristã, a vida como bem supremo.

André Lara Resende escreve às terças-feiras nesta coluna.

1998

26/03/1998/PAINEL DO LEITOR

Novo Código Penal

"Em relação às notícias de reforma do Código Penal, gostaria de lembrar que direitos humanos e vida não combinam com aborto, eutanásia, estupro. Pobre do país que não protege os que não têm voz, mas possuem direitos naturais."

Paulo Toni Jr., padre (Barueri, SP)

12/01/98/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Vejo, com o mesmo prazer, as filas de pessoas que aguardam para receber o carimbo de não-doadoras de órgãos quase com o mesmo furor com que participam das campanhas antiaborto, das filas de brindes da Feira de Utilidades Domésticas e da conquista do visto de entrada para Miami. Será que nos tornamos tão mesquinhos a ponto de preferirmos, depois de mortos, ver apodrecer alguma parte de nós em vez de doá-la?" Eliana Asche (São Paulo, SP)

07/02/98/PAINEL DO LEITOR

Psicologia do aborto

"Os abortistas sabem o que fazem quando tentam espalhar números de 'pesquisas'(?), segundo os quais a maioria da população já seria favorável ao aborto. E sabem o que fazem ao repetir inúmeras vezes argumentos ilógicos, como o direito da mulher ao seu corpo, o maior valor da vida da gestante em relação à criança, a misericórdia em abortar uma criança portadora de deformidade física incurável... Tudo isso, por ilógico que seja, ganha aceitação pela repetição. Mas, além de repetir mentiras acerca do aborto, é preciso um cuidado especial: ocultar aquilo que se defende. Nunca algum de nós verá um abortista mostrar ao público as imagens de um aborto. A visão de crianças esquartejadas após uma curetagem ou uma cauterização depois de um envenenamento salino e de crianças atiradas a uma lata de lixo é um argumento mudo que cala a mais eloquente das retóricas abortistas. É psicologicamente impossível defender o aborto sem escondê-lo." Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente do Pró-Vida de Anápolis (Anápolis, GO)

Anúncio infeliz

"O anúncio da Duloren, publicado pela Revista da Folha em 18/1², nos faz perguntar: é uma propaganda para a legalização do aborto ou do estupro? Com certeza, é contra a mulher e a favor da banalização da violência. E, se tudo isso era para vender seus produtos, a Duloren pode ficar tranquila porque conseguiu perder uma consumidora..." Maria Isabel de Moraes Pinto Cotia, SP)

03/03/98/PAINEL DO LEITOR**Em defesa da vida**

"Após ler e refletir sobre a entrevista concedida pelo professor dr. Ney Moura Teles, na pág. 1-4 (Brasil), de 23/2, gostaria de recordar ao professor que o grande escopo do direito é tutelar a vida. Portanto legalizar o aborto nos casos em que o feto tenha 'deformações físicas' e permitir a 'ortotanásia' é ferir o grande escopo do Direito. Em nossos tempos contemporâneos, a vida tem tido pouco apreço, fruto de uma sociedade materialista e hedonista. Se podemos apagar uma simples luz com um toque no controle remoto, por que não abolirmos quaisquer formas de sofrimento? Sofrimentos esses que na verdade são nossos, não do feto e do doente. Que o direito diga não a tudo isso e nos tutele de verdade." Paulo Ramos Borges Pinto (Campinas, SP)

BRASIL/ 23/02/98/ ENTREVISTA DA 2ª/TERMO "MULHER HONESTA" DEVE SAIR DO CÓDIGO PENAL

Renata Girdali da Sucursal de Brasília

As mudanças no Código Penal deverão atualizá-lo, para que expressões como "mulher honesta" deixem de existir. O atual é de 1940. As modificações estão sendo propostas por uma comissão formada pelo Ministério da Justiça. Houve duas reuniões. As próximas serão nesta semana, quando será discutido se o assédio sexual será considerado crime. Para o professor de direito penal Ney Moura Teles, 42, um dos sete membros da comissão, o assédio é crime. Em sua opinião, se virar lei, o nível da paquera melhorará. A comissão trabalha para entregar as propostas de mudança no código em 16 de março. O resultado final será encaminhado pelo ministro Iris Rezende ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A comissão propôs na semana passada a legalização do aborto em casos de deformações graves e irreversíveis do feto. Leia a seguir os principais trechos de entrevista concedida por Moura Teles à Folha:

*

Folha - O que faz o Código Penal ser ultrapassado?

Ney Moura Teles - De 1940 para cá, muita coisa mudou. O desenvolvimento tecnológico é imenso. Os costumes se modificaram, e a moral tem novas interpretações.

Folha - Dê um exemplo de conceito que ficou defasado.

Teles - A comissão vai discutir, por exemplo, o fim da expressão "mulher honesta", que é utilizada em vários artigos do código. Ela se refere à mulher virgem ou que tem relações sexuais apenas com o marido ou parceiro. Do jeito que está, uma mulher viúva que mantenha relações com um homem não deve ser considerada "honestas". O conceito de adultério deverá cair. Hoje, ninguém leva o assunto para a Justiça Penal. Um problema dessa ordem deve ser resolvido na Justiça Civil, sem alardes. Já a violência presumida é a que se refere à relação sexual ou atos libidinosos com menores de 14 anos, em que a vítima é tratada como se tivesse sido estuprada. Vou propor a proibição de relações sexuais com menores de 14 anos, com possibilidade de punição. É importante esclarecer que relação sexual com menores de 14 anos não é estupro, como trata o atual Código Penal. Hoje, essas crianças e adolescentes têm uma consciência sobre vida sexual que não existia nos anos 40.

Folha - A proposta de legalizar o aborto nos casos em que o feto tem deformações físicas ou mentais está provocando polêmica. Os srs. não podem estar propondo um atentado?

Teles - Nossa preocupação é defender o direito à vida de forma digna. Ou seja, que a mulher dê à luz crianças saudáveis e com chances iguais de disputar espaços na sociedade. Deformações físicas ou mentais, no caso, serão razões para autorizar o aborto apenas se forem consideradas graves e irreversíveis. Uma junta médica, de no mínimo dois profissionais, deverá atestar se o feto sofre de deformações graves e irreversíveis. Só depois disso o caso será levado à Justiça. O aborto será realizado apenas se a mulher quiser.

Folha - Na comissão, apenas o sr. foi contra a necessidade de o marido ou companheiro opinar sobre o aborto. Por que essa posição?

² artigos e publicidade da Revista da Folha não foram localizados no banco de dados

Teles - Acredito que a decisão de dar à luz é personalíssima. só da mulher. O homem, companheiro ou marido, deve apenas apoiar a decisão que ela tomar. Mas a comissão definiu que a opinião do homem seja considerada, se bem justificada. Caso seja contra o aborto, a operação não será realizada. As mães solteiras poderão optar pelo aborto sem necessidade de apresentar a posição do pai da criança.

Folha - As mães que usaram o medicamento talidomida (que pode causar deformações no feto) ou aquelas que sabem que seus filhos serão portadores da síndrome de Down, por exemplo, podem ter os fetos classificados como portadores de deformações graves e irreversíveis?

Teles - Na minha opinião, jamais. A vítima da talidomida, que tem malformação de um membro do corpo, não pode ser considerada como portadora de um problema grave. É irreversível sim, mas não grave. Já os fetos com síndrome de Down não podem ser considerados com deformações graves porque conseguem ser úteis e ter uma vida normal na sociedade.

Folha - Outro tema polêmico é a eutanásia e a ortotanásia. A primeira será considerada crime. A segunda será permitida.

Teles - Eutanásia é matar por piedade. O código hoje é omissivo em relação à eutanásia, mas o assunto será tratado como crime. A punição poderá ser a reclusão de 4 a 10 anos. A ortotanásia, autorizada pela comissão, permite o desligamento dos aparelhos ou a interrupção do tratamento, sob a alegação de que o paciente deve ter seu sofrimento evitado. Ele não tem chances de sobrevivência. A avaliação é que o responsável pela ortotanásia foi motivado pela pena. O caso será tratado como crime de compaixão. Mas há vários quesitos que terão de ser respeitados.

Folha - O sr. não teme os riscos a que os pacientes podem ser expostos com a permissão da ortotanásia?

Teles - Tenho muito medo. Fui contra a aprovação da medida, mas meu voto foi vencido. Confio, no entanto, nas exigências - vítima maior de 18 anos, capaz e com sofrimento físico insuportável. A lei exigirá ainda que uma junta médica ateste que a vítima não terá chances de sobrevivência e que houve consentimento de um responsável para a prática da ortotanásia.

Folha - Nesta semana, a comissão vai discutir se assédio sexual deve ser tratado como crime. Qual é a tendência?

Teles - Eu, pessoalmente, sou favorável a que o assédio sexual seja tratado como crime. É importante punir quem desrespeita, pressiona ou constrange para obter favorecimentos íntimos. Proponho dois tratamentos diferentes para o assunto, com penas que variam de um mês a um ano. Depende da gravidade da pressão exercida pelo acusado. O tratamento deve ser igual para homens e mulheres.

Folha - Isso não fará com que qualquer cantada venha a ser interpretada como assédio?

Teles - De forma nenhuma. Acredito que vai acontecer justamente o contrário. As pessoas passarão a ser mais românticas, educadas e gentis nos tratamentos. A cautela vai criar uma nova postura nas paqueras.

Folha - E se uma pessoa inventar que foi vítima de assédio sexual?

Teles - Será acusada por denúncia caluniosa, crime que já existe no Código Penal. A denúncia pode dar prisão de 2 a 8 anos. Essa punição é maior do que a estabelecida para o crime de assédio sexual.

Folha - Outro assunto que a sociedade discute é o fato de menores de 18 anos não responderem por eventuais crimes. A idade pode ser diminuída para 16 anos?

Teles - Não. O assunto não será discutido pela comissão. Em geral, os estudiosos do direito são contrários à diminuição da idade mínima para crimes penais. Diminuir a idade iria causar mais problemas, porque faltam vagas nas penitenciárias.

Folha - A comissão discutirá também a questão das penas alternativas. Quem deve ser beneficiado?

Teles - O assunto ainda será discutido. O uso das punições alternativas, no lugar da prisão, contribuirá para melhorar a sociedade. Ela se beneficiará com os serviços prestados aos setores mais necessitados.

09/03/98/PAINEL DO LEITOR

O aborto e a lei

"Quando a Folha defende no editorial 'O aborto e a lei', de 24/2, que, 'no caso da interrupção da gestação de crianças sem chances de sobrevivência, pode-se dizer que o debate está amadurecido' pois, 'com o respaldo de parecer abalizado de médicos, juizes têm concedido direito ao aborto', está simplesmente agindo ou com ingenuidade ou com má-fé. Tais pareceres de médicos estão longe de refletir a verdade sobre o que é a vida e não são os baluartes da última palavra. O assunto continua imaturo. Parece-nos que a Folha está defendendo o hitlerismo, a raça pura, sem anomalias, com seres perfeitos, que devem predominar sobre os imperfeitos, que nada são e portanto devem ser eliminados." William James Pereira Junior (Jandaia do Sul, PR)

EDITORIAL/24/02/98/O ABORTO E A LEI

A proposta de uma comissão do Ministério da Justiça de permitir o aborto em outros casos além daqueles já previstos em lei deve reavivar a discussão sobre o direito à interrupção voluntária da gravidez. A comissão foi formada para criar o projeto do novo Código Penal. O atual data de 1940 e permite o aborto apenas nos casos em que a gravidez decorre de estupro ou quando a gestação implica risco de vida para a mulher.

Agora, debate-se a possibilidade de tornar legal o aborto de fetos que apresentem anomalia física ou mental grave, por exemplo. Essa inovação legal pode parecer inoportuna, pois causou grande controvérsia a mera regulamentação da interrupção da gravidez em hospitais da rede pública nos casos já previstos em lei.

As teses acerca do direito ao aborto são marcadas por posições morais, religiosas e filosóficas irreconciliáveis. Para tratar o problema de maneira mais generosa, humanitária e democrática seria recomendável encará-lo como questão de consciência e discutir sem precipitação _dada a dimensão da polêmica_ uma política de respeito à diferença.

No caso da interrupção da gestação de crianças sem chance de sobrevivida, pode-se dizer que o debate está amadurecido. Com o respaldo do parecer abalizado de médicos, juízes têm concedido o direito ao aborto nessas situações dramáticas. Ademais, a crescente precisão e difusão dos exames intra-uterinos permite diagnósticos de muitos males fatais da criança em gestação. Infelizmente, também se torna mais frequente a dolorosa situação em que mães devem lidar com a notícia de que estão gestando uma criança que não sobreviverá muito tempo após o parto.

Diante de tal conhecimento, resta a questão: por que dar a um dogma, de qualquer natureza, a força de lei e impor a mães e pais um sofrimento adicional, a eles que devem enfrentar sozinhos uma situação já tão penosa? É preciso afastar a defesa intransigente de princípios dogmáticos que, ao se limitarem a uma defesa abstrata de conceitos como vida e dignidade humana, acabam por incorrer em falta de generosidade e mesmo na violência de submeter outrem a um sofrimento incompatível com a vida digna que dizem prezar.

26/03/98/PAINEL DO LEITOR**Novo Código Penal**

"Em relação às notícias de reforma do Código Penal, gostaria de lembrar que direitos humanos e vida não combinam com aborto, eutanásia, estupro. Pobre do país que não protege os que não têm voz, mas possuem direitos naturais." Paulo Toni Jr., padre (Barueri, SP)

03/04/98/PAINEL DO LEITOR**Contestação**

"Não é verdade que eu tenha proposto a inclusão da discriminação da maconha no programa presidencial de Ciro Gomes, numa reunião, em Brasília, da qual, além do candidato, participaram apenas Roberto Freire _ambos darão seus testemunhos_ e os dois representantes do PL, Álvaro Valle e um deputado paulista de cujo nome não me recordo. Defendi, pelo contrário, que esse tema e o do aborto não deveriam figurar em um programa presidencial por serem questões afeitas ao Poder Legislativo. O 'Painel' (pág. 1-4, Brasil) de 31/3 insiste na versão, citando como fonte dois dos cinco presentes, sem identificá-los. E eu insisto que não é verdade. Deixo aos argutos repórteres políticos a tarefa de descobrir o porquê da 'plantação' de nota e da manipulação. Fique claro, não tenho o menor problema com o assunto. Está no programa partidário do PV. Já defendi a tese em artigos nesta mesma Folha. Perdeu um pouco de sua urgência na medida em que uma nova lei de entorpecentes, que representa um considerável progresso, foi recentemente adotada por consenso, na Câmara dos Deputados, precisando ainda ser aprovada no Senado, promulgada e testada na prática. É o avanço possível, no momento. Nesta campanha o Partido Verde pretende discutir, prioritariamente, questões de ecologia urbana; desenvolvimento sustentável; situação da Amazônia; criação de empregos a partir de projetos de recuperação ambiental e reciclagem, descentralização, municipalização e outras questões socioambientais. Se nos deixarem..." Alfredo Sirkis, presidente nacional do Partido Verde (Brasília, DF)

Resposta do jornalista Kennedy Alencar, editor do "Painel" _ Recebi a seguinte carta do deputado Valdemar Costa Neto (PL): "Venho por meio desta confirmar que o presidente nacional do Partido Verde, Alfredo Sirkis, defendeu a tese da discriminação da maconha durante encontro das cúpulas do Partido Liberal (PL) e Partido Popular Socialista (PPS). A afirmação em tela, hoje contestada pelo dirigente, foi feita pelo mesmo no dia 19/3, nas dependências de minha residência, o que faz de mim testemunha ocular e auditiva da informação prestada pela coluna 'Painel'".

23/04/98/PAINEL DO LEITOR**Perdão incondicional**

"Na edição de 18/4, reportagem publicada em Mundo sobre o Santo Sudário contém um engano. Por intermédio do padre ou não, a misericórdia divina perdoa todos os pecados, desde que haja arrependimento e propósito de não mais cometê-los. Não há pecado imperdoável nem circunstâncias especiais, como a visita ao Santo Sudário a Turim, para o seu perdão. O aborto também está entre eles." Claudia Sandim (Pindamonhangaba, SP)

27/04/98/PAINEL DO LEITOR**Aborto e legislação**

"Seria descelegante se a Folha, após abrir espaço para uma abortista, não o abrisse para um artigo de quem está a favor da vida e da defesa do mais desarmado dos seres: o bebê no ventre materno ("O blefe dos abortistas", Luiz Carlos Lodi da Cruz, Opinião, pág. 1-3, 24/4). O aborto provocado será sempre criminoso, ainda que não punível." Diógenes Pereira de Araújo (Bauru, SP)

NACIONAL/24/04/98/OPINIÃO/O BLEFE DOS ABORTISTAS

Dizem que os jogadores de pôquer apostam dando a entender que possuem cartas altas, quando não as têm. O adversário, intimidado pelo suposto poder do outro, acaba por render-se. Essa estratégia, o blefe, consiste em "jogar verde para colher maduro". O jogador convence o inimigo de que já está com o jogo ganho e de que é inútil resistir. Ora, isso não é a verdade, mas apenas um desejo. Se o outro acreditar e se render, passará a ser verdade. É o que está acontecendo na guerra feroz pela legalização do aborto. Os abortistas mentem dizendo que no Brasil o aborto já é legal em dois casos desde 1940, quando o Código Penal foi promulgado. Afirmam que matar um inocente, em tais casos, é um "direito" adquirido. E que o exercício de tal "direito" não requereria nada além de simples "regulamentação". Para tanto, dizem, nem haveria necessidade de lei federal. Tudo se resolveria por uma "portaria" do Ministério da Saúde.

Todo o parágrafo acima contém não o que é verdade, mas aquilo que os abortistas querem que se torne verdade. Atualmente, o aborto no Brasil é ilegal em todos os casos, inclusive quando praticado como "meio" (?) para salvar a vida da gestante ou quando a gravidez resulta de estupro. O chamado "aborto legal" simplesmente não existe. É uma fantasia, muito viva e brilhante no sonho dos abortistas de nossa pátria. Mas apenas uma fantasia. O desejo deles é que essa fantasia se torne realidade. A estratégia usada tem sido repetir muitas vezes a mentira de que ela já é real, de que o aborto já é legal em dois casos, de que já existe uma brecha em nossa legislação que permite violar o direito à vida.

Se os incautos acreditarem e acabarem por concordar que essa batalha já está perdida, os partidários do aborto se aproveitarão dessa rendição para tornar seus sonhos reais.

Se o leitor é jurista ou estudante de direito, já deve estar abrindo o Código Penal para mostrar-me o famigerado artigo 128 e "provar-me" que o aborto legal já existe no Brasil. Leia o artigo, mas faça-o com cautela: "Não se pune o aborto praticado por médico: I) se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II) se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal".

A redação é clara. Não está escrito "não constitui crime", mas tão-somente "não se pune". O médico que pratica aborto nesses dois casos comete crime, embora esteja isento de punição. O mesmo acontece com o furto quando praticado em prejuízo do ascendente, descendente ou cônjuge. O artigo 181 do Código Penal diz que nesses casos o criminoso fica "isento de pena". Mas ninguém de bom senso chamaria de "furto legal" aquele praticado pelo filho contra o pai, simplesmente por não ser punido. Nem ousaria dizer que é um "direito" dos filhos furtar dos pais. Muito menos chegaria ao cúmulo de dizer que tal "direito" deveria ser exercido com o financiamento do Estado, sugerindo que as escolas públicas ensinassem às crianças a maneira mais segura de surrupiar coisas dos pais.

A seguir, o depoimento de alguns juristas: "Felizmente, para o nosso Código Penal, o aborto é sempre ilegal. O seu artigo 128 não discrimina os abortos sentimental e necessário, mas tão-só, por motivo de política criminal, deixa de puni-los. Basta, para que se chegue a essa conclusão, que se compare a redação por ele dada ao artigo 23, no qual se faz referência às justificativas, "não há crime quando...", com a do artigo 128, "não se pune" (José Geraldo Barreto Fonseca, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, carta, 12/2/97).

"Matar alguém é crime. A interrupção da gravidez com a destruição do produto da concepção é crime de aborto. A lei penal não contempla a figura do aborto legal, mas torna impunível o fato típico e antijurídico em determinadas circunstâncias. A impunibilidade, vale a pena enfatizar, não desnatura o delito. Esse é um fato típico e antijurídico. A culpabilidade é o elemento que liga a conduta prevista na

lei e contra o direito à punibilidade. Portanto, o aborto é ilegal" (Jaques de Camargo Pentecado, procurador de Justiça do Estado de São Paulo, carta, 5/2/97).

"Quanto ao aborto, a lei diz 'não se pune'. Suprime a pena. Fica o crime" (Walter Moraes, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, "O problema da autorização judicial para o aborto", "Revista de Jurisprudência", Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, março/abril de 86, p. 21).

"Por isso, é absurdo, é patente falta de cultura jurídica _eu diria mesmo falta de bom senso_ falar em aborto legal nas hipóteses em que o aborto direto não se pune" (Ricardo Henry Marques Dip, juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, carta, 6/1/97).

Essa expressão "não se pune" não é nada agradável à tese abortista. Alguns penalistas já lamentaram que ela existisse, e houve várias tentativas ao longo dos anos de trocá-la por "não constitui crime". A mais recente tentativa foi a da comissão de "alto nível" (sic) do Ministério da Justiça que elaborou o anteprojeto do Código Penal. Sorrateiramente, sem que ninguém fizesse propaganda, o "não se pune" foi trocado por "não constitui crime" (cf. "Diário Oficial" da União, 25/3, pág. 1).

Ingenuamente, a imprensa noticiou que o anteprojeto pretendia "acrescentar mais um caso de aborto legal" (o aborto eugênico, em homenagem póstuma aos nazistas). A nova redação quer coisa bem diferente: criar a figura do aborto legal (que hoje não existe), dando ao cidadão o "direito" de eliminar a vida do nascituro em três casos.

Luiz Carlos Lodi da Cruz, 34, padre, é presidente do movimento Pró-Vida de Anápolis, em Goiás.

23/06/98/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Já é hora de cidadãos e cidadãs, grupos organizados, autoridades, instituições, poder público e outros setores da sociedade considerarem definitivamente o aborto como questão de saúde pública. Poderemos contribuir efetivamente se lutarmos para que haja educação sexual nas escolas, o mais cedo possível, e acesso a todos os meios contraceptivos, adequados a cada pessoa e com acompanhamento médico." Dulcelina Xavier Secoli (São Paulo, SP)

25/07/98/PAINEL DO LEITOR

Marta Suplicy

"A reportagem 'Marta deixa polêmica fora de sua campanha' (Brasil, 22/7) peca por desinformação, falta de entendimento e emissão de juízo de valor em detrimento da notícia.

Marta Suplicy apóia publicamente o projeto de aborto legal, dos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling (ambos do PT), que garante que a mulher violentada ou sob risco de vida possa fazer o aborto em hospitais públicos, conforme reza a Constituição Federal e o Código de Saúde de São Paulo. O que é diferente da legalização do aborto. O projeto citado na reportagem trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo e não da união civil, expressão confundida com casamento. O projeto regulamenta relações de parceria que já existem, sejam elas entre homossexuais ou avó e neta, tio e sobrinho. As diretrizes do programa de governo não falam da criação de um pólo de desenvolvimento em São Carlos simplesmente porque o município já comporta esse modelo. A vida pública de Marta mostra que a deputada sempre se preocupou em combater o preconceito e o tratamento desigual. Essa é a imagem de Marta, que não é preciso esconder. As diretrizes de governo não tentam simplesmente 'agradar' a todos os setores, mas contemplá-los." Paulo Frateschi, diretor de Finanças do Diretório Regional do PT (São Paulo, SP)

BRASIL/22/07/98/MARTA DEIXA POLÊMICA FORA DE SUA CAMPANHA

Luis Henrique Amaral da Reportagem Local

As diretrizes de governo da candidata petista ao governo de São Paulo, Marta Suplicy, refletem sua tentativa de mudar de imagem, evitando a polêmica e se afastando das propostas que tornaram a deputada federal e sexóloga famosa. Apesar de se destacar, como feminista e deputada, na defesa da legalização do aborto, nas 24 páginas de diretrizes de Marta não se fala em aumentar o número de hospitais do Estado que realizam os "abortos legais", aqueles autorizados por lei em caso de estupro ou risco de vida para a mãe.

Não há, também, propostas específicas para o combate ao preconceito contra os homossexuais ou outras que visem especificamente o grupo. No entanto, como deputada federal, Marta criou o projeto de lei que cria a união civil entre pessoas do mesmo sexo. No projeto de diretrizes, há apenas uma referência vaga prometendo "combate a todas as formas de preconceito e discriminação".

A ausência de projetos polêmicos faz parte da estratégia de campanha de Marta. O objetivo é tentar ser mais palatável para o público conservador. A deputada sabe que já tem apoio nos setores simpáticos

aos seus projetos na Câmara e não quer perder tempo "pregando para os convertidos". No balanço geral, as propostas de Marta tentam agradar a todos os setores da sociedade, não se diferenciando das propostas de outros candidatos. No livreto com suas diretrizes, as novidades em relação aos projetos apresentados no início da campanha são a criação de uma universidade na região do ABC e de um "pólo de desenvolvimento" na região de São Carlos (244 km a noroeste de São Paulo).

Maluf

Paulo Maluf rebateu ontem em Lins (SP) as críticas que vem sofrendo de Antonio Cabrera, que deixou de ser o candidato a senador pelo PFL na chapa do candidato do PPB ao governo de São Paulo.

"Ele (Cabrera) é uma voz isolada. Perdeu, evidentemente, o apoio dos companheiros. Cabe aos companheiros dele do PFL de explicar a razão (da perda do apoio)", disse Maluf.

O ex-prefeito paulistano participou de carreata ontem de manhã em Lins ao lado do jogador de basquete Oscar Schmidt, que disputará a vaga ao Senado pela coligação PPB-PFL.

Colaborou Wagner Oliveira, da Agência Folha

24/09/98/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"A vida é um direito de todos? Parece que para a menina C.B.S., de 10 anos, a resposta é não. Depois de estuprada por dois homens, engravidou, e os médicos dizem que ela corre risco de vida. Diante da situação, o juiz autoriza o aborto. Não bastassem a violência contra a menina e o sofrimento dos pais, membros da Igreja Católica estão pressionando a família. O argumento da igreja é a defesa da vida do feto. E quem defende a vida da garota? Por que a igreja não usa a mesma veemência para acusar os dois homens que a estupraram? Como católica praticante e junto com outras pessoas como eu, quero manifestar nosso respeito e apoio a essa família." Dulcelina Xavier Secoli, do grupo Católicas pelo Direito de Decidir (São Paulo, SP)

25/09/98/PAINEL DO LEITOR

Gravidez infantil

"Em casos como o do index político do Rio e o da mobilização da Igreja Católica para impedir o aborto de uma criança de 10 anos, vítima de estupro, vemos o quanto essa instituição teima em manter seu caráter inquisitivo. Acredito que a família, ao decidir pelo aborto, ponderou melhor do que ninguém se a criança tem ou não condições clínicas, psicológicas e até econômicas para gerar um filho. Porém a menina C.B.S. é pobre e isso já diz tudo. Se fosse rica, nem o papa se atreveria a palpar sobre seu útero." Rafael Ribeiro (São Paulo, SP)

26/09/98/PAINEL DO LEITOR

Protesto contra a igreja

"A Comissão da Mulher Advogada da Seccional Paulista da OAB, reafirmando o compromisso com o respeito à dignidade da pessoa humana, como valor ético essencial, exterioriza o protesto em relação ao tratamento que a Igreja Católica vem dispensando à criança C.B.S. e sua família, legalmente respaldada para a realização do aborto de gravidez decorrente de estupro, na cidade de Israelândia, Goiás. É descabida a atitude e ilegal o recurso do promotor de Justiça Reuder Motta, pois sua manifestação é mais uma agressão à menina." Lais Amaral Rezende de Andrade, Comissão da Mulher Advogada da OAB-SP (São Paulo, SP)

NACIONAL/22/09/98/COTIDIANO/ADVOGADOS TENTAM MANTER ABORTO

da Reportagem Local

Os advogados da família de C.B.S., a menina de 10 anos de Israelândia (192 km de Goiânia) que está grávida de quatro meses, vão tentar garantir o direito dela de fazer um aborto.

Na quarta-feira da semana passada, a Justiça local autorizou a interrupção da gravidez, com base no artigo 128 do Código Penal, que permite o aborto em casos de estupro. A menina foi violentada durante três anos por dois vizinhos.

Ontem, no entanto, o promotor Reuder Cavalcante Motta entrou com recurso no Tribunal de Justiça de Goiânia contestando a legislação.

Agora, os advogados vão oferecer à Justiça um contra-recurso. Ao documento, que será enviado ao TJ até o final desta semana, devem ser acrescentados novos depoimentos dos pais da menina.

A família quer fazer o aborto o mais rápido possível, já que a demora pode causar problemas de saúde à gestante.

C.B.S. afirmou que não contou aos familiares que foi estuprada durante três anos porque teve medo de apanhar de seus pais.

"Achei que meus pais iam bater em mim se soubessem da coisa. Por isso nunca contei para ninguém o que acontecia naquelas manhãs", disse C.B.S..

Há cerca de um mês, ela passou mal e desmaiou em sua casa. Levada para um hospital da região, os médicos constataram a gravidez.

Hoje, C.B.S., muito assustada com a pressão dos moradores da cidade e da igreja para evitar o aborto, conta que viveu dias de muito medo nos últimos anos.

"Ele (Benedito Moraes, 65, o principal acusado dos estupros) dizia que, se eu não fosse por bem, mandaria alguém me buscar. Eu ficava com medo e ia."

Impotência

Acusado de ter estuprado C.B.S., o lavrador desempregado Benedito Moraes está alegando ser impotente para escapar da condenação.

Ele nega que tenha violentado a garota. "Nem se eu quisesse eu conseguiria", afirmou Moraes, que diz sentir dores após a relação sexual. Ele está preso há 23 dias na cadeia da cidade.

O caso de C.B.S. está provocando polêmica na cidade desde a semana passada, quando a Justiça local autorizou a menina a fazer um aborto.

Enquanto Moraes e seu amigo José Afonso, 52, acusado de ter participado de algumas das várias sessões de estupro, aguardam o julgamento (eles podem ser condenados a reclusão de quatro a dez anos), a Igreja Católica se mobiliza para evitar o aborto.

Desde a permissão da Justiça, a casa de C.B.S. recebe visitas diárias de padres e fiéis que tentam convencer os pais da menina a desistir da interrupção da gravidez. Mas a família se diz irredutível.

NACIONAL/24/09/98/COTIDIANO/JUSTIÇA PRIORIZARÁ CASO DE GAROTA DE GO

Fabio Schivartche da Reportagem Local

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) de Goiânia, Lafaiete Silveira, vai determinar aos desembargadores que dêem prioridade ao caso de C.B.S., a menina de 10 anos que ficou grávida depois de ter sido estuprada por três anos.

O temor de Silveira é que a demora para uma decisão sobre a realização do aborto possa causar danos à saúde da garota.

A menor, moradora da Israelândia (192 km de Goiânia), recebeu autorização, há uma semana, do juiz local para fazer o aborto.

Mas o promotor do caso, Reuder Cavalcante Mota, entrou com recurso _que foi acolhido pelo juiz João Geraldo Machado_ alegando que o direito à vida é garantido pela Constituição. A medida suspendeu temporariamente a autorização para o aborto.

Hoje, os advogados que defendem a família de C.B.S. vão entrar com um recurso (chamado tecnicamente de contra-razões) no TJ de Goiânia para autorizar novamente a realização do aborto.

"Queremos uma decisão ainda esta semana", diz a advogada da família, Sandra Mara Barreto, que vai alegar, novamente, que a menina corre risco de vida se mantiver a gravidez _fato que os laudos médicos do inquérito policial já constataram.

A advogada afirma que a família de C.B.S. está a procura de alguma clínica particular para realizar o aborto _que será feito tão logo a Justiça autorize novamente.

"Eles não têm dinheiro nem para a internação e não sabemos com certeza se algum hospital público vai aceitar o caso", diz Sandra Mara.

O pai de C.B.S., o lavrador desempregado Manoel Batista Souza, diz que nem a "enrolação da Justiça" e nem a pressão da Igreja Católica o farão mudar de idéia.

"Já nos decidimos pelo aborto, porque, além de ser um risco à saúde de minha filha, não temos condições de cuidar de mais uma criança", diz Souza, pai de outros dois filhos.

O juiz João Geraldo Machado também vai agilizar os procedimentos burocráticos para não atrasar a possível realização do aborto. "Vou despachar de carro os autos do processo para o TJ."

A sua polêmica decisão de autorizar o aborto de C.B.S. foi baseada no artigo 128 do Código Penal, que permite a interrupção da gravidez quando ela for provocada por estupro.

C.B.S. era estuprada por dois vizinhos desde os sete anos de idade. Os acusados do crime estão presos em Israelândia.

Apesar de a lei autorizar o aborto, a Igreja Católica está se mobilizando para impedir a operação. Diariamente, padres e fiéis vão à casa de C.B.S., na periferia de Israelândia, tentar mudar a opinião da família.

29/09/1998/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Por um pacote de bala e R\$ 1, uma garota dos 7 aos 10 anos é estuprada continuamente. E, para piorar, fica grávida. Franzina, os médicos atestam gravidez de alto risco. Configura-se, portanto, pelos dois incisos do artigo 128 do Código Penal, a possibilidade de um aborto legal e seguro. E o que fazem a Igreja Católica e os evangélicos? Pressionam a pobre família para que não se realize o aborto permitido por lei. A propósito, vale lembrar a Constituição: 'Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei'." Silvia Pimentel, Comissão de Cidadania e Reprodução (São Paulo, SP)

*

"Como advogado e presidente da Associação Nacional dos Advogados Contra o Aborto, venho protestar contra o pronunciamento da Comissão da Mulher Advogada da Seccional Paulista da OAB ('Painel do Leitor', 26/9), o qual confunde respeito à dignidade da pessoa humana como valor ético essencial com o direito de matar seres humanos ainda não nascidos, pelo fato de terem sido, tanto quanto a mulher violentada, vítimas de algum degenerado." José Carlos Graça Wagner, presidente da Associação Nacional dos Advogados Contra o Aborto (São Paulo, SP)

NACIONAL/30/09/98/COTIDIANO/IMPUNIDADE DO ESTUPRO

Eva Blay

Todos os anos, em 8 de março, fazemos de conta que a situação da mulher brasileira melhorou. Algumas, bem-sucedidas, são apresentadas como o grande álibi da ascensão feminina. Mas a cada dia a situação se agrava mais. O assassinato de mulheres é a quarta causa da mortalidade feminina em São Paulo (Seade, 1998). Maridos e companheiros assassinos continuam à solta. Os estupros, que finalmente deixaram de ser ocultados, somam números afrontosos: mais de mil por ano denunciados nos últimos cinco anos (Decap).

Há ainda aqueles que não são denunciados por medo ou vergonha. Raramente o culpado é acusado: quando é, vêm um ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, e cinco colegas (felizmente, outros cinco votaram contra) e absolvem o estupro de uma menina de 13 anos. Para justificar, lê-se na ementa (21/5/96) do STF que a menina tem "aparência física e mental (...) de pessoa com idade superior aos 14 anos". Se você não for idiota e tiver crescido rapidamente, é culpada por seu estupro.

O efeito da absolvição é didático: nada acontece ao estupro do ponto de vista da lei. Chegamos ao absurdo de que são presidiários, não os juizes, que os sentenciam.

O resultado do estupro é bem conhecido. Meninas e mulheres têm, muitas vezes, a vida destruída de forma irrecuperável.

Quando resulta uma gravidez, a igreja, em vez de pedir a condenação dos culpados, discute se a infeliz tem ou não direito de usar a lei e interrompê-la _ como a menina de 10 anos de Goiânia, que havia três anos vinha sendo assediada, enganada e prostituída por dois assassinos. A asquerosa ação resultou numa gravidez absurdamente precoce.

De novo, vêm a igreja e seus seguidores se preocuparem não com a criança (nem pedir punição rigorosa dos estuprodores), mas impedir que ela use os recursos que a Constituição, os direitos da criança e o Código Penal lhe asseguram. E o promotor público Reuder Cavalcante Motta, de Israelândia (GO), também não assegura os direitos dela, mas entra com ação contra a interrupção da gravidez.

Até quando vamos viver com tal impunidade? Todas as convenções que o Brasil assinou e as conferências internacionais para a igualdade da mulher de que nossos governos participaram _ tudo isso vai continuar a ser desrespeitado?

Seria aconselhável que os defensores dos estuprodores relesem a Bíblia, na qual o estupro é um dos únicos casos punidos com a morte (Gênesis, 34) e não encontramos nenhuma palavra a favor do aborto ou contra ele. Podemos atingir um grau mais elevado de civilização se simplesmente cumprirmos a lei que temos e punirmos todas as formas de violência, inclusive contra a mulher e a criança.

Eva Blay, socióloga, é professora titular de sociologia na Universidade de São Paulo. Foi senadora pelo PSDB-SP (1992-95)

13/12/1998/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Não podemos admitir que dogmas religiosos coloquem obstáculos ao aprimoramento das leis que regem a sociedade. A questão do aborto, que, enfim, vem sendo tratada com mais dignidade e sensatez, continua despertando a fúria irracional dos antiabortistas. Extremamente prejudicial à vida e ao ser humano é a incapacidade de aceitar idéias e posturas novas!" Leandro Veiga Dainesi (Lorena, SP)

1999

28/05/1999/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Sobre o caso da garota T.G.S., que engravidou após estupro e teve suspensão, por pedido do deputado estadual Carlos Dias (PFL), do Rio, a autorização da Justiça para abortar: gostaria de saber se o deputado agiria da mesma forma se a vítima do estupro fosse um membro da sua família. Ou será que ele se julga imune à violência? Se a lei existe, cabe às autoridades a fiscalização do seu cumprimento. Justiça seja feita." Sergio Eduardo Bizari (Taquaritinga, SP)

27/08/1999/PAINEL DO LEITOR

Posição sobre aborto

"Sou um assíduo leitor da Folha há anos. Desde 1994 acompanho os editoriais deste jornal sobre a questão do aborto, como o da edição de 21/8 (Opinião, pág. 1-2). Milito há anos na defesa da descriminação do aborto em casos de anomalias fetais graves e incuráveis. Como membro do comitê de abortamento previsto em lei da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, tenho pautado nosso trabalho na defesa do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual na rede pública de saúde. Nenhum médico é favorável ao abortamento. É forçoso reconhecer entretanto que, em determinadas situações, ele é a única saída possível e deve ser contemplado com assistência médica exemplar." Thomaz Rafael Gollop, diretor do Instituto de Medicina Fetal de São Paulo (São Paulo, SP)

*

"O editorial da Folha defendeu a prática do aborto em 'ambiente limpo' autorizada por juiz federal numa menina de 10 anos, vítima de estupro. Os argumentos da Folha não levam em conta, como de costume, a maior vítima no caso, que é um ser vivo que está sendo gerado e, diga-se de passagem, completamente sem culpa. Ainda precisamos criar um 'Código de Direito da Criança' que está por nascer e aguardar comprovação pela ciência de que a vida física é uma expressão acanhada da vida espiritual que floresce em todos nós." Nubor Orlando Facure e Lourdes Gomes Facure, diretores do Instituto do Cérebro em Campinas (Campinas, SP)

NACIONAL/21/08/1999 OPINIÃO/EDITORIAL/SECTARISMO ANTIABORTISTA

Uma menina capixaba de 10 anos foi ontem submetida a uma cirurgia, em ambiente limpo, atendida por profissionais credenciados, com o objetivo de interromper uma gravidez, mais que indesejada, decorrente da inominável violência que é o estupro. Se, após décadas no limbo, não tivesse passado a ter efeitos práticos mais amplos o dispositivo do Código Penal que permite o aborto em certos casos, talvez essa jovem estivesse sujeita a violências ainda maiores. Por exemplo, essa criança poderia ser vítima de receitas caseiras inomináveis e perigosas para interromper sua gestação. Talvez fosse vítima de gente inescrupulosa e incapaz, que poderia infectá-la, acabar com suas chances futuras de uma gravidez saudável ou mesmo matá-la numa clínica clandestina de aborto.

Hoje, felizmente, hospitais da rede pública podem atender gestantes, em geral as mais pobres, na situação dramática da menina capixaba, desde que obedeçam a normas baixadas pelo governo federal. A sociedade parece aceitar cada vez mais legislação mais tolerante em relação ao tema. Juízes têm autorizado a interrupção da gestação de crianças que não teriam chance nenhuma de sobrevivência. No entanto, um insistente lobby e o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE) querem dar cabo legal dessa tendência mais tolerante; querem fechar as portas dos hospitais públicos para aquelas gestantes. O deputado quer fazer que o Congresso como que revogue o tratamento mais humanitário dessa questão tão dolorosa. Como esta Folha já observou, em casos de estupro ou da terrível inviabilidade da vida da criança, por que dar a um dogma a força de lei e impor a mães e pais um sofrimento adicional, a eles que devem enfrentar sozinhos uma situação em si já tão penosa? O argumento da defesa da vida e da dignidade humana, no caso do antiabortismo sectário, acaba por incorrer em falta de generosidade e mesmo na violência de submeter outrem a um sofrimento incompatível com a vida digna que dizem prezar.

15/09/1999/PAINEL DO LEITOR

Aborto e legislação

"O Conselho Estadual da Condição Feminina parabeniza a sra. Sílvia Pimentel por seu excelente artigo (Opinião, pág. 1-3, 2 de setembro) sobre o aborto em casos de estupro. Como é possível que, às vésperas do século 21, ainda se discuta um tema aprovado pelos parlamentares em 1940? O ministro

da Saúde, ao regulamentar essa norma técnica, nada mais quer do que fazer cumprir o dever do Estado. "Maria Aparecida de Laia, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina (São Paulo, SP)

NACIONAL/02/09/1999/UM DIREITO AMEAÇADO

Aos parlamentares compete reconhecer os direitos das mulheres, em todos os campos

Silvia Pimentel

A questão do aborto no Brasil, um tema que diz respeito à saúde e à cidadania da mulher, está outra vez em debate. A Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados rejeitou um projeto de decreto legislativo que procura sustar a aplicação da norma do Ministério da Saúde intitulada "Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes", a qual autoriza os hospitais do Estado a realizar abortos em mulheres estupradas que queiram interromper a gravidez.

Inconformado, o autor do projeto, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), promete voltar à carga e já anunciou sua intenção de levar o projeto para votação em plenário. Cavalcanti é conhecido por sua posição intransigente contra todo e qualquer tipo de normatização que possa garantir, ampliar ou mesmo favorecer o direito das mulheres a interromper a gravidez indesejada ou de risco. No texto de seu projeto, ele recorre a argumentos _mais que tudo retóricos_ para cuja fragilidade é importante nossos parlamentares estarem atentos.

O primeiro argumento é o de que a norma do Ministério da Saúde seria uma exorbitância quanto a seu poder de regulamentar. Ora, o fato é que nem sequer haveria necessidade de regulamentação, pois o Código Penal em vigor admite a interrupção da gravidez nos casos já citados, sem estabelecer a necessidade de regulamentação como condição da aplicabilidade desse preceito. Tampouco o legislador pátrio estabeleceu qualquer proibição de regulamentação por parte do Executivo, poder ao qual cabe frequentemente e por mandato constitucional (art. 87) expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos. Não há nenhuma sustentação, portanto, para a alegação de que o ministério estaria exorbitando de suas funções.

O deputado alega ainda, reportando-se à aprovação do Código em 1940, que "os parlamentares não aprovaram a prática de aborto com simples boletim de ocorrência policial", como determina a presente norma do ministério. Na verdade, os parlamentares da época não definiram requisito nenhum, nem mesmo a exigência de um BO, para a realização do aborto nas situações previstas no artigo 128. Para Cavalcanti, não seriam suficientes, para comprovação de estupro, "um simples BO policial com a declaração da gestante" ou as informações das vítimas transmitidas à equipe multidisciplinar do serviço público de saúde, como prevê a norma. Seu raciocínio aparentemente parte da premissa de falta de seriedade e veracidade da fala das mulheres estupradas, bem como dos boletins de ocorrência policiais. Subestima e desconsidera a palavra das mulheres, a sensibilidade e competência das delegacias de polícia e dos serviços de saúde. Pior: desdenha a dor e o constrangimento de uma mulher, vítima de violência sexual, ao relatar a estranhos agressão tão brutal a sua intimidade e integridade sexual, física, moral e psicológica. Sem contar que o deputado, ao afirmar, na sua justificativa, que "fica aberta a porta para todo tipo de aborto", omite o fato de que, além do testemunho da vítima, a norma do Ministério da Saúde prevê a realização de exames capazes de avaliar com exatidão o tempo de gestação e, portanto, a consistência ou não da palavra da mulher que deseja exercer seu direito de interromper a gravidez.

Fica evidente, ainda, a impropriedade da formulação linguística de Cavalcanti, quando, no intuito de conferir tom emocional ao debate, anula a distinção entre embrião, feto e criança, falando em "permissão da prática condenável de matar crianças não nascidas". Ao longo de todo o seu arrazoado, ele despreza a tortura que significa para uma mulher arcar com uma gestação advinda de estupro e ignora o estigma que recairá sobre a criança fruto dessa violência.

Para finalizar, nada mais adequado que transcrever aqui um dos parágrafos da norma do Ministério da Saúde: "É dever do Estado e da sociedade civil delinear estratégias para terminar com essa violência. E ao setor saúde compete acolher as vítimas, e não virar as costas para elas, buscando minimizar sua dor e evitar outros agravos". Poderíamos acrescentar: aos parlamentares compete reconhecer os direitos das mulheres, na saúde e em todos os campos, e não colocar empecilhos a políticas públicas que buscam sua plena realização.

Silvia Pimentel, 59, é professora de filosofia do direito da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) e membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução.

Estupro

"A leitora Maria de Lara ('Painel do Leitor', 15/9) comete erro palmar ao julgar o modo de pensar de parlamentares da década de 40. Hoje em dia, o problema continua o mesmo: discernir sobre as circunstâncias do estupro, ou seja, se aconteceu realmente ou se houve uma relação sexual consentida. Mesmo para médicos esse é um problema de solução difícil." Olival Oliveira dos Santos (São Paulo, SP)

20/09/1999/PAINEL DO LEITOR**Aborto e estupro**

"Causa-me repugnância ler opinião como a de Olival Oliveira dos Santos ('Painel do Leitor', 17/9), que acusa Maria de Lara de 'erro palmar' na sua avaliação sobre a legalidade da norma técnica do Ministério da Saúde que autoriza a realização, pelo SUS, de abortos em vítimas de estupro. Segundo o leitor, o problema do aborto legal é 'discernir se houve estupro ou relação sexual consentida'. Esse homem parte do princípio de que se deve duvidar sempre da palavra da mulher. Coloca a 'vida' do produto da concepção em patamar de dignidade maior do que o da vida, da liberdade e da integridade física e psicológica da mulher. Esse homem propaga o velho pensamento machista: só se houver certeza de que a mulher não manteve relações sexuais 'porque quis' é que o feto poderia ser removido. Assim, segundo esse homem, seria preferível, na dúvida, obrigar-se uma mulher a dar à luz ao filho de um estuprador a sacrificar o feto. Ou seja, na dúvida, a favor do feto, jamais a favor da mulher. Esta não tem direitos humanos, pois não é vista como pessoa, mas sim como uma barriga, uma escrava da reprodução, enfim, uma subcidadã. O machismo é um preconceito tão ignominioso quanto o racismo. A discriminação de sexo, e não o aborto, deveria ser crime." Simone Andréa Barcelos Coutinho (São Paulo, SP)

24/12/1999/PAINEL DO LEITOR**ABORTO**

"A respeito da reportagem sobre aborto (Cotidiano, 19/12), creio que, excetuando o risco de morte para a mãe, que praticamente já não existe devido aos avanços da medicina, o ato de aniquilar um ser humano no ventre materno constitui covarde assassinato doloso, com consequências horríveis para os participantes diretos e indiretos. Se não são punidos pelas leis dos homens, que é falha, o serão pela lei de Deus, que é infalível." Alex Sandro Furtado (Mauá, SP)

NACIONAL 19/12/1999/COTIDIANO/MÉDICOS DEFENDEM O DIREITO DE ESCOLHA

Cláudia Collucci da Reportagem Local

Especialistas em bioética ouvidos pela Folha defendem a ampliação do aborto legal para os casos de malformação do feto ou doença hereditária que impossibilite a criança de ter uma vida normal. Eles dizem que a decisão de ter ou não uma criança nessas condições deve ser do casal.

Pela lei atual, o aborto é permitido em dois casos: quando a gravidez resulta de estupro ou para salvar a vida da gestante.

Uma nova proposta, que está no anteprojeto do novo Código Penal, ampliou as hipóteses de aborto legal para os casos em que o feto apresentar "graves e irreversíveis anomalias que o tornem inviável" e para preservar a saúde da gestante.

A professora de direito da PUC-SP Silvia Pimentel, 59, coordenadora do Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), afirma que a nova proposta atende às expectativas de vários movimentos de defesa da mulher, exceto em uma questão.

"Entendo que há uma restrição quando se coloca 'graves e irreversíveis anomalias que tornem a vida inviável'. E como ficam as crianças condenadas a uma vida vegetativa?", questiona.

Ela classifica como "lamentável" essa limitação e acredita que a decisão deveria ser dos pais e não uma imposição do Estado. "Só o casal sabe se terá condições financeiras ou emocionais para ter um filho com doença grave.

"O médico Marco Segre, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, também é favorável a que o direito ao aborto seja decisão dos pais. Para ele, a proposta deve ser ampliada até mesmo para proteger a vida de mulheres. Por serem ilegais, os abortos tendem a ser feitos em situações de atendimento precário. Dessa forma, o risco de vida para a mulher aumenta muito se comparado com países onde a prática, legalizada, é devidamente acompanhada por médicos e realizada com equipamentos e em clínicas adequadas. "Não é nem tanto por razões ideológicas. Defendo por uma questão de necessidade", afirmou Segre.

Para o padre Léo Pessini, especialista em bioética, testes genéticos não devem ser usados como fator de "seleção excludente", fazendo a triagem entre crianças que se enquadram no padrão socialmente

valorizado _que devem viver_ e as consideradas imperfeitas _que devem morrer. Pessini considera que basta um passo simples para passar do aconselhamento genético legítimo, que previne, orienta e busca a cura, para a seleção excludente. "É só radicalizar a atitude seletiva de acolher somente quem é perfeito, segundo nossos padrões morais, e de descartar os considerados vulneráveis."

2000

08/09/2000/PAINEL DO LEITOR

Dívida externa

"Tendenciosa essa proposta de plebiscito sobre a dívida externa promovida pela coligação CNBB/PT/CUT. Se reconhecem o plebiscito como forma legítima de consulta popular e de manifestação direta da soberania popular, deveriam apoiar igualmente plebiscitos sobre outros assuntos, como a instituição das penas de morte e perpétua, a redução da maioria penal, a legalização do aborto etc. Mas o plebiscito que vale é só o que interessa." Marcos Araújo (São Paulo, SP)

20/09/2000/PAINEL DO LEITOR

Declarações

"Protesto veementemente contra afirmações da edição da Folha de 18/9 em continuidade a insinuações feitas em reportagem de 29/8: ligando-me ao autor pretensamente católico de uma representação apresentada à Justiça Eleitoral contra Marta Suplicy, a Folha afirma que eu teria defendido a cassação de sua candidatura e dá a entender que isso se deve a uma suposta oposição minha 'às posições liberais' da candidata 'quanto à legalização do aborto e parceria civil entre homossexuais'. Tais afirmações são inteiramente descabidas, e a manipulação dos fatos pela Folha nivela-se com o modo mal-intencionado de agir do autor da representação. Sou eleitor de Marta e defendo plenamente sua candidatura. Pela gravidade dos danos causados pela leviandade das afirmações feitas, considero de meu direito exigir que esta nota seja publicada." Francisco Whitaker, secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (São Paulo, SP)

NACIONAL/18/09/2000/BRASIL/CATÓLICOS VÃO À JUSTIÇA CONTRA MARTA

da reportagem local

O comitê 9.840 Antonio di Pietro, que reúne um grupo de católicos conservadores com ascendência italiana, formalizou na Justiça Eleitoral representação pedindo a cassação da candidatura de Marta Suplicy (PT) à prefeitura paulistana. A ação se baseia na lei 9.840, que coíbe a prática de abuso econômico em eleições.

Em 13 de julho último, Marta compareceu, no Capão Redondo, ao lançamento do programa Sampa.org, de informatização da periferia da cidade.

O programa foi elaborado pelo Instituto Florestan Fernandes, presidido pela candidata, e consta de seu plano de governo.

Na ocasião, 60 computadores foram entregues à comunidade. Marta afirmou que, se fosse eleita, o projeto caminharia mais rapidamente.

A representação acusa Marta de praticar abuso do poder econômico e violar a lei 9.840, que veda ao candidato "doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza".

"Por todo o exposto, requer-se a imediata instauração de investigação judicial, para que se julgue procedente a presente representação, determinando-se a cassação do registro ou diplomação de Marta Suplicy", afirma a representação entregue ao Ministério Público Eleitoral.

A campanha de Marta afirma que a participação da candidata no ato não foi irregular porque ela estava lá na condição de presidente do Instituto Florestan Fernandes. Os petistas dizem que os computadores não foram "entregues", mas cedidos em comodato.

A cassação de Marta com base no episódio chegou a ser defendida por Francisco Whitaker, secretário-geral da Comissão Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Whitaker, filiado ao PT, se opõe às posições liberais de Marta quanto à legalização do aborto e parceria civil entre homossexuais.

Whitaker foi questionado por um integrante do grupo católico sobre sua opinião a respeito de um candidato que fosse "distribuir computadores" à periferia.

"Teria evidentemente de analisar todos os fatos. mas. se fosse juiz e recebesse uma denúncia, cassaria o registro desse candidato". disse. Só depois soube que falava de Marta. Reclamou da "armadilha", mas não recuou.

NACIONAL/26/08/2000/BRASIL/GRUPO DE CATÓLICOS PEDE CASSAÇÃO DE MARTA

Ação na Justiça, de conservadores da igreja, dirá que lançamento de programa de informática fere lei; petista Francisco Whitaker diz que, como juiz, cassaria candidata

Fábio Zanini da reportagem local Pessoas ligadas à ala conservadora da Igreja Católica estão preparando uma ação na Justiça Eleitoral pedindo a cassação da candidatura de Marta Suplicy (PT) à prefeitura paulistana.

A representação deve ser impetrada pelo "comitê 9840 Antonio di Pietro" nos próximos dias.

A ação é embasada em parte por declarações dadas pelo secretário-geral da Comissão de Justiça e Paz da CNBB. Francisco Whitaker, ex-vereador petista e que tem percorrido o Brasil para estimular a criação de comitês como o dos italianos e divulgar a lei 9.840 _que pune crimes eleitorais.

O pedido de cassação refere-se ao lançamento do projeto Sampa.org, um dos principais do programa de governo de Marta, que prevê a instalação de computadores e pontos de acesso à Internet na periferia.

O comitê _que homenageia di Pietro, procurador italiano símbolo da luta anticorrupção_ é formado por cerca de dez pessoas de descendência italiana, todos com ligações estreitas com representantes do clero conservador, e dirigido por Francesco Scavolini, que está há nove anos no Brasil.

Scavolini se diz amigo do padre Marcelo Rossi e do bispo conservador de Santo Amaro, d. Fernando Figueiredo, além de ostentar fotos suas ao lado do papa João Paulo 2º.

Segundo seus componentes _que são leigos_ o comitê, constituído com apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), fiscaliza a lei 9.840, que veda ao candidato "doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza".

"Estamos preparando a ação e devemos ingressar na Justiça nos próximos dias. Marta tem de se explicar bem", afirmou Scavolini.

O projeto foi apresentado pela candidata no dia 13 de julho, no Capão Redondo (zona sul).

Na ocasião, 60 computadores com acesso à Internet foram entregues por Marta à comunidade, o que estaria ferindo a lei, segundo o comitê. Outros 140 deverão ser entregues até o final do ano.

Na platéia, havia cerca de 300 moradores da região. O custo do projeto, R\$ 650 mil, foi bancado por empresas como a Microsoft.

Oficialmente, o projeto é do Instituto Florestan Fernandes, organização não-governamental presidida por Marta, que elaborou seu programa de governo.

O projeto do instituto prevê que, assim como no Capão, células do Sampa.org se espalharão por toda a periferia.

"O projeto continua, sendo eu eleita ou não. É claro que, se eu for a prefeita, com toda a estrutura do município, ele andar bem mais rápido", afirmou Marta no dia.

Whitaker

A defesa da cassação foi feita também por Whitaker no dia 4 de agosto, em palestra em Votorantim (SP). A declaração foi dada quando Whitaker foi interpelado por Scavolini.

Ele perguntou, sem citar Marta, o que Whitaker acharia de um candidato que fosse "distribuir computadores" à periferia pouco antes da eleição.

"Eu teria evidentemente de analisar todos os fatos, mas, se fosse juiz e recebesse uma denúncia, cassaria o registro desse candidato", disse Whitaker, de acordo com gravação obtida pela Folha.

Scavolini, em seguida, revelou que falava de Marta e do lançamento do Sampa.org.

O petista Whitaker reclamou por ter caído em uma "armadilha", mas não voltou atrás. "Pelo que o sr. contou, se os dados são esses e se eu fosse juiz, eu cassaria (a candidatura). A Marta vai ter de se defender, mostrar que os dados não são esses, ou vai ter de ser cassada", disse ele, que sugeriu a Scavolini que denunciasse Marta a um promotor eleitoral.

À Folha, Whitaker disse que "mantém tudo o que declarou na palestra", apesar de ressaltar que "precisa conhecer melhor os argumentos de Marta para ter uma posição mais clara".

"A lei tem de servir para todos. Se o PT faz algo de errado, tem de ser punido. Acho que a Marta facilitou, deu margem a desconfiança, tem de tomar mais cuidado", declarou o ex-vereador petista.

Em sua opinião, no entanto, pelo fato de o evento ter se realizado antes do deferimento da candidatura de Marta pela Justiça, não haveria desrespeito à lei 9.840, mas ele poderia se enquadrar em outras leis.

O secretário-geral da Comissão Justiça e Paz pertence à chamada "ala católica" do PT, que não vê com bons olhos a defesa feita por Marta da parceria civil entre homossexuais e da ampliação do direito ao aborto.

Ele chegou a lançar sua pré-candidatura à prefeitura pelo PT, mas abriu mão em prol de Marta.

"Apóio Marta e gosto dela. Minhas opiniões nesse caso não têm relação com outras questões."

O italiano Scavolini, que também critica os projetos de Marta, afirma que não tem "preconceito" contra a candidata.

"Eu critico também o Maluf, que aprovou a esterilização na rede municipal, a Erundina, que colocou hospitais para fazer aborto, e o Alckmin, que integra um governo que não institui o ensino religioso nas escolas", afirmou ele.

EDITORIAIS /01/10/2000/QUÍMICA DO ABORTO

OS EUA acabam de liberar o uso da mifepristona, a pilula abortiva, para a interrupção voluntária da gravidez. A aprovação da droga, que já é utilizada há 12 anos na Europa, constitui um sério revés para os movimentos antiaborto.

No Brasil, o aborto, de acordo com a legislação de 1940, é permitido apenas nos casos de estupro ou de a gravidez ser potencialmente fatal para a mãe. A jurisprudência, contudo, vem autorizando a intervenção quando se constatam malformações fetais que inviabilizem a vida extra-uterina.

É claro que a legislação arcaica não evita que as mulheres tentem interromper a gravidez indesejada, mas certamente impede que o façam em condições mínimas de segurança. Na impossibilidade de recorrer ao hospital para fazer o aborto, apelam para métodos alternativos, que incluem drogas altamente tóxicas, inseticidas, pancadas na barriga e agulhas de crochê. Frequentemente morrem ou carregam sequelas da tentativa por toda a vida.

Devido ao fenômeno da subnotificação, é difícil chegar a um número preciso das mortes em consequência de tentativas de interromper a gravidez. Calcula-se que sejam realizados, no Brasil, 1,4 milhão de abortos clandestinos por ano, o que deixa um saldo de 6.000 mulheres mortas, segundo cálculo da ONG Rede Feminista de Saúde. O número de grávidas que se tornam inférteis ou carregam outras sequelas é ainda maior. Classificar o aborto como questão de saúde pública, portanto, é inevitável.

A grande objeção à legalização é de ordem ético-religiosa. No raciocínio dos setores mais conservadores, a vida começa com a concepção. Assim, a lei deve proteger o embrião desde o instante em que o espermatozóide fecunda o óvulo. Vale lembrar que, num Estado laico, ninguém é obrigado a partilhar das crenças religiosas de determinada igreja.

Em termos científicos, é no mínimo controverso precisar quando a vida começa. É inegável que o embrião seja vida em potência. Mas o conceito de vida potencial é amplo. Num certo sentido, até o espermatozóide é uma expectativa de vida, embora inegavelmente ainda não seja uma.

Uma abordagem positiva do problema exige uma discussão em outros termos. O mais sensato é afirmar que a vida deve receber proteção legal a partir do momento em que a lei assim o definir.

Legalizar o aborto não significa absolutamente fechar os olhos para o princípio do respeito à vida. Antes disso, é até valorizá-la.

O Instituto Alan Guttmacher, dos EUA, estima que uma mulher que pratique o aborto num país em que ele não é legalizado tem uma chance 275 maior de morrer no procedimento do que se o realizasse numa nação que não o criminaliza.

A sociedade não pode mais seguir ignorando essa terrível situação, que ainda tem um forte componente socioeconômico. Afinal, as mulheres mais ricas têm acesso a boas clínicas clandestinas e as mais pobres apelam para métodos mortíferos.

É um verdadeiro genocídio que não pode mais ser escondido sob o discurso de um respeito à vida que, ao fim, a menospreza.

06/10/2000/PAINEL DO LEITOR

Sobre aborto

"É de surpreender a argumentação do editorial 'Química do Aborto' (Opinião, 1º/10). Quer defender o aborto? Defenda. Quer considerar desprezível a vida do feto em favor da vida da mulher que aborta? Faça-o. Mas com decência e coerência. Pensemos com a cabeça: os fetos são vítimas da decisão dos que os abortam. As mulheres que abortam, quando sofrem as consequências, são vítimas da própria decisão de abortar. Elas correm o risco de uma espécie de opção provável pelo suicídio. Os fetos são puramente assassinados e de surpresa, sem qualquer ato culposos da parte deles. São as mais inocentes das vítimas. Não se quer, de modo algum, menosprezar a mulher que aborta. Não se menospreza o assassino que assassina, seja qual for a sua justificação. Apenas se afirma que o faz por decisão

própria. No caso do aborto, a assassina do feto corre o risco de estar se suicidando. No caso do assassino, ele corre o risco de ser punido pela Justiça. O que é preciso é que a sociedade acabe com as causas do aborto e com as causas de tantos outros males, e não que, por não conseguir fazê-lo, legalize tudo o que for contra a natureza humana." José Carlos Graça Wagner (São Paulo, SP)

*

"Parabenizo este jornal por ter a coragem de trazer o tema aborto para o centro das discussões. Como mulher que teve e tem condição de optar por não ter filhos, entendo que toda mulher deveria ter o mesmo direito. Sou católica e, em nome do respeito à vida, entendo que não se deva impor a alguém viver contra a vontade de quem por muito tempo será o responsável por sua vida. Ainda que muitas mulheres procurem abortar para não ter os filhos que não podem criar, o hipócrita discurso segundo o qual 'devem ser dadas as condições para que os criem' não tem como ser sustentado, pois, até que essas condições venham a existir, só teremos produzido uma massa de miseráveis não desejados, não amados. O tema aborto, controle da natalidade, métodos contraceptivos, ou planejamento familiar _como quiserem os que se sentem em desconforto com o assunto_ deve entrar na ordem do dia com a máxima urgência, na elaboração de políticas públicas de saúde, em respeito à vida dos que já estão vivendo e das vidas futuras." Ana Lúcia Amaral, procuradora regional da República (São Paulo, SP)

07/10/2000/PAINEL DO LEITOR

Sobre aborto

"Excelente o editorial 'Química do aborto' (Opinião, 1º/10), mas para provar que o colunista não sofreu as barbáries do aborto e, portanto, tem toda a liberdade para defender suas idéias que resultam em agressões contra a natureza humana. Aquele resultado 'positivo' do teste de gravidez fornecido pelo laboratório quer dizer alguma coisa? Chega de paliativos. Não se pode corrigir um mal com outro ainda maior. Enquanto estivermos colocando o homem como centro de tudo, não chegaremos a lugar nenhum, a não ser ao apodrecimento da sociedade, onde tudo é permitido. O que se tem feito de concreto pelas nossas crianças e adolescentes que precocemente já são vítimas de todo esse processo? Apenas propagandas, filmes, novelas e programas apelativos para aguçar o seu instinto sexual e desvirtuar os verdadeiros valores morais, que resultarão na defesa de critérios ditos em favor da vida." Geraldo Eustaquio Caroba (Brasília, DF)

*

"No último domingo não fui votar _Brasília não tem eleições para prefeito_, mas exerci meu direito de cidadã vibrando com o editorial 'Química do aborto'. Fiz a escolha certa quando optei por assinar a Folha. Parabéns por saírem na frente na defesa desse direito de nós, mulheres. Espero que, a partir de agora, possamos contar com um interlocutor de peso na luta para ampliação do direito ao aborto. A sociedade não pode mais ignorar a terrível situação com que se deparam centenas de milhares de mulheres quando optam por interromper uma gravidez indesejada e, na clandestinidade, pagam por essa insurreição até com a própria vida." Maria da Paz Cintra (Brasília, DF)

17/10/2000/PAINEL DO LEITOR

Editorial

"Diante da defesa da democracia não há isenção possível. O editorial de 15/10 ('Marta X Maluf, Opinião) foi desastroso. O bom jornalismo opta sempre pela ética e denuncia o autoritarismo, a fraude, o ilusionismo malufista. E se põe contra. Definitivamente. Contrapor a 'inexperiência' de Marta e o 'militantismo' do PT às barbaridades perpetradas pelo malufismo é que é ser parcial. Misturando as idéias, a Folha perdeu uma boa oportunidade de defender o leitor, o eleitor, o cidadão." Alexandre Hecker, professor de história contemporânea da Unesp (Assis, SP)

18/10/2000/PAINEL DO LEITOR

Editorial

"Apóio integralmente a opinião do prof. Alexandre Hecker, exposta no 'Painel do Leitor' de ontem. Posso também compreender a justificativa de 'neutralidade' que o jornal quer defender em seu editorial do último domingo ('Marta X Maluf', Opinião, 15/10). No entanto, é inaceitável _na medida em que postula abertamente a necessidade da chamada 'ética na política'_ que o jornal deixe de dar destaque ao grau (e volume) de sordidez e de reacionarismo da campanha do sr. Paulo Maluf. Se na TV (até quando?) há um certo comedimento, na rádio o ímpeto fascistizante corre solto. Ontem, por exemplo, após o debate de anteontem, o tema do aborto já fazia sua presença no rádio, com sangue e lágrimas escorrendo por todos os lados. A Folha _na sua serena 'neutralidade'_ fará ouvidos moucos diante desse estilo 'vale-tudo'?" Caio Navarro de Toledo (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/15/10/2000/OPINIÃO/EDITORIAIS**MARTA X MALUF**

CONFORME sua tradição, a Folha não endossa nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo. Seria desnecessário reafirmar princípio editorial arraigado na prática deste jornal se a conjuntura política paulistana não fosse tão incomum. Convergem para a candidatura do Partido dos Trabalhadores manifestações maciças de apoio dos mais variados setores da sociedade civil.

Existem razões para isso. O malufismo é o fiador dos últimos oito anos de calamitosa administração municipal em São Paulo. Durante o período em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade, desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção.

Contra Maluf no segundo turno, o ambiente convida à formação de uma frente calcada na idéia da recuperação moral da administração pública na cidade. De um ângulo imediato, poderia até fazer sentido uma adesão da Folha a essa congregação de forças. No calor dos fatos, a maioria dos leitores provavelmente chancelaria uma atitude desse tipo.

Mas é a perspectiva de longo prazo que faz este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática. É legítimo direito de outros veículos optar por engajar-se nesta ou naquela candidatura e, ao fazê-lo, estão amparados pela liberdade de expressão consagrada na Carta de 88. Mas a Folha continua a sustentar que o exercício de um jornalismo de fato independente e crítico pressupõe um drástico desatrelamento em relação a grupos, partidos e candidaturas.

Quando se confunde com forças que têm por objetivo controlar o Estado, o jornalismo arrisca-se a se descaracterizar como fonte independente de informação, a fazer de seu potencial crítico um mero instrumento para submeter grupos adversários. Manter-se distanciado do jogo dos partidos é uma garantia a mais de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação quando houver interesse jornalístico.

Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. Este jornal pretende assegurar tratamento igual a ambos os finalistas em termos de espaço e visibilidade no noticiário.

Nem por isso se deve esquecer que o malufismo encarna as piores tradições da política paulista: do engajamento com o regime militar no passado ao rol de irregularidades sempre mal-esclarecidas; da opção por obras caras e de impacto ilusório à praxe de adotar métodos de aliciamento clientelista e de promoção personalista do "chefe" _ não há nada nessa vertente política que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.

Ao mesmo tempo, a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa que no momento galvaniza apoios oriundos de quase todo o espectro político. Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis.

Sem qualquer experiência executiva, ela terá, se eleita, de se haver com o legado de dívidas bilionárias numa metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos. Caso se confirme, como tudo faz crer, a disposição atual do eleitorado, terá sido eleita por um partido que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder.

Com o distanciamento que a posição apartidária propicia, a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica voltadas para ambas as opções em jogo, embora reconheça que existem diferenças importantes e qualitativas entre elas.

24/10/2000/PAINEL DO LEITOR**Linha**

"A Folha vai escancarando sua linha petista que tentou camuflar até agora. A edição de 20/10 traz, sob forma de editorial, candente catilinária contra Paulo Maluf. E o artigo de Clóvis Rossi _ sempre tão lúcido_ beira à histeria. Ora, não é verdade que o PT sempre esteve de braço dado com os sem-teto, sem-terra e outros movimentos que, na essência, procuram minar politicamente o governo federal? E, também, não é verdade que a candidata Marta é favorável ao aborto e autora de um projeto de lei disciplinando a união entre homossexuais? Ora, se tudo isso é verdade, por que Maluf não pode explorá-lo em sua campanha? Por que se tratam de insinuações pessoais torpes, conforme alega Clóvis Rossi, e a exploração da frase 'estupra, mas não mata', extraída de um contexto, pode ser usada como se Maluf fosse favorável ao estupro? Por que a Folha, que rende homenagens a Marta, em nenhum momento e com um mínimo de isenção, não relaciona as obras realizadas pela administração Maluf, sem as quais a vida em São Paulo seria inimaginável? Tanta parcialidade apaixonada não honra a

tradição desta casa e empana a privilegiada inteligência de Clóvis Rossi." Saul Cordeiro da Luz (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/20/10/2000OPINIÃO/UM VERMELHO PRIMITIVO

Clóvis Rossi São Paulo

Não é o caso (ainda) de supor uma virada malufista em São Paulo. Se é verdade que Paulo Maluf (PPB) encurtou em nove pontos a diferença que o separava de Marta Suplicy (PT), é igualmente verdade que a petista leva uma vantagem cômoda de 23 pontos percentuais.

De todo modo, vale tentar entender por que a diferença caiu. Primeiro, convém reconhecer que Paulo Maluf é uma espécie de pit bull da política, com aguçado faro para descobrir como atingir a jugular do inimigo.

O problema, para ele, é que Marta parece ter a jugular protegida. Tanto que o máximo que Maluf conseguiu dizer dela, até agora, além de insinuações pessoais torpes, foi que a vida da petista é um "livro em branco".

O que seria uma crítica pode até ser um ativo eleitoral. Quando a maioria esmagadora do eleitorado não está gostando do livro escrito pelo atual prefeito, é razoável supor que prefira votar em quem não escreveu nada.

Talvez por isso Maluf tenha escolhido outra jugular, a do PT. E puxou do baú todos os fantasmas que levam um medo ancestral não ao cérebro, mas às tripas dos humanos. Pinta o PT como o partido da desordem, da invasão de prédios públicos, das greves, da dissolução da família pelo culto ao sexo livre ou pela propaganda das drogas _todo o estereótipo dos "comedores de criancinhas".

Parece primitivo. Mas faz algum efeito em especial entre aqueles que um sociólogo de renome, um certo Fernando Henrique Cardoso, chamou um dia de "lumpen burguesia".

Até porque o terreno estava adubado por bem-pensantes que decretaram que só um PT "light" ou "cor-de-rosa" teria direito a ser votado.

Que ninguém se espante, pois, se o próximo lance da propaganda malufista for avisar que uma eventual gestão Marta expropriará a sua casa para doá-la ao MST para plantar beterrabas ou qualquer outra coisa vermelha, bem vermelha.

NACIONAL/19/10/2000/BRASIL/DIFERENÇA ENTRE MARTA E MALUF CAI 9 PONTOS

Clóvis Rossi do conselho editorial

Uma violenta mudança na intenção de voto dos eleitores mais ricos provocou uma redução na vantagem de Marta Suplicy (PT) sobre Paulo Maluf (PPB), na disputa do segundo turno paulistano. No conjunto dos pesquisados, Marta perdeu cinco pontos percentuais e foi para 54%, ao passo que Maluf subiu de 27% para 31%, com o que a diferença se reduziu dos 32 pontos percentuais apurados na pesquisa do dia 11 passado para os atuais 23 pontos.

A nova pesquisa foi iniciada na terça-feira e fechada ontem, depois, portanto, do debate de segunda-feira na Rede Bandeirantes, o primeiro entre os dois adversários do turno final.

O debate pode ter tido algum peso na mudança no quadro, mas não parece ter sido significativo. Afinal, a maioria relativa dos pesquisados (39%) acha que Marta se saiu melhor, enquanto 29% preferiram o desempenho de Maluf.

O normal é que os eleitores de um candidato achem que ele se saiu melhor que o adversário, mas, nesse caso, a diferença a favor de Marta é menor do que a que a petista leva sobre Maluf.

De todo modo, menos da metade dos pesquisados (exatos 45%) viu o debate, e apenas 13% assistiram ou ouviram inteiro ao programa. E só 10% dos que pretendem anular o voto ou votar em branco viram inteiro o debate. O item em que houve de fato uma enorme variação é entre os eleitores que ganham mais de 20 salários mínimos. Marta despencou de 63% para 52%, ao passo que Maluf pulou de 20% para 35%. Ou seja, houve uma mudança de 26 pontos percentuais nesse segmento em uma semana.

Também entre os eleitores de renda média (entre 10 e 20 mínimos), a mexida foi substancial, embora algo menor. Maluf cresceu oito pontos, e Marta caiu dez.

A diferença entre os dois diminuiu também no eleitorado até dez salários mínimos, mas bem menos (a variação foi só de seis pontos em favor de Maluf).

É razoável imaginar que a ênfase da propaganda malufista, no segundo turno, contra o PT, em vez de contra Marta, pode ter despertado antigas desconfianças dos setores médios e ricos sobre o partido da líder na pesquisa.

Uma hipótese reforçada por outro dado: houve forte mudança de intenção de votos entre os que, no primeiro turno, escolheram Romeu Tuma (PFL), identificado naturalmente com a direita. No dia 11, Marta ganhava de Maluf, entre os eleitores que foram de Tuma, por 40% a 36%. Agora perde por 45% a 34%.

Entre os eleitores dos demais candidatos, a mexida foi bem menor ou nem sequer existiu (como no caso dos eleitores de Luiza Erundina). São elementos que reforçam a sensação de que a propaganda anti-PT fez algum efeito.

SÃO PAULO/19/10/2000/DIFERENÇA ENTRE MARTA E MALUF CAI 9 PONTOS

Clóvis Rossi do conselho editorial

Uma violenta mudança na intenção de voto dos eleitores mais ricos provocou uma redução na vantagem de Marta Suplicy (PT) sobre Paulo Maluf (PPB), na disputa do segundo turno das eleições para prefeito de São Paulo.

No conjunto dos pesquisados, Marta perdeu cinco pontos percentuais e foi para 54%, ao passo que Maluf subiu de 27% para 31%, com o que a diferença se reduziu dos 32 pontos percentuais apurados na pesquisa do dia 11 passado para os atuais 23 pontos.

A nova pesquisa foi iniciada na terça-feira e fechada ontem, depois, portanto, do debate de segunda-feira na TV Bandeirantes, o primeiro entre os dois adversários do turno final.

O debate pode ter tido algum peso na mudança no quadro, mas não parece ter sido significativo. Afinal, 39% de todos os entrevistados acham que Marta se saiu melhor, enquanto 29% preferiram o desempenho de Maluf.

O normal é que os eleitores de um candidato achem que ele se saiu melhor que o adversário, mas, neste caso, a diferença a favor de Marta é menor do que a que a petista leva, no geral, sobre Maluf (10 pontos apenas, contra 23 pontos).

De todo modo, menos da metade dos pesquisados (exatos 45%) viu o debate, e apenas 13% assistiram ou ouviram inteiro o programa. E só 10% dos que pretendem anular o voto ou votar em branco viram inteiro o debate. Entre os que viram (total ou parcialmente), 51% avaliam que Marta venceu, contra 36% para Maluf.

Em tese, são os eleitores mais suscetíveis de serem influenciados por esse tipo de programação.

O item em que houve de fato uma enorme variação é entre os eleitores que ganham mais de 20 salários mínimos.

Marta despencou de 63% para 52%, ao passo que Maluf pulou de 20% para 35%. Ou seja, houve uma mudança de 26 pontos percentuais nesse segmento em apenas uma semana.

Também entre os eleitores de renda média (entre 10 e 20 mínimos), a mexida foi substancial, embora algo menor. Maluf cresceu oito pontos, e Marta caiu 10.

A diferença entre os dois diminuiu também no eleitorado até 10 salários mínimos, mas bem menos (a variação foi só de seis pontos em favor de Maluf).

É razoável imaginar que a ênfase da propaganda malufista, no segundo turno, contra o PT, em vez de contra Marta, pode ter despertado antigas desconfianças dos setores médios e ricos sobre o partido da líder na pesquisa.

Uma hipótese reforçada por outro dado: houve forte mudança de intenção de votos entre os que, no primeiro turno, escolheram Romeu Tuma (PFL), identificado naturalmente com a direita, igualmente anti-PT.

No dia 11, Marta ganhava de Maluf, entre os eleitores que foram de Tuma, por 40% a 36%. Agora, perde por 45% a 34%.

Entre os eleitores dos demais candidatos, a mexida foi bem menor (a vantagem de Marta reduziu-se em cinco pontos entre os eleitores de Geraldo Alckmin, do PSDB) ou nem sequer existiu (como no caso dos eleitores de Luiza Erundina, do PSB).

São elementos que reforçam a sensação de que a propaganda anti-PT fez algum efeito.

Também entre eleitores de mais baixa instrução (até primeiro grau), houve uma variação maior do que nos dois outros segmentos. Maluf diminuiu 11 pontos a vantagem de Marta entre os menos instruídos, ao passo que, nos dois outros segmentos, a redução foi menor (de sete pontos entre os que têm até segundo grau e de três pontos entre universitários).

28/10/2000/PAINEL DO LEITOR

Posicionamentos

"Como ex-integrante da Comissão de Planejamento Familiar e Abortamento Legal do Hospital Municipal do Jabaquara (PAS), considero incrível o que está ocorrendo com o candidato Paulo Maluf em relação ao abortamento legal, como se verifica por sua entrevista publicada pela Folha, na qual, exaustivamente, repete 'sou contra o aborto'. Parece inacreditável que ele tenha se esquecido de ter sido o prefeito que sancionou lei obrigando os hospitais municipais a realizarem vasectomia e ligação de trompas nos casos determinados pela lei e sancionados por médicos e comissões multiprofissionais, além do abortamento legal, igualmente previstos na legislação (estupro e menores de idade

engravidades), que se ampliou, graças à visão de médicos e juizes, para casos de malformação fetal que impossibilitem a sobrevivência do bebê." Irede Cardoso (São Paulo, SP)

COTIDIANO/18/12/2000/DOCUMENTOS COBRAM AÇÕES DO SUS

Do Enviado Especial A Brasília

Enquanto as grandes linhas da saúde são debatidas às vezes aos gritos nas salas e salões da Conferência Nacional, pelos corredores um pequeno exército de "coletores de assinaturas" tenta convencer os delegados a apoiarem suas moções. Aqueles que conseguirem 250 assinaturas terão suas moções levadas hoje para julgamento do plenário. Os abaixo-assinados ilustram a variedade das corporações, queixas e necessidades. Abaixo, o que pedem algumas das moções:

_A instalação de uma CPI dos planos de saúde, devido aos aumentos abusivos e restrições no atendimento;

_O direito de os homossexuais doarem sangue: pelas regras atuais, são eliminados na triagem quando informam sua opção sexual;

_Que o SUS passe a pagar as ações de prevenção às DST-Aids, até agora financiadas pelo "Aids-2-Banco Mundial", programa que termina em 2002;

_Que o governo invista no desenvolvimento de tecnologia nacional, no barateamento dos custos dos medicamentos e garanta a qualidade dos produtos;

_Que o SUS passe a remunerar os procedimentos decorrentes do abuso de drogas, que tenha pessoal treinado para atender as ocorrências, como overdoses, e que não discrimine os dependentes;

_Que o SUS cumpra a lei, realizando os abortos nos casos de estupro e risco de vida para a mãe.

COTIDIANO/22/12/2000/DECISÃO INÉDITA EM ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS VAI ORIENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Conferência em Brasília aprova descriminalização

Aureliano Biancarelli Da Reportagem Local

Depois de 14 anos de derrotas em quatro conferências nacionais, a descriminalização do aborto foi aprovada pelo plenário da 11ª Conferência Nacional de Saúde. A conferência é um órgão colegiado com competência para propor políticas que serão adotadas pelo Ministério da Saúde.

"Foi uma vitória das mulheres e da cidadania", disse Eleonora Menecucci, da Universidade Federal de São Paulo e representante da Rede Feminista no Conselho Nacional de Saúde. Não quer dizer que o aborto tenha deixado de ser crime. Pelo Código Penal, a interrupção da gravidez só é permitida em caso de estupro ou risco de morte para a mãe.

Para que o aborto seja tratado como um problema de saúde e não crime, será preciso que os parlamentares aprovem um dos projetos de lei que aguardam no Congresso, dois deles de deputados petistas paulistas, Eduardo Jorge e José Genoíno.

Desde 1986, a proposta de descriminalização do aborto vem sendo derrotada por correntes ligadas à Igreja Católica. Dessa vez, o texto recebeu apoio de um leque de setores, do movimento negro às associações de ONGs, estudantes de medicina, CUT e partidos como PT e PC do B.

Para a médica Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança, a provação foi uma "manobra da mesa" que votou o texto na noite de terça, quando a maioria dos 2.500 delegados já tinha saído. Zilda Arns, que há 20 anos comanda a cruzada contra o aborto, sugeriu a realização de um plebiscito. "Tenho certeza de que essa decisão deixa de luto a imensa maioria dos brasileiros", disse. O argumento de Zilda Arns, que é o mesmo da Igreja, é o de que a vida começa no momento da concepção.

O argumento dos grupos pela descriminalização é o de que "o aborto é a primeira causa de morte materna no país", como afirma a médica Ana Maria Costa, da Universidade de Brasília. "A questão da saúde pública finalmente prevaleceu", diz a socióloga Guacira Oliveira, do Cfemea (Centro Feminista de Estudos).

EDITORIAIS/23/12/2000/ ABORTO E CRIME

Vai Crescendo o consenso de que a legislação sobre o aborto vigente no Brasil está ultrapassada. O plenário da 11ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) aprovou a descriminalização do aborto clandestino. A CNS é um órgão deliberativo do Ministério da Saúde e suas decisões se tornam diretrizes para a condução das políticas públicas na área sanitária.

Poucas questões são tão controversas quanto a do aborto. Os liberais o reconhecem como um grave problema de saúde pública. Calcula-se que ocorra 1.4 milhão de abortos clandestinos por ano no Brasil. Procedimentos malfeitos são a principal causa de mortalidade materna no país, deixando um

saldo anual de cerca de 6.000 vítimas fatais. Para os defensores da descriminação, a melhor forma de enfrentar o problema é trazendo-o para a legalidade.

A objeção dos setores mais conservadores é de ordem filosófica. Como a vida começaria na concepção, o aborto seria uma forma de assassinato. A ciência não é de muito auxílio nesse ponto. É claro que o embrião é vida em potência, mas espermatozoides e óvulos também o são. Não existe instante biológico a partir do qual se possa inequivocamente dizer "aqui há vida". O coração do feto, por exemplo, começa a bater na quarta semana; as ondas cerebrais surgem aos três meses; a respiração pulmonar só vem aos nove meses, com o nascimento. E não se pode afirmar que um destes elementos deva prevalecer sobre os demais.

O bom senso recomenda uma abordagem mais positiva da questão: o feto humano deve receber proteção legal a partir do momento em que a lei assim o definir. A polêmica desse modo sai do campo filosófico e vai para o prático. Vale lembrar que a legislação brasileira já diferencia com vigor aborto de homicídio, destinando à mulher que aborta uma pena máxima que é 1/10 daquela prevista para o homicídio qualificado.

Os países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa costumam permitir o aborto mais ou menos até a 24ª semana de gestação. Não há dúvidas de que o Brasil também caminha nessa direção. A decisão do CNS é um sinal claro. Resta saber quantas mulheres morrerão inutilmente até lá.

2001

01/01/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Parabéns à Folha pelo editorial referente à aprovação pela 11ª CNS da moção favorável à descriminalização do aborto ("Aborto e Crime", Opinião, pág. A2, 23/12). Embora discordando de que a questão deva ser tratada de modo prático, pois o direito das mulheres de interromper uma gestação indesejada ainda se coloca no plano filosófico e ético, a defesa da vida das mulheres, posição na qual se baseia o editorial, merece todo o nosso aplauso. Wilza Villela, médica, doutora em saúde coletiva, assistente de direção do Instituto de Saúde, SES/SP (São Paulo, SP)

02/01/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"A Folha tem adotado, sistematicamente, um tratamento objetivo e contemporâneo em relação ao tema do aborto. Na semana passada, o jornal foi o único órgão da grande imprensa que deu devida visibilidade à moção em favor da descriminalização do aborto, aprovada pelo plenário da 11ª Conferência Nacional de Saúde. Também publicou no dia 23 de dezembro um excelente editorial ('Aborto e Crime') sobre o mesmo tema, superando o 'mito' de que esse não é um assunto para tempos natalinos." Sonia Corrêa (Rio de Janeiro, RJ)

24/01/2001/PAINEL DO LEITOR

Bush e o aborto

"Quero parabenizar o presidente dos EUA, George W. Bush, pelo corte de verbas que eram entregues a ONGs e usadas para aborto. Lamentável que ONGs façam isso: matar fetos indefesos, onde está o início da vida. Bush interrompe o crime organizado." Afonso Hochreiter (São Paulo, SP)

25/01/2001/PAINEL DO LEITOR

Conservadorismo

"Parabéns à Folha pela sua incrível imparcialidade jornalística. Dizer que o governo de George W. Bush tende a ser conservador por cortar ajuda financeira a grupos internacionais que realizam ou defendem a legalização do aborto é o máximo da precisão jornalística. Afinal, o presidente americano está nada mais nada menos que 'conservando' mais vidas que, caso a ajuda continuasse, poderiam ser eliminadas." Rosano Humberto de Souza (São Paulo, SP)

18/04/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Recentemente, a Direção Nacional do PT 'obrigou' o governador petista do Mato Grosso do Sul a desistir do convite feito a um representante do PFL para que integrasse a equipe do governo daquele Estado. As razões do 'veto' petista ao governador estariam ligadas, segundo o PT, a um conceito

'pefelista' de ação política e de ética incompatíveis com o 'padrão' ético e político do PT. Será interessante ver, nos próximos dias, se Lula e José Dirceu também irão 'obrigar' o deputado federal petista Professor Luizinho a desistir do projeto de lei de sua autoria que facilita o aborto. Todos os eleitores, especialmente os cristãos, saberão se o respeito à vida faz parte do 'padrão' ético do PT." Francesco Scavolini, presidente do Comitê Antonio Di Pietro (São Paulo, SP)

20/04/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Gostaria de perguntar ao sr. Francesco Scavolini ('Aborto', 'Painel do Leitor', pág. A3, 18/4) se seria ético condenar uma pessoa a crescer sem o amor da família, virando mais um marginal na sociedade. Sim, pois como o sr. Scavolini é contrário ao aborto, deve preferir que as mães tratem seus filhos não-desejados como bastardos em vez de evitar esse sofrimento. Entre viver indignamente e não viver, fico com a segunda alternativa. No mais, até o século retrasado, a Igreja Católica considerava os fetos de até 40 dias como 'sem-alma'." Thales Alessandro de Carvalho (Brasília, DF)

30/04/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"O editorial 'Luxo Conservador' (Opinião, pág. A2, 29/4) vem mais uma vez demonstrar a coerência de um dos principais veículos de comunicação do país. A Folha tem adotado em relação ao debate do direito ao aborto um tratamento equilibrado e contemporâneo, destacando sempre as perversas consequências da ilegalidade dessa prática no Brasil. Uma postura humanista por parte da mídia é fundamental para que a questão do aborto seja debatida de forma serena e objetiva." Jacira Melo (São Paulo, SP)

*

"Queremos cumprimentar a Folha pela seriedade com que tem focalizado a questão do aborto em seus editoriais, discutindo, dentre outros aspectos, sobre as consequências sociais da proibição do direito ao aborto em nosso país. Ao referir-se à gravidade do problema da interrupção da gravidez no Brasil, o editorial "Luxo Conservador" enfatiza acertadamente as consequências, para a saúde das mulheres, do aborto praticado em condições inseguras, em especial as mortes e as sequelas a que estão sujeitas principalmente as mulheres pobres, em decorrência da legislação proibitiva". Maria Isabel Baltar (São Paulo, SP)

02/05/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Quero parabenizar a Folha pela coragem com que vem apostando no debate sobre a necessidade de descriminalização do aborto em nosso país. Acredito que essa atitude e o editorial 'Luxo conservador' (pág. A2, 29/4) contribuam não só com o debate mas com a conquista de um dos direitos humanos mais caros às mulheres, que é o de poder escolher sobre a sua vida reprodutiva." Elconora Menicucci de Oliveira, professora livre-docente da Unifesp/EPM (São Paulo, SP)

04/05/2001/PAINEL DO LEITOR

Aborto

"Chovem elogios (de mulheres, evidentemente) parabenizando a posição da Folha expressa no editorial 'Luxo conservador' (Opinião, pág. A2, 29/4). Porém não têm sido publicadas as opiniões divergentes. Nesse debate, fala-se muito da necessidade de descriminalização do aborto, do risco que correm as mulheres que recorrem à prática clandestina etc. Mas não se fala de um outro aspecto envolvido na questão: a morte de um ser indefeso. Antes de adotar uma posição diante do assunto, a Folha deveria mostrar às mulheres que elas, antes de desfrutarem da satisfação na relação sexual, precisam ponderar sobre as possíveis consequências decorrentes do ato, pois é melhor prevenir do que matar depois. As mulheres favoráveis à prática do aborto deveriam ser conscientizadas de que são donas de seu corpo, mas não podem decidir sobre a vida que nele se desenvolve. Deveriam ser alertadas de que o aborto é um crime contra a vida de quem não está em condições de se defender. Não há palavra que defina essa agressão covarde que não seja o termo assassinato. É preciso valorizar a vida, não a morte." José Geraldo de Oliveira (Guaratinguetá, SP)

EDITORIAIS/29/04/2001/LUXO CONSERVADOR

O TROPEL conservador nos EUA segue a galope. Na última quinta-feira, a Câmara aprovou o projeto da Lei das Vitimas Não-Nascidas da Violência. A proposta vai agora para o Senado. Sob o nome

pomposo, esconde-se um golpe no direito ao aborto, garantido pela interpretação que a Suprema Corte deu à Constituição em 1973.

O projeto estabelece penas para quem, no curso de um crime federal, causar dano a um feto ou a sua morte. Aparentemente isso é bastante razoável e justo. O problema é que as penas previstas são as mesmas que se aplicariam para a conduta, caso "os danos ou a morte sobreviessem à mãe da criança não-nascida".

Os defensores da medida não escondem que estão tentando estabelecer o reconhecimento, pela legislação federal, de que o feto tem os mesmos direitos de uma pessoa nascida. Com isso, a causa antiabortista ganharia força numa eventual reapreciação do caso pela Suprema Corte. Tampouco escondem que rerepresentaram o projeto porque o novo presidente do país, George W. Bush, é um opositor do direito ao aborto.

Vale notar que a atual Suprema Corte tem uma composição mais conservadora do que a que julgou o paradigmático caso Roe "versus" Wade. Não seria, portanto, impensável que, no futuro, o aborto deixe de ser um direito constitucional.

Enquanto isso, no Brasil, a questão segue sendo menos discutida do que deveria. Como sempre, os ônus recaem sobre a população pobre. Uma mulher rica pode até fazer um aborto legal, viajando para um país onde o procedimento seja permitido e submetendo-se a ele no estrangeiro.

Já as mulheres mais pobres estão obviamente impossibilitadas de seguir o mesmo caminho. Aliás, elas têm dificuldades até para utilizar-se dos serviços das clínicas clandestinas. Restam-lhes métodos "alternativos", que incluem drogas altamente tóxicas, inseticidas, pancadas na barriga e agulhas de crochê. Às vezes morrem e frequentemente carregam sequelas da tentativa por toda a vida.

A mulher pode, é claro, sempre optar por levar a gravidez a cabo. Essa é de fato, em muitos casos, uma escolha sensata. Mas há a possibilidade de não sê-lo. Uma garota pode ver-se obrigada a abandonar os estudos, condenando a si mesma e ao filho a jamais escapar do círculo vicioso da miséria. Só quem pode avaliar bem a situação é a própria mulher.

Num certo sentido, as consequências sociais da proibição do aborto são mais graves num país pobre como o Brasil do que seriam numa nação mais rica. Talvez os EUA, mais do que outros países, possam dar-se ao luxo de ser conservadores.

09/10/2001/PAINEL DO LEITOR

Amamentação

"A Organização Mundial da Saúde, ao recomendar seis meses de amamentação ('OMS recomenda 6 meses de amamentação', Cotidiano, pág. C8, 7/10), desconsidera que a mulher tem o direito, e não a obrigação, de amamentar. A mulher não tem obrigação de abrir mão da liberdade, do trabalho e do sucesso em prol dos filhos. Infelizmente, a medicina ainda vê a mulher como um animal reprodutor, a serviço dos filhos, e não como uma pessoa livre e igual ao homem. Tem uma plêiade de deveres e uns poucos direitos. Se a mulher não amamenta, é egoísta. Onde estão a OMS e os médicos para lutar a favor da saúde física e mental da mulher? Para lutar pela legalização do aborto?" Simone Andréa Barcelos Coutinho (São Paulo, SP)

29/11/2001/PAINEL DO LEITOR

Bioética

"Que bioética é essa que se está propondo? De dois pesos e duas medidas? Quer dizer que uma mulher estéril, para satisfazer seu desejo de botar um indivíduo no mundo, tem o direito de destruir vários embriões em clínicas de reprodução assistida enquanto uma mulher que opta por um aborto é condenada moralmente por suprimir um único embrião? Quer dizer que a destruição de óvulos fertilizados é justificada pela tal reprodução assistida para que se realize um sonho de ser mãe, mas não o é pela clonagem terapêutica, que pode ser, no futuro, a salvação da vida de pessoas com doenças incuráveis como o câncer?"

Mas, já que o câncer dá lucros faraônicos à indústria farmacêutica, eu pergunto: é bioética ou biomercado?" Felipe Augusto Witthinrich Lins (Florianópolis, SC)

FOLHA DE S.PAULO as drogas

01/01/96/ PAINEL DO LEITOR**Política de drogas**

"No artigo do brilhante repórter Fernando Molica há uma conclusão questionável: a de que a nova política de drogas vai favorecer os ricos, conforme tradição legislativa brasileira. Basta fazer um levantamento no fórum do Rio para se constatar que os processos contra consumidores de drogas se concentram nas áreas mais pobres. Nas ricas, funciona o suborno. Basta também fazer, conforme já mostrou o jurista Tício Lins e Silva, um levantamento dentro das cadeias para ver que mesmo os processos contra os chamados traficantes atingem os mais pobres. Cerca de 60% dos que cumprem pena por tráfico de drogas não têm nem sequer dinheiro para contratar um advogado e recorrem à defensoria pública. Na verdade, tanto no campo do consumo como no do tráfico quem vai para a cadeia são os mais pobres. Como explicar que a maioria dos 'traficantes', condenados por um crime que supõe organização e capacidade material, seja na verdade de quase indigentes? Molica parte do princípio de que quem fuma maconha é a classe média abastada. Na verdade, o consumo transcende os limites do Posto 9." Fernando Gabeira, deputado federal pelo PV-RJ (Brasília, DF)

Resposta do jornalista Fernando Molica _ O artigo reconhece que o projeto representa um avanço na discussão sobre drogas. Não há nele o pressuposto de que o consumo de drogas seja restrito aos mais ricos: procurei apenas analisar como a nova legislação poderia interferir na vida de dois grupos específicos. Os dados citados na carta a respeito da condição social dos presos por tráfico reforçam a importância de não deixar que a discussão sobre drogas seja encerrada com a eventual aprovação do projeto.

NACIONAL/22/12/95/ OPINIÃO/ENTRE APITOS E BALAS

Fernando Molica Rio de Janeiro

O Congresso Nacional discute uma proposta que elimina a possibilidade de cadeia para o usuário de drogas e aperfeiçoa a repressão ao tráfico.

Ontem, aqui neste mesmo espaço, foram citados dois grupos de jovens que, em comum, têm apenas o universo das drogas: uns fumam maconha na praia de Ipanema; outros fazem tráfico em favelas.

Os primeiros brincam com a polícia que tenta reprimir a prática: usam apitos para avisar o resto do grupo que está na hora de apagar o bascão.

Os outros não têm lá muito tempo para brincadeiras. Entre eles, as drogas são, em primeiro lugar, produtos que devem ser comercializados. Na falta de outras opções, é um trabalho. Só que, por aqui, a polícia não é recebida com apitos, mas com balas.

Os primeiros vivem na mesma órbita dos legisladores. Ao deixar de punir o consumo, nossos parlamentares atendem a um certo clamor social e previnem eventuais problemas domésticos.

O projeto é um avanço: permite, ainda que de forma tímida e indireta, abrir caminhos para uma discussão que reconheça diferenças entre dependentes e simples consumidores de drogas.

A sociedade, afinal, há muito diferencia alcoólatras dos que apenas bebem com alguma frequência. Isso em país em que o tolerado e até incentivado consumo de cachaça supera o de cocaína em quantidade e em geração de problemas.

O projeto carrega uma contradição: na prática, o consumo de drogas será liberado, mas a repressão ao abastecimento desse mercado deverá ser aperfeiçoada.

Mas o objetivo da repressão ao tráfico não é dificultar o consumo? Se não há maiores problemas no consumo não seria mais lógico partir para a discriminação total?

Se aprovada, a lei vai ser boa para o primeiro grupo e péssima para os integrantes do segundo: estes deverão ter maiores dificuldades para abastecer seus clientes, inclusive os da galera do apito.

Pior: se a polícia chegar na hora da transação, os primeiros ficarão sem as drogas; os outros irão para a cadeia. Não dá para negar que, apesar de suas boas intenções, a lei honra uma tradição brasileira: alivia os mais ricos e dificulta a vida dos mais pobres.

02/01/96/ PAINEL DO LEITOR**Exame de consciência**

"Quero ver daqui a alguns anos o exame de consciência do ministro Nelson Jobim e da Folha, que também apóia a discriminação das drogas, quando o Brasil se tornar um grande centro de consumo e tráfico de entorpecentes." Ernani Ronaldo Giannico Braga (Guaratinguetá, SP)

NACIONAL / 22/11/95/ COTIDIANO/PROJETO REDUZ PENA PARA DROGADO**Proposta substitui prisão por medidas educativas e restrições de direito para usuários de drogas**

Aureliano Biancarelli Da Reportagem Local

O fim da cadeia para usuários de drogas e a diminuição das penas para pequenos traficantes podem virar lei nos próximos meses. O ministro da Justiça, Nelson Jobin, estuda proposta nesse sentido elaborada pelo Confen (Conselho Federal de Entorpecentes). O projeto está longe de significar a descriminalização das drogas _já sugerida pelo próprio ministro_, mas significa um abrandamento das penas para o usuário e dá maior mobilidade ao Judiciário.

A lei atual é de 1976 e coloca num mesmo prato consumidores eventuais e traficantes de pequeno ou grande porte. Todos são punidos com cadeia. O documento atual substitui a prisão por medidas educativas e restrições de direito para usuários e aqueles que cedem drogas a amigos. As restrições podem significar perda do passaporte ou da carta de motorista por determinado período. Também cria a figura do usuário-traficante, aquele que vende com o objetivo de conseguir dinheiro para manter sua própria dependência. Para o traficante, as penas devem variar de acordo com a gravidade, a quantidade e as circunstâncias do delito.

Se quiser, o ministro Jobin pode encaminhar a proposta ao Congresso como projeto de lei do executivo, o que apressará a votação. Nos últimos cinco anos, meia dúzia de projetos estavam empacados no Congresso, o que levou a mesa da Câmara a criar uma comissão especial para cuidar do assunto.

O deputado Urcisino Queiroz (PFL-BA), relator da comissão, optou pelo projeto do deputado José Elias Murad (PSDB_MG), acrescentando substitutivos.

As duas propostas _do Confen e a da comissão_ têm pontos em comum. O ministro Jobin poderá, inclusive, optar por uma fusão dos dois projetos, deixando à comissão especial o comando do processo.

De todo modo, o aval do ministro deve apressar a votação. Seguindo os trâmites normais, a nova lei pode demorar anos.

"Não gostaríamos que o projeto do ministro atropelasse o nosso", diz Murad. "Seria melhor chegarmos a um acordo."

O projeto do Confen foi elaborado pelo presidente do conselho, Luiz Matias Flach, com assessoria de dois juristas da UNDCP, órgão das Nações Unidas para o controle de drogas. O documento foi aprovado pelos representantes dos vários ministérios, da Associação Médica Brasileira, Polícia Federal e juristas que formam o Confen.

"A posição política do governo está mantida na proposta", diz Flach, um gaúcho que já foi delegado de drogas, juiz e defensor da despenalização do uso de drogas. "O uso de drogas permanece em desconformidade com a lei, mas as penas são menos marginalizantes e mais reintegradoras."

26/02/96/ PAINEL DO LEITOR

Consumo de drogas

"A reportagem 'Para advogados, apitar em Ipanema é exercer cidadania' apresentou os depoimentos de dois ilustres advogados, que dizem o seguinte: 'À luz do contexto social, elas se constituem em manifestações legítimas de cidadania', afirma o advogado criminalista Maurides de Melo Ribeiro. O seu colega, advogado Alberto Zacharias Toron, também atuante na área criminal e, pasme o senhor, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, concorda. Ouso divergir: o caso não se trata de apitar ou não. É notório que os supostos apitadores são, também, usuários da droga fumada na praia de Ipanema, e a conduta dos portadores de apitos consiste em apitar, quando da aproximação da polícia, com o intuito de avisar aos demais usuários. E, com isso, evitar o flagrante por porte e uso de entorpecentes, o que ainda é crime no Brasil. Portanto, é fácil observar que a conduta dos apitadores de Ipanema pode ser perfeitamente enquadrável no artigo 14 da lei 6.368/76. Apitar na praia de Ipanema, quando se reúnem pessoas que fazem uso de drogas, não é cidadania, mas crime previsto no artigo 12, parágrafo 2º, I, da lei 6.368/76." Israel Alves de Araújo (São Paulo, SP)

*

"Há tempos venho seguindo as notícias sobre maconha e cada vez entendo menos. Agora é a vez da primeira-dama, Ruth Cardoso, dizer que devemos legalizar o uso. Li também há tempos que 'Cannabis Sativa' é comida de passarinho; portanto, as senhoras gestantes podem dar aos seus bebês recém-nascidos um pouquinho, que acredito também não irá fazer nenhum mal." Jairo Sguassábia (Lindóia, SP)

NACIONAL /10/02/96/ COTIDIANO/PARA ADVOGADOS, APITAR EM IPANEMA É EXERCER CIDADANIA

Lei assegura direito de distribuir panfleto propondo descriminalização da maconha

Eunice Nunes Especial para a Folha

É crime apitar para avisar aos que fumam maconha da chegada da polícia? É crime distribuir panfletos difundindo o uso do apito ou em defesa da descriminação das drogas? É crime tocar músicas propondo a legalização ou usar roupas e acessórios que propalem essas idéias?

"É tudo uma questão de interpretação. Numa visão legalista e isolada da lei, tais condutas seriam criminosas. Mas se a lei for interpretada à luz do contexto social, elas constituem-se em manifestações legítimas da cidadania", afirma o advogado criminalista Maurides de Melo Ribeiro.

Alberto Zacharias Toron, também advogado criminalista e presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo (Conen-SP), concorda. "A Constituição assegura às pessoas o direito de emitir suas opiniões e críticas. É legítimo externar opinião sobre a conveniência ou não de criminalizar-se o uso de drogas", diz.

Toron cita, como exemplo, um caso ocorrido em São Paulo nas eleições de 1982. Na época, uma candidata a deputada defendia a descriminação do uso da maconha. Foi processada criminalmente, com base no artigo 12 da Lei de Tóxicos (leia quadro ao lado), por incentivar o uso de drogas. A Justiça decidiu absolvê-la, porque entendeu que discutir a respeito de uma prática criminosa é um direito do cidadão.

"Incentivar o uso de drogas é quando a pessoa exalta as qualidades da droga e conclama os outros a usarem. Não é isso que tem ocorrido", explica Toron.

Na opinião dos dois criminalistas, o uso do apito em Ipanema representa um movimento típico de desobediência civil. "As pessoas organizaram-se e criaram mecanismos de defesa para resistir à ação repressiva da polícia. Esta conduta não é criminosa, porque de nenhuma maneira a droga foi distribuída ou houve conclamação ao uso", diz Toron.

Para Ribeiro, o objetivo do movimento é suscitar o debate e sensibilizar o Congresso a mudar a legislação vigente. Quanto à distribuição de panfletos propondo a descriminação das drogas, músicas que tratam do assunto, roupas que façam alusão ao tema, são manifestações culturais, ideológicas e políticas de descontentamento com relação às normas em vigor.

"Mas, além disso, traduzem um padrão cultural em que valores hoje considerados anti-sociais ou desviantes são por essas manifestações tidos como não nocivos ou até positivos. Só 'forçando a barra' poderiam ser enquadradas como crime previsto na Lei de Tóxicos", interpreta Toron.

Em todos os casos citados, quando ocorre a incriminação, ela dá-se com base no artigo 12 da Lei de Tóxicos. Prevê esse dispositivo (parágrafo 2º, incisos 1 e 3) pena de reclusão de 3 a 15 anos mais multa para quem induz, instiga ou auxilia alguém a usar entorpecente, ou contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico de drogas.

Para Ribeiro, é preciso mudar a atual política de combate às drogas, que já se mostrou equivocada e ineficaz. "A simples repressão não resultou na diminuição do número de usuários nem conseguiu reprimir o tráfico", argumenta.

Na mesma linha de raciocínio, Toron sustenta a necessidade de implantação de programas de prevenção com atuação motivadora.

NACIONAL / 10/02/96/ OPINIÃO/EDITORIAL/RUTH E A MACONHA

Com a defesa que fez da descriminação da maconha, a antropóloga e primeira-dama, Ruth Cardoso, torna-se mais uma das vozes que vem engrossar o coro daqueles que desejam ver o usuário da Cannabis sativa deixar de ser um criminoso.

Trata-se de uma droga menos destrutiva do que a cocaína ou mesmo o álcool, mas não se pode excluir o risco de que uma generalização do uso desse narcótico se transforme em problema de saúde pública. Afinal o abuso da maconha está claramente associado ao fenômeno da síndrome paranóide.

Ruth Cardoso também reiterou que defende a descriminação e não a legalização. Entra-se aqui numa polêmica interessante, em que ambos os lados têm bons argumentos. Os defensores da legalização afirmam que essa é a melhor maneira de lutar contra o narcotráfico, que tem seus ganhos fabulosos apenas em virtude da proibição. De resto, se se cobrassem pesados tributos sobre a droga haveria recursos para campanhas de prevenção e mesmo para o tratamento dos viciados.

Os adversários dessa tese argumentam que a maconha é hoje pouco importante para os cartéis que encontram sua principal fonte de lucros em drogas mais pesadas. Para de fato acabar com o poder dos barões da droga e toda a violência que cerca sua atividade seria necessário legalizar todas as drogas, sabe-se lá com quais impactos para a saúde pública.

É uma discussão de fato complexa, mas à qual os especialistas não mais podem se furtar. O crime organizado está causando vítimas e jovens muitas vezes normais ou mesmo doentes estão sendo encarcerados ao lado de bandidos realmente perigosos.

NACIONAL /10/02/96/ COTIDIANO/RUTH CARDOSO VIRA MUSA DE USUÁRIO DE MACONHA NO RIO

Ela afirmou anteontem ser a favor da descriminação da droga

Da sucursal do Rio e da reportagem local

O Posto 9, na praia de Ipanema (zona sul do Rio), tem desde ontem uma nova musa: a primeira-dama Ruth Cardoso. Frequentadores da praia aprovaram a defesa que Ruth fez da descriminação da maconha.

A entrevista da primeira-dama anteontem no "Programa Livre", do SBT, foi o assunto do dia nesse trecho da praia, onde jovens têm usado apitos para alertar os usuários de maconha sobre a presença de policiais.

"É muito forte uma declaração dessas. Ela foi super sensata", disse o músico Thiago Miranda, 20. Dois estudantes que não quiseram se identificar também elogiaram a primeira-dama e disseram que a declaração "deu uma força à campanha".

O secretário da Segurança Pública do Rio, general Nilton Cerqueira, disse que vai continuar reprimindo o uso de drogas: "É a opinião de uma cidadã e devemos respeitar a opinião dos cidadãos. A lei tem de ser cumprida no país. Só isso."

O secretário da Segurança de São Paulo, José Afonso da Silva, não quis comentar as declarações da primeira-dama. No entanto, anteontem pela manhã, ele afirmou que a descriminação "pura e simples não basta".

"A descriminação não deve acontecer", afirmou José Francisco Leigo, do Denarc (Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos). Leigo também não comentou as declarações de Ruth Cardoso.

NACIONAL/10/02/96/COTIDIANO/'ESTAMOS UMA DÉCADA ATRASADOS'

da reportagem local

A polêmica provocada pela primeira-dama Ruth Cardoso ao defender a descriminação da maconha "mostra que estamos atrasados pelo menos uma década". A opinião é do psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, diretor do Proad, um centro de prevenção e tratamento de drogas da Escola Paulista de Medicina.

Segundo Silveira, o país já deveria estar discutindo a legalização da maconha, com a qual Ruth disse não concordar. "Estudos americanos provam que 90% dos que usam maconha não ficam dependentes", disse. "De todo modo, dona Ruth prestou um grande serviço, especialmente por ser uma profissional que goza de grande respeitabilidade."

Anthony Wong, diretor do Centro de Toxicologia do Hospital das Clínicas, disse que "permitir o álcool e o cigarro e proibir a maconha é ignorância e hipocrisia". "A atitude de dona Ruth Cardoso foi corajosa. Vai permitir uma discussão necessária. A repressão às drogas gera violência e injustiça."

29/02/96/ PAINEL DO LEITOR

Estratégia errada

"Lamentável _para alguém como eu, que teve dois irmãos assassinados, uma irmã tendo sofrido duas tentativas de estupro, mãe assaltada com revólver no peito, desencadeando o uso do marcapasso, para ser roubada no dinheiro da feira, e uma tia tendo o pulso cortado para ser roubada a bolsa, como também há 18 anos convivendo com crianças, adolescentes e jovens com seus vários casos de violências, sofridas e praticadas, na Capela do Socorro e Parelheiros_ saber que a discussão em torno de drogas concentra-se em liberar ou não a maconha, como também procurar um 'jeitinho brasileiro' de desarmar a população como solução para a violência. Gostaria de aproveitar este espaço para informar que na periferia maconha é coisa de 'Maria Fumaça', droga mesmo é o crack, e que quem tem arma não parece disposto a trocá-la por nada. Sugestão: tentem combater a violência com democracia social urgente: isso quer dizer saúde, alimentação, educação, moradia, lazer e, o mais difícil, salário digno." Luiz Carlos dos Santos, coordenador do Centro Pastoral de Orientação e Educação à Juventude (São Paulo, SP)

27/05/96/ PAINEL DO LEITOR

Paraísos fiscais

"A comunidade internacional deve concentrar forças no combate aos paraísos fiscais. Se o criminoso do colarinho branco colocar seu dinheiro num desses locais, não haverá pena eficaz em seu país, porque a privação da liberdade, a multa ou confisco serão inúteis. Quantos não optariam por cinco, dez anos de prisão para verem garantidos seus milhões de dólares à espera de uma vida rica?! Por outro lado, quem sustenta o narcotráfico que comanda os países da América do Sul? Os grandes

consumidores das drogas, que são os países de Primeiro Mundo, em especial os Estados Unidos. Não serão tais comunidades poderosas que mantêm os paraísos fiscais e que alimentam nossa produção de maconha e de cocaína?" Fábio Bittencourt da Rosa, juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre, RS)

25/07/96/ PAINEL DO LEITOR

Esclarecimentos

"Dirijo-me à Folha para referir-me à reportagem 'Peru acha cocaína no avião presidencial', publicada na seção Mundo da edição do dia 22 de julho, a qual reproduz um texto publicado no jornal londrino 'The Independent'. O mencionado texto contém uma série de equívocos grosseiros, os quais, por afetar a imagem do presidente Fujimori e induzir seus leitores a erros, creio ser necessário esclarecer. Devo enfatizar que somente até o mês de janeiro deste ano o avião a que se refere o texto esteve a serviço do senhor presidente. Portanto é falso que a cocaína encontrada no mês de maio tenha sido descoberta '...no avião presidencial', como diz 'The Independent', porque se tratava _já naquele momento_ de uma aeronave militar, estando a Justiça peruana dedicada atualmente a investigar o caso. Finalmente, desejo acrescentar que o governo do Peru está comprometido em uma luta frontal contra o flagelo das drogas, o que se faz patente nas recentes disposições legais promulgadas, nas prisões realizadas e nas severas penas impostas aos culpados no Peru, bem como na posição militante assumida pelo meu país nos foros internacionais e na cooperação internacional para o combate ao tráfico ilícito de drogas." Alejandro Gordillo Fernandez, embaixador do Peru (Brasília, DF)

NACIONAL /22/07/96/MUNDO/ALBERTO FUJIMORI ADMITE LIGAÇÃO ENTRE CARTÉIS DE DROGAS E MILITARES, APÓS APREENSÃO FEITA EM MAIO

Peru acha cocaína no avião presidencial

do "The Independent"

A polícia peruana encontrou cocaína no DC-8 presidencial, que se preparava para decolar para uma viagem em direção à Europa.

O presidente Alberto Fujimori não estava a bordo, mas membros da Força Aérea peruana disseram aos seus mecânicos que eles eram parte de uma "missão secreta". Eles não estavam mentindo, mas definitivamente não se tratava de nenhum "assunto de Estado".

O avião nunca decolou. Parado na base número oito da Força aérea, no aeroporto de Callao, próximo ao aeroporto internacional de Lima, a polícia peruana e oficiais da Força Aérea iniciaram uma investigação.

Por trás das painéis, onde os guarda-costas do presidente muitas vezes se sentavam, eles acharam 174 kg de pura cocaína, avaliada em cerca de US\$ 6,8 milhões, pelo preço do mercado.

A descoberta, ocorrida em 12 de maio, foi apenas uma das muitas envolvendo drogas e oficiais da Força Aérea e Marinha. Naquele dia, foi noticiado que se tratava de "um avião militar".

Mais de 200 militares do Exército do país já foram julgados por cortes oficiais nos últimos anos, por envolvimento com o narcotráfico. Mas os peruanos acreditavam que os outros membros das Forças Armadas estavam inocentes.

A Marinha ordenou uma verdadeira busca em todos os navios de guerra e cargueiros depois que foi encontrada cocaína em dois cargueiros da Marinha, no início deste mês, um em Callao, o outro em Vancouver, no Canadá.

Em cada um deles foram encontrados 45 kg de cocaína, escondidos na sala das máquinas. Uma quantidade não muito grande para ser notada em um navio, mas o suficiente para enriquecer seus donos.

Depois da apreensão de drogas no jato presidencial, 16 oficiais da Aeronáutica ou técnicos pessoais, incluindo um membro do grupo de pilotos de elite do presidente Fujimori, foram detidos. O avião deveria fazer paradas nos EUA e Europa Oriental e Ocidental.

Antecedentes

Os detidos afirmaram que o avião _um dos dois usados pelo presidente em suas viagens internacionais_ já havia, por várias vezes, transportado cocaína, às vezes com o próprio presidente Fujimori a bordo. Segundo a polícia peruana, Fujimori não sabia.

"Eu não posso negar que tem havido infiltração (de grupos de traficantes nas Forças Armadas) em um certo nível; mas capturar aquela quantidade de cocaína é uma boa notícia", disse Fujimori após o ocorrido.

"Mas notícias teriam sido se 20 kg de cocaína tivessem sido transportados para a Europa sem que conseguíssemos descobrir. E o achado tivesse ficado por conta das autoridades européias."

O Peru é o maior produtor de folhas de coca do mundo, que serve para a fabricação da pasta que, depois de refinada, se transforma em pó. Folhas de coca são facilmente encontradas em cafés e lojas.

02/08/96/ PAINEL DO LEITOR

"Trainspotting"

"Minha representação contra o filme 'Trainspotting' baseou-se num artigo do jornal 'The New York Times'. A fotografia mostra uma cena de beijo com o uso de uma pastilha branca de heroína na língua do rapaz que se atrita com a língua da moça. O sócio da Pandora Filmes, patrocinador do 'Trainspotting', deve visitar urgentemente um centro de recuperação de drogados levando consigo sua filha de dez anos para sentir a decadência da juventude com o uso de drogas. Não defendo a censura, mas, sim, a juventude, incluindo a filha do sócio da Pandora Filmes." Bension Coslovsky, advogado (São Paulo, SP)

NACIONAL /30/11/96/ ILUSTRADA/DROGAS SÃO O 'ALVO' BRASILEIRO

da Reportagem Local

Depois da abertura política, o que se esperava para as artes a partir da segunda metade da década de 80 era a ausência da censura.

Mas, ainda que muitas vezes distante de um tom explicitamente político, a proibição continuou presente.

Um dos mais ruidosos casos aconteceu em 1986 com o filme "Je Vous Salue Marie", do cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard. O filme, por pressões da Igreja Católica, não teve distribuição em circuito nacional.

Neste ano, quatro casos se destacaram na mídia.

Em agosto, o advogado Bension Coslovsky, por meio de uma representação na Procuradoria Geral da Justiça, pediu busca e apreensão imediata das cópias de "Trainspotting".

Para o advogado, o filme _que conta o dia-a-dia de um grupo de viciados em heroína_ incentivaria o uso de drogas.

"Trainspotting" acabou sendo liberado para a exibição.

Outro caso envolvendo drogas aconteceu com a banda brasileira Planet Hemp, que teve seus shows proibidos em várias cidades. O motivo alegado foi apologia à maconha.

Já a acusação sobre o cantor e palhaço Tiririca se referiu ao racismo, em consequência da canção "Veja os Cabelos Dela".

E, por fim, as cópias do filme "Corisco & Dadá", do cineasta Rosemberg Cariry, foram apreendidas a pedido das filhas do casal de cangaceiros, tema do filme.

A acusação foi a "invasão indevida da privacidade". A família pede uma indenização em dinheiro.

14/08/96/ PAINEL DO LEITOR

"Pronto, acharam o culpado pela violência em São Paulo, talvez do Brasil. Não poderia ser outro, d. Paulo Evaristo Arns. Tanto a sra. Hebe Camargo em seu programa de TV (12/8) quanto o pai de um rapaz assassinado em São Paulo citam d. Paulo. D. Paulo deve ser, também, culpado pela péssima distribuição de renda em nosso país, assim como pelas péssimas condições das áreas públicas de saúde, educação, moradia e segurança. Deve ser, também, culpado pelos péssimos governantes deste país, rombos bancários, corrupção, tráfico de armas, drogas e influências etc. etc." Luiz Carlos dos Santos, coordenador do Centro Pastoral de Orientação e Educação à Juventude (São Paulo, SP)

25/09/96/ PAINEL DO LEITOR

Robocop carioca

"Esse tal general Nilton Cerqueira está a dever explicações à sociedade brasileira. São detalhes escabrosos tais como o fato de um único tenente do temido 9º Batalhão da Polícia Militar ter matado 'em combate' nos últimos meses 17 homens acusados de integrar o tráfico de drogas. Note-se que é notório o poderio de fogo dos traficantes do Rio. Trata-se do Robocop carioca. Ou isso teria a ver com a política de premiações e promoções estabelecida pelo governo Alencar para os policiais que matam?" Edmilson Oliveira da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

02/10/96/ PAINEL DO LEITOR

Epidemia

"O consumo de drogas tem uma semelhança com o modismo.

Só com investimento na educação, um constante trabalho de conscientização da família e com ações de prevenção poderemos combater essa epidemia que tantos malefícios traz à humanidade." Elisabeth Massuno (São Paulo, SP)

07/11/96/ PAINEL DO LEITOR**Cacoal**

"A irresponsabilidade de um repórter, a falta de informação de uma pesquisadora, o desejo de autopromoção dos dois e a falta de confirmação da idoneidade e credibilidade das fontes pela revista 'Veja' levaram à publicação da reportagem 'Drogas _A verdadeira economia clandestina' na edição nº 1.465. A reportagem mostra que quem efetuou a pesquisa nada entende dos mecanismos das instituições financeiras e do próprio Sistema Financeiro Nacional, bem como da geografia econômica da região. Dizer que Cacoal não tem traficantes seria querer tapar o sol com uma peneira. Toda cidade brasileira tem. Não estou querendo defendê-los, bem longe disso. Defendo a Cacoal onde fixei residência. Essa Cacoal paralela eu não conheço. É lamentável que, conforme a reportagem, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que eu tinha em bom conceito, tenha cancelado um estudo com pesquisa sem base científica e que a geógrafa Lia Machado não conheça a geografia econômica do Estado de Rondônia. Por que não encaminharam dita reportagem à Polícia Federal com nomes, dados e rotas para que fosse efetuada uma investigação séria com prisão dos envolvidos? Nossa polícia, apesar da falta de recursos, é eficiente. E para isso é mantida. Por que não fizeram uma reportagem englobando a beleza e riqueza de nossa região para incentivar os investimentos produtivos?" Francisco Ferreira Fontenele (Cacoal, RO)

27/11/96/ PAINEL DO LEITOR**Incentivo**

"As tiras 'Dox Jorge', de Glauco, e outras mostram o lado gozado (?), descontraído (?) e informal (?) das drogas. É preciso fazer esse tipo de humor? E a Folha tem mesmo que publicá-lo? Essas histórias mostram que não há drama em usar drogas. E não venham dizer que não há incentivo nisso." João Antonio Munhoz (São Paulo, SP)

01/12/96/ PAINEL DO LEITOR**Campanha contra drogas**

"Foi com grande satisfação que assistimos em 20/11 ao lançamento da Campanha Nacional Contra o Abuso de Drogas Entre Jovens, promovida pela Associação Parceria Contra Drogas, no Instituto Cultural Itau e noticiada por este veículo de comunicação." Cláudio Augusto Rosa Lopes, diretor-presidente da Comunidade Terapêutica Dr. Bezerra de Menezes (São Paulo, SP)

NACIONAL/21/11/96/ COTIDIANO/CAMPANHA ANTIDROGAS É LANÇADA EM SÃO PAULO

da Reportagem Local

Foi lançada ontem em São Paulo a maior campanha publicitária de combate ao uso de drogas no Brasil, segundo o Confen (Conselho Federal de Entorpecentes).

A campanha, organizada pela Associação Parceria Contra Drogas, está orçada em R\$ 40 milhões anuais e deverá durar cinco anos.

A Associação Parceria contra Drogas é uma entidade _criada em março deste ano_ formada por agências de propaganda, empresas e institutos de pesquisa, que tem como objetivo produzir e veicular campanhas antidrogas.

Segundo o presidente da entidade, Paulo Heise, apesar de o custo da campanha ser alto _a cifra coloca a associação entre os 20 maiores anunciantes do país_ a entidade não deverá desembolsar esse dinheiro porque contaria com espaços gratuitos fornecidos por televisões, rádios, revistas, jornais e pela Central de Outdoor.

Os primeiros comerciais de TV devem começar a ser veiculados amanhã. A campanha é nacional.

Segundo Heise, a associação possui uma comissão formada por psiquiatras, advogados e especialistas em drogas para avaliar o conteúdo das peças publicitárias.

"Não queremos uma campanha careta. Queremos um movimento ativo, esclarecedor", disse Heise.

O presidente do Confen, Luiz Matias Flach, disse ontem que essa "é a maior campanha antidrogas do país".

13/12/96/ PAINEL DO LEITOR**Coragem**

"Parabéns ao ilustre professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará dr. Antonio Mourão Cavalcante pela sua opinião sobre a 'Psiquiatria de remédios' (11/12). O poder da neuropsicofarmacologia é hoje tão grande que exige coragem para denunciar essa formidável avalanche de drogas em geral e de antidepressivos especialmente." Mauricio Knobel, professor titular

convidado do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Unicamp _ Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP)

NACIONAL/11/12/96/COTIDIANO/OPINIÃO/PSIQUIATRIA DE REMÉDIOS

Antonio Mourão Cavalcante

Estive participando em Belo Horizonte, em novembro, do 14º Congresso Brasileiro de Psiquiatria. Confesso que tomei um susto! O Brasil está mergulhado em uma profunda depressão, se julgarmos pela quantidade de fármacos _rotulados no genérico como antidepressivos_ colocados à disposição da classe médica.

Nosso povo, outrora tão risonho e cordial, parece mergulhado numa profunda crise depressiva. Toda patologia afetiva e mesmo orgânica pode "esconder" uma depressão. Será que é assim mesmo?

Por outro lado, senhores de paletó e gravata, com "slides", vídeos e literatura em profusão, brochuras as mais sofisticadas possíveis, com gráficos e tabelas coloridas de deixar qualquer um de queixo caído (Caramuru! Caramuru!), demonstravam à exaustão que os sintomas e reações encontrados em nossos pacientes são devidos basicamente a problemas com os neurotransmissores.

Chegamos. Aliás, a ciência consegue agora revelar o que se passa no mais íntimo dos neurônios, para constatar essas extraordinárias transformações. As explicações confortam, ou melhor, seduzem, os que se imaginam cientistas.

Fiquei assustado em ver a adesão de alguns colegas, outrora ardorosos defensores das práticas de psiquiatria social ou das investigações, de iniciativas ligadas ao comunitário etc. Hoje, estão todos antenados nas catecolaminas e seus recaptadores.

Por que não pensei que a tal globalização poderia também atingir o mercado das emoções? Pois bem, chegou com toda a força.

Os tais remédios invadem o nosso mercado, sem nem trocar de rótulo, por um nome mais poético e local. Seduzem consciências, restringem o campo de percepção e intervenção do profissional ao meramente biológico, esquecendo, por exemplo, que temos olhos para ver, ouvidos para ouvir, boca para falar e gustar. Muita coisa em relação com o exterior, que não se restringe aos "meus" neurônios e meus neurotransmissores.

Claro que, nesse processo mundial, os psiquiatras também devem se enquadrar. A indústria farmacêutica impõe as regras. Dita as doenças. Determina os padrões terapêuticos. E, apoiada na adesão "cavilosa" de alguns profissionais, ávidos por prestígio arranjado, fazem a farra da droga. A fatura é alta. O lucro corre fácil. Está descoberto um imenso filão!

Fiquei muito preocupado com o que vi. Psiquiatras virando garotos-propaganda de laboratórios atentos ao lucro...

Espero que seja apenas uma moda. Pois, como dizia Millôr Fernandes, moda é tudo aquilo que cai de moda...

Antonio Mourão Cavalcante, 48, doutor em psiquiatria pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e doutor em antropologia pela Universidade de Lyon (França), é professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

1997

02/02/97/PAINEL DO LEITOR

Blitz

"Chocante. É somente esse adjetivo que encontro para a sensação provocada pelo flagrante de agressão a um adolescente, registrado pela Folha. Será que o mesmo empenho usado para a reeleição não poderia ser usado para proteger nossas crianças?" Telma de Souza, deputada federal pelo PT-SP (Santos, SP)

*

"Espero que a exagerada e sensacionalista reportagem sobre a blitz contra drogas na rua Amaral Gurgel (31/1) não seja causa de punição dos policiais envolvidos e, principalmente, não reduza a presença da Polícia Militar na região, onde diariamente dezenas de mulheres que dirigem seus veículos desacompanhadas são vítimas de assalto nos semáforos por esses menores infratores. É lamentável que a reportagem nunca tenha denunciado ou flagrado a atuação dos menores, colaborando, assim, com a defesa dos direitos das cidadãs." Ester Suzana Corrêa (Santos, SP)

*

"O repórter fotográfico Moacyr Lopes Junior revela, com coragem e competência, a incontestável verdade de nossos dias. É duro acreditar que apesar desse jornalismo arrojado, investigativo e

denunciativo a truculência continue desesperando nossas vidas. Enquanto isso, os verdadeiros bandidos continuam fabricando reeleições. Parabéns, Folha!" Paulo de Tarso Moroni (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/31/01/97/ COTIDIANO /PMS AGRIDEM ADOLESCENTE EM SUPOSTA BLITZ NO CENTRO

Moacyr Lopes Junior repórter fotográfico

Dois policiais militares foram flagrados ontem à tarde pela reportagem da Folha agredindo um adolescente em suposta blitz na rua Amaral Gurgel (região central de São Paulo).

As 16h. um dos policiais, que se chamaria Baulaure, perseguiu um dos adolescentes pela rua, alcançou-o e o atirou ao chão. Em seguida, deu socos e chutes enquanto empunhava um revólver.

O menino, conhecido como Júnior, gritava e foi arrastado para o outro lado da rua.

Lá, três garotos estavam sob a guarda de outro policial. Quando o adolescente agredido foi posto entre os amigos, esse segundo PM o agarrou pelo pescoço.

Baulaure atravessou novamente a avenida para revistar uma camiseta branca do garoto que havia caído no chão. Nesse momento, ele percebeu a presença da reportagem e avisou o outro policial, que soltou, de imediato, o pescoço do adolescente.

O PM Baulaure justificou a agressão ao adolescente como uma forma de "reprimir a atitude dele". "As porradas são para servir de exemplo para os outros colegas dele", disse.

O garoto havia tentado fugir da blitz que estaria sendo feita contra consumidores de crack.

Os policiais militares disseram que iriam encaminhar os quatro possivelmente para o SOS Criança.

Crack

S.F.S., 15, amiga do garoto agredido, disse que Júnior tem 16 anos. "Eles bateram porque o Júnior estava com uma pedra de crack."

Segundo ela, Júnior mora nas imediações da rua Amaral Gurgel há pelo menos um ano. "Não sei de onde ele veio. Nós não conversamos muito sobre isso", disse a garota.

"Alguns policiais vêm várias vezes por dia pegar dinheiro da gente. Para eles só interessa quando os trocados somam R\$ 10 ou mais. Se a gente não dá, apanha. A gente ajuda esses policiais militares a sobreviverem", disse S.F.S.

Segundo ela, alguns PMs chegam a levar as pedras de crack dos garotos quando eles não têm dinheiro para entregar.

Processo

"Vamos identificar os policiais e, dependendo do que for apurado, eles serão afastados do policiamento e responderão a processos disciplinar e criminal", disse o capitão Sidney Teixeira Braga, do 7º Batalhão.

O capitão, após ver as fotos que mostram os policiais agredindo os menores, decidiu ouvir os dois, mas não quis revelar seus nomes.

A Polícia Judiciária Militar deve abrir uma sindicância para apurar se houve abuso de autoridade por parte dos policiais.

Até as 22h30 de ontem, Júnior não havia dado entrada em nenhuma delegacia da região ou no SOS Criança.

12/02/97/PAINEL DO LEITOR

Contribuição indesejada

"Interessante, mas infeliz a publicação de rendimentos dos jovens que integram o Comando Vermelho no Rio de Janeiro. A reportagem sem dúvida nenhuma contribui para o aumento da procura pelos já disputados cargos dentro das organizações relacionadas ao tráfico de drogas." Luiz Roberto G. Ramos (Foz do Iguaçu, PR)

06/03/97/PAINEL DO LEITOR

Trote

"Quero dar os parabéns para a articulista Marilene Felinto pelo seu belo e objetivo artigo sobre a vagabundagem universitária (25/2). Estou no quarto ano de ciências sociais da USP. O trote acaba sendo uma forma de traficantes se apoderarem de novos viciados em drogas e de jovens rapazes 'ficarem' com as novas meninas. Ainda temos uma pequena parcela de universitários que se preocupam com a sociedade e exercem de fato sua cidadania." Edson da Silva (São Paulo, SP)

*

"Marilene Felinto, em seu artigo 'Vagabundagem universitária começa no trote' (25/2), agride vestibulandos e universitários. Será que ela sabe o esforço dessa massa de 'vagabundos, elitistas, movidos a MTV e shopping centers'? Certamente que não. Mostra, assim, que não conhece a concorrência atual nas universidades públicas para cursos como medicina, engenharia mecânica,

odonto, jornalismo, entre outros. É lamentável e vergonhoso o conhecimento dela sobre a adolescência." Alexandre Maitto Caputo (Ribeirão Preto, SP)

NACIONAL/25/02/97/COTIDIANO/VAGABUNDAGEM UNIVERSITÁRIA COMEÇA NO TROTE

Marilene Felinto da Equipe de Articulistas

Todo começo de ano é a mesma cena: calouros de universidades, as cabeças raspadas e as caras pintadas, incitados ou obrigados por veteranos, ocupam os sinais de trânsito pedindo dinheiro aos motoristas. É uma das formas do chamado "trote", o mais artificial dos ritos de iniciação da mais artificial das instituições sociais contemporâneas _a universidade.

O trote nada mais é do que o retrato da alienação em que vivem esses adolescentes das classes favorecidas. Com tempo de sobra, eles não têm em que empregar tanta liberdade.

Ou querem dizer que essas simples caras pintadas têm qualquer simbologia semelhante à das máscaras de dança das tribos primitivas estudadas por Lévi-Strauss?

Para aquelas tribos índias, as máscaras eram o atestado da onipresença do sobrenatural e da pujança dos mitos. Mas esses adolescentes urbanos não têm tanta complexidade. Movido a MTV e shopping centers, o espírito deles vive nas trevas. A ausência de conhecimento e saber limita-lhes os desejos e as atitudes.

Em tempos mais admiráveis, ou em sociedades mais ideais, essa massa de vagabundos estaria ajudando a cortar cana nos campos, envolvidos com a reforma agrária, em programas de assistência social nas favelas ou com crianças de rua, ou mesmo explorando os sertões e as florestas do país, como faziam os estudantes do extinto projeto Rondon.

Hoje, mais do que nunca, há uma tendência _característica da mentalidade das elites da economia capitalista_ de adulação à adolescência, de excessivo prolongamento da mesma e de excessiva indulgência para com esse período tido como "de intensos processos conflituosos e persistentes esforços de auto-afirmação".

Desde adolescente, sempre olhei com desprezo esse tratamento que se pretende dar à adolescência (ou pelo menos à certa camada social adolescente): um cuidado especial, semelhante ao que se dá às mulheres grávidas. Pois é exatamente esse pisar em ovos da sociedade que acaba por transformar a adolescência num grande vazio, numa gravidez do nada, numa angustiante fase de absorção dos valores sociais e de integração social.

Se os adolescentes se ocupassem mais, sofreriam menos _ou pelo menos amadureceriam de verdade, solidários, ocupados com o sofrimento real dos outros.

Mas não, ficam vagabundando pelos semáforos das cidades, catando moedas para festas e outras leviandades. E, o que é pior, sentindo-se deuses por terem conseguido decorar um punhado de fórmulas e datas e resumos de livros que os fizeram passar no teste para entrar na universidade.

A mim _que trabalhava e estudava ao mesmo tempo desde os 15 anos_ causava alarme o espírito de vagabundagem que, cultuado na adolescência, vi prolongar-se na realidade alienada de uma universidade pública.

Na Universidade de São Paulo, onde estudei, os filhos dos ricos ainda passam anos na hibernação adolescente sustentada pelo dinheiro público.

19/03/97/PAINEL DO LEITOR

Tráfico de animais

"Refiro-me ao artigo 'A aranha é nossa...', de Roberto Campos (16/3). Só tenho a lamentar a total desinformação de um deputado federal que deveria, antes de escrever tantos disparates, informar-se sobre o assunto. Será que o nobre deputado não conhece o tráfico de animais que, segundo publicação no 'Jornal do Brasil' de 11/3, movimenta por ano cerca de US\$ 10 bilhões, perdendo apenas para o comércio ilegal de armas e drogas? Comparar um traficante com cientistas como Spix e Martius? Informo que o Laboratório de Artrópodes também foi procurado pelo sr. Marc seguidas vezes, apresentando-se primeiro como biólogo e depois como estudante de biologia e oferecendo diversos exemplares de aranhas caranguejeiras exóticas em permuta com espécimes brasileiras. Alertamos o mesmo que ele estava traficando animais e que poderia ser punido, uma vez que esses animais não se destinavam a pesquisa, mas abasteciam as 'pet shops' e criadores." Sylvania Lucas, diretora do Laboratório de Artrópodes do Instituto Butantan (São Paulo, SP)

NACIONAL/16/03/97/BRASIL/A ARANHA É NOSSA...

Roberto Campos

Não é piada, embora pareça. Tamanho é o despropósito, que até mereceu do sempre ponderado Herbert Levy um sério artigo na "Gazeta Mercantil". A história é a seguinte: a Polícia Federal prendeu

no Rio de Janeiro, por crime inafiançável contra a fauna silvestre (um a três anos de cadeia), um alemão, Marc Baumgarten. O gringo estava levando para o seu país (devidamente acondicionadas, com os requisitos de praxe) 112 aranhas, quase todas caranguejeiras. Imediatamente, começou o desvario: suspeitas de que seriam utilizadas em pesquisas de drogas terapêuticas e _detalhe mais hediondo_ que poderiam ser patenteadas por algum laboratório estrangeiro!

Ridículo não mata, porque, se matasse, não precisaríamos de anticoncepcionais e estaríamos hoje com uma população saudavelmente menor. Mas o país precisa de mais respeito. Em matéria de polícia, em seus vários níveis, o melhor que o brasileiro pode dizer é que não aparece na hora em que há bandido assaltando o cidadão honesto. Presume-se, mas não é certo, que em algum canto haja alguém que mande em alguém, dando sentido de proporção às nossas "autoridades".

Aranha é o que não falta nesta terra. Alemão é tradicional pesquisador, e o Brasil deve, entre outros, a Spix e a von Martius uma contribuição extraordinária no campo científico. E a possibilidade de estudar aracnídeos e outros bichos está aberta a quem o saiba fazer no mundo inteiro. Nenhum grande laboratório, universitário ou de qualquer grande empresa farmacêutica, teria a menor dificuldade para reproduzir tantas quantas fossem necessárias.

Agora, imagine-se só a impressão no exterior: o Brasil põe a polícia em cima para impedir pesquisas, isto é, para impedir conhecimentos que são benéficos a toda a humanidade, apenas porque acha que alguém pode patentear esses conhecimentos. Como se o importante fosse o bicho, eventual objeto de pesquisa, e não o formidável edifício universitário, científico e tecnológico que torna possível aplicar, a objetos do conhecimento, métodos universais, acessíveis a todos os pesquisadores do mundo. Que a Coroa portuguesa não quisesse a divulgação dos "Diálogos" de Antonil era compreensível, no mercantilista século 18, porque sempre poderia outra potência ficar tentada a vir se estabelecer "manu militari". Mas aranhas?...

O espírito da reserva de mercado, mais a ignorância militante, mais a total desinformação e falta de desconfiômetro, mais o descontrole total em que ficam essas "autoridades" dão nesse tipo de ação, que, inevitavelmente, lá fora, cobre o país de vergonha. Imagine só as finanças internacionais, o mundo diplomático, a comunidade científica, lendo essa notícia: o governo brasileiro põe na cadeia quem se meteu a pesquisar um bicho assaz abundante nos 8 milhões e 600 mil quilômetros quadrados do nosso ufanismo! Logo o Brasil, que tem uma terrível fama de criminalidade urbana impune, mobilizando-se para prender _um bandido? Nada disso; coisa muito pior, um possível pesquisador!

A idéia de que o governo tem de impedir que alguém, no estrangeiro, tenha a "ousadia" de fazer alguma pesquisa sobre plantas ou bichos nossos, por corriqueiros e bestas que sejam, é um desastre para o nosso bom nome, lá fora, no mundo civilizado, onde ciência é levada a sério. E quando se pensa que o presidente é Fernando Henrique Cardoso, um intelectual da melhor qualidade, e o ministro da Justiça é Nelson Jobim, jurista e cultor da lógica matemática _ambos insuspeitos de qualquer contaminação pela burrice circunjacente_, é o caso de perguntar: quem está mandando neste país? No meu tempo, os delegados de polícia eram "doutores" e pareciam fazer jus ao diploma. É verdade que o ministro Paulo Renato mostrou (prestando, com isso, um relevante serviço ao país) que nossa formação acadêmica ao mesmo tempo massificou-se e degradou-se. É possível que algum investigador com luzes de vulcão extinto tenha reação nacionalista contra os riscos do conhecimento científico alheio. Mas decisões como essa não podem ficar por conta de inscientes. Será o caso de pedir ao Paulo Renato que faça um "provão" para as "autoridades" federais?

Em matéria de lei mal feita, andamos num festival. Há tempos, um pobre diabo que matou um anu (isso mesmo, anu, praga) com uma espingardinha de ar comprimido foi preso "inafiançável". Isso, neste país onde bêbado atrás do volante é refresco, onde índio vende mogno a madeireiro clandestino, e traficante fuzila gente nas favelas! Mas, enfim, a cretinice do anu não transpôs nossas fronteiras. Mas prender alemão dessa maneira vai repercutir lá fora. E logo na Alemanha, país tradicional da excelência científica, que por acaso é também um dos maiores investidores, fornecedores de tecnologia e importadores de produtos brasileiros.

É claro que alguma ordem tem de ser imposta. Temos uma legislação sobre expedições científicas, com aspectos bons e maus, mas sempre um conjunto de normas. Pode ser que se justificasse apreender as aranhas do alemão, se a papelada não estivesse em boa ordem. Nossos burocratas são papirófilos e papirófagos! Mas isso estaria dentro da regra do jogo, sem expor o país ao vexame da reserva de mercado da pesquisa sobre caranguejeiras...

Roberto Campos, 79, economista e diplomata, é deputado federal pelo PPB do Rio de Janeiro. Foi senador pelo PDS-MT e ministro do Planejamento (governo Castello Branco). É autor de "A Lanterna na Popa" (Ed. Topbooks, 1994).

Enfoque injusto

"É profundamente injusto o enfoque dado aos 'teens' pelos editores. Mostrem também o outro lado da moeda _jovens saudáveis e felizes que não se envolvem com sexo promiscuo (antes do casamento), drogas, álcool, liberalidades que nada somam ao caráter humano. A maioria dos jovens brasileiros está do outro lado focado pelo Folhateen. Vocês estão cegos? Qual a fonte de referência? Pensem no tamanho do Brasil e no grande alcance da Folha! Chega de jornalismo dirigido. Olhem por onde vocês vão 'empurrar' os menos avisados que pensam que isso é assim mesmo e normal!" Afonso de Oliveira Andrade (Lavras, MG)

26/05/97/PAINEL DO LEITOR**Violência nas escolas**

"Obtivemos da secretária estadual de Educação, Roserly Tereza Neubauer, o compromisso de implantar ainda no segundo semestre de 97 o 'Programa de Combate à Violência nas Escolas'. Já está comprovado que a maioria das ocorrências de violência nas escolas públicas, como depredações, furtos, agressões e tráfico de drogas, é cometida por alunos que foram aliados das escolas. Portanto, só vai ser possível combater a violência com um programa que tenha a participação da própria comunidade." Hamilton Pereira, deputado estadual pelo PT-SP (Sorocaba, SP)

29/05/97/PAINEL DO LEITOR**Sexo dos anjos**

"Li a reportagem 'Sexo dos anjos' (Revista da Folha, 25/5) e tenho de me definir por horrorizado, não pelos fatos, mas pelo modo como foi tratado o assunto. A cada dez reportagens que se lêem sobre relacionamento de adolescentes, oito são sobre sexo e duas sobre drogas. Nunca li uma reportagem real sobre o 'verdadeiro amor' na adolescência, e sei que ele existe." Leandro Villela de Azevedo (São Paulo, SP)

(reportagens da revista da folha não constam no banco de dados)

16/06/97/PAINEL DO LEITOR**Cola na escola**

"Com relação à reportagem sobre cola no Folhateen de 2 de junho, e a propósito de o regimento da EEPSG Cactano de Campos não prever punição para tal ato, gostaria de acrescentar que não só não há punição como não há aula, higiene, material didático, salas decentes, professores ou alunos interessados. Em compensação, tem de sobra falta de respeito dos professores para com os alunos (e vice-versa) e drogas sendo consumidas e distribuídas na escola. Tudo a olhos vistos da diretoria incompetente, que nada faz." João El Helou (São Paulo, SP)

NACIONAL/02/06/97/FOLHATEEN/COLÉGIOS TENTAM DIFICULTAR

free-lance para a Folha

Os professores afirmam que estão de olho na cola. Os colégios procurados afirmam tomar várias providências para evitar a cola. Mas os estudantes garantem que só não cola quem não quer.

"É muito fácil colar no Objetivo, é até ridículo. B.A., 16, aluno da 2ª série do 2º grau, diz que "90% dos fiscais são desligados".

A diretora da unidade paulista do colégio, Maria Luiza Guimarães, diz que os casos de cola são muito raros. "Fazemos quatro tipos de prova, misturamos as séries. Os fiscais olham as carteiras, as paredes. Como a fiscalização é rigorosa, os alunos estudam."

B.A. e seus colegas dizem que isso é "balela", que os fiscais não passam de umas "velhas cegas".

A coordenadora Dora Nobre, do Objetivo, que também fiscaliza prova, diz que "é difícil dizer que não existe, mas a gente dificulta".

"O material do aluno é depositado logo na entrada da sala. Em cima da carteira, só caneta e carteirinha. Às vezes, olhamos dentro do estojo para ver se há cola", diz.

O professor Sidney de Seixas Valença, da EEPSG Cactano de Campos, diz que olha as paredes, as mãos, embaixo das carteiras. "Difícilmente eles colam", diz.

A.T., 17, aluna da escola, diz que é "só ter as manhas". "Borracha, cola no estojo e livro aberto embaixo da carteira são bobagem", diz.

No Colégio Bandeirantes, o método é o seguinte: as turmas da mesma série fazem prova no mesmo dia e horário. "Ainda dividimos as turmas em pares e ímpares e misturamos séries", diz Pedro Fregoneze, diretor pedagógico.

NACIONAL/02/06/97/FOLHATEEN/A PUNIÇÃO EM ALGUNS COLÉGIOS

Colégio Bandeirantes

A prova é retirada, e a nota é zero. Além disso, os pais recebem em casa um comunicado de ato indisciplinar. Se houver reincidência, o aluno é encaminhado para o Serviço de Orientação Educacional da escola para discutir o problema

Colégio São Luís

A prova é retirada do aluno. A punição vai depender do conteúdo da cola e do perfil do aluno. Ele pode levar um zero na prova, ser obrigado a fazer nova prova ou as questões respondidas até o momento do flagra serem aproveitadas. Segundo o regimento do colégio, na primeira vez em que o aluno cola é feita uma comunicação verbal aos pais. Na segunda, uma comunicação por escrito para ser assinada pelos pais. Na terceira, suspensão que varia de um a dez dias. A partir da quarta, o aluno corre o risco de ser expulso

Colégio Objetivo

A prova é retirada, e a nota é zero. O aluno é chamado pela direção para conversar, e os pais também

EEPSG Caetano de Campos
O regimento do colégio não prevê punição, o professor procede da maneira que achar melhor. Alguns tiram a cola e o aluno continua fazendo a prova, outros retiram a prova e dão nota "E", por exemplo.

Fonte: diretorias dos colégios e professores da EEPSG Caetano de Campos

NACIONAL /02/06/97/FOLHATEEN/QUEM É DESCOLADO NA VIDA NÃO COLA

Augusto Pinheiro free-lance para a Folha

Cena número 1: Prova de química. Dois fiscais tomam conta da sala de aula de um importante colégio particular de São Paulo. O estudante A.M.F., 16, quer "socializar" com os colegas a resposta da questão "quem foi Joseph Thomson?". Levanta o dedo e pergunta ao fiscal: "Como se escreve Thomson?" "Não sei", responde ele. "Thomson, aquele que inventou a fórmula molecular conhecida como pudim com passas!", insiste o fingidor A.M.F.

"Realmente, eu não sei." A partir daí, toda a classe fica sabendo a resposta da questão.

Cena número 2: T.B.S., 15, está impaciente. Pede para a amiga R.B.P., 14, por meio de gestos, a resposta de uma questão.

R.B.P. passa a mão no cabelo. T.B.S. marca então a alternativa C. Se R.B.P. tivesse passado a mão na boca, seria B.

As situações acima, assim como as demais descritas nesta e na página ao lado, poderiam constar de um filme de ficção intitulado "Picardias Estudantis", mas são verídicas e mostram o que vem acontecendo em muitos colégios de São Paulo. Os nomes e os rostos dos entrevistados foram preservados para evitar possíveis punições das escolas ou dos pais.

Para os estudantes, nunca foi tão fácil colar. O difícil depois vai ser correr atrás do prejuízo: conseguir uma vaga em uma das poucas faculdades sérias do país e espaço no competitivo mercado de trabalho.

Cada vez que você cola, está dando adeus à possibilidade de se desenvolver intelectualmente.

"Na hora em que você tem um problema e usa a cola, deixa de construir um conhecimento para o futuro. Isso pode fazer falta, por exemplo, no vestibular ou na colocação profissional", diz Márcia Torres, mestre em psicologia escolar pelo Instituto de Psicologia da USP.

Raciocínio no vestibular

Aprender conceitos, resolver questões, organizar, correlacionar idéias, valer-se da criatividade, ou seja, exercitar o raciocínio é o que promove o crescimento intelectual.

Essa capacidade está sendo exigido em provas de vestibulares importantes, como o da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Esta última, trouxe este ano uma novidade: a prova de física veio acompanhada das fórmulas. Já na Fuvest, das 20 questões de física, só 2 exigiam fórmula. As outras 18 discutiam conceito e pediam raciocínio.

"Todo trabalho de estudo que você realiza é como se estivesse cuidando de uma semente que vai germinar amanhã. Quando isso é feito por empréstimo, ele perde a construção do conhecimento de que vai precisar para o resto da vida", diz Márcia.

E mais: hoje as informações estão disponíveis em todo lugar. Não apenas nos livros, mas na Internet, na TV... "É preciso aprender a fazer relações", lembra Luís Márcio Barbosa, diretor do colégio Equipe. Do contrário, se não souber discernir essa avalanche de informações, "você será soterrado por elas", completa Nilson José Machado, professor da Faculdade de Educação da USP.

"Eu acho um absurdo esse slogan 'Quem não cola não sai da escola'. Deveria ser trocado por 'Cola é o fim da escola', diz Machado.

O profissional do futuro

Quanto ao mercado de trabalho, o que se exige hoje e muito mais ainda no futuro são pessoas criativas, que tenham conhecimento geral, autônomas, ao contrário do perfil do colador.

"Quem vicia em cola tende, no futuro, a copiar os colegas no trabalho, a ser um profissional dependente e sem personalidade", diz Márcia.

Certas escolas são responsáveis pelo alto índice da prática da cola, dizem os educadores. "Elas fazem atos policialescos, como quatro tipos diferentes de prova, fiscais etc. Isso gera um comportamento de gato e rato, que estimula mais cola", diz Machado.

Mas essa justificativa não resolve o seu problema, certo? Afinal, antes que as escolas renovem seus métodos, você provavelmente já vai estar na faculdade ou no mercado de trabalho.

O que fazer então? Tome você as rédeas, aconselham os educadores. Trate de agir antes que seja tarde, independentemente da qualidade do ensino e do método de avaliação da sua escola.

Saiba que estudar para uma prova, tomar notas na sala de aula, organizar resumos etc., tarefas aparentemente desnecessárias e às vezes muito chatas, são o caminho para desenvolver pessoas que sabem pensar e são criativas.

"Cole" em casa

Se você sente muita necessidade de fazer perguntas aos colegas durante uma prova, talvez esteja fazendo perguntas de menos ao professor durante as aulas", diz Machado.

Fazer anotações é fundamental, mesmo para quem estuda em escolas que fornecem apostilas prontas e resumos das matérias.

"As anotações pessoais ajudam a organizar idéias, a assimilar o conhecimento", diz Machado.

Nos dias que antecedem a prova, faça um resumo de suas próprias anotações. O processo é mais ou menos o mesmo da cola, só que esta você deixa em casa.

Colaborou Sílvia Ruiz, da Reportagem Local.

18/06/97/PAINEL DO LEITOR

Escola pública

"Com relação à carta publicada sob o título 'Cola na escola', no Painel do Leitor de 16/6, assinada pelo leitor João El Helou, este faz referências injustificadas e caluniosas aos corpos docente e discente da escola. O missivista destila, ainda, sua irreverência e injúria, citando 'falta de respeito dos professores para com os alunos (e vice-versa)', o que não corresponde à realidade da relação professor-aluno nesta escola. A acusação de consumo e distribuição de drogas na escola põe sob suspeita, ou acusa de omissão, a própria vigilância diuturna que policiais militares destacadas para cá fazem no portão de entrada e mesmo no pátio interno. Informamos que a direção deste estabelecimento não recebeu nenhuma denúncia sobre os fatos expostos na carta, o que aguarda seja feito diretamente pelo zeloso cidadão leitor deste jornal." João Americo Salzedas, vice-diretor da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Caetano de Campos; seguem-se mais 17 assinaturas (São Paulo, SP)

29/06/97/PAINEL DO LEITOR

Controle por decreto

"Em 22/4 a Secretaria de Saúde, por meio da resolução SS-48, determinou que a hospitalização de pacientes com distúrbios psiquiátricos decorrentes do uso de álcool e drogas seja feita prioritariamente em unidades de desintoxicação ou enfermarias clínicas de hospitais gerais do SUS/SP. Medida cabível e flexível, pois não impede a hospitalização de tais pacientes em hospitais psiquiátricos, o que ocasionalmente faz-se necessário. Parece que o bom senso pára por aí. Seguem-se determinações para que as internações não excedam dez dias em duração, não ocorram mais que três vezes ao ano e que o período entre uma internação e outra não seja menor que 90 dias. Ignorar que as doenças têm uma evolução natural e pretender controlá-las onipotentemente com normas revela um distanciamento abissal da realidade da doença, dos pacientes e de seus familiares." Giordano Estevão, diretor clínico, e Maria da Encarnação Rocha Baltazar, diretora administrativa da Casa de Saúde Nossa Senhora do Caminho (São Paulo, SP)

09/08/97/PAINEL DO LEITOR

Responsabilidade masculina

"Sobre o editorial 'As mulheres e a Aids' (2/8), que focaliza mais uma vez o aumento da incidência de casos na população feminina, pergunto: por que não incluir os parceiros homens junto com as mulheres na discussão sobre a epidemia, desde que são esses os principais responsáveis pela transmissão sexual do HIV para as mulheres _seja como usuários de drogas injetáveis, bissexuais e outros homens sexualmente ativos?" Carmen Dora Guimarães (Rio de Janeiro, RJ)

NACIONAL/02/08/97/OPINIÃO/EDITORIAL/AS MULHERES E A AIDS

Não é novidade que a Aids deixou há muito de ser um problema restrito aos tradicionais grupos de risco _homossexuais e usuários de drogas injetáveis. Mas o expressivo crescimento da presença do vírus HIV na população feminina brasileira é motivo de alarme.

O quadro de disseminação da Aids mudou radicalmente desde 82, quando foram registrados os primeiros casos da doença no país. Naquela época, havia 30 homens para cada mulher infectada. Em 86, a proporção era de 16 para 1 e, hoje, está próxima de 2,5 para 1.

O mais preocupante é que o número de mortes por Aids tem caído em menor velocidade entre as mulheres.

Dados divulgados pelo Pro-Aim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade) mostram que, no segundo trimestre deste ano, morreram na cidade de São Paulo 156 mulheres vítimas da Aids _8,8% a menos que no mesmo período de 96. Entre os homens, a redução foi de 35,6%.

A contaminação de mulheres ganha contornos dramáticos com a gravidez. Das pouco mais de 3.300 crianças infectadas até hoje no país, 75% o foram por transmissão perinatal.

As principais causas da contaminação de mulheres são o uso de drogas injetáveis por seus companheiros, relações com bissexuais e homens que têm muitas parceiras.

A informação detalhada e maciça, aliada à ampla assistência pela rede pública de saúde, ainda é o melhor caminho para combater o crescimento da Aids. Como se trata de fenômeno recente, as mulheres são mais vulneráveis ao HIV do que os grupos de risco tradicionais, hoje mais conscientes.

O diagnóstico prematuro da Aids entre as grávidas também é essencial, pois o uso de AZT pode reduzir as chances de contaminação do feto.

O poder público tem de agir rapidamente, com a criação de campanhas que abordem a situação específica das mulheres e estimulem de maneira eficaz a prevenção.

05/09/97/PAINEL DO LEITOR

Imprecisão

"Deixou-me perplexo a imprecisão da nota 'Para as calendas', do 'Painel' de 2/9. Estou entre aqueles que defendem, por exemplo, a destinação de medidas como as penas alternativas para os usuários de drogas que não pratiquem delitos mais graves. E, há anos, ouço a argumentação de que o Estado tem dado provas de não possuir os meios necessários ao acompanhamento da execução das três penas alternativas já previstas no Código Penal e tampouco demonstra interesse em investir recursos nesse sistema. Foi isso o que ouvi, mais uma vez, de dignos e experientes membros do Judiciário. É tanta a preocupação que, por meio de suas entidades de classe, constituíram um grupo de estudos para examinar o problema e dar-me colaboração, pois fui designado para relatar o projeto de lei nº 2.684/96 que aumenta para 14 o número de penas alternativas. Acredito na importância de aguardarmos por alguns dias a manifestação dos magistrados, antes da apresentação do relatório, para elaborá-lo com mais propriedade. Não me consta que tanto os juizes como o deputado Hélio Bicudo representem o sistema de segurança pública ou tenham interesse em procrastinar a aprovação daquele projeto de lei." Romeu Tuma, senador pelo PFL-SP (Brasília, DF)

NACIONAL/02/09/97/BRASIL/PARA AS CALENDAS

Recém-aprovado na Câmara, o projeto que cria penas alternativas às de prisão corre o risco de ser desfigurado no Senado. O relator Romeu Tuma (PFL-SP) já decidiu protelar seu parecer. Alega que pretende ouvir representantes da segurança pública.

23/09/97/PAINEL DO LEITOR

Droga na universidade

"Parabenizamos a Folha pela reportagem 'Maioria dos alunos da USP usou droga' (22/9). Além de precisa, a reportagem considera as várias visões existentes sobre o tema na universidade, contribuindo de forma substantiva para a viabilização de um debate lúcido e produtivo." Arthur Guerra de Andrade, coordenador-geral do Grea (Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas), Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

NACIONAL / 22/09/97/COTIDIANO/MAIORIA DOS ALUNOS DA USP USOU DROGA

Pesquisa na universidade considera álcool e cigarro como drogas; 30,6% já experimentaram maconha e 7,1%, cocaína

Noelly Russo da Reportagem Local

A maioria dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) já experimentou alguma droga. A mais consumida por 90,1% dos alunos foi o álcool. Experimentaram maconha 30,6% dos entrevistados. Outros 18,2% já usaram solventes (cola ou benzina, por exemplo) e 7,1% cocaína.

A conclusão é de uma pesquisa realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Grea).

A pesquisa considerou como drogas o álcool e o cigarro, além das ilegais, como maconha e cocaína. Outras substâncias psicoativas, como tranquilizantes, anfetaminas também foram consideradas. Todas essas, com exceção da cocaína, foram agrupadas como "drogas" no estudo.

O estudo mostra que os homens usam mais drogas que as mulheres. O mesmo acontece com relação aos estudantes que moram longe da família e com os estudantes do período noturno.

O estudante da USP tem entre 20 e 24 anos (60%), é solteiro (91%), mora com a família (81%) e tem religião (72%), que não pratica (61%). Os alunos deviam responder se usaram alguma droga, o tipo e a frequência (veja quadro).

Foram distribuídos 3.203 questionários. A USP tinha, no período da pesquisa, em 96, 29.305 alunos. Desses questionários, foram usados 2.564 para a tabulação dos dados. Os formulários foram distribuídos proporcionalmente entre as áreas de humanas, exatas e biológicas.

O uso de drogas na universidade aparece como um problema sério, segundo Erasmo Magalhães Castro de Tolosa, 61, superintendente do Hospital Universitário (HU) e professor-titular do departamento de cirurgia da Faculdade de Medicina. Ele diz que é realizada, em média, uma internação por mês no HU por overdose de drogas.

"Dos estudantes que já experimentaram droga, 90% não vão se viciar, mas, como médico, estou preocupado com os 10% que, a partir da experimentação, podem se tornar dependentes", diz o psiquiatra Arthur Guerra de Andrade, 43, coordenador do Grea.

"Até a realização do estudo, não se sabia se havia um pequeno ou grande número de usuários. Os números são assustadores", afirma Andrade.

Apesar da preocupação com a imagem dos estudantes, Andrade diz que o estudo não pretende ter caráter moralista ou punitivo.

"O objetivo é conhecer e medir o uso de drogas para elaborar campanhas de prevenção, tratamento e assistência médica", diz ele.

DCE

Para o coordenador do Diretório Acadêmico Livre (DCE) da USP, Marcio Funcia, 30, estudante de espanhol, a pesquisa é interessante, mas não aponta soluções.

"Antes de a pesquisa ser feita, deveria ter havido uma conversa com o DCE e os centros acadêmicos. Uso de drogas existe na USP como no resto da sociedade. A droga não é um problema da universidade, mas sim da sociedade."

"O uso de drogas é uma questão de foro íntimo. Se for por prazer, depressão ou mesmo uma busca da morte, é um problema individual. O tráfico é condenável, mas o DCE não tem posição oficial de como deve ser combatido."

25/09/97/PAINEL DO LEITOR

Inútil

"Com referência às declarações do novo comandante da PM e à ação da sua tropa, violentando e constringendo cidadãos nas ruas de São Paulo ao abordar e revistar todos os veículos, indiscriminadamente: realmente é preciso repensar a polícia. Operações como essa não servem para nada além de perturbar o já caótico trânsito e constringer ilegalmente cidadãos." Ricardo Resende (São Paulo, SP)

27/09/97/PAINEL DO LEITOR

Operações da PM

"O leitor Ricardo Resende ('Painel do Leitor', 25/9) critica as operações da Polícia Militar, afirmando que elas 'não servem para nada além de perturbar o já caótico trânsito e constringer ilegalmente os cidadãos'. Temos consciência de que uma abordagem policial, mesmo que efetuada dentro dos mais estritos princípios de legalidade e respeito, causa incômodo, porém é um eficiente meio de prevenir o crime, por meio da apreensão de armas, drogas e da captura de criminosos procurados. Quanto ao fato de o missivista alegar que as operações não servem para nada, informamos que já na primeira delas foram apreendidas 9 armas de fogo, lavrados 6 flagrantes de porte de entorpecentes e 73 outros, por crimes diversos. É importante que se saliente que as medidas implantadas pelo atual comandante-geral

não se resumem a isso. A principal meta é a implantação do policiamento comunitário, que paulatinamente mudará a cultura da segurança, tanto por parte do policial como do cidadão." José Renato Silva, major PM, chefe interino da 5ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar de São Paulo, relações-públicas (São Paulo, SP)

SÃO PAULO 20/09/97COTIDIANO PM FAZ OPERAÇÃO "À INGLESA" NAS RUAS

Os 8.642 policiais que foram às ruas fizeram abordagens 'cordiais', mas ação é desmontada no fim-de-semana

da Reportagem Local

A megaoperação planejada pelo novo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Carlos Alberto de Camargo, teve início ontem na Grande São Paulo com características inglesas. Os policiais, diferentemente de operações anteriores, foram cordiais na maior parte das abordagens de suspeitos.

Além disso, o comandante-geral planejou apenas ações para os dias úteis, a chamada "semana inglesa", apesar o número de homicídios crescer nos fins-de-semana.

No primeiro dia da Operação Metrópole, 8.642 policiais militares foram para as ruas _quase todo o efetivo que estava em serviço.

A operação foi das 15h às 20h, horário que concentra a maioria dos crimes como roubos em cruzamentos. Ela buscou coibir também assaltos a bancos e crimes em portas de escola. No total, 15.136 pessoas foram abordadas e 84 presas em flagrante.

O coronel Valdir Suzano, chefe do Comando de Policiamento Metropolitano, revelou que o policiamento não terá reforço neste final de semana.

NACIONAL 20/09/97COTIDIANO/GRUPO VAI PLANEJAR POLÍCIA DE QUARTEIRÃO

da Reportagem Local

O novo comandante-geral da PM, coronel Carlos Alberto de Camargo, anunciou ontem as duas principais metas de sua administração: a Operação Metrópole e o policiamento comunitário.

A Operação Metrópole começou ontem com a participação dos 26 batalhões do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM).

No primeiro dia, praticamente todos os policiais militares de serviço foram às ruas para combater a criminalidade.

Essas ações intensivas devem ser repetidas constantemente, segundo Camargo. "A população se sente mais protegida e os criminosos ficam intimidados com a presença ostensiva da tropa nas ruas. Essas ações devem ocorrer frequentemente na Grande São Paulo", afirmou o comandante.

Outra parte da operação acontece a partir de segunda-feira. Cada companhia (subdivisão do batalhão) terá obrigatoriamente que fazer uma ação por semana visando combater o tipo de crime mais frequente em cada bairro.

Camargo cita como exemplo o combate ao furto e roubo de veículos na Vila Mariana e Ibirapuera, os homicídios nas periferias das zona sul e leste e os assaltos em semáforos na região central, entre outros crimes.

A outra prioridade anunciada por Camargo é a implantação do policiamento comunitário, que ficará sob responsabilidade do chefe do CPM, coronel Valdir Suzano.

Suzano formará uma comissão com representantes da sociedade civil para implementar na prática o policiamento.

Até ontem, a comissão já contava com a participação da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Pastoral do Menor.

A idéia de Camargo é que cada dupla de policial seja responsável pelo patrulhamento de uma pequena área, conhecendo a população e seus problemas. "Quero fazer um policiamento de bairro, semelhante ao que acontece nas cidades do interior", disse.

Camargo anunciou ainda que vai priorizar o policiamento em portas de escola, feito principalmente pela Polícia Feminina, e em bancos, que deve ficar a cargo da Tropa de Choque.

(OTÁVIO CABRAL)

SÃO PAULO 23/09/97COTIDIANO COMANDO PROMETE AGORA OPERAÇÃO ESTADUAL

Ação seria semelhante à realizada na capital na última sexta-feira e pode ser feita ainda esta semana

Crispim Alves da Reportagem Local

O novo comando da Polícia Militar de São Paulo planeja para os próximos dias a realização de uma operação especial em todo o Estado. A ação seguirá os moldes da Operação Metrôpole, realizada na última sexta-feira em São Paulo.

Segundo a Folha apurou, os detalhes da megaoperação, que pode acontecer ainda nesta semana, estão sendo fechados pelo CPM (Comando de Policiamento Metropolitano) e pelo CPI (Comando de Policiamento do Interior).

Oficialmente, o novo comando da tropa ainda não se pronunciou a respeito da nova ação.

A Operação Metrôpole contou com quase todo o efetivo administrativo do CPM, responsável pelo policiamento na Grande São Paulo, além dos policiais destacados para o patrulhamento rotineiro. A ação ocorreu das 15h às 20h.

No total, 15.136 pessoas foram abordadas, sendo que 88 acabaram detidas para averiguação.

Ontem à tarde, o novo comandante do CPM, coronel Valdir Suzano, afirmou que o mesmo tipo de operação será realizado uma vez por semana, em dias e horários alternados.

"O que vai inibir a ocorrência dos crimes é a presença dos policiais fardados nas ruas. Por isso, as operações vão continuar acontecendo", disse o coronel, que assumiu oficialmente o comando do CPM ontem.

As datas e os horários das novas blitzes não serão mais divulgados com antecedência, para confundir os criminosos. "Se o marginal souber o horário em que a polícia vai atuar, prejudica a operação", afirmou Suzano.

No entanto, o novo comandante do CPM reconhece que não é possível realizar esse tipo de operação mais vezes por semana sob o risco de emperrar o setor administrativo, responsável pela retaguarda da área operacional.

Fora essas operações, o coronel afirmou que cada uma das companhias que compõem o CPM vai realizar blitzes próprias, combatendo crimes específicos.

Além disso, de acordo com Suzano, houve um reforço do policiamento nos locais de maior incidência de roubos e furtos. Para isso, foram identificados 164 pontos, a maioria cruzamentos de ruas. Esses pontos também não serão fixos.

Suzano será o responsável pela implantação do programa de policiamento comunitário planejado pelo novo comandante-geral da corporação, coronel Carlos Alberto de Camargo. Ele deverá se reunir com diversos setores da sociedade para implantar o projeto.

Camargo, que hoje deve se encontrar pela primeira vez com o governador Mário Covas desde que assumiu o comando da PM, realiza na tarde da próxima sexta-feira uma reunião com todos os coronéis da corporação. No encontro, serão discutidos os novos rumos da corporação.

De acordo com o "Diário Oficial do Estado" de ontem, a maioria dos coronéis que compunham o antigo comando, entre eles o ex-comandante Claudionor Lisboa, foi transferida para o Estado Maior Especial, onde ficam oficiais que não ocupam vagas no quadro de organização da tropa.

28/09/97/PAINEL DO LEITOR

Drogas na USP

"A reportagem referente à pesquisa sobre consumo de drogas na USP (22/9) é um grande alerta. A preocupação do coordenador do DCE me pareceu bastante equivocada. O uso de drogas, lícitas ou ilícitas, deixou de ser uma questão de foro íntimo a partir do momento em que a sociedade foi convocada para pagar as contas das consequências do consumo delas." Aduino Elias Moreira (Paraguçu Paulista, SP)

NACIONAL/22/09/97/COTIDIANO/MAIORIA DOS ALUNOS DA USP USOU DROGA

Pesquisa na universidade considera álcool e cigarro como drogas; 30,6% já experimentaram maconha e 7,1%, cocaína

Noelly Russo da Reportagem Local

A maioria dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) já experimentou alguma droga. A mais consumida por 90,1% dos alunos foi o álcool. Experimentaram maconha 30,6% dos entrevistados. Outros 18,2% já usaram solventes (cola ou benzina, por exemplo) e 7,1% cocaína.

A conclusão é de uma pesquisa realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Grea).

A pesquisa considerou como drogas o álcool e o cigarro, além das ilegais, como maconha e cocaína. Outras substâncias psicoativas, como tranquilizantes, anfetaminas também foram consideradas. Todas essas, com exceção da cocaína, foram agrupadas como "drogas" no estudo.

O estudo mostra que os homens usam mais drogas que as mulheres. O mesmo acontece com relação aos estudantes que moram longe da família e com os estudantes do período noturno.

O estudante da USP tem entre 20 e 24 anos (60%), é solteiro (91%), mora com a família (81%) e tem religião (72%), que não pratica (61%). Os alunos deviam responder se usaram alguma droga, o tipo e a frequência (veja quadro).

Foram distribuídos 3.203 questionários. A USP tinha, no período da pesquisa, em 96, 29.305 alunos. Desses questionários, foram usados 2.564 para a tabulação dos dados. Os formulários foram distribuídos proporcionalmente entre as áreas de humanas, exatas e biológicas.

O uso de drogas na universidade aparece como um problema sério, segundo Erasmo Magalhães Castro de Tolosa, 61, superintendente do Hospital Universitário (HU) e professor-titular do departamento de cirurgia da Faculdade de Medicina. Ele diz que é realizada, em média, uma internação por mês no HU por overdose de drogas.

"Dos estudantes que já experimentaram droga, 90% não vão se viciar, mas, como médico, estou preocupado com os 10% que, a partir da experimentação, podem se tornar dependentes", diz o psiquiatra Arthur Guerra de Andrade, 43, coordenador do Grea.

"Até a realização do estudo, não se sabia se havia um pequeno ou grande número de usuários. Os números são assustadores", afirma Andrade.

Apesar da preocupação com a imagem dos estudantes, Andrade diz que o estudo não pretende ter caráter moralista ou punitivo.

"O objetivo é conhecer e medir o uso de drogas para elaborar campanhas de prevenção, tratamento e assistência médica", diz ele.

DCE

Para o coordenador do Diretório Acadêmico Livre (DCE) da USP, Marcio Funcia, 30, estudante de espanhol, a pesquisa é interessante, mas não aponta soluções.

"Antes de a pesquisa ser feita, deveria ter havido uma conversa com o DCE e os centros acadêmicos. Uso de drogas existe na USP como no resto da sociedade. A droga não é um problema da universidade, mas sim da sociedade."

"O uso de drogas é uma questão de foro íntimo. Se for por prazer, depressão ou mesmo uma busca da morte, é um problema individual. O tráfico é condenável, mas o DCE não tem posição oficial de como deve ser combatido."

NACIONAL/22/09/97/CONTROLE OPÕE ALUNOS À REITORIA

da Reportagem Local

O controle de drogas na USP vem causando polêmica entre a reitoria e os estudantes. O Denarc (Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos) tem um convênio com a USP para evitar o tráfico nas dependências da universidade.

"Essa é uma atitude autoritária. O reitor não podia simplesmente colocar a polícia dentro do campus. Os problemas entre estudantes e polícia datam do regime militar. Era preciso consultar a comunidade universitária sobre o assunto, antes de pôr a polícia aqui", diz Marcio Funcia, 30.

O último número do "Jornal do DCE" afirma que a USP mantém um posto policial dentro da universidade. "Eles estão usando carros da segurança universitária", afirma Funcia.

O reitor Flávio Fava de Moraes diz que já conversou com os investigadores do Denarc sobre a vigilância na USP. "Se algo for encontrado, se algo acontecer, nenhuma providência será tomada antes do meu conhecimento."

Para Erasmo Magalhães Castro de Tolosa, superintendente do Hospital Universitário, a presença da polícia não é inconveniente.

"O HU recebe, além de estudantes com overdose, alunos machucados durante brigas dentro do campus. Também são casos relacionados a droga e álcool."

Funcia diz que o DCE da USP é favorável ao combate ao tráfico de drogas. "É um crime, claro, mas é preciso discutir como combater o tráfico no campus."

(NR)

NACIONAL/22/09/97/COTIDIANO/CIGARRO É 2ª DROGA MAIS USADA

da Reportagem Local

A segunda droga mais usada entre os alunos da USP, segundo a pesquisa, foi o tabaco _43.3% dos alunos já o experimentaram pelo menos uma vez na vida.

"O que causa mais surpresa é o alto uso de tabaco, o maior de todo o estudo, entre os estudantes da área de biológicas. Eles sabem que o cigarro provoca câncer, mas fumam muito", diz o psiquiatra Arthur Guerra de Andrade, coordenador do Grea _Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e

Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Grea).

Entre os motivos apontados por ele para o alto consumo de cigarro e drogas, em geral, entre os estudantes da área de biológicas, está a pressão dos cursos.

"Um estudante de medicina fica sob muita pressão. É muito difícil ver um paciente morrer ou ter de participar de uma cirurgia delicada, de uma amputação. São situações de estresse extremo. Isso ajuda os estudantes a fumar mais ou a procurar uma forma de relaxar."

Do outro lado, estão os estudantes da área de exatas. São os que menos bebem, fumam ou usam drogas, de forma geral.

"Parecem ter um perfil mais adulto, que procura mais a preservação, apesar da pressão a que também estão submetidos. Todos sabem que estudar na Escola Politécnica não é fácil", afirmou Andrade.

Observação

Para o psiquiatra, hoje os estudantes usam muito mais drogas que os colegas de sua turma.

"Não há comprovação científica. É uma observação impressionista. A partir dessa pesquisa será possível comparar o uso de drogas dessa geração e de futuros universitários", afirma.

"Hoje há muito mais drogas disponíveis e o acesso a vários tipos de drogas está mais fácil. Existe propaganda e pressão para o consumo de cigarros e álcool por toda a parte. Também hoje os jovens têm menos perspectiva de futuro. Esse vácuo cria espaço para a droga aparecer."

Andrade afirma ainda que a modificação nos relacionamentos pode contribuir para o uso mais intenso de drogas.

"Antes as pessoas namoravam, tinham compromissos. Hoje, os casais ficam. Depois de ficar, não fica nada", diz Andrade.

(NR)

NACIONAL/22/09/97/COTIDIANO/PARA ESPECIALISTA, DADOS SÃO PREOCUPANTES

da Reportagem Local

Para o presidente do conselho diretor do Instituto de Psiquiatria do HC-FMUSP, Valentim Gentil Filho, os dados da pesquisa mostram uma realidade muito séria.

"Hoje, há crianças de 8, 9 anos, fumando crack nas ruas. Para os adolescentes, esse é um momento de tempestade cerebral. Em 20 anos, teremos uma geração de psicóticos, doentes mentais."

Segundo ele, o estudo do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (Grea) demonstra a necessidade de campanhas preventivas.

"Esse estudo será apresentado num grande evento no final de outubro em São Paulo. Será um simpósio sobre psiquiatria em que apresentaremos os resultados da criação de grupos especializados, como o de estudo da depressão, ansiedade e uso de drogas."

Evento

O evento "Psiquiatria e Saúde Mental no Século 21 _ Assistência, Ensino e Pesquisa" trará representantes de institutos de psiquiatria da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, considerados referências mundiais na área.

De acordo com Gentil Filho, tratar de problemas psiquiátricos traz economia ao governo.

"Nos Estados Unidos, os custos diretos e indiretos com problemas mentais são de US\$ 40 milhões por ano. No Brasil, deve ser algo em torno de US\$ 20 milhões."

Atualmente, o IPq faz 40 mil consultas ambulatoriais por ano. "Pretendemos atender 70 mil pessoas. O IPq não terá capacidade de atender a todos, mas precisa funcionar como um centro de disseminação de práticas de sucesso", diz o diretor-geral do IPq.

"Esse evento vai marcar o início de uma campanha de conscientização sobre a saúde mental. Vamos mostrar o que já foi feito."

No simpósio, será apresentada também uma proposta de reforma no prédio do Instituto de Psiquiatria.

"As instalações são obsoletas. O que adianta especializarmos os médicos, se em uma mesma enfermaria colocamos uma menina com anorexia, uma pessoa com depressão, um psicótico e um demente? A psiquiatria moderna pede enfermarias especializadas e tratamentos especializados."

A reforma do prédio do IPq está estimada em R\$ 27 milhões.

(NR)

NACIONAL/22/09/97/COTIDIANO/REITORIA VAI ATACAR DROGAS

da Reportagem Local

O reitor da USP (Universidade de São Paulo), Flávio Fava de Moraes, 59, diz que uma grande campanha preventiva de combate às drogas será deflagrada na universidade, a partir dos dados da pesquisa.

"Esse é um trabalho pioneiro. Os objetivos são prevenção, tratamento e recuperação. O estudo mostrou a situação dos estudantes e estabeleceu limites entre o mito sobre o uso de drogas e a realidade", afirmou Fava de Moraes.

Apesar de considerar os números altos, o reitor Fava de Moraes disse que a pesquisa desmascara o folclore que diz que o estudante universitário bebe muito e usa muitas drogas.

Folclore

"A pesquisa não aponta para esse fato. Apesar de altos, os dados estão aquém do folclore sobre uso de drogas na universidade", disse.

Segundo o reitor Fava de Moraes, a universidade tem responsabilidade com os pais dos estudantes sobre o ambiente em que seus filhos estudam.

"Por isso é tão importante um estudo que mostre a realidade com transparência", afirmou.

Fava de Moraes diz ainda que universidade vai oferecer todo o tipo de suporte, inclusive médico e financeiro, para os casos considerados graves. (NR)

11/11/97/PAINEL DO LEITOR

Liberdade de expressão

"A prisão dos integrantes do grupo Planet Hemp em Brasília, na madrugada do último domingo, é um duro golpe na liberdade de expressão. Não gostar da música do grupo, tudo bem. Ser contrário à liberação do consumo da maconha também é um direito. Não se pode, porém, impedir que aqueles que defendem a discriminação das drogas manifestem sua opinião. Isso lembrou-me os tempos do Departamento de Censura Federal, responsável pela palavra final sobre o que os brasileiros deveriam ver e ouvir. Agora, é esperar para ver se não se tornará moda prender gente que prefere usar sinceridade ao manifestar suas idéias." Marcos Roberto Burghi (São Caetano do Sul, SP)

*

"A respeito da prisão dos integrantes do grupo Planet Hemp, penso que isso talvez sirva de exemplo a milhares de jovens que imaginam que o uso da maconha não pode fazer mal algum. É o fato de incitar o uso da droga, sem nenhuma informação moral ou científica, fazendo apologias, que deve ser condenado. Se os mal-informados rapazes do Planet Hemp usam maconha, que guardem o mal para eles, sem influenciar quem não tem nada com isso." Ricardo Pinheiro Lima (São Paulo, SP)

14/11/97/PAINEL DO LEITOR

Apologia

"Enquanto os valorosos músicos do Planet Hemp continuam presos em Brasília, por onde andam os filhinhos de papai que covardemente queimaram o índio pataxó Galdino dos Santos nesta mesma cidade?" Alberto Marsicano (São Paulo, SP)

*

"Assistimos com apreensão a movimentação de um grupo de artistas e políticos se pronunciando contra a prisão do grupo musical Planet Hemp, cujas composições fazem apologia à maconha. Acreditamos que a liberdade de expressão deve ter seus limites éticos. Gostaria de ver o mesmo grupo defender a liberdade de expressão das minorias favoráveis ao nazismo ou a discriminação racial que, da mesma forma, são posições tão abomináveis quanto o uso de drogas." Luiz Fernandes E. Lima (Brasília, DF)

*

"Além de incitar jovens ao uso de drogas, o Planet Hemp faz música de péssima qualidade. Antes de liberar a maconha, vamos educar o povo brasileiro para que todos saibam, inclusive, diferenciar arte de porcaria!" Marilda Bernardino (Bragança Paulista, SP)

15/11/97/PAINEL DO LEITOR

Liberdade de expressão

"O Brasil é um país democrático e sou contra a censura. Mas devemos ter em mente que, como em qualquer país democrático do mundo, as pessoas têm responsabilidade sobre aquilo que falam e fazem. Cito o caso do Planet Hemp. Seria realmente hilariante se esses músicos ficassem por aí, impunes, estimulando não só a liberação como também o uso de drogas." Sandro Beraldo (Londrina, PR)

*

"Como prendem o pessoal do Planet Hemp e deixam Faustão e Gugu soltos?" Adayr Bôrro Junior (São Paulo, SP)

22/11/97/PAINEL DO LEITOR

Liberdade de expressão

"A Folha se diz 'a serviço do Brasil'. Será sempre? Qual é o serviço prestado pela postura mal disfarçada adotada pelo jornal no episódio da prisão de criminosos apologistas do cânhamo travestidos de músicos, apresentando-os, no editorial sobre o caso Planet Hemp, publicado à pág. 1-2 (Opinião), de 15/11, como vítimas de repressão à liberdade de expressão? e tolerante no episódio em questão é ser conivente no crime e irresponsável na ética. Qualquer um sabe que a imensa maioria da infância e juventude brasileiras, expostas a uma tal mensagem, sofrerá influência devastadora. Não existe no uso de drogas o 'glamour' que o Planet Hemp propaga e a Folha preserva, confundindo o tema com a liberdade de manifestação." Jorge João Burunzuzian (São Paulo, SP)

ERRAMOS: 19/11/97

O editorial "O Caso Planet Hemp", à pág. 1-2 (Opinião), de 15/11, cometeu dois equívocos. No terceiro parágrafo, onde se lê "segundo parecer do Tribunal de Justiça", leia-se "segundo decisão do Tribunal de Justiça". No quarto parágrafo, o editorial erra ao dizer que a Lei de Tóxicos trata com o mesmo rigor disciplinar o usuário esporádico de drogas e o traficante; o correto seria dizer que a lei atual, ao definir a conduta de tráfico de entorpecentes, não distingue entre o traficante profissional e o eventual fornecedor de tóxico, ainda que o faça gratuitamente. ERRAMOS

NACIONAL/15/11/97/OPINIÃO/EDITORIAL/O CASO PLANET HEMP

A recente prisão dos integrantes do grupo de rock Planet Hemp, acusados de fazer a apologia do uso da maconha, deve servir de alerta para os perigosos precedentes que vêm sendo criados para o cerceamento da liberdade de expressão no país. O episódio, ademais, é particularmente complexo por resvalar em outro ponto polêmico, relativo à legislação e à política do uso de entorpecentes.

A Constituição preserva inequivocamente, em seu artigo 5º, a liberdade de manifestação do pensamento. E inclui essa norma entre suas cláusulas pétreas, com vigência imediata, não cabendo portanto dúvidas quanto à importância que a ordem jurídica lhe confere.

Além disso, segundo parecer do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que determinou a soltura dos músicos, mesmo sem entrar no mérito da questão, teria havido erros técnicos no flagrante que ocasionou a prisão, o que torna o episódio ainda mais merecedor de repúdio.

É preciso notar também que a severidade da atual Lei de Tóxicos, criada no regime militar, não se ajusta às recentes mudanças sociais, propondo um mesmo rigor disciplinar a casos diferentes, como o de um usuário esporádico e o de um traficante.

A detenção dos integrantes do grupo procurou, como já é de costume, atingir apenas alvos fáceis (porque ostensivos) no combate a uma prática com a qual o mundo contemporâneo tem convivido de maneira bastante conflituosa. A verdade é que as sociedades ainda não criaram consensos significativos quanto aos procedimentos para coibir ou mesmo tolerar o uso de entorpecentes. O pior é que a repressão às vezes acaba por chamar uma atenção excessiva para fatos que talvez estivessem destinados a não ter repercussão.

O episódio torna, pois, mais do que oportuna a tarefa de rever a atual legislação sobre uso de tóxicos; alerta também para a importância de a sociedade não transigir na defesa contínua da liberdade de expressão, sem a qual a democracia fenece.

NACIONAL/09/11/97/COTIDIANO/PLANET HEMP É DETIDO PELA POLÍCIA

da Agência Folha, em Belo Horizonte

Os integrantes da banda carioca Planet Hemp foram detidos pela polícia mineira, na madrugada de ontem, quando saíam de um bar em Belo Horizonte, e levados para depor.

O juiz Ely de Mendonça, da 5ª Vara Criminal de Belo Horizonte, expediu anteontem contra o grupo um mandado de busca e apreensão de material que faça apologia ao uso de drogas.

Segundo o produtor Aluizer Malab, 18 músicos e técnicos da banda ficaram detidos por cinco horas e foram liberados às 8h.

A banda, que pede a legalização da maconha em suas letras, faria um show anteontem, que foi cancelado pelo juiz.

Na madrugada de ontem, a Polícia Civil, cumprindo outro mandado judicial, revistou a bagagem e os instrumentos da banda, que estavam em um ônibus.

Malab disse que vai analisar, junto com um advogado, a fundamentação das decisões do juiz para ver quais providências irá tomar. Os ingressos foram devolvidos.

SÃO PAULO/10/11/97/COTIDIANO/ PLANET HEMP É PRESO POR APOLOGIA DA DROGA

Fabiana Melo da Sucursal de Brasília

Os integrantes da banda carioca Planet Hemp foram presos na madrugada de ontem pela Polícia Civil do Distrito Federal após se apresentarem para 7.000 pessoas.

Eles foram presos em flagrante acusados de fazer apologia do uso da maconha. De acordo com o delegado titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, Eric Castro, a Polícia Civil do Distrito Federal vinha estudando as letras das músicas do Planet Hemp havia um ano.

Segundo Castro, a polícia chegou à conclusão de que os músicos incentivavam o uso da droga e que poderiam ser enquadrados em dois artigos da Lei de Entorpecentes (6.368), pela apologia (artigo 12) e pela associação de pessoas para uso de drogas (artigo 18).

Ele declarou que os músicos não foram presos antes porque a polícia não conhecia os nomes completos dos integrantes da banda nem seus endereços.

"Soubemos do show aqui em Brasília e conseguimos autorização judicial para gravá-lo, tanto em vídeo quanto em áudio. Como esperado, eles cantaram as músicas que fazem apologia do uso da maconha", disse o delegado.

Castro disse que, caso sejam condenados, eles podem ficar presos de 3 a 15 anos. "O artigo no qual eles foram enquadrados não permite o pagamento de fiança, portanto eles devem continuar presos até o julgamento", afirmou.

A polícia encontrou pontas de cigarro de maconha no hotel em que estavam hospedados. Eles foram submetidos a exames toxicológicos e de lesões corporais no Instituto Médico Legal. Os resultados serão divulgados em oito dias.

Marcelo Maldonado Peixoto (D2), 30, Gustavo de Almeida Ribeiro (Black Alien), 25, Eduardo da Silva Vitória (Jackson), 20, Joel Oliveira Júnior (Formiga), 34, Wagner José Duarte Ferreira (Bacalhau), 25, e José Henrique Castanho de Godoy Pinheiro (Zé Gonzales), 28, podem ser transferidos para o Núcleo de Custódia de Brasília - no Complexo Penitenciário da Papuda.

Segundo Castro, essa transferência pode ser feita hoje, dependendo da existência de vagas. Os músicos do Planet Hemp estão presos na carceragem da Coordenação de Polícia Especializada.

Segundo a Folha apurou, a Sony Music, gravadora do grupo, já contratou o advogado Nabor Bulhões para defendê-los. Bulhões foi um dos advogados que defendeu Paulo César Farias.

Além dos seis músicos, a Polícia Civil prendeu três menores, com idade entre 14 e 15 anos, fumando maconha após o show.

Na madrugada de sábado, em Belo Horizonte, a banda foi detida por cinco horas para prestar depoimento.

NACIONAL/10/11/97/COTIDIANO/OCORRÊNCIAS

Out.95 - A polícia de Goiânia apreende 53 exemplares do CD "Usuário", camisetas e material promocional; o promotor do show é preso, e a apresentação, cancelada.

Jul.96 - Dois shows em Vitória (ES) são cancelados, e o promotor do evento é preso. Shows em Salvador são proibidos, e 62 pessoas vão presas.

Out.96 - Show no Distrito Federal é proibido, e 150 CDs são apreendidos.

Jul.97 - O titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador proíbe dois shows na cidade.

Out.97 - O juiz Ailton Augusto dos Santos proíbe show em Duque de Caxias (RJ), no dia 6, baseado em telefonema de um "popular" que noticiava a apreensão de algumas famílias. No dia 7, o presidente da Sociedade Hípica Brasileira (Rio) impede apresentação do grupo no clube, alegando que o Planet Hemp faz propaganda de drogas.

NACIONAL/11/11/97/COTIDIANO/PLANET HEMP PASSA OUTRA NOITE NA PRISÃO

Abnor Gondim da Sucursal de Brasília

O juiz da 1ª Vara de Entorpecentes de Brasília, Vilmar Pinheiro, deverá apreciar hoje o pedido de relaxamento de prisão apresentado em favor dos seis integrantes da banda carioca Planet Hemp. Eles são acusados de fazer apologia do uso de maconha.

Os integrantes da banda foram presos em flagrante anteontem de madrugada, após show para 7.000 pessoas. O espetáculo foi gravado por policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes como prova do suposto crime.

O advogado Nabor Bulhões afirmou no pedido de relaxamento de prisão que eles foram presos ilegalmente, pois inexistem provas da alegada apologia da maconha. Bulhões foi contratado pela gravadora da banda, a Sony Music.

Ele defendeu o empresário Paulo César Farias, ex-tesoureiro de Fernando Collor de Mello.

Policiais da Delegacia de Entorpecentes apreenderam um desenho da planta de maconha e colares com a folha da erva levados por fãs que tentaram visitar os músicos na prisão.

O líder do grupo Marcelo Maldonado Peixoto, o Marcelo D2, 30, disse que a prisão pode inspirar uma nova música, possivelmente em defesa do consumo e do plantio da maconha.

"A gente não deve mudar de posição, mas, por enquanto, é melhor não falar nada para não complicar ainda mais as coisas".

O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), defensor da legalização do uso da maconha, visitou ontem o grupo na prisão, juntamente com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa de Brasília, Antonio Cafu (PT).

Minas

Os integrantes da banda carioca vão ter de responder a outro inquérito, também por apologia ao uso de drogas, aberto pela 2ª Delegacia de Tóxicos de Belo Horizonte (MG).

O delegado William Leroy, chefe da delegacia, disse ontem que quatro integrantes da banda foram citados como suspeitos no inquérito, mas ele disse que não se lembrava dos nomes deles.

Os músicos e técnicos da banda ficaram detidos por cinco horas em Belo Horizonte, na madrugada de sábado, para prestar depoimentos ao delegado.

Leroy disse que aguarda pelo resultado da perícia em objetos que foram apreendidos durante uma busca na bagagem do Planet Hemp: um chaveiro em forma de folha de maconha, uma ponta de cigarro e uma caixa metálica, contendo uma erva.

Marcelo D2, disse, antes de viajar para o Distrito Federal, que a erva encontrada é artemisia, uma planta medicinal. Ele também negou que a banda faça apologia ao uso de drogas.

O show da banda em Belo Horizonte, que estava marcado para a noite da última sexta-feira, foi cancelado por determinação do juiz Eli Lucas de Mendonça, da 5ª Vara Criminal do Fórum de Belo Horizonte.

Colaborou Carlos Henrique Santiago, da Agência Folha, em Belo Horizonte

23/11/97/PAINEL DO LEITOR

Censura

"Causou-me surpresa e indignação a notícia veiculada na Folha, em 20/8, à pág. 3-2 (Cotidiano), que diz da apreensão de quatro livros da Revisão Editora na Bienal do Livro, no Rio. A queixa-crime fora registrada porque supunha que essas obras faziam apologia do anti-semitismo. Nenhum deles faz apologia do racismo, nem do anti-semitismo, nem de drogas, nem da pornografia. Se o Brasil é livre e soberano, tais picuinhas, que redundam em danos materiais e morais, devem ser coibidas. Afinal, pensava que apreender livros fosse coisa de nazista." Altair Reinehr (Maravilha, SC)

NACIONAL/20/08/97/COTIDIANO/'NÃO SOMOS NAZISTAS', DIZ EDITOR

da Sucursal do Rio

O editor Sigfried Ellwanger Castan, 69, dono da editora Revisão (com sede em Porto Alegre), considerou a decisão do juiz Carlos Alfredo Flores da Cunha, da 26ª Vara Criminal do Rio. "um atentado à liberdade de expressão".

De acordo com o editor, há cerca de sete anos a Federação Israelita do Rio Grande do Sul entrou com uma ação contra a publicação e venda dos livros no Estado.

Os livros foram então apreendidos para exame e deixaram de ser vendidos. "Mas no início do ano passado fui absolvido e os livros foram devolvidos", afirmou Castan.

Ainda de acordo com o editor, a Federação Israelita teria entrado com um recurso em segunda instância e conseguido mais uma vez suspender a venda dos quatro títulos. A editora teria então decidido recorrer da decisão.

"Os livros não estão proibidos. Estão apreendidos no Rio Grande do Sul. Temos certeza de que a decisão de Brasília será a nosso favor. Não somos nazistas nem racistas. Somos historiadores", disse Castan.

Para o autor e proprietário da editora Revisão, o pedido para que os livros fossem apreendidos foi causado por "uma irritação". "Isso aconteceu porque contestamos o holocausto judeu e mostramos que nunca houve câmara de gás", disse. (CG)

27/11/97/PAINEL DO LEITOR

Verdade encoberta

"Todos sabem que há um grande véu de hipocrisia ocultando a realidade dos fatos relativos ao uso de drogas, especialmente a maconha. Por que os sábios juristas que agora se manifestam nunca exigiram a prisão dos atores da TV, por exemplo, quando ostensivamente sugerem que a bebida alcoólica é o 'must'? Como só existe unanimidade científica quanto aos malefícios do álcool, não estaria 'o véu' encobrindo uma simples questão mercadológica?" Marcos de Gusmão Lambert (Lagoa Santa, MG)

Feira de artesanato

"Soubemos, estarecidos, que o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, pretende transferir a feira de artesanato que há muitos anos se realiza na praça da República para a praça Roosevelt. Isso nos lembra um antigo prefeito do interior que queria transferir o 7 de setembro para o mês de dezembro a fim de não atrapalhar as aulas. Seria bom que algum assessor tentasse explicar ao alcaide que a feira é um referencial cultural da cidade e, como tal, não é transferível." Jaime Pinsky e Carla Bassanezi, historiadores (São Paulo, SP)

30/11/97/PAINEL DO LEITOR

A praça é nossa

"Feira de artesanato: seria bom que alguém tentasse explicar aos leitores que enviaram carta ao 'Painel do Leitor' em 27/11, Jaime Pinsky e Carla Bassanezi, que referencial cultural não é endereço e graças à luz dada ao nosso alcaide estamos com a praça da República limpa, sem crack e trombadões..." Domingos Fontan (São Paulo, SP)

*

"Ao tomar a decisão de acabar com a feira da República, por que será que deram tanta ênfase ao tráfico e consumo de drogas? A meu ver não é com a expulsão de artesãos de uma feira cultural que o tráfico e o consumo de drogas irão acabar ou até diminuir. A feira existe há mais de 40 anos e é um dos pontos turísticos de São Paulo, inclusive consta em todos os nossos guias de turismo. O problema não deve ser transferido, mas, sim, resolvido pela raiz." Silvia Iara Cassiano Ribeiro (São Paulo, SP)

01/12/97/PAINEL DO LEITOR

Feira da República

"Acho que nosso centro deve ser reurbanizado, revitalizado, arrumado, organizado e 'limpo' de todos os seus problemas _inclusive tráfico e consumo de drogas. Mas acho que isso deveria ser feito com planejamento, competência e seriedade, o que não está acontecendo. É inconcebível que os artistas da praça da República sejam transferidos para a praça Roosevelt, que começa a ser demolida em janeiro de 98." Eliana B. Chumer (São Paulo, SP)

05/12/97/PAINEL DO LEITOR

Restrição de liberdade

"O artigo do dr. Alberto Zacharias Toron, 'O Planet Hemp e a hegemonia do cinismo', de 26/11, é uma boa resposta ao do professor Celso Bastos, 'Sem passaporte para o crime', de 22/11, em que este defende a prisão de quem fizer letras que possam instigar o uso da maconha. O fato de a Constituição considerar o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins crime inafiançável não pode servir de pretexto para restringir a liberdade de expressão. Fazer música é bem diferente de traficar." André Smith de Vasconcellos Suplicy (São Paulo, SP)

NACIONAL/22/11/97OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/SEM PASSAPORTE PARA O CRIME

Celso Ribeiro Bastos

Algumas pessoas foram tomadas por forte repulsa diante da prisão dos integrantes da banda Planet Hemp. O que é curioso notar é que essa reação veio contra um ato, a todos os títulos meritório, de mera aplicação da lei. Para um país como o nosso, de hábitos que, com frequência, agridem a lei, esse comportamento exemplar da polícia deveria merecer tão-somente encômios.

O ponto fundamental é que a lei que reprime o tóxico no país considera crime induzir e instigar alguém a usar entorpecentes. O Código Penal já continha uma previsão contra esses que, nada obstante não estarem praticando o ato recriminado, incitam outros a fazê-lo (art. 289).

A lei antitóxicos precisou dispensar a exigência de que a indução seja à prática de crime, uma vez que, como se sabe, no Brasil, o viciado não é juridicamente punível, pelo menos enquanto mero consumidor da droga.

É por isso que o art. 12 considera crime induzir alguém a usar entorpecentes. E não se diga que isso está em desacordo com a Constituição. Basta ver o que dispõe o art. 5º, inciso 43, e estar ciente de que nenhuma liberdade, na Carta, é considerada como absoluta.

A única coisa que se deve perguntar é o seguinte: praticaram os roqueiros o fato descrito em lei como crime?

A verdade é que a banda tem a sua imagem firmemente ligada à maconha, a começar pelo nome. Nas suas letras, passa a induzir e instigar o uso de drogas. Isso chega a ser feito pela via do exemplo, quando os próprios integrantes da banda, sem nenhum reboço, se declaram tomados pelo vício. E é inegável a força propagatória dos ídolos perante os seus fãs, sobretudo na adolescência. Mas essa é uma opinião que pode não ser acompanhada por outros.

O que considero totalmente recriminável no comportamento dos roqueiros é não ter levado a questão a juízo na primeira vez em que sofreram a repressão, quando seu show foi proibido. Fizeram ouvidos moucos às normas que vigem no país. Preferiram reincidir.

Já agora não poderia a polícia fazer senão o que fez: deixar correr a exibição até o seu final, resguardar o público contra tumultos e, ao fim, prender os criminosos em flagrante delito.

Só posso louvar esse comportamento equilibrado e justo das forças policiais. Creio que tudo serviu para inverter um pouco a tendência de considerar o Brasil como um país sem leis ou, ao menos, sem o seu cumprimento.

A lei pode ser dura. Não obstante isso, em vigor, tem de ser cumprida. Quem não gosta das leis em vigor deve lutar politicamente pela sua mudança e, se se considerar atingido por qualquer lei de forma abusiva, procurar a reparação pelo Judiciário. Esse é o funcionamento normal de um Estado democrático de Direito. Se os roqueiros não se enquadram nessa normalidade, têm, inevitavelmente, de arcar com as consequências. E ponto final.

Celso Ribeiro Bastos, 59, é professor de pós-graduação de direito constitucional e direito das relações econômicas internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC).

NACIONAL/26/11/97/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/O PLANET HEMP E A HEGEMONIA DO CINISMO

Se as penas para quem incentiva o uso de drogas são excessivas, o caso do grupo Planet Hemp chega a ser aberrante

Alberto Zacharias Toron

É evidente que a liberdade de expressão não é ilimitada. Imagine que alguém resolva sair por aí pregando o extermínio de judeus e negros sob o argumento de constituírem "raças inferiores", "malignas" ou coisa parecida. Embora não tão grave quanto os argumentos racistas, severamente reprovados pelas leis penais, ofensas à honra também são incriminadas. Uma sociedade democrática não pode prescindir de mecanismos de preservação dos valores cultuados. Como qualquer crime, independentemente do fato a que se refira a instigação e das consequências que dele possam advir, traz consigo uma ofensa ao sentimento de segurança dos cidadãos, resguardado pela Constituição. É da tradição do direito penal de praticamente todos os países a punição da apologia do fato criminoso ou do autor de crime (artigo 287 do Código Penal), cuja pena varia de três a seis meses de detenção ou multa.

A lei de tóxicos, de 1976, repete a idéia do Código Penal de 1940, só que, no caso de alguém contribuir "de qualquer forma" para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de drogas, vai ter, por um desses absurdos e injustificáveis excessos legislativos, a mesma pena que o traficante, isto é, de 3 a 15 anos de reclusão cumpridos integralmente em regime fechado. Enfim, de um ponto de vista jurídico e paranóico, matar uma pessoa ou pregar sua morte passou a ser a mesma coisa.

Se as penas para quem incentiva o uso de drogas são excessivas, o caso do grupo musical Planet Hemp chega a ser aberrante. É o resultado de uma mentalidade marcada pelo obscurantismo da guerra contra as drogas e, de outro lado, pela idéia de que, botando as coisas embaixo do tapete, tudo vai muito bem. Quer dizer, nesse tema, ou se fala contra ou não se fala nada. O curioso é que aqui no Brasil a banda já vendeu mais de 350 mil CDs e escandalizou alguns segmentos da sociedade com suas músicas tidas como criminosas, apenas porque defendem a idéia de que a maconha deve deixar de ser uma droga etiquetada como ilícita, ou porque apregoam não ser nociva.

Sadock e Kaplan, dois professores da faculdade de medicina da Universidade de Nova York, sustentam existir firmes evidências indicando que a maconha não provoca deterioração física ou mental ("Compêndio de Psiquiatria Dinâmica", 1984, pág. 452). E mais: na edição de 1990, afirmam que entre os efeitos da Cannabis pode-se contar o aumento da sensibilidade para cores, música e arte (pág. 262).

Num artigo publicado pouco antes de sua morte, Paulo Francis prestou um depoimento pessoal no sentido de que não há vício em drogas. "Há viciados." Embora exista aquele que as use e não pare mais, há muito mais pessoas que tomaram drogas de toda a espécie, pararam, ou continuaram vez por outra, e nada aconteceu com sua capacidade de funcionar. Maconha, segundo ele, é das "mais inofensivas" ("O Estado de S.Paulo", 9/2/97).

Enfim, quando uma entidade respeitável como a Joseph Rowntree Foundation, da Inglaterra, demonstra que o perfil padrão do consumidor de drogas está muito distante daquele que o senso comum acredita, isto é, "que a maioria dos jovens que usa drogas é sociável, sensível, com padrões morais muito parecidos com os da média de sua faixa etária" ("O Estado de S.Paulo", 9/11/97), soa

ridículo que se queira tratar os jovens membros do grupo musical como criminosos por colocarem de uma maneira artística as mesmas coisas que são ditas na universidade, em livros, no Congresso Nacional e, de resto, entre jovens e adolescentes nas conversas informais. Quem aplaudiu a ação da polícia, reduzindo o acontecimento a mera aplicação da lei penal, por uma questão de coerência, deveria reclamar a prisão das pessoas citadas e, também, de uma legião de pessoas que pensam da mesma maneira.

O discurso moralista parte de premissas falsas, como a de que "o uso das drogas destrói a vida", "perverte as relações humanas", "corrói a vida familiar" e "inspira atitudes criminosas". Colocações genéricas como essas servem para criar o alarmismo, mas ao confundir as inúmeras e diferenciadas drogas, cujos efeitos e sintomas são as vezes até opostos, caem no descrédito. Assim, uma coisa é a maconha, outra, bem diferente, o crack ou a heroína. Depois, são médicos que estão afirmando que a Cannabis, ao invés de incitar um comportamento criminoso, tende a suprimi-lo na exata medida que induz à letargia.

Podemos até discordar do que pensam alguns médicos, políticos, cientistas sociais e juristas, mas uma sociedade democrática não pode amordaçar os que discordam das idéias dominantes, sob o risco de se criar algo ainda pior, que é o totalitarismo engessador das inexoráveis mudanças sociais. Aliás, a liberdade filosófica teve por precursores toda a sorte de heréticos que o braço secular castigou durante todo o curso da Idade Média.

Alberto Zacharias Toron, 38, advogado criminalista, é professor de Direito Penal da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Foi presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes (1995-97) e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (1995-96). É autor de "Crimes Hediondos: o Mito da Repressão Penal".

12/12/97/PAINEL DO LEITOR

Mesa da roleta

"A respeito do editorial 'Não aos cassinos', publicado na Folha, em 19/11: negar que cassinos gerem empregos, impostos e turismo é, no mínimo, ignorância. Las Vegas, Punta Del Leste, Mônaco, Atlantic City são cidades conhecidas não pela praias, ou por corridas automobilísticas, mas pelos cassinos. Se há drogas, lavagem de dinheiro, prostituição onde existem cassinos, o que dizer de tudo isso no Brasil, onde não há cassinos (legalizados) e todos esses males são evidentes? A legalização só não interessa aos cassinos ilegais e a fanáticos religiosos." Fernando M. Serrano (Maringá, PR)

*

"Pertinente foi o artigo publicado na Folha em 19/11, na pág. 1-2 (Opinião), sob o título 'Não aos cassinos'. Quando o jogo foi extinto em 1946, em Poços de Caldas, dizia-se que a cidade iria sofrer um forte abalo econômico. Pelo contrário, ela cresceu muito mais na indústria e no comércio. A pessoa viciada no jogo, quando perde, está suscetível a muitas e fatais tentações. O sr. Iris Rezende, acima de qualquer interesse político, não deve ser favorável à abertura de cassinos, principalmente por dizer que é de formação evangélica." Antonio Pacitti (São Paulo, SP)

NACIONAL /19/11/97/OPINIÃO/EDITORIAL/NÃO AOS CASSINOS

O ministro da Justiça, Iris Rezende, esteve ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para defender o projeto que prevê a legalização dos cassinos e de uma loteria similar ao jogo do bicho. Disse que, por sua formação evangélica, é contra a proposta, mas, ainda assim, defendeu-a como ministro, por considerar que os cassinos irão criar empregos, aumentar a arrecadação de impostos e fomentar o turismo.

Ora, ao contrário do que argumenta o ministro _o mesmo que, logo depois de assumir o cargo, disse que "o crime, muitas vezes, é inevitável"_, os cassinos não criam empregos nem atraem divisas de turistas em montantes significativos mesmo em grandes centros de jogo legalizado. O próprio secretário-executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Paulo Jobim Filho, afirma que não há nenhum indício claro de que a legalização do jogo atrairia mais turistas ao país.

O ponto principal, porém, é outro. Cassinos têm efeitos desagregadores na vida dos indivíduos e das sociedades que os acolhem; são um incentivo à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico e à expansão da violência _como o mostram estatísticas de cidades com casas de jogo nos EUA.

Nem é preciso ir tão longe. Mesmo no Brasil, onde o jogo é proibido desde 1946, os problemas a ele relacionados são evidentes. Tome-se como exemplo as relações promiscuas entre o bicho e o tráfico de drogas em cidades como São Paulo e Rio.

Os poderes públicos, além de serem omissos em relação à prática ilegal do jogo, têm sido tolerantes, para dizer o mínimo, com formas maquiadas de jogo, a exemplo do que ocorre com os bingos e os sorteios pela TV, que, em tese, deveriam beneficiar instituições de caridade.

Conter a degradação social que o jogo estimula é um dever do Estado. O que é preciso sim é combater a expansão ilegal do jogo e restringir ao máximo as suas formas legais.

16/12/97/PAINEL DO LEITOR

O próximo vilão

"Um alerta é o artigo do sr. Antonio Ermírio na Folha de domingo. O automóvel, depois das drogas, das bebidas e do cigarro está, para se transformar no grande vilão do planeta." Antonio Melchor (São Paulo, SP)

Hipocrisia ou cegueira?

" Ao comentar o levantamento 'Impacto do uso do álcool e outras drogas nos acidentes de trânsito', o presidente da Abdetran, Antonio Carlos de Carvalho, afirmou: 'A sociedade não pode tolerar esse tipo de comportamento, há até parlamentar defendendo o uso e essa banda apregoando a maconha'. Segundo o levantamento, 61% das vítimas de acidentes haviam ingerido álcool e 7,3% maconha. Portanto ele deveria condenar a droga mais socialmente aceita do mundo pela maior parte dos estragos causados no trânsito. O sr. Antonio Carlos de Carvalho deveria enxergar melhor os dados de seu levantamento em vez de deturpá-los em favor de seus próprios valores." Cristina Mori (São Paulo, SP)

NACIONAL/19/11/97/COTIDIANO/SANGUE DE 61% DOS ACIDENTADOS TÊM ÁLCOOL

27% das vítimas avaliadas em estudo ultrapassavam quantidade máxima permitida pelo Novo Código

Betina Bernardes da sucursal de Brasília

Pesquisa inédita realizada entre acidentados no trânsito de quatro capitais no país mostra que 61% deles tinham tomado bebida alcoólica. Desses, 27% tinham no sangue quantidade de álcool superior a 0,6 grama por litro _o máximo permitido pelo novo Código Nacional de Trânsito.

O levantamento _"Impacto do Uso de Álcool e Outras Drogas em Vítimas de Acidentes de Trânsito"_ foi realizado nas cidades de Brasília, Curitiba, Salvador e Recife de 26 de agosto a 3 de setembro deste ano, com 1.114 acidentados a partir dos 13 anos de idade.

Foi detectado, por intermédio de exames de sangue e urina, que 7,3% haviam usado maconha, 3,4% haviam consumido tranquilizantes, e 2,3%, cocaína.

"Os números são alarmantes. A sociedade não pode admitir esse tipo de comportamento, há até parlamentar defendendo o uso e essa banda apregoando a maconha", disse Antonio Carlos de Carvalho, presidente da Abdetran (Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito), entidade que encomendou o estudo.

O grupo musical a que Carvalho se referiu é o Planet Hemp (Planeta Maconha), cujos integrantes foram presos após apresentação em Brasília, sob acusação de fazer apologia da maconha. Eles saíram da prisão na semana passada.

A pesquisa foi feita nos dois principais hospitais de cada cidade e nos IMLs locais. Ela mostra que 77,4% dos acidentados em Brasília tinham álcool no sangue, recorde das quatro cidades. O consumo de bebida alcoólica nas quatro capitais foi maior entre as vítimas de trânsito de 20 a 39 anos: 65% delas haviam bebido antes do acidente.

Chama a atenção, no entanto, o grande número de adolescentes que ingeriram álcool: 52,8% dos acidentados com menos de 20 anos estavam alcoolizados, 16,5% dos quais com mais de 0,6 g/l. Essa quantidade equivale, por exemplo, à ingestão de dois copos de uísque ou três de cerveja.

Na faixa etária dos 13 aos 17 anos, 47,7% das vítimas tinham tomado bebida alcoólica e 10,3% acusavam presença de mais de 0,6 g/l.

"Nossos adolescentes estão bebendo e, ainda por cima, dirigindo. É uma dupla infração", disse o psiquiatra Evaldo Oliveira, do Instituto Raid de Pernambuco, que estuda a dependência química.

Legalmente, é proibido vender bebida alcoólica a menores de 18 anos. Segundo Oliveira, como o álcool, maconha e cocaína prejudicam o ato de dirigir, pois afetam a coordenação motora e os reflexos. Isso explicaria a maior presença de acidentados com álcool no sangue entre as vítimas de choque (quando o veículo bate contra objeto fixo) e capotamento, 71,1% e 63,6%, respectivamente. Os resultados da pesquisa serão levados a governos municipais, estaduais e ao federal.

NACIONAL/14/12/97/OPINIÃO/O AUTOMÓVEL E A VACA SAGRADA

Antonio Ermírio De Moraes

A luta do momento é para manter os empregos no setor automotivo. Não é para menos. Tratam-se de postos de trabalho de alto valor. Os investimentos necessários para se criar um só emprego nesse setor são gigantescos. As exigências educacionais para o seu preenchimento são altas e os salários se situam entre os mais elevados da indústria.

É uma tristeza assistir ao fechamento de postos de trabalho de tamanha qualidade. A torcida geral é para uma retomada das atividades do setor e a volta à plena produção e altas vendas de veículos. Ao mesmo tempo, a cidade de São Paulo implementa um programa de rodízio porque as vias públicas não mais comportam os veículos particulares.

Esse problema é mundial. Há pouco tempo estive em Cingapura e me assustei ao ver que, para se licenciar um carro, o seu proprietário paga entre US\$ 27 mil e US\$ 49 mil por ano! E, além disso, é obrigado a pagar um pedágio de US\$ 2 para entrar no centro da cidade todos os dias _sem falar nos altos impostos de importação.

A revista "Economist" publica reportagem de capa sobre essa contradição mundial. A capacidade das indústrias para produzir automóveis é muito maior do que a dos governos em expandir as vias públicas, construir estacionamentos e acudir os que se acidentam em desastres.

De repente, a humanidade descobriu que o veículo individual, se de um lado é muito cômodo, por outro, é extremamente caro para ser sustentado pela comunidade. O mundo está entupido de automóveis e ninguém sabe como resolver os problemas de infra-estrutura.

Inúmeras cidades da Europa já adotaram os sistemas de pedágio urbano. Parece que essa medida funciona melhor do que a simples elevação do preço do carro ou do combustível. Mas ela é um desestímulo ao uso do automóvel. Ademais, o pedágio urbano só pode ser implantado em cidades que contam com boas redes de transporte público _o que também custa muito dinheiro.

É evidente que esses constrangimentos não deveriam ser invocados para explicar a crise por que passa o setor no Brasil. Ela está ligada ao descompasso tecnológico de algumas empresas, à exagerada elevação dos custos de produção e aos problemas conjunturais criados pela alta dos juros e principalmente pelas dificuldades de exportação.

Mais cedo ou mais tarde, esses problemas serão superados. Grave é a crise da infra-estrutura. As sociedades modernas exibem uma saturação de veículos que não têm a menor contrapartida do lado das vias públicas. É intrigante essa falta de planejamento do ser humano nesse campo.

Numa hora em que se vê tanta reclamação em face da ameaça do governo em aumentar a taxa de embarque em vôos internacionais _que as pessoas fazem raramente_ haveria políticos com coragem suficiente para propor o pedágio urbano atingindo a população inteira durante 365 dias por ano? Esse dilema terá de ser resolvido. Se, de um lado, não se pode adotar a solução da China com suas 400 milhões de bicicletas, de outro, não podemos continuar produzindo automóveis que não têm onde rodar.

Antonio Ermirio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

1998

07/01/98/PAINEL DO LEITOR

Apologia

"A música 'Cachimbo da Paz', de Gabriel, o Pensador, com o objetivo de falar contra a violência urbana, incentiva claramente o uso da maconha. Até aí o problema é dele e de quem escuta. No entanto fomos todos pegos de surpresa quando, no programa 'Fantástico', da Rede Globo, de 4/1, um 'clipe' dessa música, com clara conotação de apologia à maconha, foi mostrado. Que bela maneira de começar o ano! Será que os dirigentes desse programa nunca viram o rosto de uma mãe que tem um filho envolvido em drogas?" Miguel Angel Buelta (São Paulo, SP)

11/02/98/PAINEL DO LEITOR

Pena de morte

"Karla Tucker foi condenada à morte com injeção letal por ter assassinado violentamente a golpes de picareta um casal que teve sua casa invadida por ladrões que iam comprar drogas. A imprensa ficou ouriçada pela execução da criminosa após 14 anos de luta para obter perdão do governador do Texas. A ação da criminosa atingiu duramente os parentes da vítima. O governador não poderia perdoar a criminosa sob pena de lesar o direito daqueles que sofrerão eternamente a perda brutal dos entes queridos." Tito Livio Fleury Martins (São Paulo, SP)

18/03/98/PAINEL DO LEITOR

Incentivo mortal

"Com certeza os traficantes de drogas devem estar comemorando e aplaudindo os políticos de São Paulo, que, no último sábado, tiveram publicada, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a regulamentação da lei do deputado do PT Paulo Teixeira que permite a distribuição e troca de seringas para usuários de drogas injetáveis. Com a aprovação dessa lei, os nossos políticos acabam de oficializar a 'eutanásia para os viciados em drogas', fornecendo-lhes, gratuitamente, com o dinheiro público, a arma (seringas) que, mais cedo ou mais tarde, lhes vai provocar a morte certa." Mauro Borges, presidente do Conseg _ Conselho de Segurança do 21º DP de Vila Matilde (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/16/03/98/COTIDIANO/GOVERNO REGULAMENTA DISTRIBUIÇÃO DE SERINGAS PARA REDUZIR INFECÇÃO PELO VÍRUS HIV ENTRE DEPENDENTES

Lei permite troca de seringas em SP

Aureliano Biancarelli da Reportagem Local

O governo do Estado publicou no "Diário Oficial" do sábado a regulamentação da lei que permite a distribuição e troca de seringas para usuários de drogas injetáveis. Com isso, ficam legalizados os programas que até agora eram feitos às escondidas. A lei de drogas em vigor considera a distribuição de seringas como incentivo ao uso, o que pode resultar em até 15 anos de prisão.

A contaminação por seringas usadas é responsável por mais de um terço dos casos de Aids.

A lei paulista, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT), foi aprovada em setembro. A regulamentação ocorre no momento em que o país sedia a 9ª Conferência Internacional de Redução dos Danos Causados pelas Drogas, aberta ontem em São Paulo.

O primeiro programa de troca de seringas foi tentado em Santos, ainda em 1989. Mesmo com apoio e financiamento do Ministério da Saúde, os programas implantados nos últimos anos eram desenvolvidos de forma quase clandestina, o que ainda continuará acontecendo nos outros Estados.

A regulamentação da lei paulista estabelece que ONGs, instituições de ensino e serviços públicos que quiserem desenvolver programas de troca terão que ser credenciados e seus membros treinados pela Secretaria da Saúde.

"Esperamos que agora o número de programas se amplie", diz Artur Kalichman, coordenador do programa estadual de Aids.

40 seringas

As políticas de redução de danos causados pela droga estarão no centro dos debates da 9ª conferência. Anthony Henman, pesquisador do Instituto de Aids da Secretaria da Saúde do Estado de Nova York, diz que os programas têm que ser repensados em função das características da cocaína.

Segundo ele, uma "balada", que chega a durar 24 horas ou mais, implica em "picadas" a intervalos de uma hora ou menos, o que exigiria de 20 a 40 seringas.

Na Europa e EUA, onde a droga injetada é a heroína, os dependentes precisam de duas a três aplicações por dia.

"Os programas de troca são eficazes também para a cocaína, mas é preciso um contato bastante estreito com os dependentes", afirma Henman. As seringas tem que estar disponíveis sem limite de número e durante o maior tempo possível. Como as populações de usuários são marginalizadas, esse trabalho fica ainda mais difícil.

20/04/98/PAINEL DO LEITOR

Violência na escola

"A violência nas escolas públicas estaduais continua aumentando sem parar. Quantos educadores como a professora Beatriz Junqueira da Silveira Santos precisarão morrer para que o governo tome providências de proteção às escolas? Quanto mais o tempo passa, mais crianças e jovens serão levados às drogas, ao crime, mais educadores estarão ameaçados, mais sofrimento para os pais. Até quando, governantes?" Roberto Augusto Torres Leme, presidente da Udemo _ Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

28/05/98/PAINEL DO LEITOR

Drogas permitidas

"É difícil entender a luta contra as drogas no Brasil e no mundo. Como podemos ajudar nas campanhas antidrogas enquanto se gastam milhões em marketing para a venda de cigarro e cerveja, as duas drogas mais consumidas? É um contra-senso defender campanhas antidrogas e ao mesmo tempo aceitar comerciais para um maior consumo desses viciadores legais." Adriana Regina Cordeiro (Porto Velho, RO)

13/06/98/PAINEL DO LEITOR

"Data Venia"

"O direito entende que o ato final do desejo deve ser 'destipificado' da alegórica categoria criminal. Pode-se 'destipificar' o ato. Mas não se pode negar a existência de um desejo, a não ser produzindo uma neurose. O advogado Rodrigo da Cunha Pereira, em 'O avesso do direito' (Cotidiano, 'Data Venia', 6/6), lembra bem o cristianismo: não desejar a mulher do próximo, não desejar a morte do próximo etc... Lutar sempre contra os meus desejos naturais (Spinoza), pois o mal vem do desejo (Schopenhauer). Essa neurose que vivemos do 'querer é poder' vem em última análise propiciando o crescimento do consumo de drogas em todo o mundo. Que ninguém se engane com falso moralismo. A mesma indústria que fomenta o sexo alimenta paralelamente o uso de drogas, armas etc." Magnus Amaral Campos (São Paulo, SP)

NACIONAL/06/06/98/COTIDIANO/O AVESSE DO DIREITO

Rodrigo Da Cunha Pereira

O jusfilósofo italiano Giorgio del Vecchio, nos anos 50, disse que o Direito é essencialmente violável (existe por graça de sua violabilidade) e que as noções de "direito" e "torto" são interdependentes e complementares. Só há o Direito porque existe o Torto.

No início deste século, Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, em "Totem e Tabu", escreveu que não há necessidade de proibir algo que ninguém deseja; se algo é proibido, deve ser por que é desejado. Portanto, para toda lei existe um desejo contraposto a ela.

Foi assim desde a primeira lei: a proibição do incesto, possibilitadora de qualquer organização social, a que podemos, psicanaliticamente, chamar de "lei do pai".

Afinal, qual a razão de escrever "não cobiçarás a mulher do próximo", "não matarás", "não roubarás"? Certamente, alguém cobiça a mulher do próximo, tem o desejo de matar, roubar...

A ordenação jurídica, por meio de atos normativos (leis, decretos), nada mais é que o estabelecimento de proibições ou permissões para organizar as relações sociais. A lei jurídica é um interdito proibitório dos impulsos inviabilizadores do convívio social.

Ela se faz necessária principalmente para os que são incapazes, por si mesmos, de frear ou conter seus impulsos ou desejos em desacordo com a organização social.

Essas reflexões e princípios da ciência jurídica remetem-nos à atual discussão sobre as várias tentativas de reformas em nosso ordenamento jurídico. Entre elas, em especial, a do Código Penal.

Por exemplo, já é quase pacífico para a comissão dessa reforma penal que o adultério e a bigamia não devem mais ser tipificados como crimes. Alega-se suposto excesso de intervenção do Estado na vida privada e se diz que, na prática judiciária, esses crimes nunca são invocados etc.

Há que pensar, entretanto, um outro lado da questão. A retirada desse tipo penal poderá ter repercussões na esfera civil e em toda a organização social e jurídica.

Aquilo que se proíbe é justamente o que se deseja. A "destipificação" do adultério como crime não poderia significar uma quebra no princípio da monogamia e a perda do referencial jurídico da interdição da poligamia?

Isso não quer significar uma defesa moralista do não-adultério, mas apenas coerência com a ordenação jurídica em geral _ inclusive, e principalmente, com o direito de família. Nem significa considerar o adultério como causa de separações, pois a culpa de um desenlace conjugal é muito mais profunda que isso.

Os tipos penais adultério e bigamia talvez devam mesmo ser apenas referenciais de uma cultura. Mas são referenciais necessários, que funcionam como possíveis interditos e valores morais, numa tentativa de colocar limites e barrar excessos do desejo.

Sem esses referenciais, não seria possível a ordenação jurídica nos moldes em que está. É que somos sujeitos do desejo e, portanto, determinados por ele. E ele, muitas vezes, precisa mesmo de um limite externo _ a lei jurídica.

Rodrigo da Cunha Pereira, 39, advogado, é presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, conselheiro da OAB-MG, professor de direito de família da PUC-MG e autor de "Direito de Família - Uma Abordagem Psicanalítica". E-mail: ibdfam@net.em.com.br

21/06/98/PAINEL DO LEITOR**Incompetência**

"O Brasil é o 46º país (entre 53) no ranking de Competitividade Global, nossos professores estão 'perdendo o gás' ou fazendo greve de fome, nossa saúde pública está falida, nossos policiais ficam dependentes de drogas em vez de combatê-las. Será que só somos competentes e profissionais no futebol? Até quando?" José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

01/07/98/PAINEL DO LEITOR**Drogas e álcool**

"Sobre a coluna 'Gol, álcool e violência', de Luiz Caversan (pág. 1-2, Opinião, 19/6), gostaria de acrescentar um elemento que faltou em suas observações: responsabilidade paterna. Em nossos dias existe uma tendência em jogar para a sociedade e para o governo toda a responsabilidade sobre as mazelas nacionais, fazendo-nos esquecer que, se cada um de nós fizesse a sua parte, o todo seria melhor. O álcool sem dúvida é a droga mais livre e acessível que existe, mas sempre existiu e nos nossos dias é causadora de tantas desgraças mais pela tolerância dos nossos costumes (em nome de uma falsa modernidade) do que pelas suas propriedades destrutivas." Alexandre Ribas (Brasília, DF)

NACIONAL/19/06/98/OPINIÃO/GOL, ÁLCOOL E VIOLÊNCIA

Luiz Caversan Rio de Janeiro

Moro no Leblon, próximo de onde os torcedores brasileiros da zona sul do Rio costumam se encontrar para comemorar ou sofrer nos dias de jogos do Brasil.

Pude constatar "in loco", na última terça-feira, horas depois da vitória do Brasil sobre Marrocos, os resultados da combinação explosiva entre euforia futebolística, numerosa concentração de jovens mais consumo exagerado de álcool.

Deu em pancadaria, depredações, correria e instalação do medo no pacato bairro.

Havia muita gente, mas os mais eufóricos eram, naturalmente, os jovens, a maioria ainda menor de idade e que portanto não poderia estar de porre na rua. Eles estavam, porém, caindo.

Talvez não estivessem se as políticas oficiais sobre consumo de drogas e álcool no país não fossem tão hipócritas quanto ineficientes.

Se aqueles rapazes que estavam alcoolizados e trocando bordoadas estivessem, ao contrário, "viajando" calmamente com um cigarro de maconha nas mãos, iriam presos na hora.

Não se trata de fazer a defesa gratuita da maconha, mas sim de apontar para a incoerência de incriminar uma substância que faz menos mal para a saúde do que o álcool e deixar este último rolar solto. (Quem disse mais recentemente que álcool causa maiores danos ao ser humano do que a maconha foi renomada entidade médica oficial do governo francês).

Mas, ainda mais agora com a desculpa da Copa, qualquer garoto ou garota acima de 10 anos compra sua latinha de cerveja livremente em qualquer lugar. Aliás, já começa a tomar em casa, porque, como disse certa vez o presidente da Associação dos Comissários da Infância e Juventude de São Paulo, o álcool é a "droga doméstica".

Pesquisa deste ano mostrou que 90% dos estudantes da USP bebem ou já beberam. Outra pesquisa diz que 38% dos acidentes de trânsito (foram 263.743 em 1996) têm como causa motoristas alcoolizados.

Estima-se que o país gaste perto de US\$ 20 milhões por ano para tratar doentes de alcoolismo.

Mesmo assim, quase todo mundo que enche a cara acha isso normal. O problema é a maconha...

02/07/98/PAINEL DO LEITOR**Fim do tráfico**

"Quanto às drogas, é só acabar com as plantações de maconha, de coca etc. e automaticamente estariam 'liquidados' os traficantes e os usuários. Mas a quem isso interessa? Ou a quem isso não interessa?" Fernando de Bortoli (São Paulo, SP)

15/08/98/PAINEL DO LEITOR**Drogas na faculdade**

"Apropriado o termo utilizado pelo jornalista Gilberto Dimenstein, na reportagem 'Consumo de drogas dobra durante o curso de medicina' (Cotidiano, 12/8), de que o alcoolismo na faculdade de medicina não é devido a um caminho inexorável, mas ao 'reforço de uma tendência'. Absolutamente falaciosa a inferência de que o número de usuários de drogas salte de 39% para 82% só por causa do curso médico." Magnus Amaral Campos (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/12/08/98/COTIDIANO/ESTUDO CONCLUI QUE USO DE ÁLCOOL DOBRA DURANTE CURSO

Gilberto Dimenstein do Conselho Editorial

Consumo excessivo de drogas, inclusive álcool, entre estudantes de faculdades de medicina foi detectado em investigação realizada por psicólogos e psiquiatras da USP (Universidade de São Paulo). De cada 100 alunos de medicina no sexto ano da faculdade, 82 bebem com frequência _o que não significa um caminho inexorável ao alcoolismo, mas o reforço de uma tendência.

No primeiro ano do curso, essa média é de 39 em cada 100 alunos.

À medida em que os alunos vão chegando no fim do curso, o consumo de álcool e drogas vai aumentando ainda mais.

Esse fenômeno é atribuído, entre outros fatores, ao estresse típico dos cursos de medicina. "O estudante de medicina passa por um processo de bombardeamento psicológico", sustenta Wagner Gattaz, chefe do Departamento de Psiquiatria da USP.

Os alunos são submetidos a situações de extrema tensão por lidarem com pessoas no limite entre a vida e a morte. São, ao mesmo tempo, obrigados a passar madrugadas acordados no plantão.

Com isso, cresce o consumo de todas as drogas. Dos estudantes, 20% usam com frequência algum tipo de tranquilizante quando estão no último ano do curso; 16% consomem maconha.

A incidência se mostrou ainda mais expressiva no interior de São Paulo, onde faltam alternativas de lazer e os estudantes vivem longe de suas famílias.

Rotineiramente chegam às direções das faculdades informes sobre estudantes que param no pronto-socorro em coma alcoólica.

"Os níveis são elevados", afirma o responsável pela pesquisa, Arthur Guerra, chefe do Grea (Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas), do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina.

Desde 1991, o Grea faz um levantamento em faculdades de medicina de São Paulo, numa investigação iniciada na capital, onde se detectou um alto consumo frequente de drogas e álcool.

Nessa primeira rodada, foram respondidos, em três anos, de 1991 a 1993, 2.600 questionários.

Depois, o levantamento, concluído ano passado, se espalhou para mais faculdades da capital e interior; ao todo, são nove faculdades, num painel amplo sobre como se comporta o estudante.

"Se um médico não vê o consumo excessivo de álcool como um problema, há um risco de prejuízo ao paciente", afirma Guerra.

Esse prejuízo só ocorre quando o estudante vira um profissional e é contaminado pelo vício.

A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo estão, agora, oferecendo programas apenas a médicos com problemas de consumo de drogas.

"Muitas vezes, o médico se sente arrogante e não consulta outros médicos. Quando vê, é tarde demais", afirma Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo, que coordena esse programa.

17/08/98/PAINEL DO LEITOR

Malefícios da maconha

"A maconha, embora considerada leve pelos especialistas, é o passaporte para as drogas pesadas. Ademais, existe muita desinformação sobre os males que ela causa ao organismo. Obviamente, traficantes e dependentes proclamam seu caráter inofensivo. O psiquiatra Eduardo Kalina afirma que, a partir da entrada maciça da maconha nos países desenvolvidos, começaram a se observar psicoses tóxicas, com evolução para surtos psicóticos da personalidade. Cientistas da Universidade do Texas concluíram que fumá-la pode causar mutações genéticas ligadas ao desenvolvimento do câncer. É preciso que a mídia complemente o trabalho dos pais e que os artistas colaborem nesse esforço para salvar nossa juventude desse terrível mal à saúde, à família e à sociedade." René F. Schoppa (Rio de Janeiro, RJ)

19/12/98/PAINEL DO LEITOR

Violência policial

"Em atenção à reportagem 'Polícia do Rio de Janeiro mata cinco vezes mais que a de São Paulo' (São Paulo, 13/12), cumpre esclarecer o seguinte: de janeiro de 1995 a novembro deste ano, 108 PMs morreram em serviço e 1.148 ficaram feridos, alguns paraplégicos. Mais de 33 mil tipos de armas e quantitativos até 30/11 foram apreendidos, além de mais de 26 toneladas de maconha e 1.400 kg de cocaína. Os principais cabeças do tráfico de drogas estão atrás das grades. A Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio não convive com sequestro. Este ano, foram registrados 17. O número de homicídios caiu. A polícia do Rio simplesmente não mata mais que a de São Paulo. Atua 24 horas por dia, registra resultados. Responde com firmeza às agressões. Os bandidos, sim, é quem devem ser aconselhados a abandonar suas armas. Com relação às 595 mortes de marginais da lei ocorridas no Rio e às 300 verificadas em São Paulo, como cita a reportagem, o maior número de casos no Rio se verifica por causa da agressividade dos bandidos e da política de segurança do governo do Estado, sempre com base no que estabelece o art. 292 do Código de Processo Penal." Noaldo Alves Silva, secretário da Segurança Pública do Estado do Rio (Rio de Janeiro, RJ)

SÃO PAULO/13/12/98/COTIDIANO/POLÍCIA DO RIO MATA 5 VEZES MAIS QUE A DE SP

Ação policial nos dois Estados resultou em 895 mortes até outubro; RJ tem 4,4 mortes por 100 mil habitantes

Silvia Corrêa da Reportagem Local

A polícia do Estado do Rio de Janeiro já matou em ação neste ano cinco vezes mais civis do que a polícia do Estado de São Paulo.

Levantamento feito pela Folha com base na população e nas estatísticas oficiais das polícias dos dois Estados revela que, de janeiro a outubro deste ano, policiais do Rio mataram 4,4 pessoas em cada grupo de 100 mil habitantes.

No Estado de São Paulo, a polícia matou 0,9 civil por 100 mil habitantes no mesmo período.

Em números absolutos, foram 595 mortes no Rio e 300 em São Paulo. Os totais se referem a mortos pelas Polícias Civil e Militar apenas em serviço _sem contar homicídios cometidos nas folgas.

São índices altos. Mesmo a polícia paulista mata duas vezes mais que a de Nova York, cidade que na década de 90 se converteu em exemplo mundial na área de segurança pública. Na cidade norte-americana, 33 pessoas foram mortas pela polícia no ano passado _0,45 por 100 mil habitantes.

Há duas formas de encarar a violência policial: acreditar que é sinônimo de eficiência no combate a criminosos cada vez mais ousados e bem armados ou vê-la como sinal de desvio de função _o policial, que deveria prender, mata.

"A violência da polícia, especialmente da Militar, a quem cabe estar nas ruas, é um problema antigo. O militarismo pressupõe o combate ao inimigo, só que essa não é a função da polícia", afirma o secretário da Segurança de São Paulo, José Afonso da Silva.

As estatísticas paulistas explicam a preocupação do secretário. Uma em cada dez mortes causadas por policiais tem característica de mero assassinato, não de confronto, conforme relatórios publicados no "Diário Oficial".

No Rio, que enfrenta um crime mais organizado e protegido em fortalezas nos morros, o discurso das autoridades é diferente.

O secretário da Segurança, general Noaldo Alves Silva, já declarou que todos os que foram mortos nas ações policiais eram criminosos, que trocaram tiros em confrontos para resistir à prisão.

Para o assessor de imprensa da Polícia Civil do Rio, Luiz Luz, cometer homicídio "é inerente à função" do policial.

Colaboraram Roni Lima e Sérgio Torres, da Sucursal do Rio

1999

10/02/99/PAINEL DO LEITOR

CBF e campeonatos

"Os cinco campeonatos infanto-juvenis realizados em convênio entre a CBF e a Pastoral do Menor, Pastoral de Favelas e Pastoral do Trabalhador da Arquidiocese do Rio, além de outras instituições, vêm tendo grande alcance social, uma vez que já beneficiaram 64 comunidades, alcançando um total de 5.576 jovens. O objetivo do campeonato é valorizar o potencial desses jovens de comunidades carentes, proporcionando sua formação integral, inclusive os livrando do assédio do tráfico de drogas. Aos integrantes dos times vencedores, foram concedidas bolsas de estudo até atingirem a idade de 18 anos, e alguns desses adolescentes já tiveram a oportunidade de participar de torneio no exterior." Adionel Carlos da Cunha, assessor de imprensa da Arquidiocese do Rio (Rio de Janeiro, RJ)

27/04/99/PAINEL DO LEITOR

Drogas na Aeronáutica

"Somos realmente uma piada. Os bravos defensores do nosso espaço aéreo se aproveitam da guerra contra a Iugoslávia para traficar e, pegos com as calças nas mãos, serão 'investigados' por uma Justiça Militar." Ricardo Passoli (São Paulo, SP)

02/06/99/PAINEL DO LEITOR

Solução para a violência

"O que impede a polícia de realizar blitz para fechar cassinos, bares e bailes clandestinos? E de, em bares e bailes autorizados, fazer blitz para desarmar os frequentadores e apreender drogas? Em escolas, de realizar blitz para desarmar os alunos e apreender drogas? Em quaisquer locais e horários, de realizar blitz para desarmar a população e apreender drogas?" James Moitinho (São Vicente, SP)

15/08/99/PAINEL DO LEITOR**Cigarro**

"No mínimo nojenta e de um profundo mau gosto a capa do caderno Mais! de 8/8. Deu até para sentir o mau cheiro dos cigarros acumulados no cinzeiro e no prato. Associar esse produto nefasto a uma conversa de intelectuais _como se o cigarro fosse um ícone dessa 'elite'_ é, no mínimo, falta de bom senso e desafinação com todo um movimento em nível mundial contra seu uso."Guadalupe Mota (Santos, SP)

18/08/99/PAINEL DO LEITOR**Menos mal**

"Ao contrário do que afirmou a leitora Guadalupe Mota (Painel do Leitor, 15/8), a capa de Mais! de 8/8 está afinada com a resistência ao patrulhamento mundial contra o cigarro. É mil vezes preferível fumar cigarro a consumir drogas, um mercado em franca expansão." Bob Sharp (São Paulo, SP)

07/10/99/PAINEL DO LEITOR**Violências**

"Infelizmente constatamos diariamente que nem o governo de São Paulo nem a Secretaria da Segurança Pública têm competência para lidar com o caos instalado em nossa sociedade. A violência avança a passos largos, subsidiada pelo tráfico de drogas e pela clara limitação da polícia. Para quem esperava o fim do mundo, ainda está em tempo: se a escalada da violência continuar no mesmo ritmo, não vamos sobreviver para ver o novo século." Roberto Trindade (São Paulo, SP)

16/11/99/PAINEL DO LEITOR**Culpado oculto**

"Onde está o nariz? O nariz invisível que cheira na metrópole é cúmplice da mão que segura a motosserra no Acre. Josias de Souza não poderia ser mais claro em seu artigo ao situar onde está o verdadeiro 'culpado oculto' como financiador do tráfico de drogas em nosso país. É, na realidade, uma sociedade hipócrita, que esconde suas mazelas debaixo da falsidade moralizadora. A culpa cabe a quem uso faz: sem usuário, com certeza o 'comércio' não teria guarida." Antonio Luis Pires Silva (Araçatuba, SP)

NACIONAL/15/11/1999OPINIÃO/SUJEITO OCULTO

Josias De Souza São Paulo

Nos últimos dias, o brasileiro vem tendo uma aula sobre a anatomia do tráfico de drogas. Busca-se o cérebro do narcotráfico. Diz-se que o crime já tem o pé fincado em pelo menos 14 Estados. Seus braços, autênticos tentáculos, enfeixam delitos variados _do assassinato ao roubo de carga. FHC acha que é preciso "chegar ao coração" do império das drogas, prendendo os que faturam alto com o negócio. Mas há uma grande ausência em todo esse debate. Falta ao enredo um personagem central: o grande nariz. Se se vende cocaína no Brasil, é porque há quem a aspire. Se se vende muita cocaína, é porque há quem a sorva em grandes quantidades. O tráfico só se desenvolve no país porque há um crescente mercado para as drogas. Um mercado tonificado pelo consumo de elite. Deseja-se combater o tráfico, mas tolera-se a droga. Fala-se em Fernandinho Beira-Mar, mas arma-se uma barreira de silêncio em torno do grande nariz. E por quê? Simples: não se fala no grande nariz porque, se se falasse, não haveria investigação. Ele é empinado demais para ser exposto em CPIs. O grande nariz não está na favela do Rio nem na periferia de São Paulo. Ele trafega em ambientes mais sofisticados: coxias de shows, camarins de desfiles, corredores do Congresso, redações de jornal... Nas festas onde há drogas, entre uma cafungada e outra, ternos Armani e decotes Versace se dizem chocados com o noticiário sobre as atrocidades praticadas por Hildebrando Pascoal. Deseja-se declarar guerra ao narcotráfico? Pois antes é preciso que a sociedade comece a enxergar o nariz invisível que cheira na grande metrópole como cúmplice da mão que segura a motosserra no Acre.

11/12/99/PAINEL DO LEITOR**Drogas e sua liberação**

"Estou indignada com o artigo de Marcelo Coelho sobre drogas (Ilustrada, 8/12). Concordo quando ele fala que o dependente de uma droga está 'doente de outra coisa', que as coisas proibidas são mais tentadoras, que, por serem proibidas, formam um mercado lucrativo _uma máfia. Mas daí a apregoar a liberação! É evidente que o álcool e o tabaco são maléficis, mas, então, porque são liberados, a liberação deve ser geral? Será que ele nunca teve na sua família ou nas suas relações de amizade

alguém que literalmente acabou com sua vida ou com a da sua família por conta da droga?" Maria Cecília Heise (São Paulo, SP)

*"Muito bom o artigo de Marcelo Coelho sobre a proibição do uso de drogas, ou melhor, a quem serve essa proibição, quem lucra com ela. Ele se esqueceu apenas de falar da droga que mais mortes provoca, do vício de todos o pior: o consumismo. Saiu de moda 'falar mal' do consumismo, o que é uma pena, é um retrocesso a mais. Parabéns ao Marcelo Coelho!" Sylvia Manzano (São Paulo, SP)

NACIONAL/08/12/1999/ILUSTRADA/PROIBIÇÃO DAS DROGAS É OBRA DE DROGADOS

Marcelo Coelho

Leio na revista "Veja" desta semana que o tráfico de cocaína é a atividade mais lucrativa do mundo: "Nenhum outro negócio, lícito ou ilícito, dá uma taxa de retorno de até 10.000%", diz a reportagem de Alexandre Secco. Será que, com esse cálculo simples, já não está tudo explicado? A mim, pelo menos, fica evidente que, quanto mais se tenta reprimir o tráfico, mais lucrativo ele se torna; e nenhuma repressão inibe o interesse dos audaciosos pelo lucro ou dos dependentes pela cocaína. Um amigo italiano, médico que veio para o Brasil na década de 50, conta suas experiências de moço rico, em Gênova, durante a guerra. Naquela época, reprimia-se o mercado negro com a pura e simples pena de morte. "Pois bem", disse-me ironicamente o velho italiano, "não houve dia, em minha casa, em que faltasse manteiga." Artigo que chegava à sua casa pelo câmbio negro, punido com a morte. De resto, por que não proibem a manteiga? Deve haver alguma estatística responsabilizando o colesterol por muito mais mortes do que a cocaína. O problema não é, claramente, de "saúde pública". O álcool e o cigarro são drogas legalizadas. O que a cocaína ou a maconha têm de mais perigoso? Talvez representem, apenas, uma "reserva de mercado" para policiais, investigadores, juizes ou militares, a quem o poder corruptor do tráfico é capaz de oferecer vantagens. Não vejo saída mais sensata do que a de liberar o consumo de drogas. O paralelo com a Lei Seca é muito banal, mas não tenho argumentos em contrário. Proibindo-se o álcool, criam-se corrupção e organizações mafiosas. O mesmo ocorre com a cocaína. Será que a cocaína é pior que o álcool? Para o motorista, por exemplo? Não sei. Será que a maconha é pior que o cigarro? Sei de muita gente que morre devido ao tabagismo; desconheço os mortos da maconha. O argumento acima, contudo, é capcioso. Pode conduzir tanto à conclusão de que devemos proibir tudo _do cigarro ao crack_ quanto à idéia de que devemos liberar tudo _da maconha ao LSD. Criticar as incoerências da lei pode levar igualmente a um rigorismo total ou a um liberalismo completo. Na dúvida, opto por um liberalismo completo. Meu primeiro argumento é o de que nunca irão proibir novamente as bebidas alcoólicas; logo, rigores nesse assunto parecem descartáveis. Meu segundo argumento é o de que tudo, na verdade, é capaz de viciar. Quantas mortes não se devem ao consumo excessivo de açúcar, por exemplo? Seria o caso de proibir o açúcar? De minha parte, experimentei cocaína umas quatro ou cinco vezes. Essa droga não corresponde ao que se espera de uma droga: ausência do mundo, inconsciência, falta de culpa, fantasia. Teve em mim o efeito de acelerar o tempo: eu piscava os olhos, e duas horas tinham passado. Seu poder excitante acarretava uma contrapartida muito incômoda: uma espécie de mal-estar nas pernas, do gênero que se sente em viagens demoradas de avião. Os músculos não relaxam, senti um contrapelo na carne, uma aflição ácida nos nervos. É possível que a cocaína exerça, sobre outros organismos, efeitos de que nem desconfio. Tenho certeza, entretanto, do seguinte fenômeno: a adição, o vício, a dependência que uma droga produz não depende de algum segredo químico que exista dentro dela. O dependente de uma droga (não sei no caso do crack) está doente de outra coisa, está doente de si mesmo, não da substância que consome. O que não consigo entender é o medo com relação aos poderes da cocaína e da maconha, se comparado à grande tolerância que se tem diante do álcool e do cigarro. A cocaína pode dar um incremento de competitividade ao jovem executivo; a maconha talvez confira equilíbrio e bonomia ao vestibulando com espinhas, diminuindo o horror que temos à sua agressividade natural, que invejamos, feita de testosterona pura. O que existe, no horror a drogas como cocaína e maconha e na tolerância frente ao álcool e ao cigarro, é talvez uma rivalidade geracional; a desconfiança mítica de que com determinados produtos químicos os jovens tenham acesso a prazeres que desconhecemos. Ridículas as iniciativas que apostam, contra as drogas, no "esclarecimento" da juventude. Esse suposto "esclarecimento" não é resposta ao problema real, que é o de legalizar ou não. Legais, o álcool e o cigarro são objeto de campanhas muito eficazes a respeito de seus malefícios. Cocaína e maconha não precisam ser proibidas para que se "esclareça" o usuário. Não; a proibição não faz sentido. É irracional. Deve ter sido obra de drogados. E-mail: simao@uol.com.br

30/12/99/PAINEL DO LEITOR

Sugestões

"Os meios de comunicação _jornais, revistas, rádios e televisão_ não poderiam ter um espaço permanentemente aberto à comunidade, para que sejam convidadas a participar com sugestões e idéias em busca de soluções a estes problemas sociais que nos afligem diariamente? A comunidade não poderia ter um telefone de utilidade pública nas primeiras páginas da lista telefônica, para informar e denunciar às autoridades pontos de comercialização de drogas e aliciamento ao consumo, para que sejam tomadas as devidas providências que se espera? As autoridades não poderiam ter um comprometimento maior com a segurança das escolas?" Maria Helena Stiehler Furtado (Curitiba, PR)

2000

23/01/00/ PAINEL DO LEITOR

Caso Maradona

"Um dos maiores problemas do consumo de drogas é que a pessoa vira o 'centro das atenções', seja de uma grande ou de uma pequena comunidade. Daí a impossibilidade absoluta de qualquer tratamento para o ex-jogador de futebol Maradona. Usar drogas dá muito mais mídia do que jogar futebol." Magnus Amaral Campos (São Paulo, SP)

28/01/00/ PAINEL DO LEITOR

Segurança básica

"Cadê o ministro da Defesa? A guerra civil dentro de nossas fronteiras está se alastrando. A ladainha na televisão é a mesma: os traficantes de drogas matam, fazem e acontecem no Rio e em São Paulo. E mostra, para todo o Brasil, as mais exasperantes e contundentes imagens de gente chorando, sofrendo, morrendo e desaparecendo. Gente como nós mesmos: brasileiros legítimos e merecedores de atenção e amparo de toda a sociedade brasileira. A televisão mostra o império dos bandidos, impedindo a polícia de subir os degraus das favelas; mostra, também, a exigência dessa gente para com os moradores e transeuntes. Lá quem manda é o bandido e quem está fora da lei é quem trabalha e ganha o pão com a decência do suor no rosto. E ninguém mexe o dedo nem põe a mão na consciência." Renzo Sansoni (Uberlândia, MG)

06/03/00/ PAINEL DO LEITOR

Insegurança

"Durante muitos anos, a falta de vontade política e de coragem de nossos governantes fizeram com que a violência se enraizasse em toda a sociedade brasileira, adubada pelo lucro fácil obtido pelo tráfico de drogas/armas e também apoiada na política social do governo federal, que prioriza o destino de seus recursos para cumprir metas com o FMI. A agiotagem beneficia-se em detrimento da área social! Somente deixando de lado a burocracia e a tecnocracia, os devaneios e discursos dos políticos e de organizações de direitos humanos, criando leis objetivas e acreditando na determinação da Justiça, poderemos chegar a resultados positivos no combate à violência." Domingos Sávio de Arruda (Brasília, DF)

E agora?

"Deparei no jornal com a notícia 'Mulher deixa barraco, na favela Heliópolis, para fugir da guerra pelo controle do tráfico de drogas'. Há pouco tempo, essas notícias se referiam ao Rio de Janeiro, e nós, passivamente, assistíamos 'de camarote' o que acontecia no Estado irmão sem tomarmos a mínima providência para prevenir o exemplo do banditismo em nosso território. Aí está! E agora, como vamos combater tal criminalidade? Até quando vamos ficar nas mãos de bandidos? Com a palavra o secretário da Segurança Pública." Plauto Quinett Ramos (São Paulo, SP)

NACIONAL 02/03/2000/COTIDIANO /TRÁFICO SITIA E EXPULSA

Disputa entre grupos cria clima de guerra em São Paulo e Rio

Rivalidade nas favelas do complexo de Heliópolis, em SP, já matou 26 pessoas desde dezembro, 12 nos últimos seis dias

Alessandro Silva Soraya Agége da Reportagem Local

Nos últimos seis dias, a guerra pelo controle do tráfico de drogas no complexo de Heliópolis _ a maior favela de São Paulo _ matou 12 pessoas e feriu 6. Ontem, a disputa fez mais três vítimas.

Desde dezembro do ano passado, segundo a polícia, 26 pessoas morreram nesse conflito.

Apavorados, pelo menos 60% dos cerca de 450 moradores de uma das favelas do complexo, a Sem Terra, abandonaram seus barracos desde sexta-feira.

O conflito envolve dois grupos que comandam a distribuição de drogas nas favelas Heliópolis, Vila Prudente, Paraguai e Sem Terra, na zona sudoeste, onde vivem cerca de 90 mil pessoas.

Ontem de manhã, a polícia encontrou os corpos de três rapazes, um deles adolescente, em uma das vielas distante 200 metros do 95º DP (Heliópolis). Foi a 20ª chacina do ano na Grande São Paulo.

Eles estavam com as mãos amarradas para trás, tinham marcas de tiros na cabeça e um dos pés descalço _ simbolismo que representa, segundo a polícia, "que eles pisaram na bola".

A polícia acredita que os três foram mortos em outro local e levados em seguida como recado para os traficantes de Heliópolis. Havia um rastro de sangue no asfalto, ao longo de 150 metros, do ponto onde os assassinos pararam os carros até o local escolhido para deixar os corpos das vítimas.

O crime aconteceu depois que PM abandonou a prontidão iniciada anteontem à tarde no local.

Na sexta-feira passada, cinco pessoas morreram e seis se feriram em tiroteio na favela Paraguai, de acordo com a polícia, provocado por matadores contratados pelas lideranças do tráfico que dominam Heliópolis.

Um dia antes, a polícia havia registrado dois duplos homicídios em Heliópolis, cujos mandantes seriam das favelas da Vila Prudente, Sem Terra e Paraguai.

"O motivo é a disputa pelos pontos de venda de drogas, somada à vingança entre os grupos", diz o delegado Marco Antonio Novaes Santos, diretor do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa).

Medo

Os moradores que estão deixando suas casas afirmam que, até dezembro, a favela Sem Terra era "protegida" por um traficante conhecido como "Barriga", que está desaparecido.

Segundo a polícia, ele também controlava o tráfico nas favelas Paraguai e da Vila Prudente.

Naquele mês, traficantes de Heliópolis, liderados por "Sujeirinha", mataram 12 integrantes da família de Barriga. Em represália, ele mandou matar o sócio de "Sujeirinha", o traficante Valério Cotta Oliveira, 23, uma semana antes do Natal.

Por dois meses, no ano passado, as famílias que vivem no complexo Heliópolis conviveram com toque de recolher à noite.

Segundo a polícia, as quadrilhas estão armadas com pistolas calibre 44, submetralhadoras e espingardas calibre 12. "A polícia só vem aqui para tirar o lixo, pois, depois de mortos, os favelados viram lixo", diz Nilzete (nome fictício), morador da Sem Terra.

07/03/00/ PAINEL DO LEITOR

Apoio

"A função básica da Associação de Apoio e Assistência aos Portadores de Incompletitudes Físicas e Mentais é tentar dar aos mais pobres o direito de terem acesso à Justiça. Estamos conseguindo na maior parte das vezes boa acolhida do Judiciário. Lastimavelmente, não é sempre que recebemos essa acolhida. Em um despacho judicial, o juiz entendeu que é função dos pais arcar com a vida ou a sobrevivência de uma criança com paralisia cerebral, tetraplégica, posto a curatela ser ato da vida civil, consequentemente para pessoas maiores de idade apenas, e que é obrigação constitucional dos pais sua manutenção. E se os pais estiverem desempregados? Mas a pessoa teria a dor minimizada se recebesse o benefício mensal de R\$ 136 do INSS. Só me resta questionar se essas pessoas não têm realmente outra solução a não ser roubar e/ou usar drogas para tentar minimizar a dor que sentem." Magnus Amaral Campos (São Paulo, SP)

11/03/00/ PAINEL DO LEITOR

Guerra do tráfico

"A guerra entre os líderes do tráfico das favelas Paraguai e Heliópolis já provocou a morte de 26 pessoas, desde dezembro, e a expulsão de quase todas as famílias das favelas Paraguai e Sem Terra. As poucas que resistem vivem sob a ameaça de ver seus barracos explodidos pelo bando da Heliópolis, decidido a ocupar aquele território. A verdadeira 'autoridade' a que os moradores estão sujeitos, por medo de serem assassinados, envia recados por telefonemas que a polícia não consegue localizar. Os traficantes da Heliópolis querem ocupar a Paraguai com pessoas das suas relações, garantindo o silêncio e a cooperação necessários para a distribuição de drogas." Lucas de Souza Roderio (Ribeirão Preto, SP)

25/04/00/ PAINEL DO LEITOR

Artigo

"No mínimo confusas as idéias do sr. Olavo de Carvalho ('Tendências/ Debates'): abusando da adjetivação e de generalizações mancas como argumento de autoridade, vincula a esquerda nacional à

disseminação das drogas na atualidade. Nada mais intelectualmente honesto que isso." Caio Aguiar Fernandes (Ribeirão Preto, SP)

NACIONAL/24/04/2000/OPINIÃO TENDÊNCIAS/DEBATES/DROGAS E PRIORIDADES

A podridão esquerdista é pura e sem mácula como uma hóstia consagrada

Olavo De Carvalho

José Carlos Dias, ao sair do Ministério da Justiça alertando o governo para "não transigir com os reacionários e a direita", mostrou que estava no cargo menos para combater o tráfico de drogas do que para fazer política de esquerda. Que esses objetivos fossem conflitantes, nada mais natural: a esquerda fez a apologia das drogas desde a década de 60 e é moralmente responsável pela disseminação do vício.

Se, passados 40 anos, a troca de gerações no poder eleva um esquerdista à posição de repressor oficial do tráfico, ele pode até se esforçar para dar uma aparência verossímil ao seu desempenho, mas acabará se traindo mais dia menos dia e confessando que sua luta não era contra os traficantes, e sim contra "a direita".

De fato, como poderia desejar mover guerra ao tráfico um adepto confesso da liberação das drogas? Tanto mais que o ex-ministro não se limitou a suportar como formalidade incômoda seu papel de comandante nessa luta, mas arrogou à sua pessoa o controle dos meios práticos de combate, condenando iniciativas independentes.

Como explicar o ciumento apego desse homem ao comando de uma guerra que declaradamente não era a sua, exceto pela hipótese de que ao assumi-lo tivesse outros objetivos, mais discretos e a seu ver mais relevantes?

Para um esquerdista, a luta ideológica é tudo. Todos os demais objetivos e desejos humanos, por mais elevados e urgentes, devem ser subordinados a essa exigência primeira, única e obsediante: derrubar a democracia capitalista, instaurar em seu lugar o império da "nomenklatura". O combate às drogas não constitui exceção.

Se nas circunstâncias do momento ele serve acidentalmente ao supremo objetivo político, pode até ser usado. Se é inútil ou indiferente a esse fim, deve esperar pacientemente na longa fila de prioridades. E, se por acaso se opõe aos intuitos revolucionários, deve ser substituído pela propaganda das drogas e pela resistência a todo esforço repressivo, como o foi nos anos 60 e 70.

Os esquerdistas, enfim, não têm nada contra as drogas ou a favor delas: simplesmente servem-se delas ou da sua repressão conforme lhes convenha.

Não estou pondo em dúvida a moralidade pessoal do ex-ministro, estou apenas dizendo aquilo que sempre disse: que não existe nem pode existir esquerdista intelectualmente honesto, que esquerdismo é, por definição, desonestidade intelectual.

Essa desonestidade pode permanecer disfarçada durante algum tempo, mas desponta em toda a plenitude da sua feiúra sempre que um esquerdista sobe a um cargo de poder no "Estado burguês": aí não é mais possível esconder a dupla lealdade que o compromete, de um lado, com a defesa do Estado e, de outro, com a sua destruição.

Por melhor a intenção que alegue, ele terá de apelar a todas as complacências dialéticas de uma moralidade frouxa para se acomodar a uma condição objetivamente contraditória. Ninguém pode passar por isso sem se corromper interiormente e sem espalhar no ambiente os germes da sua inconsistência.

Ser esquerdista, nessas horas, é necessariamente incorrer na maldição bíblica: "bilinguis maledictus", maldito o homem de duas línguas.

Isso se tornou patente não só no caso do ex-ministro Dias como também no do ex-subsecretário da Segurança do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, criatura bifronte que com uma de suas cabeças perseguia os policiais envolvidos no tráfico e com a outra dava respaldo ao amigo banqueiro para ajudar um traficante a estudar guerrilha.

A explicação do aparente paradoxo reside, como sempre, na unidade do critério ideológico subjacente às ações opostas: há um tráfico bom e um tráfico mau. O mau é aquele que se alia a velhas elites policiais comprometidas com o passado, com o regime militar e, numa palavra, com a "direita". O bom é aquele que almeja fazer uma parceria com os guerrilheiros de Chiapas para armar no Brasil a maior guerra civil de todos os tempos e instaurar aqui o "reino de Deus na Terra", que é como frei Betto, uma indiscutível autoridade em assuntos celestes e terrestres, denomina o regime cubano.

A banda podre não é podre por ser podre, mas por ser "de direita". A podridão esquerdista é pura e sem mácula como uma hóstia consagrada.

Confirma-o a beatificação de João Moreira Salles, celebrada na sala da Cinemateca pela fina flor do radicalismo chique quando do lançamento do filme "Notícias de uma Guerra Particular", um ataque moralista ao hediondo costume que os policiais têm de atirar nos traficantes que atiram neles.

Contra esse modo "militaresco" (sic) de lidar com os pobres e oprimidos capitães do crime, o seráfico cineasta propõe um método alternativo mais humano e cristão: dar-lhes dinheiro para que vão ao exterior aprimorar seus conhecimentos da técnica de matar.

Perseguir os traficantes, ajudá-los ou simplesmente esquecê-los é, pois, para a mentalidade esquerdista, uma simples questão de oportunismo.

Prioridade, mesmo, só existe uma: eliminar a execrável "direita", seja com a ajuda dos traficantes, seja a despeito deles, seja enterrando-os na mesma cova com os reacionários. O ex-ministro Dias pode, na sua imaginação subjetiva, ter tentado levar a sério o papel de supremo comandante do combate às drogas. Mas seu velho comprometimento ideológico, mais durável e exigente que as obrigações passageiras de um cargo público, acabou por prevalecer. Outro tanto passou-se na alma de Luiz Eduardo Soares.

Se fosse possível existir um esquerdista intelectualmente honesto, esse homem de exceção compreenderia que a erradicação do flagelo das drogas é um objetivo que deve estar acima de toda picuinha ideológica, que esquerdistas, direitistas e quantas mais facções políticas existam devem unir-se incondicionalmente numa guerra da qual depende a salvação das futuras gerações. Mas esse homem não é o ex-ministro Dias, como também não é Soares.

Olavo de Carvalho, 52, jornalista e escritor, é autor de "O Jardim das Aflições" (Diadorim), entre outros livros.

27/04/00/ PAINEL DO LEITOR

Polêmica

"O artigo 'Drogas e prioridades', de Olavo de Carvalho ('Tendências/Debates', 24/4), é, no mínimo, leviano. Partindo de premissas erradas, o articulista, referindo-se às drogas, sustenta que a esquerda é 'moralmente responsável pela disseminação do vício' e que o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, 'adepto da liberação das drogas', nunca levaria adiante a 'guerra contra o tráfico'. É lamentável que se afirme a responsabilidade moral da esquerda pela disseminação das drogas, quando se sabe que nem ela nem a direita podem ser responsabilizadas pelo fato. Na verdade, Dias, esse notável homem público, nunca foi adepto da liberação das drogas. Defendeu, sim, uma política mais sensata nesta área, que não pode ser confundida com uma guerra." Alberto Zacharias Toron, ex-presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes (São Paulo, SP)

*

"Agradeço à Folha pela publicação do artigo de Olavo de Carvalho. Justifica e explica o silêncio e/ou a superficialidade sobre assuntos como: milhões de civis massacrados pelo sistema bolchevista em 50 anos de poder, o silêncio sobre os dissidentes que apodrecem nas masmorras de Cuba, os massacres atuais nas invasões da Chechênia etc. A podridão esquerdista é pura e sem mácula como uma hóstia consagrada. Hipocrisia: tudo pelo partidão e pela fanática sede de poder! Ainda no ano 2000!" Lia Carraro (São Paulo, SP)

30/04/00/ PAINEL DO LEITOR

Precoce

"A reportagem sobre as jovens viúvas (Cotidiano, 23/4) mostra a que ponto chegou o tráfico de drogas. É lamentável saber que uma jovem de 24 anos já acumula a amarga experiência de ser viúva de traficante, com dois filhos pequenos para criar, tendo que viver às escondidas com os pequenos, sem a menor condição de lhes oferecer educação, segurança e vida com dignidade." Elza Francisca de Carvalho (Jundiaí, SP)

NACIONAL/23/04/2000/COTIDIANO/DROGAS E PRIORIDADES/VIÚVA, JOVEM, FUTURO INCERTO

Sob ameaças, mulheres de vítimas do crime tentam dar a volta por cima

Assassinato é a causa de 66,6% das mortes entre homens de 15 a 24 anos, segundo a Fundação Seade; esse tipo de crime aumentou 17% na faixa entre 15 e 19 anos nos dois primeiros meses deste ano

Antônio Gois da Reportagem Local

As estatísticas de violência que indicam o crescimento do número de jovens assassinados em São Paulo pouco retratam uma realidade frequente em bairros pobres da cidade: a das jovens que, às vezes antes de completarem 18 anos, já são viúvas.

É o caso de Naires Peixoto, 17, que perdeu o marido quando tinha 16 anos e esperava o segundo filho. Hoje vive com a mãe e largou a escola para trabalhar e cuidar dos filhos (leia texto abaixo).

Em alguns casos, as viúvas de jovens assassinados vivem acuadas ou fogem da comunidade onde moravam com medo de ter um destino igual ao do marido.

Algumas chegam a abandonar a casa onde moravam por causa de ameaças. "Sei que não posso nem passar perto do lugar onde morava. Tudo que eu quero é sossego para criar meus filhos", afirma Silvia, nome fictício de uma viúva que perdeu o marido aos 23 anos, quando ele foi morto em uma rebelião na prisão.

O mesmo acontece com Sandra, nome fictício de outra adolescente que ficou viúva aos 17. "Quando eu soube do assassinato do meu marido nem quis saber dos motivos. Não quero voltar lá nem para pedir ajuda", diz.

Há casos em que a alternativa para sobreviver escolhida pelas viúvas de jovens envolvidos com o crime é seguir o mesmo caminho do ex-companheiro.

"Nós já sabíamos que havia mulheres de presos que, sob orientação dos maridos, passavam a exercer o trabalho dele. O curioso é que já há casos de mulheres que assumem o posto do companheiro no tráfico após a morte dele", afirma Ubiracir Pires da Silva, da Divisão de Investigação de Entorpecentes da Polícia Civil.

Dados da Fundação Seade relativos a 1999 mostram que, em São Paulo, entre os homens mortos de idade entre 15 e 24 anos, 66,6% foram assassinados.

A porcentagem de homens vítimas desse tipo de crime que eram casados legalmente é de 2,5%.

"O problema desse índice é que nessa população vítima de homicídio é muito comum os jovens morarem juntos e constituírem uma família sem estarem casados legalmente", afirma Bernadette Cunha Waldvogel, gerente de indicadores e estudos populacionais da Fundação Seade.

A Pesquisa de Condições de Vida em 1998 da Seade mostra que o número de viúvas chefes de família passou de 34,7% em 1994 para 42% em 1998.

A julgar pelas estatísticas do início deste ano, o número de viúvas jovens que perdem seus maridos por causa da violência tende a aumentar. Dados preliminares do Pro-Aim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade, da prefeitura paulistana) mostram que os assassinatos cresceram 19% em São Paulo no primeiro bimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 1999.

Em janeiro e fevereiro deste ano, 1.046 pessoas foram mortas em São Paulo, 164 a mais do que no ano passado. Entre os jovens de 15 a 19 anos, o crescimento no número de homicídios foi de 17%, dois pontos percentuais acima da faixa entre 20 e 29 anos.

02/05/00/ PAINEL DO LETTOR

Tratamento necessário

"Esses menores infratores que diariamente tiram a vida de pais de família devem ser retirados da sociedade, isolados de drogas, tratados apropriadamente por médicos e, só então, se possível, recebendo alta médica, retornar à sociedade como humanos, independentemente da idade. Os (ir)responsáveis pelo Estatuto da Criança e do Adolescente deveriam ser culpados a cada pai de família assassinados por essas feras, quando são fugitivos da Febem." Ivan Leite Albanese (Sorocaba, SP)

09/05/00/ PAINEL DO LETTOR

Crítica

"O previsível chique da articulista Marilene Felinto diante do artigo 'Drogas e prioridades', de Olavo de Carvalho, é mais uma amostra da estupidez e impostura que a Folha empurra aos leitores como se se tratasse de jornalismo. À medida que a Redação foi se enchendo de articulistas portadores das mesmas viseiras ideológicas, da mesma arrogância e da mesma incultura pertinaz, a Folha deixou de ser um órgão de discussão séria para passar a boicotadora de toda informação e análise real. E quando não o faz é somente para lançar pensadores e argumentos à sanha dessa turba editorial, a qual adora a oportunidade de posar de debatedora, quando só sabe mesmo é xingar e espremer, tamanha a impotência que sente diante de uma argumentação consistente: porque, além de não ter com que nem como rebater tantas evidências, ainda tem de assistir à demolição dos ídolos que venera em sua igreja. Estejam os senhores cientes de que, em vez de constituir qualquer privilégio para um escritor como Olavo de Carvalho (ou outro intelectual de verdade), escrever para este diário e sujeitar-se às 'análises' cretinas e à hostilidade dos bárbaros da Redação é um verdadeiro sacrifício ao qual ele se submete para que ainda reste um pouco de luz para o leitor que não foi estupidificado pelo besteirol dos pseudo-intelectuais da mídia e da academia." Meri Angélica Harakava (São Paulo, SP)

NACIONAL/02/05/2000/COTIDIANO/DA FAVELANIA À FILOSOFIA ESPÍRITO DE PORCO

Marilene Felinto da Equipe de Articulistas

De novo o traficante Marcinho VP (aquele que recebeu uma bolsa do documentarista João Salles para escrever um livro), que é boa pinta, fala direito, tem lá um discurso articulado em defesa dos pobres e prega a "favelania", movimento pela conscientização política dos favelados.

Uma amiga minha olhou bem para a cara dele na TV, falando à CPI do Narcotráfico, e disse: nossa! O cara é bonito, gostoso! Que tempos, que país! Mas traficante manda cortar as mãos de crianças, queimar com cigarro. Mata gente inocente, rouba, assalta, estupra, só causa danos à sociedade. Não fosse isso, era o caso de namorar bandido.

O negócio do narcotráfico no Rio de Janeiro é bem essa comédia de horrores. O governador Anthony Garotinho, que parecia disposto a moralizar as polícias e os morros, que se elegeu com apoio de ricos e pobres, intelectuais e analfabetos, é um fiasco típico da política brasileira.

É como se, antes de se eleger, o indivíduo vestisse uma máscara, que tira depois de eleito. O resultado é esse excesso de cabelo de Garotinho, de idéias tronchas e blablablá evangélico de pseudo-pastor que só pensa em ser presidente da República!

Dizem que o principal assessor de Marcinho VP é também um evangélico. São dois lados da mesma moeda, portanto, o governador e o traficante, ambos manobrando a camada mais baixa da sociedade, que é sempre não-individual e, por isso, vítima das manifestações religiosas menos aristocráticas (essas seitas pentecostais) do que as religiões de renúncia, que buscam a meditação e o autoconhecimento.

Claro que ninguém está querendo ser indulgente com a droga ou o narcotráfico, mas é preciso admitir que o discurso do traficante faz sentido, enquanto o do governador não convence ninguém. O jornal carioca "O Dia" publicou no último domingo trechos do depoimento que VP deu a João Salles em 1996.

"Minha luta será sempre pelo povo", diz ele. "Eu queria fazer filosofia, ser professor. Aqui, para não ser morto, você tem de tomar uma atitude. (...) Não existe possibilidade do morro sem tráfico. Ou você é traficante ou escravo do capitalismo. O povo brasileiro é totalmente omissos, escravo. (...) Eu quero conscientizar o meu povo de que não pode continuar assim. Eles têm que brigar."

E VP seria, por fim, melhor professor de filosofia do que Olavo de Carvalho, jornalista-filósofo que escreveu na Folha de 24 de abril uma perigosa aula de moral e cívica sobre o narcotráfico.

Carvalho vê "esquerda" e "direita" em tudo _ numa divisão propositalmente simplista_, e acha que a esquerda dos anos 60 é responsável pela apologia das drogas e a disseminação do vício.

Num verdadeiro surto de paranóia fascista, ele junta no mesmo saco o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, Frei Betto, os guerrilheiros de Chiapas, João Moreira Salles e Luiz Eduardo Soares, ex-subsecretário da Segurança do Rio, todos, segundo Carvalho, esquerdistas desonestos, empenhados em combater a "direita" e não o narcotráfico.

O discurso é idêntico ao da extrema-direita francesa, também racista e homofóbica. Carvalho é um espírito de porco da filosofia, escondido sob o epíteto de "expert do desmascaramento da pseudo-argumentação". O morro, sim, é que é o verdadeiro professor.

E-mailmfelinto@uol.com.br

13/05/00/ PAINEL DO LEITOR

Boa abordagem

"A Folha merece cumprimentos pela reportagem 'SP tem no mínimo 980 mil alcoólatras' (Cotidiano, 11/5). Primeiro por mostrar o álcool como a principal droga que acomete nossas populações, e não a cocaína ou o crack, como dão a entender outras reportagens sobre o assunto _ muitas, aliás, nem sequer relacionam o álcool entre as drogas. O repórter Mário Magalhães está de parabéns não só pelo texto principal, mas também por aquele complementar que adverte para a subnotificação certamente contida na pesquisa. O alcoolismo tem como uma das suas características mais marcantes a negação _o doente nega que é doente, a família nega que tem um doente em casa_ e isso se reflete nos índices estatísticos." Ricardo Vespucci (São Paulo, SP)

NACIONAL/11/05/2000/COTIDIANO/SP TEM NO MÍNIMO 980 MIL ALCOÓLATRAS

Pesquisa nas 24 maiores cidades do Estado mostra que 39% dos paulistas já consumiram tabaco pelo menos uma vez

Mário Magalhães da sucursal Do Rio

As 24 maiores cidades de São Paulo têm 981 mil dependentes de álcool. Eles representam 6,6% dos moradores de 12 a 65 anos. Os dependentes de tabaco são 9,3%.

A projeção de dependentes foi feita pelo Primeiro Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas.

A pesquisa, que atingirá outras 72 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, é promovida pelo Cebrid (Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), órgão da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

De 2.411 pessoas consultadas, 5,6% disseram ter usado maconha e 1,7%, cocaína pelo menos uma vez na vida _53,2% já experimentaram álcool e 39,0%, tabaco (principalmente cigarro).

É a primeira vez que se faz no Brasil um estudo dessa dimensão com aplicação de questionários na casa das pessoas. O Cebrid é a principal instituição de pesquisa sobre drogas no país.

O perfil dos entrevistados foi determinado com base em levantamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para representar proporcionalmente características gerais da população brasileira, como sexo, idade, renda etc.

O relatório, com cerca de 140 páginas, sobre as 24 cidades paulistas com população superior a 200 mil, será divulgado hoje em São Paulo. Alguns dados já estão no site do Cebrid na Internet.

A Folha obteve outros com seus pesquisadores. O conjunto das conclusões, inclusive com a identificação dos grupos sociais mais atingidos pelas drogas, só será apresentado hoje.

Drogas psicotrópicas são aquelas que agem sobre o sistema nervoso central, como tranquilizantes e estimulantes.

Excetuando álcool e tabaco, já foram consumidas no mínimo uma vez por 11,6% dos entrevistados nas 24 cidades paulistas.

Nesse caso, se enquadram drogas ilegais, como maconha e cocaína, e também, por exemplo, anfetaminas (estimulantes) de venda permitida mas cujo emprego ocorre de forma ilícita.

É o que acontece com anoréxicos (remédios para emagrecer) cuja venda é autorizada apenas com receituário especial, mas muitas pessoas compram irregularmente (sem receita) e utilizam como estimulante.

O álcool e o tabaco são considerados psicotrópicos pelo Cebrid por também agirem no cérebro. O álcool é depressor do sistema nervoso central. O tabaco contém substâncias estimulantes.

SÃO PAULO/11/05/2000/SP TEM NO MÍNIMO 980 MIL ALCOÓLATRAS

Pesquisa nas 24 maiores cidades do Estado mostra que 39% dos paulistas já consumiram tabaco pelo menos uma vez

Mário Magalhães da sucursal do Rio

As 24 maiores cidades do Estado de São Paulo têm 981 mil dependentes de álcool. Eles representam 6,6% dos moradores de 12 a 65 anos. Os dependentes de tabaco são 9,3%.

A projeção de dependentes foi feita pelo Primeiro Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas.

A pesquisa, que se expandirá por outras 72 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, é promovida pelo Cebrid (Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

De 2.411 pessoas consultadas, 5,6% disseram ter usado maconha e 1,7%, cocaína pelo menos uma vez _53,2% afirmaram já ter experimentado álcool e 39,0%, tabaco (principalmente cigarro).

É a primeira vez que se faz no Brasil um estudo dessa dimensão com aplicação de questionários na casa das pessoas. O Cebrid é a principal instituição de pesquisa sobre drogas no país.

O perfil dos entrevistados foi determinado com base em levantamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), buscando representar proporcionalmente características da população, como idade, renda etc. O relatório sobre as 24 cidades paulistas será divulgado hoje. Alguns dados foram antecipados pelo Cebrid na Internet. A Folha obteve outros com seus pesquisadores.

Drogas psicotrópicas são aquelas que agem sobre o sistema nervoso central, como tranquilizantes e estimulantes. Excetuando álcool e tabaco _considerados psicotrópicos pelo Cebrid por também agirem no cérebro_, elas já foram consumidas no mínimo uma vez por 11,6% dos entrevistados nas 24 cidades paulistas.

Nesse caso, se enquadram drogas ilegais, como maconha e cocaína, e também, por exemplo, anfetaminas (estimulantes) de venda permitida, mas cujo emprego ocorre de forma ilícita.

Segundo o Cebrid, o índice de experiência com psicotrópicos (fora álcool e tabaco) é semelhante ao de países sul-americanos, mas equivale só a terça parte do resultado (34,8%) aferido em pesquisa semelhante nos EUA.

Há critérios diversos empregados para definir dependência. Segundo o psiquiatra José Carlos Galduróz, coordenador da pesquisa, o Cebrid considerou lista de itens adotada pela Organização

Mundial de Saúde. O entrevistado é indagado não só em relação à frequência com que bebe, mas sobre compulsão, síndrome de abstinência e questões mais simples, como deixar de cumprir compromissos para beber. É então classificado de provável dependente ou usuário comum.

17/05/00/ PAINEL DO LEITOR

Estímulo ao debate

"Vejo, pela edição de 10/5 (artigo 'Missão cumprida', em 'Tendências/Debates', pág. A 3), que a Folha, muito democrática e impavidamente, prossegue no objetivo de 'estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo'. No entanto, parece-me não contribuir muito para a ampliação do debate utilizar sempre o mesmo articulista (Olavo de Carvalho), o qual, aliás, já nos havia brindado com um interessante 'Drogas e prioridades', em 24/4 ('Tendências/ Debates', pág. 1-3). Mais objetivo seria convidar outros autores que, participando da mesma ordem de idéias, pudessem nos apresentar pontos de vista nuançados, com o que o debate ficaria mais enriquecedor. Assim, tal como já foi feito com certo capitão-deputado, interessado em fechar o Congresso e fuzilar o presidente _opinião certamente bastante coerente com o pensamento político daqueles que nele votaram_, sugiro o convite a outros intelectuais que me parecem participar do mesmo pensamento. Escolho apenas três, que tenho como bem representativos. São eles: aquele capitão (hoje coronel e, futuramente, com certeza, bravo e intrépido general, a ostentar belas estrelas em seus valorosos ombros) que, no Riocentro, teve seu Puma lamentavelmente destruído (a União já o indenizou?) por um sargento a manipular, distraidamente e sem o conhecimento do atento capitão, uma bomba no próprio colo, bomba essa colocada no porta-luvas do veículo por pérfidos esquerdistas/comunistas; um brigadeiro (um de nome francês) que, mais ou menos na mesma época, queria explodir o gasômetro do Rio de Janeiro, com isso proporcionando aos cariocas um belo e inesperado espetáculo de fogos de artifício; e, por último, aquele ex-deputado interessado em vivisseção humana e que gostava de explorá-la começando pelo exame das pernas alheias, uma vez separadas do respectivo tronco." Walfrido Fonseca (Esmeraldas, MG)

NACIONAL 10/05/2000/OPINIÃO/MISSÃO CUMPRIDA

Se uma pessoa não pensa, não sabe do que fala e não compreende o que lhe dizem, discutir com ela é impossível

Olavo De Carvalho

Diante do que expliquei sobre a esquerda e as drogas na Folha de 24/4 ("Tendências/Debates"), Marilene Felinto, enfezada criaturinha empenhada em mostrar serviço à ortodoxia ascendente, ligou sua máquina de denunciar e, nas linhas que consagrou à minha pessoa em 2/5 (pág. 3-2, Cotidiano), informou às autoridades do futuro Brasil socialista que sou perigoso, fascista, racista, homofóbico e de extrema direita, além de espírito de porco, paranóico, péssimo filósofo e falso desmascarador do discurso alheio.

Como ela usasse outros parágrafos do seu artigo para despejar de quebra um pouco de bile sobre o governador Anthony Garotinho e aproveitasse o restante para louvar a beleza, o charme e demais qualidades que compõem a seus olhos o sex appeal do traficante Marcinho VP, assim como para enaltecer os dons intelectuais que fazem do gatíssimo estuprador e assassino um profundo filósofo, compreende-se que não lhe restasse espaço para dizer o que, afinal, havia de errado nos meus argumentos.

Mas é claro que ela jamais teve a intenção de fazê-lo. Porta-vozes de uma hidrofobia coletiva não têm de apresentar razões. Convocam a massa enraivecida, apontam com o dedo um suspeito, gritam o nome do candidato à guilhotina e pronto. Missão cumprida. O nome do inimigo está registrado: no dia da vingança, não escapará. Marilene Felinto pode ir dormir em paz, sonhando cenas de amor bandido com Marcinho VP.

Não vou portanto discutir com a temível senhorita. Não vou tentar juntar, para examiná-los como se fossem coisa lógica, os cacos de um pensamento que expressa apenas uma personalidade errática e fragmentária, capaz de buscar no ódio projetivo a bodes expiatórios o alívio factício das paixões inconciliáveis que lhe atormentam a alma.

Aristóteles já alertava para a incongruência de debater com incapazes. Não vou prostituir a arte da lógica tentando fazê-la valer contra uma mente desconjuntada que, imediatamente após me atribuir um "simplismo direita-esquerda", sai me acusando logo de quê? De "direitista"!

Nem vou tentar me explicar a alguém que ignora completamente os fatos em questão, ao ponto de imaginar que a ajuda das esquerdas à disseminação das drogas é mera opinião minha, e não um fato

notório reconhecido por quem quer que tenha vivido a década de 60 ou lido alguma coisinha a respeito.

O desprezo pela razão e a arrogância de opinar sem o mínimo conhecimento do assunto definem inconfundivelmente o incapaz a que se refere Aristóteles. Porém a Felinto realiza ainda com mais perfeição a essência da inépcia, na medida em que nem mesmo entende o que lê, pois me acusa de "ver esquerda e direita em tudo" justamente porque escrevi que um ex-ministro enxergou esquerda e direita num caso em que essas categorias eram totalmente descabidas.

Aí o conselho do estagirita já não expressa mais uma simples conveniência prática, mas uma necessidade lógica imperiosa: se uma pessoa não pensa, não sabe do que fala e não compreende o que lhe dizem, discutir com ela é não apenas inútil, mas impossível.

Diante de tanta estupidez, não vale nem a pena examinar o artigo dessa moça pelo lado moral. Não vou me entregar à faina inglória de remexer as trevas, contemplando a baixaza inominável de uma mentalidade da qual sua portadora, desprovida do dom da consciência, decerto se orgulha.

Também não vale a pena protestar em vão contra a frivolidade monstruosa que, na volúpia de insultar, apela a imputações criminais de extrema gravidade _tão artificiosas, tão deslocadas de seu alvo que não chegam a ter nem sequer a inocente dignidade do ridículo e são apenas, no fim das contas, uma coisa disforme e triste, uma esquisitice gratuita e deplorável.

Não me resta portanto muito o que dizer. Quero apenas registrar que Marilene Felinto cumpriu sua tarefa, a seus olhos talvez a mais alta a que um ser humano possa aspirar. Ela ergueu-se no meio da praça e apontou um suspeito. Não é para isso, afinal, que servem os jornalistas? Quando o Brasil tiver um governo comunista, ela poderá exibir seu artigo às autoridades e reivindicar aposentadoria especial por seus relevantes serviços de alcaguetagem de inimigos do povo.

Olavo de Carvalho, 52, jornalista e escritor, é autor de "O Jardim das Aflições" (Diadorim), entre outros livros.

20/05/00/ PAINEL DO LEITOR

Correios

"A reportagem 'Polícia importa maconha pela Internet e recebe pelo correio' (Cotidiano, 16/5) informa, entre outras coisas, que 'a empresa (Brasileira de Correios e Telégrafos) diz ter investido cerca de R\$ 8,5 milhões na compra de equipamentos especiais para verificar o conteúdo das correspondências. O sistema entrará em funcionamento até o final do ano'. Nas informações que prestei ao repórter Alessandro Silva, que me entrevistou por telefone, fui muito claro em dizer que esses equipamentos estão entrando em funcionamento, ao longo deste mês de maio, em 14 capitais brasileiras e que, em Brasília, esses equipamentos de detecção de drogas já estão em operação desde o início do mês de abril." Fausto Weiler, assessor de imprensa dos Correios (Brasília, DF)

SÃO PAULO/16/05/2000/COTIDIANO/POLÍCIA IMPORTA MACONHA POR SITE

A polícia de São Paulo importou pela Internet sementes de maconha e cápsulas de medicamento de uso controlado (efedrina), considerado entorpecente pelo Ministério da Saúde.

As encomendas saíram de avião dos Estados Unidos, da Austrália e da Holanda, e chegaram pelos Correios na sede da Delegacia de Crimes pela Internet, na região central de São Paulo.

"Um dos pedidos, pagando um pouco mais, foi entregue em três dias", disse o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, responsável pela investigação.

Apesar da pouca quantidade, o comércio de sementes é proibido e pode caracterizar até tráfico _crime inafiançável no Brasil.

A delegacia pagou de US\$ 80 a US\$ 100 em cada compra, menos de R\$ 200. Ainda recebeu como brinde uma pilha, que funciona de verdade, dotada de compartimento secreto apropriado para esconder drogas.

Segundo a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), é impossível checar a totalidade da carga recebida diariamente, que hoje varia de 25 a 30 milhões de objetos ao dia. A empresa diz que a competência de fiscalização é da Polícia Federal, que hoje utiliza até cachorros para tentar achar drogas nas correspondências.

A empresa informou ter investido cerca de R\$ 8,5 milhões na compra de equipamentos especiais para verificar o conteúdo dos volumes que recebe.

Fácil

A polícia começou a investigar o comércio virtual de drogas a partir de denúncias de pais, cujos filhos compraram sementes.

Silva disse ter encontrado cerca de 30 sites que oferecem drogas aos visitantes, todos hospedados em provedores fora do país e sujeitos a outras legislações. Há oferta de cogumelos a chocolate com maconha. "Escolhemos oito deles aleatoriamente e, com autorização judicial, compramos para entender como eles funcionam."

Até ontem, a delegacia havia recebido três entregas duas com sementes e porção de maconha, totalizando 15 gramas, e outra com cem cápsulas de efedrina.

Todo o material foi recolhido e enviado para verificação no IML (Instituto Médico Legal), que irá analisar a pureza do produto. O caso irá agora para o Denarc (Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos). "A lei entende que a pessoa pode plantar a semente e, por isso, deixa de ser usuária", diz o delegado Oswaldo Arcas Filho, do Denarc.

Segundo a polícia, os donos dos sites não devem ser indiciados porque são estrangeiros. Em alguns casos, estão protegidos pelas leis dos respectivos países. Na Holanda, por exemplo, a venda de maconha é permitida.

30/05/00/ PAINEL DO LEITOR

Campanha antifumo

"No editorial sobre a campanha a ser lançada pelo governo no combate ao tabagismo, foram muito bem colocados os argumentos acerca da ineficácia da proibição, inclusive em comparação à 'Lei Seca', de qualquer droga. Essa tática só favorece vias ilegais de distribuição. O momento é favorável à discussão da liberação de todas as drogas, com a devida taxação do consumo, campanhas de esclarecimento e dissuasão do uso. Recursos oriundos dos tributos viabilizariam tais projetos, além de livrar a sociedade da relação perversa entre droga ilícita, corrupção, crime organizado e poder." Alencar Gracino (Curitiba, PR)

21/06/00/ PAINEL DO LEITOR

Violência em pacote

"É de morrer de rir o 'pacote antiviolência' lançado pelo governo federal. Iluminação das ruas, proibição da venda de armas e outros itens que em nada contribuirão para a diminuição da violência. Que tal se o governo comesse uma ampla reforma agrária, investisse tudo na educação e na saúde e proporcionasse crescimento econômico e o aumento da oferta de emprego? Ainda é pouco, mas já seria um bom começo." Rita de Cássia L. Messias Barrense, e-mail: oxalix@zipmail.com.br (São Paulo, SP)

*

"Nunca tive arma de fogo e provavelmente não terei, mas achar que a proibição da venda de armas vai resolver o problema da violência no país é um completo absurdo. Será que os bandidos têm ido às lojas para comprar e registrar suas armas? Essa medida é realmente inócua, já que os índices de criminalidade não se concentram nas armas vendidas legalmente. Por que, em lugar disso, não se ataca firmemente o tráfico de drogas, que torna os bandidos mais destemidos e cruéis?" Alexandre Aleixo Pereira, e-mail: aleixo@osite.com.br (São Paulo, SP)

22/06/00/ PAINEL DO LEITOR

Educação com segurança

"Nós, professores, direção, funcionários e pais de alunos, esperamos que parte desses R\$ 700 milhões do plano antiviolência seja investida na segurança dentro das escolas públicas. A violência já está na parte interna das escolas, com ameaças aos professores, uso e tráfico de drogas, porte de armas, depredação e bombas. Qual educador, por mais dedicado e comprometido a transmitir conhecimentos, tem tranquilidade em desempenhar o seu papel? É urgente que em cada escola pública haja um carro de polícia com dois policiais. Será que a escola pública merece um pouco de consideração dos órgãos governamentais?" Doralice S. Scaffi, vice-diretora de escola (Mogi Guaçu, SP)

02/07/00/ PAINEL DO LEITOR

Críticas certas

"Nenhuma restrição cabe às críticas generalizadas que estão sendo feitas à incompetente ação da PM fluminense no caso do sequestro de um ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Mas é estranho, a meu ver, que nenhuma crítica seja feita ao juiz ou juizes que permitiram a permanência em liberdade de um indivíduo que furtava, assaltava a mão armada e usava drogas em níveis perigosos. Essas autoridades deveriam ser chamadas a responder, em caráter pessoal, pelos danos causados às vítimas de sua inexplicável complacência na aplicação de medidas de proteção à sociedade." Fabio Ravaglia (São Paulo, SP)

12/07/00/ PAINEL DO LEITOR**Acima da lei**

"Raramente algum político diz coisa verdadeira, porém o governador do Rio, Anthony Garotinho, surpreendeu com a afirmativa de que os ricos financiam os traficantes e, conseqüentemente, o elevado índice de criminalidade. A elite dominante cobra dos órgãos repressores uma maior presença na periferia e nas favelas, onde, segundo dizem, estão os marginais. Ocorre que as pessoas que vivem na periferia não possuem recursos financeiros para permitir que traficantes andem em veículos importados, aviões, barcos caríssimos etc. Concluimos daí que o sr. Garotinho está absolutamente correto. Por que então a polícia não prende pessoas ricas envolvidas com traficantes de drogas? Pelo simples motivo de que essas pessoas fazem parte da elite e são protegidas por ela (a elite). Lei no Brasil é para os pobres cumprirem. Rico está acima da lei e da ordem." Otávio José Cardoso (Guarulhos, SP)

15/08/00/ PAINEL DO LEITOR**Boas intenções**

"Não estou satisfeito com a atuação do presidente Fernando Henrique Cardoso; acho que poderia fazer mais. Mas, por aquilo que vejo, dos três Poderes, o Executivo é de longe o mais esforçado e honesto! O Legislativo e o Judiciário são muito piores! Veja o Legislativo: há leis importantes, que há anos o presidente insiste que sejam feitas, como a reforma política, a reforma das polícias, a das aposentadorias. Na semana passada, os deputados e senadores se anistiarão, com votação secreta: Isso é antiético! O povo tem direito de conhecer os nomes dos que querem impunidade! Quanto ao Judiciário: enche as prisões de pobres despachantes de drogas e não pega os chefões, arrasta processos por decênios, concede indenizações fabulosas a exploradores, parece insaciável na cobiça de maiores salários... A Folha faria um serviço muito melhor ao país se insistisse menos em procurar o cisco no olho do governo e desse mais atenção às traves nos olhos desses outros 'servidores públicos'." Pio Milpacher (Osasco, SP)

16/08/00/ PAINEL DO LEITOR**Programa social**

"Com referência à nota publicada na coluna da jornalista Mônica Bergamo, no dia 14/8, venho prestar os seguintes esclarecimentos: o programa de atendimento ao menor na Câmara dos Deputados é pioneiro no serviço público federal; conta, hoje, com 368 menores carentes (sem exceção), estudantes, sem nenhum parentesco com servidores da casa ou parlamentares, cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários mínimos, contratados para prestar serviços de atendimento em geral, como mensageiros (350) e engraxates (18); os menores são distribuídos em todos os órgãos da Câmara, prestando quatro horas de trabalho diárias. São obrigados, no outro período, a ter rendimento nos estudos, em escola regular, cujo acompanhamento feito pela Câmara dos Deputados é extremamente rigoroso. Mau desempenho escolar implica imediato desligamento do programa. Durante a jornada de trabalho na Câmara dos Deputados, os menores recebem treinamento nas áreas de informática, serviços gerais, português, prevenção contra drogas, formação disciplinar e outras; ao completar 18 anos, os menores são automaticamente desligados do programa, mas com uma excelente formação e mais bem preparados para o mercado de trabalho. Com essa medida, procura-se prestar um serviço social relevante, retirando menores das ruas e possivelmente da delinquência. Na nossa opinião, tal ação deveria ser obrigatória em todas as esferas da administração pública, o que iria reduzir, significativamente, um dos maiores problemas existentes hoje no Brasil, que é a criminalidade juvenil. Programas como esse, devidamente aprovado com louvor pelo Tribunal de Contas da União, deveriam merecer elogios, e não críticas, como na coluna." Ademar Silveira Sabino, diretor-geral da Câmara dos Deputados (Brasília, DF)

NACIONAL/14/08/2000/ILUSTRADA PÁGINA: E2

Haja graxa!

A Câmara dos Deputados gasta R\$ 1.803.307 por ano com serviços de mensageiro e de... engraxamento de sapatos! É o que informa o contrato 99110. Os serviços são prestados, sem licitação, pela Associação dos Servidores Aposentados da Câmara. Como engraxar um sapato pode custar até R\$ 5, a dinheirama possibilitaria a limpeza de 360.000 pares.

*

A assessoria da Câmara diz que se trata de um projeto social, vitrine da instituição. Dá emprego a 368 crianças, que ganham um salário mínimo, além de vale-refeição. Tirando o salário de todas, sobram ainda R\$ 1.136.000 para a associação.

*

Com o mesmo tanto, a ONG Missão Criança, de Brasília, conseguiria dar bolsa-escola para 5.000 crianças. Hoje, com R\$ 700 mil, a ONG dá bolsa para 2.081 e ainda treina e encaminha as mães para um emprego.

Asas do desejo

Os presidentes da TAM, Rolim Amaro, e da Varig, Osiris Silva, começaram peregrinação pelos ministérios em Brasília _já estiveram com Pedro Malan, da Fazenda, e Alcides Tápias, do Desenvolvimento.

*

Estão doidos por informação sobre a criação de agência reguladora do setor. Não se conformam com a possibilidade de o governo manter o sistema de "liberdade vigiada" de tarifas. Querem liberdade total.

Rabeira

Romeu Tuma está com o dinheiro contadinho para tocar sua campanha de prefeito. É um desânimo. Nem recurso para fazer pesquisas ele tem.

Cordas

Abalado por ter sido envolvido no caso Lalau-Eduardo Jorge, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, até mudou o timbre da voz.

*

E se reaproximou de José Serra, que lhe manifestou solidariedade total.

Barraco MTV

A coisa esquentou no Credicard Hall, durante o Video Music Brasil, na quinta. Caetano Veloso encontrou Marcelo D2 e deu o seu recado: "Você tem de parar de falar mal de mim".

*

D2 afirmou que não era bem isso quando Paula Lavigne gritou: "Zé Mané". Caetano emendou: "Você não é viril".

*

Quem viu diz que Paula mandou Caetano "meter a mão na cara dele". Ela diz que xingou, mas que o resto é invenção.

Urucubaca

A Pepsi não anda com sorte. Fechou contrato com o Corinthians, e o time ganhou o mundial de clubes _mas a marca ainda não estava nas camisas. Depois, o time só se deu mal.

*

Já o contrato de Guga terminou um pouco antes de Roland Garros. E o patrocínio de Rubinho Barrichello foi cortado antes da vitória no GP da Alemanha.

Tal pai, tal filho

Lucas, o pimpolho de Luciana Gimenez e Mick Jagger, está tendo dificuldades para renovar seu passaporte brasileiro. É que ele não consegue ficar quietinho para a foto oficial.

Roupa nova

O novo jornalismo da TV Cultura, que estréia hoje, muda no figurino. Luiza Pimenta, da Tweed/Vila Romana, e Glória Kalil reformaram o guarda-roupa dos apresentadores.

*

No jornal do meio-dia, os apresentadores usam roupa esporte, sem gravata; às 18h, camisa e gravata, sem blazer; Paulo Henrique Amorim, o homem da noite, veste traje completo.

Ata-me

Nem ele, em filme, faz melhor. Pedro Almodóvar encontrou no Brasil os personagens certos no enredo certo. Ele enlouqueceu ao conhecer Zé Bonitinho na festa da MTV. No aniversário de Caetano, Almodóvar não parava de clicar o rebolado da dupla Xandy e Carla Perez.

Cacciola pai, Cacciola filho

Quem vê até pensa que o galã aí da foto é Salvatore Cacciola, o ex-banqueiro do Marka que escapou das prisões brasileiras e hoje curte a vida, certamente na Itália.

*

Com esse jeitão do pai, Fabrizio Cacciola enganou mesmo todo o mundo. No dia em que Salvatore foi libertado do presídio carioca Ponto Zero, Fabrizio saiu pela porta da frente, disparado em uma Toyota, seguido por outras três caminhonetes idênticas. A imprensa toda acelerou atrás dele.

*

O bom (ou mau) e velho Cacciola saiu por outra portinha, tranquilão. Pegou a estrada, depois um helicóptero, depois um jatinho particular... e o resto da história todo mundo sabe como deve terminar.

Curto-circuito

A modelo Tathiana Mancini vai estreiar num novo ramo. Ela vai abrir com duas amigas a loja Três Marias. É uma confecção de roupas alternativas, desenhadas e produzidas pelas três donas. A inauguração será na próxima quinta.

A iEditora, uma das principais editoras e distribuidoras de livros eletrônicos do país, está abrindo escritório em Buenos Aires.

A exposição "Esculturas Brasileiras da Pinacoteca ao Jardim da Luz" será inaugurada hoje à noite por Emanuel Araujo e a Sew do Brasil.

A artista plástica paranaense Wilma Sedys inaugura exposição amanhã na galeria Ponto das Artes.

17/08/00/ PAINEL DO LEITOR

Programa social

"Com referência à nota publicada na coluna da jornalista Mônica Bergamo, no dia 14/8, venho prestar os seguintes esclarecimentos: o programa de atendimento ao menor na Câmara dos Deputados é pioneiro no serviço público federal; conta, hoje, com 368 menores carentes (sem exceção), estudantes, sem nenhum parentesco com servidores da casa ou parlamentares, cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários mínimos, contratados para prestar serviços de atendimento em geral, como mensageiros (350) e engraxates (18); os menores são distribuídos em todos os órgãos da Câmara, prestando quatro horas de trabalho diárias. São obrigados, no outro período, a ter rendimento nos estudos, em escola regular, cujo acompanhamento feito pela Câmara dos Deputados é extremamente rigoroso. Mau desempenho escolar implica imediato desligamento do programa. Durante a jornada de trabalho na Câmara dos Deputados, os menores recebem treinamento nas áreas de informática, serviços gerais, português, prevenção contra drogas, formação disciplinar e outras; ao completar 18 anos, os menores são automaticamente desligados do programa, mas com uma excelente formação e mais bem preparados para o mercado de trabalho. Com essa medida, procura-se prestar um serviço social relevante, retirando menores das ruas e possivelmente da delinquência. Na nossa opinião, tal ação deveria ser obrigatória em todas as esferas da administração pública, o que iria reduzir, significativamente, um dos maiores problemas existentes hoje no Brasil, que é a criminalidade juvenil. Programas como esse, devidamente aprovado com louvor pelo Tribunal de Contas da União, deveriam merecer elogios, e não críticas, como na coluna." Ademar Silveira Sabino, diretor-geral da Câmara dos Deputados (Brasília, DF)

Tratamento psiquiátrico

"Ao escrever que de '40% a 50% das internações psiquiátricas feitas eram de alcoólatras, e não de psicóticos' (Cotidiano, 13/8), a Folha diz textualmente que: 'O que deve ser internado é o diagnóstico, e não o paciente'. É o raciocínio do INSS, sabia? A Folha, em edições anteriores, já estava rimando doença mental com recalque sexual e escrevia sobre o tratamento da área de desejo do ser humano. A dependência de drogas é apenas um sintoma de um mal mental! Afora a dificuldade violenta que existe na distinção entre uma neurose e uma psicose, resta comentar que a Folha, em meu modo de ver, errou cerca de 100% nessa reportagem." Magnus Amaral Campos (São Paulo, SP)

*

"Felicito a Folha pela reportagem de 13/8 sobre a saúde mental. De tempos em tempos, o drama da loucura e de seus excluídos volta aos jornais e desperta a sensibilidade dos políticos. É certo que há progressos e real militância voltados para essa exclusão, mas até que ponto conseguimos ultrapassar a etapa da comiserção e convocar uma real integração social dos usuários dos serviços de saúde mental? De todos os grupos de excluídos, os doentes mentais são os que mais carecem de uma

mobilização social representativa. A loucura não forma um coletivo. Sua subjetivação, ao contrário de outras minorias, tem levado à solidão. Afrontar a sociedade como louco não é a mesma coisa que 'sair do armário'. Nenhum grupo o esperará de braços abertos dizendo 'bem-vindo, você é um dos nossos'." Marcelo Veras, diretor do Hospital psiquiátrico Juliano Moreira (Salvador, BA)

03/09/00/ PAINEL DO LEITOR

Causa e consequência

"A onda de violência deixou de ser exclusividade dos grandes centros urbanos e já assombra pacatas cidades do interior paulista. Podemos afirmar que uma das causas, sem dúvida, é a proliferação do tráfico de drogas. Outro argumento favorável poderia ser o desvio de conduta de nossas autoridades constituídas, servindo de exemplo negativo para os nossos jovens. Poderíamos apontar inúmeras causas. Porém, com toda a certeza, a mais crucial delas é a disparidade socioeconômica que existe em nossa pátria. Jamais se poderá alegar ignorância e ninguém poderá furtar-se da responsabilidade que lhe cabe enquanto permitirmos que nossas crianças perambularem pelas ruas, sujas e maltrapilhas, esmolando e contracenando com bandidos e traficantes que as exploram e as encaminham para a delinquência." Eduardo Grigolo (Jundiaí, SP)

06/09/00/ PAINEL DO LEITOR

Plano Colômbia

"O governo brasileiro não deve se envolver nessa questão da Colômbia, inclusive com outros países da América do Sul. Deverá, apenas, comunicar aos países protagonistas da operação que a possível presença de tropas brasileiras na fronteira será para não permitir a invasão de seu território, não tendo essa atitude nenhuma conotação belicosa. Eu acredito que essa providência seria adotada por qualquer outro país que tivesse uma fronteira tão extensa e nas condições da nossa. A ação dos Estados Unidos, de combate ao plantio e ao tráfico de drogas na Colômbia, é válida, pois, quando um país produz uma desgraça que é exportada para o mundo inteiro e não consegue destruí-la, é necessário que um outro país que tenha condições o faça." Rubens Correia Leite (Jundiaí, SP)

10/09/00/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"É cediço que as drogas são um mal cristalizado, difícil de ser reparado e enfrentado, e que o seu uso e a sua comercialização estão cada vez mais expandidos. A devassa que o vício provoca não retroage, declinando para um estado crítico de sobrevivência de muitos usuários. Cabe a todos nós, cidadãos civis, o esforço irrestrito para estancar o mal, ainda que seja um tratamento em doses homeopáticas, mas com uma perspectiva positiva no final do tratamento." José Carlos F. Passos Jr. (Araras, SP)

09/10/00/ PAINEL DO LEITOR

Alcoolismo social

"Realmente oportuno o editorial 'Droga esquecida' (Opinião, 30/9). A bebida alcoólica sempre foi, de longe, a droga que mais causou e continua causando horríveis danos sociais. Ainda assim, graças aos impostos recolhidos pelo governo, tem seu consumo não só tolerado como largamente estimulado. Afinal de contas, qual a diferença, em termos de prejuízos sociais, entre quem produz, vende e consome bebidas alcoólicas e os assim chamados 'traficantes e usuários de drogas'? É simples: uns prejudicam a si mesmos e à sociedade; os outros apenas deixam de cumprir o segundo item. E o mais engraçado é ver pessoas que adoram tomar um belo porre e ainda assim se consideram muito diferentes daqueles que eles entendem como 'drogados'." Flávio Guimarães De Lucca (Limeira, SP)

SÃO PAULO/30/09/2000/OPINIÃO/DROGA ESQUECIDA

SOB O ponto de vista de saúde pública, as drogas que, de longe, mais merecem a atenção das autoridades são o tabaco e o álcool. Sobre este último, as Nações Unidas acabam de patrocinar um estudo na cidade de Rio Branco, capital do Estado brasileiro do Acre, cujos resultados são assustadores.

De acordo com o estudo, um em cada três habitantes da capital acreana usa assiduamente algum tipo de droga. Nesse universo de usuários, 87% são alcoólatras. O resultado é uma espécie de desafio ao que geralmente se sabe sobre o assunto. De acordo com o Ministério da Saúde, há um alcoólatra para cada sete brasileiros; a média mundial, segundo a OMS, é estimada em um alcoólatra para cada dez cidadãos. Pela pesquisa feita em Rio Branco, no entanto, essa relação é de um para quatro.

O mais provável para explicar esses números, e suas diferenças, é que atue aí uma dupla de fatores: bebe-se realmente mais na capital acreana; a maioria das pesquisas sobre o assunto carece de exatidão

e tende à subnotificação. De fato, em sondagens que procuram verificar a quantidade de usuários assíduos de bebidas alcoólicas, é comum o dependente furta-se a reportar com fidelidade a sua situação pessoal.

O fato de ser um hábito socialmente aceitável dificulta que os efeitos do abuso do álcool sejam encarados com a atenção devida. Mas as estatísticas dessa epidemia etílica podem servir como alerta. Calcula-se que 75% dos acidentes automobilísticos fatais estejam associados ao uso de álcool. A relação entre acidentes no trabalho e dependência alcoólica é também sabidamente alta.

Nesse contexto, é preciso cobrar das autoridades responsáveis pela saúde pública no Brasil mais ação contra os efeitos da dependência alcoólica e mais política preventiva. O controle da venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes no país é pífio. A lei que disciplina a veiculação de propaganda de produtos como tabaco e álcool deixa de lado, inexplicavelmente, a cerveja, bebida largamente consumida e que também causa dependência.

O álcool precisa entrar de vez no rol das grandes preocupações da saúde pública no Brasil.

07/12/00/ PAINEL DO LEITOR

Pelé ou Maradona

"Não posso dizer que sou fanático por futebol nem que conheço o futebol dos muitos craques que disputam o título de melhor atleta do futebol do século, pois tenho apenas 28 anos. Mas, como cidadão que atua no combate às drogas e a favor do esporte, acredito que o futebol tenha a capacidade de tirar os adolescentes e jovens das drogas e colocá-los de bem com a vida e com a sociedade. Assim, sem saber se foi Pelé ou Maradona o eleito, penso que, por sua ligação com as drogas, Maradona deveria ser impedido pela Fifa de competir. Já Pelé, sim, foi exemplo em sua época de atleta, principalmente no que diz respeito às drogas, contra as quais sempre se posicionou." Jaime Alexandre de Lima Curcio (Piracicaba, SP)

23/11/00/ PAINEL DO LEITOR

Enxugando gelo

"Gostaria de parabenizar Gilberto Dimenstein pelo lúcido artigo 'Laços de família' (19/11). Realmente, não é possível continuar tratando a questão do consumo de drogas com tanta superficialidade e hipocrisia como fazemos hoje. Como psiquiatra envolvido na recuperação de drogados, sinto-me como se estivesse 'enxugando gelo', já que a capacidade de a sociedade produzir problemas nessa área é muito maior do que a de prover recursos para superá-los." José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

*

"Em certos incêndios florestais, os bombeiros são obrigados a atear fogo na área para combatê-los. Acredito que o combate aos problemas causados pelas drogas possa usar a mesma estratégia. O Estado pode criar locais próprios para distribuição e uso de drogas, locais estruturados, com o apoio de grandes universidades e de profissionais como médicos, cientistas, psicólogos, assistentes sociais e outros. O Estado tem de ver a cara daqueles seus cidadãos que usam drogas. Na Holanda, a venda e o consumo são legalizados em certos locais, nem por isso houve um aumento significativo no número de usuários. Se o Brasil conhecer os usuários de drogas e ampará-los cientificamente, certamente terá progresso no combate à criminalidade gerada pelo tráfico ilícito." Marcos Roberto Boni (Campinas, SP)

NACIONAL/19/11/2000/COTIDIANO/LAÇOS DE FAMÍLIA

A liberalização do uso da maconha no Brasil é apenas uma questão de tempo, e ninguém vai conseguir detê-la.

"É justo colocar na cadeia, no meio de marginais, um adolescente que fumou um baseado?", pergunta, em conversa reservada, o secretário de Estado da Segurança de São Paulo, Marco Vinício Petrelluzzi.

"Não é justo nem eficaz", diz, também reservadamente, o ministro da Justiça, José Gregori.

Quando um secretário da Segurança de São Paulo e um ministro da Justiça demonstram tamanha flexibilidade, mesmo tendo suas conversas resguardadas por quatro paredes, é sinal de que maconha e delito não vão combinar por muito mais tempo.

Vem dos Estados Unidos, moldadores de atitudes em escala mundial, o mais potente argumento para tirar a droga da delinquência e até mesmo dar-lhe um status nobre.

De um lado, eles se apresentam como policiais planetários contra o vício, mas, de outro, anunciam que maconha é remédio e aprovam seu consumo, protegendo os usuários em importantes Estados, como a Califórnia. Já existem cidades em que se pode, legalmente, plantar maconha em casa.

Até que ponto se abre, aí, caminho para a liberação do uso de drogas mais pesadas?

*

A essa altura da coluna, já devo ter estragado o domingo de muitos leitores, pais preocupados com o cerco das drogas a seus filhos. Pesquisas revelam que o jovem tem tanta dificuldade de comprar a droga, vendida pelos colegas dentro e fora da escola, como teria de adquirir uma lata de cerveja.

Se, por acaso, pais continuam confiando nas leis e na polícia para inibir o tráfico e o consumo, é melhor irem mudando rapidamente de idéia. Num debate realizado, na quinta-feira à noite, no auditório da Folha, entre ex-viciados (o músico Lobão e a escritora Esmeralda Ortiz) e um psiquiatra (Içami Tiba), concluiu-se que o antídoto contra o vício começa dentro de casa.

"Quem tem auto-respeito, valores e projeto de vida pode até experimentar drogas sem cair no vício", afirma o psiquiatra Içami Tiba, um dos principais estudiosos, no Brasil, da relação entre adolescentes e drogas.

Tão ou mais importante do que rastrear os traficantes, sustenta Içami Tiba, é perceber se o jovem se sente valorizado, se desenvolveu a auto-estima e se vê no ato de viver o prazer de criar. Daí, segundo ele, a importância de os pais estabelecerem limites, mesmo que à custa de infundáveis e insuportáveis embates domésticos.

O jovem sem limite tende a ter baixa capacidade de aceitar frustração e não nutre o sentido de responsabilidade; sempre está na dependência de alguém para se orientar.

Não é necessário ter estudado psicologia para notar que adolescentes com pouca resistência a frustração, amargurados ou desrespeitados estão mais próximos da droga. "Vivemos numa sociedade hedonista, vale tudo pelo prazer", afirma o psiquiatra.

Droga vicia porque dá prazer.

*

O músico Lobão e a escritora Esmeralda Ortiz, ex-menina de rua e ex-trafficante, tiveram condições de brigar com o vício porque constataram como a droga dizima as vontades e provoca um lento suicídio.

Ambos tinham um projeto de vida em que se ancorar, uma aposta de futuro. Lobão nas melodias. Esmeralda no sonho de escrever um livro e se transformar em comunicadora. Ex-menina de rua, ex-viciada em crack e ex-trafficante, ela acaba de lançar "Por Que Não Dancei".

*

A discussão sobre a liberalização das drogas se torna grave não por causa dos traficantes, mas devido aos estímulos da sociedade a começar da família.

A família moderna não tem tempo. Pai e mãe trabalham, chegam cansados em casa e, como é previsível, não querem mais aborrecimento. Imaginamos compensar a falta de atenção pagando terapeutas, professores particulares e brinquedos caros. Também, nesse jogo de compensações, dizemos poucos "nãos".

*

As escolas, em geral, são máquinas massacrantes para alunos com baixa auto-estima. Ainda mais para aqueles que se vêem envolvidos em consumo ou tráfico de drogas.

Os indivíduos não são medidos, na imensa maioria das escolas, pelo que são ou podem ser, mas pela sua capacidade de memorizar conteúdos.

O "mau aluno" entra num círculo vicioso, buscando aliados entre os marginalizados, quase todos com dificuldade de estabelecer laços familiares. Os professores pedem, então, que os pais, atônitos, se virem como puderem e paguem um terapeuta.

A escola deveria ser um espaço prazeroso em que os estudantes descobrissem talentos e montassem projetos de vida. Não um ringue em que conhecimento e punição andassem de mãos dadas. A falha do processo está no aprender por medo da punição, ou seja, por medo de repetir o ano ou de ser reprovado no vestibular, por temer a reação dos pais ("meu pai vai me matar") ou por ter receio de um eventual desemprego.

*

A situação vai piorando ainda porque são poucas as campanhas públicas de esclarecimento sobre drogas. E são indigentes os centros médicos de tratamento de viciados. Nessa cadeia de omissões e descondições, é normal que os pais fiquem apavorados com a perspectiva de que, mais cedo ou não, a maconha não seja mais crime.

*

PS - Coloquei um dossiê sobre drogas, educação e juventude no site www.dimenstein.com.br/
@-> E-mail - gdimen@uol.com.br

27/12/00/ PAINEL DO LEITOR

Seringas

"Fiquei indignado ao ler a reportagem em que autoridades do sistema penitenciário anunciam, com toda pompa, que a partir de agora serão distribuídas seringas descartáveis para prevenir a Aids entre os usuários de drogas injetáveis. Usuários estes que estão dentro dos estabelecimentos penais e sob a custódia do Estado. Será que as tais autoridades, em vez de admitir passivamente que o tráfico continua rolando solto na cadeia, não deveriam estar cuidando de descobrir como e quem faz as drogas chegarem até os detentos? É lastimável ver o próprio Estado admitindo publicamente a sua incompetência." Josué Luiz Hentz (São Paulo, SP)

2001

20/01/01/ PAINEL DO LEITOR

Medo e segurança

"Já era tempo de o secretário da Segurança Pública, Marco Vinicio Petrelluzzi, conhecer melhor a área em que atua e tratar com mais respeito os policiais de São Paulo. Não bastassem as medidas polêmicas que adotou em 1999 para identificar possíveis usuários de drogas entre policiais e também a implantação de testes ('pegadinhas') para flagrar policiais envolvidos com o crime, usa agora estapafúrdia declaração para justificar e manter o policiamento solitário, contra todos os argumentos ditados pela sensatez e a experiência. Os policiais que têm medo, diz ele, deveriam abandonar a profissão e tornar-se bailarinos. Ora, secretário, que os psiquiatras me desmintam, mas só loucos podem ser inteiramente desprovidos de medo. Não queremos heróis mortos, queremos policiais humanos, capazes de identificar situações de risco, enfrentando-as com serenidade e equilíbrio. Ainda é tempo de rever aquela medida, antes que tenhamos novas vítimas a lamentar." Geraldo de Menezes Gomes, coronel da reserva da Polícia Militar e presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar (São Paulo, SP)

23/01/01/ PAINEL DO LEITOR

"Fiquei estarecida ao ler a reportagem 'Ex-governador Fleury é assaltado e segurança acerta tiro em menor' (Cotidiano, pág. C3, 20/1), sobre um adolescente que portava revólver de plástico e foi baleado na cabeça por um segurança do ex-governador Fleury durante tentativa de assalto.

Precisamos repensar uma sociedade que dá licença para alguém atirar na cabeça de um ser humano para defender um relógio Rolex e depois 'retomar a agenda do dia'. Se queremos uma sociedade mais feliz neste novo milênio, precisamos começar a enfrentar a questão da violência, sem tratar como coisa banal a vida de adolescentes pobres."

Lumêna Almeida Castro Furtado, presidente do Conselho Regional de Psicologia (São Paulo, SP)

30/01/01/ PAINEL DO LEITOR

Violência

"A visão da presidente do Conselho Regional de Psicologia, sra. Lumêna Almeida Castro Furtado ('Painel do Leitor', 23/1), sobre a tentativa de assalto ao ex-governador Fleury é reveladora sobre o papel do psicólogo no país. O 'tratamento psicológico' de bandidos drogados, na visão de psicólogos, deveria consistir apenas de psicoterapias, quase sempre inócuas. Adolescentes potencialmente criminosos e dependentes de drogas apresentam graves transtornos de personalidade e necessitam sempre de avaliação médica psiquiátrica, muito frequentemente com início de tratamento em hospitais psiquiátricos. Na contramão do bom senso, o Conselho Federal de Psicologia permanece pedindo no Congresso o fechamento de todos os hospitais psiquiátricos." Ivan Leite Albanese, médico psiquiatra (Sorocaba, SP)

06/02/01/ PAINEL DO LEITOR

Citações

"Profundamente lamentável a forma como o sr. Ivan Leite Albanese, médico psiquiatra, se referiu ('Painel do Leitor', 30/1) à sra. Lumêna Furtado, presidente do Conselho Regional de Psicologia ('Painel do Leitor', 23/1). É lamentável que um médico psiquiatra se refira à psicologia e aos psicólogos em geral de uma forma tão arrogante e preconceituosa. Falo com conhecimento de causa, pois já tive um filho internado em hospital psiquiátrico e sei o que costuma acontecer ali. Hoje ele se trata em um serviço aberto com acompanhamento médico psiquiátrico e nunca mais foi preciso interná-lo. Estou certo de que o tratamento psicológico é tão importante quanto o tratamento psiquiátrico. Esse tipo de psiquiatria que o referido senhor deve praticar é completamente equivocado, para não dizer desumano e cruel. Lutamos sim e lutaremos sempre incansavelmente, para que se

aprove no Congresso a lei que extingue gradativamente os atuais hospitais psiquiátricos com a criação de novos serviços substitutivos a eles." Geraldo Peixoto, militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (São Paulo, SP)

09/02/01/ PAINEL DO LEITOR

Tribunais de exceção

"Seguranças de um supermercado do Rio prenderam duas mulheres que estavam furtando no interior da loja e levaram uma delas para que fosse 'julgada' por traficantes. A que ponto chegamos. Fechemos os Tribunais de Justiça e as faculdades de Direito, pois já temos julgadores, e réus sem direito à defesa. Ou o Brasil acaba com as drogas ou dentro em breve seremos uma nação fraca e fácil de ser dominada." Luiz Felipe Schittini (Rio de Janeiro, RJ)

10/02/01/ PAINEL DO LEITOR

Psiquiatria

"A presidente do Conselho Federal de Psicologia, sra. Ana Mercês Bahia Bock ('Painel do Leitor', 1/2) afirmou, generalizando, que o trabalho em hospitais psiquiátricos é caracterizado por condições desumanas e interesses de lucros. Tal posição reflete postura ideológica preconceituosa e sem conhecimento técnico. Para o médico psiquiatra, a existência de hospitais é absolutamente necessária, pois é impossível tratar de certas dependências de drogas em ambulatorios devido à resistência do paciente. Hospital psiquiátrico não deve ser visto como instituição punitiva, mas sim como recurso indispensável para tratamento médico, além de fator para a diminuição da criminalidade e violência, principalmente em casos de dependência de drogas." Ivan Leite Albanese (Sorocaba, SP)

04/03/01/ PAINEL DO LEITOR

Oportunidade

"A Campanha da Fraternidade 2001 da Igreja Católica, cujo lema é 'Vida sim, drogas não!', tem em mãos a grande oportunidade de divulgar com testemunhos pessoais, durante todas as celebrações, missas, encontros carismáticos, entre outros, a destruição da vida não apenas por meio das drogas ilegais, mas principalmente pelas drogas legalmente permitidas (cigarros e bebidas alcoólicas). Para que haja êxito, é fundamental que sejam convidadas vítimas de drogas que estão se recuperando em grupos de auto-ajuda, tais como NA (Narcóticos Anônimos) e AA (Alcoólicos Anônimos), além dos grupos de auto-ajuda de familiares das vítimas das drogas ilegais e legais. Nenhum ser humano está seguro de que tenha imunidade às drogas." Arturo Vaz (Barra Mansa, RJ)

11/03/01/ PAINEL DO LEITOR

Igreja e drogas

"A Igreja Católica colocou como tema da Campanha da Fraternidade o combate às drogas. Tomara que a Diocese de São João da Boa Vista (SP) aceite o chamado do papa e elimine também outras drogas, que são os alto-falantes, a seleção musical e, principalmente, o horário impróprio da programação do Santuário Padre Donizette, em Tambaú (SP). São preciosos decibéis desperdiçados com som terrível, hinos monocórdios e a obrigatoriedade de acordar entre 5h e 6h no domingo, o dia que Deus reservou ao descanso. Imaginemos, em uma democracia, o mesmo direito a exagerados decibéis para as outras religiões. O bom cristão não precisa ser doutrinado em decibéis." Mauricio Villela (São Paulo, SP)

28/03/01/ PAINEL DO LEITOR

"Traffic"

"Não assisti ao filme 'Traffic', mas achei a opinião do sr. Alberto Mendes Cardoso ('Considerações sobre 'Traffic', 'Tendências/Debates', pág. A3, 25/3) um pouco reducionista. Quando alguém compra refrigerante, tênis, remédio, computador etc. também não está sustentando a injustiça socioeconômica entre indivíduos e países _a mesma desigualdade que está no cerne do binômio produção/consumo de '_?" Markhos Kühler (Porto Alegre, RS)

*

"Muito oportuno o artigo do sr. Alberto Mendes Cardoso sobre drogas, ainda mais sendo ele o responsável pela Senad (Secretaria Nacional Antidrogas). Acho que o filme deveria permitir que pais levassem seus filhos pequenos. Levei o meu, que tem 12 anos, e depois discutimos o assunto por várias horas. As escolas deveriam aproveitar a excelente película, que tenta mostrar o problema sobre vários ângulos. Para os meus filhos, eu sou viciado em comida, minha irmã, em açúcar e chocolate e minha mulher, em cigarro. Para quem consome, droga é droga, não importando se legal ou não. Então,

por que não vender as drogas e cobrar impostos que financiem os gastos do Estado com as consequências delas? As drogas, hoje, estão muito mais acessíveis do que podemos imaginar. Não sugiro praças ou lugares especiais para viciados, porque acho uma hipocrisia combatermos apenas algumas drogas. Esse assunto me apavora, mas não quero me esconder atrás dos meus medos, pois é a vida dos que mais amo que estão em risco." Luís Antonio A. Lessi (São Paulo,SP)

NACIONAL/25/03/01/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/CONSIDERAÇÕES SOBRE "TRAFFIC"

A 'cheirada' de pó e o 'baseadinho' são elos de uma corrente de crimes que acaba no bandido viciado e na bala perdida

Alberto Mendes Cardoso

NA CONDIÇÃO de apenas um frequentador de cinema, não me sinto habilitado a discorrer sobre se o filme "Traffic" deveria ou não ganhar o Oscar de melhor filme. Por outro lado, como responsável pela Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), gostaria de apresentar alguns comentários aos brasileiros que, como eu, também se inquietam com as questões colocadas por essa excelente película.

Como comentário inicial, cabe mencionar que se trata de uma fita muito realista. A parte mexicana da trama utiliza como inspiração episódios recentes.

A história do general responsável pela repressão, que termina preso por envolvimento em narcotráfico, é muito similar ao episódio do general Jesus Gutiérrez Rebollo. O chefe do cartel de Tijuana, que realiza uma operação plástica no rosto, tem inspiração no caso de Amado Carrillo Fuentes, que, na vida real, ao que tudo indica, morreu em virtude de complicações surgidas durante uma cirurgia assim. Os narcotraficantes Obregon, personagens do filme, são figuras moldadas nos irmãos Arellano-Félix, chefes do cartel de Tijuana.

As cenas mostrando as dificuldades de controlar a fronteira mexicano-americana não poderiam ser mais representativas do cotidiano de vários países.

Do lado norte-americano, o realismo chegou ao ponto de uma senadora e um senador, Barbara Boxer e Orrin Hatch, terem feito pontas no filme, representando (com competência, imagino eu) o papel de políticos de Washington.

Por experiência própria, reconheci a situação em que o novo candidato a czar das drogas recebe as mais dispareas sugestões sobre como agir. Quase todas as pessoas já tiveram alguma experiência na área de drogas e, portanto, se consideram peritas e com o dever de bem assessorar os responsáveis governamentais na matéria.

Igualmente realista me pareceu a cena em que ele, dentro de um avião, pede em vão aos profissionais da luta antidrogas que apresentem novas idéias sobre como lidar com o narcotráfico.

O filme levanta uma série de questões incômodas, desde a possibilidade de que a "guerra contra as drogas" já tenha sido perdida, até o porquê de certas pessoas (e outras não) serem passíveis de se tornar viciadas. Para o espectador brasileiro, gostaria de apresentar apenas três comentários inspirados na obra do diretor Steven Soderbergh.

Em primeiro lugar, o Brasil, como o México da vida real e do filme, costuma ser caracterizado como "país de trânsito" do narcotráfico. Há uma década, esse era um fato tranquilizador. Na Amazônia de então, uma avioneta saindo do Peru em direção à Colômbia, supostamente carregada de pasta base de coca, podia ser vista como "um problema dos americanos de Nova York".

Como o filme e a realidade brasileira bem demonstram, não existe passagem inocente de crime organizado. Mesmo que não deixe um só grama para consumo local, o poder corruptor do tráfico de drogas e de delitos conexos é gigantesco. No caso brasileiro, mais especificamente, os "serviços" que a passagem de drogas pelo território nacional exige estão sendo pagos pelos traficantes, não em dinheiro, mas em produto, que terá de encontrar o seu caminho para o mercado consumidor doméstico. Em outras palavras, os problemas dos dependentes dos EUA ou da Europa são também questões vitais para o Brasil e para qualquer outro país por onde transite o narcotráfico. A corrupta cidade de Tijuana, apresentada em cor amarelada no filme, não é, do ponto de vista da realidade brasileira, um exercício de ficção.

Uma outra observação magnificamente esboçada em "Traffic" é a constatação de que os usuários finais da droga são sócios e co-autores de toda uma cadeia de atividades criminosas. A filha do czar das drogas, ao se divertir "inocentemente" com o namorado e os amigos experimentando cocaína, estava, na prática, patrocinando a corrupção e o crime não apenas em Tijuana, mas também nos EUA. Do mesmo modo que não existe "passagem inocente" de drogas pelo Brasil, tampouco existe o consumo social ou politicamente inofensivo de entorpecentes.

O usuário de cocaína, em qualquer dos 5.543 municípios do Brasil, não está apenas se divertindo ou buscando uma fuga psicológica. Ele está financiando as chacinas de civis inocentes por paramilitares

ou guerrilheiros colombianos, a corrupção em setores do sistema público brasileiro, a instabilidade institucional em países produtores ou ex-produtores, a presença de dinheiro sujo na economia do hemisfério e até mesmo o assassinato de policiais.

Essa "corrente de crimes" não é um fato teórico ou distante, termina no assaltante viciado ou na bala perdida. Engana-se, pois, quem pensa que um "baseadinho" de maconha ou uma "cheirada" de pó são apenas atos recreativos sem maiores consequências políticas.

Por fim, mas sem esgotar o rol de mensagens, a fita demonstra o aspecto fundamental do diálogo na família. Junte-se à família a escola e _sob os pontos de vista de orientação moral e de valorização da vida_ a religião, teremos a base para a formação integral da pessoa.

Na questão de drogas, como em toda matéria política, a grande ferramenta da liberdade é o cidadão consciente e bem informado. O filme "Traffic" alimenta um debate necessário, que vem sendo compreendido crescentemente pelos mais diversos setores da sociedade brasileira. É um belo filme.

Belo e, sobretudo, útil.

Alberto Mendes Cardoso, 60, é ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e general de divisão do Exército.

03/06/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"O artigo do ilustre professor Marco Segre ('A droga', 'Tendências/Debates', pág. A3, 31/5) trouxe-me algumas reflexões. Sabe-se que, durante a lei seca, nos EUA, no início dos anos 20, o consumo de bebidas alcoólicas e crimes associados a ele aumentou como nunca na história daquele país. Ou seja, a repressão ao tráfico _bem menor que a que se faz hoje_ não diminuiu o consumo de álcool pelos norte-americanos, muito pelo contrário. A descriminalização das drogas mantêm um dos negócios mais lucrativos do mundo. O pseudo-argumento de manter na ilegalidade certos tipos de droga que alteram a consciência das pessoas, com o suposto intuito de proteger a saúde do cidadão, não resiste à menor análise. Há que se respeitar o direito do indivíduo de dispor de seu próprio corpo da maneira que bem entender. O Estado não pode tratar pessoas adultas e conscientes como se fossem crianças que ainda não sabem discernir o bem do mal." Mozart Cabral, médico (São Paulo, SP)

08/06/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"O artigo 'A droga' ('Tendências/Debates', pág. A3, 31/5), de autoria do médico Marco Segre, fez-me muito contente e encheu-me de esperança. Penso que o Brasil deva estar atento e procurar somar com o bloco europeu, que vê na descriminalização da droga o caminho para a almejada saúde social das nações. Creio que a descriminalização possa trazer a banalização e a diminuição do uso das drogas, ou, pelo menos, o fim do tráfico e de suas maléficas consequências. Não devemos fazer apologia do uso da droga, mas, sim, vê-la realmente como problema de saúde e tentar resolver o problema funesto de sua comercialização com racionalidade e no verdadeiro interesse da humanidade, não no interesse dos grupos que só lucram com a manutenção desse 'status quo'." Maria Rita Murano Garcia (Campo Grande, MS)

22/07/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Com relação ao texto 'Consumo de droga também cresce no Brasil' (Mundo, pág. A8, 20/7), gostaria de esclarecer que, até hoje, as políticas de droga seguiram uma orientação centrada na droga em si e que deveria haver uma mudança de foco, priorizando a atenção ao usuário. O papel da repressão tem sua importância, desde que focado apenas no tráfico. Assim, a prevenção, uma das tarefas das quais o Conen-SP se incumba, deve estar voltada à redução da demanda ou dos danos relacionados ao uso das drogas, enquanto a repressão deve estar diretamente voltada à redução do tráfico." Sérgio Dario Seibel, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes _Conen-SP (São Paulo, SP)

05/08/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Foi com muita revolta e indignação que li o editorial 'Drogas livres' (Opinião, pág. A2, 1º/8), que destaca que a famosa revista britânica 'The Economist', em sua mais recente edição, voltou à carga defendendo a legalização de todas as drogas baseada no argumento de que o Estado não tem o direito de intervir para impedir que indivíduos façam algo que os prejudique. Ainda segundo o editorial da Folha, para a revista não há diferenças filosóficas significativas entre injetar uma dose de heroína e escalar uma montanha, pois ambos os comportamentos apresentam risco e devem preocupar as

companhias de seguro e as mães, mas devem ser tolerados pelo Estado democrático. Há oito anos atuo na área da prevenção às drogas, tendo criado a campanha 'Droga Mata', que realizo solitariamente, com enormes dificuldades, procurando alertar crianças e jovens sobre os perigos causados pelas drogas proibidas ou liberadas, como o álcool e o cigarro comum. Discordo radicalmente da tese defendida pela revista. Quero dizer a todos os defensores da descriminalização das drogas que um viciado não causa mal apenas a si próprio. As páginas policiais estão repletas de casos de pessoas que cometeram os mais bárbaros crimes sob os nefastos efeitos das drogas, ao contrário do praticante de esportes radicais, que coloca em risco apenas a sua própria vida." Mauro Borges, presidente do Conselho Comunitário de Segurança do 21º DP (São Paulo, SP)

08/08/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Diferentemente do que pensa o sr. Mauro Borges ('Drogas', 'Painel do Leitor', 5/8), concordo plenamente, como médico, que a Folha e outros órgãos da imprensa brasileira aceitem o desafio de contribuir com o debate inevitável da legalização das drogas. Traficantes, economistas de países produtores, bancos, policiais especializados, profissionais de saúde que exploram comercialmente a dependência química, entre outros, não podem sobrepor seus interesses econômicos e opiniões pessoais ao debate democrático que aponte alternativas ao fracasso inaceitável do modelo repressão-abstinência. A sociedade brasileira não pode continuar pagando por algo que não funciona."

Fábio Mesquita, doutor em saúde pública, vice-presidente da Associação Internacional de Redução de Danos (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/01/08/2001/OPINIÃO/DROGAS LIVRES

A revista britânica "The Economist" voltou à carga. Em seu mais recente número, a prestigiosa publicação liberal defende, como vem fazendo há anos, a legalização de todas as drogas. A revista, que pode ser lida pela internet (www.economist.com/printedition), traz vigoroso editorial e várias reportagens para justificar seu ponto de vista.

Para "The Economist" há razões teóricas e práticas a reclamar a liberação. Em termos filosóficos, e segundo a tradição utilitarista de John Stuart Mill (1806-1873), o Estado não tem o direito de intervir para impedir que indivíduos façam algo que os prejudique. "Sobre si mesmo, sobre seu corpo e sua mente, o indivíduo é soberano", proclamou o filósofo.

Para a revista, não há diferenças filosóficas significativas entre injetar uma dose de heroína e escalar uma montanha. Ambos os comportamentos apresentam risco. Devem preocupar as companhias de seguro e as mães, mas devem ser tolerados pelo Estado democrático.

O argumento prático diz respeito à distribuição dos prejuízos. Segundo a publicação, eles "recaem de forma desproporcional sobre os países pobres e sobre pessoas pobres em países ricos". Nas nações miseráveis que produzem as drogas, verifica-se o surgimento de grupos tão poderosos que ameaçam o Estado e corrompem instituições políticas. Nos países ricos, são os indivíduos pobres que têm maior probabilidade de serem empregados no comércio de drogas e, assim, de parar na cadeia.

A tese de "The Economist" faz sentido. E, à exceção dos EUA, o mundo desenvolvido parece estar caminhando nessa direção. Na Europa já são vários os países que descriminalizaram as drogas. Nesta semana, o Canadá autorizou o uso terapêutico da maconha. São só os EUA que ainda insistem obstinadamente na repressão pura e simples.

Maior tolerância e programas de redução de danos são cada vez mais aceitos como alternativas. O Brasil não pode se furtar a esse debate.

10/08/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Causou-nos estranheza uma frase contida no editorial 'Drogas Livres', que a Folha publicou em 1º/8 (Opinião, pág. A2), segundo a qual 'são só os EUA que ainda insistem obstinadamente na repressão pura e simples'. Gostaríamos de esclarecer que o governo dos Estados Unidos empreende regularmente esforços equilibrados e abrangentes no enfrentamento do problema das drogas ilegais. Destacam-se nesse empenho iniciativas para prevenir o uso de drogas pelos jovens, para tratar os dependentes de drogas ilegais e para educar toda a população quanto aos perigos que o uso de drogas representa para a saúde, para a segurança e para o bem-estar econômico de todos. Neste ano fiscal de 2001, os Estados Unidos estão empregando, somente no âmbito federal, perto de US\$ 5,8 bilhões em programas para reduzir o uso de drogas. Isso sem contar a significativa contribuição dos governos estaduais e municipais no esforço geral do país. Desse total, US\$ 2,6 bilhões serão aplicados em programas de prevenção, e US\$ 3,2 bilhões irão para a área de tratamento. Desde 1998, o governo dos Estados

Unidos já investiu mais de US\$ 20 bilhões em programas de prevenção e de tratamento. Como resultado desse empenho, o consumo de drogas no país diminuiu 40% entre 1979 e 1999. Para mais informações, sugerimos consulta aos sites da Casa Branca (www.whitehousedrugpolicy.gov) e do Departamento de Estado (usinfo.state.gov/journals)." Michael Greenwald, adido de imprensa do Consulado Geral Americano (São Paulo, SP)

*

"Considero a Folha um instrumento da mais alta importância tanto na área social como na política, na econômica, na científica, na ética e em outras tantas. Sou pai de uma 'teen' de 13 anos e fiquei fortemente surpreso ao ler no caderno Folhateen de 6/8 a reportagem de Augusto Pinheiro intitulada 'Drogas Emergentes - Da malhação à ferveção' (pág. 6). Creio que a reportagem tenha sido planejada para combater as drogas entre menores. Mas, certamente, surtiu um efeito contrário, porque sua apresentação foi mais uma apologia às drogas ali citadas do que propriamente um desaconselhamento. Fala-se, em muito poucas linhas, dos efeitos adversos daquelas drogas, ao passo que, nas duas primeiras páginas, a reportagem mostra como os jovens adquirem, como administram (em comprimidos, em chicletes etc.), cita os efeitos gostosos das drogas (descarga de adrenalina, euforia etc.) e traz depoimentos de consumidores. Não tenho idéia de como o jornal poderia agir para mitigar os efeitos desastrosos que a reportagem com certeza já causou e ainda causará aos 'teens'. Augusto Pinheiro pode estar carregado de boas intenções, mas pode saber que, na realidade, mesmo que involuntariamente, transformou-se num espetacular marqueteiro dos traficantes de drogas. Quero deixar registrado aqui o meu protesto contra esse tipo de reportagem e pedir mais cuidado aos editores do jornal." Francisco Alberto Machado (Londrina, PR)

12/08/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Gostaria de parabenizar o repórter Augusto Pinheiro pela reportagem 'Drogas emergentes - Da malhação à ferveção', publicada na edição do dia 6/8 do Folhateen (pág. 6). Como médico anesthesiologista, não posso deixar de registrar minha preocupação com o uso indiscriminado de drogas que fazem parte do nosso arsenal terapêutico. Medicamentos como a efedrina, um vasopressor comumente utilizado em anesthesiologia, e a quetamina, um agente indutor e analgésico, são administradas somente sob estrita monitorização e vigilância do médico. Podem ser extremamente perigosas se usadas sem supervisão do especialista. O texto alerta para os riscos do consumo dessas medicações de forma concisa e descomplicada, mostrando ao leitor leigo o potencial devastador dessas duas drogas. Colocamos uma chamada para a reportagem da Folha em nosso site, www.anesthesiologia.com.br." Fábio Luís Ferrari Regatieri (São Paulo, SP)

NACIONAL 06/08/2001/FOLHATEEN/DA MALHAÇÃO À FERVECÃO

Suplementos dietéticos que contêm efedrina são usados como combustível por atletas da noite

Augusto Pinheiro da reportagem local

O consumo começou discretamente entre os adeptos da malhação mais pesada. Agora, os suplementos dietéticos de origem norte-americana Ripped Fuel e Xenadrine, que contêm efedrina, além dos comprimidos da própria substância, invadiram as casas noturnas e as raves e viraram combustíveis da noite.

Os usuários, tanto das academias quanto das casas noturnas, buscam a euforia e o aumento de estímulo provocados por esses produtos. A ação da efedrina aumenta o metabolismo do organismo, o que por sua vez acelera a queima de calorias (daí sua venda como produto dietético). Nos EUA, esse tipo de produto não sofre a regulação do FDA (agência que regulamenta a produção de alimentos e medicamentos no país). Mas seu uso, proibido no Brasil em suplementos dietéticos e considerado doping no esporte, é uma bomba-relógio, na opinião de especialistas.

"A efedrina age no sistema nervoso central e provoca uma descarga de adrenalina. Entre as reações que isso causa, está o aumento dos batimentos cardíacos e da pressão arterial, o que provoca uma sobrecarga no sistema cardiovascular. O uso para mascarar o cansaço é uma enorme agressão ao organismo porque reduz as reservas muito além dos limites de segurança, a pessoa está passando por cima de um mecanismo de defesa", explica Turibio Leite Barros Neto, coordenador do Cemafe (Centro de Medicina da Atividade Física e do Esporte), da Unifesp. "Provavelmente, o usuário está caminhando para ser um hipertenso. Até um infarto é possível, se o indivíduo já tiver uma doença oculta."

Segundo o psiquiatra Marlio Vilela, 29, da Unifesp, existem também riscos psíquicos. "O uso da efedrina pode desencadear quadros depressivos, de ansiedade e de pânico. Atendo pacientes com esses

problemas, inclusive adolescentes. Há estudos que apontam surtos psicóticos, que são mais graves, pois são doenças em que a pessoa perde o contato com a realidade e tem alucinações. Muitas vezes, tornam-se crônicas."

Apesar de a venda ser ilegal, segundo a assessoria de imprensa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é muito fácil adquirir os produtos. São vendidos em lojas de suplementos alimentares e em academias (leia mais na pág. 7). Geralmente não ficam expostos e, às vezes, nem é preciso insistir. A reportagem comprou potes de Ripped Fuel e Xenadrine, além de chicletes Ripped Fuel, em uma loja na região central de São Paulo.

A popularização do consumo pode ser atestada nas raves, onde dá para comprar cápsulas e comprimidos avulsos. Na noite, ocorre frequentemente a mistura com álcool e com outros aditivos, como o ecstasy. "Eu uso a efedrina para impulsionar outras drogas", explica o usuário Carlos, 19 (leia depoimentos na pág. 7).

Segundo Turibio, a consequência dessas misturas é imprevisível. "Se a efedrina já é uma droga capaz de trazer esses riscos, a interação com outras substâncias com efeito similar pode ser absolutamente desastrosa. Somado a isso o uso de álcool, o indivíduo está literalmente se envenenando, em uma situação em que ele deveria estar se divertindo. Isso é que é o pior", afirma.

Cada cápsula de Ripped Fuel e de Xenadrine possui 10 mg de efedrina, e os comprimidos da própria substância, 50mg, dosagem que não é baixa, na avaliação de Vilela. "É difícil dizer o que é uma superdosagem porque depende de respostas individuais, do intervalo entre as doses, da interação com outras drogas. Mas a cada cápsula o pavio da explosão fica mais curto", alerta Turibio.

24/08/01/ PAINEL DO LEITOR

Segurança

"A propósito do artigo do prefeito do Rio de Janeiro, sr. Cesar Maia ('Um desastre na segurança pública', 'Tendências/Debates', pág. A3, 14/8), gostaria de tecer algumas considerações. 1) O artigo é uma contradição em si. Primeiro, diz que Luiz Eduardo Soares 'não tem autoridade acadêmica (...) nem muito menos prática'. Depois, credita a Luiz Eduardo Soares a política de segurança pública desenvolvida no Rio de Janeiro até 1999. A não ser que haja duas pessoas com o mesmo nome no Rio de Janeiro, o prefeito precisa definir qual Luiz Eduardo ele quer atingir. 2) O tráfico de drogas e de armas no Rio de Janeiro não surgiu quando o antropólogo Luiz Eduardo Soares estava à frente da Coordenadoria de Segurança Pública. Não é preciso morar no Rio de Janeiro para saber disso. 3) Enquanto pôde, Luiz Eduardo Soares e sua equipe desenvolveram um trabalho inovador no que tange ao gerenciamento da atividade policial, somado à transparência administrativa (com a criação da Ouvidoria da Polícia) e à participação da sociedade civil numa das áreas mais complexas e difíceis da estrutura do Estado. As críticas lançadas contra Luiz Eduardo 'não têm pé nem cabeça'." Benedito Domingos Mariano, ouvidor-geral do município de São Paulo (São Paulo, SP)

NACIONAL 14/08/2001/OPINIÃO/UM DESASTRE NA SEGURANÇA PÚBLICA

As práticas bem-sucedidas do varejo de drogas do Rio foram exportadas para São Paulo e agora estão em Porto Alegre

Cesar Maia

Nada como ter a irresponsabilidade acadêmica para deitar falação. Nos últimos meses, o sr. Luiz Eduardo Soares vem falando de segurança pública para todos os lados e para todos os ventos. Fala como se tivesse autoridade para isso. Não tem autoridade acadêmica _no máximo, ele se dedicou a organizar estatísticas e referenciá-las geograficamente durante o segundo governo Brizola, assessorando o então vice-governador e secretário da Segurança "ad hoc", Nilo Batista_ nem muito menos prática.

Sua passagem pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi um dos maiores desastres já vistos e conhecidos nessa matéria. Nem mesmo a permissividade vista por aqui nos anos 80 foi tão longe. Quando vemos no "Jornal Nacional" as chocantes imagens de traficantes, no morro do Alemão, no Rio, vendendo drogas publicamente como se vendessem balas, o que estamos vendo, na verdade, é a consequência da política de segurança do sr. Luiz Eduardo Soares. O Rio Grande do Sul não perde por esperar.

Em que se baseia a política de segurança formulada por ele? Com total e entusiasmado apoio de uma ONG patronal chamada Viva Rio _que conseguiu alvará para vender serviços sem entrar em licitações_, o problema central para o sr. Luiz Eduardo Soares está no uso das armas, e não no tráfico de drogas. Por isso ele propõe suspender a repressão, desde que as gangues de traficantes não disputem os pontos de venda a tiros nem façam uso das armas.

Ele sonha ver o varejo de drogas repetir, no Rio, a lógica do varejo de drogas de Los Angeles (EUA) _as gangues de lá se acomodaram, distribuindo entre elas as regiões da cidade e acabando com a disputa a bala pelas bocas-de-fumo_ ou, para não ir muito longe, repetir a lógica adotada pela contravenção carioca. É sabido que se realizaram reuniões clandestinas no Rio, com a participação de traficantes e autoridades _ou de seus próceres_, para discutir a "pacificação". O preço seria uma espécie de camuflagem ou um "adeus às armas", tendo como contrapartida a suspensão da repressão ao tráfico.

A polícia do Rio recebeu orientação, no início de 1999, para deixar o mercado de varejo de drogas correr solto e só atuar quando houvesse tiroteio, como se fosse uma espécie de castigo. Quem não atirar pode traficar drogas à vontade. Onde houver tiros, entra a polícia.

O ponto culminante dessa política foi a inacreditável experiência no morro do Pavão/Cantagalo, onde um efetivo policial ocupou o morro, mas o tráfico de drogas corre solto. Parece até que a polícia fardada está dando segurança à boca-de-fumo. De fato a disputa pelas bocas-de-fumo local parou e, com ela, pararam os tiros. Esse fato é vendido como sendo uma grande experiência. Na verdade trata-se da liberação do tráfico de drogas sob o manto protetor da polícia, que se apresenta pública e "fardadamente". E, se a câmera oculta do "Jornal Nacional" entrar no Pavão/Cantagalo, certamente vai filmar cenas parecidas com aquelas do morro do Alemão. A lógica é a mesma.

Ninguém precisa ser especialista em coisa nenhuma para saber que as armas militares pesadas só existem para a defesa e a ocupação de territórios, que ninguém as usa para assaltar velhinhas na esquina. E que, portanto, o uso de armas é a segunda derivada do tráfico de drogas. Essa é a prática matriz. A permissividade dos anos 80 produziu o quadro em que vivemos hoje.

E as práticas bem-sucedidas do varejo de drogas do Rio acabaram sendo exportadas para São Paulo e agora, não por coincidência, se fazem presentes em Porto Alegre. Elas irão muito mais longe se os distraídos de plantão continuarem ouvindo o som da flauta mágica, garantindo que tudo pode se resolver num festival de gestos.

Mas há outro capítulo desse desastrado arremedo de política de segurança pública. É a publicidade sistemática sobre a cumplicidade e a corrupção policiais. Descobriram, afinal, um inimigo. E interno. Aliás, para a platéia nacional, esse discurso cai como uma luva. É simples: temos um corpo corrupto de policiais. Vamos depurá-lo e está tudo resolvido. Com isso conseguiram o prodígio de, em pouco tempo, mudar o foco _ou, no mínimo, torná-lo igual, direcionando-o à polícia e aos delinquentes.

O povo já não sabe no que acreditar.

Assim fica pronta a receita do bolo: suspende-se a repressão e identifica-se um inimigo interno. Todos ficam satisfeitos e impressionados. Como se a lógica do varejo de drogas fosse a mesma da contravenção. Ninguém precisa fazer nada. É só esperar. Esperaram no Rio e o desastre está aí. Quem quiser conhecer as consequências dessa política de segurança pode dar um pulo no Rio. Faça isso antes que essa política chegue à sua cidade ou ao seu Estado.

Cesar Maia, 56, economista, é prefeito, pelo PFL, do Rio de Janeiro. Foi prefeito da mesma cidade de 1993 a 1996.

26/08/01/PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Foi com muita surpresa que constatei, ao ler o texto 'Drogas: a terceira via e o Brasil' ('Tendências/Debates', pág. A3, 22/8), o quanto está enganado seu autor, o eminente jurista Wálter Fanganiello Maierovitch. Causou-me espécie a sinalização da defesa da política de liberação de drogas justamente por um operador do direito tido como uma das maiores autoridades do mundo no estudo do crime organizado.

O programa de prevenção a drogas e violência Dare (Drug Abuse Resistance Education), conhecido no Brasil pelo nome de Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), é o maior programa do mundo na área.

Está presente em 52 países. Atende, nos EUA, 30 milhões de crianças e é aplicado em 80% das escolas americanas.

No Brasil, 22 Estados aplicam o Proerd, que tem o apoio da Secretaria Nacional Antidrogas e dos conselhos municipais e estaduais de entorpecentes. Sua eficiência pode ser comprovada no site www.dare.com.

O culto jurista parece olvidar-se dos dados existentes, ao demonstrar que a adoção de políticas permissivas adotadas em alguns países, além de não resultar na redução do consumo de drogas, chega, em certos casos, a incentivar o seu uso, o que se não pode admitir, por óbvio. A retórica de

Maierovitch termina por prestar um desserviço à prevenção de drogas no Brasil, pois vai contra o brilhante trabalho dos policiais militares.

O fato de policiais militares fardados entrarem em contato com os alunos estreita a comunicação entre polícia e escola, entre polícia e alunos e entre polícia e pais. Ou seja, a PM passa a realizar também um trabalho de prevenção em prol de toda uma sociedade carente de cuidados e de informação.

O problema das drogas é tão danoso para nossa sociedade que ficamos chocados com as posições assumidas por certas pessoas, que, por serem formadoras de opinião e por terem a responsabilidade de prestar bons serviços à comunidade, deveriam cerrar fileiras nessa luta, em vez de trabalharem para dividir e enfraquecer as boas iniciativas."

Marco Antonio Geraldini, tenente-coronel da PM, presidente da Dare _Drug Abuse Resistance Education_ no Brasil (São Paulo, SP)

02/09/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Motivada pela carta do tenente-coronel da PM Marco Antonio Geraldini ('Painel do Leitor', 26/8), escrevo para empenhar meu apoio ao artigo de Wálter Maierovitch de 22/8 (pág. A3) e ao editorial 'O caminho do meio' (pág. A2, 23/8), que propõem uma terceira via como política pública de drogas no Brasil _baseada na ampliação e na humanização dos serviços dedicados a usuários de drogas. Essa política é frontalmente contrária à que tenta limitar a questão ao binômio repressão/abstinência, cujo principal disseminador é a política externa norte-americana de 'guerra contra as drogas'. O Proerd nada mais é do que a versão 'educacional' dessa política que coloca policiais para 'ensinar' crianças a 'dizer não às drogas'. Sugerimos realmente somar esforços, deixando a educação para educadores e a saúde a cargo dos profissionais da área e colocando a Polícia Militar para enfrentar traficantes pesados e outros que lucram com a ilicitude das drogas (como banqueiros que lavam dinheiro, por exemplo), e não indefesos usuários de drogas. Afinal, cada um de nós tem um papel na sociedade e, somados, poderemos contribuir para reduzir muito os danos causados pelas drogas." Regina Bueno, psicóloga, conselheira do Conselho Nacional de Entorpecentes-SP (São Paulo, SP)

NACIONAL/22/08/2001/OPINIÃO/DROGAS: A TERCEIRA VIA E O BRASIL

Pelo trato humano dado à questão das drogas, a legislação portuguesa arrancou elogios e se tornou referência

Wálter Maierovitch

Com a ousadia do tempo em que navegar era preciso, Portugal mudou sua legislação voltada a enfrentar as drogas ilícitas. Inovou, apresentando saída ao maniqueísmo estabelecido entre o proibicionismo e a liberação para consumo próprio. Abriu caminho para os países do Terceiro Mundo, até agora sem legitimação para cogitar da liberação, pois a mesma condiciona-se ao dever de oferecer tratamento e à obrigação de disseminar informação adequada sobre as drogas.

A adoção de uma política de liberação tornou-se privilégio de países ricos, sem a precariedade de um SUS nacional ou do engodo de um PAS paulistano.

A liberação de drogas implica a oferta de um eficiente sistema de saúde pública, pronto a atender emergências decorrentes de overdose e outros tipos de acidente. Um sistema capaz de fornecer internação no caso de transtorno mental agudo, além de tratamento ambulatorial para o interessado em deixar a dependência e o consumo.

Pelo trato humano dado à questão das drogas, a legislação portuguesa arrancou elogios e se tornou referência. No Brasil, dando sequência a um projeto de lei apresentado em 1996, será, ainda neste agosto, votada a substituição da lei nº 6.368, de 1976, sobre drogas. O aditado projeto, com parecer da Comissão de Educação, a cargo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), deveria ter sido apreciado no final de junho. Acabou retirado da pauta, pois a sociedade reagiu contra o desprezo às políticas voltadas à redução de danos, praticadas com sucesso na Europa e abominadas pelos últimos governos dos EUA, que só colheram fracassos nas suas tentativas de reduzir a demanda e a oferta. Em tempo de distribuição de preservativo e troca de seringas para a contenção da Aids, o projeto não dedicou nenhuma linha à redução de danos, optando implicitamente pela linha da abstenção.

Diferentemente do português, o nosso emendado projeto não levou em conta o compromisso assumido pelo Brasil na ONU, em 98. Convém recordar ter o presidente FHC se comprometido a adotar medidas de resgate da dignidade e da cidadania dos usuários e dependentes químicos de drogas. A época, as preocupações da ONU centravam-se na marginalização de 8 milhões de dependentes químicos espalhados pelo planeta e de 14 milhões de usuários de drogas ilícitas radicados nas Américas.

O antigo secretário-geral da ONU Pérez de Cuellar, outras lideranças internacionais importantes (como Lula) e até o especulador George Soros subscreveram um documento preconizando o fim da proibição do consumo de drogas, ou seja, a sua legalização para uso próprio. Tal ofensiva, no entanto, arrefeceu quando o Canadá apresentou uma pesquisa sobre o custo social da droga ilícita, lá estimado em 4% do PIB. Levaram-se em conta mortes, acidentes, reduções de capacidade laborativa, aposentadorias precoces por invalidez e outros 90 indicadores de danos.

A partir daí é que começou a ser pavimentada a chamada terceira via, encampada por Portugal. O legislador português manteve a proibição do porte de droga para uso próprio, mas deixou de considerar crime o uso. Retirou do usuário e do dependente o rótulo de criminosos, afastando a toxicomania das repressões policial e judiciária. O porte e o uso, ainda proibidos, tornaram-se infrações administrativas, não mais questões judiciais. Multiplicaram-se os postos médicos para atendimento e internação. Pelo cometimento da infração, paga-se multa administrativa e o infrator recebe sugestões de comissões compostas por psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Tais comissões não são integradas por policiais, promotores ou juizes. Esses são incumbidos apenas da repressão ao tráfico e do ataque ao crime organizado.

O projeto brasileiro, ao contrário, continuou a considerar o usuário e o dependente criminosos, sujeitando-os à jurisdição penal. Não regulou o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição, que só permitiu a realização de exames químicos e toxicológicos nas pessoas com funções ou ocupações que põem em risco a segurança coletiva: policiais, pilotos de aviões, motoristas de ônibus, gerentes de usinas nucleares etc. Pela omissão, deixou espaço para a perpetração de abusos: contratos individuais de trabalho estão sendo celebrados, com o empregado renunciando ao direito constitucional à intimidade, ao concordar com os rotineiros testes.

Abriu-se o projeto ao modelo americano dos Tribunais para Dependentes Químicos, que viola princípios elementares de direitos humanos. Apoiou-se numa relação de crime e castigo, restringendo o flagrado com droga para consumo próprio a tratamento compulsório. Sustentou-se na ameaça de sanção, imposta nas hipóteses de interrupção de tratamento ou reincidência. Essa foi a técnica americana para impedir, na América Latina, a adoção de políticas européias de redução de danos.

Outro ponto negativo foi não haver o projeto revogado a lei que permitiu o abate de aeronaves suspeitas de tráfico de drogas. Essa lei inconstitucional introduziu a pena de morte pela via sumária. Utilitarista e desumana, impôs a morte aos tripulantes inocentes, como ocorreu recentemente no Peru. Manteve o projeto, ainda, a chamada "Lei dos 13 Graus", que permite, em qualquer horário, propaganda de bebidas alcólicas fermentadas, como a cerveja. Ainda sob influência americana, o projeto admitiu, nas escolas, que policiais, substituindo especialistas, continuassem a ministrar cursos de prevenção voltados à redução de demanda pelas drogas. Ora, deveriam os policiais, diante da especialidade que detêm, cuidar da prevenção ao crime de tráfico.

A respeito, várias polícias militares se envolveram, como ocorreu no Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, no programa americano chamado Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), há anos abandonado nos EUA. O programa, bancado no Brasil pela embaixada americana, vem apoiado no binômio lei e ordem, servindo o policial fardado como modelo às crianças, tidas como futuras combatentes das drogas.

Para rematar, o projeto, mantida a última redação, não mais considerará crime o tráfico de cocaína, de maconha e de várias drogas sintéticas. Apenas tipificará como crime o tráfico de entorpecentes e de drogas causadoras de dependência física. Portanto não enquadra como crime o tráfico de cocaína, de maconha. Segundo grandes especialistas, tais drogas não causam dependência física e não são entorpecentes.

O caminho lusitano é bem melhor.

Walter Fanganiello Maierovitch, 54, é juiz aposentado do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais Giovanne Falcone e professor visitante da Universidade Georgetown (EUA). Foi secretário nacional antidrogas da Presidência da República (1999-2000).

03/09/01/ PAINEL DO LEITOR

Proerd

"Meu filho chegou da escola com a cartilha do Proerd nas mãos e afirmando que quem usa boné é suspeito porque está querendo esconder o rosto. Isso depois de ter assistido à palestra proferida por policiais em sala de aula. Trata-se de mais uma tentativa equivocada de impor mais um modelo americano de eficácia duvidosa ao nosso sistema. Acho um absurdo retirar da esfera dos psicólogos,

pedagogos _enfim, estudiosos_ assunto tão importante e entregá-lo nas mãos da polícia, cuja formação é voltada única e exclusivamente à repressão e prevenção. A educação escolar deve ser restrita àquelas pessoas que, além de ter formação e discernimento, saibam lidar com crianças e adolescentes, o que não é simples. Quero que meu filho compreenda os malefícios causados pelas drogas e espontaneamente diga não a elas, e não que seja simplesmente doutrinado a não usá-las." Renato Miranda (São José dos Campos, SP)

05/09/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Com relação ao comentário do senhor Renato Miranda, publicado no 'Painel do Leitor', em 3/9, sob o título 'Proerd', gostaria de comentar que concordo integralmente com as suas observações _muito oportunas e sensatas_, pois, nos organogramas escolares, não há um 'departamento policial', um 'setor policial' ou coisa equivalente, mas, sim, profissionais denominados 'diretores, assistentes pedagógicos, inspetores de alunos, merendeiras e professores', que têm como atribuição educar o jovem e dar-lhe a consciência requerida para, espontaneamente, 'dizer não às drogas'. Igualmente, em nossas organizações policiais de atendimento ao público não há esses profissionais, mas, sim, 'policiais militares' voltados para a prevenção do crime. O trabalho realizado pelo Proerd é extremamente preventivo, pois é cada vez maior o número de jovens que, já nas salas de aula, tomam contato com as drogas, muitas vezes por omissão dos próprios pais e por falhas no sistema de educação. São inúmeros os elogios recebidos da comunidade a cada Proerd realizado. E existem muitas solicitações à espera de atendimento por parte de nossos policiais, o que demonstra que, se não estamos certos no exercício da função pedagógica, existe um 'quase desespero' de pais e professores ao verem o flagelo do tóxico invadindo os recintos mais sagrados. A Polícia Militar realiza incontáveis outros atendimentos de cunho social por estar permanentemente voltada para a comunidade e por ser solicitada pelo cidadão em muitos lugares onde constitui a única face do Estado." Sebastião de Souza Pinto, comandante do Policiamento do Interior _Um (São José dos Campos, SP)

30/10/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Como personagem da realidade social, devo concordar com o professor Arnaldo Niskier: as drogas matricularam-se na escola brasileira ('Droga na escola', 'Tendências/Debates', pág. A3, 28/9). Duas dúvidas apresentam-se neste quadro: é um problema policial ou social? E qual é o papel da escola e do educador: reprimir ou conduzir? Do ponto de vista da proteção ao grupo, excluir o membro desalinhado é prático e efetivo, porém, no sentido da recuperação e da assistência, podemos dizer que é no mínimo omissão e preconceito. Dessa forma, como educador, não posso concordar com o emérito professor. O papel da escola é muito mais abrangente. A repressão a um adolescente 'desviado' é um julgamento sumário de quem está em fase de afirmação e identificação social. O papel da escola é resgatar a sua auto-estima, orientá-lo, pô-lo em contato com a sociedade e buscar identificá-lo com seu grupo. Enquanto o problema das drogas for apresentado como caso de polícia, essa batalha estará perdida. E, na atual conjuntura, o papel da escola e do educador é muito mais importante que o de meros 'juizes da conduta moral'. E, a propósito, será que o aluno expulso pelo professor na década de 70 teve seu problema com as drogas solucionado ou foi apenas sujeira colocada embaixo do tapete?" Salomão de Castro Farias (São Paulo, SP)

*

"Muito oportuno o artigo do senhor Arnaldo Niskier publicado na sexta-feira passada. Em primeiro lugar, deveríamos pensar onde o jovem começa a fazer uso do álcool, que é a porta de entrada de todas as outras drogas. Na maioria das vezes, ele tem seus pais como modelo. No dizer de Fred Astaire, 'a mais árdua tarefa das crianças hoje em dia é aprender boas maneiras sem ver nenhuma'." Nelson Soares (Tupã, SP)

NACIONAL/28/09/2001/OPINIÃO/DROGA NA ESCOLA

A droga matriculou-se na escola brasileira, sobretudo na de ensino médio, criando embaraços para pais e educadores

Arnaldo Niskier

O tema não é novo nem de fácil solução. A droga matriculou-se na escola brasileira, sobretudo na de ensino médio, criando embaraços para pais e educadores. Tornou-se até objeto político, com a absurda proposta de discriminação da maconha.

Esse é notoriamente o começo de um processo que leva à cocaína e a outras drogas mais pesadas. É injustificável a sua defesa, mesmo que tenha o nobre objetivo de obter votos de seus prováveis

usuários. Melhor seria que os neurônios desses políticos estivessem voltados para outras causas, menos danosas à formação de nossa juventude.

Alguns médicos se prestam a esclarecimentos de propósitos duvidosos: isso é menos perigoso do que o cigarro; beber é mais agressivo ao organismo do que uma simples "fumadinha". São critérios de equiparação que não têm muito sentido. Como se o indivíduo fosse colocado diante da dúvida: "Você prefere morrer de tiro ou de enforcamento?"

Vivi uma experiência chocante. Dirigindo uma escola, na década de 70, na zona sul do Rio de Janeiro, soube que a maconha, de forma solerte, estava sendo comercializada nas últimas classes do ensino médio. Enviei a circular preventiva, chamei os pais para uma conversa (como sempre, compareceram somente 15%) e apurei a vigilância.

Uma coordenadora me disse que determinado aluno adoeceu toda quinta-feira, em torno das 10h. Era liberado, mas começou a ser visto a partir das 12h30, confraternizando com os alunos que saíam do primeiro turno. Com a ajuda de um inspetor, fui informado de que ele era "avião" de traficantes. Saía cedo para buscar a droga e voltava depois para fazer o serviço de distribuição. Não tive contemplação: foi expulso da escola. Por uns tempos, com certeza, o movimento diminuiu, antes de ser totalmente dominado.

Há pouco, no Rio, a Escola Parque, modelo de educação, viveu um drama parecido. Consta do regimento que o aluno, nas dependências da escola, não pode utilizar nenhum tipo de droga. A punição não contempla nem sequer advertência: é expulsão na hora. Numa excursão promovida pelo estabelecimento à cidade de Ouro Preto _portanto uma atividade que se pode considerar prolongamento do espaço escolar_, quatro jovens desrespeitaram as instruções regimentais e fumaram maconha. Na volta, foram expulsos.

Esse é o papel da escola.

Com a atual epidemia exibicionista, um promotor pediu os nomes dos infratores. A escola negou-se a fornecer, pois não era esse o seu papel. Fez o que deveria. O resto é ser polícia, que não é a sua vocação. Houve mobilização judicial para levar os diretores da Escola Parque a uma possível condenação, como se estivéssemos de novo no tempo do lamentável tribunal da Inquisição.

Com um admirável parecer, o advogado Evandro Lins e Silva defendeu a causa da escola, vencendo a parada. Mas, aos 86 anos de idade, considerado "o advogado do século", foi destrutado seguidas vezes no processo, em geral por jovens promotores, interessados na ampliação do escândalo.

Vejam como o tema é fascinante e exige uma verdadeira mobilização da sociedade. Baleiros à porta das escolas são figuras suspeitas porque alguns vendem guloseimas e papелotes de cocaína. Costumo chamar de supermercado do vício. A solução? Não é tão simples assim.

É claro que exige uma interação adequada de pais, alunos e professores. É um posicionamento transdisciplinar ao qual não estamos habituados. A escola brasileira é conservadora, os professores, em geral, têm medo de perder a liderança do processo e ainda não houve o convencimento de que precisamos viver uma outra realidade, na sociedade do conhecimento. O nosso corpo docente, como disse muito bem o professor Frederic Litto, diretor da Escola do Futuro, da USP, é majoritariamente conservador. Aulas são dadas como há 200 anos. O medo de perder a autoridade ou de trocá-la por uma situação nova do mestre conselheiro _ou orientador ou facilitador_ da matéria está criando embaraços. Para a compreensão adequada do fenômeno das drogas, seria conveniente estimular a discussão entre os alunos. A transdisciplinaridade ajudaria a entender melhor os estragos da droga e os seus efeitos nocivos.

De nada (ou pouco) adianta a campanha de rádio e TV, pais que tratam os adolescentes de forma violenta ou fazem chantagem emocional. O que poderia funcionar muito bem é esse tipo de conversa orientada, dentro dos parâmetros da pedagogia moderna, para atenuar o que hoje é um flagelo instalado na educação brasileira.

Arnaldo Niskier, 66, educador, é membro da ABL (Academia Brasileira de Letras). Foi presidente da ABL (biênio 1998-99) e secretário estadual da Ciência e Tecnologia (1968-71) e da Educação e Cultura (1979-83) do Rio de Janeiro.

24/11/01/ PAINEL DO LEITOR

Caso Soninha

"Queremos expressar nosso repúdio à demissão da apresentadora Sonia Francine, a Soninha, dos quadros da TV Cultura. Consideramos extremamente deseducador punir uma profissional (e, no seu caso, uma boa profissional) por ela se manifestar com sinceridade, sutileza e coragem a respeito de um assunto cabeludo como esse (as drogas)." Lúcia Leal Ferreira, seguem-se mais sete assinaturas (São Paulo, SP)

*

"Faço parte da maioria de brasileiros que não fuma maconha. Sou casado, 50 anos, três filhos adolescentes. À minoria que fuma maconha e, principalmente, aos que defendem o seu consumo, gostaria de deixar a seguinte reflexão: se o consumo de drogas continuar crescendo no ritmo atual, em breve vocês serão a maioria, e não mais os 'rebeldes' enfrentando os 'caretas'. Terão o poder e a responsabilidade. Espero que esse mundo defendido por vocês não se transforme numa grande arapuca, principalmente para os nossos jovens." Paulo Giantomaso (São Paulo, SP)

*

"O médico Drauzio Varella, no livro 'Estação Carandiru', escreve: 'Acabei convencido de que a nicotina é a substância que mais dependência química provoca'. Lembrando-me disso, concluo que é muita hipocrisia demitir Soninha da TV Cultura quando ela levanta o debate sobre o uso da maconha." Rogerio Belda (São Paulo, SP)

*

"Todos aqueles que lidam com o viciados em drogas sabem muito bem do mal que a maconha causa não só ao usuário como a toda a sua família. Está provado que o uso da maconha é o primeiro degrau para a escalada mortal das drogas. A legislação é ultrapassada em alguns pontos, sim, mas deve ser mais rigorosa com o uso e o tráfico de drogas, o grande mal que assola a nossa sociedade." Antônio Carlos Pereira (Batatais, SP)

*

"Já tive a oportunidade de participar do programa comandado pela Soninha. Considero-o de altíssimo nível e de forte cunho educativo. O fato de a apresentadora ter declarado, em entrevista, fumar maconha em nada altera esse caráter. Em vez de demitir Soninha, a TV Cultura, por seu traço democrático e educativo, deveria promover o debate. A demissão é uma medida drástica, que, espero, possa ser revista." Paulo Teixeira, secretário municipal da Habitação (São Paulo, SP)

31/10/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Parabenizo o psiquiatra Ronaldo Laranjeira pelo excelente artigo publicado nesta Folha, com o título 'O controle social e político do álcool' ('Tendências/ Debates', pág. A3, 28/10). Se apenas mencionássemos os milhões de jovens brasileiros suscetíveis ao alcoolismo que estão passando suas horas de lazer consumindo, entre outras drogas, o álcool, já poderíamos detectar uma verdadeira tragédia nacional. Tragédia essa que se alastra sob as vistas grossas do governo e da sociedade civil, estimulada por diversos agentes, entre os quais a mídia eletrônica e as empresas de publicidade. É hora de enfrentar o problema, com coragem e sem hipocrisia, pois, só para começo de conversa, sabemos que com menos de R\$ 5 qualquer brasileiro pode ficar embriagado. E que milhões de litros de cachaça e cerveja são consumidos diariamente neste país." Daniel Taubkin (São Paulo, SP)

NACIONAL/29/10/2001/OPINIÃO/O CONTROLE SOCIAL E POLÍTICO DO ÁLCOOL

Um sistema de licenças para vender bebidas alcoólicas deveria captar recursos para compensar o dano social causado

Ronaldo Laranjeira

Qualquer atividade que produza dano ambiental deveria pagar para que a sociedade fosse compensada e para que pudesse se proteger de novos danos similares. Essa afirmação pode parecer uma conquista recente, mas a história mostra vários exemplos de que a sociedade, já há muito, vem buscando se defender de alguns produtos.

Em 1736, o Parlamento britânico aprovou o "Gin Act", uma lei que impunha restrições à venda de álcool, além de pagamento de uma licença, usado até hoje para desestimular o consumo e atenuar os custos sociais do álcool.

Nesses quase 300 anos, todos os países desenvolvidos onde a democracia prosperou buscaram formas de proteger a sociedade do álcool. Mesmo em países como os EUA, que têm uma forte tradição de livre comércio, existe um rígido controle sobre esse produto. O grande argumento para o controle é o custo social. Na última década, pesquisas mostraram que o álcool custa à sociedade americana US\$ 148 bilhões/ano.

Os gastos com saúde consomem US\$ 20 bilhões; com morte prematura, US\$ 32 bilhões; e, com criminalidade, US\$ 20 bilhões. A grande perda é de produtividade das empresas, mais de US\$ 70 bilhões. Existe um argumento liberal de que a oferta e a demanda do álcool deveriam ser reguladas pelo mercado. Mas são exatamente os países mais desenvolvidos que aumentam a cada dia o controle

social. Busca-se balancear o interesse da indústria de bebidas com o da sociedade em se proteger dos danos. No Brasil, a vergonha de exercer o controle social e uma grande apatia da política de saúde têm tornado o álcool um produto com alto custo social. Sua demanda tem sido estimulada pela propaganda, pelos baixos preços e pela excessiva oferta.

A propaganda do álcool se apossou de vários ícones nacionais para criar a idéia de que só nos divertimos com uma cerveja na mão. Como não temos uma política de licenças para a venda de álcool, qualquer pessoa pode abrir um bar. Estamos acostumados a ter bares espalhados pelas cidades, como se isso sempre tivesse existido e fosse normal. A anormalidade chega ao ponto da tragédia na periferia das grandes cidades, onde a falta de opção de lazer transformou os bares nos únicos locais socialização.

Um estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo no Jardim Ângela, uma das regiões mais violentas da capital paulista, mostrou 1 bar para cada 10 moradias _uma das maiores taxas já registradas na literatura médica.

É pensando no Estado e na sociedade organizada como moderadores do custo social do álcool que a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda uma série de estratégias para controlar esse produto, entre elas: aumento do preço; proibição de propaganda nos meios de comunicação; restrições às vendas em alguns locais e para alguns grupos, como adolescentes; educação em saúde sobre os efeitos do álcool; e organização de serviços para as pessoas com problemas.

A própria OMS recomenda que busquemos estratégias de prevenção. Precisamos criar urgentemente um sistema de controle local nos pontos-de-venda, através de um sistema formal de controle pela venda de licenças para comercializar bebidas alcoólicas. Deveria haver um controle municipal dessas licenças, usando os seguintes parâmetros: número de pontos-de-venda na região; proximidade de escolas e locais onde haja crianças; violência na região; e tipos de local onde o álcool seria consumido. Alguns municípios já estão buscando soluções. Barueri, na Grande São Paulo, aprovou uma lei que determina o fechamento dos bares às 23h. Na cidade de São Paulo, a Câmara aprovou uma lei determinando o fechamento depois da 1h. Mas corremos o risco de que essas leis, por melhores que sejam, não sejam cumpridas por muito tempo.

Além das leis, necessitamos de um organismo que vigie a sua implementação. O município ou a região deve criar um grupo de pessoas, representantes da comunidade, para vigiar as licenças. Não deveríamos deixar a burocracia do Estado fiscalizar essa atividade: o envolvimento da comunidade na fiscalização é de vital importância para um sucesso de longo prazo.

Um dos motivos para criar um sistema de licenças de venda de bebidas alcoólicas é controlar esse mercado, mas, além disso, ele deveria captar recursos para compensar a sociedade pelo dano social causado. O dinheiro arrecadado deveria ser reservado para um fundo regional financiar ações de prevenção e tratamento dos problemas originados pelo álcool e por outras drogas. Esse tipo de idéia tem um longo caminho a percorrer. Mas, mais cedo ou mais tarde, teremos esse controle social.

O primeiro passo é convencer a população de que implementar esse sistema de licenças é correto do ponto de vista técnico, teria um impacto grande e rápido na diminuição de grande parte dos problemas relacionados ao álcool e criaria recursos para financiar programas de prevenção dos problemas causados pelo álcool e por outras drogas.

O segundo passo é convencer os políticos de que um tipo de ação como essa é politicamente adequada, pois é do interesse público, tem o apoio popular e pode ser implementada nos municípios. O terceiro passo será proteger essas idéias da oposição da indústria de bebidas e dos donos de bares e restaurantes.

A compensação social pelo dano ambiental que o álcool produz só será uma realidade quando convenceremos a sociedade e o mundo político de que controlar esse produto é uma garantia de que o bem comum deve prevalecer sobre um produto e sua indústria.

Ronaldo Laranjeira, psiquiatra, é coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo.

01/12/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Esse jornal não perde a chance de posicionar-se _seja via editoriais, seja através do teor de suas reportagens_ em favor do uso livre da maconha. Tal posicionamento é sempre disfarçado pela idéia da discriminação _como se deixar de proibir não significasse, em análise final, facilitar determinado comportamento. O leitor da Folha deve, por esforço de inteligência, apenas supor as razões que conduzem a direção editorial a adotar tal posição. Trata-se de ingenuidade quanto às consequências do uso de psicotrópicos? Cuida-se de fazer parecer o jornal um bastião da liberdade pessoal? Há usuários

na direção da empresa? Enfim, de toda maneira, fica a indelével impressão de que a Folha exagera na defesa da liberalização da maconha (e de outras drogas) e deixa de insistir em causas, eventualmente, mais sérias e úteis ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Por isso, no 'caso Soninha', não se esperava que a opinião desse periódico fosse outra a não ser a veiculada. Ninguém da reportagem ou da direção considerou relevante que essa moça seja a mesma que posou com a própria filha eroticamente _o que poderia ajudar na sua caracterização psicológica. Apesar de haver a TV Cultura, considerados todos os aspectos da questão, agido da única forma racional no episódio _ela que foi posta em xeque pela vaidade de sua funcionária diante do público consumidor de maconha_, sobram para a emissora de televisão acusações de intolerância e de obscurantismo. Alguém deve, então, notificar as agências de publicidade ao redor do planeta _que gastam milhões de dólares apenas na contratação de alguma figura pública que diga 'eu uso isso' ou 'eu faço tal coisa'_ para que deixem de ter tal astronômica despesa, porque, de acordo com os advogados de Soninha, não existe nenhuma influência quando um formador de opinião ou pessoa famosa afirma fazer determinada coisa diante do seu público-alvo." Jorge João Burunzuzian (São Paulo, SP)

04/12/01/ PAINEL DO LEITOR

Dois brasis

"Lamentável, para um momento como o que vivemos hoje, com cerca de 500 homicídios por mês e milhares de crianças, adolescentes e jovens envolvidos no tráfico e no consumo de drogas, que a discussão em torno de drogas e violência se concentre em liberar ou não a maconha e em encontrar um 'jeitinho brasileiro' para desarmar a população. Na periferia, maconha é coisa de 'nóia'. Droga mesmo é o crack. E quem tem arma não parece disposto a trocá-la por nada _principalmente os moradores da periferia, obrigados a pular cadáveres e a conviver com quadrilhas organizadas e com as leis do silêncio e da corrupção. Com tudo isso acontecendo, somos obrigados a assistir a bate-bocas entre políticos sobre 'programas sociais' que, muitas vezes, se resumem em distribuir cartões plásticos. Senhoras e senhores, chega de circo, pois nem este chega mais à periferia (muito menos o pão). Definitivamente, somos dois brasis, e os brasileiros do lado de cá da fronteira social não estão nada cordiais." Luiz Carlos Dos Santos, coordenador do Movimento Tome Uma Atitude Pela Não-Violência (São Paulo, SP)

07/12/01/ PAINEL DO LEITOR

O Menino

"Não tenho a pretensão de responder a Carlos Heitor Cony, mas acho que o menino vem sendo roubado há muito tempo. Roubado do berço para morrer de fome e de frio precocemente. Ou, se sobreviver, para sacrificar a infância ou ser mutilado no campo. Para ser morto por bala perdida na mocidade ou para desperdiçar a juventude, sem estudo e sem futuro, no banditismo, no alcoolismo ou nas drogas. Para ser operário sem direitos e sem emprego, desmoralizado pela incapacidade de manter uma família. Para envelhecer nas ruas, sujo, anônimo e bêbado. Não é necessário procurar quem o roubou. Fomos nós que o fizemos, com nossa conivência com governos indignos e com nossa inércia egoísta. E só nós podemos fazê-lo voltar ao berço." Margarida Galvão (São Paulo, SP)

16/12/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Os recentes e vergonhosos acontecimentos que mostraram o envolvimento de policiais com o narcotráfico na cracolândia e os noticiários cotidianos sobre homicídios, latrocínios, formação de quadrilhas, lavagem de dinheiro etc. criam em nós coragem para sugerir aos setores formadores de opinião que abandonem a hipocrisia e passem a discutir a liberação das drogas. Esses males que deterioram a sociedade fazem com que os problemas causados pelos usuários fiquem até minimizados. Ao Estado, caberia campanhas efetivas de educação sobre os males causados pelas drogas." José Avila de Rocha (São Paulo, SP)

19/12/01/ PAINEL DO LEITOR

Drogas

"Na condição de secretário nacional Antidrogas, desejo referir-me ao editorial 'Droga de lista' (Opinião, pág. A2, 18/12) com a finalidade de tranquilizar aqueles que, com toda a razão, têm demonstrado apreensão com a declaração a mim atribuída relativa à criação de um cadastro geral de usuários de drogas. Inicialmente, reconheço a atitude correta do repórter Roberto Cosso. Com perguntas abrangentes e objetivas, cobriu grande parte do espectro de interesse do 2º Fórum Nacional Antidrogas. Dessa entrevista, um só tema _o cadastro_ resultou em mal-entendido, que creio ser

simples de esclarecer. Buscar possuir lista de usuários de drogas não faz nenhum sentido. Estaria violando a intimidade das pessoas, o que não condiz com o respeito aos direitos humanos que caracteriza o regime democrático em que nós nos orgulhamos de estar inseridos. Ademais não serviria a nenhum propósito prático. Como bem observado no editorial da Folha, 'não é hora de retroceder'. Na verdade, nunca se mencionou a idéia de criar lista de usuários no âmbito do governo federal, da comunidade científica nacional ou de qualquer segmento da sociedade relacionado com a ação antidrogas. No 2º Fórum, mesmo com sua abrangência, em nenhum momento foi sugerida tal idéia. O que se pretende inserir no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas são dados que permitam o planejamento, a pesquisa e o acompanhamento dos programas, projetos e atividades antidrogas desenvolvidos no país. Dentre esses dados, com certeza teremos o necessário cadastro (ou lista) de instituições voltadas ao tratamento de dependentes químicos, aí incluídas as comunidades terapêuticas. Para acompanhar a qualidade e a eficácia do tratamento oferecido por tais instituições, a Senad não necessitaria de nenhum tipo de listagem nominal de pacientes." Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, secretário nacional Antidrogas (Brasília, DF)

Drogas

"A respeito da reportagem 'Governo quer ter lista de usuário de droga' (Brasil, pág. A7, 17/12), a assessoria de imprensa da Senad (Secretaria Nacional Antidrogas) gostaria de fazer alguns comentários. O secretário nacional Antidrogas, Paulo Roberto Uchôa, não disse à Folha que o governo federal pretende criar um cadastro nacional de usuários de drogas. Tal afirmação, aliás, não se encontra reproduzida ao longo da entrevista publicada pelo jornal. Portanto o título da reportagem não condiz com o teor da entrevista. Na conversa que teve com a Folha, o secretário explicou que eventuais listas com nomes de usuários podem ser preparadas por conselhos municipais e estaduais antidrogas (entre outras entidades), mas sempre por iniciativa própria, e nunca por determinação da secretaria ou de qualquer outro órgão do governo federal. Por entender ser indispensável a preservação da intimidade do usuário/dependente, a Senad não pretende personalizar ou personificar o uso indevido de drogas no Brasil. No que diz respeito ao tratamento dos usuários, a secretaria tem a preocupação de zelar pela qualidade do serviço prestado por clínicas, por comunidades terapêuticas e por centros de excelência, sempre com o objetivo de garantir a reinserção desse usuário na sociedade, razão pela qual essas entidades deverão estar cadastradas perante o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas e ser acompanhadas em relação à eficácia do serviço que prestam. Este esclarecimento se faz necessário para que um assunto tão polêmico quanto as ações de prevenção ao uso de drogas não seja alvo de debates desnecessários." Fernando Godinho, assessor de imprensa da Senad _Secretaria Nacional Antidroga (Brasília, DF)

SÃO PAULO/18/12/2001/OPINIÃO/DROGA DE LISTA

São inquietantes as declarações do novo secretário nacional antidrogas, o general Paulo Roberto Uchôa, que defendeu a criação de um cadastro geral de usuários de drogas. A medida, se for implantada, poderá significar um retrocesso na política de combate à dependência.

Em entrevista à Folha, o general Uchôa defendeu que o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, órgão que será financiado pelo Ministério da Saúde e pelo governo de Portugal, mantenha listas de usuários para que se possa avaliar a eficácia do tratamento oferecido. Ainda que a intenção seja nobre e que o governo não pretenda impor a necessidade de listas nominais aos conselhos municipais e estaduais antidrogas que alimentam o Observatório, a iniciativa pode descambar para o policialesco e vai contra o consenso médico no que diz respeito à abordagem do dependente.

O usuário de produtos ilícitos é receoso por natureza. Para além de algumas drogas induzirem quadros paranóides, o dependente sabe que infringe a lei. Se algum serviço de saúde tentar obter seus dados pessoais, é provável que o paciente simplesmente desapareça.

O Brasil já avançou bastante na política antidrogas. Até havia pouco, apostava-se apenas na repressão. Agora já se percebeu que o problema é grave e exige estratégias mais sofisticadas, que privilegiem a prevenção e o tratamento do dependente.

É claro que ainda há muito espaço para progredir. O Congresso Nacional acaba de aprovar legislação que acaba com as penas de prisão para o usuário. O texto aguarda apenas sanção presidencial para entrar em vigor. A mudança é bastante positiva. Não faz sentido mandar o usuário de drogas para a cadeia. Infelizmente, a nova lei insiste em alguns mecanismos que já se provaram inadequados, como o tratamento compulsório, cuja eficácia é extremamente pequena. Não dá para tratar alguém contra a sua vontade.

De um modo geral, os avanços na política antidrogas são notáveis. Não é hora de retroceder.

Drogas

"Gostaria de parabenizar o jornalista Vinicius Torres Freire pelo artigo 'A maconha e a maldita cachaça' (Opinião, pág. A2, 17/12). Quanto à pinga ou a qualquer outra bebida alcoólica, não seria o caso de taxá-las mais para elevar o preço e de colocar em prática campanhas publicitárias que informassem os males que causam à saúde, à família e à sociedade em geral como se faz com o cigarro? As drogas e o álcool, com seus efeitos maléficis, ceifam, com as mortes precoces, vidas ainda em formação e deixam até filhos órfãos de pais vivos." Daniel Dias de Moraes (Piedade, SP)

SÃO PAULO/17/12/2001/OPINIÃO/A MACONHA E A MALDITA CACHAÇA

Vinicius Torres Freire

Sempre que ouço algum comentário tolo e farisaico sobre maconha e outras drogas ilegais lembro-me de um subtítulo de uma reportagem do falecido "Notícias Populares": "A maldita cachaça encheu o Orlandão de perversidade".

Pesquisa da USP e do IML registrou que 48% das mortes violentas no Estado estão ligadas ao álcool. O SUS gasta 20% de sua verba com psiquiatria de alcoólatras. A Associação Brasileira de Acidentes e Medicina de Tráfego diz que um terço dos acidentes das estradas brasileiras deve-se ao álcool. Metade das pessoas tratadas por trauma facada, tiro, acidente de carro etc no Hospital das Clínicas de São Paulo tem álcool no sangue. Cerca de 6% da população paulista é dependente de álcool, diz pesquisa da Universidade Federal de SP.

A "maldita cachaça" (ou uísque, que seja) não merece a mesma atenção que os fariseus dão à maconha. A "maldita cachaça" mata mais do que a Aids, mas não há campanhas insistentes sobre o assunto.

Isto posto, maconha é mesmo uma droga. Passou meio despercebida a lei que deu cabo da pena de prisão para consumidores de drogas ilegais. Não deixará de ser um estímulo ao consumo. Ainda que, em termos de saúde pública, maconha pareça ser menos pernicioso do que cachaça (a droga mais popular do país, ao lado do fumo), maconha vem do tráfico. Mais maconha, mais tráfico.

Colocar na cadeia quem toma droga é de fato estúpido, desumano, contraproducente e custoso (um interno da Febem custa R\$ 1.500 por mês; um adulto sai por uns R\$ 700).

Mas e o tráfico? A CPI do tráfico descobriu máfias que agiam em 14 Estados, envolviam juizes, políticos e polícia, grupos de extermínio. Após a agitação da CPI, pouca ação se viu contra a narcopolítica, que aos poucos colombianiza rincões do país.

Tudo bem acabar com prisão para quem toma droga. De quebra, barateia a propina que a classe média paga para livrar o filho da cadeia, evita chantagens outras e torturas contra filhos do povo. Mas e os problemas maiores, a pinga e o tráfico com clientela aumentada? Sugestões?

FOLHA DE S.PAULO a eutanásia

1996

09/04/96/ PAINEL DO LEITOR

Eutanásia

"Prolongar a vida de um doente terminal, sem esperança de melhora, provocando-lhe dores atrozes, não é atitude ética como querem defender alguns médicos. A ciência deve agir para melhorar a vida. O prolongamento do sofrimento não se justifica. Se a morte vier mais rápida sem interferência de terapias modernas, isso não pode ser chamado de eutanásia e, sim, de morte natural." Marília de Albuquerque Salgado (Belo Horizonte, MG)

1997

12/12/97/ PAINEL DO LEITOR

Lição de vida

"Eliana Zagui, objeto de uma boa reportagem de Armando Antenore, na Folha, em 5/12, é a demonstração de que a capacidade de consumo, o desconforto físico e material e até mesmo o sofrimento não podem ser os únicos critérios de medição do que se convencionou chamar de 'qualidade de vida'. Eliana é parálitica, só movimentava a cabeça e o pescoço, está há 21 dos seus 23 anos dentro de um quarto de hospital, é boa artista e pinta muito bem. O mais importante, porém, é que ela é feliz e agradecida, o que demonstra riqueza de vida interior. A sua existência e a sua vida são uma resposta contundente aos que defendem o aborto e a eutanásia com o argumento da eventual 'má qualidade de vida' da pessoa que vai ser morta. É que a vida humana tem lá suas razões, que muitas vezes a própria 'razão' insiste em desconhecer." José Bonifácio Borges de Andrada (Brasília, DF)

NACIONAL/05/12/97/ COTIDIANO/PACIENTE QUE MORA HÁ 21 ANOS NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS EXPÕE 67 QUADROS HOJE, EM SP

Armando Antenore da Reportagem Local

A pintora Eliana Zagui nunca viu o mar. Mesmo assim, gosta de adivinhá-lo. Das centenas de quadros que já pintou, muitos exibem paisagens marítimas. "O que me fascina no mar é o movimento, o incessante ir-e-vir."

Eliana está com 23 anos. Há 21 mora no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Teve poliomielite, a paralisia infantil, inflamação da medula espinhal provocada por um vírus, que lhe imobilizou o corpo. Como só mexe a cabeça e o pescoço, pinta com a boca desde 1982.

Hoje, pela primeira vez, irá expor fora do HC. Às 19h, estará na Estação Especial da Lapa para divulgar 67 quadros, todos produzidos com tinta acrílica.

As telas, sempre figurativas e muito coloridas, elegem temas "românticos", como define Eliana: crianças, plantas, frutas, praias e rios. O que a pintora não pode ver de perto retrata com base em fotografias ou cartões postais.

Às vezes, os quadros ganham tons oníricos. Há um, batizado de "Sonho Impossível", que mostra uma moça colhendo flores.

Outras vezes, as pinturas são de um realismo desconcertante. Em "Minha Janela", por exemplo, Eliana reproduz a copa de uma árvore e cinco vasinhos _o cenário que avista da cama onde passou quase toda a vida.

A jovem artista ocupa uma suíte de 24 m² no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do HC. Reparte-a com Paulo Henrique Machado, também vítima de paralisia infantil. O "quarto A 123" _como médicos e enfermeiros costumam identificá-lo_ fica na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), mas não lembra muito um hospital.

Dispõe de TV por assinatura, aparelho de som, fax, computador, linha telefônica privativa, frigobar e forno de microondas. Bichinhos de pelúcia e bonecos de louça amontoam-se pelos cantos.

Próximo à cama de Machado, repousam um pôster do piloto Ayrton Senna e um quadro com o ônibus espacial Discovery.

Em função da extensa paralisia, Eliana não consegue se manter sobre cadeiras de roda. Tampouco respira por mais de seis horas sem o auxílio de um respirador (ou pulmão artificial). Permanece atrelada à máquina praticamente todo o dia.

O governo do Estado financia os dois pacientes, de origem humilde. A assessoria de imprensa do HC diz que a instituição, com 2.000 leitos e orçamento de R\$ 230 milhões por ano, não sabe estimar o custo isolado do quarto A 123.

Também informa que a pintora e Machado são os únicos moradores do complexo hospitalar, o maior da América Latina.

Desde dezembro de 1996, a dupla recebe uma pensão mensal do INSS, R\$ 120 para cada um. Com o dinheiro, além de pagar a conta do telefone e a TV por assinatura, compram pizza e comida chinesa.

Em duas décadas, Eliana deixou o HC raras vezes _"mais de dez e menos de 20", calcula.

A manobra, delicada, exige dois torpedos de ar comprimido, uma ambulância e a presença permanente de um médico, um enfermeiro e um fisioterapeuta, o responsável pelos tubos de oxigênio.

Quando sai, vai à casa de amigos e igrejas. Católica, acredita "profundamente" em Deus. Um Deus que lhe tirou os movimentos, mas conserva a suíte do HC "sempre repleta de gente".

Não são apenas funcionários do hospital _que Eliana chama de "tios" e "tias". Há ainda duas professoras de arte, que trabalham como voluntárias, e uma de primeiro grau, paga pelo Estado.

No quarto, já estiveram até os cantores Fábio Jr. e Zezé di Camargo. A paciente pediu e eles foram.

"A boca e os dentes são minhas relíquias", costuma repetir Eliana, que também os usa para escrever cartas à família.

Seus pais _um pedreiro aposentado e uma dona-de-casa_ vivem em Guariba (SP) e costumam visitá-la uma vez por semestre.

Recentemente, aprendeu a mexer na Internet. "Tenho, agora, dois sonhos." O primeiro é ganhar um notebook. O outro é o de sempre: conhecer o mar.

Mas a "vida" não é uma questão a ser avaliada em microscópios. Nesse aspecto, a igreja é de uma materialismo muito reprovável. Defende-se, não uma pessoa, mas uma palavra.

Experimente juntar a essa palavra _"vida"_ um adjetivo: "vida humana". A operação não será dolorosa. Vimos acima que não estamos de acordo em defender a "vida" do vírus da Aids. Passemos, então, a considerar o valor da vida humana.

Imagine que um exame ateste o seguinte: seu filho será cego de nascença. Mas, se você tiver outro filho, ele não será cego. Daqui a quatro meses, você poderá gerar uma criança normal. Isto é, se abortar agora. Não se trata sequer de um caso de "malformação" do feto. Apenas está dada a escolha entre uma criança dotada de plenas capacidades visuais e outra cega. Por que não escolher? Será que em nome de um direito à vida dos cegos (que existe e é respeitável, sem dúvida) vou desistir do bebê não-cego daqui a quatro meses? Cujá vida, imagino, terá menos problemas e dificuldades?

Ampliando o raciocínio. A mulher que aborta, na maioria das vezes, não está pensando em não ter filhos nunca mais. Está pensando em ter um filho, mais tarde, em melhores condições. Iremos sacrificar o filho virtual número dois (o que vier desejado) em benefício do filho virtual número um (o indesejado)? Qual a vantagem? Porque pôr no mundo mais infelizes, se existe a possibilidade de, com algum retardo, pôr no mundo gente mais feliz?

E, se a mulher não quer filho nenhum, porque forçá-la a tanto? A "vida", em abstrato, pode agradecer. Mas a vida humana, concreta, da criança, é outro assunto.

Termino com uma provocação. Por que a igreja é tão fanática contra o aborto, contra a camisinha, contra pílula? Minha hipótese é a seguinte. Os padres estão comprometidos com o celibato. Para eles, o sexo não pode ser prazer, amizade, comunhão ocasional de corpos e de almas. Para eles, o sexo tem de ser útil e produtivo.

Não é que sejam contra o aborto. São contra o sexo. Imaginam que cada mulher, depois de ir para a cama com um homem, tenha de pagar pelo que fez. Imaginam que o preço seja o filho, a gravidez, a dor do parto. Não admitem que uma mulher possa pensar mais um pouco, e dizer, por exemplo: "Não, agora não. Quero ter um filho quando puder cuidar dele ao máximo, amá-lo integralmente, zelar em tudo, doidamente, com tudo o que eu tiver de amor por ele".

Esse raciocínio envolve mais respeito à vida humana do que qualquer raciocínio antiaborto, em defesa da "vida" abstrata. Mas a igreja defende uma vida abstrata, ignorante do que seja amar humanamente, porque desconhece _ou quer desconhecer_ o sexo. É antiaborto, "em defesa da vida", porque não se reproduz e porque não sabe amar.

Pois distinguir entre sexo e amor é importante para qualquer pessoa que queira dar importância real ao amor. A igreja, os antiaborto, não distinguem entre uma coisa e outra. São os maiores materialistas. Sacralizam um ato mecânico, abençoam o estupro, divinizam o encontro casual entre um pênis e uma vagina. São pornógrafos. O discurso deles é impuro, é sujo, é um atentado contra a pessoa humana.

1998

18/03/98/PAINEL DO LEITOR

Incentivo mortal

"Com certeza os traficantes de drogas devem estar comemorando e aplaudindo os políticos de São Paulo, que, no último sábado, tiveram publicada, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a regulamentação da lei do deputado do PT Paulo Teixeira que permite a distribuição e troca de seringas para usuários de drogas injetáveis.

Com a aprovação dessa lei, os nossos políticos acabam de oficializar a "eutanásia para os viciados em drogas", fornecendo-lhes, gratuitamente, com o dinheiro público, a arma (seringas) que, mais cedo ou mais tarde, lhes vai provocar a morte certa."

Mauro Borges, presidente do Conseg _Conselho de Segurança do 21º DP de Vila Matilde (São Paulo, SP)

26/03/98/PAINEL DO LEITOR

Novo Código Penal

"Em relação às notícias de reforma do Código Penal, gostaria de lembrar que direitos humanos e vida não combinam com aborto, eutanásia, estupro. Pobre do país que não protege os que não têm voz, mas possuem direitos naturais."

Paulo Toni Jr., padre (Barueri, SP)

1999

25/04/99/PAINEL DO LEITOR

Eutanásia

"A discussão do tema eutanásia, objeto de artigo publicado em 17/4³ (pág. 1-3, 'Tendências/Debates') por esse jornal, é importante. Sou a favor da legalização da prática. Entretanto, acredito que no Brasil, por causa da precariedade de nosso sistema de saúde, do baixo poder aquisitivo da população e das cláusulas leoninas constantes dos planos de saúde, a eutanásia, sob outra denominação, já venha sendo praticada, em larga escala. Enquanto o 'andar de cima' teoriza, o 'andar de baixo' pratica. Que hipocrisia! Penso que esse debate só terá realmente sentido quando todos os cidadãos, independentemente da classe social a que pertençam, puderem, efetivamente, ter, primeiro, o direito a uma vida digna, para aí sim ter dignidade na morte." Luiz Fernando C. da Silva (Brasília, DF)

NACIONAL/16/04/99/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/O DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE

A civilização ocidental mantém arraigado o conceito judaico-cristão de que só a Deus cabe dar e retirar a vida

Carlos Eduardo Lins Da Silva

A proposta do novo Código Penal brasileiro, divulgada há uma semana, diz que não será crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, "se previamente atestada por dois médicos a (sua) morte como iminente e inevitável". Embora constitua apenas tímida legalização de uma forma de eutanásia, já se prevê que a medida receberá cerrada oposição de alguns setores religiosos. Quase cinco séculos depois de Thomas More ter defendido o direito de morrer com dignidade como uma das instituições básicas de sua "Utopia", a civilização ocidental mantém arraigado o conceito judaico-cristão de que só Deus tem o direito de dar e retirar a vida. Na Grécia e na Roma antigas, a eutanásia ("eu thánatos", boa morte em grego) era aceita com naturalidade. Depois de More, a primeira voz de peso a dissidir da hegemonia religiosa, grandes filósofos (David Hume e John Stuart Mill, entre outros) defenderam a ética e a moralidade da ação de garantir ao ser humano o direito de optar por uma morte digna e suave em casos de grave e incurável enfermidade. Mas em apenas um país, a Holanda, ela é socialmente aceita (embora, mesmo lá, ainda seja formalmente ilegal). A Austrália, que legalizou a eutanásia em 1995, voltou atrás um ano depois. Nos EUA, onde o debate sobre o tema mobiliza a sociedade há 25 anos, o maior propagandista do suicídio assistido, Jack Kevorkian, foi condenado nesta semana por homicídio. Só um Estado norte-americano, o Oregon, aceita o suicídio assistido, embora a prática tenha apoio de 50% da população. Além de obscurantistas argumentos religiosos, colocam-se dois obstáculos racionais à legalização da eutanásia. Um é o de que, em caso de avaliações médicas equivocadas, ela pode eliminar vidas desnecessariamente. O outro é o de que ela pode justificar crimes. Exemplo citado com frequência pelos adversários da eutanásia é o do livro a favor dela de Alfred Hoche e Karl Binding, "The Permission to Destroy Life Unworthy to Live" (1920), que serviu como escudo ideológico para assassinatos de deficientes e doentes mentais cometidos no regime nazista alemão. O caso holandês responde às duas objeções. Praticam-se cerca de 2.300 mortes por eutanásia por ano naquele país, 1,8% do total de óbitos. Não há registro de erro ou

³ a data fornecida pelo leitor é errônea.

crime em 26 anos de prática. A eutanásia é aceita na Holanda quando é feita a pedido reiterado do paciente que esteja sofrendo, a seu juízo, sofrimento físico ou mental insuportável, desde que dois médicos certifiquem que não há solução médica razoável para melhorar a sua situação. A eutanásia só se justifica quando é realizada por misericórdia ao enfermo e em respeito a seu direito de livre-arbítrio. Por isso, o episódio nazista não pode ser invocado contra ela. Naquela situação, as pessoas não eram mortas a pedido nem o objetivo, ao lhes eliminar a vida, era aliviar a dor. A fórmula que o projeto do Código Penal propõe é das mais brandas. Ela apenas determina o que até o papa João Paulo 2º já considerou aceitável. Na encíclica "Evangelium Vitae", o papa afirma que rejeitar meios extraordinários e desproporcionais de manutenção da vida "expressa a aceitação da condição humana diante da morte". A Suprema Corte dos EUA também estabeleceu, no caso Nancy Crusan (que foi mantida viva, em estado vegetativo, por sete anos até seus pais obterem autorização da Justiça para desligar os aparelhos que a faziam respirar), o direito constitucional de recusar a manutenção da vida por máquinas. As 130 mortes que Jack Kevorkian assistiu e documentou mostram que já existe massa crítica para avançar, nos EUA e em outros países, na direção de garantir a uma pessoa consciente os direitos de parar de sofrer dores e humilhações, de poupar a família do desgaste emocional, físico e financeiro que sua existência infeliz e improdutiva acarreta, de morrer com decência. No caso do Brasil, talvez ainda haja necessidade de mais tempo até o caldo de cultura sobre a questão da morte digna estar grosso o suficiente para discutir o tema nesses termos. Até lá, é importante garantir que pelo menos a proposta do novo Código Penal para esse assunto seja aprovada. A intensificação do debate, nos próximos meses e anos, só trará vantagens. Foi por causa dele que, na Europa Ocidental e nos EUA, por exemplo, a medicina paliativa teve extraordinário desenvolvimento nos últimos 30 anos. Ainda que não se tenha legalizado a eutanásia nesses lugares, pelo menos a discussão sobre ela garantiu muito menos sofrimento para doentes terminais.

Carlos Eduardo Lins da Silva, 46, doutor em jornalismo pela Universidade de São Paulo, é repórter especial da Sucursal de Brasília da Folha. Foi secretário (1984 a 87) e diretor-adjunto de Redação (1988 a 89) e correspondente do jornal em Washington (1987 a 88 e 1991 a 98).

29/04/99/PAINEL DO LEITOR

Eutanásia

"Equivocadamente identifica-se o artigo 121 parágrafo 4º da proposta de reforma do Código Penal e Eutanásia como sendo a aprovação da eutanásia ativa. Na verdade, trata-se da ortotanásia, isto é, a arte de morrer bem, no tempo e lugar certos, sem ser vítima da distanásia (obstinação terapêutica) de um lado e da eutanásia direta (abreviação direta da vida) de outro. A ortotanásia provém do grego (orthos=reto e thánatos=morte), que significa literalmente morte correta ou, num sentido mais contextual, morte natural. O grande desafio da ortotanásia é proporcionar um morrer humano, isto é, resgatar a dignidade do ser humano na última fase de sua vida, especialmente quando essa fase for marcada por dor e sofrimento. Ela é a antítese de toda tortura, de toda morte violenta, em que o ser humano é roubado não somente de sua vida, mas também de sua dignidade. Como fomos ajudados para nascer, precisamos também ser ajudados para morrer. Amanhã seremos nós!" Léo Pessini, especialista em bioética no Centro Universitário São Camilo (São Paulo, SP)

24/05/99/PAINEL DO LEITOR

Eutanásia informal'

É só ficar algumas horas nos hospitais da rede pública para constatar esta verdade: o governo, mesmo sem a lei, pratica a eutanásia, deixando de fornecer remédios aos necessitados, postergando consultas e tratamentos muitas vezes inadiáveis." Jesuino Mariano (São Paulo, SP)

2000

Nenhum leitor trata do assunto

2001

Nenhum leitor trata do assunto

FOLHA DE S.PAULO doação compulsória

1996

24/09/96/ PAINEL DO LEITOR

Distrofia muscular

"Em 20/9 o 'Jornal Nacional', da Globo, mostrou uma família desesperada porque o consulado americano havia negado o visto para que seu filho, afetado por distrofia muscular, fosse aos Estados Unidos realizar um tratamento de transplante de mioblastos que custa US\$ 150 mil. Como presidente da Associação Brasileira de Distrofia Muscular, venho reiterar o que vimos divulgando há tempos: o transplante de mioblastos, apregoado por uma clínica de Memphis, nos Estados Unidos, é totalmente ineficaz e mentiroso. Ele já foi testado há vários anos por pesquisadores competentes e abandonado por dois motivos óbvios: 1) os mioblastos normais injetados nos músculos de pacientes com distrofia são sempre rejeitados; 2) para atingir todos os músculos do corpo seria necessário centenas de milhares de injeções, o que é impraticável. É fundamental que as famílias que têm filhos com distrofia saibam que existem milhares de pesquisadores sérios e honestos no mundo todo lutando para conseguir um tratamento eficaz para essa doença e seremos os primeiros a divulgá-lo quando isso acontecer. Enquanto isso, com o valor de um único tratamento, ou seja, US\$ 150 mil, seria possível adquirir centenas de carrinhos motorizados, o que permitiria a inúmeras crianças com distrofia, que não têm como sair de casa, brincar na rua com seus amiguinhos." Mayana Zatz, professora titular de genética, chefe do Serviço de Pesquisas em Distrofias Musculares da USP - Universidade de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Distrofia Muscular (São Paulo, SP)

19/12/96/ PAINEL DO LEITOR

Hospital do Fígado

"Aproveitando o debate sobre o transplante de fígado em nosso Estado, perguntamos onde está o Hospital do Fígado a ser construído na Chácara Panamby - Morumbi, em terreno doado pela prefeitura ao Instituto do Fígado do professor Silvano Raia, com o aval da bancada governista na Câmara de vereadores. A lei municipal 11.796 de 8 de junho de 1995 exigia - sob pena de devolução da área doada no Morumbi - que o projeto fosse apresentado em um ano e a obra iniciada em dois anos a contar da data de sua aprovação. O primeiro prazo já estourou em seis meses e o segundo expira daqui a outros seis. Enquanto isso, interesses inconfessos disputam a hegemonia do poder sobre a vida e a morte de milhares de doentes..." Adriano Diogo, vereador pelo PT (São Paulo, SP)

22/12/96/ PAINEL DO LEITOR

Transplantes

"Excelente o texto do sr. Elio Gaspari intitulado 'Transplante de fígado é 'privatizado' em SP'. Congratulo também este diário pela publicação do mesmo e pelo destaque que a ele deu. Espero, como muitos, providências imediatas por parte do Estado para que tamanhas aberrações acabem." Fábio Sacchetto Ungaro (São Paulo, SP)

NACIONAL/15/12/96/ELIO GASPARI/TRANSPLANTE DE FÍGADO É 'PRIVATIZADO' EM SP

Elio Gaspari Colunista da Folha

Um negócio chamado Consenso Estadual para Transplantes de Órgãos, surgido em São Paulo, destina-se a privatizar o desmanche de gente, à custa dos cidadãos que morrem à espera de um transplante de fígado.

Uma nova política de desmanche: a privatização dos fígados

O novo ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, terá que descascar um abacaxi logo depois de sua posse. Amadureceu em São Paulo uma proposta de tunga de fígados de cadáveres em benefício

de meia dúzia de equipes médicas particulares, à custa dos cidadãos que morrem nas filas de espera de um transplante.

Até agora se conviveu com o desmanche social e com a privatização do Estado. Um negócio chamado Consenso Estadual para Transplantes de Órgãos, surgido em outubro passado, destina-se a privatizar o desmanche de gente. Por inédito, é coisa que deveria atrair a atenção do canibalismo social de todo o mundo.

Anestesiaram a lei

Desde 1993, a lei manda que os órgãos retirados de cadáveres sejam transplantados em pacientes listados por ordem cronológica de entrada, em centrais de notificação estaduais. Coisa simples. O cidadão precisa de um fígado. Seu nome vai para a lista e espera a vez. Com ligeiras variações, é assim que se trabalha em todo o mundo.

Em São Paulo, onde se realizam 95% dos transplantes de fígado do país (120 por ano), essa lei não pegou. E não pegou porque uma política pública entrou em choque com interesses privados.

O primeiro transplante de fígado da história da medicina brasileira foi feito no Hospital das Clínicas, em 1985. Lá já se fizeram 178 transplantes, 49 só neste ano. O HC está fechando 96 com um índice de sobrevida de 95%, no topo da qualidade internacional. (Cada cirurgia dessas custa ao hospital entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil. Ao paciente, nada. A renda familiar média das pessoas operadas está em torno de dez salários mínimos.)

A partir de 1991, formaram-se em São Paulo equipes privadas com capacitação para esse tipo complexo de cirurgia (12 horas de duração). Elas cobram de R\$ 100 mil a R\$ 220 mil. Um médico do HC ganha no máximo R\$ 4 mil por mês. Um cirurgião de equipe privada cobra até R\$ 25 mil por transplante. A literatura médica nacional não conhece os índices de sobrevida conseguidos pelas oito equipes privadas que operam em São Paulo. Neste ano, elas realizaram 70 transplantes.

Até aí, tudo bem. A mão invisível de Adam Smith faz a seleção. Quem quiser ir para o HC, vai. Quem não quiser se misturar com a escumalha dos hospitais públicos, convoca uma equipe privada e pede o transplante.

Mas cadê o fígado? Nessa hora é preciso voltar a conviver com a choldra. Deve-se buscar uma pessoa com morte cerebral, tirar o fígado e começar a transplantá-lo em menos de oito horas.

Pela lei, bastaria consultar a lista, conferir as compatibilidades biométricas e sanguíneas e chamar o primeiro da fila. Como nem sempre ele tem R\$ 100 mil, a lei foi às favas.

Criou-se um mecanismo pelo qual os fígados disponíveis são rateados. Em 4 dos 7 dias da semana vão para o HC. Nos demais, para a rede privada. Esse critério subverte qualquer política médica. Em vez de alocar o órgão ao paciente (que espera pelo fígado), aloca-o a uma equipe (que espera pelo ervanário).

O resultado da brincadeira é a criação de dois tipos de doentes. Um, sem dinheiro, fica na fila do HC, onde a cada ano morrem 50 pessoas. Outro, com R\$ 100 mil, recorre às equipes privadas. Elas oferecem transplantes em 15 dias, enquanto o HC nunca promete menos de quatro meses, por falta de órgãos.

Já houve casos de pacientes da fila do HC que receberam a visita de corretores oferecendo serviço mais rápido condicionado ao exame da saúde financeira da família.

Isso era pouco.

Os hepatocratas

Inventaram o Consenso. Uma beleza de jogada. Produziu-se um documento que, pelo nome, insinua uma proposta consensual. Ele resultou de uma reunião ocorrida no Hotel Meliá, na qual enquanto o HC tinha dois representantes (para 40% dos transplantes) uma das oito equipes médicas particulares encaçapou três votos (com pouco mais de 5% das cirurgias). A proposta foi rebarbada por um representante do HC. Ele pediu que sua discordância fosse registrada no documento. Neca. O Consenso escondeu o dissenso do acionista público e majoritário.

O Consenso da Hepatocracia é interessante. Cria um sistema pelo qual metade dos fígados vão para uma lista única, enquanto a outra metade deve ser rateada entre cinco instituições, todas públicas.

Seria uma beleza se não fosse uma mistificação. Três dessas instituições simplesmente não transplantam fígado, uma quarta faz dois transplantes por ano. E o que farão com os órgãos? Vão repassá-los a "hospitais associados".

E quem são esses hospitais? São as equipes privadas.

Esse desmanche rola nos corredores da burocracia médica há mais de seis meses. Se não for rápida e publicamente repudiado, inibirá as famílias dos potenciais doadores.

Uma médica da Secretaria da Saúde deu a um dos chefes das equipes privadas que cativava seus fígados o melhor resumo do problema e, talvez, do prognóstico:

_ Se o meu filho bater com o carro, teu hospital não vai cuidar dele, a menos que eu mostre que posso pagar. Pois se o meu filho, acidentado, morresse num hospital público e você aparecesse por lá pedindo que eu te doasse o fígado dele, sabe o que eu faria? Te dava um tiro na cara.

1997

21/01/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Louvável a aprovação pelo Senado de lei que torna os brasileiros automaticamente doadores de órgãos, a menos que se manifestem expressamente em contrário. Ao contrário do que alguns desavisados andam propagando, os brasileiros não perderam direito ao seu corpo, uma vez que qualquer um pode não doar seus órgãos, desde que se manifeste expressamente." Guilherme Rezende (São Paulo, SP)

*

"A sanção da lei que estabelece a doação compulsória de órgãos, do jeito que está sendo proposta, fere não só o direito constitucional como os valores pessoais de cada um. O que deveria ser feito é uma campanha de conscientização para a importância da doação voluntária, e não violentar o indivíduo, forçando-o a registrar um documento em cartório _o qual deverá portar sempre consigo_ caso não concorde com a nova lei." Mylene Santoro (São Paulo, SP)

26/01/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Sobre a reportagem 'Congresso aprova doação obrigatória de órgãos' (17/1): confesso que me indignei ante a satisfação com que a reportagem transmitiu esse feito. Tal medida fere os princípios individuais da cidadania. Desrespeita a religiosidade individual de cada cidadão e macula o princípio de liberdade e democracia, que os políticos se vangloriam de haver conquistado." Mauro Cesar Paschoalatto (São Paulo, SP)

NACIONAL/17/01/97/ COTIDIANO/PROJETO CRIA DOAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ÓRGÃO

O Senado aprovou, por 43 votos a 21, projeto que torna todos os brasileiros doadores de órgãos, exceto as pessoas que manifestarem desejo contrário por meio de um registro na carteira de identidade ou na de motorista. O projeto vai agora à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A proposta enfrenta oposição da Ordem dos Advogados do Brasil, que pediu a FHC veto ao artigo que estabelece a obrigatoriedade na doação. O Conselho Nacional de Saúde, ligado ao governo, prevê desperdício de órgãos e sugere que a doação seja voluntária. O projeto divide religiosos.

NACIONAL/17/01/97/ COTIDIANO/ OPOSITORES FAZEM ARTICULAÇÕES

da Sucursal de Brasília
Menos de duas horas depois de o projeto que torna os brasileiros doadores presumíveis de órgãos ter sido aprovado pelo Senado, os opositores à idéia já estavam se articulando para convencer o presidente Fernando Henrique Cardoso a vetar os itens polêmicos.

O Conselho de Direitos Humanos da OAB pretendia enviar ainda ontem uma carta ao presidente recomendando o veto ao artigo 4º _que obriga as pessoas que não querem doar seus órgãos a gravar a opção na carteira de identidade.

"Esse artigo torna a doação de órgãos obrigatória aos cidadãos indecisos e achamos que atos que mexem com a vida da pessoa têm de ser sempre voluntários", afirmou Simone Nogueira, da OAB.

Ela diz que o baixo número de transplantes feitos no Brasil não é causado só por falta de doadores, mas sobretudo pela inexistência de centrais de captação e distribuição de órgãos e de hospitais capacitados para realizar a cirurgia.

"Só os países muito avançados, como Bélgica e Suíça, adotaram legislação semelhante. A diferença é que lá a lista de pacientes que esperam transplantes é pública e única, impedindo que abusos como no Brasil", disse Nogueira.

O Ministério da Saúde enviou parecer a Fernando Henrique Cardoso recomendando que fosse vetado o artigo 7º do projeto. Segundo o artigo, a remoção de órgãos de cadáveres que devem ser submetidos a necropsia só deve ser realizada após autorização do médico legista.

07/02/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"É interessante como, no momento mesmo em que o Estado procura se desincumbir ao máximo de todas as funções antes a ele atribuídas (saúde, educação, previdência social). decida chamar a si a posse de todos os corpos da nação. Nada tenho contra a doação de órgãos, dos meus órgãos. Mas o corpo é uma entidade da esfera privada. O indivíduo ou seus familiares é que dele devem dispor, de livre e espontânea vontade, e de preferência em vida. De uma penada, tornou-se um bem público, como o subsolo, as águas territoriais ou as comunicações. Se essa lei surge para coibir a mercantilização de órgãos, o que é louvável, a estatização pura e simples é aberrante." Sheila Schvarzman (São Paulo, SP)

*

"Essa lei me parece triplamente autoritária, logo, inconstitucional: primeiro porque é uma questão de foro íntimo; segundo porque se intromete em seara alheia, qual seja, a espiritual e religiosa. Para que os órgãos de um defunto cristão, por exemplo, possam ser doados, só com autorização expressa das igrejas cristãs. E em terceiro lugar porque, em decorrência do primeiro, eu não fui consultado." Satoru Guibu (Presidente Prudente, SP)

*

"Bonito, sensível e verdadeiro o texto de Hélio Schwartzman sobre doação de órgãos (5/2). A respeito dos nossos semelhantes merecerem ou não nossos órgãos por atitudes inadequadas tomadas durante toda a sua história, sinceramente espero que essa lei dê certo, que funcione, que nós possamos nos sentir solidários até na hora da morte, mas jamais um produto de venda fácil." Tarcisa A. Marques Porto Uliano (Barueri, SP)

SÃO PAULO/05/02/97/COTIDIANO/DOS RESTOS HUMANOS

Hélio Schwartzman da equipe de articulistas

Já brandiram, contra alguns de meus colegas que escrevem nestas páginas, a tachação de nazistas por defenderem a lei que transforma os brasileiros em doadores potenciais de órgãos, a menos que, em vida (é óbvio), manifestem desejo em contrário.

Uma vez que mais da metade de minha família virou sabão nos campos de concentração nazistas, chamar-me de nazista constituiria o que os lógicos denominam "contradictio in adjectio" (contradição nos termos). Sinto-me livre, portanto, para defender o novo diploma sem ser considerado nazista, embora possa ser qualificado por outros termos igualmente desabonadores.

O ponto básico é o seguinte: até prova em contrário, depois da morte, ou nossos órgãos tornam-se alimentos para vermes (mais exatamente organismos saprófagos) ou salvam a vida de alguém, ou ao menos lhe proporcionam uma existência quase normal. Sem desmerecer a importância dos saprófagos (eles são ecologicamente importantes ao fornecer alimento para várias plantas e fungos, incluindo muitas das belas orquídeas), ainda prefiro dedicar meus restos a seres humanos, mesmo que a história sugira que eles absolutamente não o mereçam.

Sintomaticamente, alguém já sugeriu que a etimologia do latino "cadaver" seria um acrônimo de "carne dada aos vermes". Besteira. Romanos não tinham a mania dos ingleses de inventar acrônimos, e "cadaver" provém do verbo "cado" (literalmente "cair" e figuradamente "morrer"). Ainda que filologicamente errada, essa fantasia etimológica é, pelo menos no mundo sublunar, absolutamente correta.

De resto, a possibilidade dos que preferem alimentar orquídeas a dar vida a seres humanos já está plenamente contemplada pela lei. Esperemos apenas que sem dificuldades burocráticas.

15/02/97/PAINEL DO LEITOR**Estímulo ao debate**

"Primeiro foi o editorial defendendo a privatização da Vale do Rio Doce, depois o editorial aprovando essa lei absurda e autoritária sobre a doação de órgãos. Melhor seria se este jornal estimulasse um amplo debate com a sociedade sobre essas questões polêmicas, dando espaço à opinião pública, em vez de privilegiar a sua própria." Margaret Ferreira dos Santos (São Carlos, SP)

NACIONAL/05/02/97/EDITORIAL/PARA SALVAR VIDAS

A sanção presidencial da lei que torna todos os brasileiros _a menos que manifestem desejo contrário em vida_ doadores potenciais de órgãos é bem-vinda, apesar das ressalvas que se lhe possam (e devam) fazer. Trata-se de um passo (e apenas um passo) a mais no sentido de proporcionar vida (ou qualidade de vida), um gesto que dificilmente pode ser objetado em termos morais.

Sem dúvida, ainda existem problemas. É óbvio que providências são necessárias para coibir tanto o abjeto comércio de órgãos humanos como o abuso do poder econômico.

A necessidade da capacitação de hospitais para retirada e conservação adequadas de órgãos e tecidos coletados é argumento parcialmente verdadeiro. Vale, é certo, para órgãos como coração e fígado. Já no caso de córneas (sintomaticamente a lista de espera que contém maior número de pessoas), pele (extremamente importante para as vítimas de queimaduras) e rins (em que pode poupar muitos indivíduos das verdadeiras sessões de tortura que é a hemodiálise), é procedimento simples que pode ser feito mesmo em hospitais pouco equipados. O que realmente importa aqui é uma mudança na mentalidade de toda a sociedade com relação a esse importante tema.

O argumento de que uma eventual omissão do morto poderia vir a contrariar a vontade de familiares é, em tese, válido, mas nada que não possa ser contemplado na futura regulamentação desse diploma legal.

É também importante que a manifestação de qualquer cidadão do seu desejo de não se tornar um doador seja feita da forma mais simples e desburocratizada possível, em nome da própria democracia no que tange às liberdades individuais.

Não nos resta dúvida de que a sanção da lei é um avanço. Entretanto, se a regulamentação não for cuidadosa e se não se mudar a mentalidade da sociedade brasileira, será apenas mais uma lei fadada a cair no ostracismo. Seria uma pena, pois estão em jogo vidas humanas.

17/02/97/PAINEL DO LEITOR

Doação automática

"As objeções à doação de órgãos são, em geral, reações emocionais sem qualquer base ética ou religiosa. Nada integra a fé cristã que desestimule a doação de órgãos. Aliás, nada pode ser mais compatível com a filosofia cristã do que o exemplo de pessoas que, mesmo na morte, doam vida." Marcos Osmar Schultz (Belo Horizonte, MG)

23/02/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"O governo prefere imposição em vez de conscientização, ao tornar os 'caipiras' doadores presumidos de órgãos. Deveria, ao menos, preocupar-se com o aumento do salário mínimo, pois desnutrido não serve para nada!" Inês Prado (São João da Boa Vista, SP)

04/03/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"A OAB se posiciona contra a doação presumida de órgãos; a posse do próprio cadáver deve estar acima do bem coletivo. Será que na década de 30 a OAB seria contra a obrigatoriedade da vacinação e apoiaria a revolta da vacina por motivos constitucionais?" Wolfgang Fischer (São Paulo, SP)

26/03/97/PAINEL DO LEITOR

Exemplo

"Ano passado, por ocasião da tramitação da lei sobre doação de órgãos, enviei carta aos senadores Darcy Ribeiro e Lúcio Alcântara. Infelizmente, até o presidente assinou sem veto essa lei absurda. Agora que o senador Darcy morreu, pergunto: doou ele seus órgãos? Ou na hora H se recusou a dar o exemplo para a sua lei?" Frantisek Habl Jr. (São Paulo, SP)

07/04/97/PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Se não desejo doar meus órgãos, devo ser coerente e também registrar que não aceito a doação dos outros para mim. Essa declaração deveria também ficar inscrita no registro de não doação." Carlos Simões (São Paulo, SP)

1998

04/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"O presidente da República, ao sancionar a lei de doação presumida de órgãos, na prática tornou compulsório o ato que é belo quando voluntário. Sob o pretexto de incrementar as chances de

sobrevida daqueles que sofrem na fila de transplante, o chefe do Executivo federal, endossando medida do Congresso Nacional, agiu para transformar o Brasil em paraíso das quadrilhas de vampiros que lucram com a promoção de leilões de órgãos humanos. Será o presidente, sociólogo festejado, ingênuo nesse assunto? Ou será sua postura, nesse caso, resultante do seu já atenuado ateísmo, reconhecendo ao Estado o direito de dispor sobre os corpos de seus cidadãos, transformando a livre vontade das pessoas em artigo de luxo, indigno de respeito? Muitas famílias, como a da jovem Ionice, vão ser surpreendidas em momento de dor com a violência adicional representada por essa lei, que merece revogação urgente." Jorge João Burunzuzian (São Paulo, SP)

05/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Lei dos transplantes

"A entrada em vigor da nova lei dos transplantes mostra algumas coisas interessantes. 1) Não foi elaborada atendendo a um anseio da população, logo, terá muita dificuldade em ser aceita. 2) O brasileiro não confia nos profissionais de saúde, pois o receio é de que seus órgãos sejam vendidos para os ricos, no caso de um risco de vida. 3) Para variar, as estruturas encarregadas de viabilizar os transplantes não estão bem estruturadas. 4) Somos um povo egoísta." José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

*

"Sobre a lei dos transplantes: juridicamente, é óbvio que a lei é prepotente, já que democraticamente as pessoas deveriam expressar sua vontade de ser ou não doadoras. Porém, mesmo diante da controvérsia e da inversão jurídica da lei, temos que, como seres humanos, aplaudir em pé a aplicação desse estatuto, já que milhares de semelhantes clamam por vida, à espera de um doador, que raramente chega." Sandro de Castro (Curitiba, PR)

07/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação presumida

"Beneficiado que fui com o transplante de duas córneas, graças as quais estou escrevendo agora, exponho meu total desacordo em relação àquelas pessoas retrógradas que se opõem à lei de 'doação presumida'. Em primeiro lugar, sob o ponto de vista objetivo da realidade material, a evolução da ciência é condição para a melhoria de vida do homem. Além disso, em caso de morte violenta, os órgãos são, em última análise, retirados para autópsia, independentemente do desejo, ou não, dos familiares. Em segundo lugar, sob o ponto de vista religioso ou espiritual, a evolução da inteligência do homem e, portanto, da medicina, se deve aos desígnios de Deus, em benefício da felicidade do ser humano." João Batista Neto Chamadoira (São Paulo, SP)

08/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Lei de transplantes

"Tudo é motivo para criticar o Congresso Nacional, que deve ser censurado por seus defeitos e erros, mas merece também elogios quando acerta. Deve-se reconhecer que a nova lei de transplantes é uma maravilhosa realização de nosso Parlamento. Até que seja superado esse primeiro momento de acomodação da nova lei, é natural que haja uma certa reação popular. Não foi diferente com a introdução em nossa cultura da vacina obrigatória. Realmente, não há estrutura hospitalar para a realização de todos os transplantes que a população necessita, mas deveria haver. Criar essa estrutura não é obrigação do Legislativo, mas dos administradores." Júlio César Borges de Resende (Brasília, DF)

*

"Divirjo totalmente da opinião de Eliane Cantanhêde sobre a lei do doador presumido em sua coluna de 1/1. Para mim, é apenas mais uma dessas leis idiotas de nossos brilhantes congressistas, tentando impor solução inadequada _lembram-se do selo-pedágio válido por um mês? Acho arriscado deixar a integridade física _neste caso, a própria vida_ das pessoas à mercê do baixíssimo nível da ética praticada em nosso país. Imagine-se a angústia de alguém ao encontrar em um hospital o corpo de um parente, que tenha sofrido um acidente, 'depenado' sob a alegação de que teria ocorrido a tal 'morte cerebral'. Para quem acha que é exagero, lembre-se dos casos de sequestro de crianças e de mendigos, noticiados na Venezuela, para a retirada de córneas a ser vendidas para transplantes em Paris." Martônio Ribeiro (Ribeirão Preto, SP)

NACIONAL/01/01/98/OPINIÃO/ANO NOVO, VIDA NOVA

Eliane Cantanhêde

Brasília _ A partir de hoje, tudo será diferente. Pelo menos para milhares de brasileiros que esperam córneas, pulmões, rins, fígados, medulas e corações. Para viver melhor. Ou, simplesmente, para sobreviver.

Entra em vigor, neste primeiro dia de 1998, a lei do doador presumido. Mesmo sem autorização da família, todo e qualquer cidadão com mais de 18 anos e morte cerebral comprovada pode ter seus órgãos transplantados.

As únicas exceções são as pessoas que formalizarem num de seus documentos de identidade (RG, carteira profissional ou de motorista), a decisão de não doar seus órgãos, no todo ou em parte, mesmo que para ajudar um semelhante a viver.

Até aqui, a média brasileira é de três doadores por um milhão de habitantes. O objetivo é chegar a 20 por milhão em três anos. A lei não é suficiente para atingir a meta, porque também é preciso investir em centrais de transplante, técnicas de retirada e transporte de órgãos e treinamento do corpo médico e paramédico.

Só a lei, no entanto, já é um passo enorme. Vai "produzir" um número significativamente maior de órgãos, pressionar o sistema de transplantes para maior rapidez e eficiência. Deve, em função disso, salvar mais vidas.

Todos nós sempre achamos que essas coisas só acontecem com os outros, mas nunca se sabe. Amanhã, pode ser você numa daquelas listas infundáveis de pessoas desesperadas, contabilizando o que resta da vida em meses, dias, às vezes horas, à espera de um rim, de um coração. Só no caso de rins, há cerca de 10 mil pacientes habilitados na fila. E nada.

Na outra ponta, é difícil imaginar uma família arrependida porque os órgãos do marido, de um filho ou de uma irmã ajudaram a salvar uma vida. Ao contrário, só pode servir de consolo para perda tão dolorosa.

PS (1) - 1997 acabou. E o Itamar? Candidato a presidente ou a governador? Fica em Washington ou Roma? Assa pão de queijo ou frita bolinho?

PS (2) - 1998 começou. E o Covas, hein? Candidato à reeleição ou a presidente? Continua no Bandeirantes ou preside o PSDB? Vai para Brasília ou fica a ver navios em Santos?

11/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Será que todas as pessoas que se recusam a doar seus órgãos, negando autorização na Carteira de Identidade, também se recusariam tão veementemente a receber um transplante caso necessitassem?" Ivan M.S. Jr. (Uberaba, MG)

12/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Vejo, com o mesmo prazer, as filas de pessoas que aguardam para receber o carimbo de não-doadoras de órgãos quase com o mesmo furor com que participam das campanhas antiaborto, das filas de brindes da Feira de Utilidades Domésticas e da conquista do visto de entrada para Miami. Será que nos tomamos tão mesquinhos a ponto de preferirmos, depois de mortos, ver apodrecer alguma parte de nós em vez de doá-la?" Eliana Asche (São Paulo, SP)

*

"Reconheço tratar-se a doação de órgãos de um extraordinário gesto humanitário, mas a matéria no Brasil assume contornos diabólicos. É difícil acreditar que a doação de órgãos não venha a se converter em mais uma fonte oficial de safadezas, onde falará mais alto o vil metal." Fernando Pereira Viana (Fortaleza, CE)

*

"Cumprimentos respeitosos à Folha e ao médico José Osmar Medina Pestana pela digna orientação aos profissionais do ramo médico no grave e angustiante problema dos transplantes. É inegável que a atitude corajosa, respeitosa, ética e correta vai livremente ao encontro das tradições brasileiras, na direção de respeito às famílias e dentro da mais elementar lógica." Jorge Massad (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/03/01/98/COTIDIANO/FAMÍLIA DE DOADOR DECIDIRÁ TRANSPLANTE

Médicos dizem que continuarão respeitando parentes, apesar de lei autorizar retirada de órgão sem consulta

da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília
Entidades e instituições médicas estão orientando seus profissionais a só retirarem os órgãos de pacientes com morte cerebral depois de autorizados pelas famílias. A nova lei dos transplantes, que entrou em vigor no dia 1º, autoriza o médico a tirar os órgãos mesmo sem o consentimento da família.

Segundo a lei, quem não concorda com a retirada deverá fazer constar a inscrição "não-doador" na carteira de identidade ou carta de motorista. "Estamos orientando os médicos a continuar respeitando o desejo das famílias", disse José Osmar Medina Pestana, diretor-clínico do Hospital São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos.

"Se fizermos o contrário, haverá um abalo na confiança dos programas de transplante."

O Conselho Federal de Medicina (CFM) anunciou que fará a mesma coisa. "Nenhuma lei vai obrigar a retirada de órgãos sem autorização da família", afirmou Waldir Mesquita, presidente do CFM.

Na sua opinião, a lei é "um atentado contra a ética médica" e o governo cometeu um "erro grave" ao não considerar a cultura das sociedades. "A cultura médica secular mostra que o médico não faz nada sem o consentimento do paciente ou de familiares", disse.

Milton Glezer, coordenador de captação de órgãos do Hospital das Clínicas, disse que a orientação dos médicos da equipe é a de respeitar a vontade da família. "Não podemos forçar nada."

Silvano Raia, chefe do setor de transplante de fígado do Hospital das Clínicas e um dos principais defensores da lei, é da mesma opinião. "A vontade da família prevalece. O problema dos transplantes é mais de estrutura do sistema de saúde, e menos um problema de recusa da família."

A intenção de respeitar a vontade da família é consenso também nos órgãos oficiais de São Paulo. Agenor Spadilli Ferraz, coordenador estadual da Central de Transplantes, disse que "a vontade dos familiares será respeitada". O secretário Estadual da Saúde, José da Silva Guedes, afirmou que "a expectativa é que os médicos continuem ouvindo a família".

Segundo dados da Associação Brasileira de Transplante, o número de doações chegou a cair pela metade depois que a lei passou a ser divulgada pela imprensa.

Apesar das críticas à lei, os médicos acreditam que, "passado o medo inicial", o número de transplantes deva aumentar. "O debate é um aprendizado para a população e para os profissionais. Assim que as pessoas entenderem, o número de doadores aumentará", diz Medina.

Milton Glezer, do HC, diz que a lei ajuda porque "transforma a doação em rotina". "Isso facilita todos os procedimentos e vai elevar o número de doações."

Silvano Raia acha que a lei vai ajudar. Antes, o "silêncio da família significava a não-doação do órgão; hoje, ele leva à doação".

O problema _dizem os médicos_ é que a lei não foi suficientemente debatida e a população não foi adequadamente preparada.

Waldir Mesquita, do CFM, disse que o aumento do número de doadores só se dará com uma ampla campanha publicitária do governo, não com imposições.

(AURELIANO BIANCARELLI, AUGUSTO GAZIR e LUCIA MARTINS)

SÃO PAULO/03/01/98/COTIDIANO/ FALTA ESTRUTURA, NÃO ÓRGÃOS, DIZ MÉDICO

Morrem 10 mil potenciais doadores/dia em SP, mas menos de 10 centros fazem transplante de coração e fígado no país

da Reportagem Local

Não faltam órgãos no país, falta estrutura médica e hospitalar capaz de aproveitá-los. Só na cidade de São Paulo, ocorrem cerca de 40 mortes violentas por dia.

Entre 10% e 15% dessas vítimas são doadores em potencial. No Brasil todo, são registradas cerca de 100 mil mortes violentas por ano. São, teoricamente, 10 mil corações, fígados e rins disponíveis.

Os cálculos são do médico José Osmar Medina Pestana, do Hospital São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos. A dificuldade, afirma, está na implantação e no financiamento de uma estrutura capaz de aproveitar esses órgãos.

Segundo Medina, existem no Brasil 110 centros cadastrados para transplante de rins. Se cada um fizesse 50 por ano, seriam 5.500 transplantes anuais. "Seria o bastante para atender aos doentes renais crônicos que necessitam de transplante", diz. "Mas o país só faz 1.600 por ano."

Na fila de espera da central de transplantes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2.600 pacientes aguardam um rim. As listas do coração e do fígado são menores, por uma razão dramática: os candidatos morrem na fila.

Na fila da secretaria há 419 pacientes aguardando um fígado e 114, um coração. Medina estima que mais de 80% dos que esperam por esses órgãos acabam morrendo antes do transplante.

A complexidade e o alto custo dos procedimentos poderiam justificar o pequeno número de transplantes de fígado e coração. Menos de dez centros no país têm condições de realizá-los.

Não é o que acontece com o rim, cujo transplante pode ser feito por mais de cem equipes. A explicação envolveria uma vontade política, de fundo econômico.

De acordo com entidades que reúnem os renais crônicos, o custo de um ano de hemodiálise pagaria um transplante. O paciente retomaria suas atividades e ganharia sobrevida.

No entanto, há entre 25 mil e 30 mil pacientes sobrevivendo por meio de diálises em todo o país. Medina estima que metade desses renais crônicos poderia se beneficiar de um transplante.

Silvano Raia, chefe do setor de transplante de fígado do Hospital das Clínicas, também credita o déficit de órgãos à falta de estrutura do sistema de saúde.

Segundo ele, para melhorar a captação de órgãos, seria necessário melhorar as UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo). "É preciso que haja estrutura para manter os doadores em bom estado. Senão, a doação é inviabilizada."

Segundo ele, hoje o sistema faz um número de doações menor que sua própria capacidade. Ele estima que seja possível realizar 20 doações por 1 milhão de pessoas.

13/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Lei de transplantes

"Desde o princípio fui contrário à alteração da lei 8.489/92, inclusive porque a lei nova altera o critério de verificação do momento da morte, agravando as distorções ocorridas nas apreciações de morte sob a interpretação legal e sob a percepção médica. O corpo humano sem vida foi confiscado pelo Estado, que o estatizou, como se fosse uma coisa de ninguém. Rejeito essa concepção e reafirmo que haverá de ser mudada tal lei, pois o corpo inanimado pertence à família e qualquer parte desse corpo só poderia ser retirada por vontade daquela mesma criatura manifestada em vida ou por um profundo sentimento de caridade e solidariedade dos familiares." Luiz Flávio Borges D'Urso (São Paulo, SP)

14/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Final, só não acabaremos com a polêmica criada pela recente lei da doação de órgãos se não quisermos. A fórmula é simples demais e dispensa a procura por outra. Emenda à lei: 'Terão prioridade à recepção de órgãos por meio de transplantes, as pessoas que se declararem doadoras em casos de confirmação de sua morte cerebral.' Ou seja, quem não for doador, também não será receptor." Sidney Maria de Carvalho (São Paulo, SP)

*

"A lei de transplantes, como a querem alguns políticos, é um absurdo. Obrigar os cidadãos que declarem em seu RG que não são doadores de órgãos é o mesmo que exigir que coloquemos uma placa em cada casa ou automóvel do país, com os seguintes dizeres: 'proibido entrar, invadir ou depenar sem permissão do proprietário.'" Renato Angelo Basso (Tietê, SP)

18/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Transplantes suspeitos

"Parabéns, Elio Gaspari, pelo artigo 'Doutor Elias, o privatista dos transplantes', de 14/1. Quem leu o artigo, se não sabia, ficou sabendo no que vai dar a lei 'vampiro'. Para determinados médicos, foi a descoberta do mapa da mina: R\$ 30 mil pelo transplante de um rim. Enquanto aos trabalhadores, desempregados e miseráveis deste país compete a obrigatoriedade de se transformar em meros fornecedores de matéria-prima para salvar a vida dos que dispõem de R\$ 30 mil." Armando Lucena (Manaus, AM)

22/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Lei de transplantes

"Foi muito ilustrativo o primeiro 'incidente' relacionado aos transplantes neste ano, relatado por Elio Gaspari e rebatido por Elias David-Neto. Ambos expuseram realidades verdadeiras. Quais vidas deverão ser salvas? A lei diz que será a primeira de fila única compatível imunologicamente com o doador. O incidente ocorrido no Natal com os dois rins acrescentou uma variável à questão, pois os mesmos foram doados aos primeiros da fila de um hospital privado. Razão: os poucos hospitais que realizariam o transplante pelo SUS não dispunham de condições no momento. Os rins foram aproveitados por receptores capazes de pagar por eles. Por que será que o dr. Elias David-Neto não mais chefia o setor de transplantes do Hospital Umberto Primo, que tantos transplantes realizou pelo SUS? Talvez porque esse hospital não mais exista. Os demais hospitais públicos que dependem do SUS estão falidos. O mesmo SUS que se dispõe a pagar R\$ 3 mil pelo transplante, ou seja, dez vezes menos que o custo privado, repassa poucos centavos além de dois reais por uma consulta médica. O governo que divulga a nova lei dos transplantes é o mesmo que corta as verbas da saúde, 'remunera' aviltantemente os seus profissionais, não consegue levar a sério os programas de vacinação e o

controle de epidemias. Qual a chance de os hospitais públicos, onde ora falta cama, ora faltam medicamentos básicos, recursos humanos competentes e dignamente remunerados, manter programas de transplantes? Doadores sempre existirão. O mesmo não se pode dizer com relação aos hospitais públicos. Senhores, não sejamos hipócritas! Creio que depois das sociedades gentílicas a coisa sempre funcionou assim: os menos favorecidos morrem para que os mais favorecidos vivam sempre assim, favorecidos. Em vida lhes tiram a força de trabalho, a dignidade e a alma. Depois que morrem, como abutres, lhes transplantam os órgãos." Jairo Degenszan, médico (São Paulo, SP)

25/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Críticas injustas

"Em artigo do jornalista Elio Gaspari, intitulado 'Doutor Elias, o privatista de transplantes', publicado na pág. 1-9 (Brasil), em 14/1, parece-me que a palavra 'privatizar' deveria estar em outro lugar, e não perto do 'dr. Elias'. Sou mãe e meus filhos são renais crônicos. Desde novembro convalesço de uma cirurgia por meio da qual doei um de meus rins para o meu filho mais velho, João Paulo, de dez anos. Há cinco meses, o meu marido também fez o mesmo: doou um de seus rins para nosso outro filho, Luís Eduardo, de oito anos. As duas cirurgias foram bem-sucedidas, graças à equipe do dr. Elias David-Neto _o mesmo que o articulista tenta espicaçar com críticas que considero injustas. Para viabilizar economicamente o tratamento dos meus filhos, o dr. Elias tirou-nos do privado e passou-nos para o atendimento público; isto, ressalve-se, sem nunca ter perguntado se tínhamos ou não condições de pagar pelos transplantes. Por que será que ele deixou de ganhar trinta, ou melhor, sessenta mil reais _como Elio Gaspari citou em seu artigo_, para ganhar os três mil, ou melhor, os seis mil reais do SUS, já que se tratava de dois transplantes? Ele só fez isso para permitir que meus filhos sobrevivessem." Marizet Manfrin (São Paulo, SP)

NACIONAL/14/01/98/BRASIL/DOCTOR ELIAS, O PRIVATISTA DOS TRANSPLANTES

Aconteceu o impensável. Dois rins tirados de um cadáver pela rede pública de captação de órgãos foram transplantados em dois doentes dos serviços de medicina privada do hospital Sírio Libanês, de São Paulo.

Deve-se à repórter Sandra Boccia uma meticulosa descrição do labirinto percorrido pelos rins. Ela mapeou um caso de privatização fulminante, daqueles de dar inveja ao BNDES.

Aceitando-se lisamente todas as versões, resulta que os rins foram tirados do cadáver no dia 25 de dezembro. A Central de Transplantes da Secretaria da Saúde os ofereceu a 33 hospitais públicos e privados. Ninguém tinha equipe de plantão. Nem o Hospital das Clínicas, o maior do Brasil. Vale lembrar que só em São Paulo há 2.600 pessoas na fila de espera de um transplante de rim.

À falta de interessados, os rins foram para o hospital Sírio Libanês e lá foram colocados em dois doentes de sua clínica particular de transplantes. Se isso não tivesse acontecido, os rins teriam se perdido.

Tendo acontecido, os pacientes receberam o que precisavam, e os médicos faturaram algo como R\$ 30 mil por transplante.

Tudo nos conformes. Salvo num pequeno detalhe: o chefe da equipe de transplantes privados do hospital Sírio Libanês, doutor Elias David Neto, é também integrante da equipe de transplantes públicos do Hospital das Clínicas. O doutor tem dois empregos. Num, os transplantes valem até R\$ 30 mil. No outro, quem paga é o SUS, e a fatura rende apenas R\$ 3 mil.

Ele mesmo explicou por que os rins foram parar no Sírio Libanês, onde a equipe tinha interesse em dar plantão, e não no HC, onde não havia plantonista:

_ Não havia ninguém no HC porque ninguém estava ganhando um tostão para estar lá.

Õ doutor Elias captou o argumento central da questão: quem trabalha de graça é relógio. E, como é sabido por qualquer amotinado de penitenciária, o serviço público é ruim em plantão de feriadão.

O doutor Elias diz que "as fraudes só são possíveis na cabeça de gente corrupta". Tem toda a razão, mas o que aconteceu com aquele par de rins tem mais a ver com os propósitos da saúde pública, da medicina privada e com o destino dos doentes-SUS e dos doentes-auto-\$u\$tentado\$.

O doutor deixou mal seus colegas Adib Jatene e Agenor Spallini Ferraz, coordenador da Central de Transplantes do Estado de São Paulo. Ambos asseguraram que somente os hospitais públicos que atendem a pacientes do SUS ficam hoje com o segundo rim. Errado. O Sírio Libanês, que não atende a pacientes do SUS, ficou com o primeiro e o segundo rim. Poderia ter direito a um, mas levou os dois. Se não levasse, o rim se perderia, mas, nesse aspecto, fica difícil entender por que a equipe que o doutor Elias chefia no Sírio fica com dois rins para os trabalhos de dois transplantes num dia em que o quadro de médicos do HC, ao qual pertence o mesmo doutor Elias, rebarba rins porque não dá plantão no Natal.

No caso do doutor Elias, a inépcia do Estado e a eficácia do mercado coabitam na mesma pessoa. Maravilhosa síntese das virtudes privadas e das deficiências públicas. No dia em que o BNDES chegar a essa perfeição, o Brasil estará em outro mundo, talvez no Primeiro, talvez no outro.

A escumalha paga impostos supondo que haja transplantadores de plantão no HC. Essa mesma turma paga salário ao doutor Elias. Pode ser pouco, mas vem de gente que tem menos que ele. E, se é tão pouco assim, por que o doutor não manda o HC às favas?

No mundo do doutor Elias as coisas funcionam assim: um trabalhador é atropelado a meio caminho entre o Sírio e o HC. É socorrido, mas não pode ser levado para o Sírio. Primeiro porque esse hospital não atende a esse tipo de caso. Segundo, porque não atende a malta do SUS. Vai para o HC e chega com morte cerebral. Tiram-lhe os rins, mas, como no HC não há plantão para transplantar os órgãos em doentes do SUS, o Sírio, que não recebe trabalhador atropelado como peça inteira, aceita o retalho. Lá, a equipe do doutor Elias faz os transplantes em pacientes que têm R\$ 30 mil para pagar.

Se tudo isso fosse pouco, há outro absurdo. Toda vez que uma equipe de médicos do sistema público de saúde capta órgãos de um cadáver, a patuléia do SUS paga R\$ 2 mil ao hospital que fez o serviço. Ou seja: a choldra pagou a retirada dos rins. Não havia plantonista nos hospitais públicos, e os rins foram para clientes privados da equipe do Sírio Libanês. Que tal devolver à ralé do SUS o dinheiro que ela pagou por dois rin\$ que acabaram privatizados?

31/01/98/ PAINEL DO LEITOR

Explicação

"O jornalista Janio de Freitas se deixou levar pelo ardor da argumentação em sua coluna de 18/1. Atribuiu os defeitos que vê na lei de doação de órgãos ao 'vício de governar pelas ditatorialescas medidas provisórias' e à 'sujeição do Congresso com a arma da corrupção política'. Errou. Na verdade a nova lei nasceu de um projeto de um senador de oposição. Por gestões do governo, seguindo uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde, a Câmara emendou o projeto para condicionar a remoção de órgãos ao consentimento expresso do doador em vida. O Senado, por unanimidade, rejeitou a emenda da Câmara e manteve o conceito de doação presumida. O presidente da República acatou a decisão do Congresso e sancionou a lei, por entender que ela representa uma esperança para os milhares de brasileiros na fila de transplante, apesar da controvérsia sobre a doação presumida." Eduardo Graeff, subchefe para Assuntos Parlamentares da Presidência da República (Brasília, DF)

BRASIL/18/01/98/JANIO DE FREITAS

Uma grande doação

A lei da doação de órgãos já fez, ela mesma, uma doação de valor extraordinário: fez com que cada um, na multidão dos apáticos que compõem o Brasil de hoje, aprendesse na própria carne que está submetido pelo atual governo a um autoritarismo que não respeita os direitos da pessoa nem os direitos coletivos, pondo-se acima da lei e à margem da Constituição.

A recusa generalizada à lei é provocada, claramente, não pela doação, mas pelo caráter impositivo do governo em relação ao corpo de cada um, à família e aos médicos.

Atestado a mais da prepotência, Fernando Henrique diz, e seu ministro da Saúde repete, que "a lei da doação não será mudada". Já não se trata, porém, de mantê-la ou não como é. O destino das imposições dessa lei está definido pela reação ao seu teor ditatorialesco.

Antes de suscitar impressão equivocada, esclareço que, em se encontrando em mim algo aproveitável, façam bom proveito (só recomendo escolha cuidadosa, porque não aceitarei devolução nem reclamações). Considero a doação de órgãos muito mais do que um gesto de humanidade: é um dever. Mas nem por isso me parece condenável quem prefira ter o corpo todo transformado em massa fétida e pútrida, indistinguível dos vermes que a devoram.

Dito o quê, passemos à outra característica da lei: a má-fé com que foi elaborada. Há infinitas maneiras de proporcionar a indicação da escolha pessoal, entre ser ou não doador. A um papelucho como o do CIC, por exemplo, para todas as pessoas, o governo preferiu um modo que dificultasse ao máximo os não-doadores. Daí a desestimulante necessidade, para se declarar não-doador, de tirar segunda via do documento de identidade ou de motorista, qualquer dos dois só alcançável ao fim de esforços neurotizantes e prazo indefinível.

Fusão de prepotência e má-fé é a exigência, sob risco de penalidades, de que os médicos se contaminem do autoritarismo fernandista e desrespeitem a recusa familiar à doação. Se houvesse o acesso fácil ao registro da escolha pessoal, nem seria exigido dos médicos o que não lhes compete, nem haveria motivo para intervenções familiares.

Mas prevaleceu o vício de governar pelas ditatoriais medidas provisórias e pela sujeição do Congresso com a arma da corrupção política. Muita gente, porém, começou a ver o que precisa ser visto para sua própria defesa.

Saúde?

A cada dia da semana surgiu uma denúncia nova de corrupção política e financeira no Ministério da Saúde. É o Ministério da Doença Moral. Mas não o único no governo.

26/02/98/ PAINEL DO LEITOR

Omissão de socorro

"Comete o crime de omissão de socorro o médico que deixa de efetuar o transplante em um paciente correndo o risco de morrer por ordem da família de um possível doador que se encontra em comprovada morte encefálica? Para a maioria dos médicos, a ética está acima da lei, e, nesses casos, apesar de a lei não prever, a ética pede que se consulte a família do doador. E, no caso de o médico estar entre optar pela ética médica e ficar sujeito a um processo penal e cível por parte da família do doador, que poderá lhe gerar graves consequências em nível moral? Qual será a opção? A lei de transplantes não previu punição para o profissional que deixasse de cumpri-la, no entanto, nestes casos, como está havendo um desrespeito à lei, é perfeitamente possível que se busque no ordenamento jurídico o remédio capaz de alcançá-los, no caso, como já citamos, em tese, o crime de omissão de socorro." José Aparecido Jacovós (Sarandi, PR)

08/08/98/ PAINEL DO LEITOR

Doação de órgãos

"Cumprimento o ministro José Serra pela proposta de mudança na lei de transplantes. Tal medida denota sensibilidade e coerência. Afinal, o Estado que não provê condições para a manutenção da saúde física e mental dos cidadãos não pode deter o direito de propriedade do corpo de ninguém." Mariza Monteiro Borges (Brasília, DF)

1999

Nenhum leitor trata do assunto

2000

09/06/00/PAINEL DO LEITOR

Esclarecimento

"Com relação ao artigo 'Um pâncreas no lixo', do jornalista Josias de Souza (Brasil, 4/6, à pág. A15), esclarecemos o que se segue.

1) A equipe médica da Unidade de Transplante de Rim da Divisão de Urologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no dia 1º/6, não foi comunicada pela Central de Transplantes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo que o doador J.L.S. (RGCT: 00864-1) teria o seu pâncreas doado e destinado a um receptor da lista de candidatos a transplante de pâncreas e rim desta unidade e, portanto, não pôde tomar as providências necessárias para a sua retirada.

2) A equipe médica responsável pela retirada dos rins da Divisão de Urologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo realizou a retirada dos rins de modo habitual, tendo sido previamente comunicada de forma regulamentar para esse fim pela Central de Transplantes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo esses rins transplantados em dois receptores da lista de candidatos da Unidade de Transplante de Rim do Hospital das Clínicas, selecionados pela Central de Transplantes.

3) O professor-doutor Telesforo Bacchella pertence à Divisão de Clínica Cirúrgica 2 - Cirurgia do Aparelho Digestivo e é um dos cirurgiões do Programa de Transplante de Pâncreas, não sendo sua atribuição nem sua responsabilidade a retirada de rins para transplantes.

4) O doente A.S.J. (RGCT: 07426-002), selecionado pela Central de Transplantes como potencial receptor do transplante de pâncreas e rim, doados no dia 1º/6 por J.L.S., encontra-se ainda em fase ambulatorial de avaliação clínica e, portanto, não está preparado para o transplante.

5) A Unidade de Transplante de Rim da Divisão de Urologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo realizou neste ano 60 transplantes de rins e 5 de pâncreas,

usando leitos em diversas áreas da instituição para atender a um maior número de doentes que aguardam na lista de candidatos da unidade e aproveitar totalmente os órgãos doados."

Sami Arap, vice-presidente da diretoria clínica do HC-FMUSP e presidente da Comissão de Transplante de Órgãos e Tecidos e José D'Elia Filho, superintendente do HC-FMUSP (São Paulo, SP)

*

Resposta do jornalista Josias de Souza _ No documento, seis parágrafos de texto, o HC não explica por que um pâncreas pronto para ser utilizado em transplante foi parar no lixo. Tampouco informa que providências foram adotadas para evitar que o episódio, recorrente, volte a se repetir. Como a carta não nega uma única linha do que publiquei, fica difícil entender a sua utilidade. Melhor seria se oferecesse uma boa explicação aos doentes que esperam na fila por um pâncreas.

BRASIL/04/06/00/NO PLANALTO/UM PÂNCREAS NO LIXO

Josias De Souza diretor da sucursal de Brasília

Há em São Paulo 172 doentes esperando por um transplante duplo de pâncreas e rim. São diabéticos, alguns em estado terminal. A lista era maior. Mas 12 não resistiram.

Só duas equipes médicas realizam esse tipo de transplante em São Paulo: uma do HC (Hospital das Clínicas) e outra da Beneficência Portuguesa. Ambas sofrem com a escassez de doadores.

Pois na noite da última quinta-feira um pâncreas pronto para ser transplantado foi parar na lata de lixo do HC. É o segundo pâncreas desperdiçado em menos de três meses. O outro foi para o lixo da Santa Casa de Misericórdia. Por trás dos dois episódios, há um roteiro em que se misturam muita burocracia, um certo descaso e nenhuma punição.

Passava das 20h da quinta-feira. Reunidos ao redor de um cadáver de peito aberto, médicos e enfermeiros estavam prontos para iniciar a retirada dos órgãos.

Aguardava-se apenas pela chegada de Telésforo Bacchella (pronuncia-se Baquela), o médico do HC que, imaginava-se no centro cirúrgico, cuidaria da extração de rins e pâncreas.

Em documento enviado ao HC na tarde daquela quinta, a Central de Transplantes da Secretaria da Saúde de São Paulo informara que o primeiro doente da lista de transplante duplo era do HC. Bacchella não apareceu. Aproveitaram-se o coração, o fígado e os rins. Doentes que estão pendurados na fila do transplante souberam do desperdício do pâncreas. Revoltaram-se.

Não se tratava, para piorar, de um pâncreas qualquer. O doador era jovem e saudável. Tinha cerca de 30 anos. Morreu atropelado. Tinha sangue O positivo, doador universal.

Bacchella soube da existência do doador "por acaso", em conversa com um médico residente do HC. Pediu a uma funcionária do hospital que discasse para a Central de Transplantes.

Soube, então, em caráter "extra-oficial", como diz, que o primeiro paciente da lista era mesmo do HC. Com o nome dele em mãos, Bacchella diz ter telefonado para a UTR (Unidade de Transplante Renal) do HC. Informaram-lhe, segundo conta, que o paciente constava da lista, mas estaria "inativo", jargão que, no mundo dos transplantes, identifica as pessoas cuja operação depende de providências adicionais _ exames complementares, por exemplo.

"Disseram-me que o segundo da lista era da Beneficência", diz Bacchella. "Pensei: bom, a Central de Transplantes avisa a outra equipe. Esta é a função deles."

A central não avisou, conforme reconhece o seu coordenador, Luís Pereira. "Foi um erro grave." A versão de Pereira inclui detalhe que contradiz um trecho da história de Bacchella. Segundo Pereira, ao contrário do que diz o colega, o paciente do HC estava em posição "ativa" e era, sim, o primeiro da lista.

Outro médico, Marcelo Perosa, da equipe da Beneficência Portuguesa, reforça: "Só há duas equipes fazendo transplantes de rim e pâncreas, nós e o HC. Não há paciente nosso em primeiro na lista. Logo, é do HC."

Antes que o pâncreas fosse descartado, um enfermeiro ainda ligou para Bacchella. Seguiu instruções de Milton Glezer, médico que coordena o departamento de captação de órgãos no HC. Aquela altura, o pâncreas ainda podia ser salvo, informa Glezer.

Bacchella disse ao enfermeiro, porém, que o órgão era do time da Beneficência. Ouvida, a Central de Transplantes autorizou o descarte do pâncreas. E a coisa ficou por isso mesmo.

Marcelo Perosa, da Beneficência, pedirá uma reunião extraordinária das pessoas envolvidas com transplante duplo em São Paulo. "Isso não pode mais acontecer", diz. "É um desrespeito com os pacientes." De fato, de fato.

20/06/00/PAINEL DO LETTOR

Órgãos mal-aproveitados

"A reportagem da Folha sobre transplantes de domingo último é um exemplo de bom jornalismo investigativo. De forma clara, são apontadas as virtudes e principalmente os problemas (e suas causas) das ações nessa área de saúde. A reportagem vai contribuir para que promovamos mais mudanças no setor." José Serra, ministro da Saúde (São Paulo, SP)

*

"É triste saber que as pessoas que necessitam de um transplante encontram tantas dificuldades e vários órgãos são perdidos por problemas de burocracia e demora nas comunicações. Sou um apologista da doação e há muito tempo coloquei uma observação e o número de telefone dos meus familiares na minha carteira de identidade autorizando a retirada de todos os órgãos." Altair de Almeida Costa (Belo Horizonte, MG)

16/08/00/PAINEL DO LEITOR

Transplantes

"Como presidente da ABTO (Associação Brasileira de Transplante de Órgãos), citada em artigo do jornalista Elio Gaspari de 13/8, agradeço a divulgação dada por ele ao seminário que realizaremos em Brasília. Merece reparo a afirmativa de que nossa entidade teria formulado, em 1996, uma 'proposta de privatização parcial dos órgãos a serem transplantados'. Uma das alternativas surgidas durante discussão sobre alocação de órgãos não aceita pela assembléia, não representando, portanto, a posição da ABTO, foi a de que, em cada doação (dupla), um dos rins ficasse com o centro que retirou os órgãos, sendo o outro destinado ao pool de pacientes. Esse sistema, que tem de positivo o estímulo à captação, prevê a alocação do órgão priorizando sempre o critério de melhor compatibilidade imunológica, aplicado a cada lista. Embora seja prática corrente em alguns países, a proposta foi rejeitada pelo temor que resultasse, em nosso país, em alguma forma de favorecimento. Como defensora intransigente da igualdade de acesso ao transplante para todos os pacientes, tendo por base, exclusivamente, critérios técnicos bem estabelecidos, a ABTO tem experimentado críticas e enfrentando resistências de algumas equipes, um pequeno número, é verdade. Acreditamos que a idéia de fazer com que os hospitais privados também participem do esforço de captação é medida das mais justas, não sendo admissível que para tal seja prevista, em troca, vantagem de qualquer natureza. Oportunamente, teremos satisfação de transmitir ao jornalista os resultados do seminário, com certeza uma série de medidas eficazes que contribuirão para maior efetividade da política nacional de transplantes, desenvolvida pelo Ministério da Saúde e que conta com irrestrito apoio da ABTO. Como entidade séria e comprometida com o desenvolvimento dos transplantes no Brasil, a ABTO tem plena consciência de sua responsabilidade e do incômodo que esse compromisso pode causar, por contrariar interesses diversos."

Henry de Holanda Campos, presidente da ABTO _Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (São Paulo, SP)

BRASIL/13/08/00/ELIO GASPARI

A volta dos caçadores de rins

Nesta semana realiza-se em Brasília um seminário organizado pela Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Chama-se "Transplantes: aumentar o número para garantir qualidade". Tem tudo para oferecer boas sugestões, livrando a entidade da urucubaca que ela pegou em 1996, quando formulou uma proposta de privatização parcial dos órgãos a serem transplantados.

A questão é simples: as equipes privadas de transplantes de rins (R\$ 25 mil) e de fígado (R\$ 40 mil) nunca engoliram a fila única, na qual seus pacientes abonados ficam junto com a turma do SUS. Um dos temas do seminário será a participação de hospitais privados no processo de captação e de retirada de órgãos. Não há idéia melhor do que ver essas instituições ajudando a captação. Não há idéia pior do que vê-las associadas à idéia de se instituir uma taxa de captação. Coisa assim: para cada dois rins retirados por equipes privadas, um vai para a rede pública e a outra fica com os clientes particulares.

É tunga. A maioria dos órgãos transplantados são retirados de jovens acidentados ou baleados, que morrem em hospitais públicos. Os grandes hospitais privados não atendem a choldra do SUS e não lhes passa pela cabeça atender casos de trauma. Na hora em que o motoqueiro arrebenta a cabeça num cruzamento de bairro elegante, ninguém o leva para o hospital particular da região. Instituída a taxa de captação, poderia acontecer a seguinte gracinha: o jovem trabalhador acidenta-se a dois quarteirões do hospital privado que para onde não pode ser levado. Vai para uma instituição pública e tem morte cerebral. Numa coincidência, chega a equipe de captação do hospital privado em cujas cercanias ele se acidentou, tira-lhe os dois rins e leva um consigo, para transplantá-lo num paciente da fila de

particulares, que é a dos doentes com algum dinheiro. Enquanto isso, um outro doente, que nada tem além do SUS e está na fila pública há mais tempo, continua lá.

11/11/00/PAINEL DO LEITOR

Vida decidida

"No atônito caso das irmãs siamesas Jodie e Mary, embora com dificuldade de uma vida prolongada, é de deixar perplexo a intervenção da Justiça Britânica em suprimir a decisão dos pais sobre a separação das irmãs e, pior ainda, colocando de imediato em risco a vida de Jodie com a magarefe de Mary. Independentemente de posição religiosa, a Justiça inglesa regride muito ao usar uma vida para salvar outra: isso servirá também como uma jurisprudência no caso de clonagem para efeito de transplante de órgão ou na geração de fetos para o comércio de medula óssea etc. Depois reclamam da Justiça brasileira!"

2001

20/04/01/PAINEL DO LEITOR

Saúde

"É louvável o trabalho realizado pelo Setor de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, reconhecido mundialmente. Quem possui parentes que sofrem de leucemia convive com a equipe multiprofissional que atende os pacientes e se emociona ao ver as fotos de pessoas que conseguiram vencer a doença. Por isso fiquei triste e revoltada ao saber que aquele hospital vai interromper os transplantes por falta de verba, fato que tem prejudicado até a compra de medicamentos para os doentes internados. O que têm a dizer a respeito do assunto os ministros da Saúde e da Educação e o presidente da República?" Maria Bernadete Travassos (Rio de Janeiro, RJ)

02/05/01/PAINEL DO LEITOR

Saúde

"Seria interessante esclarecer à leitora Maria Bernadete Travassos ('Saúde', 'Painel do Leitor', pág. A3, 20/4) que, com a Portaria GM/MS 1.217, de 13/10/ 99, o Ministério da Saúde passou a dispor de mecanismos para a cobertura de todos os procedimentos relacionados com o transplante de medula óssea. Com isso veio também para o Instituto Nacional de Câncer o registro de doadores e a coordenação nacional de busca nacional e internacional de doadores. Em 2000, todo o sistema foi revisto, e o Ministério da Saúde publicou várias portarias que hoje regulamentam esses transplantes. Como o Brasil, desde 1999, conta com mecanismos alinhados com um sistema de cobrança e pagamento, tornou-se rotineiro e público o transplante de medula óssea no Brasil e dispensável a captação de recursos por outros meios." Jeannine Leal, chefe da Divisão de Comunicação Social do Instituto Nacional de Câncer - Inca (Rio de Janeiro, RJ)

17/05/01/PAINEL DO LEITOR

Transplantes

"Em nome das 250 crianças renais crônicas da Fundação Criança Renal, a grande maioria delas aguardando um transplante de rim, parabênizo o dr. Raul Marino Júnior pelo excelente artigo 'O milagre dos transplantes' ('Tendências/ Debates', pág. A3, 15/5). Verdadeiramente, não há um ato de amor maior que doar um órgão àqueles que tanto sofrem, independentemente de nossas convicções religiosas." Thadeu Castello Branco e Silva, presidente da Fundação Criança Renal, e-mail: fund.cr@onda.com.br (Curitiba, PR)

*

"Parabéns à Folha por publicar o magnífico artigo sobre transplantes. Felicito também o colega médico Raul Marino Jr., pois, em 28 anos de medicina, jamais havia visto um neurocirurgião discorrer sobre espiritualidade como ele fez. Nós, médicos, e nossos pacientes precisamos dessas palavras tão belas, proferidas por um expoente da neurocirurgia no país." Paulo Duarte Lopes Panchorra, médico (Pirassununga, SP)

NACIONAL/15/05/01/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/O MILAGRE DOS TRANSPLANTES

A morte é uma coisa natural e todos os dias são uma preparação para ela; morrer é como voltar para casa

"Estabeleceu-se um elo muito forte entre a vida humana e a vida cerebral, o qual não pode mais ser rompido"

Neste fim de século, se nos perguntássemos qual foi o feito mais comovente e mais sublime da medicina em todos os tempos, não hesitaríamos em dizer que foi o milagre dos transplantes. Desde que Eva nasceu, em uma "clonagem" de uma costela de Adão, originando a humanidade, nada se pode comparar a este fato médico.

Hoje os transplantes não são mais uma curiosidade de laboratório nem fatos heróicos isolados. Transformaram-se, na maior parte dos países, numa rotina da cirurgia, que salva, anualmente, milhares de vidas preciosas. Somente nos Estados Unidos, que têm cerca de 300 milhões de habitantes, fazem-se 18 mil transplantes por ano em 270 centros especializados. Até março último, segundo dados da Unos (United Network for Organ Sharing), 68.371 pacientes encontravam-se na lista de espera.

Nesse mesmo país, cerca de 13 pessoas morrem diariamente aguardando um transplante e, com muita tristeza, fomos informados de que, no ano 2000, pelo menos 5.000 pessoas morreriam naquele país tão organizado porque um determinado órgão não chegaria a tempo!

A cada 16 minutos mais um nome é adicionado à lista de espera do National Organ Transplant Organization. Poderemos extrapolar esses dados numéricos para o Brasil, com nossos quase 200 milhões de habitantes? Sem dúvida, guardadas as proporções e considerando-se, sobretudo, o estado atual de nosso sistema de saúde, tão desigual. Segundo a ABTO (Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos), até dezembro de 1999 dispúnhamos de 200 centros ativos transplantadores.

Entretanto, e este agora é o grande problema, transplantes não podem ser efetuados sem doadores. Heróis são difíceis de achar _doadores vivos, doadores potenciais mantidos vivos em UTIs em respiradores artificiais e famílias esclarecidas que acabaram de sofrer a tragédia da perda de um ente querido. É preciso uma alta dose de altruísmo, solidariedade e generosa caridade cristã para transferir a própria vida, por nossa vontade, após nos despirmos das prisões da carne, ou consentir que um parente venha a compartilhar o dom da vida com alguém da lista nacional, após um infortúnio.

Até fins da década de 60 e princípios dos anos 70, a morte física era sempre inexorável: um trauma craniano, uma parada cardíaca ou respiratória levavam sempre a um desfecho fatal.

Um médico austriaco, Peter Safar, criou um novo capítulo em medicina, o da ressuscitação, tornando os intensivistas os piores inimigos da morte e os melhores amigos da vida. Hoje forte candidato ao prêmio Nobel, Safar demonstrou que a morte é um processo (que leva tempo para ocorrer) e não simplesmente um momento, como muitos pensam.

A tecnologia consegue hoje nos manter vivos, forçando-nos, inclusive, a mudar nossos antigos conceitos de morte, que desde tempos imemoriais eram definidos apenas pela parada da respiração e dos batimentos cardíacos. Graças a ela, cerca de 50% das mortes súbitas são revertidas pela ressuscitação cardiopulmonar e mais de 100 mil vidas são salvas por ano com esse método.

Em um congresso internacional realizado em Cuba, em fins de fevereiro último, 40 países e suas delegações de médicos, neurocirurgiões, fisiologistas, teólogos e filósofos se reuniram _já pela terceira vez_ a fim de redefinir os modernos conceitos de coma e da morte do cérebro. Concluíram que a morte é um acontecimento que toca a toda a comunidade, do ponto de vista sociológico, médico, político e religioso, não sendo monopólio de nenhuma dessas áreas, pois esbarra no sagrado.

A morte, assim como o nascimento, é um efeito secundário da vida. Ela é o risco que corremos por estarmos vivos e ela ocorre ao mesmo tempo em que acontece a morte do cérebro _a chamada "morte humanística", em que alguns sinais vitais são mantidos por drogas e respiradores.

A unidade do organismo se dissolve com a morte global do cérebro, que geralmente prenuncia uma assistolia inevitável, em horas ou dias. O cérebro é o único instrumento ou órgão que nos separa da condição humana. Sem ele somos quase vegetais. A morte é uma coisa natural e todos os dias são uma preparação para ela. Morrer é como voltar para casa; não é o fim, apenas o começo, pois a morte é uma continuação da vida e o céu é o nosso lar.

Toda religião prega uma eternidade, uma outra vida. Os que temem a morte são os que acreditam que o fim definitivo é aqui neste mundo, do qual ninguém sairá vivo. Poucos acreditam que não somos o nosso corpo e que a morte é apenas uma mudança.

A famosa doutora Elizabeth Kubler-Ross, que entrevistou milhares de pacientes terminais _cerca de 20 mil_, afirma que o corpo é como um casulo que aprisiona a borboleta, um útero grávido que aprisiona a criança. Para ela, morrer é como deixar nossas cascas, do mesmo modo que uma borboleta deixa seu casulo para a percepção de uma nova vida num momento glorioso.

Ela afirmava também que dizer ao mundo que a morte não existe era sua grande missão e que a morte é uma espécie de formatura na escola da vida, sendo ela apenas uma transição de uma para outra existência, em que não há mais angústia ou sofrimento. O nascimento e a morte são experiências semelhantes: cada uma delas é o começo de uma nova viagem.

Entretanto a vida do homem não é outra coisa senão a vida de seu cérebro. Como dizia o padre Charbonneau, "toda vida humana é cerebral e depende de uma organização sistêmica, que, se for interrompida por um acidente qualquer, deixa de existir, tornando-se o homem apenas uma máquina em decomposição. Se toda vida humana só pode ser cerebral, o mesmo ocorre com a morte. Esta se produzirá com a morte do cérebro. Quando o cérebro entra na letargia que se origina pela lesão irrecuperável dos neurônios, a vida acaba e é a morte que triunfa. O resto é divagação.

Estabeleceu-se um elo muito forte entre a vida humana e a vida cerebral, o qual não pode mais ser rompido. Pretender ignorar isso seria resignar-se a ficar por fora do assunto em relação ao estágio atual dos conhecimentos científicos. É, pois, ao nível do cérebro que se deve situar a morte. O homem despojado da força de seu cérebro é apenas um cadáver. É nesse parentesco cerebral que a vida e a morte revelam sua trágica unidade".

Contudo somente um esforço científico constante, como o que tem sido realizado nas últimas décadas, depois do advento do milagre dos transplantes, tem permitido estabelecer os critérios extremamente rígidos utilizados hoje em dia pela medicina para determinar o momento exato da morte. Poderá, então, a medicina de hoje declarar, com razão, que um indivíduo está morto, mesmo que apresente ainda alguns sinais exteriores de vida?

Os exames clínicos e o exame neurológico ainda são soberanos, assim como a apnéia, ou parada respiratória, conhecida desde a mais remota antiguidade. Nos últimos anos, muitos e importantes testes médicos e laboratoriais, chamados de testes confirmatórios da morte cerebral, vêm se desenvolvendo. Eles demonstram que, depois de certas alterações fisiológicas irreversíveis do ponto de vista médico, o corpo deseja morrer, pois se torna instável e incapaz de manter seus processos vitais básicos, morrendo uma "segunda morte" com a parada definitiva do coração e a putrefação que começa minutos depois.

Essas são verdades duras, que todos preferiríamos ignorar, mas a medicina trouxe um lado sobre-humano e sublime à fealdade da morte, tornando-a nobre e generosa: o milagre das doações e o prodígio dos transplantes.

O milagre dos transplantes foi-nos concedido neste século como um dom das modernas conquistas médicas e científicas. Ele surgiu como um dom do Criador a nós, pobres mortais, demonstrando que a medicina existe para o homem e não o homem para a medicina e, neste ponto, nossa medicina cruza com a filosofia moral, com uma nova ética e com uma renovada teologia, pois o médico só pode existir em razão de sua relação com o doente.

Os transplantes, ligados intimamente que estão ao ato supremo das doações, surgiram como que para testar nossas virtudes de solidariedade humana, nosso altruísmo, nossa generosidade, nossa piedade, nossa compaixão, nossa filantropia, nossa benevolência, nossa bondade, nosso amor ao próximo, nosso espírito humanitário, nossa indulgência, nossa excelência moral, nossa grandeza de alma, nossa misericórdia, nosso espírito de socorro, amparo e auxílio e, sobretudo, a virtude mais decantada nos Evangelhos: o amor e a caridade.

É gratificante observar que, num dos séculos mais materialistas que a humanidade já atravessou, tantas famílias tenham compreendido a nobreza da doação de órgãos a ponto de permitir que milhares de vidas venham a ser salvas anualmente em função de seu heróico desprendimento.

Esse, a nosso ver, é o verdadeiro significado dos transplantes hoje: permitem que nós, pobres médicos, sejamos meros instrumentos tentando imitar o milagre da ressurreição, procurando _depois da morte_ continuar a oferecer a vida, revivendo a parábola: "Estava doente e cuidaram de mim!", pois somente o ato heróico de sacrificar a própria vida por outrem irá nos proporcionar a verdadeira experiência de termos estado vivos.

Enquanto nossos laboratórios de pesquisa não resolverem o problema dos xenotransplantes, que nos permitirão receber órgãos de outros animais, ou o problema da clonagem de órgãos específicos, que já estão sendo elaborados em alguns centros, experimentalmente, a doação espontânea continuará constituindo um dos atos mais sublimes como apanágio da espécie humana _um momento que justifica toda uma vida.

Tem sido primoroso o trabalho das Organizações de Procura de Órgãos, que, desde 1997, são gerenciadas pela Secretaria de Saúde, junto com a criação da lista única de receptores, democratizando o sistema de doações. São dezenas de jovens enfermeiros e enfermeiras, orgulhosos de seu extenuante trabalho de correr os hospitais de todo o Estado à procura de potenciais doadores. É reconfortante e

inspirador observar a tarefa desses jovens idealistas com as famílias inconsoláveis, que acabaram de perder seus entes queridos. São eles que "ousam fazer aquela temida pergunta que ninguém gostaria de ouvir".

Fico assombrado, muitas vezes, quando constato que a influência da mídia, em relação aos transplantes, é maior que a da religião, podendo ser utilizada como instrumento de esclarecimento às doações de órgãos, com notícias bem elaboradas, informações sobre novas leis de doações etc.

Vemos a resistência e as recusas às doações elevarem-se até 60% depois de campanhas de esclarecimento ao público, como o famigerado "efeito Camila", propalado por uma simples novela, que despertou e motivou os doadores de medula. Milhares deixarão de morrer como consequência.

Há tempos vimos procurando um termo que definisse quem procure impedir a realização de uma doação que salvará muitas vidas e encontramos essa definição: um monstro! Seja ele médico ou legislador.

Raul Marino Jr. é neurocirurgião e professor titular de Neurocirurgia da Divisão de Clínica Neurocirúrgica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

20/06/01/PAINEL DO LEITOR

Doação e Chagas

"A doação de órgãos do músico Marcelo Fromer para transplantes, além de ação solidária e magnânima, representou forte estímulo para que outras atitudes iguais fiquem cada vez mais comuns.

Uma circunstância animou-me a efetuar comentário específico. Refiro-me ao fato de o coração ter sido implantado em receptor acometido de doença de Chagas, importante endemia parasitária ainda existente no Brasil. Programas referentes a tal conduta estão em curso em algumas instituições hospitalares nacionais, que agem de forma pioneira no contexto mundial. Muitos importantes conhecimentos já ficaram consolidados, mas ainda é preciso promover determinados aprimoramentos.

A fila para respeitar a necessidade de grande número de pacientes constitui providência louvável, mas os seus idealizadores deveriam ver que certos procedimentos ainda requerem avanços. A espera generalizada inclui os enfermos que têm a citada doença, e isso arrefeceu os planos concernentes a ela. Em nenhum país desenvolvido _nos quais essa parasitose inexistente_ sucederão as observações aptas a propiciar os detalhamentos convenientes. Por isso julgo que intentos investigatórios devam ser encarados como prioritários." Vicente Amato Neto (São Paulo, SP)

27/06/01/PAINEL DO LEITOR

Hepatite C

"Como infectologista que trata de pacientes com Aids desde a época do AZT, fico muito feliz em poder prescrever o que há de melhor aos meus pacientes graças ao arrojo e aos acertos do Programa Nacional de DST-Aids, impulsionado pelas ONGs. Acredito que agora seja o momento de enfrentar com a mesma competência um problema de complexidade semelhante e dimensão maior, a hepatite C.

A doença acomete um número de pessoas sete vezes maior que o de vítimas do HIV _em torno de 2% da população mundial, algo como 170 milhões de pessoas_ e é hoje a maior causa de cirrose e de transplante hepático no mundo. É desnecessário imaginar o impacto econômico e médico dessa doença, prevendo-se nos próximos anos um crescente aumento do número de mortes relacionadas ao vírus C. Assim, urge que a sociedade se conscientize desse desafio e que o governo concretize e tire do papel a portaria 639 do Ministério da Saúde e o Programa Estadual de Hepatites Virais em nosso Estado e disponibilize, com celeridade, os 'interferons peguillados', que são mais eficazes que os atuais e reduzem, assim, o custo final (elevado) e a morbidade (incomensurável) dessa grave e prevalente patologia." Evaldo Stanislaw Affonso de Araújo (Santos, SP)

22/08/01/PAINEL DO LEITOR

Saúde

"No artigo 'Saúde à venda nos hospitais universitários' (Opinião, pág. A3, 20/8), o professor José Aristodemo Pinotti emite sua opinião contrária ao atendimento de pacientes particulares e conveniados nos hospitais universitários e públicos _até o limite de 25% dos leitos existentes. É inegável a viacruéis dos usuários do SUS, que, tendo o tratamento de suas doenças postergado, são certamente condenados à morte _dentro de um tempo previsível e com registros até nos livros de ensino médico.

Contudo não é possível aceitar a afirmação de que 'a minha disciplina tem mais de cem casos de câncer ginecológico e mamário na fila de espera para cirurgia, muitos deles desenvolverão metástases antes de conseguir vagas. Cria-se a prática odiosa, anti-social e discriminadora de atendimentos diferentes para os que pagam e para os que não pagam'. Além de tentar melhorar a dinâmica de atendimento de 'seu serviço', certamente deveria recorrer ao CRM e ao Ministério Público, além de

responsabilizar criminalmente a Secretaria e o Ministério da Saúde, já que agora tornou pública a sua cumplicidade na prática que julga odiosa. Devido a características próprias, os tumores ginecológicos e mamários não aguentam 'filas organizadas', como a dos candidatos a transplante de órgãos. A Constituição Federal de 1988 outorgou o direito à saúde e à universalidade do SUS, condições ainda virtuais, pois não os proveu dos meios necessários para viabilizá-las de forma realista. Entretanto é inegável que o governo pode e deve propiciar atenção à saúde em nível primário e secundário. E a atenção especializada deve ser gratuita aos que não têm recursos e, conseqüentemente, não têm cobertura própria, de convênios ou das empresas a que estão ligados." Erasmo M. Castro de Tolosa, professor titular do departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP (São Paulo, SP)

NACIONAL/20/08/01/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/SAÚDE À VENDA NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Senhores senadores e deputados, o hospital universitário é de todos, e há formas éticas de aumentar a arrecadação

José Aristodemo Pinotti

Recentemente, uma fundação ligada à Faculdade de Economia da USP, a Fipecafi, organizou um curso de graduação pago, usando fundos da universidade. A imprensa e a universidade escandalizaram-se, com justa razão, e a faculdade recuou. Não é ético usar instituições públicas para vender serviços privados. Mas, paradoxalmente, o Ministério da Saúde, a imprensa e alguns superintendentes de hospitais universitários festejam a aprovação preliminar no Senado da legalização do atendimento pago, usando 25% dos leitos públicos dos hospitais de ensino, por meio de suas fundações.

Nunca consegui aceitar como correto oferecer para pacientes privados, mediante pagamento, em hospitais universitários, atendimento diferenciado, sem filas, com melhores acomodações e entrada especial, sem sensibilidade com a contrastante demanda reprimida e com as filas de espera dos doentes do SUS, que têm nesses hospitais a única possibilidade de serem atendidos em ações de maior complexidade. Não consegui impedir esse equívoco dentro do Hospital das Clínicas, onde trabalho.

Os argumentos para justificar esse atendimento diferenciado são: ele faria os médicos trabalharem em tempo integral _há sete anos, a segunda porta é praticada no ICHC (Instituto Central do Hospital das Clínicas) e não houve influência no regime de trabalho dos médicos_ e a segunda porta renderia recursos significativos para a instituição.

Para analisar o que os hospitais vão receber com essa prática (excluindo-se os honorários, que vão direto para os profissionais), tomo por base o ano de 1997, com dados do próprio ICHC: o faturamento decorrente do atendimento aos pacientes privados e de convênios foi de R\$ 3.187.701; o faturamento de procedimentos do SUS foi de R\$ 109.775.548; e o orçamento governamental executado, de R\$ 150.095.428. O rendimento com convênios e privados representou apenas 1,2% do faturamento total. Cai por terra o argumento de que tais recursos melhorariam significativamente as finanças.

Quais seriam, senhores congressistas que irão julgar a matéria, as razões reais, os inconvenientes e as alternativas de solução? A Câmara tem de conhecê-los para permitir que o ato do Senado (possivelmente decorrente de informações distorcidas) seja corrigido.

Razões reais: nada mais lucrativo para um professor como eu (que, ao lado de muitos outros, sempre se negou a fazê-lo) do que usar o hospital universitário, seus equipamentos, seus residentes e sua reputação para atender pacientes privados e cobrar honorários; nada melhor para um governo que quer colocar cada vez menos dinheiro em saúde do que seus hospitais de referência terem outras fontes de sustento. Mas, aí, eles se enganam, pois não houve diminuição do orçamento público desses hospitais com a prática da segunda porta _gasta-se até mais para organizá-la.

Inconvenientes: retiram-se 25% de leitos e, frequentemente, muito mais dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos mais complexos dos usuários do SUS. Ora, a minha disciplina tem mais de cem casos de câncer ginecológico e mamário em fila de espera para cirurgia, muitos deles desenvolverão metástases antes de conseguir vagas. Cria-se a prática odiosa, anti-social e discriminadora de atendimentos diferentes para os que pagam e para os que não pagam.

Alternativas: como a maioria dos professores de medicina, nada tenho contra o atendimento de pacientes, de qualquer nível social, nos hospitais universitários. Eles devem ser abertos a todos, igualmente. Atendemos hoje de 20% a 30% de pacientes de planos de saúde _eles não são identificados como conveniados e suas contas não são cobradas dos planos. Ora, basta identificá-los e usar a lei já aprovada da obrigatoriedade do ressarcimento, pelos planos de saúde, aos hospitais universitários dos gastos com os pacientes ligados a planos. Outra alternativa: usar os recursos das fundações _que todos os hospitais universitários têm_ para melhorar e ampliar o atendimento.

Não há razão para as fundações guardarem e aplicarem dinheiro no mercado financeiro ou fazerem compras desastradas de imóveis inúteis _ como fez a Fundação Faculdade de Medicina. Usando os recursos para as finalidades reais das fundações, aumentaríamos o atendimento do SUS, tão necessário para a população carente. Se o aumento fosse de 10%, o faturamento no ICHC da USP, para voltar ao exemplo inicial, cobriria com sobra o que o hospital arrecada com pacientes privados.

Em síntese, senhores senadores e deputados, o hospital universitário já é de todos, e há formas éticas de aumentar a arrecadação deles. Se essa lei for aprovada, será distorcida e usada para interesses escusos, o que aumentará a demanda reprimida dos "pobres doentes pobres", que são a maioria sem voz, sem informação e sem poder de pressão.

E o Congresso esta aí para representá-los e defendê-los.

José Aristodemo Pinotti, 66, médico, é professor titular da Faculdade de Medicina da USP. Foi deputado federal (1994-1998), secretário da Educação (1986-1987) e da Saúde (1987-1991) do Estado de São Paulo e reitor da Unicamp (1982-1986).

03/012/01/PAINEL DO LEITOR

Anvisa

"Em relação à reportagem "Gerente da Anvisa contraria parecer e registra remédio", é absolutamente falsa a afirmação de que o registro do medicamento ciclosporina da Abbott como genérico foi concedido contrariando o parecer técnico do professor José Gomes de Pinho. O parecer teve a finalidade restrita à determinação do conteúdo das cápsulas para fins de classificação farmacotécnica dos medicamentos. O registro como genérico foi concedido à ciclosporina da Abbott porque a 'diferença' constatada entre o conteúdo da cápsula desta ciclosporina e o da cápsula do Sandimmun Neoral, da Novartis, que é o medicamento de referência, diz respeito apenas a características físico-químicas. Essa diferença em nada interfere na eficiência terapêutica da ciclosporina da Abbott, que foi devidamente comprovada pelos ensaios de bioequivalência realizados rigorosamente dentro dos requisitos da legislação brasileira. Também é absurda e irresponsável a correlação feita entre a data de concessão do registro do medicamento ciclosporina da Abbott como genérico _7 de maio de 2001_ e a publicação do resultado da licitação da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo _15 de maio_. A ciclosporina que venceu a licitação em São Paulo foi o Gengraf, da Abbott, que é medicamento similar, registrado em 29 de setembro de 2000 pela Gerência Geral de Medicamentos da Anvisa, e não pela Gerência Geral de Medicamentos Genéricos, que nada teve a ver com a aprovação desse medicamento. É mentirosa e leviana a afirmação de que eu neguei que 'houvesse pedido o parecer' em depoimento ao Ministério Público Federal. O que declarei é que não conhecia o professor José Gomes de Pinho, o que é verdade. Também disse que não me recordava de que tinha solicitado o parecer a um professor com esse nome, o que também corresponde à verdade. Há que se considerar que, na condição de gerente-geral de Medicamentos Genéricos, solicito, semanalmente, dezenas de pareceres a técnicos competentes, com os quais não mantenho necessariamente relação pessoal." Vera Valente, gerente-geral de Medicamentos Genéricos da Anvisa (Brasília, DF)

*

"A reportagem "Gerente da Anvisa contraria parecer e registra remédio" (Brasil, pág. A5, 1º/11) baseia-se em um conjunto de alegações equivocadas, mentirosas e mal-intencionadas que tinham sido totalmente refutadas em nota encaminhada na sexta-feira ao jornal, que não a levou em conta. O jornal comete até erros elementares, como dizer que a dra. Vera Valente é a gerente-geral de Medicamentos da Anvisa. A ciclosporina é um medicamento vital para pacientes que sofreram um transplante de rim e deve ser tomada por toda a vida. O custo da entrega do medicamento cabe ao SUS. A ciclosporina genérica Abbott, que o jornal colocou colocou sob suspeita, foi cuidadosamente analisada pela Agência, e não paira nenhuma dúvida sobre a sua intercambialidade, ou seja, ela substitui a original da Novartis. A essa conclusão já havia chegado a agência americana _FDA_, que aprovou totalmente o registro do medicamento da Abbott. Na verdade, o que ocorre é uma luta pelo mercado. No ano passado, uma caixa com cem cápsulas de 100mg de ciclosporina da Novartis custava R\$ 614,88, e o genérico da EMS custava R\$ 421,42. A recente licitação de São Paulo apresentou o preço de R\$ 200,00 para o produto da Abbott. Essa queda de preços é fruto da ação do Ministério da Saúde, por meio da implantação da política de genéricos e de uma sistemática e agressiva política de compras públicas." Gonzalo Vecina Neto, diretor-presidente da Anvisa (Brasília, DF)

NACIONAL/01/12/01/BRASIL GERENTE DA ANVISA CONTRARIA PARECER E REGISTRA REMÉDIO

Dias após aprovação, laboratório favorecido venceu licitação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo

Da Sucursal De Brasília

A gerente-geral de Medicamentos Genéricos da Anvisa, Vera Valente, contrariou um parecer técnico ao conceder registro a um medicamento do laboratório Abbott, usado em pacientes que fizeram transplantes de órgãos. Uma semana depois, o Abbott venceu licitação da Secretaria de Saúde de São Paulo para vender o produto.

A aprovação de Vera Valente ocorreu no dia 7 de maio deste ano. O resultado da licitação paulista foi anunciado no dia 15 de maio. O produto em questão é o Gengraf, que foi registrado como um medicamento genérico pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Documentos sobre o caso foram divulgados ontem pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal. Reforçam acusação feita à Folha pelo diretor de Medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima, de que a Gerência Geral de Medicamentos Genéricos da agência, dirigida por Vera Valente, é um "balcão de negócios".

Parecer

No dia 16 de abril de 2001, por exemplo, Vera Valente encomendou um parecer técnico sobre a ciclosporina da Abbott ao professor José de Pinho, habitual colaborador da Anvisa.

A gerente queria evidências de que o medicamento poderia ser registrado como um genérico. As especificações de um genérico são dadas pelo primeiro produto admitido pela Anvisa com determinadas características. Neste caso, a referência é o Sandimmun Neoral, da Novartis.

No dia 27 de abril, a resposta do professor Pinho foi: "O conteúdo do Neoral apresenta-se sob a forma de microemulsão, enquanto o conteúdo do Gengraf está na forma de suspensão. Do exposto, infere-se que o produto Gengraf difere substancialmente do Neoral".

Após receber o documento, Vera Valente não só o desconsiderou ao conceder o registro em 7 de maio como também negou que houvesse pedido o parecer.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, no dia 24 de agosto deste ano, afirmou que "não conhece o dr. José de Pinho, não se recordando de que tenha solicitado qualquer parecer a esse consultor".

Investigação

Na última quarta-feira, o diretor-presidente da Anvisa, Gonzalo Vecina Neto, pediu a abertura de uma investigação para apurar a existência de um "balcão de negócios" na agência. O caso foi entregue à corregedoria interna do órgão.

O autor da denúncia, o diretor Luiz Felipe Moreira Lima, discordou. "Acho que se é para investigar mesmo, o caso deve ser levado ao Ministério Público e não a uma instância da Anvisa", disse.

No Congresso, a oposição também pretende apurar possíveis irregularidades na Anvisa. A deputada federal Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) protocolou requerimentos pedindo a convocação do ministro José Serra (Saúde) e dos diretores Gonzalo Vecina Neto e Luiz Felipe Moreira Lima em três comissões: Defesa do Consumidor, Segurança Social e Fiscalização e Controle.

Nota da Redação _ Leia abaixo a seção "Erramos".

21/12/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Acho absurda a posição dos que estão contra a clonagem de órgãos humanos, pois estão contra a ciência. De que valerão tantos experimentos se não for possível clonar órgãos humanos? Inicialmente, houve oposição aos transplantes. Quantas vidas foram e continuam sendo salvas? Quantos não morreriam se não houvesse os transplantes? Se atendêssemos à falsa moral, estaríamos ainda na época em que se acreditava _para não morrer na fogueira_ que a Terra era o centro do universo." Olavo Príncipe Credidio (São Paulo, SP)

FOLHA DE S.PAULO a clonagem

1996

Nenhum leitor trata do assunto

1997

28/02/97/PAINEL DO LEITOR**Clonagem**

"Tem gente que nem entendeu direito o que é uma clonagem e já está falando besteira. Em primeiro lugar, um clone é como um xerox: parece o original, mas não é.

Em segundo: duplicar um animal irracional é uma coisa. Duplicar um ser humano já é outra história.

A clonagem duplica apenas a carga genética, com suas características físicas e intelectuais. Não duplica os conhecimentos adquiridos, que fazem uma pessoa 'ser o que ela é'.

Ou seja, todo indivíduo não é fruto somente de características genéticas, mas o resultado da combinação destas com as influências do meio em que ele viveu. Podemos duplicar Hitler, mas sem a Alemanha da década de 30 ele jamais começaria a Terceira Guerra Mundial." Lauro Ney Batista (São José dos Campos, SP)

08/03/97/PAINEL DO LEITOR**Multiuso**

"Um clone serve para muitas coisas: prover cientistas alienados de espantosas verbas de pesquisa, fornecer aos poderes totalitários novos meios de extermínio da liberdade, além de servir à sua principal finalidade, que é a de dessacralizar e desumanizar o mundo de um modo ainda mais radical que a bomba atômica." Luiz Nazário (São Paulo, SP)

10/03/97/PAINEL DO LEITOR**Clonagem**

"A notícia do clone preocupa religiosos, sociólogos e moralistas, fazendo alguns menos preparados sacarem do fundo da cartola a demoniologia como responsável pelo milagre cientificista. Entretanto, nada houve que já não houvesse havido.

A ciência, repetindo a natureza, uniu a célula do corpo do macho a ser copiado (poderia ser também uma fêmea) a um óvulo não inseminado de uma fêmea, fundindo-os por meio de uma centelha elétrica (como aconteceu na natureza) dentro de um meio próprio (o caldo primordial)." Manoel Magnavita (Salvador, BA)

1998**13/01/98/PAINEL DO LEITOR****Clonagem**

"É bom que as lideranças mundiais comecem a 'colocar as barbas de molho', pois esse tal cientista Richard Seed, ao que parece, não está para brincadeiras. O homem, no afã de aprofundar-se, cada vez mais, em busca da fama e da fortuna, esquece-se de que existem limites naturais e sobrenaturais que o colocam na condição de simples criatura. O egocentrismo, no entanto, o faz pensar que pode ser Deus. Com relação à clonagem, seria conveniente que as pessoas que detêm o poder e os destinos da humanidade se empenhem em discutir e analisar o que poderá ocorrer, caso esse louco e/ou outros 'clonadores' ponham em prática seus intentos. Poderemos ter o 'retorno' da Torre de Babel. Senhores cientistas do mundo, lembrem-se de que vocês são simples criaturas, com a permissão de prestar serviço à humanidade. A ética e a moral são fundamentais em suas funções." Eduardo Grigolo (Jundiá, SP)

NACIONAL/08/01/98/PRIMEIRA PÁGINA/FÍSICO TENTARÁ CLONAGEM DE SER HUMANO

Richard Seed, físico desempregado de Chicago (EUA), está levantando verba para tentar a primeira clonagem humana, relata Carlos Eduardo Lins da Silva. Cientistas respeitados acham que Seed, envolvido em pesquisas sobre fertilidade desde os anos 70, tem meios de realizar o projeto.

NACIONAL/08/01/98/MUNDO/CIÊNCIA/FÍSICO DESEMPREGADO TENTA CLONAR HUMANOS

Carlos Eduardo Lins Da Silva de Washington

Um físico da cidade de Chicago, Meio-Oeste dos EUA, está levantando verbas para fazer a primeira clonagem humana da história.

Richard Seed, atualmente desempregado, esteve envolvido em vários projetos de pesquisa na área de fertilidade desde os anos 70.

Cientistas respeitados acham que ele tem condições técnicas para realizar a clonagem. Mas muitos, inclusive amigos, duvidam que Seed vá levar o projeto ao fim.

Uma comissão formada pelo presidente Bill Clinton para recomendar políticas públicas sobre clonagem sugeriu no ano passado que seja votada lei para proibi-la.

O presidente vetou o uso de verbas públicas para conduzir experimentos de clonagem humana e pediu ao setor privado que o imite.

Seed afirma que precisa de US\$ 2 milhões para realizar a clonagem e já tem "umas poucas centenas de milhares de dólares". Ele também diz ter selecionado quatro casais para o projeto. O favorito é formado por homem e mulher inférteis.

Clonagem é um método para reproduzir animais adultos anunciado em 1997 na Escócia, com a criação da ovelha Dolly. Seed afirma ter se inspirado na experiência para conceber o seu projeto.

Para concretizá-lo, Seed (palavra inglesa que significa semente) terá de retirar uma célula do corpo da pessoa que queira ser clonada. Depois, por meio de uma descarga elétrica, precisará fundir os genes daquela célula com a célula de um óvulo especialmente tratado e que tenha tido seus próprios genes removidos. A célula do óvulo então irá crescer em laboratório até se tornar um embrião, o qual, depois, será implantado no útero de uma mulher e se desenvolver até se tornar uma pessoa geneticamente idêntica ao doador original.

Líderes religiosos, políticos e muitos cientistas acham que esse procedimento tem problemas éticos insuperáveis e deve ser proibido. Também se acredita que ele possa ter diversos riscos médicos.

Mas, de acordo com Yury Verlinsky, diretor de um instituto genético em Chicago, não é difícil tentar a clonagem humana e qualquer cientista capaz de realizar alguns procedimentos corriqueiros em tratamento de fertilidade, inclusive Seed, poderá fazê-lo.

Seed afirma ter o compromisso de "diversos médicos" para ajudá-lo. Mas ele não deu nomes. Vários médicos que são amigos de Seed foram ouvidos por agências de notícias ontem e apenas um, Harrieth Hasson, disse que considera a possibilidade de auxiliá-lo.

Mas Hasson também afirmou que só entra no projeto de Seed se ele for aprovado por uma comissão de ética médica. Seed diz que irá submeter seu projeto a uma comissão desse gênero.

Lori Andrews, do Departamento de Ética do Chicago-Kent College, diz que nenhuma comissão de ética médica aprovará o plano de Seed. "Mesmo nos experimentos com animais há riscos de mutação e morte para o filhote nascido da clonagem. Mas ainda que o procedimento já fosse seguro, haveria a possibilidade de problemas psicológicos sérios para a criança."

Seed afirma que, se for proibido de realizar seu projeto nos EUA, irá tentar transferi-lo para algum país da América Latina e citou o México entre as suas prioridades.

Com agências internacionais

19/01/98/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"O leitor Eduardo Grigolo ('Painel do Leitor', 13/1) parece assumir ares de detentor da verdade ao chamar de louco o pesquisador americano Richard Seed, que seguramente não obteve todos os seus títulos por mero acaso. Assim como o Estado deve ser separado da igreja, a ciência também o deve. Ela, em si, não viola a ética e a moral quando busca a ampliação do conhecimento. O elemento transgressor é o mau uso desses conhecimentos adquiridos por meio da ciência." Marcus Alexandre Pires (São Paulo, SP)

21/01/98/PAINEL DO LEITOR

Inquisição e clonagem

"Não dá para acreditar que recomeçou a polêmica sobre a clonagem. É incrível que, mesmo após tanto desenvolvimento tecnológico, as pessoas ainda conservem primitivos temores tribais e, principalmente, retrógrados conceitos de base religiosa. A medicina que hoje salva vidas é a mesma que foi excomungada no passado. A Inquisição da Idade Média deu lugar aos (de)formadores de opinião de hoje. Que idiotices, no futuro, nossos netos terão nos livros de história? Quando será que realmente vamos evoluir?" Lauro Ney Batista (São José dos Campos, SP)

27/12/98/PAINEL DO LEITOR

Inútil

"Não sabemos qual utilidade terá a clonagem humana pretendida pela Coreia do Sul. Eles, como nós, os japoneses, são todos iguais." Shigueyuki Yoshikuni (Lins, SP)

1999

Nenhum leitor trata do assunto

2000**11/11/00/PAINEL DO LEITOR****Vida decidida**

"No atônito caso das irmãs siamesas Jodie e Mary, embora com dificuldade de uma vida prolongada, é de deixar perplexo a intervenção da Justiça Britânica em suprimir a decisão dos pais sobre a separação das irmãs e, pior ainda, colocando de imediato em risco a vida de Jodie com a magarefe de Mary. Independentemente de posição religiosa, a Justiça inglesa regride muito ao usar uma vida para salvar outra: isso servirá também como uma jurisprudência no caso de clonagem para efeito de transplante de órgão ou na geração de fetos para o comércio de medula óssea etc. Depois reclamam da Justiça brasileira!" Ricardo Fernandes Pereira (São Paulo, SP)

2001**01/04/01/PAINEL DO LEITOR****Ciência daqui**

"Ao cumprimentar a editoria de Ciência pela frequência e pela qualidade com que divulga a produção científica gerada no país _ como nas reportagens 'Nasce o primeiro clone animal brasileiro', de 22/3, e 'Paraná desenvolve laranja transgênica', de 23/3 _ gostaria de destacar que os sucessos hoje relatados decorrem de anos de dedicação de equipes de pesquisadores que, mesmo em condições adversas, mantém a chama da ciência nas instituições públicas desse imenso país." Glaci T. Zancan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e professora da Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR)

NACIONAL/22/03/2001/CIÊNCIA/NASCE O PRIMEIRO CLONE ANIMAL BRASILEIRO

Experimento da Embrapa usou célula de embrião para produzir 'cópia' de bezerro sem fecundação natural

da sucursal de Brasília
Vitória, uma bezerra da raça simental, é o primeiro animal clonado no Brasil. O animal, que nasceu no último final de semana, é resultado de pesquisas na área de reprodução desenvolvidas pela Embrapa desde 1984.

O processo de clonagem de Vitória foi semelhante ao da ovelha Dolly, produzida em 1997 pela empresa PPL Therapeutics, na Escócia. A diferença entre os dois animais é a origem da célula doadora do núcleo (onde fica o material genético; veja quadro à esq.).

As células que deram origem à ovelha foram obtidas de glândulas mamárias de uma fêmea adulta, o que torna Dolly igual a sua mãe. As células que originaram Vitória foram obtidas de um embrião de cinco dias, o que faz com que Vitória não seja uma cópia exata dos pais. Na verdade, Vitória é um clone de uma vaca virtual, que não chegou a nascer.

O animal nasceu com 50 quilos _ considerado pouco abaixo do normal _ mas já engordou dois quilos. Clinicamente a bezerra é perfeita, com todas as atividades vitais normais, o que deixou os técnicos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) confiantes quanto à continuidade da utilização da técnica. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil é o primeiro país em desenvolvimento a dominar a tecnologia de clonagem.

De acordo com Rodolfo Rumpf, coordenador do projeto de biotecnologia de reprodução animal da Embrapa, essa primeira etapa _ o nascimento de Vitória _ é um passo anterior à Dolly, mas que abriu caminho. "Vamos avançar para trabalhar com células somáticas (não-reprodutivas) diferenciadas e realizar uma clonagem semelhante à de Dolly."

Para a obtenção de Vitória, a Embrapa partiu de 29 células embrionárias. Após sua fusão com ovócitos (células que se transformam em óvulos) sem núcleo, retirados de vacas mestiças de nelore e simental, três foram transferidas para úteros de vacas receptoras _ em dois casos houve mortalidade embrionária. Células de orelha

Segundo Rumpf, já está em gestação na fazenda Sucupira, em Brasília, a mesma onde nasceu Vitória, um bezerro clonado a partir de células da orelha de uma vaca. Caso tudo ocorra bem, em nove meses o Brasil terá um clone obtido por técnica mais semelhante à de Dolly. "É uma tentativa, que pode dar certo ou não. Com a Dolly foram várias tentativas até dar certo." Precisamente, 277 embriões para uma única ovelha.

Nos últimos três anos foram investidos R\$ 300 mil no projeto de reprodução animal da Embrapa.

Os resultados práticos da clonagem, pretendidos pela Embrapa, serão a regeneração de bancos genéticos, a multiplicação de animais com boas características genéticas, a maximização do potencial genético de uma raça, resgate de material genético em vias de extinção e melhoramento animal.

Também está nos planos da empresa a produção de animais transgênicos. A inserção de genes de características desejáveis (como a produção de proteínas de interesse terapêutico no leite) também é uma técnica de baixa eficiência. Neste caso, a clonagem multiplicaria indivíduos transgênicos bem-sucedidos.

NACIONAL/23/03/2001/CIÊNCIA/PARANÁ DESENVOLVE LARANJA TRANSGÊNICA

Planta foi transformada com gene do Japão capaz de conferir resistência contra bactéria do cancro cítrico

Isabel Gerhardt da reportagem local

A pesquisa de combate ao cancro cítrico, uma das principais doenças que atacam os pomares de laranja no país, avançou com o anúncio feito ontem, no Paraná, da obtenção da primeira laranja transgênica nacional.

A laranja-pêra, principal variedade de laranja usada na produção de suco, foi transformada com um gene retirado de uma espécie de mosca-varejeira, a *Sarcophaga peregrina*. O gene contém a "receita" de uma pequena proteína, um peptídeo chamado sarcotoxina, com ação bactericida. A substância é especialmente eficiente contra a bactéria *Xanthomonas citrii*, agente causador do cancro cítrico.

Segundo Luiz Gonzaga Esteves Vieira, do Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná), um dos principais autores da pesquisa, um dos méritos do estudo foi a eficiência na transformação de plantas. "Conseguimos de 15% a 18%", disse Vieira à Folha por telefone. Normalmente esse tipo de experimento só é bem-sucedido em 0,1% a 1% dos casos.

O outro diferencial do trabalho do Iapar é o tipo de tecido de laranja utilizado para produzir a planta transgênica, que os cientistas chamam de maduro. Ou seja, já capaz de originar plantas aptas para a produção de frutos, por intermédio de enxertos.

Interação com o Japão

O gene da sarcotoxina foi cedido ao Iapar por meio de um acordo com o Instituto Nacional de Recursos Agrobiológicos do Japão. O gene está ligado a uma pequena sequência de DNA com o código de um peptídeo-sinal, encarregado de guiar a sarcotoxina para o espaço intercelular.

Antes de atacar a parede celular da planta, é nesse espaço entre as células que as bactérias ficam alojadas. Uma vez que a sarcotoxina esteja presente no local, a eficiência de combate às bactérias seria muito maior, crêem os cientistas.

O gene da sarcotoxina e o trecho do peptídeo-sinal estão sob a influência de uma outra sequência de DNA, chamada de promotor constitutivo. Isso significa que o gene será ativado em todos os tecidos da planta, inclusive nos frutos, que serão transformados em suco. Segundo Vieira, testes de laboratório com células de mamíferos não revelaram efeitos tóxicos.

"De qualquer forma, esse peptídeo é facilmente degradável pela ação de proteases (proteínas que destroem outras proteínas) presentes nas células", diz o cientista.

As plantas do Iapar já estão em casa de vegetação. A equipe de Vieira irá testá-las agora para saber o grau de resistência à bactéria do cancro cítrico. "Em seis meses deveremos ter essa resposta", diz.

O pesquisador afirma que todos os experimentos vêm sendo conduzidos dentro das normas de biossegurança estabelecidas pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). Ou seja, eles seguem as normas legais sobre os efeitos da introdução do gene nas plantas e os relacionados com a segurança alimentar e ambiental, objeto de toda a polêmica sobre os transgênicos.

Quando indagado quanto à possibilidade de interação com o projeto genoma da *Xanthomonas citrii*, conduzido pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Vieira afirma que os resultados conseguidos pelo grupo do Paraná poderão facilitar a aplicação prática dos dados obtidos em São Paulo.

03/07/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Gostaria de cumprimentar a Folha pelo editorial 'Os limites da clonagem' (Opinião, pág. A2, 28/6). Como relator do PLS nº 90/99 _que ora tramita no Senado Federal e dispõe sobre a reprodução assistida_, de autoria do senador Lúcio Alcântara, estou atento às discussões travadas no Brasil e no mundo sobre as novas pesquisas e tecnologias que utilizam embriões. Com o intuito de buscar subsídios éticos, morais e científicos que pudessem auxiliar na fundamentação do parecer que apresentarei à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, solicitei que fosse realizada uma audiência pública sobre a matéria, a qual teve lugar em maio e contou com a presença de vários pensadores, professores, cientistas e médicos ligados à pesquisa e à prática das técnicas de reprodução assistida. Na ocasião, ficou evidente, diante da amplitude e da gravidade dos aspectos envolvidos, a dificuldade de chegar a um consenso _seja por parte da sociedade civil organizada, seja por parte da comunidade científica nacional e internacional. Todavia, em que pesem as dificuldades e os diferentes interesses em questão, não podemos evitar o problema, sob pena de sermos, em um futuro muito próximo, acusados do pior dos crimes: a omissão. Considero, pois, fundamental que o Brasil acorde para esse debate, cuja complexidade e cujo alcance merecem e exigem que sejam estabelecidas, o quanto antes, as regras e os mecanismos legais de fiscalização e de controle que coibam os abusos por parte das empresas farmacêuticas e dos laboratórios médico-científicos e garantam parâmetros éticos, morais e científicos que resguardecam a dignidade humana e seu patrimônio genético." Tião Viana, senador do Acre pelo PT (Brasília, DF)

SÃO PAULO/28/06/2001/OPINIÃO/EDITORIAIS/OS LIMITES DA CLONAGEM

Volta a ganhar destaque nos meios científicos o intrincado debate em torno da clonagem terapêutica. A Fundação Européia de Ciência (FEC), o principal organismo consultivo científico da União Européia, está prestes a publicar um informe em que recomenda que os países da UE legalizem, incentivem, financiem e regulamentem a pesquisa médica com embriões clonados.

Embriões são a principal fonte de células-tronco, isto é, células indiferenciadas, com capacidade de converter-se em qualquer tipo de tecido. Segundo a FEC, o potencial médico dessas técnicas é "óbvio". A fundação também prevê que elas trarão, "em curto prazo", tratamentos para doenças como diabetes, mal de Parkinson ou de Huntington.

Em prazos maiores, as técnicas poderão ser utilizadas para produzir órgãos sobressalentes. Não se deve confundir essa clonagem terapêutica com a reprodutiva, cujo fim é criar cópias de um indivíduo qualquer. Essa última é quase consensualmente condenada, inclusive pela FEC.

O relatório vem num momento em que os setores mais conservadores, que se opõem a qualquer tipo de clonagem, vinham colecionando vitórias. Há pouco o governo socialista francês cedeu às pressões e desistiu de apoiar uma legislação que permitia a clonagem terapêutica. Nos EUA, o governo Bush poderá proibir definitivamente o financiamento federal a esse tipo de pesquisa.

Os conservadores vêem na clonagem terapêutica uma forma de aborto, já que o embrião utilizado para fornecer as células-tronco acaba sendo descartado. Tecnicamente, porém, não há aborto, uma vez que o embrião nem chega a ser implantado em útero. E não faz nenhum sentido falar em aborto sem gravidez.

A união do espermatozoide com o óvulo fora do útero não é mais viva do que um óvulo isolado ou um átomo de carbono. A vaga semelhança com a noção de vida não deve impedir a pesquisa médica séria, com boas chances de salvar vidas de verdade.

09/08/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Se os mais de mil candidatos ao procedimento do dr. Severino Antinori existirem de fato ('Médico defende clonagem humana na Academia de Ciências dos EUA', Ciência, pág. A12, 8/ 8), quão sábia terá sido a natureza ao fazê-los estéreis." João Neves Camargo Júnior, médico (Campinas, SP)

*

"Os 'homens de ciência' parecem mesmo querer brincar de Deus. Para escapar da execração pública _e talvez para ficarem em paz com a própria consciência_, tentam 'dourar a pílula', acenando com futuros medicamentos para curar doenças hoje incuráveis. Na verdade, o que está em jogo é a discutível glória de ser o primeiro a 'manufaturar' um ser humano. Ouvir opiniões contrárias e ter escrúpulos apenas iria atrasar as 'pesquisas'." Celso Balloti (São Paulo, SP)

NACIONAL/08/08/01/CIÊNCIA/SEVERINO ANTINORI RECEBE CRÍTICAS DE AMERICANOS

Médico defende clonagem humana na Academia de Ciências dos EUA

da redação

Num clima de controvérsia, cientistas reunidos ontem num painel na Academia Nacional de Ciências dos EUA criticaram publicamente o projeto do médico italiano Severino Antinori de clonar seres humanos. O painel questionou se a clonagem é uma ciência sólida ou um processo de tentativa e erro que pode levar à produção de embriões anormais.

"No momento, não existe como prever se um clone dará origem a um indivíduo normal ou anormal", afirmou Rudolf Jaenisch, do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), na reunião. A Folha publicou em 30 de março artigo em que Jaenisch e Ian Wilmut, criador da ovelha Dolly, combatiam a clonagem humana.

Antinori argumentou que, durante vários anos de trabalho em clínicas de fertilidade, desenvolveu métodos para identificar embriões anormais. Ele diz ter mais de mil candidatos à clonagem.

"Não existe maneira de fazer isso", retrucou Jaenisch, afirmando ainda que clones aparentemente normais podem apresentar anormalidades muito sutis para serem detectadas num estágio tão precoce de desenvolvimento.

Em alguns casos, os embriões são muito grandes, têm placentas anormais, sofrem de problemas respiratórios ou apresentam alterações no sistema circulatório.

Panayiotis Zavos, que, como Antinori, também deseja fazer a clonagem de seres humanos e dirige o Instituto de Andrologia, diz que Jaenisch está focalizando apenas os problemas que podem acontecer.

"Existe sucesso também", afirma Zavos, cuja clínica fica em Lexington, Kentucky.

Participou também do debate Brigitte Boisselier, que dirige a Clonaid, ligada ao movimento místico dos raelianos, que prega que a vida na Terra foi criada por extraterrestres e oferece serviços de clonagem pela internet.

Desde 1997, quando cientistas na Escócia anunciaram a bem-sucedida clonagem da ovelha Dolly, o medo ou a esperança da clonagem humana tem sido foco de acirradas discussões.

Devido às questões éticas suscitadas pela técnica, a Academia Nacional de Ciências dos EUA convocou um painel internacional para discutir a tecnologia e as direções que ela aponta.

No meio do debate sobre clonagem está a criação de embriões para produção de células-tronco, que podem se transformar em praticamente qualquer tecido. Embriões humanos são a fonte de células-tronco com maior possibilidade de manipulação para fins terapêuticos. A técnica de clonagem terapêutica permite o uso dessas células em estudos que visam criar tratamentos para doenças como mal de Alzheimer, de Parkinson e diabetes.

Na semana passada, a Câmara de Representantes dos EUA aprovou o banimento da clonagem com qualquer propósito, seja ele reprodutivo ou terapêutico. A decisão deverá ainda passar pelo aval do Senado.

No momento, o presidente George W. Bush analisa a possibilidade de seu governo financiar pesquisa com células-tronco derivadas de embriões descartados por clínicas de fertilidade.

O país pioneiro na legalização de estudos com células-tronco foi o Reino Unido. Em dezembro de 2000, o Parlamento britânico aceitou a clonagem de embriões humanos com finalidade médica.

A França adota ainda uma postura mais cautelosa. Permite o uso dos embriões que sobram de processos de fertilização in vitro, mas proíbe que eles sejam criados simplesmente para investigação.

No Brasil, não existe legislação específica. Resoluções do Conselho Federal de Medicina proíbem a manipulação de material genético humano, o que tornaria esse tipo de experimento antiético.

11/08/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"É absurdamente incrível a disposição do médico italiano Severino Antinori de envolver 200 mulheres na criação de um clone humano. É preciso respeitar a vida humana. É louvável a ação do Conselho Médico da Itália, que iniciou processo contra o controvertido médico para cassar sua licença para o exercício da profissão." José Ronaldo de Carvalho (São Paulo, SP)

*

"Lógico que sou contra a clonagem humana para fins terapêuticos. Começa com essa conversa fiada de 'fins terapêuticos' e depois se alastra para todos os fins. Já pensaram se, na política brasileira, os cientistas clonarem um novo FHC? A dose seria muito forte, não? Aturar esse flagelo por oito longos anos e depois ainda vê-lo clonado é, indubitavelmente, caso para suicídio coletivo." Fernando Al-Egypto (Petrópolis, RJ)

17/08/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Em vez de fazer nascer em 2002 um bebê clonado, como os cientistas pretendem começar a tentar no mês de novembro próximo, que tal alimentar os que já nasceram pelo método normal?" Fernando Al-Egypto (Petrópolis, RJ)

18/08/01/PAINEL DO LEITOR

Código Civil

"Parece-me que a imprensa divulga como novidades dispositivos do novo código que já vigoravam havia muito tempo, como a igualdade entre filhos adotados e não-adotados, que existe desde a Constituição de 88. Assuntos mais importantes, como clonagem e barriga de aluguel, ainda continuam sem nenhuma regulamentação. Será que houve um avanço?" Caio Berardo (São Paulo, SP)

22/08/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Em nome dos alunos da 3ª série do turno da manhã do Instituto Efigênia Vidigal, gostaríamos de dizer que somos contra a clonagem de seres humanos. Chegamos a essa conclusão depois de termos lido muito a respeito do assunto. Será que com essa atitude os cientistas não estão contribuindo para a criação de 'monstros' e, com isso, desrespeitando a lei da vida? Acreditamos que, com a clonagem humana, os cientistas estarão criando seres que poderão sofrer, num futuro próximo, preconceitos sociais e doenças genéticas. No caso de já sermos adultos, será mesmo muito estranho vermos o nosso clone 'nascendo'. E nos preocupamos também com as frustrações que poderão ocorrer." Daniela Rocha Robertella e Fábio Cecílio Mazzeu, alunos da 3ª série do Instituto Efigênia Vidigal (Belo Horizonte, MG)

17/11/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Opino sobre o tema do artigo 'Clonar ou não clonar' (Ciência, pág. A9, 15/11). Sem dúvida a clonagem é um grande avanço da ciência em todo o mundo. O problema é que os sucessos da ciência e da tecnologia não estão à disposição de todos, e sim daqueles que detêm o poder político e econômico. Seria ótimo se a clonagem fosse usada de acordo com os princípios éticos e a favor de todos os que precisam; afinal, há milhares de pessoas precisando de algum órgão para continuar vivendo. Sim à clonagem em favor da vida de todos, ricos e pobres. Não à clonagem só para quem tem dinheiro e poder." Flávio Romero Soares (Gama, DF)

NACIONAL/15/11/2001/CIÊNCIA/CLONAR OU NÃO CLONAR, EIS A QUESTÃO

Lygia da Veiga Pereira especial para a folha

Alguns pseudocientistas vêm propondo, nos últimos meses, a geração de clones humanos. Com a realização de um seminário para juristas em Brasília, nesta semana, o assunto vem recebendo crescente atenção também das autoridades e do público brasileiro.

Governos de diversos países, incluindo os EUA, criaram leis proibindo a clonagem e o uso de embriões humanos para pesquisa. Em abril o assunto voltou à tona com a declaração de dois médicos Severino Antinori e Panos Zavos de que vão iniciar experiências de clonagem humana.

Essas declarações geraram diversos manifestos de repúdio por parte dos mais renomados cientistas do mundo, incluindo Ian Wilmut, criador da ovelha Dolly. A clonagem como forma de reprodução é comprovadamente um fracasso, e é consenso na comunidade científica que não deve ser realizada em seres humanos.

Mas os defensores da clonagem reprodutiva já estão causando um grande mal, pois geraram um medo da clonagem em geral, que corre o risco de ser totalmente proibida nos EUA. Temos de separar o joio do trigo. Existe uma distinção importante entre a clonagem reprodutiva, que visa à geração de um indivíduo inteiro a partir de uma célula por reprodução assexuada, e a clonagem terapêutica, conjunto de aplicações científicas e terapêuticas dessa mesma tecnologia.

No processo de clonagem, uma célula de identidade e função já definidas consegue ter acesso a toda a informação genética contida no seu núcleo. Se pudermos entender e controlar esse mecanismo, poderemos um dia regenerar órgãos e tecidos danificados. Afinal, as células de um fígado com cirrose ainda têm a receita para fazer um fígado saudável.

Nos últimos anos houve um enorme investimento na pesquisa com células-tronco. Em geral, célula-tronco (CT) é uma célula que tem a capacidade de se transformar em diferentes tipos de célula. Por exemplo, as CT do sangue, encontradas na medula óssea, produzem todos os tipos de célula sanguínea, como hemácias e leucócitos. No entanto, apesar de as CT serem fonte de diferentes tipos de células, ainda não se sabe se podem se diferenciar em qualquer tipo como neurônios.

Uma classe especial de CT são as chamadas células-tronco embrionárias. Como o nome sugere, elas são derivadas de um embrião nos estágios iniciais do desenvolvimento. Nos primeiros cinco dias desse processo, as células do embrião ainda não decidiram se vão virar células de sangue, pele ou músculo. Por isso, ainda têm o potencial de se diferenciar em qualquer desses tipos celulares.

As CT embrionárias são derivadas desses embriões de cinco dias, multiplicadas em laboratório e podem ser induzidas a se transformar em células sanguíneas, musculares, de pele, secretoras de insulina e até neurônios. Elas têm um imenso potencial terapêutico.

O grande problema é que essas células são derivadas de embriões excedentes de processos de fertilização *in vitro*. Tais embriões, normalmente descartados com consentimento do casal, são destruídos para extrair as CT embrionárias. Para algumas pessoas, isso significa destruir uma vida, o que seria inaceitável.

Essa é uma questão delicada, que envolve aspectos morais, culturais e religiosos. Vale lembrar que estamos falando de um embrião de cinco dias, basicamente um conglomerado amorfo de células, que se fosse gerado no ventre de uma mulher teria somente 20% de chance de se desenvolver em um bebê. Uma coisa se pode garantir: aquele embrião excedente trará muito mais benefícios na forma de CT embrionárias do que numa lata de lixo.

Outro argumento contra o uso de células-tronco embrionárias é o medo de que seja criado um comércio de embriões. Seguindo essa argumentação, não deveriam ser permitidas transfusões de sangue nem doações de órgãos, pois isso também poderia degenerar em comércio desses.

A proibição cega invariavelmente leva ao atraso da ciência e da melhora da qualidade de vida. Precisamos, sim, de legislação e vigilância, para introduzir o desenvolvimento das células-tronco embrionárias no Brasil sem ferir direitos nem deveres.

Lygia da Veiga Pereira, 34, é professora doutora do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências da USP

19/11/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"A clonagem é mais uma falsa impressão de que nós estamos indo a algum lugar. Não é uma questão primariamente jurídica, científica ou religiosa. É ética e moral. Desenvolver tecnologia para fabricar bebês para que eles tenham como herança nossa cara e nossos defeitos é realmente incompreensível. Os resultados de todos os avanços científicos despejados diariamente são, entre outras coisas, a cura de algumas doenças e mais alguns anos de sobrevida para nós. Esquecemos que outras doenças surgirão e que não podemos aumentar nossa sobrevida até a imortalidade. Acho que chegamos a um ponto no qual não precisamos mais de avanços, mas de freios na ciência! Por que não se pensa em utilizar pelo menos parcela do dinheiro gasto com 'avanços' científicos na construção de um mundo mais justo, mais igual, com menos miséria, com menos trabalho e estresse fora de casa e mais convívio social e familiar?" Ricardo Medeiros (Natal, RN)

28/11/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Gostaria de parabenizar a Folha pelo caderno Ciência de 26/11, que trata das experiências de clonagem empreendidas pela empresa americana ACT. O esmero com que foram elaboradas as reportagens do referido caderno e o espaço dedicado ao tema levam-me a cumprimentar esse jornal pela qualidade de seu jornalismo e pela seriedade de sua equipe no trato de questões tão complexas como a clonagem humana, seja ela reprodutiva ou terapêutica." Tião Viana, senador do PT pelo Acre (Brasília, DF)

SÃO PAULO/26/11/2001/CIÊNCIA/CLONAGEM/EMPRESA DOS EUA CLONA EMBRIÃO HUMANO

Experimento histórico marca um avanço na terapia celular, mas traz de volta o temor da clonagem reprodutiva

Marcio Aith de Washington

Sob protestos do Congresso dos Estados Unidos e surpresa da opinião pública, a companhia americana ACT (Advanced Cell Technology) anunciou ontem ter concluído a primeira clonagem de um embrião humano da história.

Repetindo a mesma base do processo utilizado para clonar a ovelha Dolly, em 1996, cientistas da ACT, trabalhando secretamente num laboratório no Estado de Massachusetts durante um ano, substituíram com sucesso o DNA (molécula onde está codificada a receita para construir um indivíduo) de um óvulo humano pelo DNA do núcleo de uma célula adulta de pele humana.

Células-tronco

Os diretores da ACT disseram que o objetivo da experiência não é criar um ser humano clonado, mas usar o embrião clonado para fins terapêuticos, na obtenção de células-tronco para o tratamento de diversas doenças.

Células-tronco podem transformar-se em qualquer outro tipo de célula no corpo humano. Por essa razão, os embriões clonados podem, em tese, fornecer material para regenerar tecidos com problemas em órgãos como o fígado, o pâncreas ou a medula óssea, sem problemas de rejeição _afinal, eles têm exatamente a mesma sequência de DNA do paciente.

Uma das grandes promessas do uso terapêutico dessas células é substituir células defeituosas em diabéticos, curando a doença. Ou regenerar a medula óssea de indivíduos portadores de leucemia.

"Cientificamente, biologicamente, as entidades que estamos criando não são indivíduos. Elas são apenas vida celular, não são vida humana", disse Michael West, presidente e executivo-chefe da companhia. "O que esperamos é entrar numa nova era, que chamamos de medicina regenerativa, onde podemos usar tecnologias de clonagem não para copiar seres humanos, mas para trazer as células ao estágio embrionário e, pela primeira vez, substituir células doentes", afirmou.

Apesar das garantias da companhia, seus cientistas deram exatamente os primeiros passos usados para clonar um ser humano. Por essa razão, o anúncio provocou protestos imediatos no Congresso norte-americano. A Casa Branca informou que o presidente George W. Bush não falaria a respeito, mas que condena qualquer tipo de experimento de clonagem.

Os americanos não esperavam que a iniciativa fosse partir de dentro do país. As expectativas, até agora, se concentravam no italiano Severino Antinori e no cipriota radicado nos EUA Panos Zavos, que anunciaram para o ano que vem a produção do primeiro clone humano _ com finalidade reprodutiva_, em algum país do Mediterrâneo.

A legislação americana proíbe apenas o uso de dinheiro dos contribuintes na clonagem de seres humanos. Em julho, a Câmara dos Representantes aprovou um projeto que barraria experiências do tipo (leia texto à esq.).

"Francamente, o anúncio é desconcertante", declarou o líder da maioria democrata no Senado, Tom Daschle. "Isso está indo na direção errada."

Antevendo protestos, a companhia adotou desde o início dos experimentos, há um ano, uma estratégia para salientar seus objetivos terapêuticos.

A célula de pele humana usada no experimento pertence ao cientista Judson Somerville, de 40 anos, que ficou paralisado depois de um acidente de bicicleta. Segundo a empresa, a paralisia pode em tese ser curada com tratamentos médicos derivados da clonagem de embriões humanos.

Além da estratégica escolha de uma célula de Somerville, uma repórter da revista "U.S. News & World Report" foi autorizada a acompanhar toda a experiência, que durou mais de um ano, e a publicar sua reportagem ontem, simultaneamente ao anúncio feito pela companhia.

Mas a controvérsia está implícita nas entrelinhas das próprias declarações de representantes da empresa. "Nossos resultados preliminares somam-se a outras evidências de que a reprogramação de uma célula humana é possível", disse ontem José Cibelli, um cientista argentino que ocupa o cargo de vice-presidente de pesquisas da ACT. "São resultados ainda preliminares, mas, dada a importância de seu uso no campo da medicina regenerativa, decidimos publicá-los agora", afirmou.

A equipe da ACT, liderada por Cibelli e pelo americano Robert Lanza, publicou uma descrição do experimento na revista científica "The Journal of Regenerative Medicine" (www.liebertpub.com/ebi/default1.asp). Um artigo escrito pelos cientistas sobre o experimento também foi publicado na página da revista "Scientific American" na internet (www.scientificamerican.com).

29/11/01/PAINEL DO LEITOR

Bioética

"Que bioética é essa que se está propondo? De dois pesos e duas medidas? Quer dizer que uma mulher estéril, para satisfazer seu desejo de botar um indivíduo no mundo, tem o direito de destruir vários embriões em clínicas de reprodução assistida enquanto uma mulher que opta por um aborto é condenada moralmente por suprimir um único embrião? Quer dizer que a destruição de óvulos fertilizados é justificada pela tal reprodução assistida para que se realize um sonho de ser mãe, mas não o é pela clonagem terapêutica, que pode ser, no futuro, a salvação da vida de pessoas com doenças incuráveis como o câncer? Mas, já que o câncer dá lucros faraônicos à indústria farmacêutica, eu pergunto: é bioética ou biomercado?" Felipe Augusto Witthinrich Lins (Florianópolis, SC)

21/12/01/PAINEL DO LEITOR

Clonagem

"Acho absurda a posição dos que estão contra a clonagem de órgãos humanos, pois estão contra a ciência. De que valerão tantos experimentos se não for possível clonar órgãos humanos? Inicialmente, houve oposição aos transplantes. Quantas vidas foram e continuam sendo salvas? Quantos não morreriam se não houvesse os transplantes? Se atendêssemos à falsa moral, estaríamos ainda na época em que se acreditava _para não morrer na fogueira_ que a Terra era o centro do universo." Olavo Príncipe Credidio (São Paulo, SP)

FOLHA DE S.PAULO a dupla porta**1996**

Nenhum leitor trata do assunto

1997

Nenhum leitor trata do assunto

1998

Nenhum leitor trata do assunto

1999

13/05/99/PAINEL DO LEITOR

Dupla militância

"O professor Adib Jatene publica o artigo 'Dupla porta x dupla militância' (pág. 1-3, Opinião, 7/5) contestando minha crítica ao atendimento diferenciado que está sendo dado no Hospital das Clínicas a doentes privados e conveniados, argumentando que 'seria um contra-senso impedir que se atendesse (ai) uma clientela diferenciada'. Em nenhum momento afirmei isso; pelo contrário, deixei sempre claro que todos podem ser atendidos no HC. Porém com igualdade, com as mesmas esperas, pelos mesmos médicos, nos mesmos leitos e usando a mesma porta. Não é com o erro da dupla porta que se evitará o erro da dupla militância. O HC pratica a segunda porta há quatro anos e a enorme maioria dos docentes continua com dupla ou até tripla militância. Acaba-se a dupla militância com salários dignos, chefias que dêem exemplo e boas condições de trabalho. Tudo isso é perfeitamente possível se se gerenciarem adequadamente os recursos." José Aristodemo Pinotti, professor titular da Faculdade de Medicina da USP (São Paulo, SP)

*

"Oportuno e realista o artigo do ex-ministro Adib Jatene. O modelo do Incor não é o melhor nem o pior. É o único capaz de, nas atuais circunstâncias, situá-lo como uma ilha de excelência na rede pública. É também o caminho que terá de ser trilhado por santas casas e hospitais filantrópicos que desejarem manter a qualidade de seus serviços ou, pelo menos, sobreviver, diante da escassez de recursos públicos e da espantosa omissão das elites." João Luis Buarque de Gusmão (São Paulo, SP)

NACIONAL/07/05/1999/DUPLA PORTA X DUPLA MILITÂNCIA

Nada mais necessário que oferecer soluções viáveis aos hospitais públicos e aprender com nossas experiências

Adib Jatene

Há alguns meses, o professor José Aristodemo Pinotti publicou um artigo nesta Folha ("A segunda porta", Cotidiano, 27/8/1998) que criticava a existência, no Hospital das Clínicas, de instalações diferenciadas para a clientela conveniada. O artigo reacende a discussão sobre o papel do hospital universitário e o regime de trabalho dos professores universitários. Quem visita as principais universidades do mundo sabe que os professores, em sua quase totalidade, trabalham exclusivamente num local: o hospital universitário. Seria um contra-senso impedir que atendessem a uma clientela diferenciada: profissionais preparados e competentes só poderiam atender aos clientes do sistema público, impedidos de oferecer seus conhecimentos (resultantes das pesquisas que realizam) a pessoas ou instituições que pudessem remunerar os serviços de maneira consentânea à da iniciativa privada. A opção seria a que é praticada há décadas no Brasil: criação do tempo parcial, que permite aos professores o atendimento em consultórios e hospitais particulares, obrigando-os à dupla militância. São evidentes os prejuízos para o ensino, a pesquisa e o atendimento no próprio setor público. É notória a situação dos hospitais públicos, universitários ou não, no país. Ante as limitações orçamentárias, não só os salários como os equipamentos e os prédios estão aviltados. A qualidade do atendimento é a maior prejudicada. A remuneração por serviços prestados e o próprio Piso de Atenção Básica pagos pelo Sistema Único de Saúde são flagrantemente insuficientes; não cobrem custos e põem em risco toda a rede que atende ao SUS, levando ao descredenciamento entidades particulares, que podem, por outro lado, atender a clientes privados e de convênios. Ai estão os hospitais privados que assumiram a liderança na incorporação tecnológica e nos modernos métodos de diagnóstico e terapêutica; eles não atendem à clientela do SUS. Diante da impossibilidade de mobilizar recursos suficientes, algumas instituições tentaram fórmulas capazes de suprir suas necessidades e tornar os hospitais públicos competitivos. Costumo definir estes, universitários ou não, como aqueles procurados não só por quem não tem opção, mas também por quem pode escolher e opta pelo hospital público não por ser gratuito e sim por ser bom. Esse "bom" inclui tecnologia atualizada, profissionais competentes e dedicados (remunerados nos níveis de mercado) e compromisso com o ensino e a pesquisa. Alguns hospitais públicos buscaram desenvolver modelos para obter fontes novas de recursos, que lhes permitissem manter e ampliar o atendimento para quem depende do serviço público. O modelo do Incor, surgido no final da década de 70, provou ser eficiente: transformou o instituto, então praticamente inviabilizado, num dos mais importantes centros de cardiologia do mundo. Criou-se uma fundação de apoio, hoje Fundação Zerbini, que passou a arrecadar o resultado da prestação de serviços do Incor, tanto no atendimento à clientela hoje dependente do SUS como entre conveniados e pacientes privados. Com uma particularidade: de 75% a 80% da capacidade de atendimento é destinada ao SUS; de 20% a 25%, a conveniados e particulares. Há oito anos, a renda vinda do SUS representava 62%, e a dos conveniados, 38%. Sem a correção dos valores pagos pelo SUS (mesmo com acréscimo de 75%, por ser hospital universitário), essa parcela foi se reduzindo. Hoje, 63% dos recursos vêm dos convênios; 37%, do SUS. Ressalte-se que foi mantida a distribuição de 75% a 80% da capacidade de atendimento destinada ao SUS. Discute-se sobre a diferença de instalações e a destinação de leitos para um e outro grupo. Ocorre que, na sociedade brasileira, 25% das pessoas têm convênio e 75% dependem do SUS. Poder-se-ia argumentar que essa relação está respeitada na destinação dos leitos do Incor, embora, em São Paulo, ela seja diferente, uma vez que mais de 45% da população tem convênio. Afirma-se que a fila dos que aguardam atendimento pelo SUS é infinitamente maior que a dos conveniados. É verdade, porque os conveniados têm à disposição toda a rede privada, com seus hospitais de Primeiro Mundo, e os que vêm ao Incor superam suas resistências diante da qualidade do atendimento e da excelência dos profissionais, boa parte deles trabalhando exclusivamente no instituto. Já os dependentes do SUS têm pouquíssimas opções: os hospitais privados, inclusive beneficentes e santas casas, reduzem ou eliminam seu acesso diante dos valores pagos pelo SUS, que não cobrem os custos. O Incor só dá atendimento a seus numerosos clientes do SUS porque montou um esquema financeiro capaz de fazer frente às despesas. Impedir que existam condições diferenciadas para atender a conveniados significa, na prática, extinguir essa clientela, visto que ela dispõe, nos hospitais privados, de oferta maior que a demanda. Sem essa fonte de receita e sem a revalorização dos pagamentos do SUS (duplicando ou até triplicando os valores), inviabiliza-se o atendimento aos clientes do SUS e se perde o que foi construído ao longo de duas décadas. Principalmente, obriga-se um grupo de profissionais hoje inteiramente dedicados ao Incor a atender a clientes conveniados em consultórios e hospitais privados, consagrando a dupla militância, que tanto prejudica os hospitais públicos, especialmente os universitários. Assinale-se que os dois tipos de clientes são atendidos pelos mesmos profissionais, têm o mesmo tratamento (no centro cirúrgico e na hemodinâmica) e convivem nas UTIs, nas mesmas condições, com os mesmos plantonistas. Só a hotelaria é diferenciada. Essa concessão nos permite uma arrecadação que, somada à das demais

fontes, representa o maior contingente. Perdê-la é um retrocesso inaceitável. Soluções que não prejudiquem o desempenho são tarefa de todos e constituem o desafio político do financiamento da saúde. Sou adepto de uma frase dita pelo presidente Fernando Henrique: "Política não é a arte do possível. É a arte de tornar possível o necessário". Nada mais necessário que oferecer soluções viáveis aos hospitais públicos e ter a humildade de aprender com nossas experiências bem-sucedidas. O que precisa ser evitado não é a dupla porta, mas a dupla militância. Adib D. Jatene, 69, cardiologista, é professor titular da Faculdade de Medicina da USP e diretor-geral do Incor (Instituto do Coração). Foi ministro da Saúde (governos Collor e Fernando Henrique) e secretário da Saúde do Estado de São Paulo (governo Paulo Maluf).

NACIONAL/27/08/98/COTIDIANO/A SEGUNDA PORTA

José Aristodemo Pinotti

Tenho me manifestado contra a abertura de uma segunda porta para pacientes privados no Instituto Central do Hospital das Clínicas (ICHC). Entendo como antiético e perverso oferecer em um hospital público atendimento sem filas, com melhores acomodações e entrada diferenciada para aqueles que pagam, sem nenhuma preocupação com a demanda reprimida dos que não pagam.

Não faço nenhum juízo de valor a respeito do hospital no qual me formei e trabalho e que considero o melhor da América Latina. Tampouco é uma crítica aos que nele trabalham com dedicação e eficiência. Só procuro demonstrar o equívoco dessa injusta medida.

O único argumento da superintendência para justificar esse atendimento diferenciado é que ele renderia recursos significativos. Para analisar o que se consegue receber com essa segunda porta, tomaremos por base o ano de 1997, com dados de documentos publicados pelo próprio ICHC.

1) Em 1997, o faturamento decorrente do atendimento aos pacientes privados e de convênios foi de R\$ 3.187.701. Nesse mesmo ano, o faturamento de procedimentos do SUS pela Fundação Faculdade de Medicina foi de R\$ 109.775.548,62 e o orçamento executado do ICHC, proveniente do governo do Estado de São Paulo, foi de R\$ 150.095.428.

2) Portanto, o faturamento com convênios e privados representou 2,9% do faturamento do SUS, 2,1% do orçamento do Estado para o ICHC e apenas 1,2% do faturamento total para o ICHC. Com isso, cai por terra o argumento de que tais recursos melhoram significativamente as finanças.

3) O movimento de pacientes do SUS no ICHC está estacionário. Existem áreas, tempo e leitos ociosos no hospital que, se fossem utilizados para o atendimento de uma maior parcela de pacientes do SUS (aumentando, com isso, em apenas 10% o atendimento desses pacientes), teríamos em 1997 um aumento de recursos três vezes maior do que o decorrente do atendimento a pacientes conveniados e particulares. Portanto desaba também o argumento de que essa é a única alternativa para melhorar o faturamento do ICHC.

4) A Secretaria da Saúde, com um aumento dos recursos orçamentários de apenas 2,1%, cobriria todo o faturamento com os privados. E a Fundação Faculdade de Medicina, que capta recursos do SUS provenientes de pacientes atendidos no ICHC, com 2,9% deles colocaria no ICHC o mesmo montante arrecadado com o atendimento de pacientes privados.

5) Em vez de solucionar o problema dentro dessas alternativas, a fundação compra imóveis por mais de R\$ 23 milhões e a superintendência do HC gasta R\$ 17.315.809 para reformar áreas do hospital destinadas aos pacientes privados, cujo atendimento determinará um gasto adicional de R\$ 373.178,30/mês com custeio.

6) Percebe-se que, ao contrário do que tenta argumentar a superintendência do HC, há um desvio dos recursos dos pacientes que não podem pagar para atender preferencialmente aos que podem.

7) Mesmo que houvesse vantagem econômica (demonstradamente inexistente), só os pressupostos ético e moral já impediriam que em um hospital construído e sustentado com dinheiro público, única alternativa para os mais carentes, fosse aberta uma segunda porta para aqueles que pagam.

8) Nada tenho contra o atendimento de pacientes de qualquer nível social nos hospitais públicos. Penso também que pacientes que tenham recursos ou planos de saúde devem pagar. O que não pode ocorrer é um atendimento desigual, determinado pelo poder aquisitivo dos usuários.

A razão básica de toda essa distorção está em levar o neoliberalismo colonial ao limite extremo de entender saúde como mercadoria e não como um direito, especialmente em um hospital público universitário que sempre atendeu bem e gratuitamente a todos.

José Aristodemo Pinotti, 63, é deputado federal pelo PSB-SP e professor titular de ginecologia e obstetria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo e reitor da Universidade Estadual de Campinas

2000

Nenhum leitor trata do assunto

2001

28/08/01/PAINEL DO LEITOR

Dupla porta

"Parabenizo a Folha pelo oportuno editorial 'Dupla porta' (Opinião, pág. A2, 26/8). Agregando a essa discussão e saindo do exemplo de instituição notabilíssima como o Incor, assistimos a alguns hospitais filantrópicos fazerem proliferar pelo nosso interior redes de vendas de planos de saúde. Instituições que gozam de vários incentivos públicos (fiscais, equipamentos e recursos financeiros) para poderem atender ao SUS, propagam, através de altos custos, o atendimento via plano. Todos sabem que os planos de saúde, por terem uma regulamentação constantemente boicotada, padecem de males que nenhum ser humano deveria merecer. Nesse sentido agrega conflito, e não qualidade. Sob uma complacência estarrecedora, vemos recursos públicos alavancarem planos de saúde e conflitos. Creio que toda a sociedade deva considerar inicialmente o que é uma digna e humana relação médico-paciente para então atingirmos a questão financeira. Quem sabe poderemos, assim, alcançar um Brasil de portas iguais para todos os diferentes." José Barbieri Júnior, diretor de comunicações da Associação Paulista de Medicina (São Paulo, SP)

29/08/01/PAINEL DO LEITOR

Dupla porta

"Parabéns à Folha por contribuir para tornar cada vez mais transparente a discussão sobre a 'dupla porta' nos hospitais públicos. O editorial de 26/8 concluiu com um dilema: 'Ofende o sentimento de justiça a idéia de que, num mesmo hospital público, ricos e pobres recebam tratamento diferenciado. A questão financeira, por outro lado, não pode deixar de ser considerada'. O dilema se baseia na crença de que a única forma de aumentar o orçamento dos hospitais sem onerar o governo é estabelecer uma dupla porta e vender, em hospitais públicos, serviços privados diferenciados. Há outras formas mais eficientes e que não agridem princípios éticos: a) cobrar dos convênios os atendimentos que fazemos aos pacientes que entram como SUS (isso ocorre em 20% dos casos e já há lei aprovada nesse sentido); b) usar recursos das fundações de apoio exclusivamente para as finalidades principais dos hospitais; c) acabar com o teto antiético e ilegal de pagamento do SUS aos hospitais universitários, permitindo a eles que tenham todos os procedimentos SUS faturados e pagos. O raciocínio de que o atendimento de pessoas diferenciadas no hospital público melhora o atendimento dos pacientes do SUS só será verdadeiro se todos forem atendidos de forma igualitária. Caso contrário, a tendência é piorar para os que não pagam, pois cria-se uma situação em que a excelência do hospital fica prioritariamente voltada para os que pagam, e os pobres vão ficando em guetos reservados ao ensino de graduação, à pesquisa e ao treinamento dos médicos mais jovens. É possível e necessário colocar um pouco mais de recursos públicos nos hospitais universitários e reformular suas formas de gestão, incluindo o pagamento de salários dignos de forma aberta, justa e transparente." José Aristodemo Pinotti, professor titular de Ginecologia a Faculdade de Medicina da USP (São Paulo, SP)

NACIONAL 26/08/01/OPINIÃO/EDITORIAIS/DUPLA PORTA

Poucas questões dividem tanto os médicos brasileiros hoje quanto a chamada dupla porta, o sistema pelo qual hospitais públicos universitários destinam parte de suas vagas para pacientes pagantes sem que tenham de enfrentar as longas filas de espera. Tramita no Congresso projeto de lei que regulamenta o uso de até 25% dos leitos de hospitais-escola em atendimento pago.

Para os críticos da proposta, existe aí apropriação privada de recursos públicos. Numa visão talvez exagerada, a saúde pública apresenta graves deficiências, mas basta que uma instituição se destaque um pouco pela qualidade do atendimento, como normalmente se dá com os hospitais universitários, para pacientes ricos imediatamente se utilizarem de seus leitos, em detrimento dos pobres.

Embora caricatural, essa interpretação traz argumentos fortes. Já é difícil para o paciente pobre encontrar hospitais que atendam casos de maior complexidade. Se nos poucos que prestam o serviço ele ainda tem de disputar a vaga e em condições adversas com o rico, cria-se uma formidável injustiça. Não raro, um cidadão humilde, mesmo recebendo o atendimento médico, morre à espera de uma vaga para cirurgia ou exame diagnóstico.

Esse raciocínio só não é irretocável porque o sistema de dupla porta agrega qualidade ao hospital universitário. O efeito mais óbvio é o financeiro. O Instituto do Coração, da USP, pioneiro na adoção

da dupla porta, afirma que consegue, com os 25% de pacientes particulares ou conveniados, 60% de sua receita, enquanto o SUS, com 75% das vagas, responde por 40% do faturamento.

A direção do Incor afirma que, sem os ingressos financeiros dos serviços particulares, o hospital não teria condições de concorrer em termos qualitativos com instituições privadas. Nem teria como apresentar o mesmo nível de produção científica, comparável à dos melhores centros mundiais em cardiologia.

É claro que o Incor é um caso à parte. Não será o projeto de lei da dupla entrada que transformará todos os hospitais-escola do país em instituições como o Incor.

O outro efeito notável de haver público pagante está no controle de qualidade. É meio cruel afirmá-lo, mas pacientes de classe média tendem a ser mais exigentes na cobrança de resultados. Fica mais difícil, por exemplo, que um serviço qualquer seja relegado a médicos recém-formados, sem rigorosa supervisão dos médicos docentes. Como os serviços médicos prestados a ricos e pobres são basicamente os mesmos, alterando-se apenas o tempo de espera e um ou outro aspecto de hotelaria, o paciente do SUS acaba tendo algum ganho com o fato de o hospital atender também a doentes pagantes.

Evidentemente ofende o sentimento de justiça a idéia de que, num mesmo hospital público, ricos e pobres recebam tratamento diferenciado. A questão financeira, por outro lado, não pode deixar de ser considerada. Ela, de alguma forma, pode trazer benefícios significativos para a instituição e, portanto, para os pacientes sem recursos. A questão é complexa e não deve ser tratada com dogmatismo ou populismo, o que, infelizmente, não tem sido a regra.

06/09/01/PAINEL DO LEITOR

Dupla porta

"Expressamos o nosso apoio incondicional ao professor José Aristodemo Pinotti pelo artigo publicado em 20/8 ('Saúde à venda nos hospitais universitários', 'Tendências/Debates', pág. A3). Permitir que hospitais públicos universitários façam parcerias com fundações privadas para facilitar a retirada de mais recursos do setor privado fere o relacionamento entre os setores público e privado, porque o setor público passa a fazer concorrência desleal ao setor privado. Para manter a moralidade no setor público, as compras de aparelhos e os salários dos funcionários que executam procedimentos devidos pelo Estado devem ser pagos exclusivamente pelos cofres públicos. Em sã consciência, os professores universitários não podem acatar a lei do senador Lúcio Alcântara, que foi aprovada preliminarmente no Senado e pretende legalizar o 'por fora', que já tem sido recebido por meio das fundações privadas pelos médicos e pelos funcionários dos hospitais universitários no exercício de suas funções públicas. Os hospitais privados são empresas que investem capital próprio e recursos sociais privados na sua formação e manutenção, e eles são complementares na distribuição da saúde pública. Somar por livre escolha os recursos suplementares privados nas personalizações feitas somente nos hospitais privados, sem perda da saúde pública essencial, é um direito de todos os consumidores. Nos hospitais públicos, a saúde essencial e integral não pode ser personalizada nem diferenciada do padrão SUS, porque, nesses locais, o povo tem o direito de ser atendido gratuitamente, uma vez que a saúde é pré-paga de forma igual por todos os cidadãos." Jorge Henrique R. Galasso, diretor jurídico e Therezinha Beatriz A. de A. Zorowich, presidente do Idemeds _ Instituto Brasileiro de Defesa dos Médicos, Dentistas e Sociedade (São Paulo, SP)

09/09/01/PAINEL DO LEITOR

Dupla porta

"Congratulo-me com a Folha pelo editorial 'Dupla porta' (Opinião, pág. A2, 26/8) no que concerne a internamento de pacientes do SUS e de convênios nos hospitais públicos e, principalmente, nos de ensino. Na realidade, somente no Brasil há hospitais para pobres e hospitais para ricos. Daí, louve-se a discussão do assunto. Adib Jatene e os professores Ramirez e Kriger, do Incor, têm-se pronunciado a favor da dupla porta, e o professor José Aristodemo Pinotti, também da USP, é contra essa prática. Ambos com argumentos lógicos e consequentes, alguns publicados na Folha. Para evitar conflitos de interesses, há a necessidade de uma forte comissão de ética que normatize as ações e evite os exageros. Nos últimos anos, houve progresso na flexibilização dos hospitais universitários, que passaram de hospitais só de verbas para hospitais parcialmente de receita. Uma maior flexibilização é necessária, entretanto. Vi, na década de 70, um dos maiores cirurgiões da Inglaterra receber uma advertência da comissão de ética do Sistema Nacional de Saúde inglês por prestar aos doentes privados mais atenção do que aos do sistema estatal. Na medicina de hoje, com tantas opções, tantas escolhas, diferentes prioridades, decisões difíceis, a necessidade de um 'peer review' (revisão dos pares) de um comitê de

conduta não é uma firula comportamental, mas uma necessidade imperiosa, sem a qual a dupla porta é uma 'porta sem saída'. Mas repito: parabéns à Folha por levantar assunto que não tem recebido a devida atenção das nossas entidades médicas." Regis Jucá, professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE)

FOLHA DE S.PAULO o plano de saúde

1996

17/05/96/ PAINEL DO LEITOR

Saúde a granel

"Ao ler o artigo do deputado Ayres da Cunha (18/5), afirmando que 'assim como um carro, plano de saúde é um produto', só nos resta lamentar. Como deputado, deveria conhecer a Constituição do país, que obriga o Estado a editar leis que visem controlar e fiscalizar a prestação de serviços relativos à saúde. Mas o deputado tem um discurso muito claro: dono de empresa do setor, se coloca como um defensor do que o deputado Pinotti, em artigo no mesmo dia, denomina 'neoliberalismo insensível e excludente, que faz com que cada um tenha a saúde que merece de acordo com o dinheiro que tem'. Desculpe-me, deputado, lembre-se que saúde não é automóvel: a prestação de serviços nessa área não pode ser examinada sem que se ponha em relevo a dignidade da pessoa humana, tendo-se em conta a preservação da sua integridade física e psíquica." Marilena Lazzarini, coordenadora-executiva do Idec _Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (São Paulo, SP)

NACIONAL/18/05/96/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/O GOVERNO INTERFERE PARA ATRAPALHAR

Ayres Da Cunha

A notícia de que as empresas de saúde serão obrigadas a cumprir um plano padrão, que prevê a cobertura de partos e tratamentos de todas as doenças relacionadas no Código Internacional da Organização Mundial de Saúde, como Aids e câncer, é uma atitude despótica para um regime que se pretende democrático. Uma vez mais o governo resolve intervir para atrapalhar. E quem sai perdendo é o cidadão, que ficará sem opção: nem saúde pública nem saúde privada. Sabemos que o plano ideal seria aquele que pudesse cobrir todas as doenças, mas isso inviabiliza as empresas.

Os planos de saúde privados surgiram na década de 60 para ocupar o vazio criado no sistema público. Atualmente, cerca de 35 milhões de pessoas em nosso país são atendidas por convênios privados de saúde. Sucateada e falida, a rede estatal quer agora transferir para as empresas de saúde uma responsabilidade que não lhes compete.

Quando uma pessoa recorre a um plano de saúde privado, significa que fecha um contrato de acordo com o que tem condições de pagar. Os planos de saúde diferem entre si e as empresas também. Inclusive, existem diferentes planos dentro de uma mesma empresa. Cada um compra o que pode ou que melhor lhe convém pelo preço oferecido. Assim como um carro, um plano de saúde é um produto. Na linha Chevrolet, pode-se adquirir de Corsa a Omega. E, para cada modelo, há inúmeros opcionais, como ar-condicionado e toca-fitas. O mesmo acontece com planos de saúde, que têm preços diferentes para coberturas diferentes. Há pessoas que não têm o mínimo interesse em cobertura para gravidez, outras, em atendimento psiquiátrico ou Aids.

O que interessa para um jovem de 20 anos ter cobertura geriátrica? Seria justo esse indivíduo pagar mais caro por um plano que englobe atendimento a todos esses procedimentos médicos? Os preços dos planos de saúde são calculados de acordo com o que cada empresa é capaz de oferecer. Se um determinado plano não satisfaz as necessidades de um cliente, basta que ele contrate outro que tenha entre as indenizações aquela que atenda seus anseios. Quanto maior a concorrência, melhor para os consumidores, que contarão com enorme leque de opções.

Há grande preconceito contra as empresas de medicina privada, talvez porque o setor caminhe bem. Não nos opomos a uma regulamentação, em que cláusulas abusivas e injustas devem ser eliminadas. Mas não há necessidade de mais leis. Hoje as promotorias públicas e os Procons já fiscalizam os planos de saúde. O governo, em vez de dar conta da sua parte, prefere ficar redigindo propostas com o

objetivo de se autopromover. O Brasil só se desenvolverá se for administrado com mais competência e menos interferência estatal.

Ayres da Cunha, 59, médico, é deputado federal pelo PFL de São Paulo e diretor-presidente da Blue Life Assistência Médica. Foi superintendente do Hospital Albert Einstein (1972-73).

27/07/96/ PAINEL DO LEITOR

Nome aos bois

"Com relação à reportagem 'Saúde perde R\$ 2 bi com fraudes no SUS', (24/7), o Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo (Sindhosp) lamenta que a gravidade da denúncia não tenha sido comprovada com a citação nominal dos hospitais fraudadores, já que o texto afirma que 'é prática comum em parte dos 6.200 hospitais conveniados ao SUS cobrar duas vezes por uma consulta quando o paciente tem algum tipo de plano de saúde privado'. A Folha apurou essa irregularidade em que hospitais? O Sindhosp repudia veementemente a prática do denunciamento inconsequente, aquele que estampa manchetes com cifras elevadas que teriam sido produto de fraude, mas nunca cita o fraudador. Esperamos que a Folha venha a público dizer quem são os fraudadores para que estes possam ser punidos, garantindo-se, assim, mais recursos para o atendimento da população mais necessitada e preservando a imagem das instituições privadas que trabalham honestamente neste país." Dante Montagnana, presidente do Sindhosp _Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

NACIONAL /24/07/96/BRASIL/SEM FISCALIZAÇÃO, SAÚDE PERDE R\$ 2 BI

Fernando Rodrigues Paulo Silva Pinto da Sucursal de Brasília

O SUS (Sistema Único de Saúde) gasta cerca R\$ 2 bilhões por ano pagando consultas e internações a hospitais que também recebem pelo mesmo serviço dos seguros e dos planos de saúde privados.

Segundo a Folha apurou, é prática comum em parte dos 6.200 hospitais conveniados ao SUS cobrar duas vezes por uma consulta quando o paciente tem algum tipo de plano de saúde privado.

A operação é simples. Um hospital conveniado ao Sistema Único de Saúde recebe um paciente que tem plano privado.

Depois da consulta, o hospital fica livre para cobrar pelo serviço prestado tanto do plano privado como do SUS. Não há controle sobre esse tipo de cobrança dupla.

Essa prática foi relatada à Folha por funcionários do SUS na condição de não terem seus nomes revelados. Esses funcionários estão insatisfeitos com a decisão do Ministério da Saúde de não atacar essa perda de dinheiro indevida.

Metade da CPMF

Os cerca de R\$ 2 bilhões que saem por ano dos cofres do governo para pagar hospitais por um serviço já custeado pelos planos privados equivalem à metade da arrecadação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que vai ser votada hoje na Câmara dos Deputados.

O ministro Adib Jatene acredita que a contribuição servirá para cobrir o rombo de seu ministério.

Segundo a Folha apurou, é relativamente simples acabar com essa cobrança indevida por parte dos hospitais. Uma das formas é confrontar os nomes dos pacientes atendidos pelo SUS com os dos que passam pelos planos privados.

Cada nome vem acompanhado de um código que mostra o tipo de serviço prestado. Registros duplos indicariam a cobrança indevida.

O SUS é gratuito para toda a população (157,9 milhões de habitantes). Em 95, os hospitais credenciados registraram 1,2 bilhão de atendimentos. Os planos privados (incluindo seguros-saúde) têm 35 milhões de associados.

Uma maneira alternativa de coibir a cobrança dupla é fiscalizar por amostragem. Cerca de 200 dos maiores hospitais que prestam serviços ao governo respondem por aproximadamente 45% dos gastos mensais do SUS.

A fiscalização direta nesses 200 hospitais já permitira reduzir quase a 50% a cobrança em dobro.

Essa fiscalização, entretanto, poderia contrariar os empresários do setor. Consequentemente, muitos hospitais poderiam pedir descredenciamento do SUS. E isso causaria um colapso no sistema de saúde pública do país.

Os hospitais usam a cobrança dupla por considerarem baixa a remuneração do SUS e dos planos de saúde em geral.

NACIONAL /24/07/96/BRASIL/ SAÚDE PERDE R\$ 2 BI COM FRAUDES NO SUS

Controle de gastos poderia evitar perda equivalente a 50% do que o governo espera arrecadar com a CPMF

Fernando Rodrigues Paulo Silva Pinto da Sucursal de Brasília

O SUS (Sistema Único de Saúde) gasta cerca R\$ 2 bilhões por ano pagando consultas e internações a hospitais que também recebem pelo mesmo serviço dos seguros e dos planos de saúde privados.

O valor corresponde a cerca de 50% do que o governo espera arrecadar com a criação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que será votada hoje na Câmara dos Deputados.

Segundo a Folha apurou, é prática comum em parte dos 6.200 hospitais conveniados ao SUS cobrar duas vezes por uma consulta quando o paciente tem algum tipo de plano de saúde privado.

A operação é simples. Um hospital conveniado ao Sistema Único de Saúde recebe um paciente que tem plano privado.

Depois da consulta, o hospital fica livre para cobrar pelo serviço prestado tanto do plano privado como do SUS. Não há controle sobre esse tipo de cobrança dupla.

Essa prática foi relatada à Folha por funcionários do SUS na condição de não terem seus nomes revelados. Esses funcionários estão insatisfeitos com a decisão do Ministério da Saúde de não atacar essa perda de dinheiro indevida.

O ministro da Saúde, Adib Jatene, e os hospitais acreditam que a cobrança dupla é uma exceção.

Fiscalização

Segundo a Folha apurou, é relativamente simples acabar com essa cobrança indevida por parte dos hospitais.

Uma das formas é confrontar os nomes dos pacientes atendidos pelo SUS com os dos que passam pelos planos privados.

Cada nome vem acompanhado de um código que mostra o tipo de serviço prestado. Registros duplos indicariam a cobrança indevida.

O SUS é gratuito para toda a população (157,9 milhões de habitantes). No ano passado, os hospitais credenciados registraram 1,2 bilhão de atendimentos.

Os planos privados (incluindo seguros-saúde) têm 35 milhões de associados.

Uma maneira alternativa de coibir a cobrança dupla é fiscalizar os hospitais por amostragem.

Cerca de 200 dos maiores hospitais que prestam serviços ao governo respondem por cerca de 45% dos gastos mensais do SUS.

A fiscalização direta nesses 200 hospitais já permitira reduzir quase a 50% a cobrança em dobro.

Essa fiscalização, entretanto, poderia contrariar os empresários do setor. Consequentemente, muitos hospitais poderiam pedir descredenciamento do SUS. E isso causaria um colapso no sistema de saúde pública do país.

Os hospitais usam a cobrança dupla por considerarem baixa a remuneração do SUS e dos planos de saúde em geral.

10/08/96/ PAINEL DO LEITOR

Nomes dos fraudadores

"Sobre a reportagem publicada pela Folha em 2/8 intitulada 'Auditoria acusa hospitais de irregularidades', o Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo (Sindhosp) lembra que as denúncias apresentadas, segundo a Folha, ocorreram no Incor (Instituto do Coração) e Instituto Dante Pazzanese, ambos pertencentes à rede pública de saúde. Como em 24/7 a reportagem da Folha 'Saúde perde R\$ 2 bi com fraudes no SUS' afirma que 'é comum em parte dos 6.200 hospitais conveniados ao SUS cobrar duas vezes por uma consulta quando o paciente tem algum tipo de plano de saúde privado', o Sindhosp continua esperando deste veículo o nome dos hospitais privados que cometem tais irregularidades, visto que 70% da rede conveniada ao SUS pertence à iniciativa privada." Dante Montagnana, presidente do Sindhosp _ Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Resposta dos jornalistas Fernando Rodrigues e Paulo Silva Pinto _ O Ministério da Saúde sabe quais são os hospitais fraudadores. Cabe ao órgão tomar as providências.

NACIONAL /02/08/96/COTIDIANO/ AUDITORIA ACUSA HOSPITAIS DE IRREGULARIDADES

Fernando Rodrigues Paulo Silva Pinto da Sucursal de Brasília

Relatório de auditoria realizada pela Procuradoria da República em São Paulo informa que o dinheiro público destinado à saúde é gasto de forma irregular em hospitais de São Paulo.

Entre esses está o Incor (Instituto do Coração), onde o atual ministro da Saúde, Adib Jatene, ocupa o cargo de diretor científico, e o Instituto Dante Pazzanese.

Segundo o relatório, o Incor usa dinheiro do Ministério da Saúde para a compra de material cirúrgico e depois cobra esse mesmo material do SUS (Sistema Único de Saúde), ligado ao ministério. A operação é chamada de duplo faturamento pelos auditores.

Os diretores do Incor afirmam que não há nenhuma irregularidade. "O relatório deixa claro que nenhum dinheiro foi desviado, levado para casa", afirma Anadyr Marcondes, presidente da Fundação Zerbini, ligada ao Incor.

O hospital também teria jogado na conta do ministério despesas com compra de água, frutas e lavagem de roupas de pacientes particulares ou de convênios.

Por conta dessas supostas irregularidades contábeis, o Incor teria de devolver R\$ 1,6 milhão para o governo, segundo a auditoria.

Campeão

O Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia é considerado pelos auditores um dos campeões em irregularidades.

O instituto é administrado pela Fundação Adib Jatene. Embora o ministro empreste o nome à entidade, é apenas membro vitalício do conselho curador.

Apenas no mês de setembro de 94, perícia da Procuradoria da República afirma ter encontrado irregularidades em 61,04% das contas que o instituto prestou ao SUS.

Na auditoria de um período de 13 meses, haveria distorções em 48,28% das contas. Com isso, o hospital teria de devolver R\$ 1,392 milhão ao ministério.

Segundo a auditoria, existem casos de serviços simples que são faturados como operações mais caras e complexas. Uma cinecoronariografia, por exemplo, teria sido cobrada como insuficiência cardíaca, "procedimento mais caro em cardiologia clínica".

As auditorias

As auditorias abrangeram quatro anos dos hospitais analisados, de 91 a 94. Em alguns casos, se estenderam até junho de 95.

A auditoria da Procuradoria da República em São Paulo é apenas parte de uma ação que está sendo realizada em todos os Estados.

Tudo começou com a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Inamps, que finalizou seus trabalhos em 94. Os resultados foram enviados às procuradorias da República em todos os Estados. Agora começam a aparecer as conclusões das investigações locais.

Ainda é desconhecido o valor total das irregularidades no país. Segundo a Folha apurou, ele pode superar R\$ 2 bilhões ao longo de um ano em todo o país.

Esse valor equivale, aproximadamente, à metade do que o governo pretende arrecadar com a CPMF, o imposto do cheque, aprovado no mês passado.

Jatene argumenta que a CPMF é indispensável para solucionar a crise na saúde pública.

Os procuradores da República avaliam que mais fiscalização e o fim das irregularidades no sistema de saúde seriam suficientes.

"Se inexistissem esses desperdícios no nível em que foram detectados e se houvesse um controle rígido ou vontade política de fiscalizar a boa aplicação dos recursos da saúde, certamente haveria uma prestação de serviços e ações de saúde muito mais eficientes", afirmam os procuradores Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida e Januário Paludo no relatório.

ERRAMOS: 18/08/96

O quadro "Radiografia do SUS", publicado à pág. 3-3 (Cotidiano) da edição do dia 2/8, omitiu a informação de que a tabela da AMB (Associação Médica Brasileira) refere-se apenas aos honorários médicos. **ERRAMOS**

Procuradoria da República afirma que estabelecimentos cobram duas vezes do ministério; hospitais negam

1997

15/02/97/PAINEL DO LEITOR

Patrocínios ao esporte

"Pareceu-me indispensável consignar estas ponderações sobre determinados patrocínios concedidos a clubes e a profissionais do esporte, advindo os recursos, em geral de elevados portes, de origens que jamais poderiam promover-se dessas maneiras. Em especial refiro-me ao comportamento de empresas

que exploram planos de saúde de diferentes modalidades, como ainda de instituições estatais. Como esportista praticante, imitando muita gente, almejo progresso no âmbito das atividades físicas. Entretanto, paralelamente às colaborações de governos, contribuições tendo como contrapartida a efetivação de propagandas podem apenas ter origem em firmas privadas, e, quanto aos que vendem planos de saúde, julgo ser imoral perverter os desígnios fundamentais, só ligados à prestação de atendimento resolutivo, de boa qualidade." Vicente Amato Neto, professor da Faculdade de Medicina da USP _ Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

12/03/97/PAINEL DO LEITOR

Lei anti-social

"A lei que obriga os planos de saúde a cobrir todo tipo de doença tem um forte caráter anti-social. Isso porque ela levará as empresas de medicina de grupo e seguro-saúde a aumentarem o seu prêmio, tornando inviável a compra de planos de saúde pelas camadas média e baixa da população. A consequência é que haverá um aumento na demanda para o SUS (Sistema Único de Saúde), que já não consegue prestar um bom atendimento à população. Outra consequência negativa da lei é que ela tornará inviável os planos de saúde próprios das Santas Casas. Como essas instituições, que não visam lucro, poderão dar cobertura total aos seus clientes se, muitas vezes, não possuem recursos técnicos para a realização de procedimentos de alta complexidade? É lamentável que, a título de garantir total atendimento aos usuários de planos de saúde, essa lei limite ainda mais o acesso a eles." Dante Montagnana, presidente do Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo _ Sindhosp (São Paulo, SP)

*

"Sobre a reportagem 'Lei proíbe restrições de planos de saúde' (5/3): o projeto de lei do deputado Paulo Teixeira sancionado pelo governador Mário Covas vem acabar com a visão dos planos sobre 'meia saúde' e 'meia doença'. O apartheid dos planos começa a chegar ao fim. São Paulo começa a passar para a história como o primeiro Estado a decretar o fim da segregação criada pelos planos. Como portadores do HIV/Aids, há muito vimos gritando por socorro. Parece que estamos começando a ser ouvidos." Eduardo Luiz Barbosa, presidente do GIV _ Grupo de Incentivo à Vida (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/05/03/97/COTIDIANO/LEI PROÍBE RESTRIÇÕES DE PLANOS DE SAÚDE

Empresas do Estado de São Paulo serão obrigadas a cobrir todas as doenças; secretário não sabe se regra será retroativa

Rogério Schlegel da Reportagem Local

Os planos de saúde no Estado de São Paulo passam a ser obrigados a cobrir todas as doenças a partir de hoje, com a publicação de nova lei no "Diário Oficial" do Estado.

Segundo o secretário José da Silva Guedes (Saúde), a lei só produzirá efeitos concretos depois que for regulamentada.

No texto sancionado ontem pelo governador Mário Covas, é previsto prazo de 30 dias para que o governo defina abrangência e outros detalhes de sua aplicação.

O secretário não soube informar se a lei terá efeitos retroativos, isto é, se atinge contratos já em vigor.

Segundo a Abramge (Associação Brasileira de Medicina de Grupo), que reúne as empresas do setor, a lei só poderá atingir contratos assinados a partir de hoje. Mas a entidade sustenta que a lei é inconstitucional (leia texto abaixo).

Até agora, os planos de saúde não eram regulados por legislação específica, estadual ou federal, segundo o secretário Guedes. "As empresas agiam ao sabor do mercado, mas as reclamações constantes ao Procon mostram que isso não estava funcionando."

A nova legislação não permite restrição "quantitativa ou de qualquer natureza" nos planos de saúde. Atualmente, as empresas do setor costumam prever várias exclusões em seus contratos.

Boa parte dos planos não atende doenças infecto-contagiosas, como a Aids, e define limite de dias para uso de UTI a cada ano, por exemplo. Essas práticas ficam vedadas a partir de hoje.

Empresas que não respeitarem a exigência ficam sujeitas a multa de 17 mil UFIRs (R\$ 15,4 mil) por caso de descumprimento apurado, que dobra na reincidência.

Um ponto ainda não esclarecido é se a lei veta cláusulas que excluam doenças existentes antes da assinatura do contrato.

'SUS privado'

O secretário Guedes disse que, agora, as companhias privadas estão obrigadas a prestar atendimento tão abrangente quanto o do SUS (Sistema Único de Saúde), mantido pelo Poder Público.

Guedes não soube dizer se esse atendimento implica aumento de preço ao associado. "Não temos como saber. Sempre se discute quanto as empresas cobram, mas pouco se sabe sobre seu custo."

Para o advogado Arystóbulo de Oliveira Freitas, que atua na defesa do consumidor, a nova lei é positiva, mas "vem atrasada, porque os tribunais já estão cheios de ações contra planos de saúde".

Ele disse que o Estado pode definir critérios para os planos, mesmo que contrarie cláusulas firmadas entre consumidor e empresa.

Quando a empresa se relaciona com uma massa de consumidores, diz, não se pode pensar que as partes discutem em pé de igualdade.

"Nesses casos, o consumidor com frequência não está devidamente informado e chega a aceitar cláusulas claramente abusivas. Cabe à legislação e ao Judiciário intervir em seu favor", disse.

Freitas acredita que a legislação paulista vá apressar a discussão do assunto no Congresso.

20/07/97/PAINEL DO LEITOR

Apoio

"A coluna 'Joyce Pascowitch' de 15/7 noticiou fato da maior relevância: hospitais de grande porte estão cancelando o contrato de prestação de serviços com empresas operadoras de planos de saúde. Nos últimos dias o Santa Catarina e o Samaritano romperam com a Amil e temos informações de que, na sequência, medidas semelhantes serão adotadas por outros hospitais. As decisões estão sendo tomadas pelo corpo clínico de cada hospital e têm total apoio da Associação Paulista de Medicina. Não podemos mais admitir a conduta de planos privados de saúde que exploram os médicos e punem os usuários em nome do lucro." Eleuses Vieira de Paiva, presidente da Associação Paulista de Medicina (São Paulo, SP)

NACIONAL/15/07/97/ILUSTRADAJOYCE PASCOWITCH

HARPA - Em panorâmica para encontrar os mais mais da noite, Paulo Francini confere tudo na big festa que esquentou o Morumbi

CELO - De folga de todas as cifras, Jacks Rabinovich ganha escolta de Claudio Bardella (ao fundo) na estréia nos 80's de Abraham Kasisnki

SAX - Com banca de musa do jazz, Hiai Baxter, mulher do vice-presidente do banco Rothschild de Nova York, aproveita para conhecer o lado tropical das Américas em sessão rodopios no Leopoldo

Purê

Chefe de gabinete de Sergio Amaral, é o próprio Georges Lamazière quem está sendo treinado para ocupar o cargo quando o porta-voz ganhar uma embaixada daquelas.

*

A turma que convive com o rapaz está feliz da vida, certa de que a convivência com o novo chefe será das melhores _já que o rapaz é dos mais educados.

Dior

A pausa geral na agenda de Ruth Cardoso vai ter uma única concessão.

*

Colocando a casa _ou melhor, o Alvorada_ em ordem, as férias de dona primeira-dama só terão um parêntese para o social.

Já que ela não teve como escapar do black tie que festeja, domingo no Rio, o aniversário da Academia Brasileira de Letras.

Pegue-pague

Os bambambãs da indústria de massas avaliam que as vendas de macarrão devem aumentar em 15% ainda este ano _percentual bem superior aos 5% registrados em 96.

*

A causa seria o endividamento com bens duráveis:

Depois do real, o brasileiro repensa as prioridades na hora de encher o carrinho no supermercado, entrando mais massas e outros gêneros de primeira necessidade _e saindo iogurtes e outros supérfluos.

AGÁ

Da série recuerdos imperdíveis, o livro de capa dura que acompanha, em edição especial, o CD "Santa Rita de Sampa", de Rita Lee, traz dobradinha além do luxo total: junta as fotos de Bob Wolfenson com as tramas gráficas de Gringo Cardia _o predileto das stars.

Carpete

A breve passagem de parte da exposição de móveis e objetos do duque e da duquesa de Windsor _que vão a leilão pela Sotheby's de Nova York_ vai ter aterrissagem de luxo no Masp.

*

Está sendo organizado um cocktail dia 12 de agosto, preview da mostra para poucos e bons.

Trilhos urbanos

É o moderníssimo Arto Lindsay quem vai compor _e assinar_ a trilha sonora do desfile da M.Officer, dia 22 no MorumbiFashion.

*

Ele chega em São Paulo na véspera, com coisas pré-gravadas em seu estúdio de Nova York.

Cetro

A performance de Marluce Dias da Silva na Globo está estreando fase jamais vista no pedaço.

*

Os comentários dos frequentadores da cúpula garantem que em toda a história da emissora, jamais se viu tamanha influência de algum funcionário junto aos patrões.

Cruz vermelha

Experts no tema garantem que a confusão em torno dos planos de saúde pode ganhar capítulo extra.

*

A avaliação é que o rompimento da Amil com o hospital Santa Catarina pode ter efeito dominó.

Ou seja, outros hospitais de peso estariam para romper com outras empresas do tipo.

E-mail joyce@uol.com.br

13/09/97/PAINEL DO LEITOR

Bode na horta

"É pura maquiagem o novo projeto do governo de regulamentação dos planos de saúde (12/9). Legítima a exclusão de doenças preexistentes, limita o tempo de internação e fixa carências. Não prevê a livre escolha nem o atendimento a vítimas de epidemias e calamidades. Deixa o Ministério da Saúde fora da fiscalização e dá poder demais à Susep (Superintendência de Seguros Privados). Ou seja, põe o bode como guardião da horta." Mário Scheffer, membro do Conselho Nacional de Saúde (São Paulo, SP)

22/09/97/PAINEL DO LEITOR

Apoio

"Da mesma maneira como apoiei a reivindicação dos PMs, apoio integralmente os médicos da Beneficência Portuguesa e seu diretor dr. Antonio Ermírio de Moraes, aqueles por terem cobrado 'por fora' honorários de pacientes do SUS, filho do INPS e do Inamps, que tanto vilipendiaram a profissão hipocrática, inclusive com nepotismo e corrupção. Apoio também os médicos que cobram dos pacientes conveniados e dos inúmeros planos de saúde. Há um visível desrespeito à profissão médica e isso tem relação direta com os aviltantes salários, honorários e tabelas pagos à profissão que abracei." Carlos Luiz Campana (Santos, SP)

Descer do palanque

"Já é hora de o governo FHC descer do palanque e assumir uma postura de defesa da sociedade diante do poder econômico dos planos de saúde." Orlando Januário dos Santos (Belo Horizonte, MG)

30/09/97/PAINEL DO LEITOR

Lucro fácil

"A questão dos planos de saúde para os idosos em discussão no Congresso contém exageros de ambos os lados. Os planos de saúde querem, em certos casos, mais do que o dobro do preço para o idoso em relação ao jovem nas mensalidades. O Congresso quer preços iguais para ambos. Os culpados são os planos de saúde que, adotando a desumanidade em prol do lucro fácil, exorbitaram, pois se cobrassem apenas um pouco mais dos idosos _como por exemplo 20% de 60 até 69 anos e 30% de 70 anos em diante_ tudo estaria em paz e ninguém os estaria incomodando." Félix Buttler (Poços de Caldas, MG)

12/10/97/PAINEL DO LEITOR

Contrato justo

"José Aristodemo Pinotti inverteu o sentido dos planos de saúde. Impor-lhes a cobertura de transplantes, inseminação artificial, órteses e próteses e hipertensão, Aids, diabetes, câncer, sem carência, elevará aos céus os seus custos, tornando-os inviáveis para a grande maioria dos 44 milhões de usuários. O que realmente almejamos é um contrato justo, equilibrado, que satisfaça ambas as partes." Mario Ladeira Borges (Belo Horizonte, MG)

18/10/97/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Acompanhar o noticiário sobre o projeto de lei regulamentando os planos de saúde é de deixar qualquer um doente. E ainda correr o risco de não ser aceito por nenhuma empresa, porque podem alegar tratar-se de doença preexistente." Carlos Eduardo Favaron Malluta (São Paulo, SP)

20/10/97/PAINEL DO LEITOR

Personalidade

"Adib Jatene foi um ministro da Saúde de personalidade. Devia pensar com os seus botões: 'A CPMF é para somar, não para complementar; ou tenho dinheiro e faço o que é preciso ou chuto tudo'. Os planos de saúde nunca terão ética se não houver ministro pensando como Adib Jatene, acrescido de um dado: saúde pública tem que ser meta de prefeito, ficando o ministério com o trabalho preventivo e os hospitais de referência." Luiz Ribeiro de Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

Tratamento preferencial

"O presidente FHC só está disponível para empresários, banqueiros e empresas de planos de saúde, ou seja, os únicos satisfeitos com a atual política econômica. Aos que questionam, só resta a truculência da polícia que mata no Carandiru, na favela Naval." Paulo Tavares (São Paulo, SP)

27/10/97/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Médico que não medica, hospital que não hospitaliza e advogados que processam moribundos. Contratos leoninos que possuem a seu favor, além de letrinhas miúdas, uma Justiça medieval! E os deputados federais aprovam com alegria o novo projeto para o setor! É demais!" Paulo Boccato (São Paulo, SP)

17/11/97/PAINEL DO LEITOR

Assistência médica

"Das direções dos planos de saúde praticamente nunca recebemos boas notícias. Reajustes enormes das taxas, períodos de carências, mas resolutividades e interesses, sobretudo relacionados com polpudos lucros, são acontecimentos, entre outros, quase sempre ligados a eles. Contudo, novas inadequações estão surgindo ultimamente. Uma delas é a enganosa promoção vinculada a remoções em emergências. É imperioso, portanto, coibir essas promoções irreais e exigir respeito à ética." Vicente Amato Neto (São Paulo, SP)

1998

01/02/98/PAINEL DO LEITOR

Jogando conversa fora

"Em 15/1 pude ver, pela TV Senado, um péssimo exemplo de falta de educação por parte de alguns excelentíssimos senadores. Enquanto o senador Sebastião Rocha proferia seu discurso sobre a regulamentação dos planos de saúde, alguns senadores (ACM, Sarney e Pedro Simon) batiam papo descontraidamente, sem prestar a menor atenção ao que dizia seu colega. E pensar que estamos pagando verdadeiras fortunas para esses senhores..." Edilvo Mota (Araguari, MG)

02/02/98/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"O Senado Federal está prestes a apreciar e votar a regulamentação dos planos de saúde. Com certeza, as supressões propostas pelo relator Sebastião Rocha ao projeto aprovado na Câmara serão violentamente torpedeadas, devendo prevalecer o texto que interessa ao governo, às empresas de medicina de grupo e às seguradoras dos grandes bancos. Algumas destas já fizeram suas parcerias com congêneres estrangeiras, sinalizando para um futuro bem próximo grandes cartéis da saúde. Apostam que até o ano 2000 mais de 50 milhões de brasileiros estarão inseridos nesse contexto alternativo. Os interesses dos usuários e dos prestadores de serviços, como sempre, não serão valorizados." Antonio Celso Nunes Nassif, presidente da Associação Médica Brasileira (São Paulo, SP)

26/02/98/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Bill Clinton defendeu enfaticamente, em discurso recente, que o superávit projetado pelo crescimento econômico norte-americano seja aplicado em subsídios para creches, saúde para a Terceira Idade,

seguro-desemprego e beneficiários do Medicare, a assistência médica dos EUA. Clinton percebeu que o povo americano não suporta mais os 'pacotes de saúde' das seguradoras, com restrições de atendimento. O Brasil vende a imagem de sua sintonia com a modernidade, mas se comporta como um avestruz na contramão. A regulamentação dos planos de saúde aprovada pela Câmara, a entrada de seguradoras estrangeiras nesse mercado no país, os pacotes de assistência médica gerenciada propostos aos médicos por diversas empresas são peças de um único jogo: impor, por aqui, a mercantilização da medicina, que tira a autonomia do médico, prejudica o paciente e, por isso, já teve sua falência decretada em países mais desenvolvidos." Regina Ribeiro Parizi Carvalho (São Paulo, SP)

06/05/98/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"É alarmante o número de recusas de cobertura por algumas empresas de assistência médica, cujos contratos, leoninos, exageram nas vantagens para as empresas e restringem os direitos dos conveniados. As coberturas devem ser generalizadas a todas as patologias, independentemente do contrato. Até inúmeros casos de Aids já foram e estão sendo cobertos por empresas, conforme se verifica em número convincente de decisões judiciais. Seria consentâneo que os legisladores consultassem essas decisões, notadamente agora, que se cogita da regulamentação." Manuel Morales (São Paulo, SP)

09/05/98/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"João Elísio Ferraz de Campos, presidente da Fenaseg, confundiu alguns conceitos no seu artigo de 22/4 (pág. 1-3, Opinião) sobre a regulamentação dos planos de saúde. Acredito que ele seja bem-intencionado, mas um pouco mal-informado. Assim, como professora, proponho-me a ajudá-lo: 1) Entre setor de autopeças, atacado de secos e molhados, companhias de turismo, setor imobiliário, para citar alguns exemplos, e o setor de planos e seguros de saúde existem diferenças substantivas. Talvez o senhor desconheça, mas gente é diferente! 2) Não são 'os seguros-saúde que oferecem um cardápio', como o senhor diz. Há erro no sujeito e na forma verbal: nós, cidadãos em geral, somos oferecidos como cardápio para os planos de saúde." Marize Carvalho Vilela (São Paulo, SP)

NACIONAL/22/04/98/OPINIÃO/TENDÊNCIAS/DEBATES/PELA REGULAMENTAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE

A discussão em torno do projeto que regulamenta os seguros e planos de saúde é tomada pelo sensacionalismo

João Elísio Ferraz De Campos

Mais uma vez, a discussão em torno do projeto de regulamentação dos seguros e planos de saúde, na reta final para votação no Senado, é tomada pelo sensacionalismo e pelo emocionalismo de setores que, pretensamente falando em nome da sociedade, alimentam um clima de confusão e desconfiança que em nada contribui para a compreensão do problema pelo cidadão comum _aquele que usa o sistema de seguro de saúde privado no Brasil, precisa desse sistema e se beneficia dele.

Para que esta não se torne mais uma entre tantas alegações já publicadas sobre o conteúdo do projeto aprovado pela Câmara, precisamos, antes de mais nada, colocar os pingos nos is.

Seria bem mais fácil enfrentar o problema se os setores contrariados com o projeto não mistificassem aquilo que é a base doutrinária do seguro-saúde _o mutualismo, uma palavrinha não muito usual, mas de significado bastante simples, que explica como o sistema funciona, seja aqui no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo.

Quem paga o tratamento de uma doença não é uma sociedade seguradora, uma cooperativa médica ou uma empresa de medicina de grupo, mas o cidadão consumidor, a partir das mensalidades que assumiu. É a soma das mensalidades de cada um que viabiliza o tratamento das doenças de todos.

Outro grande erro é tentar incutir nas pessoas a idéia de que o seguro-saúde está aí para substituir o Estado. Em todos os países, a ação da iniciativa privada é complementar à do Estado. Hoje, o que se vê são pessoas, mesmo aquelas não interessadas em nenhum processo de privatização, preferindo que essa ação complementar ocorra com a assistência médica no Brasil.

Iludem-se aqueles que pensam que essa preferência é dos cidadãos de classe média alta. Ao contrário. Consumidores do proletariado urbano, atendidos por intermédio dos seguros coletivos pagos pelo empregador, têm manifestado frequentemente sua satisfação com o sistema de assistência médica privada no país.

Defendemos a aprovação do projeto, em primeiro lugar, pelo fato de regulamentar o setor como um todo. Não é possível que as seguradoras se submetam a um regime de supervisão e fiscalização como

o da Superintendência de Seguros Privados e que os outros segmentos dessa área _medicina de grupo, cooperativas médicas e sistemas de autogestão_ não estejam sujeitos a nenhuma regulamentação. Mas o projeto não se limita a isso. Grande parte dos problemas que a sociedade enfrenta ultimamente vai acabar a partir do momento em que se estabelecer que os planos de saúde só poderão ser cancelados por falta de pagamento após 60 dias, o que é mais do que compreensível, pois de outra forma as empresas seriam condenadas à falência. A outra hipótese para cancelamento, óbvia, é no caso de fraude.

A internação hospitalar sem limite vai servir também para evitar alguns excessos, cometidos no passado por uma minoria de empresas que estabeleciam internações com limites inaceitáveis pelo consumidor. Além disso, corrige-se a questão da doença preexistente, limitando todas as alegações desse tipo ao prazo de dois anos, cabendo à empresa o ônus da prova.

Consagra-se, ainda, a garantia de permanência no plano coletivo para aposentados e demitidos, além da obrigatoriedade de que o custo para todas as idades conste do contrato original.

O projeto proíbe o aumento de mensalidades para maiores de 60 anos e estabelece _o que é de extrema importância para o sistema de saúde público_ que a empresa de saúde fica obrigada a reembolsar o SUS no caso de utilizar os seus serviços.

As expectativas de muitas empresas sobre a reavaliação dos custos de seus serviços, segundo as novas regras do projeto, geraram desinformações na mídia. Surgiram notícias de que seguradoras ameaçavam colocar os preços das mensalidades na estratosfera.

Podemos garantir que aumentos, quando existirem, serão em patamares perfeitamente assimiláveis pelo consumidor. Sem nenhum assombro, pois o que vai acontecer é simplesmente uma adequação dos contratos às novas exigências do projeto de lei.

A rigor, não há nenhuma mágica para resolver a equação dos custos. Na prática, os seguros-saúde oferecem um cardápio no qual o usuário escolhe o serviço que melhor corresponda às suas necessidades.

Hoje, os planos mais completos oferecidos pelas seguradoras custam, em média, R\$ 100. Outros planos, mais limitados, variam de R\$ 30 a R\$ 50. Se o Congresso, no entanto, obrigar a sociedade a consumir apenas planos completos, com certeza os usuários de planos menos abrangentes sofrerão aumentos de até 100%. Não vamos nos iludir com isso.

Também não se compreende a resistência de alguns setores à participação do capital estrangeiro. Vale lembrar que, no caso da saúde, trata-se de capital de risco e de natureza não-especulativa. Do nosso ponto de vista, essa concorrência é bem-vinda e saudável, e o consumidor só terá a ganhar com ela.

O que esperamos é que o Senado, responsável pela manutenção do equilíbrio do país, tenha o cuidado de evitar que o Sistema Único de Saúde seja sufocado pelo retorno de cidadãos que, no passado, ao optar por coberturas privadas, desoneraram o Estado.

João Elísio Ferraz de Campos, 54, é presidente da Fenaseg (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização).

15/05/98/PAINEL DO LEITOR

Novos planos de saúde

"Os idosos e aposentados do INSS _classe média decadente_ estão apavorados com o projeto de lei que regulamenta os planos de saúde aprovado pelo Senado. Há quatro pontos polêmicos que necessitam de modificações. Entre eles, o que se refere à proibição de reajustes por faixa etária a partir dos 60 anos, condicionada a filiação de pelo menos dez anos, cuja efetivação representará o holocausto da velhice. Qual o critério usado para a proibição de reajustes por faixa etária? Por que dez anos? Por que não oito? Ou cinco? Por que não as futuras filiações? E os planos cujos contratos não se referem a faixas etárias e sim custos únicos? E os direitos adquiridos por esses contratos? É evidente, também, que o custo do plano hospitalar irá para a estratosfera e o atendimento ambulatorial resvalará para a vala comum." José Siqueira, presidente da União Independente de Aposentados (São Paulo, SP)

19/05/98/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Com a aprovação do projeto de regulamentação dos planos de saúde, o governo conseguiu a façanha de desagradar às duas principais partes envolvidas num atendimento de saúde: os prestadores (entidades médicas) e os usuários. A quem interessa, então, a aprovação e tal projeto? Fica cada vez mais evidente que os grandes interessados seriam os elaboradores desse projeto: as grandes seguradoras, pertencentes a grandes bancos (muitos de capital estrangeiro), interessados em explorar e faturar alto com a doença de um povo cada vez mais desprovido de um sistema de saúde pública

decente e de uma classe médica cada vez mais sofrida, estressada e 'proletariada.'" Milton Carlos Malaghini (Curitiba, PR)

22/05/98/PAINEI DO LEITOR

Planos de saúde

"O jornalista Luís Nassif, na edição de 14/5 (pág. 2-3, Dinheiro), faz considerações depreciativas a respeito do meu trabalho na relatoria do projeto de lei que regulamenta os planos e seguros de saúde. Travestido de defensor dos consumidores, demonstra, ao condenar o ressarcimento ao SUS, que a sua caneta está a serviço das operadoras, pois na realidade essa norma irá beneficiar 120 milhões de brasileiros que não dispõem de planos de saúde. Apesar das limitações regimentais impostas à relatoria, creio que a proposta por mim apresentada levou em conta, sobretudo, o fato de a matéria envolver um bem inalienável _a própria vida humana. O projeto foi aprovado por consenso na Comissão de Assuntos Sociais e no plenário do Senado. Os aprimoramentos foram feitos com zelo e reflexão. Pelo menos cumpri com a minha obrigação. As mudanças no Senado foram poucas, mas importantes, garantindo melhor equilíbrio entre as necessidades dos usuários e o mercado. A existência de uma lei, embora não seja a esperada por todos nós, tira os consumidores da condição de reféns, repetidamente lesados na selvajaria que impera no setor de planos e seguros de saúde no país. Relevo as discordâncias de ordem pessoal, mas refuto, veementemente, o tom jocoso e preconceituoso utilizado pelo colunista, que revela, mais uma vez, a discriminação ao Norte, tendo em vista ser o relator um parlamentar amapaense." Sebastião Rocha, senador pelo PDT-AP (Brasília, DF)

NACIONAL/14/05/98/DINHEIRO/LUÍS NASSIF/O MASOQUISMO CÍVICO DA SAÚDE

Ou é masoquismo cívico, ou é ignorância. Não há outra maneira de interpretar as comemorações de presumíveis defensores dos contribuintes sobre a lei de planos de saúde votada esta semana pelo Senado.

Há diversas maneiras de beneficiar o consumidor. Promover a competição entre os planos, obrigá-los a redigir contratos transparentes _e cumpri-los_, impedir abusos de poder econômico, como mudanças de regras no meio do caminho, promover políticas de redução de custos sem afetar a qualidade dos serviços e assim por diante. Ou mesmo impedir o duplo pagamento _de pacientes que se internam pelo SUS e pagam os planos de saúde.

O que o Senado fez foi o oposto. Transferiu a conta de uma série de despesas que eram de responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) para os usuários de planos de saúde _os presumíveis beneficiários das medidas.

Pela Constituição, o Estado se propõe a dar atendimento universal à saúde de todos os brasileiros. Não consegue, obviamente. Assim, dos 160 milhões de brasileiros, 40 milhões passaram a pagar um duplo imposto _o imposto que financia a saúde pública e o plano particular, que garante a sua saúde.

Havia uma série de doenças que quem não estivesse incluído em um grupo de risco não seria obrigado a bancar. Em geral, essas doenças recaíam sobre o SUS. Injusto? Provavelmente não, já que há uma série enorme de procedimentos que os usuários dos planos privados já pagam, desonerando o SUS.

O que os senadores fizeram foi transferir esse estoque adicional de procedimentos de alta complexidade para os clientes de planos privados. Veja a lógica.

1) Suponha que o conjunto de procedimentos para atendimento a um determinado grupo de clientes de um plano de saúde custe 500. A seguradora adiciona 15% de margem, o preço total vai para 575 e é rateado por todos os segurados.

2) Aí vem o nobre senador Sebastião Rocha e diz o seguinte: vocês vão ter de pagar por uma série adicional de procedimentos, que não constava de seu plano original. O consumidor não necessitaria, já que não pertence a nenhum grupo de risco. Mas é obrigado a aceitar a conta. Se esses procedimentos onerosos ampliarem as despesas para 600, as seguradoras acrescentam mais 15% e o custo do plano salta para 690. Nesse exemplo, há um aumento de 20% para todos os segurados, por conta do presente do senador Rocha.

3) Com a medida, o SUS se viu desonerado de 100 _que foram transferidos para os planos privados. Quem paga impostos, em geral, é esse contingente de 40 milhões de pessoas. Transfere-se para eles a despesas do SUS, mas não se reduzem os impostos que pagam. Qual a conclusão? Pagam-se mais impostos pelo mesmo tipo de serviços.

Para os médicos é uma beleza. Hoje em dia, pelos procedimentos complexos são remunerados pelo SUS _que paga uma mixaria. Com as mudanças, receberão dos clientes de planos privados. Para os clientes, ocorreu um aumento de impostos em cima do setor que mais paga impostos na economia.

Justiça e engodo

É medida de justiça social? Pode até ser. Assim como é justo que, após os 60 anos, os segurados não sofram mais reajustes em suas prestações. Mas quem banca é o conjunto de segurados privados.

A loucura dessa história não é a prática em si _políticas tributárias progressivas (nas quais quem ganha mais paga proporcionalmente mais) obedecem a princípios de justiça social_, mas essa comemoração absurda, onde quem leva ferro comemora como se tivesse sido o privilegiado, e o senador que propôs o aumento de tributos seja apresentado pela mídia como herói dos contribuintes.

Seu busto merecia ser entronizado é na Receita Federal.

28/05/98/PAINEL DO LEITOR

Ministro da Saúde

"Muito oportunas as colocações de Josias de Souza durante o programa 'Roda Viva', da TV Cultura, dia 25/5, com o ministro José Serra. A propósito da mesma entrevista, não me considero um desinformado sobre a lei dos planos de saúde, conforme retrucou o ministro diante de minha crítica à lei enviada ao programa. Está lá cravada no artigo 11 do texto aprovado pelo Senado a exclusão do atendimento a doenças preexistentes. Já o artigo 12, inciso 1, regulamenta os planos 'caça-níqueis', que só cobrirão consultas médicas. Ainda sobre o 'Roda Viva': o ministro tachou duas vezes os portadores do HIV de 'aidéticos', termo pejorativo que deve ser evitado, conforme manuais do próprio Ministério da Saúde." Mário Scheffer, representante das ONGs/Aids no Conselho Nacional de Saúde (São Paulo, SP)

05/11/98/PAINEL DO LEITOR

Plano de saúde ideal

"Senhor ministro da Saúde: o melhor plano de saúde é o SUS. Não há carências nem limite de idade e atende todos os procedimentos médicos e todas as doenças. Por isso é o que deve ser priorizado para atender a população, hoje tão carente de um bom atendimento médico. Grandes hospitais brasileiros, especialmente os hospitais universitários e as fundações, têm no atendimento pelo SUS o seu maior contingente... Os planos de saúde estarão sempre visando lucro, dentro da filosofia capitalista, não importando as novas medidas, que sempre ficam no papel." Mário Negreiros dos Anjos (Niterói, RJ)

06/11/98/PAINEL DO LEITOR

Idosos punidos

"Para o plano 666 do governo _cabalístico e infernal_ são intimidados a pagá-lo os velhos, os aleijados, os paralíticos, as viúvas solitárias, os doentes já em cadeiras de rodas que um dia se submeteram a concurso público, com multidões de concorrentes, e foram limpamente aprovados. Hoje, com mais de 65 anos, são atirados à miséria por FHC. Como irão pagar os planos de saúde? Como honrar seus aluguéis e condomínios? Como adquirir os remédios necessários a preço de ouro? Quando serão chamados a pagar a conta astronômica os arrogantes sonegadores e os banqueiros falidos que dançam no carnaval da impunidade?" Dalil Saad (São Paulo, SP)

19/12/98/PAINEL DO LEITOR

Plano de saúde

"Em referência ao artigo do jornalista Luís Nassif intitulado 'Gerenciamento da saúde' e publicado no caderno Dinheiro em 12/12, temos a informar que, diferentemente do afirmado, a empresa de planos de saúde Medial Saúde apresenta reclamações junto ao Procon. No período de 15/12/93 a 30/10/98 foram registradas 74 reclamações fundamentadas contra a Medial Saúde, sendo 36 não atendidas, 30 atendidas e oito em andamento na área técnica da saúde. Os problemas relatados pelos consumidores que procuraram a Fundação Procon-SP estiveram relacionados com contrato (descumprimento ou cancelamento), questionamentos quanto a reajustes das mensalidades e negativas da empresa em fornecer guias de internação ou exames. A Fundação Procon-SP coloca um telefone à disposição para consulta do cadastro de reclamações fundamentadas: (011) 3824-0446 (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h)." Maria Inês Fornazaro, diretora-executiva da Fundação Procon-SP (São Paulo, SP)

NACIONAL/12/12/98/DINHEIRO/LUÍS NASSIF/GERENCIAMENTO DA SAÚDE

O modelo de saúde privada em vigor até agora é um monumento ao desperdício. Os planos asseguram coberturas em qualquer tipo de hospital. Com base nesse aumento da demanda, grandes hospitais tiveram crescimento extraordinário, fundado na hotelaria e em equipamentos sofisticados, mas sem nenhuma preocupação com custos. Tudo é repassado para os clientes dos planos de saúde. Até algum tempo atrás, a gestão financeira se dava na administração dos prazos em ambiente inflacionário. Sem

inflação, o jogo ficou para gente grande. Com a regulamentação do setor, permitindo a comparação entre planos, só os profissionais irão sobreviver.

Empresa relativamente pequena, perto dos gigantes do setor, voltada mais para o segmento empresarial do que para o mercado de varejo, a Medial Saúde vem servindo de modelo para o Ministério da Saúde incorporar novas práticas ao modelo de gerenciamento da saúde. Com 34 anos, 400 mil associados, R\$ 193 milhões de faturamento e sem queixas no Procon, a Medial dispõe de um corpo de empresas-clientes cujo tempo médio de ligação é de 14 anos.

Menos que o sucesso empresarial, o que importa em sua história é o modelo de gerenciamento de saúde implementado. Há alguns anos, a empresa passou a incrementar o conceito de "gestão de risco" e não meramente o de cobertura de sinistros, como ocorre com o mercado brasileiro. Montou bancos de dados informatizados, séries históricas de procedimentos e diagnósticos, e recorreu a uma consultoria atuarial americana para mapear todos os tipos de riscos de sua clientela, de maneira integrada.

Com base em um histórico de três anos, a empresa convocou os principais especialistas conveniados e, junto com seus próprios especialistas, passou a mapear todos os procedimentos médicos. Montou um conjunto amplo de protocolos clínicos pelo qual são definidos previamente todos os passos embutidos em cada procedimento médico, passando a ter controle amplo sobre os custos de cada estatística e a incidência em cada grupo de risco.

Quando o médico ultrapassa a média, recebe uma cartinha informando que está acima do custo. O controle de qualidade é feito por meio de pesquisas com os clientes.

A melhor percepção de custos permitiu à Medial negociar redução de até 15% com seus fornecedores, e, em vez de pagar por procedimentos, passa a pagar por cobertura. Ou seja, o hospital recebe um fixo por mês, referente ao universo atendido, e administra seus próprios custos.

Além disso, a empresa passou a trabalhar com indicadores de qualidade hospitalar, como tempo médio de permanência, mortalidade, infecção, reinternações etc. A empresa tem 60 hospitais credenciados em São Paulo, 40 dos quais bem monitorados. E tem três hospitais próprios, onde criou núcleos para estudo e tratamento de patologias crônicas, para a implantação de políticas preventivas de saúde, ponto focal para a redução de custos. Por exemplo, o diabetes atinge de 4% a 6% da população e representa 14% do custo de saúde nos EUA.

Novas incursões

O conhecimento profundo da estatística permitiu à empresa incursões por terrenos novos, como planos de saúde com remédios incluídos.

Os estudos de custos mostraram que a ida ao médico representa 25% do custo do tratamento. Os outros 75% são derivados de pedidos feitos pelo médico. Por isso mesmo, a descontinuidade do tratamento, ou a ida a vários médicos, encarece demais os planos.

Para administrar os custos, a empresa construiu sete centros de saúde, dotados dos principais exames de laboratórios e das principais especialidades médicas. Em cada centro, colocou três médicos de família, incumbidos de monitorar o atendimento à sua clientela. Para se filiar ao plano, o cliente terá de aceitar esse monitoramento dos médicos de família, que permitirá a racionalização do tratamento.

O levantamento estatístico dos tratamentos permitiu identificar 220 sais básicos, para a fabricação de remédios.

26/12/98/PAINEL DO LEITOR

Recuo

"Depois de ganhar os holofotes da mídia, posando de bonzinho para a opinião pública, o governo recua e adia por um ano a regra mais importante da regulamentação dos planos de saúde: a possibilidade de cobertura de todas as doenças. Vitória do poderoso lobby da medicina de grupo e seguradoras, o mesmo que luta para manter a isenção previdenciária escondida sob a égide de entidades filantrópicas. Derrota para milhões de usuários dos planos de saúde, considerados cidadãos de segunda linha sem direito ao atendimento integral." Mário Scheffer, membro do Conselho Nacional de Saúde (São Paulo, SP)

1999

02/02/98/PAINEL DO LEITOR

Inativos

"O ministro José Serra afirma, com razão, que o aumento de mensalidades nos planos de saúde para clientes com mais de 60 anos é 'crueldade social'. A expressão se aplica, com mais propriedade ainda, à atitude do governo de reduzir os vencimentos dos aposentados. A medida outra coisa não é senão confisco batizado de 'contribuição'. O governo, com apoio da mídia, trata os aposentados como se fossem parasitas da nação. Aposentadoria não é dádiva, é o retorno das contribuições de uma vida de trabalho. FHC, que gosta de dizer que o país não é subdesenvolvido, mas injusto, revela-se mestre na prática da injustiça. "Madalena A. Wagner (Munique, Alemanha)

13/02/98/PAINEI DO LEITOR

Planos de saúde

"É um disparate! O Ministério da Saúde anunciou que vai criar uma organização não-governamental para acompanhar a regulamentação dos planos de saúde. A suposta ONG teria a mesma função da Câmara de Saúde Suplementar, que já reúne governo, médicos, consumidores e empresas. Também assumiria as atribuições legais de controle social e fiscalização do Conselho Nacional de Saúde, colegiado máximo com poder deliberativo e representação paritária. Não faltam instâncias, mas sim ações imediatas para combater as mensalidades abusivas dos planos e a desinformação generalizada sobre as armadilhas da lei. "Mário Scheffer (São Paulo, SP)

Banco de onde?

"Vivemos realmente numa terra onde faltam demonstrações de amor à pátria. O Hino Nacional quase não é cantado, os demais símbolos nacionais são pouco valorizados e por aí vai... Como se tudo isso não bastasse, alguém teve a infeliz idéia de adotar para o Banco do Brasil a seguinte comunicação visual: 'BB Personal Banking'. Só não aceito a desculpa de que tudo isso é devido à globalização. Protesto! "Sergio Amaro de Bastos Santos (Belo Horizonte, MG)

14/07/99/PAINEI DO LEITOR

Convênios e saúde pública

"Li, com espanto, o artigo de Antonio Pentead Mendonça (Dinheiro, pág. 2-2, 9/6) sobre planos de saúde. O articulista tem a coragem de afirmar, criticando os promotores públicos: 'Ainda não lhes caiu a ficha: são os planos de saúde privados que mantêm o Hospital das Clínicas'. É demais! Cálculos publicados também na Folha pelo professor José Aristodemo Pinotti demonstram que em 1997, quarto ano da 'segunda porta', os recursos que entraram pelos convênios significaram somente 1,2% do orçamento do Hospital das Clínicas, somados os recursos do Tesouro e do SUS. Portanto, o que ocorre é exatamente o contrário: é o Hospital das Clínicas, com dinheiro público, que ajuda a aumentar o lucro dos convênios, usando, para isso, o absurdo ético da 'segunda porta'. "José Evilasio de Jesus (São Paulo, SP)

NACIONAL/09/06/1999/DINHEIRO/PLANOS DE SAÚDE, O NÓ CONTINUA

Antonio Pentead Mendonça

Uma análise a respeito da qualidade da saúde pública dos países latino-americanos, recentemente publicada na Inglaterra por uma consultoria especializada, colocou o Brasil na vergonhosa situação de ficar à frente apenas de Guatemala, Haiti e Bolívia. Na medida em que o país tem o maior PIB do continente, um trabalho como esse reforça a certeza de que estamos caminhando na direção errada e que, se insistirmos em deixar a saúde da população de lado, o quadro pode se agravar. Aliás, essa certeza é quase semanalmente confirmada por notícias como o comércio da morte no maior hospital do Rio de Janeiro, a instalação da dengue na cidade de São Paulo, o sangue contaminado no homocentro de Pernambuco etc. O que fica claro é que o poder público, no mínimo, perdeu completamente o controle do jogo, não sabendo para onde ir, em meio a escândalos de corrupção, incompetência, inércia, nepotismo e o que mais se quiser, minando a saúde do Brasil inteiro. Culpar o atual ministro da Saúde pela realidade caótica de seu ministério seria agir com má-fé. José Serra foi para o ministério com a missão quase impossível de inverter o quadro, o que ele tem tentado fazer com todas as forças, mas sem encontrar eco nas demais esferas do governo. Agora mesmo, o Ministério Público de São Paulo vai contribuindo para piorar uma situação insustentável, decorrente dos estragos causados pela demagogia e pela falta de visão do Brasil real que ataca boa parte da classe política nacional. Ao exigir que o Hospital das Clínicas e seus institutos deixem de atender de forma diferenciada os titulares de planos de saúde conveniados, os promotores paulistas estão prestando um enorme desserviço ao país, condenando-nos a continuar vivendo dentro de um palco dantesco, em que os círculos do inferno permanecem reservados aos mais pobres. Ainda não lhes caiu a ficha: são os planos de saúde privados que mantêm o Hospital das Clínicas e os seus institutos em condições operacionais, remunerando-lhes os serviços de forma correta e permitindo-lhes atender os milhares de abandonados da sorte, que

diariamente procuram os seus serviços gratuitos, sendo invariavelmente atendidos dentro de padrões muito superiores aos da imensa maioria dos hospitais brasileiros. Fosse o complexo hospitalar da Universidade de São Paulo depender dos repasses do SUS, com certeza sua capacidade de atuação seria outra, bem mais parecida com a lastimável realidade apontada pela consultoria inglesa. E é aqui que chegamos a um ponto da maior importância para o futuro da saúde pública nacional: o futuro dos planos de saúde privados, que, de acordo com a lei, devem estar reestruturados até o final do ano. Não é necessária nenhuma informação privilegiada para perceber que, apesar de todo o estardalhaço que foi feito, as operadoras de planos de saúde estão andando de lado e foram lançados pouquíssimos planos novos. A razão para isso é simples: do jeito que está a saúde pública brasileira, e com as novas regras, a sensação que se tem é que o governo está querendo transferir o mico para os planos privados, deixando a seu cargo bancar o prejuízo de um sistema falido e que não tem cura enquanto não for mudada boa parte das práticas adotadas. Só que há motivos mais sérios ainda para preocupação: do jeito que a lei está redigida, pelo menos metade dos 40 milhões de brasileiros que hoje contam com planos de saúde privados estará, a partir do ano que vem, engrossando as filas do SUS, expulsa de uma rede simples, mas eficiente, que presta um serviço inestimável ao sistema brasileiro de saúde pública. Os pequenos hospitais do interior e das periferias das grandes cidades não têm a menor condição de realizar nenhum tipo de transplante; no entanto, eles atendem, e bem, mais de 90% dos casos. Oferecendo planos de saúde com coberturas simples, mas por preço baixo, esses hospitais atendem as necessidades básicas desses cerca de 20 milhões de brasileiros que os procuram para um parto, uma operação de apendicite ou um braço quebrado, além de viabilizar seu funcionamento por meio da cobrança das mensalidades dos planos, o que lhes permite atender mesmo com o governo pagando mal. Como a nova lei dos planos de saúde obriga todos os planos a garantir alguns tipos de transplante e outros procedimentos complexos, esses hospitais deixarão de existir, impossibilitados de se adequar às novas regras. Mas essa não é a única ameaça que paira sobre o futuro da saúde pública brasileira. Outras normas sem pé nem cabeça também estão aí, prontas para fazer a sua parte, em nome da demagogia e das "boas intenções" que há 400 anos emperram este país. Ou o governo revê o que está sendo feito e encara a realidade com o pé no chão ou, do ano que vem em diante, correremos o sério risco de conseguir a proeza de ficar atrás dos três únicos países que hoje, no continente latino-americano, têm saúde pública pior do que a nossa.

Antonio Penteadó Mendonça, 46, advogado, é consultor de seguros e diretor do Centro do Comércio do Estado de São Paulo. E-mail: pentmend@penteadomendonca.com.br

2000

04/06/00/PAINEL DO LEITOR

Desabafo

"Governo? 1) Feira de Hannover: a) verbas exageradas, ausência em catálogos, desorganização; b) personagens envolvidos: Paulo Henrique Cardoso e Fernanda Bornhausen Sá. Parentes... 2) Planos de saúde. Tentei o dia inteiro o telefone para denúncias da Agência Nacional de Saúde Suplementar. À noite, fui atendido por uma gravação. Sugiro a qualquer pessoa que faça a tentativa. Dou um doce a quem obtiver resultado. 3) E viva o Brasil!" José Siqueira (São Paulo, SP)

25/06/00/PAINEL DO LEITOR

Saúde sem prioridade

"Um ovo. Na cara. É pouco para aquele brasileiro que sai de casa em busca de tratamento médico. Ele leva mais de dúzia de ovos. Bate de cara com o descaso, com a falta de pessoal, equipamentos, remédios. Quebra todos os ossos da face. Precisa de repouso absoluto. Então, não trabalha e, se não trabalha, não come. Doente outra vez? Parece uma sina de um país que não cuida de seu povo, digo, pacientes. Agora, se o brasileiro doente em questão pode se tratar, vai também bater de cara. E, assim como seu compatriota, esse privilegiado quebra todos os ossos da face: é a máfia dos planos de saúde." Lígia Campos de Cerqueira Lana (Belo Horizonte, MG)

27/06/00/PAINEL DO LEITOR

Saúde privada

"Parabéns à Folha pela excelente reportagem sobre planos de saúde. Finalmente foi mostrada a verdadeira face dessas empresas, cujo único fim é o lucro. De um lado, aumentos abusivos das

mensalidades pagas pelos segurados. De outro, ainda mais cruel, redução do preço das consultas pagas aos médico. limitação do número de exames complementares, não-pagamento de guias. A sobrevivência do médico como profissional liberal no Brasil é um milagre. No serviço público, é mais do que isso." José Ricardo Fontes Laranjeira (Botucatu, SP)

29/06/00/PAINEL DO LEITOR

Frase

"É absolutamente falsa a frase a mim atribuída pela Folha em 25/6: 'Acabar com o PAS foi a primeira determinação de Pitta, ao assumir o cargo em 97'. O que disse à repórter e deve estar gravado foi que acabar com aquele sistema foi a primeira determinação do prefeito Celso Pitta assim que Jorge Pagura assumiu a Secretaria da Saúde. Mesmo com o PAS sendo considerado um dos melhores planos de saúde cooperativada do país, o prefeito queria implantar na cidade um atendimento de melhor qualidade e menor custo, o que vem acontecendo desde a criação do Sims 'Sistema Integrado Municipal de Saúde.'" Antenor Braido, Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de São Paulo (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/25/06/2000/OPINIÃO/FRASES

ERRAMOS: 29/06/2000

A reportagem "PAS acabou, declara Pitta sobre denúncia" (Brasil, pág. A5, 24/6) informou incorretamente que o prefeito Celso Pitta determinou a extinção do PAS ao assumir o cargo, em 97. Na realidade, o secretário de Comunicação Social Antenor Braido afirmou que Pitta determinou o fim do PAS assim que Jorge Pagura assumiu a Secretaria Municipal da Saúde, em 98. Com isso, estava errada também a frase destacada na seção "Frases" de 25/6.

NACIONAL/25/06/2000/PITTA 'ESTRANHA' AÇÕES DE VICE

da reportagem local

A assessoria da Prefeitura de São Paulo informou ontem que o prefeito Celso Pitta achou "estranho" o fato de o vice-prefeito Regis de Oliveira e o ex-secretário José Aristodemo Pinotti não terem denunciado as supostas tentativas de suborno à polícia nem terem "armado um esquema" para incriminar os corruptores.

Anteontem, Pitta afirmou, por intermédio de sua assessoria, que eventuais irregularidades são de responsabilidade da administração Maluf, que criou o PAS.

Ontem, o secretário Antenor Braido rebateu as acusações de Regis apontando situações "estranhas" na sua gestão. Segundo ele, Pitta quer que Regis diga "por que tantos empresários frequentavam um advogado na rua Canadá, amigo do vice-prefeito".

Pitta também quer saber de Regis "por que Fernando Fantauzzi (então secretário de Planejamento) só ficava na prefeitura recebendo empresários e por que os empresários depois de uma semana não queriam mais ter conversa com sua administração".

Regis de Oliveira não foi localizado em seu hotel em Porto Rico. Anteontem, ele disse que não denunciou antes a tentativa de suborno por não ter provas.

Fantauzzi afirmou que só foi à prefeitura chamado por Regis. "Recebi na secretaria representantes da sociedade para estabelecer diretrizes do governo", disse.

13/07/00/PAINEL DO LEITOR

Verbas da saúde

"A Folha de 1º/7 traz reportagem na qual o governador Mário Covas e o ministro Pedro Malan criticam o 'engessamento dos orçamentos estadual e federal devido à aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional que vincula recursos para gastos com a saúde'. Ledo engano, pois o que engessa esses orçamentos são os gastos com a amortização e serviços das dívidas externa e interna. O orçamento da saúde em São Paulo, em 2000, é o menor dos últimos 13 anos. Quanto aos gastos do governo federal, eles são de apenas US\$ 100 por pessoa por ano, incompatíveis com a renda 'per capita' brasileira. Por outro lado, ocorrem reajustes de medicamentos em até 65%, os planos de saúde serão corrigidos em 12% e os pedágios em 14,43%, por estarem indexados ao IGP-M. É preciso vincular os orçamentos à vida, e não aos interesses do capital monopolista e dos bancos." Cid C. J. Carvalhaes, presidente em exercício do Sindicato dos Médicos de São Paulo, e José Erivalder Guimarães de Oliveira, presidente afastado do Sindicato dos Médicos de São Paulo (São Paulo, SP)

26/12/00/PAINEL DO LEITOR

Público X particular

"A ineficácia do serviço público de saúde no Brasil só beneficia as empresas de saúde, que oferecem serviços médicos por preços abusivos e qualidade muitas vezes duvidosa. Além de faltar com seu compromisso de oferecer serviços médicos de qualidade, o Estado ainda é negligente e, às vezes, conivente com os abusos cometidos pelos planos de saúde. O contribuinte paga duas vezes pelo mesmo serviço, primeiro pagando impostos e, depois, tendo que suprir a ausência do Estado, recorrendo aos planos de saúde privados. No Brasil, saúde é um privilégio dos ricos." Marcelo Cizaurre Guirau (Osasco, SP)

2001

18/08/01/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Parabenizamos a Folha pelo editorial 'Rara unanimidade' (Opinião, pág. A2, 15/8), sobre a MP 2177-43, pois reflete o estado de perplexidade e as preocupações das entidades que vêm acompanhando a regulamentação dos planos de saúde. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer e para reiterar que o Idec entende que o cidadão deva acompanhar o financiamento das campanhas eleitorais, especialmente em matérias dessa natureza, para se certificar de que o seu deputado e o seu senador estejam votando de forma independente _o que não significa qualquer acusação a qualquer pessoa. Tanto é assim que, em 1997, quando o projeto de lei dos planos de saúde estava em processo de votação no Congresso, o Idec divulgou os financiamentos das empresas de saúde para as campanhas de senadores e de deputados federais, independentemente de partidos, pois o Idec é uma associação civil de caráter apartidário." Marilena Lazzarini, coordenadora executiva do Idec (São Paulo, SP)

SÃO PAULO/15/08/01/OPINIÃO/EDITORIAIS/RARA UNANIMIDADE

A nova versão da medida provisória que regula os planos de saúde obteve uma rara unanimidade. Ela conseguiu o repúdio veemente e conjunto de Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Fundação Procon, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Fórum de Entidades Nacionais dos Portadores de Patologias e Deficiências e Fórum Nacional de Acompanhamento da Regulamentação de Planos de Saúde, entre outros.

Os motivos para a rejeição são simples e eloquentes. O comunicado conjunto das entidades não poderia ser mais direto: "A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) engana a população e afronta o Congresso ao fazer editar medidas tão arbitrárias e lesivas aos usuários".

De fato, a confirmar-se a interpretação dessas instituições, as alterações propostas pelo governo representam enorme retrocesso, e ainda mais pelo discutível instrumento da medida provisória. O consumidor perderia, por exemplo, o direito de escolher médicos e hospitais. Ficaria submetido a clínicos-gerais ligados ao plano que fariam uma triagem, definindo se o usuário pode ou não procurar um médico especialista. É a cópia do tão criticado sistema norte-americano de "managed care". Como se não bastasse, as novas normas permitem a limitação de cobertura a determinada área geográfica e abrem as portas para novas exclusões.

Em poucas palavras, a MP dá às empresas tudo com que elas sempre sonharam e ainda mais. O Idec chega mesmo a falar em vínculos entre empresas de saúde e financiamento de campanhas.

A ANS procura defender-se afirmando que a "análise" das entidades foi "precipitada" e que parte de "equivocos". O argumento soa pueril. Se as mais representativas associações de médicos, advogados e de defesa do consumidor fizeram uma análise equivocada, a MP foi, no mínimo, mal redigida, necessitando, portanto, de revisão.

28/08/01/PAINEL DO LEITOR

Planos de saúde

"Em relação à reportagem 'Os sinais vitais ainda estão preservados' (Folhainvest, pág. B9, 27/8), a presidência da Unimed de São Paulo lamenta o equívoco cometido por essa redação e esclarece. A Unimed de São Paulo jamais foi liquidada. Não procede a notícia publicada. A Cooperativa está, sim, desde dezembro do ano passado, em regime de gerenciamento fiscal e técnico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e vem apresentando progressivos sinais de recuperação, conforme atestam seus atendimentos aos cerca de 200 mil usuários e o efetivo trabalho de seus 2.100 médicos cooperados e seus funcionários, além da prestação da rede credenciada de hospitais, clínicas e laboratórios. Nos últimos meses, a Unimed de São Paulo registrou crescimento progressivo de vendas

de planos de saúde, evidência maior de sua recuperação." Cid Carvalhaes, presidente da Unimed de São Paulo (São Paulo, SP)

22/10/01/PAINEL DO LEITOR

Dia do Médico

"Foi celebrado, no dia 18, o Dia do Médico, com direito, inclusive, a sessão solene na Câmara Federal. Nada mais justo. Entretanto nossa categoria nada tem a comemorar. Ao longo das últimas décadas, o médico foi proletarizado no Brasil. Hoje, nossos salários são miseráveis e não temos mínimas condições de trabalho. Categorias como a dos soldados têm salários iniciais superiores ao nosso. O médico está desestimulado e cansado de uma política pública falaciosa. Nossa Constituição diz que saúde é dever do Estado e direito do cidadão. Na prática, o Estado não cumpre seu papel. Hoje, o médico está sem saída: de um lado, as empresas de planos de saúde, que nos exploram para que suas diretorias tenham salários exorbitantes; de outro, o governo, que paga salários de fome. E a população sempre sai perdendo. José Ricardo Fontes Laranjeira (Botucatu, SP)

12/11/01/PAINEL DO LEITOR

Dentistas para todos

"Deveria haver uma lei que tornasse obrigatória a presença de dentistas nos planos de saúde. A maior parte dos planos não tem odontologia e, quando tem, é por apenas um ano. É imoral ter que pagar um plano de saúde e, por fora, também um plano odontológico." Mário Annuza (Rio de Janeiro, RJ)

Anexo II



O ESTADO DE S. PAULO

o aborto

1996

27/01/1996 TEMA: ABORTO / FÓRUM DE DEBATES

Direito da mulher

Pimenta nos olhos dos outros é colírio. Encômios para José Genoíno (13/1). Repúdio ao projeto de Hélio Bicudo, de o governo manter creches para os filhos resultados de estupro. Gostaríamos de saber o que faria o sr. Hélio Bicudo se tivesse de enfrentar a gravidez, proveniente de estupro, de uma filha ou neta. Nós que subscrevemos esta somos professoras aposentadas, mães, avós e bisavós. Que o aborto seja um direito da mulher. Que o controle de natalidade seja uma coisa séria. Edméa Lage Rahal Melillo, Eunice Lage Rahal Lenharo e Elza Lage Rahal Ferraz, São Manuel

Questão de vida e morte

Não concordo com o artigo do deputado José Genoíno (13/1), que afirmou que aborto é questão de saúde pública. É uma questão de vida humana. Ou se respeita a vida ou não se respeita. Aborto é assassinato consciente de uma vida humana indefesa. Por outro lado, alegre-me que haja gente de bem e corajosa, como o sr. Hélio Bicudo, defendendo a vida custe o que custar. José Carlos Passos Pröglöf, São José dos Campos

Ato imoral

Pelos artigos que tenho lido do sr. José Genoíno, confio em suas boas intenções. Mas gostaria de dizer-lhe o seguinte: quando um homem, na sua ação política, prescinde da lei moral (aborto é homicídio, cf. o 5º mandamento), esta ação, embora aparentemente "resolva" problema imediato, é ação de curta raiz e de baixo alcance. Rosario Alonso Nieto, Capital

ESPAÇOABERTO/12/01/1996 /O ABORTO EM DEBATE

Não se pode punir em nome de concepções morais, religiosas ou filosóficas

A Câmara dos Deputados e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) serão obrigadas a se pronunciar, em breve, sobre a questão do aborto, tema polêmico por conta de suas injunções morais, religiosas e jurídicas. Ocorre que, atualmente, tramitam várias emendas e projetos que tratam o assunto de forma global e parcial. Diante disso, é importante que a sociedade acompanhe as decisões que serão tomadas para que se possa pronunciar sobre essa complexa questão, que diz respeito particularmente às mulheres.

Uma das emendas, de autoria do deputado Severino Cavalcanti, objetiva dar nova redação ao artigo 5º da Constituição acrescentando à expressão que garante "a inviolabilidade do direito à vida" a expressão "desde a sua concepção". Visa, com isso, estabelecer a proibição constitucional à prática do abortamento, mesmo para os casos já previstos em lei. O parecer do relator, deputado Armando Abílio, nega acolhida à proposta de emenda por considerá-la contrária aos preceitos de uma concepção plural de sociedade e às tendências da comunidade internacional, que são cada vez mais afirmativas no sentido de discriminar a prática do aborto, desde que praticado dentro de determinado limite de tempo recomendado pela ciência biológica e médica.

Já um projeto de lei de autoria dos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling pretende estabelecer a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos pelo Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde e pela rede hospitalar pública. Os casos de aborto previstos pelo Código Penal dizem respeito à situação em que a gravidez ameaça a vida da mulher e em casos de estupro. Os deputados querem, com o projeto, garantir condições dignas e o direito ao atendimento às mulheres, por se tratar de uma questão de saúde pública, e evitar que as abortantes corram risco de vida, como ocorre em clínicas clandestinas.

O parecer do deputado Hélio Bicudo na CCJ, entretanto, nega acolhimento ao projeto de lei dos deputados. Além de admitir a possibilidade do aborto somente no caso de risco de vida da mulher em

conseqüência da gravidez e de atribuir a decisão a uma junta médica, independentemente do consentimento da gestante ou de pessoas da família, Hélio Bicudo se pronuncia contrário a todo aborto voluntário, inclusive nos casos de estupro. Ele propõe que o Estado assuma a assistência à gestante e se responsabilize pela vida e pela educação das crianças geradas pelo estupro. Essa posição representa grave retrocesso em relação ao que a legislação brasileira já conseguiu avançar na matéria. Por um lado, quer obrigar as mulheres estupradas a aceitar uma gravidez originada de um ato de violência abominável. Essa imposição, que corresponderia a uma imposição do Estado, resultaria num ato de violência contra a consciência e contra o direito da mulher de dispor de seu corpo tão grave quanto a violência do próprio estupro. Por outro lado, a solução proposta por Bicudo - de o Estado criar e educar as crianças geradas pelo estupro - resultaria na constrangedora situação de a sociedade visualizar os "filhos do estupro", abrindo espaços para discriminações com suas graves conseqüências psicológicas e sociais. Registre-se que o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, num ato de coragem que lhe é peculiar, admitiu, recentemente, a possibilidade do aborto nos casos de estupro.

Por fim, quero lembrar que um projeto de lei de minha autoria, que venho rerepresentando em várias legislaturas, estabelece a liberdade de opção de ter ou não ter filhos, incluindo o direito de interrupção da gravidez até 90 dias após a concepção. Reafirmo aqui que não se trata de instituir o aborto como método anticoncepcional. Trata-se apenas de adotar uma atitude democrática de respeitar a pluralidade das concepções morais nas sociedades complexas do nosso tempo; de reconhecer o direito das mulheres de decidir sobre o momento de ter ou não ter filhos; de reconhecer que a mulher tem a propriedade do próprio corpo e, em condições determinadas, pode interromper uma gravidez indesejada; e de reconhecer que o aborto é hoje uma questão de saúde pública e sua prática clandestina põe em risco a vida de milhões de mulheres.

Todos os que se pronunciam em favor da manutenção da criminalização do aborto o fazem em nome do direito absoluto à vida. A ciência e cientistas de renome mundial já se manifestaram inúmeras vezes sobre a diferença temporal e conceitual entre a concepção e a efetiva formação da vida humana. A questão do aborto, até os 90 dias, é, portanto, uma questão situada na esfera moral, filosófica e religiosa. Se vivemos numa sociedade democrática e plural, tanto as posições favoráveis como as posições contrárias à prática do aborto devem ser respeitadas. As que são contrárias de forma absoluta não precisam praticá-lo. Mas em nome dessas concepções não se pode punir ninguém. Não se pode querer impor uma legislação que faça com que o Estado viole a consciência, a vontade e a autodisposição do corpo das mulheres.

José Genoíno é deputado federal (PT-SP)

Qualidade de vida

Milhões de abortos clandestinos. Mortalidade infantil vergonhosa, só comparável à de Bangladesh. Crianças em penca, sem pais, sem teto, desnutridas, sem educação. Futura sub-raça. Adolescentes sem emprego, trombadinhas, trombadões. Prisões desumanas. Desemprego incontrolável, crescente, em todo o mundo. Por que não controlar a natalidade? Octavio de Oliveira Almeida, Capital

Ética médica

Brigam lá, entre si, os casais, por julgar poder determinar se o destino dos seres humanos é ou não passível de comando. Como médico, informo-os que a Medicina que aprendi não me confere poderes sobre a vida (ligadura de trompas) nem sobre a morte de terceiros (aborto). Olival O. dos Santos, Capital

Controle da natalidade

Evitar o aborto é fácil. Como? Filhos, no máximo, um casal, ou três para tentar desempatar. Laqueadura e vasectomia grátis. Problema resolvido, não? Luís Carlos da Silva, São Pedro

Perguntas prévias

Penso que antes de discutir o tema aborto, deve-se fazer as seguintes questões: 1) a quem interessa o aborto clandestino tão difundido em nosso país, cuja incidência é uma das maiores do mundo e cuja "taxa" varia de R\$ 500 a R\$ 2 mil dependendo da classe social? 2) Qual a atitude do governo? Será que este processo tem algo que ver com o "jogo do bicho", em que, para poucos, a institucionalização não traz vantagem? 3) Onde estão as campanhas para a família de baixa renda e pouca cultura sobre anticoncepcionais, intervenções cirúrgicas, etc.? Heitor Franco Jr., Campinas

Premiar o estupro?

A emenda que pretende acabar com o direito ao aborto em caso de estupro tem como efeito pôr as famílias brasileiras em permanente estado de ameaça. Afinal, pergunto aos legisladores: que marido, pai ou filho gostaria que as mulheres de suas famílias gerassem o filho de um criminoso? Essa emenda

ameaça não somente a integridade das mulheres, que assim são tratadas como cidadãs de segunda classe, mas também das famílias, principalmente as mais pobres, que vivem em locais de pouca segurança. Está a um passo de premiar o estupro, ao mesmo tempo em que pune a vítima e sua família. Maria Elisa Marchini Sayeg, Capital

Cultura machista

Nós, mulheres conscientes e lutadoras, sabemos que é perda de tempo dirigir energia para a crítica à Igreja Católica e outras. Mas o artigo de dom Lucas Moreira Neves (3/1) é de tamanha crueldade e insensibilidade que não é possível se calar e ser cúmplice. O conceito de "vida" da Igreja merece reflexões. Sendo o articulista um homem de uma igreja machista, não teria mesmo cultura suficiente para entender o horror que pratica ao declarar que o fruto do estupro deve vir à luz em qualquer caso. D. Lucas, é preciso aprender com o coração o respeito à democracia e, assim, o respeito às mulheres. São elas que devem aceitar ou não o filho gerado pela covardia de uma delinquência própria de cultura machista. Irede Cardoso, Capital

Lugar no paraíso

Como sacerdote, católico, tantas vezes obrigado pelo ofício de confessor a orientar casos trágicos, agradeço a dom Lucas Moreira Neves pela esplêndida lição em Malgrado a violência, a vida. Se o sr. Euclides Ap. dos Santos não quiser concordar (4/1)¹, lembre, porém, que a Igreja, longe de transformar borboletas em lagartas, está acostumada a fazer de lagarta borboleta (conforme a natureza). E isto desde que seu Fundador, morrendo na cruz, disse ao criminoso que estava a seu lado: "Hoje você estará comigo no paraíso" (Lc. 24, 43). Pe. Donato Vaglio, Bragança Paulista.

ESPAÇO ABERTO/02/01/1996/MALGRADO A VIOLÊNCIA, A VIDA

Pode o fruto de um estupro tornar-se um homem de bem

Este inveterado (e calejado) escriba raramente sentiu a pena tão pesada e tão árduo o ofício de escrever quanto desta vez.

Árduo, não porque o tema, abordado por dever de consciência, seja obscuro, e o articulista não saiba o que dizer. Ao contrário, a vida e a sacralidade da vida, objetos do artigo, são o que há de mais claro e quem só escreve para transmitir o magistério da Igreja sabe perfeitamente o que vai dizer.

Árduo porque falar da questão moral relativa à vida de um zigoto, embrião ou feto, fruto de estupro, é evocar conselhos e mandamentos dos mais exigentes entre os contidos no Evangelho: daqueles cujo cumprimento Jesus comparava com o cortar um pé ou um braço ou arrancar um olho (Mateus 5, 30 e ss); daqueles que alguns discípulos chamavam "palavras duras" (João 6, 66). Não surpreende, pois, que, colocada diante da situação concreta, em toda sua brutalidade, uma mulher, mesmo cristã, mas não suficientemente madura na fé e na vida, se não contar com forte apoio moral e espiritual, prefira a solução imediata: tirar a vida do ser que nela se abriga como fruto da violência. O mesmo se diga dos familiares e pessoas amigas afetivamente envolvidos. Trata-se, portanto, de um tema no qual se misturam exigências morais indeclináveis, sentimentos humanitários e boa dose de emocionalismo.

Entretanto, a moral evangélica, mesmo diante do caso dramático da mulher violentada e grávida, não cessa de afirmar: "A vida é sagrada. A vida é o que mais se aproxima do Absoluto de Deus. Por isso, a vida é inviolável desde o instante da concepção até o derradeiro suspiro. Ninguém tem o poder de suprimir a vida humana de um inocente, ainda mais quando é pequenino e indefeso. Portanto, o aborto não é moralmente lícito, nem após um estupro".

Quem, como o sacerdote, tem a tremenda missão de penetrar na consciência de outros(as), conhece casos de mulheres, na maioria jovens, que, por fidelidade à consciência moral evangélica e cristã, recusam suprimir uma vida e, por isso, acolhem o ser humano, mesmo fruto da violência carnal. Mas conhecem também casos como o de um parente de uma jovem violentada: a alguém que comentava ser o estupro um crime abominável, merecedor da pena de morte, aquele senhor replicou, indignado, que a pena de morte é absolutamente inaceitável - mas neste ponto ele já lavrara a sentença de morte do embrião declarado culpado... de ser fruto do estupro. Professo-me, eu também, contrário à pena de morte, mas o meu repúdio tanto vale para o facinora (para o qual invoco outro tipo de pena severa) como para o nascituro. Tanto mais que, segundo as circunstâncias da educação, malgrado os sofrimentos da mãe e seus, pode o fruto de um estupro, como qualquer outra criança, tornar-se um homem de bem, um sábio, um poeta, um profeta, um herói ou um santo. Mostraram-me, certa vez, um homem de renome e prestígio e fizeram-me esta observação: "A mãe foi corajosa, contra tudo e contra todos, acolheu e educou de modo admirável este filho - fruto de um estupro!".

¹ esta correspondência não foi localizada no banco de dados do jornal.

Mais do que corajosa, a mãe foi heróica, tais os sofrimentos morais facilmente previsíveis para ela e para o filho, nesta situação. Para cumprir seu dever moral, escolher a vida e não aceitar o aborto, a mulher violentada e grávida precisa do apoio de todos. Apoio na hora da opção entre ter ou não ter o filho, para não se sentir abandonada e solitária, mas acompanhada e sustentada. Apoio espiritual e material na hora do parto. Apoio após o parto, quer ela deseje educar pessoalmente a criança, quer prefira confiá-la a pais adotivos, por não sentir-se emocionalmente capaz dessa tarefa. Um exemplo deste apoio foi dado, em um caso bastante singular, pelos papas Paulo VI e João Paulo II: a um certo número de freiras católicas estupradas e engravidadas por soldados na guerra dos Zimbabué e, mais recentemente, na Bósnia, os papas recordaram às freiras o dever de preservar aquelas vidas inocentes, mas, ao mesmo tempo, deixaram-lhes livre opção entre a dispensa dos votos religiosos, para voltarem à vida no mundo e assumirem a educação do filho, ou a permanência na vida religiosa; neste caso a sua congregação assumiria, de um modo ou de outro, essa educação. Li e ouvi na mídia reações iradas à proposta do deputado Hélio Bicudo, do PT de São Paulo: que o Estado assumia a educação das crianças geradas por estupro que as mães, com liberdade e responsabilidade, decidem ter, mas não estão em condições de educá-las. Tal proposta não pretende condenar essas crianças aos institutos estatais de reeducação de crianças abandonadas, tais como os conhecemos e os tememos. Pretende que, com o amparo do Estado, as crianças nascidas do estupro encontrem uma casa-lar, uma família alternativa que as adote ou soluções similares que garantam um ambiente de ternura e afeto para quem de afeto e ternura terá especial necessidade.

Finalmente, acato, sem reserva, a orientação de bispos e moralistas católicos sobre a lavagem vaginal ou intra-uterina com o fim, não de eliminar um zigoto ou embrião e, portanto, um ser vivo, mas de criar uma barreira à concepção. Registro, contudo, a opinião de uma das maiores autoridades do mundo no campo da bioética. Segundo o professor Elio Sgreccia, ex-diretor do Instituto de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade Católica Gemelli, de Roma, hoje, vice-presidente do Conselho Pontifício para a Família, instantes depois do estupro, dá-se ou não a concepção. Portanto, a lavagem ou será supérflua, se não houve a fecundação, ou será abortiva, se houve. Aconteceu essa evolução de 50 anos para cá.

Dom Lucas Moreira Neves, O.P., cardeal arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, é presidente da CNBB

14/08/1996 TEMA: ABORTO / FÓRUM DE DEBATES

Extermínio na ilha

Apesar de todas as manifestações em contrário, perpetrou-se na Inglaterra um terrível extermínio de embriões, tratados como coisas, como se fossem objetos perdidos que se lançam fora depois de um tempo certo. A frieza herodiana desses carrascos não esconde seu cinismo quando afirmavam lamentar ter de proceder assim. O episódio, a par de toda a tragédia que encerra, revela o equívoco daqueles que pretendem tratar a reprodução humana como se fosse aprimoramento de gado. E sua irresponsabilidade deu nisso. Um erro, porém, não justifica o outro. Seria lícito esperar, numa nação tida como civilizada, que se poupassem vidas em confronto com a gélida e inexplicável obediência a prazos fixados por uma lei que atenta contra a vida. João Sarti Jr., Capital

Seleção artificial

Leio sobre o "aborto seletivo" aprovado na Inglaterra. Ficou bem definido o "direito de escolha". Não basta optar pelo aborto, deve-se ainda escolher qual filho deve nascer. Não há diferença entre abortar agora ou no pós-parto, o que seria vantagem para a mãe que poderia escolher o filho "mais bonitinho". Eduardo Carvalho de Almeida, Capital

Pena de morte

Lemos perplexos a notícia da mulher autorizada a abortar um dos gêmeos. Quem deu à "justiça" inglesa o direito de autorizar a morte de um inocente? Para que fundar a sua pátria no crime, como no caso dos 3.300 embriões destruídos? Benedito Pinto de Almeida e Vera Helena Pivi de Almeida, Jundiaí

GERAL/05/08/1996/INGLESA É AUTORIZADA A ABORTAR UM DOS GÊMEOS

Grávida de 16 semanas alega não ter condições financeiras de criar três filhos, pois já tem um
LONDRES - Uma inglesa grávida recebeu autorização para abortar um dos filhos gêmeos porque considera que não terá condições de criar as duas crianças, pois já tem um filho. B., cujo nome vem sendo mantido em sigilo, é solteira e tem 28 anos. Ela explicou ao médico que se não conseguisse na Justiça inglesa o direito de praticar esse aborto "seletivo" optaria por interromper totalmente a gravidez de 16 semanas eliminando os dois fetos, cujos sexos não foram revelados.

De acordo com o jornal Sunday Times, B. não tem condições financeiras para sustentar e educar de forma conveniente os três filhos. Diante desse dilema, o ginecologista Phillip Bennett, do Hospital Queen Charlotte, decidiu fazer o aborto. "Matar um gêmeo não parece pouco ético, mas eu e meus colegas chegamos à conclusão esta semana de que é preferível pôr fim a uma gravidez antes possível e deixar o outro vivo a perder os dois bebês", disse.

Se o aborto vier a ser realizado será o primeiro do tipo na Inglaterra. "Acho que a maioria das pessoas terá um sentimento de horror diante do caso", reconheceu a médica Vivienne Nathanson, especialista em ética da Associação Médica Britânica. "Mas penso que não existe diferença entre esse aborto e os demais", disse. De acordo com ela, o gêmeo que sobreviver não será vítima de um trauma em particular.

O caso, entretanto, causa mal-estar na Inglaterra, onde na semana passada foram destruídos 3.300 embriões, cujo prazo de armazenamento havia vencido e os pais biológicos não puderam ser contatados. "Os dois fetos têm o mesmo direito à vida", indignou-se o bispo-auxiliar de Sothwark, Howard Tripp.

GERAL/06/08/1996/MÉDICO DIZ QUE FEZ ABORTO EM INGLESA

Juiz havia determinado ontem ao hospital que não realizasse a cirurgia, a pedido de associações

LONDRES - Um médico inglês anunciou ontem que há um mês realizou o aborto de um dos gêmeos da mulher que queria ter um filho só, argumentando não ter condições financeiras de sustentar adequadamente as crianças, pois já tem um filho. Numa entrevista à BBC de Londres, o especialista em fertilização artificial Robert Winston confirmou que o aborto foi feito há um mês. Um juiz do Supremo Tribunal de Londres havia imposto ontem ao hospital a ordem de não proceder ao aborto, atendendo a pedidos da Associação para a Proteção das Crianças Não-Nascidas.

Ativistas ingleses contrários ao aborto estavam tentando localizar a mulher a fim de lhe oferecer cerca de US\$ 70 mil para mudar de opinião. B., como vem sendo chamada a mulher, está grávida de 16 semanas. Ela disse aos médicos que preferia ter um aborto duplo a ter de criar ambos os filhos. A Sociedade para a Proteção de Crianças Não-Nascidas informou que um casal em Londres ofereceu US\$ 38 mil para ajudá-la. Um empresário anônimo ofereceu US\$ 31 mil. A representante da associação, Catherine Françoise, disse que os benfeitores não pretendem adotar o bebê e sim ajudar a mãe por causa das dificuldades financeiras.

"Não informamos a mulher sobre as ofertas; nossa principal preocupação é proteger sua privacidade", disse Jonathan Street, do Hammersmith Hospital National Health Service Trust. Street disse que o dinheiro não é o único aspecto envolvido na decisão do aborto. De acordo com ele, talvez B. nem tenha se dado conta do furor que seu caso provocou na Inglaterra.

Indústria macabra

O aborto é uma realidade que todos conhecem. Quem não sabe de pelo menos um caso? Então, a quem interessa a proibição? Só às clínicas clandestinas e ao submundo desta indústria macabra. Enquanto isso, diante de uma gravidez indesejada ou mesmo inconseqüente, quantas mães morrem todos os dias nas mãos de gente desqualificada e antiética? A legalização seria mais lógica, mas dificilmente virá num futuro próximo. Há uma grande aliança hipócrita de ordem político-religiosa que não deixa a questão avançar, ironicamente sob o pretexto do "direito à vida", enquanto o cortejo fúnebre prossegue. Antonio Pereira dos Santos, Capital

Sério controle

Há anos ouvimos que educação e saúde são necessidades básicas. Escândalos se sucedem, e nada de educação e saúde. Não adianta aumentar a miséria com crescimento demográfico. Ninguém se atreve a falar em controle de natalidade e aborto, condições que se farão tão necessárias quanto o rodízio de carros, voto eletrônico ou fechar as portas da Cidade para migrantes sem condições financeiras. Maurício C. Villela, Capital

Lágrimas da Justiça

O juiz togado, de comarca mineira, proferiu sentença rigorosamente legal e selvagemmente desumana: uma senhora, grávida de oito meses, requereu em juízo permissão de abortar, porque o feto que trazia no útero era anencefálico - nasceria morto ou seria um monstro que teria uma semana de vida. Vida? Seria mesmo uma "vida"? Mas a lei só admite o abortamento voluntário e provocado em dois casos: se a gravidez é conseqüência de estupro ou se a mãe corre risco de vida. Como nenhuma das duas hipóteses ocorrera, o juiz foi inflexível: indeferiu a petição - "que a mãe desse à luz o monstro, naturalmente"! O severo magistrado acertou, errando. E errou, acertando. A Justiça é representada por uma mulher de olhos vendados. Neste tristíssimo acontecimento, porém, qualquer juiz retiraria a

venda, ao menos para permitir que as lágrimas escorressem dos olhos da Justiça. Francisco Luís Ribeiro, Capital

1997

13/02/1997 TEMA: ABORTO / FÓRUM DE DEBATES

Tempo de desassossego

Queiramos ou não, vivemos no século do desassossego universal, quando o velho é logo substituído pelo novo, costumes são inovados, normas são contestadas, o social está à deriva, a hierarquia se desfaz em cinzas. É inquestionável a pressão que existe pró-aborto, principalmente pelas mulheres, duas vezes vítimas de valores morais. Terão elas direito sobre a vida e morte de seu filho? E o médico, formado para preservar a vida, terá? O valor de um feto é idêntico ao do ser existente? Devemos investir no direito ao pleno desenvolvimento de um ser que já existe, controlando a natalidade, de preferência com métodos não-abortivos - mas até com eles, se necessário -, ou devemos fechar os olhos para a triste realidade da superpopulação, da fome e da miséria, e dos crimes cometidos contra os mais fracos - sejam velhos, doentes ou crianças? A clandestinidade do aborto é patogênica. A lei que proíbe o aborto deixa milhares de mulheres à mercê dos riscos dessa clandestinidade. Enquanto em Santiago, em 1937, a mortalidade infantil diminuía, aumentava o número de mulheres internadas por complicações de aborto. É de conhecimento geral que a mortalidade de mulheres que praticam aborto é alta em países onde ele é proibido. E o que fazemos? Em vez de educarmos para a vida, mantemos milhões no analfabetismo e na ignorância. Pior, negamos aos marginalizados o direito ao saber, a consciência dos riscos impostos pelo ato, a oportunidade de serem ouvidos e encontrarem soluções menos violentas. Carlos A. P. Rosa, Atibaia

Desrespeito à vida

O projeto de lei 20-A/91, que regulamenta a realização do aborto em rede hospitalar pública, é desumano, um desrespeito à vida. Uma mãe não tem o direito de optar pela morte do filho, quer seja caso de risco de vida ou de estupro, não dando àquele que já vive em seu ventre a chance de se defender. Só Aquele que dá a vida tem o direito de tirá-la. Susana K. Coimbra, Brasília

Sem hipocrisia

Já é hora de dar um basta às várias hipocrisias que cercam a questão do aborto no Brasil. São elas: 1) aborto aqui só não existe para as mulheres pobres, pois quem paga faz e quem não tem condições ou tem o filho indesejado ou arrisca a vida tentando provocar o aborto; 2) médicos devem ter a coragem e ousar desafiar preconceitos, fazendo o aborto considerado legal. Uma adolescente estuprada pelo padrasto ganhou na justiça o direito de abortar, mas não houve médico na sua cidade (de 160 mil habitantes) que aceitasse fazer o procedimento; 3) quem é contra pode manter sua opção individual, mas que deixe as demais pessoas exercerem sua escolha; e 4) as forças progressistas - partidos políticos, ONGs e outras - devem ousar e assumir posições a favor desse direito básico de todas as mulheres. Às mulheres cabe falar e pressionar. Heloísa C. Sísia, São Carlos

Subsídio à gravidez

Sou a favor da vida. Defendo assim a posição antiaborto. Creio que temos o dever de apoiar mulher grávida, por meios psicológicos, educacionais, sociais, jurídicos. Grande número de grávidas tem recursos modestos. Por isso, poderíamos estabelecer o salário maternidade, o salário família e facilitar a reserva de moradia em conjuntos habitacionais populares. Lúcia Keller, São Paulo

Planejamento urgente

Recentemente, vi em um programa de TV que o Estado da Paraíba lamenta o baixo índice de reprodução humana... Pelo contrário, o Estado deveria estar orgulhoso e feliz. Meus parabéns, irmãos paraibanos! O ano 2000 está aí e até lá a população vai dobrar. A fome já é realidade. Religiosos, políticos e povos esclarecidos têm de unir-se para conscientizar pessoas humildes, principalmente as de baixa renda, que vivem nas ruas, desnutridas e fazendo filhos inocentes para serem jogados ao deus-dará. A necessidade urgente de planejamento familiar e controle da natalidade em todo o mundo é indiscutível. Felizmente, ainda que haja jogo de interesse de nossos representantes em manter infelizes desinformados como se fossem ratos a multiplicar-se, como diz o rei Roberto Carlos: "Engana-se aquele que pensa que o povo pode ser enganado." Osmael Chiavelli Puga, Apucarana (PR)

Com dignidade

Quando se discute o aborto, fatalmente esbarramos em questões morais. Há sempre argumentos pertinentes e bem fundamentados a favor ou contra a interrupção voluntária da gestação. Não obstante,

o aborto no Brasil continua sendo tratado com hipocrisia pelas autoridades públicas e, principalmente, pela Igreja. Haja vista as inúmeras vítimas que, quando são levadas à morte, sofrem mutilações ou carregam consigo seqüelas irreversíveis causadas por aborto malsucedidos, feitos em clínicas clandestinas. São urgentes, contudo, soluções viáveis para que enfrentemos esse problema com dignidade. Falso moralismo ou ocultação da verdade não trazem soluções para que alcancemos o tão almejado futuro melhor. Angelica Antolin de Freitas, Franca

Risco

Por que continuar a arriscar a vida de mulheres que praticam aborto na clandestinidade, se sabemos que milhares de abortos são feitos anualmente? Maysie Lunn, São Paulo

Ponto a favor

Meus parabéns aos deputados e senadores que defendem o direito à vida desde a concepção. Apesar de tantos fatos que desabonam nossos representantes no Legislativo, é possível notar que também é feita muita coisa boa! Maria Rita C. Silveira da Mota, São Paulo

27/08/1997 TEMA: ABORTO/ FÓRUM DE DEBATES

Tanto faz

Não sou a favor nem contra. Muito pelo contrário. Mas, antes de alguém pronunciar-se sobre esta polêmica, que fique bem entendido: quem de direito deve avaliar o tema aborto de feto gerado por estupro ou quando representa risco de vida para a mãe. E, em primeiro lugar, acho que homem nenhum deve emitir opinião sobre o assunto (a menos que tenha sido estuprado e engravidado); padres, religiosos e demais opinantes contrários mudariam de opinião se tivessem sido vítimas de estupro ou se sua vida corresse perigo em razão da gravidez indesejada? No caso de risco de vida da mãe avaliou-se o possível efeito de que outros filhos da mesma mãe ficariam órfãos com a morte dela pela falta do aborto, no caso? Há muita hipocrisia neste Brasil em assuntos polêmicos, até que se esteja verdadeiramente dentro do problema. As opiniões mudam radicalmente à medida que as coisas acontecem na vida de cada um. E, qualquer que seja o resultado da votação na Câmara, abortos clandestinos continuarão acontecendo e milhares de adolescentes estarão morrendo nas mãos de aborteiros. Dagoberto de Souza, São Paulo

Nação cristã

Traz-nos alívio, alegria e esperança a bravura de nosso ministro da Saúde ao assumir sua posição contrária ao aborto. Ver um homem público falar de valores morais, éticos e religiosos resgata nossa esperança e patriotismo. Parabéns, sr. ministro. É de homens como o senhor que se faz uma verdadeira nação cristã. Silvana Frontini Duprat, São Paulo

Ministro corajoso

Não posso conter o entusiasmo em face da coragem de nosso ministro da Saúde, Carlos Albuquerque. Finalmente, temos no Ministério alguém preocupado com a vida, e não em aparecer e agradar movimentos de pressão. José Geraldo B. Fonseca, São Paulo

Maneira de legislar

Milhões de brasileiros padecem na ante-sala da morte representada pelo câncer, doença de Chagas, tuberculose e outras doenças, e não há lei que especificamente os ampare. Mas a Comissão de Justiça da Câmara aprova lei que permite aos médicos do SUS fazer abortamento. Estranha maneira de legislar ou fixar prioridades de governo. Rubens Martins Godoy, São José do Rio Preto

Jeito de governar

Então fica combinado assim, segundo nosso ministro da Saúde: mulher vítima de estupro que venha resultar em gravidez não poderá se submeter ao aborto - afinal ele é a favor da vida! Mas é permitido que crianças e adultos morram de sarampo, lepra, tuberculose, meningite e muitas outras doenças já erradicadas em outros países. Essa hipocrisia "dos pela vida" me causa náuseas! Marta Rita Celestino de Macedo, São Paulo

Essência clandestina

Gostaria de dar os parabéns ao ministro da Saúde por ter tido a coragem de posicionar a favor da vida e contra o aborto. Acreditar que a legalização vá diminuir o número de abortos clandestinos demonstra um enorme desconhecimento da realidade social, na qual muitas jovens procuram justamente a clandestinidade do aborto para fugir do reconhecimento de sua situação por sua família. Ou seja, mesmo com a legalização, abortos clandestinos continuarão a ser praticados. Miguel de Teive e Argollo Jr., Campinas

Realidade sob o tapete

Causou-me espanto a atitude do sr. ministro da Saúde em propor veto ao projeto aprovado na Comissão que libera o aborto na rede pública em caso de estupro e risco de vida. Será que mais uma vez a hipocrisia de nossos políticos vai passar por cima de uma realidade brasileira? Que a Igreja queira impedir, em parte aceito, já que quando seminarista vivenciei seus princípios retrógrados. Mas o sr. ministro alegar ser contra o projeto por princípios religiosos é inaceitável. O ministro não deve ter trabalhado em pronto-socorro atendendo mulheres vítimas de estupro ou com septicemia pós-aborto, que, desesperadas, procuram curandeiras, pais-de-santo. Luiz Carlos da Silva K., Capital

Questão de bom senso

A Igreja, mais uma vez, cumpre seu mandato profético ao estimular a desobediência civil à lei que permite o abortamento. Com efeito, há direitos que pertencem ao homem e direitos afetos ao Estado. Os primeiros, como o direito à vida, são inalienáveis. Os segundos podem ser modificados pelas autoridades legiferantes. A indigitada norma jurídica, que visa a regulamentar os casos de "aborto sentimental" e "aborto terapêutico", acutila visceralmente o Direito Natural e, portanto, deve ser descumprida por todos quantos tenham um mínimo de bom senso. Edson Luiz Sampel, São Paulo

Piada de português

Nada mudou por aqui desde a chegada de Cabral há 497 anos. É só conferir na primeira página do Estado de 22/8. FMI sugere cuidado com déficit externo. Continuamos colônia e muito mal administrada. Sem poder. Sem comentários, a foto diz tudo. Ministro vai pedir veto a aborto a FH. Nas entrelinhas lê-se que irritado o presidente da CNBB é contra o assunto. A Santa Madre Igreja continua agindo como nos tempos do Tratado das Tordesilhas. A nossa independência foi a melhor anedota de português que já escutei até hoje. Roberto Stavale, São Paulo

Foro íntimo

Só gostaria de saber se o ministro da Saúde e outros homens que atacam esta proposta de lei de forma tão acirrada criariam um filho, ou um neto, bastardo com o mesmo amor, como se fosse o próprio filho? Ou se eles na surdina cometeriam fraticídio? Abias Filho, São Paulo

NETESTADO/EDITORIAIS/22/08/1997 /PARA MINISTRO, PROJETO SOBRE ABORTO É 'ASSASSINATO'

Carlos Albuquerque afirma que, se projeto passar no Congresso, pedirá o veto do presidente

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA Especial para o Estado

CAMPO GRANDE - O novo projeto de lei que regulamenta o aborto legal na rede pública, conforme o Código Penal, é um "assassinato", segundo afirmou ontem o ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, em Campo Grande. "Sou contra o aborto em razão de minha formação religiosa, moral e ética profissional e, se esse projeto virar lei, vou pedir o veto ao presidente da República."

O projeto regulamenta a assistência ao aborto legal previsto no Código Penal desde 1940. De acordo com o texto aprovado, só mulheres grávidas, vítimas de estupro ou as que corram risco de vida, poderão recorrer à rede pública para retirada do feto.

28/08/1997 TEMA: ABORTO / FÓRUM DE DEBATES

Questão moral

No momento em que se discute o projeto que autoriza a realização do aborto pela rede pública hospitalar percebe-se que a questão é tratada por alguns órgãos da imprensa como ingerência indevida "da convicção religiosa na política de governo". O assunto é de natureza moral. É de interesse e de responsabilidade de todo o cidadão: religioso, jornalista, operário, empresário, criança, idoso... É de interesse de todo indivíduo. Também dos indefesos. No embrião, no ventre materno, está presente a vida humana. O projeto de lei autoriza o serviço nacional de saúde a disseminar o aborto, em contraposição à própria Constituição que proíbe qualquer atentado à vida. A Constituição não faz mais do que reafirmar um dos pontos fundamentais do direito natural: o direito à vida. Quem não é sensível ao drama vivido pelas mulheres vítimas? Ou ao drama de milhares de crianças, idosos, jovens e adultos que morrem ou padecem por falta de um sistema de saúde público, pelo menos razoável? Trata-se de problemas graves que requerem ação decisiva e integral do governo, mas a solução não deve ser por meio da "oficialização" de medidas paradoxais, contrárias à vida. Neuton Karassawa, São Paulo

Os desqualificados

A ignorância da Igreja com relação aos acontecimentos da atualidade é contraditória. No mais recente caso em que ela teima em intervir, relacionado à legalização do aborto em clínicas públicas (no caso de estupro ou malformação do feto que põe em risco a vida da mãe), defende a vida, mas não vê aquelas que se perdem em clínicas clandestinas (que não vão fechar suas portas). A Igreja também

prega a humildade e a fraternidade, mas mantém seus "poderosos" em verdadeiros castelos enquanto seguidores passam fome. Não é possível que quem não a tem queira dar lição de moral. Já que religiosos nunca terão filhas, que pelo menos olhem a vida das filhas estupradas dos outros. Grasiela Daruiz Quatti, Monte Verde Paulista

Raciocínio necessário

O nosso ministro da Saúde vem sendo injustamente atacado por ativistas que não medem palavras na tentativa de menosprezar o conteúdo moral e ético de seu posicionamento contrário ao projeto que pretende regulamentar o aborto legal. Como se fossem sábios inatacáveis, não se pejam de afirmar que o ministro "ignora" aspectos de sua pasta, mas demonstram total indigência de saber quando, na tentativa de minimizar e reduzir o peso das declarações, reafirmam a separação da Igreja e do Estado, como se moral e ética fossem exclusividade da Igreja ou da religião. Se Estado laico é sinônimo de Estado sem compromissos morais e éticos, então é preciso rever a Constituição, pois acredito que até mesmo os parlamentares mais afoitos, se raciocinarem um pouquinho, concluirão que basta ser humano para aspirar o bem e a felicidade, tendo em consequência convicções morais e éticas, independentemente de credo religioso. Marcos Pinto Lima, São Paulo

Coerência e honra

Por suas declarações intempestivas e para livrar-se da suspeita de cinismo, o sr. ministro da Saúde, homem honrado, deve demitir-se do cargo caso o presidente venha a sancionar lei que for aprovada pelo Congresso sobre a regulamentação do aborto legal na rede pública, para mulheres sem recursos para pagar uma clínica particular. Dálvares Barros de Mattos, São Paulo

Direito de poucos

Combatendo ferozmente o projeto que obriga o SUS a atender mulheres carentes nos casos do denominado aborto legal, a Igreja Católica renuncia à sua proclamada opção pelos pobres, haja vista que o projeto de lei guerreado visa a assegurar - aos assistidos pela rede pública de hospitais - o direito já consagrado por lei há mais de meio século. Nos 57 anos da outorga legal, esse direito só está disponível para os possuídos. Oswaldo Catan, São Paulo

Doação maternal

Qual MÃE (com maiúscula) não daria a vida por seu filho em qualquer circunstância? E por que não o fazer na gravidez com "risco de morte"? Perante o estupro, por que não deixar nascer a criança e entregá-la para a adoção? Por que a criança, que é totalmente inocente, vai pagar com a morte? Não podemos continuar omissos! Henrique Souza Queiroz di Donato, Piracicaba

Esporte bretão

A civilizada Inglaterra quer acabar com a caça à raposa por ser muito cruel. E pensar que lá eles têm das leis mais sujas em relação ao aborto. Que terrível incoerência! João Gabriel Marques, Rio de Janeiro

Crime

Como pode ser legal o assassinio de um ser humano? O aborto é um crime em que a vítima não tem a mínima chance de defesa. O aborto, no Dia da Mulher, é muito lembrado e apoiado por determinados movimentos feministas, que alegam ser o corpo direito da mulher. Mas direito de decidir sobre a vida da criança não tem nem a mulher, nem o homem, nem têm as condições sociais, econômicas ou éticas. Sabe-se que essa criança é outro ser humano desde a fecundação e tem todo o direito de nascer. Devemos lutar pelo fim desta publicidade que incentiva o sexo desenfreado e pelo fim da pressão abortista sobre grávidas pobres e solteiras, não lhes negando apoio. Lutar contra a violência sexual e contra tudo que vá contra a vida humana, como o aborto. Ricardo Luís Düren, Santa Cruz do Sul (RS)

Filhos do ódio

Pensem nos milhões de meninos e meninas sem paternidade responsável! No Brasil são 500 mil recém-nascidos por ano de "mãe solteira"! Como se pode ser contra o aborto se a grande maioria das mulheres, no momento do estupro, nem sequer está pensando em sexo e o que se dirá em filho? É estupro compulsório da mulher simples das classes pobres! Filhos, por amor e com responsabilidade. Antonio Ayton de Lima, São José do Rio Preto

29/08/1997 TEMA: ABORTO/FÓRUM DE DEBATES

Sexo dos anjos

Ou se revoga o artigo 128 do Decreto-Lei 2.848, de 7/12/40 (Código Penal), ou o ministro da Saúde deve exigir, com simples portaria, que a rede pública de saúde cumpra a lei, executando o aborto necessário e o aborto no caso de gravidez resultante de estupro. É bizantina a discussão em torno da

desnecessária regulamentação. Ademais, o ministro deverá sempre lembrar que "a saúde é direito de todos e dever do Estado", conforme o artigo 196 da Constituição. Raymundo P. F. Cintra, Botucatu

Pesquisa

Como católico, repudio a duvidosa pesquisa do InformEstado sobre o aborto legal e lamento o tendencioso destaque atribuído ao resultado por este prestigioso jornal, levando a matéria à manchete da primeira página (28/8). Qual seria o universo de "católicos" consultados? Seria o de fiéis à saída de uma igreja, após a missa, ou indivíduos que se dizem católicos mas que na realidade não vão além do Pai Nosso? João Sarti Jr., São Paulo

Obediência

Quanto à manchete de hoje Maioria aprova aborto legal, como católico, podemos dizer que essas pessoas, que se manifestam favoráveis ao aborto, não são católicas, realmente. Pois, aquele que é católico, fiel à Igreja, é obediente. Primeiro a Deus, que pede "Não matarás", e também ao magistério da Igreja e ao Santo Padre, que é vice-Cristo na Terra. Maria Cristina P. Stella de Azevedo, São Paulo

Acidentes

O tamanho das letras da manchete Maioria católica aprova aborto legal foi entendido por mim como manifestação da redação diante de uma não compreensão do resultado da pesquisa. A essa incompreensão tento dar a seguinte explicação: a pesquisa sobre aprovação do aborto se, por um lado, mostrou dar grande importância à opinião dos católicos, por outro falhou na amostragem ao ignorar a diferença entre "nascidos acidentalmente em famílias acidentalmente católicas", aqueles que conhecem e compreendem os princípios filosóficos e teológicos cristãos. Eliana G. Costacurta, São Paulo

Ser católico

O Estado apresenta em manchete: Maioria católica aprova aborto legal. O assunto está parecendo fugir à realidade, pois quem apóia a disposição que querem implantar não é católico. A Igreja Católica apóia a vida e praticar abortamento é provocar a morte. Isso é incontestável. Católicos "de estatísticas" não sabem o que significa a Igreja fundada por Cristo. Não acompanham os ensinamentos pontifícios. Não lêem as encíclicas. Para apoiar abortamento e dizer-se católico estão a contradizer-se, isto sim. Max Basile, São Paulo

Vida de mãe

Alguém diga ao sr. Henrique Souza Queiroz di Nonato que qualquer Mãe daria a vida pela filho. Mas mãe que corre risco de vida na gravidez condenará seu filho a uma vida incerta, de órfão. E, além disso, qual a diferença da vida da mãe da criança? Por que uma vale mais do que a outra? Se a criança não tem culpa, por que a mãe tem de ter? Por que uma mulher deve morrer só para gerar criança? Uma mulher viva pode gerar muitas crianças. Luciana G. S. Sasso, São Paulo

Eutanásia do feto

Estamos plenamente de acordo com a prática do abortamento nos termos em que o justifica a lei a brasileira: em caso de risco iminente de vida, da mulher; na hipótese de ter ela sido estuprada; e com pleno consentimento da abortante. De fato, é humano, justo, moral e cristão sacrificar o feto para salvar a vida da mãe. Relativamente ao estupro que induziu à gravidez se pergunta: "Sendo o estupro um crime horrendo, será razoável admitir que produza um fruto, moral, jurídica e religiosamente defensável?" Para alguns estudiosos, a alma humana, imortal, tem existência desde o momento em que o espermatozóide penetra no óvulo. Esse preceito é que leva os católicos praticantes a qualificar o aborto um assassinato, sejam quais forem as circunstâncias e condições em que se processa. Aliás, convém lembrar que "assassinio, assassinato, assassinar" provêm do árabe "ashishin", ou seja, haxixe, aquela erva maldita que arrasta à violência e à loucura. Assassinato, pois, é homicídio cruel, feroz, cometido com requintes de insanidade próprios dos mascadores de haxixe. O abortamento seria, no máximo, uma espécie de eutanásia do feto para libertação da mulher deprimida pelo estupro que o gerou. Francisco Luís Ribeiro, São Paulo

Apoio

Gostaria de manifestar nosso apoio ao sr. ministro da Saúde, dr. Carlos César Albuquerque, contrário ao aborto, pois achamos que, independente das circunstâncias, o aborto é assassinato de um inocente. Marta Maria Ribeiro e mais 11 assinaturas, Campinas

Natureza do homem

Em 1920, a Rússia adotou legalmente o aborto, utilizando argumentos em parte parecidos com os do editorial de 24/8. Os abortários multiplicaram-se rapidamente, com instalações perfeitas e hábeis cirurgiões; em 1934, só em Moscou, foram praticados mais de 90 mil abortos legais. Mas a saúde das mulheres que abortavam continuou precária, com disfunções endócrinas, doenças pélvicas, esterilidade

e neuroses, decorrentes da prática antinatural que é o aborto. Dezesesseis anos depois de editada, o governo reabriu o debate e a lei foi revogada. A verdade e a moral comunista fizeram com que a lei fosse revigorada 20 anos mais tarde. A beleza e a justeza da lei nada têm que ver com sua longevidade. Brocardos de Ulpiano atravessam séculos e não perecem. Nosso Código Penal é de 1940, e não funciona. Nosso Código Comercial é de 1850 e funciona. Já nosso Código Civil, que é de 1916, em seu artigo 4º, "põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro". Tal preceito vem de longe e não morre, porque está de acordo com o homem e sua natureza. Rubens Martins Godoy, São José do Rio Preto

9/09/1997 TEMA: ABORTO/FÓRUM DE DEBATES

Atentado à vida

Leitor do Estado desde 1952, julgo-me no direito de estranhar a manchete destacada na edição de 28/8, afirmando que 87% dos católicos de São Paulo são favoráveis ao aborto e somente 13% contrários. Entendido em pesquisa social, julgo sem nenhuma fundamentação científica toda a pesquisa feita pelo InformEstado. É evidente que o universo pesquisado, de 600 pessoas, é mais que insuficiente em uma cidade com 10 milhões de habitantes! E é ousadia afirmar, como faz a manchete Católicos... etc. Deveria ser a manchete: Católicos de São Paulo... A capital paulista, segundo estatísticas confiáveis, não tem senão 65% de católicos, o que é, sem dúvida, muito preocupante, embora no Brasil os católicos sejamos 80%, segundo dados do IBGE. Que tipo de católicos foram entrevistados? A pesquisa cobriu que classes e quais bairros? Aqui em Jundiaí, com cerca de 350 mil habitantes, a pesquisa feita por 90 casais dos serviços e movimentos familiares interrogou exatamente 1.002 pessoas. E, à pergunta Você é a favor da vida ou do aborto?, a resposta foi exatamente esta: 93,6% a favor da vida e apenas 6,4% a favor da aborto! Pesquisa feita com seriedade e competência não bate com as do Estado e da Folha, pelo menos neste caso do aborto, atentado grave à vida de nascituros inocentes e indefesos. Dom Amaury Castanho, bispo de Jundiaí, Jundiaí

Decisão do casal

Irrelevante e inútil a polêmica sobre o aborto! Todos sabemos que a decisão sobre o aborto é necessária, em qualquer circunstância de gravidez. Cabe ao casal decidir, sem culpa ou remorso imposto pela sociedade; por igrejas que tiram capetas do corpo via Embratel; por meio de ordens obrigatórias do papa (prontamente aceitas por bispos e padres progressistas ou não) ou demagogia de políticos. Aos políticos (em sua maioria) cabe recriminar o aborto. Eles arrebanham votos preciosos de fiéis. Um alerta valoroso em favor do aborto foi lançado. Quem possuir a capacidade de discernir sobre a diferença entre Encol e trombadinha, inflação zero e juros exorbitantes para a casa própria, qualidade de vida com quantidade de vida jogada nas ruas, escola pública e escola privada, também sabe o valor de seu voto. Contrariar Deus seria levar adiante uma gravidez indesejada. Maurício C. Villela, São Paulo

Inquietação mal resolvida

Embora seja contra o aborto, por considerar a interrupção da gravidez semelhante à morte por interrupção da respiração, temos de reconhecer que neste querido Brasil contemporâneo nunca houve tamanha cruzada no sentido de ajudar os excluídos, sobretudo no sentido de oferecer à população carente os serviços básicos que são acessíveis somente a quem os pode custear. Como o Estado tornou-se na prática impotente diante da corrupção moral de nossos dias, verdadeiro flagelo que vem devastando nossa sociedade, até agora quem estava conseguindo oferecer melhor conforto a essas pessoas carentes era uma madre Teresa de Calcutá, uma irmã Dulce, um frei Damião, entre outros, que, por razões religiosas, optaram por se entregar ao serviço do próximo. Lembrando que o homem é um ser egoísta e assim o amor desinteressado só é possível se se tem ideal muito elevado, estou ficando propensa acreditar que, por trás dessa entusiástica campanha, deve estar alguma inquietação de ordem espiritual mal resolvida. Marisa Stucchi da Silva, São Paulo

Não matar

Mesmo que todos os católicos se declarassem favoráveis ao chamado "aborto legal", a Igreja jamais se afastaria de sua posição contrária, porque o direito à vida não é uma questão plebiscitária, mas de direito natural imutável. E, se alguém acha que a Igreja está atrasada e fora da realidade, saiba que ela está muito bem acompanhada nesse atraso: está acompanhada do próprio Deus, que continua proibindo nos seus mandamentos homicídios e infanticídios. Alfredo Mattar, São Paulo

Coragem no Judiciário

A Associação Juizes para a Democracia manifesta seu apoio às corajosas posições do presidente do STF, ministro Celso de Mello, em favor da regulamentação do aborto legal e da legalização do aborto

eugênico, bem como sobre o controle externo do Judiciário e contra o "efeito vinculante" de decisões da cúpula do Judiciário. Dyrceu Aguiar Dias Cintra Jr., presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia, São Paulo

GERAL/24/08/1997/MINISTRO DO STF ACIRRA POLÊMICA SOBRE ABORTO

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA - As declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, a respeito do aborto, provocaram irritação na cúpula da Igreja Católica no Brasil. O ministro defendeu o projeto que regulamento o aborto em caso de estupro e risco de vida para a gestante, aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ele ainda mostrou-se favorável a um outro projeto, ainda em discussão, que pretende ampliar a legalidade para casos de má formação do feto.

(.....)²

em tramitação sugeriu que causaram que se declarou favorável ao projeto que regulamenta o aborto em caso de estupro e risco de vida para a gestante, além causaram irritação na cúpula da Igreja Católica. legal l à ampliação do direito ao aborto legal, acirrou a polêmica em torno do assunto. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), arcebispo Dom Lucas Moreira Neves, se disse surpreendido com a posição do presidente do STF. "O que é imoral não fica sendo moral só porque se tornou legal", definiu. "Espero que ele (Celso de Mello) tenha se pronunciado apenas pelo aspecto legal e não pelo moral".

A CNBB inicia amanhã um encontro de bispos para discutir o projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara regulamentado a realização do aborto na rede pública de saúde nos casos previstos no Código Penal. Dom Lucas classificou como "duas agressões à humanidade" a aprovação da lei do aborto na CCJ e a derrubada pelo Congresso do veto presidencial que impedia a esterilização em hospitais públicos. "Lamento que isso esteja ocorrendo justamente na véspera da chegada do Papa João Paulo II ao Brasil para falar às famílias", avaliou. O arcebispo definiu o aborto como uma "a morte de ser humano, que é o feto".

O ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, deu início à polêmica em torno do assunto, ao dizer na quinta-feira que pediria ao presidente o veto ao projeto. O ministro se disse contrário à legalização do aborto, mesmo nos casos previstos no Código Penal desde 1940 (em caso de risco grave de saúde para a gestante ou quando a gravidez é resultante de estupro).

O presidente do STF, entretanto, não só defendeu a regulamentação do aborto legal, como também a ampliação do direito, nos casos em que houver grave risco de saúde para gestante, má formação do feto ou em caso de atentado violento ao pudor - onde a gravidez acontece sem que esteja configurado o estupro. Celso de Mello deixa claro que não defende o aborto de forma indiscriminada, mas considera essencial para a sociedade regulamentar as hipóteses excepcionais.

"As hipóteses previstas pelo presidente do STF são equiparáveis às determinadas pelo Código Penal", acrescentou ontem o ministro do Supremo, Marco Aurélio Mello. "Meu Deus, depois de 57 anos de uma lei, acho que está na hora de regulamentar", reagiu o ministro do STF. Para ele, passada a polêmica e a emocionalidade que envolve o assunto, "a população vai acabar percebendo, pelo bom senso, que a mulher tem direitos a sua integridade".

O ministro ressaltou que é dever do Estado prover saúde à população e condenou a avaliação do tema sob o ponto de vista religioso. "A igreja corre o risco de ficar em descompasso com os anseios da sociedade, e talvez esteja aí a razão pela qual vem perdendo adeptos."(Colaborou Edson Luiz) RIO - Em mensagem veiculada em rádio, o cardeal-arcebispo do Rio, D. Eugênio Sales, condenou a aprovação do projeto que permitirá aos hospitais da rede pública fazer aborto em caso de estupro ou quando a gravidez significar um risco de vida para a mãe, casos previstos no Código Penal. O cardeal considera "rigorosamente um ato criminoso tirar a vida a um ser indefeso". D. Eugênio alertou para o fato de que o projeto poderá abrir uma brecha para a legalização geral do aborto no País. "Os artigos 2 e 3 são sujeitos a interpretações que significam a aprovação mais ampla do aborto", observou.

Inquirição

Em recente entrevista, S. Exa. o presidente FH foi taxativo ao afirmar que é favorável à regulamentação da lei do aborto. A primeira-dama, dona Ruth Cardoso, sem dúvida a melhor e mais fiel porta-voz do presidente, também endossou tal pensamento e foi além ao confirmar "ser favorável à união de casais do mesmo sexo". Assim sendo, quer nos parecer que o ideal e o pensamento

² este trecho falta no arquivo fornecido pelo banco de dados.

presidencial continuam imutáveis no aspecto religioso. Talvez aquela frase nos convidando ao esquecimento de suas posições progressistas tenha sido apenas um jogo de palavras pela oportunidade política. Diante disso, como fica a Igreja? Alexis Teixeira, São José do Rio Preto

Chance de viver

No Brasil não temos pena de morte e é inconstitucional a prisão por mais de 30 anos. O Luz Vermelha, após quatro assassinatos, estupros, etc. e 30 anos vivendo à custa de nosso orçamento, volta a ter a chance de continuar a vida em liberdade. O artigo 5º da Constituição diz que a vida é um direito inviolável. O aborto direto e provocado, em todos os casos (o artigo 128 do Código Penal é inconstitucional), é sempre um atentado irreparável contra a vida. Portanto, o que é humano e constitucional, nesses casos, é defender e procurar salvar integralmente a ambos: mãe e nascituro. Quando uma mãe não puder ficar o nascituro - por problemas psicológicos, afetivos, econômicos, etc. - a sociedade acolherá essa criança dando-lhe a chance de continuar a vida e de escapar de uma morte iníqua. Jesus Maria Fernández Vázquez, São Paulo

01/10/1997 TEMA: ABORTO/FÓRUM DE DEBATES

Foro íntimo

A polêmica sobre o aborto nas páginas de Opinião do Estado é recheada de falsas emoções, de grotesco corretismo político, de obscuros argumentos jurídicos e de santidade amadora e profissional. Com certeza, uma criança quase nascida não pode ser assassinada. No outro extremo do espectro, um óvulo fertilizado não pode ser considerado um ser humano. Considerando a terra-de-ninguém entre os dois extremos, meu credo é o seguinte: sou a favor do direito irrestrito ao aborto, acompanhado por educação e emancipação moral. O que faço com meu corpo - isto é, com tudo que existe dentro do envelope que é minha pele - é exclusivamente meu negócio. Não é da conta da Igreja, do Estado, da família, da sociedade. Os direitos do feto começam quando este começa a desistir de fazer parte do meu corpo. A posição pode ser chamada imoral, ilegal, brutal, herética, egoísta. Mas, das duas, uma: não ameaça a humanidade tanto como uma aristotélica oposição ao aborto. Hanns J. Maier, Ubatuba

Abuso de poder

O artigo do professor Ives Gandra Martins sobre o chamado "aborto legal" desfaz, com lógica jurídica irresponsável, o equívoco de considerar vigente o artigo 128, do Código Penal, diante da norma do artigo 5º, da Constituição, que estabelece de forma abrangente o direito à vida e o considera fundamento do Estado Democrático de Direito. Daí que regulamentar-se dispositivos derogados, porque não recepcionados pelo texto maior, se insere no que poderíamos chamar de abuso de poder. Hélio Bicudo, deputado federal (PT-SP), Brasília

Sem justificativa

Quero cumprimentar o artigo Pena de morte para o nascituro, de Ives Gandra (19/9). O autor informa, expõe, elucida, argumenta com clareza para depois afirmar: "O aborto é homicídio. Não há argumentos que o justifiquem, em hipótese alguma." Parabéns. Helena Chebl Silva, São Paulo

Falácia

É falacioso o argumento utilizado pelo professor Ives Gandra para fundamentar sua tese de que a realização do aborto legal é inconstitucional. O jurista cita o artigo 5º da Constituição, que garante a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, para defender a tese de que o aborto viola o direito de um cidadão, no caso o embrião. Gostaria de lembrar ao digníssimo jurista que o artigo 12 da mesma Carta divide os brasileiros em natos e naturalizados. Portanto, o "nascituro", como a palavra define, ainda não nasceu, não podendo o aborto ser enquadrado como violação do que dispõe o artigo 5º. Maria Yoshie Sonematsu, São Paulo

NETESTADO EDITORIAIS - /19/09/1997/ PENA DE MORTE PARA O NASCITURO

Aborto é homicídio. Não há argumentos que o justifiquem, em hipótese alguma. Todos os seres humanos são seres humanos desde a concepção. Nesse momento, todos os seus componentes biológicos e psicológicos estão formados, tendo os defensores do aborto, desde a concepção, seu perfil atual delineado. A tese conveniente de que o ser humano só o seria após três meses não se sustenta, visto que ninguém foi animal irracional entre a concepção e os primeiros três meses, para depois se tornar um ser humano. É ser humano desde a concepção. Dessa forma, o denominado aborto legal - que desde 1988 não é mais legal - nada mais é do que uma pena de morte imposta ao ser humano quando ainda vive no ventre materno.

O que me tem impressionado é que a maior parte dos que defendem essa prática foi contrária à pena de morte. São favoráveis à pena de morte imposta ao ser humano inocente que vive no ventre materno e contrários à pena de morte para o criminoso culpado, que pode ter sido um assassino inveterado.

Em outras palavras, muitos os abortistas são contrários à pena de morte aplicável aos estupradores, que são criminosos hediondos, mas são favoráveis à pena de morte aplicável aos inocentes gerados no estupro, o que, no mínimo, é de uma macabra incoerência.

Pessoalmente, entendo que o homem não tem o direito de tirar a vida de ninguém, seja pela pena de morte, seja pelo aborto, seja pela eutanásia.

Não quero, todavia, apenas esgrimir argumentos racionais com aqueles que, por oportunismo e conveniência, não querem encarar o fato de que são defensores de um homicídio uterino de inocentes, genocidas que pretendem legalizar a morte dos nascituros, como Hitler fazia com o sofrido povo judeu.

O que pretendo deixar claro é que não há mais aborto legal no País. A lei penal, que permitia o aborto em duas hipóteses (estupro e perigo de vida para a mãe), não foi recepcionada pela Constituição de 1988.

Com efeito, a Lei Suprema anterior não protegia o próprio direito à vida. Determinava que apenas os "direitos concernentes à vida" deveriam ser garantidos pelo Estado, admitindo, portanto, exceções.

O texto atual não oferta equívocos. O próprio "direito à vida" é que está assegurado, de tal maneira que os chamados abortos legais deixaram de ser legais por serem "inconstitucionais", visto que implicam "pena de morte" para um ser humano, e o direito à vida de todos os seres humanos está garantido pela Constituição.

Está o artigo 5º, caput, da Constituição federal, assim redigido: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ..." (grifos meus).

Não há, portanto, nenhuma dúvida de que o próprio direito à vida é garantido, mas, mais do que isso, é considerado princípio fundamental do direito constitucional pátrio.

À evidência, no caso de perigo de vida da mãe, hipótese cada vez mais rara em face da evolução da medicina, se pode apresentar o dilema de que, todavia, perante situação em que é absolutamente impossível salvar os dois, a salvação da mãe decorre do fato de que sua morte implicaria, de qualquer forma, a morte da criança.

Lembro-me do debate que tive com o amigo Adib Jatene, na Câmara dos Deputados, em que confessou que só lá estava porque sua mãe, aconselhada pelo médico a abortá-lo, visto que corria perigo por ser hipertensa (e a medicina na época era pouco evoluída), se negara a abortar e, graças ao gesto heróico de seus pais, lá estava ele, contribuindo para o bem do País.

Ora, se as hipóteses de risco são cada vez mais raras e no estupro não há risco para a mãe, em face da Constituição brasileira, o ser humano que vive no ventre materno não pode ser condenado à morte por lei ordinária, a meu ver, manifestamente inconstitucional.

Causou-me, pois, espécie a afirmação do eminente presidente da Suprema Corte e notável constitucionalista, que, ao defender a pena de morte para o nascituro, não considerou a clara, inequívoca, meridiana garantia da Constituição federal ao direito à vida esculpida no caput do artigo 5º da Lei Suprema, como princípio fundamental.

Não sei se sua opinião é compartilhada pelos demais preclaros julgadores do pretório excelso, que se mantiveram silenciosos sobre a matéria, até porque, podendo ter de decidir sobre eventual ação direta de inconstitucionalidade, preferiram não antecipar seu voto até ouvir todos os argumentos jurídicos pertinentes.

Tenho para mim que o homicídio uterino, sobre ser inconstitucional, abre espaços para a eutanásia e outras formas de "purificação" da raça, a pretexto de afastar aqueles seres doentes ou "improdutivos" que oneram uma sociedade cada vez mais egoísta e não solidária. Para mim, o aborto é homicídio. É assassinato. E não há argumentos, por mais dolorosos que sejam - como no estupro, em que o drama sofrido pela mulher é enorme -, que justifiquem, por essa razão, a morte de um inocente.

E, principalmente, não aceito os argumentos dos abortistas, que só podem defender a pena de morte para os nascituros porque a mãe deles não praticou com eles o que eles pretendem aplicar a outros seres humanos.

Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Escravidão

Ah, Lei do Ventre Livre! 28 de setembro de 1871. Que alegria haveria de brilhar nos olhinhos dos fetos, por saber que a partir daquele dia seus sonhos de liberdade tornar-se-iam realidade: não nasceriam mais escravos! 28 de setembro de 1997. O quadro é mais sombrio. Os olhinhos, outrora

felizes, agora se mostram aflitos, enquanto um barulho descompassado se faz ouvir: é o desespero. Mulheres e homens do século 21! Cadê sua liberdade? Estão retrocedendo no tempo, mas agora até a mais elementar das liberdades, a de viver, estão roubando de vocês. Estella Judith de A. P. B. Fonseca, São Paulo

Um resto de vida

Todo mundo, horrorizado, fica dizendo que Deus é o único com direitos de dar a vida e de tirá-la. Mas antes de tomar algum partido é preciso pensar: sua filha de 13 anos é violentada e fica grávida. Vocês - pai ou mãe, católico ou protestante, macumbeiro ou ateu - terão coragem de tirar da sua filha a infância rompida por um canalha vil ou lhe darão o direito de cuidar de seu filhinho, porque ele tem o direito à vida e nada disso vai influenciar, pois Deus sabe o que az. Parem de hipocrisia! Na frente de todos, falam em direito, mas o animal que violentou a filha, a mulher ou a irmã vai exercer o papel de pai? Antes de qualquer pessoa criticar, deve pensar na pessoa que sofreu a violência, na preservação do bem-estar mental das mulheres e crianças. Maria Adriana Medeiros, São Paulo

Imposição de dogmas

Se os padres católicos são contra o aborto, tudo bem. Que convençam as mulheres católicas quanto a isso. Que digam para a mulher estuprada abstrair e ter o fruto da violência. Que digam para uma gestante, correndo risco de vida, que ela deve morrer. Mas o que os padres católicos não podem é impor, querer que todas as brasileiras abaixem a cabeça e aceitem tais despropósitos! O Brasil é um país com liberdade de religião, não é justo que a Igreja Católica queira ditar seus dogmas para todos. Ana Maria Stuart, São Paulo

Assassinas

O aborto é um crime. Alguém que não pediu para nascer é assassinado no lugar que seria o mais seguro do mundo: o seio materno, por mulheres ignorantes. Mães brasileiras, digamos não ao aborto! Anna T. Mendonça, São Paulo

Excomunhão?

A Igreja Católica terá de rever sua posição contrária ao aborto legal – em casos de gravidez decorrente de estupro e pondo em risco a vida da mãe. Se a Igreja insistir em ir contra seus fiéis, corre o risco de acabar perdendo-os. Dalva C. Bento, São Paulo

Maldições

Os abortistas querem obrigar todo o povo de nosso país a ser cúmplice de sua hediondez no infanticídio, fazendo cair sobre todo o povo brasileiro as maldições que provocarão. Manoel Barbosa Magalhães, Assis

Justiça social

Algumas reflexões a partir do texto de Esther Pillar Grossi: ser contra o aborto, em caso de estupro, é punir duas vezes a mulher pobre. Primeiro, obrigá-la a ter um filho fruto da violência. Segundo, caso se decida pelo aborto, ela terá de recorrer a mãos incautas. Portanto, aborto previsto por lei é também justiça social. Maria Liege Santos Rocha, São Paulo

27/11/1997 TEMA: ABORTO FÓRUM DE DEBATES

Intolerância utilitarista

O Estado publicou artigo do professor Álvaro de Vita (25/11) sobre o aborto e violação da vida do direito à vida. Inicialmente, mais uma vez, tenta identificar o posicionamento antiaborto com o posicionamento religioso dos cidadãos, como se apenas os religiosos pudessem ser contra o aborto. É importante lembrar que a quase totalidade da argumentação contrária ao aborto nos vem do direito e moral natural, constando de códigos morais muito anteriores ao cristianismo (por exemplo, o juramento hipocrático). É evidente que a esses argumentos naturais as diferentes religiões podem acrescentar seus argumentos sobrenaturais, que, no entanto, não podem ser considerados os motores da argumentação básica antiaborto. Ao afirmar que "O agrupamento de células que se forma no estágio imediatamente posterior à fecundação não pode ter um direito à vida que se sobreponha ao direito da mulher que o gera de decidir o que é certo ela fazer com seu corpo e sua vida", o autor nos remete de imediato à problemática do início da dignidade humana e nos dá algumas sugestões curiosas: 1) O feto só é investido do direito à vida no momento em que é capaz de sobreviver fora do corpo da mãe. A partir desse pressuposto, a dignidade humana teria relação imediata com a capacidade de independência do ser humano. Como mesmo o neonato e a criança pequena são seres altamente dependentes, é forçoso deduzir que o infanticídio é um "crime menor", se tanto. 2) O feto só é investido do direito à vida no momento em que é capaz de sentir dor, sendo o aborto moralmente neutro antes dessa fase. (Termos do artigo.) A partir desse pressuposto, é moralmente ilícita a morte

provocada acompanhada de dor. Nesse caso, não poderiam ser considerados crimes os homicídios nos quais a vítima estivesse dormindo ou alcoolizada. De fato, a intolerância permeia a questão do aborto. No entanto, parece mais razoável entrever aí uma intolerância utilitarista, que subordina direitos inerentes do ser humano dependente ao confortável ou ao socialmente conveniente. Luiz Eugênio Garcez Leme, médico, São Paulo

'É muita pressão'

A CNBB envia cartas a todos os deputados brasileiros para que votem contra o projeto de lei que tramita no Congresso sobre o aborto. Placa contra o aborto é colocada na Esplanada dos Ministérios. É muita pressão, na base do crê ou morre. Inconcebível! Inacreditável! A pregação do Evangelho deve ser sem ameaças: ou vota contra o projeto ou sofrerá campanha contra sua reeleição. Estarrecedor! Não basta a pressão exercida contra o presidente, para que o ensino religioso seja ministrado com professores pagos pelos públicos? Rodolpho Pereira Lima, Bauru

Ambigüidade

Muito sugestiva a fotografia publicada na primeira página do Estado em 22/11. Se nenhum político existisse, a vida seria um verdadeiro dom de Deus. Roberto Stavale, São Paulo

*

Povo brasileiro, já imaginaram de quantos indesejáveis políticos estaríamos livres se a mãe deles fosse a favor do aborto? Isaura L. P. Nascimento, São Paulo

*

Na placa está escrito: Senhores políticos, já imaginaram se suas mães fossem a favor do aborto? Afinal, esta campanha é contra ou a favor do aborto? Breno V. Bôas, Bauru

Eutanásia social

Afinal, o que pretende a Igreja ao afirmar que jamais concordará com um delito contra a vida humana? Existe no País uma eutanásia social sem precedente. E o que faz Igreja? Omite-se. Que amparo social e psicológico têm as jovens mães, vítimas de uma histórica omissão da sociedade que durante anos negou, e nega, informações técnicas de controle de natalidade? A clandestinidade abortiva é patogênica. A lei que proíbe o aborto deixa milhares de mulheres à mercê dos riscos dessa clandestinidade. E o que fazemos? Em vez de educarmos para a vida, mantemos milhões no analfabetismo e na ignorância. Pior, negamos aos mais marginalizados pela miséria o direito ao saber, à consciência dos riscos impostos pelo ato, à oportunidade ser ouvido e encontrar soluções menos violentas. Carlos A. Pessoa Rosa, Atibaia

Ruth Cardoso

Nossa solidariedade e admiração à sra. Ruth Cardoso, pela sua lucidez, irmeza de caráter em suas declarações, num momento tão prenhe de emocionalidade obscurantista. Estes senhores que negam o primeiro e mais íntimo direito da mulher esqueceram-se da advertência de Dostoievski: "Já o amavas antes de nascer?" Pedro Fontcuberta, São Paulo

Fins e meios

Enquanto mulheres e meninas sofrem violência e abuso sexual no Brasil, os padres preocupam-se em defender o resultado da violência e do abuso sexual. Que machismo e hipocrisia! Esses são os que dizem guardar os mandamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi tão amigo e protetor das mulheres! É o mesmo que dizer que os fins justificam os meios. A criança inocente justifica a coação a outra inocente, a mulher? A desigualdade de direitos entre homens e mulheres salta aos olhos na Igreja. Por que não há confessoras ou sacerdotisas? Quem tem condições melhores de entender pecados e sofrimentos? A doutrina de Cristo vencerá eternamente, mas com os padres "abortando" os direitos das mulheres... Iria do Amaral, São Paulo

*

Vamos descer à raiz da questão. Com religião ou sem religião, "o fim não justifica o meio". Não se pode tirar a vida de um ser humano indefeso e inocente para resolver um problema socioeconômico ou um conflito psíquico-emocional. Pôr como precondição para o nascimento da criança que ela seja bem acolhida, bem tratada ou não acarrete para os pais situação de grande incômodo é converter os filhos em "coisas" agradáveis ou desagradáveis, o que seria uma trivialização contrária aos valores essenciais da dignidade humana. É uma forma de violência gratuita e pernicioso tratar o filho como se fosse animalzinho de estimação. Marisa Stucchi da Silva, São Paulo

1/12/1997 TEMA: ABORTO FÓRUM DE DEBATES

Direito da vítima

Excelente a atitude de o padre Luiz Carlos Lodi, de Anápolis, levar à tribuna da Câmara dos Deputados duas crianças que nasceram de vítimas de estupro. As mães estupradas desejaram ter seus filhos. A mulher que for estuprada, ficar grávida e desejar ter seu filho pode tê-lo. O legislador de 1940 foi muito sensível e humano ao perceber e amparar a dor da mulher que, além de estuprada, ficou grávida e não quer continuar essa situação. Não tem nada que ver com gravidez indesejada, planejamento familiar, assassinato ou ser contra a vida. É a ocorrência de um crime e, novamente, a facilidade de defender os direitos humanos de todos, menos o da vítima. O padre precisa levar à tribuna pelo menos duas mulheres (há milhões) desesperadas que ficaram grávidas de criminosos estupradores e tiveram ou têm dificuldade de abortar (as pobres, é claro). Larcisa A. Marques Porto Uliano, Barueri

Circo

Um padre que não sabe o que é gerar um filho por amor (já que esse direito lhe é negado pela Igreja), constituir família e mantê-la com dignidade não tem o direito de fazer da Câmara dos Deputados uma arena de circo, expondo seres humanos a mais uma violência. Não acredito que essa seja a vontade de Deus. Valéria Passos Bessel de Jorge, São Paulo

Convicção pessoal

O professor de Ciência Política Álvaro de Vita contesta interpretação minha e de Hélio Bicudo (25/11), afirmando que o direito à vida assegurado na Constituição não é o direito do feto, que só se torna ser humano - e com seu direito à vida assegurado - apenas entre 18ª e 25ª semana após a concepção. Lastreia-se em orientação da Suprema Corte de país cujas decisões nem sempre exteriorizam o melhor direito (lembrem-se os casos Tyson, Simpson e o da cidadã que cortou os órgãos genitais do marido), que diz ser o direito à vida, nos Estados Unidos, assegurado apenas após a 25ª semana de vida do ser humano concebido. Além de não ser o direito americano o melhor caminho para interpretação do direito brasileiro, inclusive pela conformação histórica dos dois sistemas jurídicos, é de se lembrar que todas as características do ser humano estão forjadas desde sua concepção. A não ser que admita que os brasileiros são animais até a 25ª semana de concepção - e portanto podem ser abatidos -, passando só então à condição de seres humanos. Eu, pessoalmente, como afirma o laureado e saudoso mestre de Medicina, professor Jerome Lejeune, estou convencido de que sempre fui um ser humano, desde minha concepção, e o direito à vida de todos os brasileiros está assegurado desde esse momento. Ives Gandra da Silva Martins, São Paulo

Violação

Parabéns pelo artigo Aborto, violação do direito à vida?, do sr. Álvaro de Vita (25/11). Alvaro Carvalho Moinhos, Torrinha

NETESTADO/EDITORIAIS/25/11/1997/ABORTO, VIOLAÇÃO DO DIREITO À VIDA?

Convicções religiosas não devem interferir nas decisões políticas fundamentais

Fomos surpreendidos, algum tempo atrás, por uma declaração do ministro da Saúde contrária à regulamentação, pelo Congresso Nacional, do artigo do Código Penal que admite a prática do aborto nos casos em que a gravidez resultar de estupro ou puser em risco a vida da mãe. O ministro declarou que essa norma legal fere suas convicções pessoais. Quer dizer que só devemos obediência às leis que estão de acordo com nossas convicções pessoais? Absurdo.

Mas não faltou quem viesse em socorro do ministro. O jurista e deputado federal Hélio Bicudo, secundado pelo também jurista Ives Gandra Martins, saiu a campo para sustentar que o artigo em questão do Código Penal deve ser considerado derogado pelo artigo 5º da Constituição, que garante a inviolabilidade do direito à vida "aos brasileiros e estrangeiros residentes no País".

Penso que essa é uma interpretação facciosa do direito à vida protegido pela Constituição. E as considerações que fundamentam minha opinião dão apoio não só à regulamentação do aborto legal, mas também à aprovação de uma lei que autorize a interrupção da gravidez indesejada até determinado ponto da gestação. Que o leitor não me entenda mal. Está claro que o aborto não é uma coisa boa para a mulher que se vê obrigada a praticá-lo. E, ainda que a lei o permita, isso não exime cada mulher de julgar, de acordo com sua consciência, o que é certo ela mesma fazer. O que está em discussão é uma outra coisa: qual é a forma apropriada de empregar a coerção estatal nesse caso? Os antiabortistas radicais querem muito mais do que apenas viver de acordo com suas convicções religiosas e empenhar-se em persuadir outros de que essas são as convicções verdadeiras. Eles querem criminalizar a conduta dos juizes que autorizam o aborto legal, dos médicos que o realizam e das mulheres que a ele se submetem.

Seria muito melhor se pudéssemos evitar que convicções religiosas de qualquer tipo interferissem nas decisões políticas fundamentais. A justificativa para isso foi exposta, há 300 anos, pelo grande filósofo

liberal inglês John Locke, em sua Carta Acerca da Tolerância. Locke afirmou que o Estado deve impor a tolerância religiosa, mas não porque as crenças religiosas sejam superstições ou tolices. A razão é outra. Pela própria natureza, a crença religiosa só pode propiciar o bem que dela se espera - a salvação da alma - se o crente estiver intimamente convencido de ser verdadeira. E está fora do alcance do poder político, que tem natureza coercitiva, constituir essa convicção íntima. Uma crença religiosa genuína nunca pode ser imposta. Se a pessoa não está intimamente convencida das razões da lei, o máximo que se pode conseguir dela é uma conformidade externa de sua conduta à lei. O que ocorre quando o poder político é empregado com o propósito de impor a crença religiosa de uns sobre outros? Aqueles que não a aceitam como verdadeira, considerarão esse emprego da coerção estatal uma afronta aos valores que julgam ser mais verdadeiros e de acordo com os quais querem viver.

É também nesse plano que o debate sobre o aborto (e não só o aborto legal) se deve colocar. Não se trata de um debate entre pessoas preocupadas com valores espirituais elevados, de um lado, e pessoas somente preocupadas em encontrar algum expediente para lidar com um grave problema social (as mortes e danos resultantes dos abortos clandestinos), de outro. O "lado de cá" (dos que defendem a legalização do aborto) também está preocupado com princípios morais. Uma mulher que engravide em consequência de estupro sofrerá uma humilhação a mais se for impedida de fazer o que sua consciência lhe dita porque outros acreditam, mas não ela, que um óvulo fecundado já esteja investido do status moral que atribuímos a um ser humano.

Reconheço haver uma dificuldade séria para tratar a posição antiabortista simplesmente como uma manifestação de intolerância. Os antiabortistas alegam que, se a lei autorizar o aborto em determinados casos, eles também serão coagidos a praticar atos que outros podem considerar aceitáveis, mas eles mesmos vêem como moralmente repulsivos. Eles terão, por exemplo, de contribuir compulsoriamente (pagando impostos) para manter os hospitais públicos onde os abortos autorizados serão feitos. E, para os mais radicais, qualquer aborto equivale a um assassinato.

Aqui, chegamos ao ponto central de toda a controvérsia: o do status moral do feto humano. É esse o ponto que faz do aborto uma questão tão intratável. O mínimo que se pode dizer é que essa divergência não é solucionada lendo as palavras que estão escritas no artigo 5º da Constituição. Não divergimos sobre se o direito à vida deve ser protegido, e, sim, sobre se um feto (digamos, no terceiro mês de gestação) tem o direito à vida que é garantido "aos brasileiros e estrangeiros residentes no País". Se Hélio Bicudo e Ives Gandra consideram que essas palavras bastam para derrogar o artigo sobre o aborto do Código Penal, é porque estão inscrevendo suas convicções religiosas num dispositivo da Carta.

Para determinar se (e em que momento) o feto humano tem um direito à vida, temos de perguntar pelas características que fazem de um indivíduo da espécie *Homo sapiens* um ser humano em algum sentido que possamos considerar moralmente relevante. Pelo menos duas coisas me parecem indiscutíveis. Se deixarmos de lado convicções religiosas altamente controversas, o agrupamento de células que se forma no estágio imediatamente posterior à fecundação não pode ter um "direito à vida" que se sobreponha ao direito da mulher que o gera de decidir o que é certo ela fazer com o seu corpo e de sua vida. E, no final da gestação, o bebê que está para vir ao mundo certamente tem um direito à vida. Em que momento, entre estes dois pontos da gestação, devemos acreditar que o feto adquira um direito de viver que se sobreponha ao direito de autonomia da mulher?

Acredito que não haja por que ir tão longe, uma vez que a Suprema Corte dos EUA, em decisão tomada em 1973, considerou que o feto só é investido do direito à vida a partir do momento em que se torna capaz de sobreviver fora do corpo da mãe. Levando em conta o caráter profundamente controverso da questão, parece razoável estabelecer o limiar em outro ponto: o momento em que o feto se torna capaz de sentir dor. O desenvolvimento cerebral que responde por isso ocorre entre a 18ª e a 25ª semanas da gestação. Essa é a primeira manifestação inequívoca de vida, num sentido moralmente relevante (ainda que, evidentemente, a capacidade de sentir dor não seja exclusiva dos seres humanos). Antes da 18ª semana, o aborto pode ser uma experiência dolorosa e mesmo traumática para a mulher que se submete a ele, mas é moralmente neutro. Querer proibi-lo antes disso em nome de convicções religiosas que alguns aceitam e outros rejeitam constitui, em meu entender, uma clara manifestação de intolerância.

Meus argumentos não convencerão um antiabortista convicto. Mas devem ser ponderados por todos aqueles que têm convicções religiosas genuínas e querem viver de acordo com elas, mas não deixam de sentir calafrios quando lhes dizem que só podem fazê-lo se puderem contar com a mão pesada do Estado.

Álvaro de Vita, professor do Departamento de Ciência Política da USP, é editor-assistente da revista *Lua Nova*, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)

Vivência e experiência

O comentário da Coluna do Estadão (31/10) sobre as críticas do bispo Jaime Chemello ao parecer de dona Ruth Cardoso, ao projeto que dispõe sobre a cobertura do SUS a aborto por estupro ou perigo de vida, enseja uma pergunta: a quem deverão dar ouvidos os srs. deputados e senadores? À primeira-dama do País, mãe, avó, esclarecida e experiente? Ou ao celibatário d. Chemello? Antonio Luiz A. Gomes, Jundiaí

'Maternalismo'

O apoio à vida requer uma ajuda positiva à mulher grávida em termos psicológicos, econômicos, sociais e educacionais. Para lembrar algumas possibilidades: o desenvolvimento de atitude favorável do pai e da família em relação ao novo ser; o estabelecimento do salário maternidade e do salário família; facilidade à moradia em conjuntos habitacionais populares; apoio esclarecedor e garantia de ajuda efetiva no caso de mãe solteira. Defendermos juntos a vida deve ser a preocupação maior. Nosso país deve crescer. Lúcia Bonilha Keller, São Paulo

Sofisticado demais

A discussão em torno do projeto de lei que autoriza a prática do aborto legal em hospitais públicos suscita polêmico debate. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e a deputada Sandra Starling (PT-MG), com parte significativa da "opinião pública", acreditam que a aprovação do projeto será mais um "ganho" na luta pela "justiça social". No entanto, temos de corajosamente bradar o nosso "não" a essa iniciativa, porque fere o princípio fundamental da vida, que é a defesa da própria vida, em todas as circunstâncias. Os pretextos e argumentos mais sofisticados dos defensores do aborto legal são facetas de um pensamento intelectual demais, que procura confundir a sociedade acerca dos valores que realmente dão fundamento à vida humana. Eles próprios sabem (talvez não) que a aprovação do projeto em questão abrirá brechas para que muitas mulheres cometam o aborto, por razões que não são bem aquelas que salientam os atuais defensores da nova lei. Na realidade, ao dizer por tal motivo pode fazer coisa, essa mesma coisa (sendo aceita judicialmente) será feita só que com outras intenções. Diante disso, os abusos continuarão ocorrendo e pondo em risco a dignidade humana. Valmor Bolan, São Paulo

Respeito à liberdade

Se dona Ruth Cardoso quer defender o aborto em alguns casos, o problema é dela; se o papa defende a vida em todas as fases de sua existência, a solução é dele; e se os srs. deputados e senadores querem ouvir ou não as razões de dona Ruth e as razões do papa, o assunto é deles. Sugiro à dona Ruth que não fique nervosa e aprenda a respeitar a liberdade de todos, também a dos congressistas. Valdir Fernandes, São Paulo

GERAL/04/10/1997/DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA-DAMA É MAL RECEBIDA

RIO - A declaração da primeira-dama Ruth Cardoso, a favor da regulamentação do aborto em casos de estupro e risco para a gestante, foi mal recebida pelos bispos brasileiros presentes ao Congresso Teológico-Pastoral sobre a Família, no Riocentro. Ela havia dito ainda, na véspera da chegada do papa, que a Igreja não tem influência sobre o Congresso.

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Lucas Moreira Neves, disse que a entidade não vai se pronunciar sobre o assunto até o papa ir embora do Brasil. "Depois, vamos investigar se ela disse isso mesmo, mas não houve desmentido", disse, com indisfarçável mal-estar.

O vice-presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, d. Sinésio Bohn, bispo de Santa Cruz do Sul (RS), foi menos político. "Dona Ruth não é cristã e faz a política de quem tem interesse em matar os pobres", acusou. "Mesmo que seja do Comunidade Solidária, ela, talvez por uma submissão às imposições do Grupo dos 7, talvez por um feminismo ultrapassado, fez essa declaração deletéria, com um quê de ranço."

D. Sinésio, no entanto, concordou com a primeira-dama em relação ao poder da Igreja. "A curto prazo, não temos muita influência, mas a Igreja é formadora de consciências e, a médio prazo, dona Ruth vai perder essa batalha: o povo vai se recusar a morrer", sentenciou.

Menos corrosivo, mas ainda num tom crítico, o arcebispo de Palmas (TO), d. Alberto Correa, disse que a primeira-dama fez uma afirmação "deselegante e inoportuna" e os bispos, como cidadãos, têm o direito de pressionar o Congresso como qualquer outro grupo. "A moral não muda por pesquisa de opinião", disse. O arcebispo de Fortaleza, d. Claudio Hummes, responsável pelo setor de família da CNBB, foi curto, mas ferino: "A Igreja só vai comentar o assunto depois da visita do papa, porque, agora, é hora de ouvir o que ele diz, e não o que diz dona Ruth."

Esperança

Fico feliz em constatar que o Rio de Janeiro não é o Vaticano e Ruth Cardoso não é Rosane Collor! Também espero que o Congresso não seja a hipocrisia! Valdecira Vieira dos Santos, Recife

22/12/1997 TEMA: ABORTO FÓRUM DE DEBATES**Reforço da desigualdade**

Gostaríamos de nos referir a reportagens, de O Globo, que fazem referência aos srs. Roberto Magalhães, prefeito de Recife, Antonio Britto, governador do Rio Grande do Sul, e Marcelo Allencar, governador do Rio, a favor de veto à lei que autoriza os hospitais públicos a fazer abortos em mulheres que engravidaram após estupro ou cuja vida esteja em perigo por causa da gestação. Surpreende-nos que queiram veto de lei que nada mais faz do que regulamentar um dispositivo que consta no Código Penal. Isso significa apenas reforçar desigualdade social. As mulheres, no seu desespero, sempre fizeram aborto. A diferença é que as com mais recursos conseguem pagar por um procedimento seguro, enquanto mulheres pobres arriscam sua vida. É estranho que o Executivo, que deveria estar empenhado em cumprir a lei, a ela se oponha. Roberta Pellegrino e mais 28 assinaturas, Campinas

Determinismo

Muitas vezes as mulheres alegam: "O corpo é meu, posso fazer com ele o que quiser." Acontece que o corpo é dela, mas não é o novo ser que foi confiado à sua guarda e proteção. Assim é que, no segundo após a concepção, o novo ser já tem determinadas todas as suas características: sexo, cor de olhos e cabelos, inteligência, capacidade intelectual, enfim todos os predicados do ser humano. Seria bom que os defensores do aborto pensassem mais na realidade do que estão propondo: um assassinato frio executado justamente por aquela que deveria proteger a vida. Carlota L. C. Prado, São Paulo

Onipotência

Aborto. Interromperia o vôo da alma? Na peregrinação dessa passagem frágil de nossa condição. Respeito à vida? Tudo isso, certamente, vontade e desígnio do Senhor. Jayme Moniz, São Paulo

Vida

No Brasil, não temos pena de morte, e é inconstitucional a prisão por mais de 30 anos. Recentemente, o Luz Vermelha, após quatro assassinatos, estupros, etc., e 30 anos afastado do convívio social, voltou a ter a chance de continuar a vida em liberdade. O artigo 5º da Constituição diz que a vida é um direito inviolável. O aborto direto e provocado, em todos os casos, é sempre um atentado irreparável contra a vida. Nunca se pode justificar a supressão deliberada de alguém. Portanto, o que é humano e constitucional, quando uma mãe não puder ficar com o nascituro - por problemas psicológicos, afetivos, econômicos, etc. -, é que a sociedade acolha essa criança, dando-lhe a chance de continuar a vida. Facilitada a adoção, muitas famílias vão exercitar com alegria sua humanidade. Jesus Maria Fernández Vázquez, São Paulo

A mulher decide

Sou católica apostólica romana, mas aos 41 anos de idade acredito que Deus é extremamente justo e democrata. Assim, acredito que Deus não quer que uma pessoa se sinta escrava, nem mesmo dele. Por isso, acredito que uma mulher estuprada deve saber se deixará a gestação se consolidar ou não, pois somente ela pode saber se vai conseguir amar o ser que está gerando por força de estupro. Será que um ser já tão destruído ainda tem de trazer para este mundo outro ser, que a acompanhará para o resto da vida, sabendo que o criminoso que cometeu crime bárbaro não será castigado, podendo vir a agir dessa forma mais vezes? Maria Ap. Tortorelli, São Paulo

Fala imprópria

Em Por que Igreja fala (17/9), dom Lucas cometeu no mínimo duas impropriedades: a primeira é a de trocar o Código Penal, que é realmente de 1940, pelo Código Civil Brasileiro (Lei 3.071), que é de 1916; segunda é afirmar que a mulher vítima de estupro, que carrega criança na barriga, é uma "mãe que decidiu acolhê-la", o que é, à evidência, autêntica aberração, já que a relação sexual proveniente de estupro, como se sabe, não decorre do consentimento e decisão da mulher. Carlos M. G. Marques, São Paulo

POR QUE A IGREJA FALA?**Pela porta da legalização do aborto acaba passando a da eutanásia e até a do suicídio.**

Começemos pelo começo, para termos a necessária clareza. E o começo encontra-se em abril de 1940, quando, sob o regime do Estado Novo, foi promulgado o Código Civil Brasileiro ainda hoje vigente. O artigo 128 prescreve que os hospitais do Estado, a serviço da saúde pública, estão autorizados a

praticar o aborto - prática proibida pela Lei Maior - em dois casos: no de risco de vida para a mulher e no de estupro seguido de gravidez da vítima.

Agora, 57 anos depois, o projeto de lei nº 20-A (1991), de agosto de 1997, pretende regulamentar a prática do aborto nos hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde para atender aos dois casos previstos pelo código. Votou sobre a matéria a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados: 23 parlamentares a favor do projeto e 23 contra; o voto da relatora desempatou a favor do projeto. Contra essa decisão os bispos pertencentes ao Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tomaram posição em declaração do dia 29 de agosto. Esta concluiu com um duplo apelo: aos parlamentares, para que não apoiem com seu voto o referido projeto, e aos fiéis católicos, para que manifestem aos seus deputados que estão contra o projeto porque estão a favor da vida.

Por que e dentro de que limites fala a Igreja sobre essa matéria? E como deve ser recebida a sua voz?

A convicção subjacente à declaração episcopal é a de que nem nos dois casos contemplados pelo Código Penal é permitido tirar a vida, ainda que seja a vida precária e anônima de um embrião ou feto no ventre materno. No primeiro caso, do risco de vida, medicina e médico não têm o poder (que é só divino) de decidir pela morte de uma das pessoas em causa. Seu papel é o de envidar esforços pela salvação de ambas. No segundo caso, se não se aceita a pena de morte para o estupro criminoso, menos ainda se pode aceitar para o feto inocente e indefeso. Caberá ao Estado, em perfeita sintonia com as igrejas e instituições beneficentes, cuidar da criança, caso assim o deseje a mãe que decidiu acolhê-la, mas não tem condições materiais ou/psicológicas e espirituais para educá-la.

Como cidadãos brasileiros, os bispos não podem ficar insensíveis à opinião de juristas e parlamentares segundo os quais o artigo 128 do Código Penal de 1940, por ser contrário à Constituição, que protege e defende a vida humana como um absoluto, tornou-se inconstitucional. Não existe no Brasil aborto legal a ser regulamentado.

Mas a posição dos bispos é sobretudo de pastores. Posição, portanto, de misericórdia e compreensão para com a mulher grávida em situação de angústia física, psicológica e espiritual. Misericórdia que não se opõe, porém, à busca da verdade e da justiça nem ao "evangelho da vida" desde o primeiro instante da concepção até o último alento. Essa simples atitude de defesa da vida é chamada a ter uma repercussão imprevisível, pois a experiência mostra que, tratando-se da vida, transigir em um ou dois casos é abrir as comportas para inúmeros outros casos. Já alguém sugere a ampliação dos casos em que deveria ser possível o aborto. Sabe-se igualmente que pela porta da legalização do aborto acaba passando a da eutanásia e até a do direito ao suicídio. Também isso é experiência dolorosa numa "cultura da morte".

Para compreender a declaração dos bispos é preciso ter presente uma distinção fundamental: pastoral não se identifica forçosamente com religioso; pode ser e costuma ser sinônimo de ético ou moral. Quando bispos, que são também cidadãos brasileiros, tomam posição sobre (ou contra) o aborto, não é em nome de uma posição dogmática, querendo impor à sociedade civil o "credo" de uma determinada igreja. Falam a partir da lei natural e em nome de princípios éticos, pois a promoção e defesa da vida nas suas fontes não é um imperativo da fé (embora seja pela fé revigorado e consolidado), mas da razão bem ordenada de uma antropologia e, mais, de um humanismo pleno.

Ao proporem à sociedade essa visão, os bispos estão persuadidos de lhe estar oferecendo elementos humanizantes de grande alcance, em vista de um aperfeiçoamento e aprimoramento cultural que pode ser decisivo. Num contexto de democracia e pluralismo, num Estado que não tem características de laicismo ateu, pastores que são, na sua maioria, cidadãos brasileiros têm o direito/dever de exprimir suas convicções éticas e morais sobre um assunto de tal magnitude por se referir à vida nascente. A interveniência episcopal é tanto mais legítima porquanto pretende somente lançar um apelo sério e responsável à consciência livre dos homens públicos do Legislativo, do Judiciário e do Executivo a fim de que votem a matéria atentos à sua dimensão plena, ao valor transcendente, absoluto e, por isso, sacrossanto da vida. Com sua interferência, os bispos procuram ser fiéis à própria consciência, respeitando a liberdade de consciência de todos e de cada um.

Dar qualificativos desrespeitosos às declarações dos bispos é desqualificar-se para o debate sério e sereno.

Dom Lucas Moreira Neves, O. P., cardeal- arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, é presidente da CNBB

Nó gordio

Opinando sobre aborto, a convicção pessoal do eminente mestre Ives Gandra é que "todas as características do ser humano estão forjadas desde sua concepção". Sob essa suposição, um óvulo fecundado sendo já considerado um ser humano, terá portanto de modo cristalino e intocável seu

indiscutível direito à vida, que ele, de fato, já a está possuindo. Terá, em primeiro lugar, direito à vida espiritual alentada por todas as religiões que ministram sacramentos a seus protegidos. Então, eis o nó górdio do aborto: igreja que aceita ministrar sacramento do batismo ao óvulo fecundado. Se batismo for-lhe negado, o óvulo fecundado não é considerado um ser humano e, conseqüentemente, seu direito à vida não lhe é sacramentado. Todas as religiões têm agora a possibilidade para demonstrar, por meio de suas igrejas, suas posições de fato. Ilie Gilbert, São Paulo

Sem fundamentalismo

Jamais ocultei das pessoas que integram meu círculo de amizade o fato de não praticar nenhuma religião. Apesar disso, sempre nutri certa admiração pela umbanda e pelo alto protestantismo (refiro-me a anglicanos, luteranos e presbiterianos), por considerá-los segmentos democráticos e desprovidos de mentalidade fundamentalista. Essas considerações se fazem necessárias em face das pressões exercidas por católicos, espíritas, evangélicos e alguns adeptos do baixo protestantismo contra o governo federal no sentido de impedir a prática do aborto nos casos previstos em lei. De minha parte, asseguro ser contrário ao aborto, por considerá-lo crime contra a natureza, exceto em casos extremos, ou seja, gravidez resultante de estupro, risco de vida da gestante. Se as autoridades católicas, espíritas e de algumas religiões protestantes são contrárias à prática do aborto, até mesmo nesses casos, que se limitem a fazer tais exigências aos seguidores de sua religião e deixem o resto da sociedade em paz. Francisco Teixeira Rienzi, São Vicente

1998

GERAL/11/03/1998/CÓDIGO PENAL PODERÁ PERMITIR ORTOTANÁSIA

Igreja apóia desligamento de aparelhos que mantêm artificialmente doente irrecuperável

BRASÍLIA _ A Igreja apóia o desligamento de aparelhos que mantêm artificialmente a vida de pacientes irrecuperáveis, informou ontem o arcebispo de Fortaleza, dom Cláudio Hummes, à comissão especial que prepara a reformulação do Código Penal. A pedido do arcebispo, a comissão deve voltar a discutir os casos de aborto legal. O desligamento, chamado de ortotanásia pelos técnicos, deixará de ser crime, segundo propõe a comissão.

Dom Cláudio Hummes pediu aos juristas cuidado com o texto que trata do assunto, e repudiou, porém, o termo ortotanásia.

"Não falei nem me pronuncio sobre ortotanásia, porque não se sabe exatamente o alcance desse termo", explicou o religioso. "Mas a Igreja defende que não há necessidade ética do que chamamos excesso terapêutico", comentou, detalhando a visão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por excesso terapêutico a Igreja entende o uso de equipamentos e terapias, a altos custos, para prolongar sinais vitais de quem já não tem condições de sobrevivência.

Dom Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, evitou comentar a decisão da Igreja em relação ao assunto, mas disse que "Dom Cláudio falou com a autorização dos bispos".

Dom Hummes pediu que os juristas esclarecessem melhor no texto as condições em que se poderia interromper a terapia de manutenção artificial de vida.

Ele falou também sobre a proposta de aborto legal e condenou a intenção dos especialistas de ampliar os casos em que é permitido o aborto. "A Igreja já não aceitava a retirada das punições para casos de aborto por estupro ou gravidez de risco", lembrou ele. "O novo projeto cita casos em que aborto não é crime e usa uma terminologia vaga ao permitir aborto por risco de saúde à gestante".

Para dom Hummes, o texto defendido pelos juristas pode permitir o chamado aborto "eugênico", praticado para eliminar características físicas ou mentais indesejáveis no feto. "Desde a concepção, o código genético está completo e isso mostra que ali há um ser humano com todos os seus direitos", argumentou.

A comissão de juristas decidiu ontem acrescentar um artigo ao Código Penal, que prevê punição de um a seis anos para quem usar em proveito próprio bens móveis ou imóveis do setor público. Também decidiu o texto final do artigo que proíbe o assédio sexual. Será crime "assediar alguém com violação do dever de cargo, ministério ou profissão, exigindo favores sexuais como condição para atender a pretensão, ou criar ou manter direito".

TELEJORNAL/05/04/1998/MÉDICAS CRITICAM 'MULHER'

Especialistas dizem que produção da Globo peca ao reproduzir procedimentos clínicos

CARLA FRANÇA

A série Mulher, da Globo, retrata os conflitos pessoais das médicas, mas peca nos procedimentos técnicos. Essa é a opinião das ginecologistas e obstetras de São Paulo Albertina Duarte Takiuti, Aparecida Maria Pacetta e Amélia Elisa Seidl, que, a pedido do Estado, assistiram ao episódio de estréia, O Princípio de Tudo, na quarta-feira.

"Fiquei decepcionada", diz Aparecida, de 38 anos, diretora do setor de Uroginecologia do Hospital Pérola Byington, centro de referência à saúde da mulher. "Os casos foram mostrados de maneira superficial", diz Amélia, de 48, responsável pelo acompanhamento de adolescentes grávidas do Hospital Leonor Mendes de Barros. "Não é a vida real, mas provoca o debate de temas importantes", diz Albertina, de 50, pesquisadora da Organização Mundial de Saúde (OMS), do ambulatório de ginecologia da adolescência do Hospital das Clínicas e da Secretaria da Saúde.

Ética - Para as médicas, é possível, mesmo numa situação adversa, realizar um parto. Numa viagem de avião, Martha (Eva Wilma) e Cristina (Patrícia Pillar) fazem o parto de emergência da garota Teresa (Natália Lage). "Isso ocorre, mas na série pareceu muito fácil", avalia Amélia.

Causou controvérsia a seqüência em que as médicas encontram uma foto na bolsa de Teresa, identificam o pai da criança que acabara de nascer e tomam a decisão de chamá-lo. "Foi uma conduta antiética", diz Amélia. "O médico não é cupido nem juiz, não tem o direito de decidir pelo paciente", completa Aparecida. "É discutível quando há risco de morte e, no caso, a menina estava com hemorragia", discorda Albertina.

Aparecida também viu falha nas cenas que mostraram a personagem Liliana (Adriana Esteves) depois de ter sido estuprada. "Perdeu-se a oportunidade de esclarecer como se atende uma mulher nessa circunstância", diz Aparecida. Segundo ela, o procedimento de praxe é a vítima receber um coquetel de medicamentos para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. "O risco da aids nem foi mencionado pela série."

Outro erro, na avaliação de Aparecida, foi mostrar um detetive inescrupuloso interrogando a vítima brutalmente. "Há delegacias de mulheres e hospitais com atendimento especializado para esses casos." Amélia concorda. "Foi uma cena estereotipada", avalia. "A afirmação do policial de que a moça teria estimulado o estupro reforça preconceitos e assusta ainda mais as vítimas", completa Aparecida.

O debate sobre a questão do aborto em caso de estupro também deixou a desejar. "Foi infeliz e perigoso mostrar a personagem ingerindo barbitúrico e abortivo, porque pode criar a falsa idéia de que esses medicamentos levam ao aborto, quando na verdade podem causar a morte", diz Aparecida.

A atitude das médicas da série diante do direito de Liliane abortar foi bem-recebida. "Eu achei bonito Cristina se dispor a fazer o aborto na mulher violentada", diz Amélia.

Drama pessoal - As três se viram retratadas na abordagem do conflito entre carreira e vida particular. "A TV sempre mostra tragédias, erros médicos, escândalos, então é ótimo ver o resgate do lado humano do profissional", diz Albertina. "Meus filhos sentem muito minha falta", diz Aparecida. "Levei dez anos para entender que sempre há uma emergência", continua Albertina. "Eu abri mão de construir uma família para dedicar-me ao que faço e não me arrependo", diz Amélia.

A linguagem da série, que tem supervisão de quatro médicos, foi aprovada pelas três. "Não se pode esperar preciosismos, pois não é um congresso médico, mas para o que se propõe está muito bom", diz Albertina.

25/05/1998 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES

Mulher e seus direitos

A Associação Juizes para a Democracia vem manifestar seu repúdio ao projeto de decreto legislativo 737/98, que pretende sustar a aplicação de "norma técnica do Ministério da Saúde sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes", sob a equivocada alegação de que, entre outras irregularidades, a norma estaria a "permitir a prática de todo tipo de aborto" nos hospitais públicos. A referida norma técnica visa, tão-somente, a garantir à mulher assistência médica, psicológica e social em todos os casos de violência sexual da qual decorra, ou não, gravidez. A supressão de tal norma importará em absurda ofensa a direito da mulher conquistado ao longo dos anos e garantido, hoje, pela lei penal, pela Constituição federal e pelas normas de direitos humanos. Kenarik Boujikian Felipe, presidente do Conselho Executivo, São Paulo

Mulheres

Com razão e justiça, frei Betto, brilhantemente, faz memória de Jerônimo Savonarola (20/5, A2), esse dominicano que, por "pregar coisas novas" e ter teses como "o bem comum deve ser objetivo prioritário de cada cidadão", foi condenado como herege pela Inquisição, e em 23 de maio completam-se 500 anos de sua morte. O artigo menciona outras pessoas que também foram "castigadas" pela Igreja e nos pareceu oportuno acrescentar a essa lista algumas mulheres. Juana Inés de la Cruz: viveu

no México entre 1651 e 1695, considerada a primeira teóloga feminista da América Latina, escritora, poetisa, literata. Foi obrigada pela Inquisição a abandonar seu trabalho intelectual. teve suas obras queimadas e foi condenada a passar as noites em "penitências e disciplinas". Uta Ranke-Heinemann: teóloga alemã que, após publicar o livro Eunucos pelo Reino de Deus, que trata de mulheres, sexualidade e Igreja Católica, perdeu sua cátedra na Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Ivone Gebara: teóloga e freira brasileira que, por se manifestar a favor da descriminação do aborto, foi "convidada" a ficar dois anos fora do Brasil, e em silêncio. Com certeza frei Betto conhece essas e outras personalidades femininas que, como leigas ou religiosas, contribuíram e contribuem para que possamos viver nossa fé de forma completa, vivenciando todas as dimensões da vida, sem culpa e com alegria. O nosso objetivo é recuperar o valor das mulheres e torná-las visíveis na história da Igreja e da humanidade. Dulcelina Xavier Secoli, Católicas pelo Direito de Decidir, São Paulo

20/05/1998 ESPAÇO ABERTO/JERÔNIMO SAVONAROLA, CINCO SÉCULOS DEPOIS FREIBETTO

Completam-se 500 anos da morte de meu confrade Jerônimo Savonarola. Em 23 de maio de 1498 a Inquisição condenou-o como "herético, cismático e por ter pregado coisas novas". Enforcado em Florença, ao lado de seus colegas frei Domingos e frei Silvestre, seu corpo foi entregue às chamas e as cinzas, lançadas ao Rio Arno. Tinha 45 anos.

O profetismo de Savonarola fez dele um homem muito avançado para o seu tempo. Foi um teólogo da libertação avant la lettre. Eleito, em 1491, prior do Convento de São Marcos - cujas celas já estampavam, fazia meio século, os afrescos de Fra Angelico -, após a reforma da vida conventual, Savonarola dedicou-se às reformas políticas da República de Florença.

Pedro de Médicis, que governava a cidade, capitulou em 1494, diante do avanço das tropas francesas. Em seus sermões na catedral da metrópole de mercadores, comerciantes e banqueiros, Savonarola propôs as bases da reforma moral e espiritual da república florentina: fim das divisões políticas e combate à corrupção dos costumes. "Que ninguém se faça tal que os outros devam inclinar-se ante ele, como diante de um superior, mas que a autoridade provenha somente da virtude", pregou no segundo domingo do Advento, em 1494.

E defendeu a participação do povo no poder: "Nota, pois, Florença, que tu deves, na tua maneira de governar e reger, exaltar os bons e os que possuem a virtude da humildade. Mas os homens soberbos e maus não merecem ser exaltados; os humildes e aqueles que evitam o Estado por humildade, esses tu deves tentar levá-los a governar (...), pois repelem os vícios, são destituídos de paixão, fazem mais justamente o que quer a justiça, e daí provém a concórdia na cidade."

Na festa de Todos os Santos, Savonarola conclamou: "Ó mercadores, deixai as vossas usuras, devolvei o que foi mal adquirido e os bens dos outros. Aquele que tem supérfluo deve dá-lo aos pobres, e fazer mais ainda: é hora de dar mais do que o supérfluo."

Em seu Tratado sobre a Maneira de Reger e Governar a Cidade de Florença, defendeu a tese de que o bem pessoal só cresce na medida em que o bem comum é o objetivo prioritário de cada cidadão. Com o propósito de tirar das mãos das famílias aristocráticas o monopólio do poder, propôs, inspirado na República de Veneza, a formação de um Grande Conselho de cidadãos, porém sem doge nem Senado.

No terceiro domingo do Advento, em 1494, enfatizou a democracia: "Os santos doutores são de opinião que, nesses lugares onde parece que a natureza dos homens não suporta superior, o governo do grande número é melhor que o de um só. Mas esse governo do grande número é necessário escolhê-lo bem regulado, de outra forma vós sereis sempre vítimas das dissensões e dos partidos e, dentro de alguns anos, os homens impacientes se dividem e formam quadrilhas, e um partido expulsa o outro e o rebelo contra a cidade."

Florença organizou-se em 16 companhias ou movimentos de bairros, que indicavam normas de governo - algo similar ao atual orçamento participativo. Mais de 3 mil pessoas participavam das assembléias populares do Grande Conselho, entre elas a classe média dos artífices. Era o embrião da cidadania e da democracia moderna.

Savonarola contrapôs o governo civil, "portador de todas as virtudes", à tirania, "portadora de todos os vícios". Durante quatro anos dirigiu a política florentina, sem jamais ceder às pressões para ocupar cargos de poder - a seu ver, incompatíveis com a condição de religioso. Não queria uma teocracia, e sim um regime em que a política tivesse autonomia diante da Igreja, porém sujeita à moral cristã.

Interessada em restaurar o poder aristocrático, a oposição levou a Florença frei Domenico da Ponzio, OFM, ligado ao duque de Milão. Do alto dos púlpitos se acirrou a polémica entre o franciscano e o dominicano. Para fazer este calar, o papa Alexandre VI prometeu-lhe o chapéu vermelho do cardinalato. Savonarola reagiu: "Um chapéu vermelho de sangue, eis o que desejo." Na defesa de suas idéias, mostrou-se disposto ao martírio.

A repercussão induziu o papa a impor-lhe, em 1495, o mesmo castigo que, quase cinco séculos depois, outro papa aplicaria ao teólogo brasileiro Leonardo Boff: o silêncio obsequioso.

Durante quatro meses, Savonarola se manteve calado. Mergulhou em seus escritos. Na carta A um Amigo, redigida no final de 1495, tratou, pela primeira vez, da questão dos adversários políticos. Chegou a propor a eliminação física deles, caso se recusassem a deixar a cidade.

Savonarola deixara-se contaminar pela síndrome do poder: democracia quando se está na oposição, autocracia quando se é situação. Sentia dificuldade de fazer alianças, anatematizava os inimigos, acatava a pena de morte para os adversários (sete execuções entre 1494 e 1498).

Contudo, Maquiavel, em O Príncipe, considera Savonarola um "profeta desarmado", incapaz de resistir "ao assalto partidário" de seus inimigos.

Preso na noite de 8 para 9 de abril de 1498, o dominicano foi interrogado sob tortura: penduraram-no, por cordas presas aos pulsos e com pesos de ferro nos pés, na polé - uma roda erigida de farpas.

Submetido ao terrível suplício por autoridades civis e comissários pontifícios, admitiu que suas pregações não provinham de revelações particulares recebidas de Deus, porém defendeu a justiça de suas propostas.

Savonarola deu continuidade ao pensamento político medieval e, ao mesmo tempo, o ultrapassou. Rompeu a visão unitária e jurídica da política para introduzir os aspectos conflitivos. A seu ver, o governo deve ser considerado tanto à luz do direito quanto dos mecanismos de poder que asseguram a sua legitimidade.

Sua limitação foi não pensar a política fora da esfera religiosa, embora seja atual sua intuição de que os valores evangélicos assinalam o horizonte da política. Mas preparou o caminho para, pouco depois, Maquiavel e Guicciardini trocarem a visão apocalíptica da cidade pela análise de conjuntura. Eis o advento do pragmatismo na política: o bem e o mal perdem valor absoluto - as boas decisões são as que causam menos mal. As leis divinas, morais e naturais se acrescem, agora, as razões de Estado.

Cinco séculos depois, o profetismo de Savonarola é confirmado por suas próprias palavras: "Serei confundido pelos homens momentaneamente, e eles prevalecerão contra mim. Visto que, a Teus olhos, mil anos são como o dia de ontem que passou, suportarei de boa mente as confusões momentâneas, a fim de não ser confundido para a eternidade."

Falta apenas a Igreja Católica retirá-lo do opróbrio e admitir que, também neste caso, a autoridade eclesiástica cometeu os mesmos abusos admitidos nos casos de Galileu e Teilhard de Chardin. Mesmo porque o papa Alexandre VI está longe de ser considerado um modelo de virtude.

NOTAS E INFORMAÇÕES/27/05/1998/JUVENTUDE AMEAÇADA

O crescimento da aids, o aumento da criminalidade e a escalada das drogas representam grave ameaça à juventude no limiar do novo milênio. O diagnóstico, sombrio, consta de recente relatório preparado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para muitos jovens, "especialmente os que crescem em zonas urbanas pobres, os anos da adolescência serão os mais perigosos da vida", sublinha o documento. Segundo o texto da OMS, o crescimento da aids pode comprometer os progressos na área da saúde infanto-juvenil feitos nas últimas décadas.

Gravidez precoce, aborto, doenças sexualmente transmissíveis, aids e drogas compõem a trágica equação que ameaça destruir o sonho brasileiro.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) indicam que 54% das adolescentes sem escolaridade já ficaram grávidas. Os casos de aids em adolescentes causados por relações sexuais aumentaram 200% entre 1990 e 1996, passando de 47 para 141. Os números, impressionantes, contrastam com as sucessivas campanhas de educação ou de deseducação sexual.

Segundo o porta-voz do Institute for Research and Evaluation, em declarações publicadas pela revista Time, "é um erro acreditar que com mais informação e acesso aos preservativos se evitem os comportamentos perigosos".

De fato, pesquisas citadas pela Time revelam que adolescentes bem-informados continuam tendo condutas sexuais de alto risco. A informação, despida de orientação moral, acaba sendo contraproducente. Na verdade, as campanhas de educação sexual, nos Estados Unidos e aqui, não têm sido capazes de neutralizar a influência causada pela onda de hipersexualização e vulgaridade que tomou conta de boa parte da programação da TV.

Ao longo dos últimos anos, houve uma revolução mundial no modo de captar os valores morais, seguida de mudanças profundas na maneira de pensar e agir das pessoas.

Os meios de comunicação social, particularmente a televisão, tiveram e continuam tendo importante papel neste processo de transformação individual e coletiva, na medida em que introduzem e refletem novas atitudes e estilos de vida.

A televisão, de fato, adquiriu uma espécie de monopólio sobre o tempo de lazer das pessoas. Como salientou recente matéria da revista britânica *The Spectator*, os talk-shows, onde participantes dos dramas humanos reais, incluindo-se o estupro, a infidelidade e o crime, são encorajados ao confronto diante das câmeras, têm invadido os lares "onde a televisão permanece ligada como se fosse papel de parede".

A falência da educação, a desestruturação familiar e a ausência de referenciais morais abandonam crianças e adolescentes aos cuidados da TV. Na opinião, quase unânime, de psicólogos e educadores, a babá eletrônica está longe de ser a melhor companhia para as crianças e os adolescentes.

Aberrações e situações patológicas, apresentadas num clima de normalidade, bombardeiam a programação da TV. E o excessivo apelo sexual já não se limita ao horário destinado ao público adulto.

A programação infantil, outrora orientada por padrões morais e educativos, passou a receber forte carga de sexualização. Desenhos animados, marca registrada de um passado não tão distante, foram substituídos pelo apelo erótico da dança do "tchan" de Carla Perez, guindada à condição de ídolo das crianças.

A sexualidade, corretamente entendida, é uma das dimensões profundas da personalidade.

No entanto, a iniciação sexual precoce está na raiz de inúmeras patologias. Prostituição infantil, abuso sexual precoce e avanço da aids, autênticas chagas sociais, não são fruto do acaso. Ao contrário, são o resultado lógico da cultura da promiscuidade disseminada pela irresponsabilidade eletrônica.

O poder está vinculado à responsabilidade. A televisão, poderosa e influente, necessita ter algumas balizas éticas operativas, sem as quais ela se torna uma promotora da decomposição moral da sociedade.

O resgate da juventude, não duvidemos, passa pela recuperação da família, da educação e por um sério investimento na ética da comunicação. A falência da educação e a desestruturação da família entregam os jovens à TV

GERAL/11/10/1998/CRISE MUNDIAL CONFIRMA PREVISÕES DO PAPA

Em 20 anos de pontificado, João Paulo II não se cansou de alertar contra a ganância e a miséria

TAD SZULC Exclusivo para o Estado

Quando celebrar, em 16 de outubro, o 20º aniversário de sua eleição, o papa João Paulo II contemplará com pesar e preocupação a verdade de suas advertências sobre os perigos da "alienação humana" no capitalismo "desenfreado". Quase uma década atrás, depois que o império soviético entrou em sua fase final de desmoronamento, o pontífice, nascido na Polônia, advertiu em tom profético que o capitalismo "desenfreado" não seria melhor que o "marxismo selvagem", pois aprofundaria ainda mais o fosso entre os ricos e os pobres do mundo. Hoje o pontífice de 78 anos vê sua previsão concretizar-se com a crise espalhando-se pela Ásia, América Latina, Rússia e Leste Europeu. Um bilhão de pessoas, um terço da mão-de-obra ativa do mundo, estão desempregadas, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição vinculada à ONU.

João Paulo II anda tão preocupado com essa situação, a pior crise financeira global desde a 2ª Guerra Mundial, que designou um diplomata do Vaticano para servir de ligação permanente e direta com o presidente do Banco Mundial e com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington. O pontífice receia a potencial agitação social de um extremo a outro do mundo.

Resposta negativa - "Com efeito", escreveu o papa na encíclica *Centesimus Annus*, de 1991, sobre as condições da pobreza material e moral, "existe o risco de uma ideologia capitalista radical propagar-se, negando-se até a levar em conta esses problemas, com a convicção, a priori, de que toda tentativa para solucioná-los está condenada ao fracasso, e cegamente entregando sua solução ao livre desenvolvimento das forças de mercado".

A seguir João Paulo II perguntou se, após o fracasso do comunismo, o capitalismo poderia ser considerado um sistema social vitorioso e "meta dos países que agora se esforçam para reconstruir sua economia e sociedade". Ele próprio respondeu que, "se por 'capitalismo' se entende um sistema no qual a liberdade do mercado não fica circunscrita a um sólido arcabouço jurídico que o ponha a serviço da liberdade humana em sua totalidade..., então a resposta é não".

O papa concluiu que, embora "a solução marxista tenha fracassado, os fatos concretos da marginalização e da exploração permanecem no mundo".

No mês passado, quando João Paulo II voltava de suas férias de verão, se avolumavam os indícios de que sua análise pessimista estava correta. Para o papa que assentou todo o seu longo pontificado na dedicação à justiça social, à defesa dos direitos humanos e à paz universal, aquilo foi o amargo fruto das mudanças políticas e econômicas no encerramento do século 20.

Distorções - Conforme João Paulo II leu dias atrás num relatório das Nações Unidas, as expectativas das pessoas "tornaram-se globais, mas a prosperidade não se tornou". Eis que 20% da população nos países de alta renda é responsável por 6% a 8% do consumo privado, ao passo que os 20% mais pobres da população mundial consomem apenas 1,3%. Os 20% mais ricos compram 9 vezes mais carne, têm 50 vezes mais acesso a telefones e usam 80 vezes mais veículos motorizados e produtos de papel em comparação com os 20% mais pobres. Dois bilhões de pessoas vivem com renda anual de US\$ 400 (nos países ricos a média é de US\$ 19.300).

Se esses índices distorcidos de distribuição de renda persistirem, no ano 2050 quatro quintos da população mundial - 8 bilhões de um total de 9 bilhões - estarão vivendo em países pobres.

João Paulo II tem advertido em toda ocasião contra o "consumismo destrutivo", que ele considera parte da propagação da "cultura da morte" no mundo, ao lado das drogas, do álcool, da criminalidade e do aborto. As violentas críticas que faz ao aborto correspondem à sua posição ética e moral sobre a santidade da vida - questão que aprofunda cada vez mais as divisões dentro da Igreja.

No limiar do terceiro milênio, João Paulo II também contempla a atrofia da Igreja, resultante, ao que parece, da inflexível oposição do papa a toda forma de controle da natalidade e também de seu tenaz conservadorismo teológico.

Desde a eleição de João Paulo em 1978, a Igreja retraiu-se. Correspondia a 17,8% da população mundial e baixou para 17,4%, embora o número de católicos batizados aumentasse de 750 milhões para os 990 milhões atuais.

O que mais prejudica a Igreja é a incapacidade de acompanhar o crescimento demográfico mundial - milhões de católicos nas Américas e na Europa convertem-se às várias formas de protestantismo.

Fragilidade - O destino do papado em si é causa de grande preocupação no Vaticano. Embora João Paulo II mantenha rigoroso programa de trabalho e viagens, sua saúde inquieta por ser visivelmente frágil. É inevitável que especulações sobre a sucessão circulem em Roma, embora nem os maiores especialistas em Vaticano consigam apontar para um evidente sucessor do papa envelhecido (seu pontificado é o segundo mais longo do século 20 - o primeiro foi o de Leão XIII, que morreu em 1903 após ficar 25 anos no trono).

Ainda mais preocupante é o risco de João Paulo II ficar física ou até mentalmente incapacitado - tema de discretas discussões no Vaticano. Se o papa não conseguir continuar reinando por causa da soma de problemas de saúde, pode surgir uma crise constitucional sem precedentes. É que não existe, na nova versão do Direito Canônico de 1983, redigida por ordem de João Paulo II para ajudar a modernizar a Igreja, nenhum dispositivo prevendo que outra pessoa possa assumir o cargo com plenos poderes.

O Colégio de Cardeais pode assumir poderes administrativos limitados na Santa Sé até a eleição de um novo papa, mas a Igreja fica paralisada com a falta do pontífice. Por exemplo, nenhum bispo pode ser nomeado nesse interím. A renúncia do papa a certa altura é possível ao menos em teoria, se justificada pelo estado de saúde do pontífice, mas não existe o consenso de que João Paulo deva algum dia renunciar. E, mesmo que ele estivesse disposto a fazê-lo, fica uma pergunta pungente e sem resposta: o papa estaria em condições que lhe permitam decidir que está de fato incapacitado?

Enquanto isso, João Paulo II continua atarefado em todas as frentes. Ele está decidido a presidir pessoalmente as comemorações do milênio, que começam na véspera do Natal de 1999, o início do Ano do Jubileu, com uma missa solene na Basílica de São Pedro.

1999

nenhum leitor trata do assunto

2000

nenhum leitor trata do assunto

2001

nenhum leitor trata do assunto



ESTADO DE S. PAULO

as drogas

1996**05/01/1996 ESPACOABERTO/TEMA: GOVERNO FH****Drogas**

Excelente o artigo A verdadeira face da droga, de Carlos Alberto Di Franco (25/12). Raramente, de forma tão clara e sintética, alguém coloca a questão das drogas. Ali está dito o que muitos não querem ouvir: "a favela é entreposto", não é causa. Esta é "a demanda bem-nascida". A questão, portanto, está, como consta no artigo, na sociedade e no Estado. Este precisa despertar para uma melhor educação das crianças e dos jovens, usando e convencendo até a mídia. Em suma, precisamos deixar estampado para os jovens que "a única coisa que dura além da vida e da morte é o amor" e, para a sociedade, que a omissão é uma concausa poderosa na problemática das drogas. Na mesma linha, o também excelente Destaque de Antônio Carlos Pereira A falta que uma política faz (26/12), pugnando por uma "política antidroga definida e persistentemente implementada" e criticando a "despreocupação" das elites ante o problema. José Emmanuel Burle Filho,

Lamentável, presidente!

Afinal, o que fez até agora o governo FH? Na campanha, FH falou em cinco prioridades, simbolizadas pelos dedos da mão: saúde, emprego, educação, agricultura e segurança. Mas, por enquanto, o que se vê é um desastre. Na área da saúde, dá pena ver Jatene mendigando recursos. Só tem merecido críticas o Programa Comunidade Solidária. Quanto à agricultura, é notório o desânimo dos produtores, sem perspectivas em face do vergonhoso calote dos grandes fazendeiros no Banco do Brasil. Falando de segurança, é patente a preocupação do brasileiro com o número de seqüestros, da violência e do tráfico de drogas. E o Plano Real, que breiou a hiperinflação? Inebriados com a enganosa estabilização de preços, os consumidores passaram a comprar sem atentar para os juros escorchantes. Daí a generalizada inadimplência, o estouro dos bancos, quebradeira alarmante e o preocupante aumento do número de desempregados. E, como se isso não bastasse, campeia por todo o País a incompetência, a falta de escrúpulos, a desonestidade e a corrupção. Newton de Menezes, Jacarezinho (PR)

Olhos do Grande Irmão

O projeto Sivam pode até ser indispensável para a Amazônia, mas certamente não é prioritário para o País. Em primeiro lugar, a soberania nacional não corre perigo na Amazônia. O que está acontecendo é que os EUA querem que o Brasil feche o cerco aos narcotraficantes. Portanto, é inaceitável que o Brasil gaste nisto a soma astronômica de US\$ 1,4 bilhão e mais outro tanto para fins complementares, mergulhado que está numa crise socioeconômica de graves proporções e empenhado no plano de estabilização monetária. Mas se a Amazônia tornou-se um funil de escoamento de drogas, não é menos verdade que a porção bem maior do território brasileiro, excluída a Amazônia, não passa de uma peneira de malha grossa para drogas e contrabando. Ou seja, ainda há muito que fazer contra o tráfico nas regiões semipoliciadas do País antes de despejar essa enxurrada de dólares na Amazônia. Norberto de Vivo, Capital

14/01/1996 ESPACOABERTO/TEMA: FUTEBOL**Buraco negro**

Maradona, você foi uma luz que pouco brilhou e logo se apagou no tempo. Hoje, caro "muchacho", corre para ser manchete, pretendendo promover-se em campanha contra as drogas. Que moral! Seu sonho, Maradona, já foi queimado pela inexperiência de sua própria luz. Antônio Rochael, Iguape

20/03/1996 CIDADES/SAO PAULO RECLAMA**Carta nº 6.660 - Trem demora**

Moro em Osasco e uso diariamente a linha de trem Osasco/Jurubatuba, da Fepasa, cujos trens estão sempre lotados e atrasados. Além disso, faz-se um grande comércio de produtos dentro dos vagões. O mais incrível é que não encontramos nenhuma segurança para impedir isso. O que não dá para entender é como a empresa não toma providências para melhorar os seus serviços. Roberto de Oliveira - Osasco/SP

Desde que resolveram eliminar o sistema de comprovantes de atraso, os trens demoram tanto para passar que os usuários sempre perdem a hora do trabalho. Isso provoca grande tumulto nos vagões, que são muito pequenos. Acordo às 5 horas para chegar às 8 horas em Pinheiros. Só que, desde que eliminaram os comprovantes, tenho chegado às 8h30. Isso sem contar o mau cheiro provocado pela superlotação e pela falta de ventilação. Acho que deveriam colocar mais vagões, diminuir o tempo do

percurso e contratar seguranças para impedir o consumo de drogas e os atos de vandalismo dentro das composições. Leilane Gama - Itaquaquecetuba/SP

12/05/1996 CIDADES/SAO PAULO RECLAMA

Carta nº 6.847 - Destruição

Há cerca de três anos, foi construída uma guarita da Polícia Militar nas esquinas das Ruas Brigadeiro Gavião Peixoto, Guaipá, Bergamotas e Barão de Itaúna, com o dinheiro de moradores e comerciantes. Mudei-me para a região porque imaginei que isso traria segurança. Pois bem. Há mais ou menos dez meses a guarita foi desativada, alegando falta de contingente. Em março, pessoas sem uniforme estiveram no local e removeram portas e janelas da "casinha". Perguntei quem havia autorizado o serviço, mas não responderam. Dias depois chegou um trator da Prefeitura e derrubou o resto. Gostaria de saber se o dinheiro arrecadado será devolvido. Gabor Englerth - City Lapa

A AR da Lapa responde:

"O posto militar foi retirado mediante solicitação da própria Polícia Militar, pois o local servia de ponto para desocupados e consumidores de drogas, causando inúmeros problemas."

23/05/1996 CIDADES/SAO PAULO RECLAMA

Carta nº 6.893 - Praça virou lixão

A praça que fica entre as Ruas Prof. Vicente Peixoto e Nobre Vieira, ao lado do Suds, está cheia de lixo. O mato favorece o esconderijo de marginais, consumidores de drogas, ratos, insetos e outras pragas. Senhoras grávidas, crianças e os alunos da EEPG Amorim Lima são obrigados a passar por ali para chegar ao posto de saúde e ao colégio. Peço a retirada imediata do lixo e do entulho acumulados, plantio de grama na parte faltante (para evitar o crescimento do mato), e conservação do local. Arnaldo Lopes Parra - Butantã

A AR do Butantã responde:

"A Supervisão de Serviços Públicos desta AR programou a conservação da área ajardinada, roçada do mato, remoção de entulho e limpeza da praça."

22/07/1996 CIDADES/SAO PAULO RECLAMA

Carta nº 7.112 - Criança legal

Um menino, de cerca de 12 anos, me agrediu enquanto eu estava parada, no carro, no farol da Avenida Tiradentes, diante da Estação da Luz, no dia 25/maio. Pelo vão do vidro, aberto uns 5 cm, o garoto cortou com um estilete o lado do meu rosto, atingindo de leve o olho esquerdo. Como médica oftalmologista, percebi que aqueles segundos poderiam mudar radicalmente a minha vida, com conseqüências imensuráveis. Mais tarde, ouvi relatos de casos semelhantes ocorridos com parentes, amigos e conhecidos que foram agredidos com pedras, cacos de vidro, canivetes e outros objetos. O que mais as autoridades precisam para tomar providências em relação a essas crianças que ameaçam os motoristas que cruzam as ruas de São Paulo? Ao que parece, muito pouco tem sido feito. Concordo que é impossível coibir a violência em cada metro quadrado da cidade, mas, por outro lado, vejo que o Projeto Criança Legal tem como objetivo agir nesse sentido. Mas será que é tão difícil colocar um policial nos lugares onde mais ocorrem agressões? O que resta aos agredidos, aceitar o fato com resignação? Lamento concluir que São Paulo está se transformando em uma cidade onde crimes acontecem com a mesma facilidade com que são esquecidos. Denise de Freitas - Vila Clementino

Paulo Vitor Sapienza, coordenador do SOS Criança, responde:

"Infelizmente, sabemos que agressões como a que leitora sofreu são comuns nesta cidade, e as lamentamos. Os fatores que levam a elas são vários: desestruturação familiar, envolvimento com drogas, etc. Estamos desenvolvendo o Projeto Criança Legal, única tentativa real já feita na Cidade de São Paulo para que crianças e adolescentes não cheguem ao extremo relatado. Para isso, é necessário que haja uma mudança na mentalidade da população. O 'legal' substituirá a esmola, que infelizmente é usada para comprar drogas ou sustentar os 'pais de rua'. Se as pessoas começarem a distribuir os 'legais' entre os menores, haverá uma queda brutal na arrecadação da indústria da miséria, e as crianças passarão a vir em maior número ao Serviço SOS Criança. Aqui, além de atendimento médico, dentário e cursos, encontrarão alguém para ajudá-los nos momentos difíceis. Convidamos a leitora a ser mais uma divulgadora do Projeto Criança Legal."

24/08/1996 CIDADES/SAO PAULO RECLAMA

Carta nº 7.216 - Praça iluminada

Peço à Administração Regional de Santo Amaro urbanização, ajardinamento, limpeza e, notadamente, iluminação para a pequena praça localizada entre as Ruas Maria Augusta Fernandes Pânfido e Dr.

Enéas Ferraz, no Jardim Prudência. Atualmente, o lugar é freqüentado apenas por marginais e viciados, em drogas. Milton de Carvalho - Jardim Prudência

O engº Sérgio Augusto Romeiro da Cunha, administrador regional de Santo Amaro, responde:

"A unidade de Parques e Jardins desta regional já providenciou a conservação do local, podando as árvores, e fazendo a limpeza de folhas de coqueiro. Futuramente a praça será urbanizada, com plantio de grama e colocação de bancos. O pedido de iluminação foi encaminhado à Secretaria de Vias Públicas (Ilume), que já o cadastrou para os próximos programas."

1997

22/01/1997 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Obra meritória

A Remar do Brasil - organização que instala, administra e se encarrega da operação de casas de recuperação gratuitas para marginalizados, especialmente para as pessoas viciadas em drogas e que querem se livrar do hábito mas não sabem ou não têm como - pede o apoio, a ajuda (de todas as formas, é só telefonar e ver a melhor maneira) e, se possível, a ação voluntária de quem quiser colaborar com a sua meritória ação. Existem casas em seis cidades: São Paulo (011) 964-0864; São José dos Campos (012) 333-0534; Rio de Janeiro (021) 230-0053; Itaboraí (021) 635-1190; Tanguá (021) 736-2160 e Cabo Frio (0246) 43-1967.

06/02/1997 ESPAÇO ABERTO/TEMA: PODER JUDICIÁRIO

'Peruada'

Todos os anos formandos de Direito da USP, no Largo São Francisco, promovem a chamada "peruada", que consiste numa bebedeira geral e desfile atrás de um trio elétrico pelo centro da capital. Cenas lastimáveis são presenciadas, estudantes caindo no chão, quase nus, casais praticando atos de libidinagem no meio da rua, outros subindo em viaturas policiaes que ali estão para organizar o trânsito, muitos utilizando entorpecentes. O resultado é impressionante: o prédio da faculdade resta imundo, dando trabalho aos funcionários e despesas, é claro, ao Erário, além do desvio de policiais que poderiam estar protegendo a sociedade, sem falar na degradação da imagem dos bacharéis em Direito como um todo. Para quê? A comemoração justifica esse *vandalismo*? Como é permitida a prática de ilícitos sem nenhuma reprovação? Seria o status? Desembargadores, advogados, delegados, promotores e juizes pouco criticam, pois muitos já participaram, quando não, têm filhos e apadrinhados participantes. Isso é fruto do *falso moralismo* que impera na classe, ao referendar essas condutas e outras, como o famoso trote de 11 de agosto, caloteando vítimas comerciantes. Ao passo que proíbem mulheres de prestar concurso de calça comprida. Não queremos dizer que não devem comemorar, mas desde que decentemente, com respeito ao próximo. Sugiro que, em vez da "peruada", façam a "pobrezada", ajudando os pobres da região, dando-lhes palavra de afeto, de esperança, um ensinamento filosófico, jurídico, que é o mínimo a fazer em gratidão à sociedade que os sustentou durante anos na universidade pública. A. F. S., São Paulo

27/02/1997 ESPAÇO ABERTO/TEMA: PODER JUDICIÁRIO

Peruada, uma tradição

O leitor ou leitora A. F. S., em sua carta sobre a peruada (6/2), mostrou-se profundamente desinformado(a) e frustrado(a) por um dia não haver sido brindado(a) pelo privilégio de ser um membro da *velha* e sempre *nova* Academia do Largo de São Francisco. A faculdade e seus alunos têm retribuído à sociedade o ensino gratuito que recebem, seja por meio do Departamento Jurídico do XI de Agosto, que presta assistência jurídica gratuita à população carente, seja pelo grupo de cidadania que leva ensino jurídico aos menos esclarecidos ou mesmo formando profissionais capacitados a exercer as mais diversas atividades. Bebida, drogas, sujeira e vandalismo estão presentes diariamente no centro de nossa cidade, e não há como responsabilizar os estudantes por um problema social que a grande maioria só percebe durante um evento democrático como a peruada. O País é muito carente de tradições e não podemos deixar que tradições seculares, como as conquistadas pelos estudantes do Largo de São Francisco, sejam maculadas por covardes que necessitam se esconder atrás de iniciais. Rogerio Mollica, São Paulo

16/05/1997 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 8.243 - A Prefeitura informa

Na Praça Atininga, que fica na altura do número 832 da Avenida Jardim Japão, funciona uma barraca que vende churrasco e bebidas alcoólicas. Ela funciona de segunda a sábado a partir das 15 horas e não tem hora para fechar. O som é alto, o lugar fica cheio de bêbados e até de usuários de drogas, que param os seus carros no meio da praça e urinam nos portões das casas vizinhas. Dirce de Souza - Jardim Brasil Durante seis meses, a Prefeitura realizou obras de recapeamento e recuperação na Avenida Francisco Morato. Passadas as eleições e tendo já a Prefeitura considerado o fim dos trabalhos, na altura do número 4.300 ainda há vários buracos, obrigando os motoristas a optar por uma única pista, numa curva bastante perigosa. Há outros buracos em outros pontos menos problemáticos para os carros de passeio, mas que atingem a pista dos ônibus. Tentei avisar a Regional do Butantã, mas, depois de contar a história para quatro funcionários, o último (uma moça) me disse que eu precisaria saber, além do número, o bairro em que a avenida está localizada. Como eu não sabia e ela disse que o interesse era todo meu, eu deveria me informar e depois voltar a falar... Não é demais? Sandra Leonardo - Capital

A Secretaria das Administrações Regionais responde:

"A Administração Regional de Vila Maria/Vila Guilherme informa a d. Dirce que mandou retirar os ambulantes da Praça Atininga, no Jardim Brasil. Em atenção à carta de d. Sandra, a Regional do Butantã informa que os buracos na altura do número 4.300 da Avenida Prof. Francisco Morato serão fechados tão logo a Sabesp conserte os vazamentos de água ali existentes. Nos pontos e nas faixas de ônibus os reparos devem ser feitos pela Telesp, pois as tampas dos poços de visita da concessionária ficaram desniveladas após o recapeamento da avenida."

25/06/1997 NETESTADO/EDITORIAIS - TEMA: FUTEBOL

Dura realidade

Muito linda, singela e justa a crônica feita por Paulo Cesar Vasconcellos (22/1) sobre o jogador Reinaldo. Também não aprovo drogas, mas, neste país de povo de memória curta, infelizmente, só partindo para as drogas quando não se encontra apoio nem nos clubes para os quais contribuiu com tantas vitórias e glórias. Marlene Galvão Barbosa, São Paulo

1998

05/04/1998 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES

Drogas e violência

Parabéns à dra. Luiza Eluf pela lucidez de seu artigo A violência gerada pelas drogas (3/4, A2). Sou médico há 25 anos e há quase 5 trabalho com dependentes químicos de álcool e drogas, em regime de internação, no Hospital da Água Funda (estadual). A faixa etária mais atingida pelo consumo de drogas vai dos 18 aos 30 anos, faixa importante da população economicamente ativa, e a maioria é das classes C, D e E. Após dez dias de desintoxicação, são convidados para um programa de recuperação em que aprenderão sobre a natureza de sua doença, a dependência química, os enormes prejuízos para sua saúde física e mental, a desagregação familiar que a acompanha e os riscos de implicação em ocorrências policiais, tanto pelo envolvimento com traficantes como pelas conseqüências diretas do efeito das drogas, como assaltos - a fim de obter dinheiro para comprar mais drogas -, brigas violentas por motivos fúteis, etc... Após receberem alta hospitalar são orientados a continuar em contato com o hospital por intermédio dos grupos de retorno e encaminhados aos grupos de ajuda mútua, como os Narcóticos Anônimos. É nesta etapa que nossos comentários se encontram com o lúcido artigo da promotora Luiza Eluf, pois, se houvesse um firme investimento de recursos em segurança pública, via aparelhamento da Polícia Federal e das polícias estaduais, o acesso dos jovens recuperados às drogas não seria tão fácil como hoje e os índices de recuperação, que oscilam entre 25% e 30% em um ano, poderiam atingir, no mínimo, 50% a 60%. Uma Secretaria Especial da Política Nacional do Controle de Drogas, não tenho dúvidas, será mais um escritório burocrático entre tantos outros na capital federal, inócuos sorvedouros do dinheiro público. Pessoas habilitadas a reprimir o tráfico, cuidar dos dependentes e prevenir sua disseminação, sobretudo nas escolas, ou seja, investimentos em segurança pública, saúde e educação respectivamente, também não tenho dúvida, reduziriam em muito o problema e o retirariam do rol das grandes preocupações da sociedade brasileira. Nelson Narkevics, São Paulo

03/04/1998 ESPAÇO ABERTO/A VIOLÊNCIA GERADA PELAS DROGAS LUIZA NAGIB ELUF

Alarmado com as proporções do uso e do tráfico de drogas no País, o presidente Fernando Henrique decidiu criar uma secretaria nacional, ligada ao seu gabinete, para se dedicar exclusivamente ao problema dos entorpecentes. Consta no noticiário da imprensa que o presidente teria sido informado da influência direta do uso e do tráfico de drogas no desencadeamento de grande parte da criminalidade violenta que nos assola e, em razão disso, tomado a providência de criar a tal secretaria. Surpreende que alguém ainda não soubesse disso. É impossível deixar de perceber, mesmo sem nenhuma estatística oficial, a ação devastadora das drogas sobre a sociedade brasileira.

A dependência de drogas transforma em marginais os filhos da classe média.

Assaltos à mão armada, resultando em mortes, vez por outra são praticados por pessoas de bom nível econômico, social e educacional, porém dependentes de drogas. Nas camadas mais desfavorecidas (e, portanto, mais vulneráveis) da população, a grande maioria dos crimes patrimoniais decorre da necessidade de obter recursos para o consumo de drogas. Os homicídios estão quase sempre ligados ao tráfico. Por sua vez, o Estado não oferece meios gratuitos para o tratamento de dependentes, que acabam sendo abandonados à própria sorte ou jogados nas prisões, cujas condições todos conhecemos.

O comércio de entorpecentes cresce tão rapidamente que temos a impressão de que muito pouco ou nada tem sido feito para coibir tal prática. Há cada vez mais gente lucrando com isso. Os traficantes são qualificados, pela lei, como "criminosos hediondos", sujeitos a severas penas de prisão, mas, na prática, continuam mandando... Será que a secretaria nacional recentemente criada para lidar com o uso e o tráfico de drogas é suficiente para ajudar em alguma coisa?

Se o governo estivesse efetivamente empenhado em controlar o descalabro em que se está transformando o País, daria o primeiro passo recuperando a Polícia Federal. Aumentaria seus quadros e aprimoraria seus serviços.

Formaria um corpo de especialistas, bem aparelhados e treinados para enfrentar o tráfico de drogas e o contrabando de armas, com bons salários e livres da vassalagem ao dinheiro americano. Ao mesmo tempo, criaria serviços de atendimento aos dependentes na rede pública de saúde e programas permanentes de prevenção ao uso de drogas nas escolas. Talvez, então, fosse desnecessária a destinação de verbas para uma secretaria nacional que, até o momento, parece ter funções essencialmente burocráticas. Somente medidas práticas têm efeito na realidade social e podem mudar a vida das pessoas.

Segundo pesquisa pioneira realizada pelo Instituto Iser, do Rio de Janeiro, os prejuízos causados pela criminalidade são da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, só no Rio, já que a violência produz internações hospitalares, invalidez e mortes. Diz ainda a pesquisa que em 1995 foram cometidos 5.261 assassinatos na cidade do Rio de Janeiro, o que dá uma morte a cada meia hora e representa quase o dobro dos homicídios cometidos em São Paulo, no mesmo ano, e seis vezes a taxa de Nova York - e 71% das pessoas foram mortas por arma de fogo. Evidencia-se que há setores da população do Rio fortemente armados. Consta que essas armas entram na cidade por uma rede de contrabando do Paraguai e de Miami, que supre os traficantes de drogas. Fica, assim, muito clara a responsabilidade das drogas pelos altos índices de violência.

Chegam a ser ridículas as campanhas oficiais pelo desarmamento dirigidas apenas à população civil, pois o grande problema é o contrabando de armas de última geração, que chegam aos milhares, ilegalmente, ao Brasil. E nenhuma providência foi tomada para combater esse tipo de tráfico! As favelas do Rio estão poderosamente armadas e só as balas perdidas fazem cerca de 20 vítimas de morte por ano. Enquanto a população se desespera, o governo se omite.

Afinal, é preciso ter vontade e determinação para enfrentar os grandes criminosos. Será que existe interesse ou mesmo coragem para tanto?

A impotência do Estado para reprimir o tráfico de entorpecentes e de armas é visível a olho nu. A continuar nesse passo, é melhor legalizar logo o uso e o tráfico de drogas, pois a desmoralização será menor que na situação atual.

Se o governo pretende criar a Secretaria Especial da Política Nacional do Controle de Drogas para coordenar as ações na área em todo o território nacional, pode esquecer a idéia. O Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) há anos tenta fazer o mesmo, sem nenhum resultado prático. Não existe um órgão capaz de propor uma política de drogas a ser aplicada em todo o Brasil. Nosso país é muito diferenciado, as medidas devem ser tomadas de forma regionalizada.

Por outro lado, uma vez constatado que os prejuízos trazidos pela criminalidade em geral e pelo tráfico de drogas, em especial, são de tão grande monta, nossos administradores públicos fariam bem melhor apostando em medidas preventivas. Para simplificar as coisas, bastaria melhorar o serviço público, responsável por nossa segurança, saúde e educação.

Infelizmente, a política adotada tem sido exatamente inversa. Os funcionários têm sido execrados pelo governo e injustamente responsabilizados pelo déficit público. Incentiva-se a demissão voluntária, como se houvesse espaço para a ociosidade num país onde o atendimento à população é tão precário.

Alguém precisa informar o nosso bem-intencionado presidente de que o controle do uso e do tráfico de drogas só pode ser feito com o aparelhamento sistemático do Estado e de seus funcionários, isto é, da Polícia Federal, das polícias estaduais, da rede pública de saúde, das escolas, enfim, de todos os serviços básicos, para que possam cumprir suas obrigações e, efetivamente, reduzir ao mínimo o flagelo das drogas. Caso contrário, secretaria nacional nenhuma levará a cabo a tarefa.

15/08/1996 ESPACOABERTO/NA ROTA DO TRÁFICO

Na rota do tráfico - A dependência vem transformando em bandidos os filhos da classe média

A agonia de um africano foi transmitida pela televisão brasileira, em 26 de março, de forma impactante. Tendo convulsões e à beira da morte, o infeliz foi algemado pela polícia, que mostrava às câmeras uma apreensão de cocaína, num acostamento de estrada, transportada no próprio corpo do indivíduo.

Vulgarmente conhecido como "mula", esse tipo de traficante é contratado para carregar a droga de um ponto a outro da cidade, do país ou do mundo, utilizando-se dos mais variados métodos. As vezes, são inocentes úteis e não sabem o que carregam.

No caso dos africanos, o objetivo é atender ao mercado internacional, principalmente da África do Sul e de alguns países da Europa, em especial a Rússia. São conhecidos como "máfia nigeriana", mas a denominação pressupõe um nível de organização que eles efetivamente não têm. Trata-se, na verdade, de um contingente de pessoas muito pobres que correm altos riscos para escapar temporariamente da miséria.

Cerca de cem africanos cumprem pena no superlotado sistema carcerário brasileiro, todos com histórias tristes e a esperança perdida de conseguir dinheiro para começar uma vida honesta ou para tratar da saúde.

Transportar cocaína no próprio corpo é tarefa difícil que já levou muita gente à morte. As cápsulas contendo a droga são ingeridas após dois dias de jejum e precisam ser garimpadas nas fezes do hospedeiro após a chegada ao destino. Quando estouram dentro do organismo, provocam a morte por overdose, em minutos. Nigerianos correm esse risco por pouco dinheiro e têm sido apanhados com frequência, ao tentar sair do Brasil, pela Polícia Federal.

O cerco ao tráfico nos aeroportos do País é muito importante, não só em virtude de determinação legal, mas também para evitar que o Brasil seja sistematicamente usado como rota internacional da cocaína, produzida na Bolívia e na Colômbia e exportada para o resto do mundo. Exige de nós, porém, redobrada vigilância.

Droga apreendida nem sempre é droga incinerada. Pode reverter para o mercado interno e, nesse caso, o prejuízo é enorme. Ao bloquearmos a saída da droga do Brasil, estamos protegendo os outros países e, indiretamente, arriscando o nosso. Somente a incineração imediata, mantendo-se pequena amostragem para fins processuais, pode garantir a preservação da saúde pública. Por outro lado, nossa Polícia Federal precisa reforçar o trabalho nas fronteiras com os países vizinhos, pelas quais a cocaína entra no Brasil. Existem acordos bilaterais que possibilitam a atuação conjunta de policiais nas fronteiras mais vulneráveis, pelas quais a cocaína transita sem maiores dificuldades.

Os americanos, há tempos, usam essa estratégia. Ajudam, de todas as formas, nossa Polícia Federal a apreender, em nossos aeroportos, a cocaína que sairia do Brasil rumo aos Estados Unidos. Não deixa de ser inteligente, do ponto de vista deles.

O uso e tráfico de drogas no Brasil chegou a níveis insuportáveis. Os investimentos dos governos na área são raríssimos, a repressão é insignificante e a prevenção é feita amadoristicamente. Em cada esquina das grandes cidades do País, crianças e jovens assaltam, impunemente, em busca de dinheiro para sustentar o uso de drogas. A dependência vem transformando em bandidos os filhos da classe média. As escolas estão às voltas com o problema, sem conseguirem solucioná-lo. Há locais onde a droga pode ser pedida por telefone e entregue em domicílio. O controle sobre o tráfico no Brasil é mínimo.

Todas as nossas polícias têm de funcionar com a mesma eficácia da Polícia Federal nos aeroportos, impedindo que a droga circule dentro do País.

Os nigerianos, e outros que tais, devem ser sistematicamente combatidos ao promover o tráfico internacional, mas não se pode esquecer de que os traficantes domésticos ainda nos são muito mais perniciosos do que os que levam a droga para fora do Brasil.

Luiza Nagib Eluf é promotora de Justiça Criminal de São Paulo

26/04/1998 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES**O desespero da privação**

Os que lidam com doentes dependentes de drogas conhecem bem a síndrome da privação, que ocorre quando o tóxico lhes falta. O poder é a mais perigosa de todas as drogas. A convulsão emocional que se apossou das hostes situacionistas brasileiras com a morte dos dois senhores que, em última análise, distribuíam as benesses do poder aos políticos é prova disso. Até a oposição se ressentiu com o desaparecimento do distribuidor "mais confiável". O rio de lágrimas que foi derramado diante das câmeras de televisão demonstra o desespero daqueles que viram o limite de poder que a morte proporciona. Os políticos não sofrem a dor da perda de entes queridos como a maioria absoluta da população que não está intoxicada pelo poder. A "dor indizível", o "vazio impreenchível", a "perda irreparável" são apenas frases de efeito que desaparecerão na primeira reunião em que os esquemas da tomada de poder, ou sua manutenção, serão discutidos. Só mais droga é capaz de mitigar o desespero da privação. Não há tramento para essa dependência. Jerônimo Adamo, médico, São Bernardo do Campo

21/07/1998 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES**Combate às drogas**

Importante como a imprensa séria colabora efetivamente com a sociedade. Parabéns ao Estado e a Carlos Alberto Di Franco pelo artigo Drogas, prevenção e recuperação (20/7, A2). Parabéns também, mais uma vez, à Comunidade Terapêutica Horto de Deus, de Taquaritinga. Com eles fica a esperança de que o combate às drogas passa a ser viável, pois é na recuperação que se instala o verdadeiro processo de prevenção. Como pai de recuperando, sei quanto essa luta é importante. Paschoal Guzzo Neto, Taquaritinga

1999**01/04/1999 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA****Carta nº 10.534 - Carta para a Sabesp**

Gostaria de fazer uma ponderação, o que ainda não vi, em relação à morte de dois rapazes após mergulho no reservatório da Sabesp. Como engenheira e cidadã, no início fiquei atônita, discutindo com colegas como seria possível tal ocorrência, já que são muitos os obstáculos a transpor. Mas, passado o impacto inicial, seria importante manter o bom senso e separar as coisas. Que comportamento deve ter um cidadão diante de um local público (mas não de uso público), ou mesmo privado, trancado, lacrado, com portões e eventualmente seguranças? Deve verificar se não tem ninguém olhando e entrar? O que faltou a esses rapazes e a tantos outros, que não tiveram a sua má sorte (como dizem os vizinhos), não foi segurança, mas sim educação. Verificamos muitas vezes que não há proibição que impeça certos cidadãos irresponsáveis de depredar, invadir ou fazer uso, em detrimento de outros, de algo que deveriam saber ser para o bem público, como Câmara dos Vereadores, orelhões, luminárias e, agora, água. O benefício público, no caso, não significa jovens tomarem banho gratuito no fim de semana, como em um clube, e sim termos a garantia de água com boa qualidade, pela qual todos aqueles agora dela privados também terão de pagar. Dor dos familiares e amigos dos rapazes à parte, não confundamos irresponsabilidade com vulnerabilidade das instalações da Sabesp, que precisam ser protegidas para que a água não tenha gosto de protetor solar e não para impedir mortes por afogamento. Sugiro à Sabesp que convoque os cidadãos que contaram que o reservatório "parece um clube", nos fins de semana, para que respondam administrativamente pelo prejuízo que causaram ao bem público que é a água tratada. Quem reclamou da má qualidade da água associada à presença de pessoas no reservatório vai poder descobrir qual o fórum mais adequado, fora das páginas dos jornais, para resolver esse problema. Quem precisar da tutela paternalista do poder público para atender ao "não" ostensivo de um portão trancado a cadeado ou de mamãe dizendo "não mexa nisso, não é seu, é falta de educação", que se toque. Kemie Carolina Makiyama Guerra - Capital

12/04/1999 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA**Carta nº 10.567 - Carta para a Sabesp repercute**

Parabéns à engenheira Kemie Carolina Makiyama Guerra (carta nº 10.534, 1/4, Carta para a Sabesp). O comportamento do cidadão diante de locais públicos (mas não de uso público) ou mesmo privado realmente demonstra quão longe estamos de ser um povo educado. O pretexto usado pela maioria para incriminar a Sabesp não passa de subterfúgio para encobrir a falta de educação e irresponsabilidade das pessoas. Outros poderão morrer. Dionísio Guido - São Bernardo do Campo Em todo este episódio da Sabesp, e por todos os dias que decorreram entre o acidente e a data da publicação da carta de d. Kemie, eu não havia encontrado ninguém que traduzisse de maneira tão clara o que senti com relação ao episódio. Parabéns. O que realmente falta para a nossa sociedade é educação. Adalma Bentivegna - Brooklin Apóio a carta da engenheira Kemie, pois entendo que esse é o sentimento majoritário da população. E vou mais além: a mesma falta de educação e cidadania que levou os jovens à morte, é também responsável por assassinatos, vandalismo, assaltos e seqüestros. Por que é que vejo uma geração quase da minha idade sem rumo para as suas vidas? Não dá para esperar muito do futuro dessa geração, que jamais contribuirá para o futuro do País e será um fardo a ser carregado por toda a sociedade. Quem são os responsáveis por isso? A educação se dá em casa, a formação na escola. Se a educação falhou, a responsabilidade é de quem educou. Se, em vez de receber uma boa formação, o jovem recebeu uma escola aos pedaços, superlotada e sem professores, com tráfico de drogas e violência, a culpa é do governo, que, com os seus bandidos e vagabundos de plantão, vem cumprindo perfeitamente a tarefa de criar indivíduos à sua imagem e semelhança. Luíz de Macedo Vieira - City Boaçava Muito pertinentes as colocações da engenheira Kemie C. M. Guerra. Parabéns pela clareza e adequação da mensagem. Fernando Caiuby - Capital

14/04/1999 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES

"Não agüentamos mais!"

Pagamos, pagamos, pagamos e pagamos. Somente pagamos. Chega de impunidade neste país. Direitos humanos? Para quê? Para quem? Assistimos, no fim de semana em nossa cidade (Jaboticabal, 65 mil habitantes, antes uma cidade calma, 3º lugar da região em qualidade de vida), à chacina de três jovens, que nos deixou muito chocados. Não podemos mais deixar nossos filhos andar de bicicleta, ir ao cinema ou mesmo ficar nas praças, porque os bandidos estão soltos e somos obrigados a prender nossos filhos dentro de casa, vendo TV e ficando cada vez mais alienados. Que experiência de vida terão no futuro? Nenhuma. Peço, como mãe e professora dessas crianças, que foram mortas brutalmente porque queriam apenas fazer um passeio de bicicleta, justiça, justiça! Pagamos impostos, portanto, exigimos polícia e políticos honestos e cumpridores de seus deveres com a sociedade. Não agüentamos mais tanta corrupção e impunidade. A cada minuto morrem pessoas inocentes nas mãos de bandidos, que somos obrigados a sustentar quando presos. Devemos rever mais uma vez o Código Penal. Em vez de esses bandidos ficarem presos numa cela, que trabalhem e sejam responsáveis pelo seu sustento. Está na hora de acabar com as mordomias nos presídios. Que amarrem correntes aos pés dessas pessoas (seres humanos? Não sei!) e as ponham para produzir alimentos; temos terra suficiente para isso. Talvez assim esses animais dêem mais valor à vida. Trabalhamos por nossos filhos para que mais tarde sejam mortos por esses animais? Chega de drogas, de desemprego, de corrupção e impunidade. Ana Paula Camargo Rossi (geog@objetivo-jab.com.br), Jaboticabal

21/09/1999 EDITORIAIS/FÓRUM DOS LEITORES

Drogas

Muito bom o caderno especial sobre drogas. Já era tempo de o Estado dar ao tema a relevância que ele merece. Tanto os artigos como as várias reportagens tocam na mesma tecla em que a Associação Brasileira de Apoio às Famílias de Drogadependentes (Abrafam) vem batendo há vários anos: a importância da família como agente principal no combate ao abuso de drogas. Nossa experiência mostra cabalmente que a imagem projetada pelos pais - que mostram aos filhos que diante de uma situação de estresse é natural aliviar-se com um uisquinho - colabora para a desmaterialização do núcleo familiar, com o conseqüente esboroamento e rompimento de relações. Logo, enquanto pai e mãe saem em busca do sucesso profissional, os filhos buscam nas drogas o enlevo e o suporte emocional que os pais não deixaram em casa. Nossa revista, droga&Família descreve, já há dois anos, situações do envolvimento de adolescentes com drogas e, em 99% das vezes, essa "presença ausente" dos pais é constatada. A Abrafam pesquisa e estuda métodos diagnóstico-terapêuticos em dependência química, recebe, tria, encaminha e acompanha dependentes químicos para tratamento, dá suporte psicológico à família, elabora, implanta e conduz programas de prevenção ao abuso de drogas em empresas, promove palestras e dá workshops sobre o tema, é referência em reportagens e matérias sobre drogas e está ultimando um projeto global e multidisciplinar para promover apoio social, legal,

médico e emocional às famílias de dependentes químicos. Nosso telefone é (11) 574- 1010. José Antonio Mariano (jmariano@regra.com.br), diretor da Abrafam e editor-chefe da revista droga&Família, São Paulo

08/10/1999 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 11.038 - PM responde a quatro

A reclamação da leitora Betty Vidigal Hastings será enviada ao batalhão responsável pela área, para que sejam adotadas providências. Quanto aos guardadores de carros, muitas vezes é difícil coibir tal prática, pela ausência de formalização das queixas. Soma-se ainda o fato de que muitos alunos apóiam tal prática, confiando seus automóveis a esses cidadãos. A reclamação da leitora d. Luciana Machado já está respondida por ela mesma. Além de não ser confiável comprar cartões de estacionamento no "paralelo", fazê-lo com a utilização de cheques é mais temerário ainda. Sr. Mauricio Barbieri, informo ter enviado sua queixa ao batalhão responsável pela área, mas posso adiantar que a prática de lavar vidros de veículos não constitui crime. Na maioria dos casos, isso é feito por crianças e adolescentes em situação de rua, não necessariamente por gangues, como afirma o leitor. O citado policiamento nos Jardins ocorre por causa da maior incidência de roubos, o que não ocorre, ao menos com a mesma gravidade, no local apontado pelo missivista. Sr. Jaime Barbosa de Abreu, esclarecemos que, no que diz respeito à abordagem, ela ainda é o método mais apropriado para se conseguir apreender armas irregulares, drogas, deter criminosos procurados, recuperar carros roubados, etc., conforme temos feito no que toca ao respeito à dignidade da pessoa abordada. Quanto às demais sugestões, seria necessário conhecer mais de perto o caso de Maranguape (CE) para podermos emitir uma opinião apropriada, mas acreditamos que a realidade daquele município seja algo diferente da realidade paulistana. Capitão PM Edson de Jesus Sardano, subchefe interino da 5ª Seção do Estado-Maior. Endereço eletrônico: 5empmimprensa@polmil.sp.gov.br

2000

16/02/2000 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 11. 392 - Começou a folia!!!

Moramos no Edifício Camila, à Rua Mercedes Lopes, 288, bem perto da Escola de Samba Nenê de Vila Matilde. E ninguém suporta mais o barulho dos ensaios, já que a escola não respeita o horário-limite, que é às 22 horas. Os reclamantes até já foram ameaçados por frequentadores da escola. Recorro ao Estado, pois as ditas "autoridades competentes" nada fazem. A lei não é cumprida, enquanto pessoas embriagadas ficam durante toda a madrugada incomodando quem precisa descansar. Há também denúncias de tráfico de drogas no local. P.B. - Penha Gostaria de saber por que uma boate pode funcionar 24 horas por dia tocando músicas e usando alto-falantes sem que se exija uma adaptação do local, com isolamento acústico. Nós, que moramos perto do nº 76 da Rua Capitão Salomão, no centro, além do barulho temos de agüentar as brigas e a gritaria na rua, durante toda a madrugada. Já acionamos o Psiu, que respondeu que o local foi vistoriado, constatando-se que o ruído de fundo era "equivalente ao ruído emitido pelo estabelecimento". Quem assinava era o sr. Jum Miyake, coordenador da Semab-Psiu. Será que para nós, moradores, o batuque parece maior, quando durante a madrugada ou aos domingos queremos descansar e não podemos? A rua tem prédios residenciais e hotéis. Herbert Bruns, Adriana C. Silva e demais moradores – Capital

05/03/2000 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 11.449 - Tormento anual

Sou morador da cidade de Santo André (SP), onde nasci, e tenho muito orgulho de residir no Grande ABC. Ocorre que todo ano, nessa época, se inicia a folia de carnaval, motivo de orgulho nacional para alguns e de completa falta de respeito para outros, que são obrigados a agüentar toda a baderna que toma conta do País, já subdesenvolvido, que fica quatro (ou mais) dias completamente parado, festejando, como se não tivesse outra coisa para fazer. Mas o motivo da minha reclamação se relaciona à minha cidade, que, já há vários anos, insiste no famoso carnaval de rua, para a "alegria" dos moradores da vizinhança, que perdem totalmente o seu direito ao bem-estar e ao conforto de uma boa noite de sono, aliás, como é de direito de todos. Não existe argumento para justificar o carnaval de rua de Santo André, pois este não cria nenhum tipo de riqueza para os cofres públicos, somente despesas, pagas com o nosso dinheiro, seja com a estrutura montada ou em incentivos ao que se diz "cultura".

Os inconvenientes de se residir próximo ao local onde se desenrola esse tal carnaval de rua são incontáveis, desde dejetos humanos largados nas portas das nossas casas, carros fechando a entrada das nossas garagens, consumo de drogas por todos os lados, pessoas bêbadas dirigindo os seus carros em alta velocidade, algazarra, baderna, música altíssima das 18 às 5 horas. Ou seja, se existe inferno na terra, ele se encontra nas ruas ao redor do carnaval de Santo André. No ano passado, o prefeito Celso Daniel, na sua fraca política, fez uma pesquisa nos bairros da nossa cidade para saber a prioridade de cada um. Segundo a pesquisadora, a permanência do carnaval foi amplamente recusada por todos os moradores. Então, pergunto por que esse ruidoso carnaval ainda continua se realizando aqui, se ninguém que o frequenta é das redondezas e se não existe nenhuma escola ou bloco de samba do local. Para não dizerem que estou só criticando, cito locais para a realização da festa na cidade, como a Praça IV Centenário, a Rua Santo André e as avenidas próximas a quadras das escolas de samba, perto da Avenida Prestes Maia. Ou seja: festa na casa dos outros é bem melhor. Se todos querem carnaval, mas ninguém o quer na porta de sua casa, que se acabe com a festa. Não é justo eu, que trabalho diariamente, em um serviço sério, não relacionado ao carnaval, ser tolhido em minha própria casa até na segunda-feira de carnaval. Casa sobre a qual recolho impostos, como todo e qualquer cidadão. Temos direito a paz e sossego, embora pareça que, a depender do sr. prefeito, isso só nos será concedido depois de mortos. A falta de segurança também é total: somos obrigados a ficar em casa, já que, se viajamos, corremos o risco de ter a casa invadida. E, e se abrimos o portão para entrar ou sair com o carro, corremos o risco de ser assaltados. É revoltante, em pleno ano 2000, ter os direitos suprimidos em favor de pessoas que nem residem no bairro. Convido o sr. prefeito a receber de braços abertos o popular carnaval de rua na porta de sua casa durante quatro dias, para verificar quantos anos ele consegue agüentar isso. O mais importante para o prefeito, contudo, é, como sempre, a política - e ele deve estar de rabo preso com as escolas de samba para garantir a reeleição, embora a oposição a ele esteja surgindo naturalmente, por causa da sua má administração. Já advirto que todo e qualquer dano ou ofensa causado a mim, a algum familiar ou a meu patrimônio será motivo de ingresso, de minha parte, de ação para reparação de danos contra a prefeitura. Marcos Fonseca Pelizer - Santo André

07/08/2000 SEU BAIRRO/CARTAS

Praça

Gostaria de contestar a opinião do leitor Antônio Alves, publicada na seção "Reclame" (SeuBairro, 26 de junho). Sou morador da Avenida Conceição, perto da bifurcação com a Rua Itamonte e, quando li a carta, fiquei indignado, pois esse senhor afirma que deveria ser ampliada a "pracinha" dessa bifurcação para instalação de um posto policial. Em primeiro lugar, ali não é praça, mas contorno de manobras entre as Ruas Crispim Duarte, Itamonte e Avenida Conceição, como consta na Prefeitura e Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e, para efetuar qualquer tipo de ampliação, o tráfego de automóveis deverá ser totalmente modificado. Em segundo lugar, a real necessidade de termos um policiamento ostensivo é obvio, mas gostaria de perguntar ao leitor se ele conhece a Praça Marcelino Machado, que fica a aproximadamente 200 metros do local que ele enfatiza. O local tem iluminação precária. Os moradores convivem com bêbados e viciados em drogas, além dos contantes riscos de assalto. Ednei Nascimento, Vila Medeiros

11/08/2000 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES/OPINIÃO/TEMA: SAÚDE

Propaganda de drogas

Em um comunicado pela TV a Abert protestou contra o controle de publicidade do fumo, esquecendo-se seus diretores, departamento jurídico, ou seja lá o que for, de ler antes a Constituição da República Federativa do Brasil, que diz no capítulo V, Da Comunicação Social, artigo 220, parágrafo 4º: "A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios de seu uso." Assim sendo, cabe ao governo exercer sua obrigação, que consta do citado artigo, para que a Constituição não seja esquecida. Walter Mallet, São Paulo

22/08/2000 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 11.935 - Virou bagunça

Estou perdendo a esperança, por isso resolvi pedir ajuda a vocês. Já recorri à Polícia Militar e fui à Regional Aricanduva, onde protocolei mais de cinco reclamações, e nada. A Rua Tirana, na Vila Formosa, era uma rua sossegada até uns três meses atrás, quando abriram um botequim em um cubículo de 3x3m, aberto, com mesas de sinuca e cadeiras na calçada. Das 17 às 22h30 de domingos e

feriados, o bar vira casa de forró, com aparelho de videokê. O pessoal aparece como num passe de mágica. Logo a rua fica cheia de carros estragados e mal estacionados, além de pessoas estranhas e comportamento não condizente. Não conseguimos conversar nem ver tevê. Meu medo, como o dos vizinhos, é que o lugar se transforme em ponto de drogas. O Psiu já foi acionado várias vezes, mas também silenciou. Amir Gavioli - Vila Formosa A Semab responde:

"Embora o leitor diga que fez várias queixas ao Psiu, na verdade foram apenas duas. O estabelecimento foi vistoriado no dia 30/6, às 23h40, mas estava fechado. Nova vistoria, às 15 horas do dia 7/7, mostrou que o ruído do bar era equivalente ao ruído local. O representante do estabelecimento afirmou que os pequenos bailes não estão mais sendo realizados."

10/09/2000 EDITORIAIS/FÓRUM DOS LEITORES

Narcotráfico

Deu no Estado que as forças de segurança da Colômbia descobriram, perto de Bogotá, um submarino em construção, orçado em US\$ 10 milhões, pertencente a um grupo de narcotraficantes (8/9, A1). Com 30 metros de comprimento, a embarcação seria capaz de transportar 200 toneladas de cocaína. A notícia é preocupante, por mostrar que o crime organizado pode ser um grande e bem administrado negócio, para o qual não existem barreiras. O que acontece na Colômbia é um aviso para os brasileiros, principalmente se levarmos em conta que, dada a corrupção de algumas autoridades brasileiras, hoje seria fácil construir vários submarinos debaixo do nariz de nossas autoridades. Parodiando o falecido bandido carioca Lúcio Flávio, "O Brasil melhoraria muito se, aqui, bandido fosse bandido e polícia fosse polícia". João Marcos Coelho Barker (joaobarker@originet.com.br), São Paulo A manchete Tráfico de drogas chega a US\$ 500 bilhões (8/9, A1), estarrecedora para muitos, não surpreende alguns, entre os quais me incluo. Com tamanha, estúpida e inconseqüente caça aos fumantes, o consumo de drogas e, na sua esteira, o narcotráfico só poderiam mesmo florescer. É questão pura e simples de substituição. Não há dúvida que o plano deles, que inclui o forte lobby junto aos governos no sentido de banir cada vez mais o inofensivo hábito de fumar cigarros, está dando certo. Bob Sharp (bobsharp@ruralsp.com.br), São Paulo

21/10/2000 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 12.104 - Em defesa dos cães

Mesmo concordando com que cães de grande porte e até os pequenos devam usar focinheiras quando levados a passeio em logradouros públicos, como escreveu o sr. Fernando Jordão (carta nº 12.041, Focinheira, pelo menos, de 2/10), não se justifica a generalização de raças de cães por ele feita, como "pitbulls, rottweilers, filas e outros do gênero", chamando-os de assassinos em potencial. Os cães não são assassinos em potencial. Se algum acidente grave é causado por um cão, não há que se dizer que todos os demais são assassinos. O problema é a maneira pela qual esses cães são criados e adestrados. Se fôssemos responsabilizar toda uma espécie por causa da má conduta de um determinado grupo, o que diríamos do ser humano? Existem bandidos, traficantes, estupradores, seqüestradores, mas não podemos afirmar que todos os homens são "assassinos em potencial". Já tive cães de muitas raças, pequenos e grandes, entre os quais pastor alemão, fila, etc. Atualmente tenho três e um deles é uma cadela fila (já é a segunda), e jamais um deles ameaçou alguém que estivesse próximo às pessoas da casa. É claro, estranhos desacompanhados não são bem recebidos do portão para dentro, e é para isso que os tenho. Cães são úteis à população. São guias de cegos, prestam serviços no combate às drogas, dão segurança em campos de futebol. Acredito que o leitor jamais tenha tido cães, e existem muitos precisando de adoção. Registro aqui minha tristeza por ter o leitor chamado de "assassinos em potencial" os cães cujas raças apresentaram problema de agressividade. Pelo menos todos os cães que já tive nos meus 64 anos vividos, e os que ainda tenho, não merecem a ofensa. Luiz Carlos Diniz - Itaquaquecetuba/SP

27/11/2000 CIDADES/SÃO PAULO RECLAMA

Carta nº 12.198 - Insegurança

A insegurança no Campo Belo/Brooklin está insuportável. Já é a terceira vez que assaltam pessoas na rua onde moro (Conde de Porto Alegre), levando-as para sacar dinheiro em caixas automáticos, além de levarem objetos, relógios, etc. Minha tia, ao dar queixa no 27º DP, foi informada pelo delegado de que eles não "conseguem dar conta". O bairro também está cheio de drogados pelas ruas, que também assaltam para comprar drogas. Se isso continuar, vamos presenciar cenas de faroeste, com pessoas andando pelas ruas com armas expostas. A polícia é tão inoperante que o único meio de nos protegermos (para quem pode pagar) é pela contratação de empresas particulares de segurança. É

preciso que a população pressione o governo a tomar providências, e que os meios de comunicação tomem a frente nessa mobilização. João Luiz Rigobello - Campo Belo

2001

04/02/2001 OPINIÃO/TEMA: GOVERNO MARTA

Aniversário

São Paulo chega aos 447 anos dividida entre uma cidade de Primeiro e Terceiro Mundo, que concentra seus bens públicos, benefícios e atenções nas áreas nobres. Tem quase 500 homicídios por mês, a maioria das vítimas jovens e adolescentes, moradores da periferia. Sobrevive-se na periferia somente com o aprendizado de táticas de guerra que se adquirem na prática. Tenta-se escapar das balas perdidas ou mesmo certeiras, e obedece-se ao toque de recolher e à lei do silêncio, imposta por quem de fato governa a periferia. Quilômetros de distância separam jovens e adolescentes das áreas de esportes, cultura, lazer, educação com qualidade, informática e do primeiro emprego, de sua auto-estima e dignidade, e os empurram cada vez mais para o uso de drogas, armas e a prática da violência. Desculpe-nos, São Paulo: estamos na dúvida se acendemos as velinhas ou apagamos as luzes. Luiz Carlos dos Santos, São Paulo

06/02/2001 EDITORIAIS/FÓRUM DOS LEITORES

Entre o ilegal e o marginal

O Ministério do Trabalho vem de editar portaria definindo atividades proibidas para menores de idade, entre as quais trabalhar em colheitas de laranja e cana-de-açúcar (Estado, 3/2). Continuando a notícia, vem a informação de que não estão previstas ações emergenciais para ajudar quem perdeu o emprego por causa das novas limitações e de que essas se aplicam a menores de 18 anos. Como o banditismo não está previsto na Convenção 182 da OIT, fonte dessas proibições, a partir da semana que vem teremos em nossas grandes cidades mais menores assaltando, roubando, matando e traficando drogas. Afinal, se o trabalho honesto lhes é negado, que outra atividade resta a estes jovens pobres para sobreviver? Flávio de Aguiar, Resende (RJ)

05/12/2001 CIDADES/(SEM TÍTULO)

Carta n.º 13.274 - Vamos fazer esse parque?

Com referência à reportagem Lazer, publicada dia 21/10 no caderno Cidades, sobre as poucas áreas de lazer da cidade, faço um pedido à Prefeitura ou à AR do bairro do Limão, na zona norte. Há, no bairro, uma área enorme muito pouco utilizada, que fica na esquina da Rua Araguacema com Padre Moura, na Vila Cristo Rei, abandonada e jogada às traças há tempos. É uma área com campo, quadra e playground, tudo destruído por falta de manutenção. Só quem a usa são usuários de drogas, de noite e até durante o dia, enquanto nossos filhos, não tendo onde brincar, ficam jogando na rua com bola ou tacos (jogo com dois tacos de madeira e uma bolinha, freqüente na área). É triste ver uma área tão boa para as crianças abandonadas. Poderiam fazer um playground, quadra de vôlei, etc., incentivando as crianças a praticar esportes em vez de se drogar. Um dia desses, meu filho de 12 anos passou pelo campinho, vindo da escola, e três garotos da mesma idade o chamaram para fumar maconha. Se o campinho tivesse condições de uso para jogos ou atividades supervisionadas, essas crianças poderiam estar praticando esportes ou aprendendo algo de útil. Há uma igreja católica, ao lado, que poderia se encarregar de guardar o equipamento esportivo. Sei que a Secretaria de Lazer distribui kits desses equipamentos. Assim, deixo aqui meu pedido de reestruturação do campinho pelas autoridades competentes. Kelly Furtado – Limão

31/12/2001 CIDADES/(SEM TÍTULO) –

Carta n.º 13.351 - Mais experiência

Quero registrar a minha indignação com a discriminação sofrida no mercado de trabalho pelas pessoas com mais de 50 anos. Creio que faço minhas as palavras de milhares de profissionais que lutam contra esse estado de coisas, ao mesmo tempo que assistem a pesquisas e a descoberta de novas drogas que aumentam a expectativa de vida no País, de tal forma que, se o número de jovens é grande, da mesma forma aumentou a população de pessoas mais velhas, gozando plena saúde física e mental. No ápice de suas existências, essas pessoas são tolhidas no seu esforço de procurar trabalho e produzir, com conhecimento e qualidade. Cito o meu caso: tenho 58 anos, aparento menos, gozo de perfeita saúde

física e mental e tenho muita energia e disposição para trabalhar. Fui demitido do último emprego por má situação financeira da empresa, obrigada a fazer cortes. Tenho mais de 40 anos de trabalho, e já atuei em companhias nacionais e multinacionais de grande e médio porte. Assim, peço aos senhores empresários que reflitam um pouco mais sobre isso e vejam o quanto é injusto o tratamento dado às pessoas cujo único 'crime' é ter mais idade - e, conseqüentemente, mais conhecimentos e experiência de trabalho. Norival dos Santos - Piracicaba/SP



O ESTADO DE S. PAULO

a eutanasia

1996

03/03/1996 ESPACOABERTO/TEMA: SAUDE PUBLICA

Morte piedosa

Estranho mundo este em que vivemos, onde animais têm direitos que são negados aos próprios humanos. Um chimpanzé, na fase terminal de Aids, é sacrificado para que "tenham fim seus sofrimentos", pois, segundo seus responsáveis, não respondia mais a tratamento. Em nossos hospitais agonizam centenas de seres humanos, com dores e sofrimentos, sem que o mesmo critério de humanidade seja observado. A eutanásia, morte piedosa, só o é quando para animais. Se aplicada a humanos, é crime. Mas não é crime o prolongamento da agonia, da angústia. É mais confortável (para quem legisla) fechar os olhos para esta situação desumana que ter uma atitude digna, sem falsidades ou medo. Não sou favorável ao assassinato de doentes, à utilização da morte como instrumento de política eugênica, como dizem os opositores da eutanásia. Apenas creio que a principal e mais nobre face da humanidade é a compaixão. E que cada um deve ter o direito de decidir sobre a própria condição. Celso Daitch, Capital

1997

Nenhum leitor trata do assunto

1998

20/03/1998 NOTAS E INFORMAÇÕES/FÓRUM DOS LEITORES

Orientação ética

Na reportagem Código Penal poderá permitir ortotanásia (11/3, A9), afirma-se logo no início: "A Igreja apóia o desligamento de aparelhos que mantêm artificialmente a vida de pacientes irrecuperáveis, informou ontem o arcebispo de Fortaleza, dom Cláudio Hummes." Quero esclarecer que em nenhum momento afirmei isso. Foi apenas conclusão do repórter. Disse, sim, que a Igreja defende não haver necessidade ética do que se chama "excesso terapêutico", ou seja, pode-se renunciar a certas intervenções médicas já inadequadas à situação real do doente, porque não proporcionadas aos resultados que se poderiam esperar ou ainda porque demasiado gravosas para ele e para a sua família. Nessas situações, quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se em consciência renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes. Há, sem dúvida, a obrigação moral de tratar e procurar curar, mas essa obrigação há de medir-se segundo as situações concretas, isto é, impõe-se avaliar se os meios terapêuticos à disposição são objetivamente proporcionados às perspectivas de melhoramento. A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio nem à eutanásia. Exprime, antes, a aceitação da condição humana diante da morte. Essa é a doutrina de João Paulo II, na sua encíclica Evangelium Vitae (1995).

Desligar ou não aparelhos, quando e quantos, não compete à Igreja decidir, mas aos médicos e interessados. A Igreja dá apenas uma orientação ética. Dom Cláudio Hummes, Fortaleza

11/03/1998 GERAL/CÓDIGO PENAL PODERÁ PERMITIR ORTOTANÁSIA

Código Penal poderá permitir ortotanásia

Igreja apóia desligamento de aparelhos que mantêm artificialmente doente irrecuperável

BRASÍLIA _ A Igreja apóia o desligamento de aparelhos que mantêm artificialmente a vida de pacientes irrecuperáveis, informou ontem o arcebispo de Fortaleza, dom Cláudio Hummes, à comissão especial que prepara a reformulação do Código Penal. A pedido do arcebispo, a comissão deve voltar a discutir os casos de aborto legal. O desligamento, chamado de ortotanásia pelos técnicos, deixará de ser crime, segundo propõe a comissão.

Dom Cláudio Hummes pediu aos juristas cuidado com o texto que trata do assunto, e repudiou, porém, o termo ortotanásia.

"Não falei nem me pronuncio sobre ortotanásia, porque não se sabe exatamente o alcance desse termo", explicou o religioso. "Mas a Igreja defende que não há necessidade ética do que chamamos excesso terapêutico", comentou, detalhando a visão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por excesso terapêutico a Igreja entende o uso de equipamentos e terapias, a altos custos, para prolongar sinais vitais de quem já não tem condições de sobrevivência.

Dom Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, evitou comentar a decisão da Igreja em relação ao assunto, mas disse que "Dom Cláudio falou com a autorização dos bispos".

Dom Hummes pediu que os juristas esclarecessem melhor no texto as condições em que se poderia interromper a terapia de manutenção artificial de vida.

Ele falou também sobre a proposta de aborto legal e condenou a intenção dos especialistas de ampliar os casos em que é permitido o aborto. "A Igreja já não aceitava a retirada das punições para casos de aborto por estupro ou gravidez de risco", lembrou ele. "O novo projeto cita casos em que aborto não é crime e usa uma terminologia vaga ao permitir aborto por risco de saúde à gestante".

Para dom Hummes, o texto defendido pelos juristas pode permitir o chamado aborto "eugênico", praticado para eliminar características físicas ou mentais indesejáveis no feto. "Desde a concepção, o código genético está completo e isso mostra que ali há um ser humano com todos os seus direitos", argumentou.

A comissão de juristas decidiu ontem acrescentar um artigo ao Código Penal, que prevê punição de um a seis anos para quem usar em proveito próprio bens móveis ou imóveis do setor público. Também decidiu o texto final do artigo que proíbe o assédio sexual. Será crime "assediado alguém com violação do dever de cargo, ministério ou profissão, exigindo favores sexuais como condição para atender a pretensão, ou criar ou manter direito".

1999

Nenhum leitor trata do assunto

2000

Nenhum leitor trata do assunto

2001

Nenhum leitor trata do assunto



O ESTADO DE S. PAULO

a clonagem

1996

Nenhum leitor trata do assunto

1997

Nenhum leitor trata do assunto

1998

Nenhum leitor trata do assunto

1999

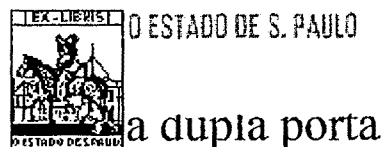
Nenhum leitor trata do assunto

2000

Nenhum leitor trata do assunto

2001

Nenhum leitor trata do assunto

**1996**

Nenhum leitor trata do assunto

1997

Nenhum leitor trata do assunto

1998

Nenhum leitor trata do assunto

1999

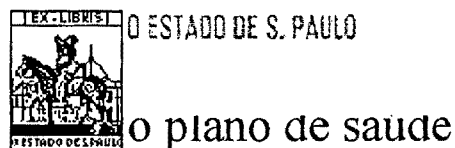
Nenhum leitor trata do assunto

2000

Nenhum leitor trata do assunto

2001

Nenhum leitor trata do assunto

**1996****18/05/1996 ESPACOABERTO/TEMA: PLANOS DE SAÚDE****Regular é preciso**

Uma sociedade que salva banqueiros com dinheiro da área social está fadada a conviver com a atuação de empresas que, inspiradas no modelo de enriquecimento fácil, exploram a doença, vendendo atraentes "planos de saúde". O engodo começou em novembro de 1966, quando os governos militares criaram, por decreto, o mercado promissor do seguro-saúde, abrindo caminho para toda sorte de mercantilização da assistência médico-hospitalar no País, que vem enganando milhões de cidadãos transformados em contribuintes de um imposto privado destinado a suprir a deficiência do sistema público de saúde. O estímulo que se vem dando a este empreendimento é rigorosamente escandaloso. Garantiu-se sua expansão sem nenhum controle social que fizesse prevalecer o direito dos usuários.

Permitiu-se seu registro sem exigência de padrão de qualidade. Autorizou-se a utilização tendenciosa de marketing e publicidade, que, além de violentar a tradição ética controladora da propaganda imoderada de serviços médicos, ilude a boa-fé dos consumidores, apresentando-lhes imagens e mensagens de nítido caráter indutor. Concordou-se que os planos de saúde excluíssem, da cobertura vendida, procedimentos diagnósticos e terapêuticos mais complexos, bem como doenças que, pelo elevado custo de tratamento, reduzissem a gigantesca margem de lucro em que opera esta verdadeira rede bancária da doença. Com tantas vantagens e privilégios, os banqueiros desta nova moeda acumulam fortunas em ritmo alucinante. Só em 1993, segundo a própria Associação Brasileira de Medicina de Grupo, os planos de saúde somaram faturamento setorial da ordem de US\$ 19 bilhões. Investimento mais rentável é impossível. É preciso regulamentar a atuação dos planos, impondo-lhes exigências que ajustem seu funcionamento aos direitos do cidadão. Com este intuito apresentei projeto de lei à Câmara, submetendo todas estas empresas ao controle do Ministério da Saúde, proibindo cláusula de exclusão de doenças, restringindo prazos de carência e determinando o ressarcimento ao SUS pelos atendimentos prestados na rede pública. Agnelo Queiroz, médico e deputado federal (PC do B/DF), Brasília

Regime falimentar

Não discordamos do editorial Reserva de mercado (28/4), mas alertamos para que voltem sua atenção para o problema enfrentado pela grande maioria dos médicos, consultórios e clínicas. Atualmente, a maioria encontra-se em regime falimentar. Não temos condições de mudar de profissão, nem queremos. De simples razão, entenda-se: universalmente, toda intermediação de trabalho, com grande lucro, não admite justiça, sempre traz prejuízos aos intermediados. Há qualquer outro tipo de trabalho no Brasil, que não o dos médicos e das clínicas que atendem por convênios, que seja remunerado após 60, 120 dias, com preço, data de pagamento e valor a menor, pela soberana decisão do comprador e intermediário deste trabalho? Gustavo Rebouças da Palma, médico e presidente da Central Médica de Convênios de Sorocaba, Sorocaba

Abrir o mercado

Muito oportuno o editorial Reserva de mercado. Realmente é necessário abrir o mercado de planos de saúde a empresas de outros países que desejem operar no Brasil. Com mais concorrência, as empresas brasileiras do setor, possivelmente, vão conter sua ganância e limitar as cláusulas leoninas de seus contratos. Parece mesmo gabolice do governo quando anuncia que vai liberar os preços de tais planos, pois o meu vem sendo reajustado desde março de 95, para não falar nos anteriores ao Real. O. J. T. E., Capital

04/09/1996 ESPACOABERTO/TEMA: SAUDE PUBLICA

Pequenos detalhes

Gostaria de registrar minha tristeza com os homens que governam, que detêm o poder e se candidatam à profissão de político. A notícia de que "plano de saúde do Senado paga mais de R\$ 500,00 por consulta e o SUS, R\$ 2,04" (1/8) mostrou mais uma vez que não devemos nos esquecer desses "pequenos" detalhes nas próximas eleições. Quem nos protege? A quem devemos recorrer? Elizabeth A. R. H. Orra, Praia Grande

11/08/2000 OPINIÃO/TEMA: SAÚDE

Atravessador no caminho

Medicina, a mais nobre das profissões e das artes: a arte de curar.

Mas hoje planos de saúde, por meio das operadoras, tratam de garantir exclusividade profissional, com reserva de mercado. O modelo trabalha com valores excludentes, antidemocráticos, sem controle de qualidade e às vezes com promiscuidade estatal. Enquanto o SUS não atualiza tabelas, os planos têm valores indecentes, além de glosa e limitações impostas ao exercício profissional. As operadoras são entidades concessionárias do SUS, com atividade complementar na área da saúde, pois a Constituição reza: "Saúde é dever do Estado e direito do cidadão." Mas estas entidades são regidas por legislação própria, acima da organização judiciária do País. Portanto, na minha opinião, é legislação inconstitucional. Elas contrariam a Resolução 1.401/93, do CFM, ou seja, não dão direito de o paciente escolher livremente seu médico; a escolha é feita pelo intermediário-atrassador. Contrariam o artigo 2º da mesma resolução, assim como o artigo 10º do Código de Ética Médica. Ferem o Código do Consumidor e o artigo 1º do Código de Ética Médica. Contrariam conceito de cidadania - do paciente e do médico -, pois a confiança é requisito básico na relação médico-paciente, só podendo ser depositada no médico, não no plano de saúde. O credenciamento deve ser de competência das entidades médicas, e não dos planos. É necessário amplo debate para restabelecer a autonomia e

liberdade, do médico e do paciente, e jamais se conformar com os monopólios. Pedro Antonio Armellini, Amparo

15/09/2000 OPINIÃO/TEMA: POLÍTICA

Desejos

O horário eleitoral gratuito é uma novela. Enquanto um candidato promete resolver o problema da saúde dando "plano de saúde" à população, o outro tenta com o "médico de família". Também há aquele que só fala de segurança e promete resolver tudo com "prisão perpétua" (coisa que não compete ao prefeito). Candidatos, parem de fazer o povo de bobo. O povo não agüenta mais sofrer com tantos problemas e ainda tem de ficar ouvindo baboseiras na TV. De novelas, bastam as da Globo, que mostra ricos em suas mansões - coisa que o povo só vê mesmo na novela, porque, na vida real, assiste à muita pobreza. Ricardo L. Carmo, São Paulo

1997

Nenhum leitor trata do assunto

1998

Nenhum leitor trata do assunto

1999

Nenhum leitor trata do assunto

2000

14/09/2000 EDITORIAIS/FÓRUM DOS LEITORES

Tabagismo

A exemplo do comentário do dia 10/9, li outras intervenções do sr. Bob Sharp defendendo ardorosamente o tabagismo. Já sabemos que ele ama o tabaco e gostaria de solicitar que daqui para a frente ele mudasse um pouco o discurso, sem esquecer, no entanto, de se associar a um bom plano de saúde. de modo a não onerar meu bolso no futuro. Rafael Batista Araras

(VER CARTA OE- 10/09/2000, P.45)

2001

Nenhum leitor trata do assunto